

A praça e o reino:
cotidiano e espaço público em Portugal entre Filipes e Braganças
(ca. 1580 - ca. 1668)

Pedro Paulo de Figueiredo Silva

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de
Doutor em História Moderna e Contemporânea

Orientador:
Doutor Luís Miguel Carolino, Professor Auxiliar
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2019

Escola de Sociologia e Políticas Públicas
Departamento de História

A praça e o reino:
cotidiano e espaço público em Portugal entre Filipes e Braganças
(ca. 1580 - ca. 1668)

Pedro Paulo de Figueiredo Silva

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de
Doutor em História Moderna e Contemporânea

Júri:

Doutora Luísa Tiago de Oliveira (Presidente do Júri), Professora Auxiliar, ISCTE - Instituto
Universitário de Lisboa

Doutor Antonio Castillo Gómez, Professor Titular, Universidad de Alcalá

Doutor Carlos Ziller Camenietzki, Professor Associado, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Doutor Diogo Ramada Curto, Professor Catedrático, Universidade Nova de Lisboa

Doutora Maria João Vaz, Professora Associada, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Doutor Luís Miguel Carolino, Professor Auxiliar, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2019

Agradecimentos

O conhecimento depende do erro. Impossível pensar qualquer trajetória de investigação que se caracterize apenas pelo acerto. O erro, embora causa de profunda angústia é uma etapa imprescindível do método científico. Neste sentido, preciso agradecer, inclusive retrospectivamente, aos financiadores dos meus erros. Sem tais recursos, provavelmente, não me teria sido possível continuar a errar e a tentar a acertar. Isto, vale tanto para o investimento e paciência familiar e das instituições de ensino, mas também para outras cuja importância pública é preciso ser afirmada e lembrada, principalmente em uma conjuntura em que a ciência vêm sendo tida como inimiga número um da verdade: seja pela sua reputação em meio a um novo paradigma de verdade definido pelas *fakenews*, seja pelas declarações do atual governo — com especial destaque para as declarações públicas do atual Presidente da República e do seu Ministro da Educação, que já afirmou, com profundo desprezo ao investimento nas futuras gerações de cientistas brasileiros, que o problema não é a falta de recursos, mas o fato de que "todo mundo quer uma bolsinha"¹.

Por tal razão é preciso antes de tudo agradecer (não por um favor, mas por ter-me sido respeitado um direito) ao investimento feito em mim pelo praticamente extinto Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) durante a minha graduação, com uma bolsa de iniciação científica, e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que me beneficiou com uma bolsa de Mestrado e, agora, com uma de Doutorado Pleno no Exterior. Algo que já não é possível ao seu orçamento e impertinente aos objetivos políticos estipulados para esta agência. Pode soar exagerado trazer tantas informações em uma seção de agradecimentos que deveria se limitar a esta tese e, por isso peço, desculpas ao leitor. Mas, o momento exige.

Um país que diminui significativamente a chance de erro de seus jovens estudantes, provavelmente não se importa em colher os benefícios de seus acertos. Mais, um país que enfrenta uma crise dita sem precedentes desta forma, enquanto o resto do Mundo o fez justamente investindo em pesquisas e na produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, deixa evidente que o problema que enfrenta é de natureza política muito antes do que econômica. Por tudo isso e mais, deixo meu agradecimento a

¹ <<https://oglobo.globo.com/sociedade/mec-quer-estimular-contratacao-de-professores-universitarios-sem-concurso-diz-jornal-23967120>> (último acesso em 30 de outubro de 2019).

todos que insistem em tentar fazer ser possível que as novas gerações possam continuar a usufruir do direito ao erro e da tentativa do acerto, como me permitiram a mim ao longo de toda a minha formação.

Seguindo de modo mais protocolar com os agradecimentos, sempre estranhei que os que se fazem em uma tese fossem feitos antes de sua defesa, mas hoje vejo que se devem a mais aprendizados e apoios dos que os que se encerram nela própria — por isso são tão justificáveis. Assim, reforço a importância do apoio familiar ao longo de toda minha formação. Aos meus pais, Angela e Luiz, pela contínua e resiliente parceria, e à Lena por ter me tratado sempre como um filho. Ao meu irmão e minha cunhada, João e Aline, pelos incentivos e acolhidas. E, claro, às minhas sobrinhas, Malu e Mari pela alegria. E a todos por me receberem tão bem no complicado retorno ao Brasil.

Agradeço, ainda, à Paula por aceitar o risco de mudança doméstica "ultramarina" em meio ao seu puerpério e por ter permitido muito do tempo necessário à pesquisa. À Mariana, sua irmã, pelo apoio à vida doméstica, dividindo tarefas árduas em diferentes momentos extenuantes de todos os pontos de vista possíveis, favorecendo as condições de pesquisa e estudo para esta tese.

Aos amigos João Marques, companheiro de doutoramento e de bolsa, e sua esposa Priscila pelas trocas todas de amizade que tivemos nesta mesma jornada de travessia e estudos que trouxeram muitas consequências para nossas vidas pessoais. Aos demais amigos que o ISCTE-IUL me apresentou, Marco Póvoa, João Lázaro e Gonçalo Mineiro e Gonçalo Gonçalves pelas conversas durante almoços, copos, cafés e, claro, aulas. Das amizades que este Instituto me proporcionou, ainda é preciso destacar todas as conversas de brasileiros aflitos com suas pesquisas e como desmonte da democracia brasileira observado a um Atlântico de distância, que tive com Mojana Vargas, de quem, ainda assim, só tenho boas e bem-humoradas lembranças.

À Bia Noronha e à Carol Marmo por serem minhas referências afetivas de Brasil em terras lusitanas. Ao Eduardo Sabioni pelas trocas entre "modernistas". E, ainda, a outros amigos que surgiram ao longo deste percurso e que tanto me apoiaram: Barbara Lito e Pedro Pitta, parceiros na aventura parental, que muito souberam ouvir e apoiar, e Thaís Tanure pelos longos cafés de desabafos, crescimentos e trocas acadêmicas.

Aos amigos do Brasil, primeiramente, Julia Baptista e Rafaela Balsinhas, verdadeiros presentes que recebi e conservei do IFCS/UFRJ, Nayana Cataldo, que veio do Brasil me mostrar o Algarve, e Francisco Aimara, que primeiro me mostrou Lisboa e

a quem agradeço conjuntamente à Emilie Faedo e à Gabriela Mitidieri por terem sido três amigos que me garantiram, com todo o *knowhow* já adquirido: o doutorado acaba! E, sobretudo e todos, à Selva, ao Gui e ao Rajão por tantas e tantas coisas que não seriam possíveis resumir nem se vivêssemos tudo de novo. A todos, meu muito obrigado por tudo. Se não contribuíram diretamente para o trabalho, souberam muito bem conservar apoiar o seu autor. Por fim, quero destacar o apoio da Prof. Dra. Camila Corrêa e Silva de Freitas e da Prof. Dra. Rachel Saint Williams, que, além de carinho e amizade, ofereceram reais contribuições para a conclusão deste trabalho.

Quanto aos que contribuíram diretamente para este trabalho, agradeço a Maíra Ferreira pela leitura desta tese por suas sugestões. Agradeço muito aos funcionários dos arquivos e bibliotecas portuguesas pela forma como executam seus trabalhos com grande dedicação e não raro indo muito além de suas obrigações. Especialmente as funcionárias de atendimento da Sala de Leitura da Torre do Tombo (ANTT), a Dra. Odete Martins e ao Dr. Paulo Tremoceiro. Sem tais ajudas, muitos documentos não teriam chegado às minhas mãos pelas muitas dificuldades arquivísticas e burocráticas que me ajudaram a superar. Sem tais pessoas, que trabalham além do máximo e que muitas vezes têm sua importância reconhecida abaixo do mínimo, os arquivos seriam castelos impenetráveis. E, ainda, à Sra. Natália Matos, da seção de Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal, pelos sorrisos, carinho e por sempre perguntar do Leo.

Agradeço aos professores do ISCTE-IUL e destaco a importância das Prof. Dra. Magda Pinheiro, Prof. Dra. Maria João Vaz e a Prof. Dra. Fátima Sá, por todas as aulas e incentivos, mesmo quando tudo parecia de ponta cabeça. Agradeço especialmente ao amigo e professor Prof. Dr. Carlos Ziller Camenietzki (Departamento de História/UFRJ) por me iniciar na História e ter acompanhado a minha trajetória do primeiro dia da graduação ao último do doutoramento e ao meu orientador, Prof. Dr. Luís Miguel Carolino, por apoiar irrestritamente esta tese e seu autor e por entender que algumas situações exigem a lembrança de que o doutoramento é apenas uma parte da vida e não ela própria. Estes apoios, especialmente os dois últimos (que em nada se limitaram ao apoio docente), foram indispensáveis.

Sem querer estender continuamente esta seção, preciso agradecer à Carolina Fenati, pessoa em que inteligência, erudição e sensibilidade encontraram o melhor equilíbrio com o qual já me deparei e que me guiou, ouviu e aconselhou em momentos

felizes e em outros bem ao contrário disso. Sua amizade constante me trouxe aqui. Se não inteiro, ao menos quase.

Por fim, pelos desenhos, brincadeiras e gargalhadas juntos, agradeço ao Leo, que com a generosidade que apenas na infância vivemos me desculpou de todos os injustos humores, aflições e momentos de indisponibilidade que este doutoramento trouxe para ele. A ele, por quem tudo ganha sentido, dedico todo este trabalho e meu carinho.

Resumo

O principal objetivo desta tese é o de revelar desconhecidas agências e agentes da política portuguesa que, cotidianamente, constituíam o seu espaço público, durante o período moderno. Atentando a diferentes escalas, entre a praça e o reino, desvendar-se-á através do cotidiano dos anos da União Ibérica e da Restauração Portuguesa como a política estava presente na vida diária e se manifestava nas ruas das principais cidades do reino. As diferentes literaturas em circulação, pasquins, panfletos, juízos e alteridades sociais, além do modo como os diferentes grupos da população reagem aos contextos políticos considerados ao longo desta tese, serão os elementos considerados no tratamento do seu objeto. Revisitando parte da teoria sobre o espaço público e da historiografia sobre o Antigo Regime e com especial atenção para o cotidiano da Lisboa deste período, as abordagens, análises e demonstrações que seguirão feitas deverão culminar na identificação de uma intensa atividade política e cultural, cuja diversidade de agentes, interesses e opiniões é uma de suas mais evidentes e negadas características.

Palavras-chave: Espaço Público, cotidiano, História Moderna, União Ibérica, Restauração Portuguesa, agência política, opinião pública, comunicação política.

Abstract

The main objective of this thesis is to reveal unknown agencies and agents of Portuguese politics that daily constituted its public space during the modern period. Attending to different scales, between the square and the kingdom, we will seek to unveil through the daily life of the years of the Iberian Union and the Portuguese Restoration how politics was present in daily life and manifested in the streets of the main cities of the kingdom. The different circulating literatures, pamphlets, judgments, and social alterities, as well as the way different population groups responded to the political contexts considered, will be the elements to be considered in the treatment of the object. Revisiting part of the theory of public space and the historiography of the Old Regime and with special attention to the daily life of Lisbon during this period, the approaches, analyzes and demonstrations that follow will culminate in the identification of an intense political and cultural activity, whose diversity of agents, interests and opinions is one of its most obvious and denied characteristics.

Keywords: Public sphere, daily life, Modern History, Iberian Union, Portuguese Restoration, political agency, public opinion, political communication.

Nota prévia

As citações presentes nesta tese não tiveram suas ortografias atualizadas. A opção se justifica pela importância que se observa no modo como as palavras eram escritas, reveladoras de mais problemas sociológicos do que os aqui investigados. Assim, mesmo que tais problemas não sejam constituintes do objeto da tese, a opção por atualizar as ortografias seria incoerente com a confiança no potencial das fontes para revelarem mais questões do que as que foram formuladas até agora. As poucas intervenções feitas foram no sentido de facilitar suas transcrições. De maneira geral foram suprimidos o til "~" de algumas abreviações e substituídos pelo trema "¨" quando empregados em vogais que expressam fonemas correspondentes (por exemplo, "ë" ou "ü"). Além disso, todo e qualquer destaque presente em citações (sublinhados, itálico, negrito ou uso de maiúsculas) é por sua presença nos textos originais. Nenhum destaque foi feito de forma autoral na tese.

A estilização seguiu as normas da NP 405 (Norma Portuguesa 405), oferecida pela biblioteca deste Instituto no seguinte link:

<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/15068/1/Guia_Referências%20Bibliográficas_NP405.pdf>
(último acesso em 27 de outubro de 2019).

A praça e o reino

cotidiano e espaço público em Portugal entre Filipes e Braganças

(ca. 1580 - ca. 1668)

INTRODUÇÃO:	5
1. A SEGUNDA MORTE DE LÁZARO: A CONSOLIDAÇÃO DE UM SENSO COMUM SOBRE O "MAIS VIL DO POVO", A PARTIR DA TRAJETÓRIA DA LITERATURA PICARESCA (SÉC. XVI E XVII)	29
2. A PRAÇA COMO <i>LUGAR</i> — RELAÇÕES COTIDIANAS, ALTERIDADE E AGÊNCIAS NO MERCADO DA CIDADE MODERNA.....	63
2.1 - A GEOGRAFIA DA PRAÇA	64
2.2 - INTERAÇÕES FORMAIS ENTRE OS TRABALHADORES DA PRAÇA E AS INSTITUIÇÕES: O CONHECIMENTO DA PRAÇA ENTRE O CRIME E A APRESENTAÇÃO LEGÍTIMA	91
2.3 - A PRAÇA COMO CAMPO DE OBSERVAÇÃO DE COMPORTAMENTOS POLÍTICOS ALÉM DOS INSTITUCIONAIS	115
3. O ATO ANTES DO RISO — O CONTEXTO DE ABERTURA DO PÁTIO DAS ARCAS, SEUS USOS, POLÊMICAS E O MERCADO DE COMÉDIAS EM LISBOA (1588-1640)	123
3.1 - O PÁTIO DAS ARCAS E O PERÍODO FILIPINO.....	124
3.2 - O COMÉRCIO DAS COMÉDIAS DOS FILIPES AOS BRAGANÇAS	140
3.3 - A NOVA COMÉDIA EM PORTUGAL, ASPECTOS DE SUA ELABORAÇÃO TEÓRICA E RECEPÇÃO CRÍTICA.....	157
4. "QUEM SEU CU ALUGA NÃO SE ASSENTA AONDE QUER" — A DERROTA DE MADRI NA OPINIÃO PÚBLICA PORTUGUESA (CA. 1620 - CA. 1640)	175
4.1 - A RECEPÇÃO DOS IMPOSTOS EM CRÍTICAS SOCIAIS.....	177
4.2 - UM GOVERNO SEM CREDIBILIDADE	193
4.3 - A MULTIDÃO LEVANTADA	214
5. "EM ABONAÇÃO DO REYNO DE PORTUGAL" — CONSIDERAÇÕES SOBRE ALGUNS PROBLEMAS DA CHAMADA LITERATURA DE AMPLA CIRCULAÇÃO DA RESTAURAÇÃO PORTUGUESA.....	235
5.1 - PORTUGAL, UM EXÉRCITO	235
5.2 - A VULGARIZAÇÃO DO ÉPICO NA LITERATURA MEDIANA DA RESTAURAÇÃO, O CASO DO MERCVRIO PORTUGUEZ: CONTEXTO, TEMAS, FORMA E IMPACTO PÚBLICO DO SEGUNDO PERIÓDICO DA HISTÓRIA DE PORTUGAL (1663-1667)	259
5.3 - O TEATRO POLÍTICO DE PERO SALGADO — A RESTAURAÇÃO E SUAS NOTÍCIAS NAS COMÉDIAS DE UM POETA SOLDADO.	283
6. FRANCISCO LOPES, UM POETA RUIM DA RESTAURAÇÃO — GOSTO, ELOCUÇÃO E AGÊNCIA POLÍTICA AUTORAL DE UM POETA LIVREIRO EM LISBOA (CA. 1600 - CA. 1650).....	301

6.1 - O LIVREIRO E A RUA NOVA	302
6.2 - UM POETA RUIM DA RESTAURAÇÃO.....	317
6.3 - A POLÊMICA DOS CULTOS	339
CONCLUSÃO.....	359
BIBLIOGRAFIA E FONTES:	365

1. *Inutilmente, magnânimo Kublai, tentarei descrever a cidade de Zaíra dos altos bastiões. Poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos; mas sei que seria o mesmo que não dizer nada.*

[...]

A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que refluí das recordações e se dilata. Uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaíra. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.

2. *Milhões de olhos erguem-se diante de janelas pontes alcaparras e é como se examinassem uma página em branco. Muitas são as cidades como Filiade que evitam os olhares, exceto quando pegas de surpresa.*

Italo Calvino, *As cidades invisíveis*.

Introdução

Em 2012, um novo pedaço da história do Brasil foi dado a conhecer. Sob a organização atenta e bem apresentada de José Murilo de Carvalho, Lúcia Bastos e Marcelo Basile, os brasileiros e outros interessados de qualquer nacionalidade passaram a ter a oportunidade de conhecer os *papelinhos*, que, na parte que lhes cabia, caracterizaram o delicado e incerto momento em que se definiu a independência política da nova nação americana¹. Estes "*papelinhos*, à época muito falados, mas até hoje pouco conhecidos", foram apresentados pelos autores da coleção como "armas típicas da vida política do mundo moderno e início do contemporâneo". Ainda nesta apresentação, os autores lembram como os panfletos foram armas de denúncia ou divulgação de assuntos e ideias políticas em momentos marcantes da história. Como exemplo, citam o "papel" da escrita nas Frondas e suas *mazarinades* e nas Revoluções Inglesas, no século XVII, ou durante a independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa, além de referirem a importância dos mesmos papéis para o processo de independência das demais nações latino-americanas².

Apesar de lembrarem de eventos importantes do século XVII ocorridos na França e na Inglaterra e uma série de outros processos que marcam a passagem dos séculos XVIII e XIX, os igualmente importantes, abundantes (e por isso mesmo não excepcionais) e "muito falados" *papelinhos* do período filipino e restauracionista português não foram mencionados pelos organizadores — talvez pelo intuito de informar como estes textos também circulavam em territórios não governados pela monarquia portuguesa, talvez por simplesmente não atentarem à versatilidade do espaço público ibérico do Seiscentos. A segunda hipótese, sendo verdade, não surpreenderia. Afinal, para uma grande parte da

¹ A publicação dos papéis políticos que caracterizam a *Guerra literária* que ocorreu durante as tensões que obtiveram por resultante a independência brasileira foi organizada em dois esforços, aparentemente, diversos, porém complementares. No primeiro, o *Às armas, cidadãos!*, os organizadores editaram os panfletos manuscritos divulgados entre 1820 e 1823. Já em *Guerra literária*, deram a saber ao público quatro volumes reunindo os textos impressos que respondiam às questões políticas do período, cada um deles organizado em torno da opção formal adotada no momento da autoria (v. 1 cartas, v. 2 análises, v. 3 sermões, diálogos e manifestos, v. 4 poesias, relatos, Cisplatina). Cf. CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcelo (org.). *Às armas, cidadãos! Panfletos manuscritos da Independência do Brasil (1820-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. _____. *Guerra Literária — panfletos da Independência (1820-1823)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, 4v.

² CARVALHO; BASTOS; BASILE - *Às armas, cidadãos...* p. 7.

historiografia sobre o período moderno e para as mais clássicas abordagens ao espaço público e suas "armas típicas", as cidades ibéricas, especialmente as portuguesas, não são tão lembradas por sua complexidade ou pelo dinamismo de suas relações urbanas.

Portanto, é bastante possível que o esquecimento derive da identificação dos autores com uma chave de leitura do espaço público proporcional àquela sedimentada pelo seu principal teórico, para quem o espaço público — coisa das avançadas décadas do Setecentos — só foi antecipado em alguns momentos embrionários como os exemplos inglês e francês mencionados acima, como é possível inferir a partir desta opinião apresentada pelos organizadores da coleção:

Entre o final do século XVIII e o início do XIX, o escrito passou a ter importância fundamental nas sociedades ocidentais. As discussões políticas começaram a ultrapassar o âmbito restrito das cortes e dos palácios para invadir os novos espaços públicos de sociabilidade surgidos paralelamente à difusão das Luzes — os cafés, os salões, as academias, as livrarias e até mesmo as sociedades secretas, que, sob a proteção do segredo, converteram a palavra em coisa pública³

Esta situação não é aqui apresentada como denúncia contra o trabalho dos importantes historiadores brasileiros. Antes disso, é aludida pelo estranhamento que causa o fato de que, mesmo no Brasil, é ao dinamismo de sociedades da Europa Setentrional e do Norte que se recorre como exemplo da política fora dos espaços institucionais ou para as formas de observação da política na vida pública. Sobretudo, maior estranhamento causa a afirmação de que é entre o final do Setecentos e início do Oitocentos que "o escrito passou a ter importância fundamental nas sociedades ocidentais", quando "sob a proteção do segredo, converteram a palavra em coisa pública". O desconhecimento de um passado em que a importância fundamental da escrita é mais antiga e indispensável para a boa aferição do cotidiano das cidades modernas e para o elevado grau de disseminação de seus assuntos políticos entre diferentes públicos deriva, portanto, de uma dupla limitação que não diz respeito especificamente a Carvalho, Basile ou Bastos.

A primeira diz respeito à própria teoria do espaço público a qual os autores se referem como definidora de suas formas conceituais. E a influência da teoria de Habermas para o espaço público surge nítida e explicitamente como principal influência para este enquadramento de processos históricos nos quais os historiadores acima identificam a

³ Idem, p. 8.

vigência do espaço público⁴. Já a segunda é movida por uma estagnada compreensão historiográfica sobre a vida política do *Antigo Regime*. E, em ambas, notam-se opções teóricas e metodológicas estruturantes que não apenas as aproximam e moldam suas mais interessantes e inequívocas contribuições como também é através delas que as referidas limitações têm sido verificadas.

No que concerne ao modo como Habermas moldou a teoria do espaço público, dois problemas principais estruturam importantes entraves não superados. Pois, embora tenha sido o filósofo autor de uma das mais criteriosas formas de definir um público, sua própria argumentação é limitada, por um lado, por uma compreensão histórica questionável e reprodutora de sentidos comuns a respeito de diferentes sociedades modernas. Por outro lado, sua definição é pautada em uma excludente e viciada compreensão de público unicamente devedora de uma ilustração burguesa e de condições burguesas de inserção em uma comunidade em que houvesse paridade entre seus membros⁵ — algo típico do período assinalado mais acima como aquele no qual a escrita teria se tornado, enfim, fundamental; uma constatação problemática e forte o suficiente para demonstrar como ambos os problemas se retroalimentam.

Conceitualmente, a esfera pública burguesa surge como a superação de uma esfera pública de caráter meramente representativo e condizente a uma cultura de corte típica das sociedades modernas⁶ — excluindo imprudentemente todo o restante da vida social.

⁴ A teoria de Habermas é referida pelos autores como suporte à citação acima. A definição destes "novos" espaços públicos, inclusive, parece ter sido inspirada pelo filósofo alemão, para quem tais espaços (cafés, por exemplo) foram as plataformas onde os homens privados se reuniam em público, no começo do Iluminismo. Cf. HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, p. 47-51.

⁵ Para suas definições de formação de um público, sua paridade (onde a autoridade do argumento seria superior à da hierarquia social) e as condições de sociabilidade e garantia de acesso ao debate através de uma crítica racional (inclusive pela presunção de posses e formação acadêmica dos seus pares), cf. Idem, p. 51-53. Para a sua proposta de diferenciação entre "público" e "grande público", de formação mais difusa e que seria, de certa forma, representado intelectualmente pelo primeiro, cf. Idem, p. 53-54.

⁶ Sem fazer uma distinção suficientemente criteriosa entre os períodos medieval e moderno, Habermas afirma sobre a esfera pública da Idade Média: "Não obstante, os atributos da soberania, como o selo de príncipe, não por acaso são chamados de "públicos" (...) ou seja, aí existe uma representação pública de soberania". Esta representatividade que se cristaliza na Idade Média só é superada pela transformação estrutural da esfera pública e até que isso tenha acontecido, Habermas afirma: "A evolução da representatividade pública está ligada a atributos da pessoa: a insígnia (emblemas, armas), hábito (vestimenta, penteado), gesto (forma de saudar, comportamentos) e retórica (forma de falar, o discurso estilizado em geral)." Idem, p. 19 e 20. Tal compreensão sobre comportamentos e, sobretudo, esta ideia sobre "retórica" serão

Para Habermas e todos aqueles que concordam com suas estruturas históricas e sociais para o espaço público, nesta nova esfera pública (diferente da anterior pelas transformações que levam ao advento do Estado⁷), não havia apenas as distinções entre o público e o privado, mas também as condições para que determinados indivíduos pudessem interpretar e formar um juízo racional acerca da realidade. Portanto, segundo este balizamento dos aspectos sociais e políticos da vida, não é possível admitir falar-se em esfera pública como local onde as diferentes partes da sociedade pudessem negociar e disputar suas influências e interesses até que tenha ocorrido a superação do caráter meramente representativo desta esfera pública pré-burguesa. Aspecto importante que justifica esta compreensão, a indistinção entre o público e o privado é o que faz com que as sociedades modernas sejam definidas como "domésticas" e que explica a adoção de marcos referenciais para a sua mudança estrutural nas Revoluções Inglesa e a Francesa⁸.

questionados nesta tese como forma de extrapolar o caráter "representativo" como única característica desta esfera pública.

⁷ “O moderno conceito de “Estado” designa a entidade que, nas sociedades contemporâneas, detém em exclusivo o poder de coacção legítima(...) é a ela que compete a prossecução do “interesse público” — diferente e contraditório com (...) os interesses particulares (...) Contraposta ao Estado (que, neste sentido constitui a “sociedade política”) encontra-se a “sociedade civil”, privada de poder político (*societas civilis sine império*) e domínio de realização (...) dos interesses privados”. Tais condições, continua, “apenas se começam a impor na última fase do Antigo Regime, quando a concentração institucional e efectiva do poder numa entidade central permite dar um conteúdo palpável a certas contraposições terminológicas e conceituais (...) que eram conhecidas da tradição doutrinal anterior, mas para as quais esta não tinha conseguido encontrar correspondência no plano dos factos”. HESPANHA, António Manuel. Para uma teoria da História Institucional do Antigo Regime In: HESPANHA, António Manuel (org.). *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime — coletânea de textos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 26-28.

⁸ Sobre este modelo político e sua verificação, Hespanha afirma: “Também este modelo de comunidade política particular se estendeu das comunidades familiares-senhoriais para as comunidades urbanas e regionais (...) Num modelo deste tipo de distribuição social do poder torna-se impossível localizar o poder político numa só entidade e, assim, qualquer análise que tome como ponto de partida a distinção entre “Estado” (ou sociedade política) e “sociedade civil” (*sine império*) revela-se como empiricamente inadequada” Idem, p. 35. Sobre a relação deste modelo de sociedade com a esfera pública, Habermas afirma: “A própria “esfera pública” se apresenta como uma esfera: o âmbito do que é o setor público contrapõe-se ao privado”; “A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público” Idem, p. 14 e 42. Também aqui a aproximação das perspectivas históricas de Hespanha e de Habermas se faz sentir. Segundo Hespanha: “O âmbito do poder na titularidade de cada corpo era, portanto, o necessário para ele realizar as funções que lhe cabiam no seio da sociedade global; e, por isso, esse âmbito atingia a máxima expressão no caso daqueles corpos a quem competiam funções mais diversificadas (...) e a expressão mínima nas entidades a quem competia apenas uma função reguladora de todo o sistema. Assim, o pai de família (ou o senhor da terra) — ou seja, o chefe da antiga unidade sócio-económica europeia (a casa, *das ganze Haus*), integrada pela família extensa e pelos serviços — dispunha dum poder global de administração patrimonial, que a literatura clássica e medieval designa por “poder

Na teoria geral do espaço público, a filósofa estadunidense Nancy Fraser parece ter sido quem, com maior sucesso, criticou a limitação da teoria de Habermas⁹. Fraser problematizou as condições históricas que Habermas estipulou para a emergência de uma esfera pública burguesa, indicando suas consequências para uma excludente definição de público. Os participantes da esfera pública burguesa, tal como Habermas a definiu num primeiro momento, deviam atender a uma série de condições que restringiu o seu número de participantes a um relativamente pequeno grupo de pessoas. Fraser ressalta como efeito prático desta operação intelectual uma perigosa tendência à naturalização e reprodução de uma hegemonia cultural deste grupo sobre outros¹⁰. Aqueles que não

económico” (...) mas que englobava faculdades que hoje designaríamos por jurídicas, económicas, culturais e até religiosas. Se o poder destas células de base da sociedade se dirige à organização (activa) de todas as actividades necessárias à satisfação das necessidades do grupo, já o poder dos corpos superiores se dirige, sobretudo, à tarefa (passiva) de salvaguarda dos equilíbrios naturais da sociedade (*ius suum cuique tribuere*)” Idem, p. 66-67. Habermas, por sua vez, propõe: “Exatamente a precária tentativa de uma aplicação nas relações jurídicas da dominação feudal fundiária e de vassalagem fornece, sem querer, indício de que não existiu uma antítese entre esfera pública e esfera privada segundo o modelo clássico antigo (ou moderno) Certamente também aqui a organização económica do trabalho social faz da casa do senhor o centro de todas as relações de dominação” e conclui, mais adiante: “Há “autoridades” superiores e inferiores, “privilégios” maiores e menores, mas não há nenhum estatuto que possa ser fixado no âmbito jurídico privado a partir do qual, por assim dizer, pessoas privadas pudessem aparecer numa esfera pública. (...) Assim, parece-me compreensível que a autoridade “privada” e “pública” fundem-se numa inseparável unidade, já que ambas são a emanção de um único poder, sendo também compreensível que estejam ligadas aos bens fundiários e que possam ser tratadas como direitos privados bem adquiridos” HABERMAS - *Mudança estrutural da Esfera Pública...* p. 17-18.

⁹ FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, Craig. *Habermas and the public sphere*. Cambridge: The MIT Press, 1996, p. 109-142.

¹⁰ Segundo Fraser, a teoria de Habermas para esfera pública revela um profundo idealismo e uma aposta irrestrita nas condições sociais que identifica para ela. Isso fica bastante claro quando apresenta uma síntese sobre os estudos que criticam o referido idealismo de Habermas, para quem a esfera pública seria um espaço igualitário e de apresentação irrestrita de argumentos racionais que objetivam o bem comum. Fraser ressalta que: “despite the rethoric of publicity and accessibility, that official public sphere rested on, indeed was importantly constituted by a number of significant exclusions” Idem, p. 113. Mais adiante, afirma: “the problem is not only that Habermas idealizes the liberal public sphere but also that he fails to examine other, nonliberal, nonbourgeois, competing public spheres. Or rather, it is precisely because he fails to examine these other public spheres that he ends up idealizing the liberal public sphere. (...) Moreover, not only were there always a plurality of competing publics but the relations between bourgeois publics and the other publics were always conflictual. (...) As Eley puts it, “the emergence of a bourgeois public was never defined solely by the struggle against absolutism and traditional authority, but... addressed the problem of popular containment as well. The public sphere was always constituted by conflict.” Idem, p. 115-116. “This conception assumes that a public sphere is or can be a space of zero degree culture, so utterly bereft of any specific ethos as to accommodate with perfect neutrality and equal ease

atendiam às suas especificações sociológicas (nível de instrução, formas mais habituais de debate e de acesso à informação, frequência a certos lugares e, até mesmo, ser proprietário de bens) não poderiam jamais atender às condições de interação com um público capaz de julgar crítica e transparentemente a realidade.

Para a avaliação de como tais exclusões surgem, já não sob uma perspectiva genérica nesta teoria sobre a esfera pública assim estipulada, mas mais detida ao período histórico que importa a esta tese, as exclusões denunciadas por Fraser assumem características a serem detalhadas. A emancipação de um espaço público distinto de outro no qual o público e o privado se confundiam em uma sociedade doméstica é apresentada por Habermas como uma conquista unicamente burguesa — e, com isto, não se refere às populações dos *burgos*, mas a um projeto político que culmina nos Estados liberais e burgueses. Isto é, uma esfera pública cuja mudança estrutural se percebe a partir destes termos. Mas, se é verdade que no período moderno havia um intenso recurso à representação do poder oficialmente reconhecido como forma de apresentação pública da política formalmente reconhecida, extrapolar tal recurso para uma totalidade das formas de fazer e apresentar a política é simplista e, antes de contextualizar o sentido destas representações do poder, as naturaliza. E na aferição desta generalização radica um potencial analítico.

De certa forma alinhado com a crítica de Nancy Fraser a uma excludente noção de esfera pública criada por Habermas, Filippo de Vivo é um dos autores que estabeleceu uma abordagem alternativa à do filósofo alemão. Questionando o caráter meramente representativo indicado para a esfera pública pré-burguesa, Vivo lançou-se a um emaranhado de fontes que aferem melhor a história do que o quadro teórico que sustenta a teoria habermasiana. E digo emaranhado pois é assim que as fontes são produzidas: sem nenhuma pretensão de distinta clareza para os historiadores do futuro. Atento a uma série de pasquins e panfletos que circularam na Veneza dos séculos XVI e XVII¹¹, Vivo propôs

interventions expressive of any and every cultural ethos. But this assumption is counterfactual, and not for reason that are merely accidental. In stratified societies, unequally empowered social groups tend to develop unequally valued cultural styles. The result is the development of powerful informal pressures that marginalize the contributions of members of subordinated groups both in everyday life contexts and in official public spheres" Idem, p. 120.

¹¹ VIVO, Filippo de. *Information and communication in Venice: rethinking early modern politics*. Oxford: Oxford University Press, 2009. _____. Public sphere or communication triangle? Information and politics in early modern Europe. In: ROSPOCHER, Massimo (ed), *Beyond the public sphere: opinions, publics, spaces in early modern Europe*. Bolonha: Il mulino; Berlim: Duncker & Humblot, 2012, p. 115-136. _____. *El Paternoster degli Spagnoli*.

que, ao invés de "uma" esfera, a comunicação e a política modernas sejam pensadas a partir de três vértices, e justificou:

The means and spaces of communication were the object of opposite claims by different social and political agents. When I suggest substituting a sphere with a triangle I do not wish to force a model onto a reality that was extremely complex, but I do hope to offer a useful tool of analysis. Much better than a monolithic sphere, the spikiness of a triangle's three points does suggest the idea of conflict, competition and exclusion: the idea that communication really was part of politics.¹²

Em outra oportunidade, Vivo abordou a relação entre os três vértices considerando-os três esferas em interação: a da autoridade, isto é, do poder legítimo; a da arena política, constituída por outros agentes cujas capacidades políticas eram reconhecidas e possuíam uma boa integração social e seus servidores mais próximos; e a das opiniões populares. Apesar das diferenças geométricas, o sentido da análise permaneceu bastante próximo em ambos os textos. É importante em ambas as ocasiões permanece o destaque dado à necessidade de serem superadas as fontes e as interrogações de natureza unicamente institucional ou jurídica sobre a esfera pública. Como será demonstrado, esta é uma observação incontornável para esta tese e que está no centro de sua crítica tanto à teoria do espaço público quanto às abordagens historiográficas que cedem total protagonismo a uma problemática invariavelmente institucional ou de atenção às apresentações oficiais da política e do poder.

Por isso, a distinção de esferas proposta por Vivo é interessante e nela foi apresentada uma importante observação sobre a urgência em ser reconsiderada a validade de determinadas fontes. Segundo o historiador, os documentos apenas revelam esta terceira esfera (a das opiniões populares) de maneira indireta e que surge "a través de las descripciones que de ellas hicieron algunos miembros de las dos primeras esferas de la comunicación: la autoridad y los «insiders» de la política"¹³. Assim, Vivo preserva uma coerência com a sua ideia de que a insistência em uma esfera monolítica (identificada através da leitura exaustiva de fontes oficiais ou "autorizadas") apenas representa a manutenção das exclusões operadas no passado nas teorias sobre ele, pois as

La comunicación política en la Venecia del Cinquecento. In: GÓMEZ, António Castillo; AMELANG, James S.; SÁNCHEZ, Carmen Serrano (org.). *Opinión pública y espacio urbano en la Edad Moderna*. Gijón: Trea ediciones, 2010, p. 357-371.

¹² VIVO - *Public spher or communication triangle?...* In: ROSPOCHER, *Beyond the public sphere...* p. 136.

¹³ VIVO - *El Paternoster degli Spagnoli...* In: GÓMEZ; AMELANG; SÁNCHEZ, *Opinión y espacio público...* p. 361.

comunicações políticas travadas (muitas vezes com grande tensão) entre as duas esferas superiores: "no prueban la existencia de una esfera pública popular, mas bién al contrario, nos remiten a una cultura de élite que se basaba en la exclusión sistemática del pueblo de la política."¹⁴

Mas o efeito de permanência desta ideia sobre o passado em Habermas fica mais evidente quando, após uma intensa revisão metodológica de sua abordagem, algumas de suas premissas permaneceram intocadas¹⁵. Esta inversão metodológica, em que Habermas promoveu uma "virada linguística", culminou em uma importante revisão de seus pressupostos que, entretanto, foram mantidos em linhas gerais¹⁶. Assim, embora seja verdade que, nestas revisões, Habermas abriu espaço para novas inclusões, como aquelas cuja necessidade foi denunciada por Fraser, o primado do Direito como fonte explicativa mais ajustada ao olhar histórico continuou a impedir uma alteração em seu olhar que o tornasse capaz de atentar às exclusões denunciadas, por exemplo, por Vivo.

Maior sintoma desta insistência surge quando Habermas admite ter tido contato com as linguagens que Bakhtin revela ao desvendar uma desconhecida e importante polifonia:

I must confess, however, that only after reading Mikhail Bakhtin's great book *Rabelais and His World* have my eyes become really opened to the inner dynamics of a plebeian culture. This culture of the common people apparently was by no means only a backdrop, that is, a passive echo of the dominant culture; it was also the periodically recurring violent revolt of a counterproject to the hierarchical world of domination, with its official celebrations and everyday disciplines. Only a stereoscopic view of this sort reveals how a mechanism of exclusion that locks out and represses at the same time calls forth countereffects that cannot be neutralized. If we apply the same

¹⁴ Idem, p. 362.

¹⁵ Para o percurso metodológico de Habermas, suas revisitações à teoria que ele próprio estipulou e críticas aos diferentes momentos de sua trajetória enquanto filósofo dedicado ao assunto, cf. SILVA, Filipe Carreira da. *Espaço público em Habermas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais - ICS, 2002.

¹⁶ Sobre o contexto que levou Habermas a propor revisões à sua teoria, Silva pondera: "Em suma, Habermas considera que deve ser revista a forma demasiado simplista como concebeu a transformação estrutural da esfera pública. Por outras palavras, se mantém as linhas gerais da sua posição original, Habermas considera que a análise então efectuada se baseou em critérios e instrumentos teóricos hoje ultrapassados" Idem, p. 76. Para a avaliação da manutenção da formulação conceitual da esfera pública, embora reformulada em sua apresentação e integrada em um "modelo teórico onde a comunicação e a linguagem são as traves mestras", cf. Idem, p. 113. Aqui fica demonstrada que a esfera pública permanece um conceito dependente das transformações estruturais previamente indicadas: "Pensamos que as raízes da actual discussão sobre democracia deliberativa e sociedade civil, no contexto de um novo paradigma de filosofia do direito (dito procedural), se encontram nesta *Teoria da Ação Comunicativa*". Ibidem.

perspective to the bourgeois public sphere, the exclusion of women from this world dominated by man now looks different than it appeared to me at the time.¹⁷

Aqui, nota-se de modo bastante evidente que Habermas teve contato não apenas com a proveitosa crítica de Nancy Fraser, mas também com a enriquecedora perspectiva de Bakhtin para um diferente modo de atentar às diferenças culturais de públicos diversos ao longo da história, inclusive percebendo a importante relação entre hierarquia social e as mesmas diferenças. Mas, o que merece maior destaque é a sua observação de que diferentes grupos sociais podem ser aglutinados pelo modo como expressam uma compreensão da realidade e de como a tematizam. Nesta nova fase, a esfera pública, aparentemente (mesmo advérbio através do qual Habermas relativizou sua própria leitura de Bakhtin), deixaria sua forma monolítica e passaria a ser concebida como: "uma rede super complexa que se ramifica espacialmente num sem número de arenas internacionais, nacionais, regionais, comunais e subculturais, que se sobrepõem umas às outras."¹⁸

"Aparentemente", é preciso lembrar, pois tal "rede" se verificaria apenas em "sociedades complexas" nas quais "a esfera pública forma uma estrutura intermediária que faz a mediação entre o sistema político, de um lado, e os setores privados do mundo da vida e sistemas de ação especializados em termos de funções, de outro lado."¹⁹ Embora haja uma distância de alguns anos entre as duas publicações, sendo mais recente aquela na qual Habermas confessa sua leitura de Bakhtin, esta outra passagem remete novamente a um problema estrutural que não é abandonado em sua virada metodológica: o problema da complexidade social.

Afinal, apesar da epifania que Bakhtin provocou em Habermas, abrindo seus olhos para as dinâmicas internas de uma "cultura plebeia", típica do que chamou de "plebian"

¹⁷ HABERMAS, Jürgen. Further Reflections on the Public Sphere. In: CALHOUN - *Habermas and the public sphere...* p. 427. Esta autocrítica parece atender às críticas de Fraser à sua concepção de público, sintetizadas em uma série de interrogações sobre o enquadramento teórico e as condições sociais que Habermas desenvolveu para a esfera pública: "If we take these considerations seriously, the we should be led to entertain serious doubts about a conception of the public sphere that purports to bracket, rather than to eliminate, structural social inequalities. We should question whether it is possible even in principle for interlocutors to deliberate as if they were social peers in specially designated discursive arenas, when these discursive arenas are situated in a larger societal context that is pervaded by structural relations of dominance and subordination." FRASER, Rethinking the public sphere... In: CALHOUN - *Habermas and the public sphere...* p. 120.

¹⁸ HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 107, vol. 2.

¹⁹ Idem.

public sphere", Habermas continuou a apostar no caráter representativo desta esfera pública pré-burguesa, cuja mudança estrutural ocorre apenas com a fratura que divide sistema político, sistema econômico e sociedade civil, isto é, com o colapso da chamada "sociedade doméstica". Somente após a partição deste modelo político nas três forças acima indicadas (Estado, sociedade civil e sistema econômico, vulgo "mercado") é que teria havido a formação do indivíduo burguês capaz de se apresentar como sujeito particular e de se reunir em público mantendo sua condição de "privado".²⁰

Apesar destas revisões, pelas quais Habermas assumiu a importância de relativizar ou superar o império da norma e de conceder maior importância à aferição do potencial intrínseco às práticas cotidianas de comunicação como reveladoras de juízos não hegemônicos sobre a realidade²¹, o caráter representativo da esfera pública de "sociedades domésticas" permaneceu praticamente sem alterações. Isto pois tais ponderações e o brilhantismo de Bakhtin não anulam suas condições estruturais mantidas até a grande transformação estrutural da esfera pública burguesa. Por tal razão, o efeito prático de sua

²⁰ Sobre a assertiva de Lottes: "The plebeian public sphere is, in a manner of speaking, a bourgeois public sphere whose social preconditions have been rendered null. (...)". HABERMAS, Further Reflections on the Public Sphere. In: CALHOUN - *Habermas and the public sphere...* p. 426. Habermas comenta a participação popular para a constituição de um caráter representativo deste público: "I continue to believe that this type of publicness (only sketchily described in section 2 of *Structural Transformation*) constitutes the historical background to modern forms of public communication." E foi assim que respondeu a críticas que percebiam nesta forma de público uma forma integrada ao que Habermas definiu como a emancipada esfera pública burguesa, consequente a tais processos históricos de transformação estrutural. A falha desta teoria seria uma má distinção entre as diferentes formas destes públicos, insistindo em suas condições para a formação da esfera pública não representativa, Habermas responde a Richard Sennet: "However, staging the presentation of oneself behind a mask that removes private emotions and everything subjective from sight should properly be considered part of a highly stylized framework of a representative publicness whose conventions had already crumbled in the eighteenth century, when bourgeois private people became the carriers of a new type of public sphere". Idem, p. 426-427. Foi somente após esta ponderação que Habermas informou de seu contato com a polifonia revelada por Bakhtin. Este momento de sua formulação já é posterior ao da proposição de uma *Teoria da Ação Comunicativa*.

²¹ Na prática, Habermas buscou um melhor equilíbrio entre *normas e fatos*: "The theory of communicative action intends to bring into the open the rational potential intrinsic in everyday communicative practices. Therewith it also prepares the way for a social science that proceeds reconstructively, identifies *the entire spectrum* of cultural and societal rationalization processes, and also traces them back beyond the threshold of modern societies. Such a tack no longer restricts the search for normative potentials to a formation of the public sphere that was specific to a single epoch. It removes the necessity for stylizing particular prototypical manifestations of an institutionally embodied communicative rationality in favor of an empirical approach in which the tension of the abstract opposition between norm and reality is dissolved." Idem, p. 442.

confissão de leitura é ainda tímido, inclusive para uma importante parcela de produção historiográfica que ainda não superou totalmente a importância dos mesmos fatores destacados por Habermas em suas operações de transformação do passado em história.

Felizmente, estas mesmas limitações vêm sendo questionadas e novas soluções historiográficas sobre as sociedades modernas, sobretudo as urbanas, como as das numerosas cidades ibéricas, têm sido propostas. E, graças a estes esforços, toda a fertilidade e toda a vitalidade do período moderno, que vai muito além das barreiras que definem as instituições do Antigo Regime, começam, então, a ser reveladas. Também por isso, é dada a saber toda a potência de cidades ocupadas por uma diversidade de agentes que, com suas linguagens e formas de agir próprias, eram capazes de interferir na vida pública consoante os juízos que formavam sobre a realidade a partir do lugar social de onde a experimentavam.

Mas, apesar dos esforços bem sucedidos de historiadores como Filippo Vivo e outros — entre os quais, cabe destaque a António Castillo Gómez, Massimo Rospocher e, para uma referência em Língua Portuguesa e expressiva fonte de inspiração para esta tese, Diogo Ramada Curto²² —, a história das instituições e sua principal chave explicativa, a *sociedade corporativa*, permanecem as principais fontes de inspiração historiográfica e mais aceitas teorias para o período moderno. Justamente para que possamos reconhecer e consolidar a importância histórica de outros juízos e agentes que não os identificados por esta vertente historiográfica, é preciso avolumar o debate e superar a cristalizada metodologia e enquadramento teórico que aproximam as teorias do espaço público à história das instituições. É neste sentido que a história do direito e o próprio Direito e suas teorias que despontam como um conjunto comum de conhecimentos para este segmento historiográfico e para a teoria do espaço público de Habermas — que, como vimos, sofreu severas transformações ainda que não tenha abdicado de princípios que recuperam seu primeiro momento de elaboração²³ — precisam

²² Da autoria ou fruto da organização dos autores acima, ainda não foram referidos os seguintes títulos, igualmente importantes para esta tese: GÓMEZ, Antonio Castillo. *Entre la pluma y la pared —una Historia Social de la escritura en los Siglos de Oro*. Madrid: Akal Ediciones, 2006. CURTO, Diogo Ramada. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Universidade Aberta, 1988. _____. *Cultura Escrita (séculos XV a XVIII)*. Lisboa: ICS - Imprensa de Ciências Sociais, 2007. _____. *Cultura Política no tempo dos Filipes (1680-1640)*. Lisboa: Edições 70, 2011.

²³ Segundo Filipe Carreira da Silva, na altura de uma de suas reelaborações sobre a esfera pública, com a publicação de *Teoria da ação comunicativa*, em 1981, “Habermas considerava que o estudo do processo de desenvolvimento do direito constituía uma das áreas clássicas de

ter seu carácter de principal modo de abordar o passado moderno relativizado a fim de permitir a admissão de novos problemas, perguntas, fontes e explicações.

Assim, se é verdade que submergir em arquivos constitui uma incontornável tarefa aos historiadores, é preciso afirmar que limitar-se às fontes arquivísticas de natureza puramente institucional ou ligada/dirigida de algum modo às instituições, antes de corrigir imprecisões, pode gerar outras. Isto porque extrapolar o registro oficial, o modo oficial de descrição da sociedade como única forma de descrição da própria sociedade ou de únicos modos possíveis de agir politicamente é uma opção metodológica que carrega consigo um potencial risco de generalização indevida. O qual pode ser mitigado quando se admite o discurso oficial como um dos discursos possíveis, inclusive rivalizando ou antagonizando com juízos populares para os quais Vivo chamou a atenção — alguns dos quais demonstrados pelo próprio Bakhtin, quando atentou para as figuras e a polifonia empregada em representações populares sobre o poder e a seriedade do oficial²⁴. Por isso, sempre que possível, há que "confrontar estos documentos de archivo con las fuentes literarias"²⁵.

investigação sociológica, remetendo para os exemplos de Weber e Durkheim. Em seu entender, esta seria uma área estratégica para se poder analisar o entrecruzamento dos processos de reprodução simbólica e material da sociedade. Ou seja, poderíamos, através do processo de desenvolvimento do direito, apreender a interação das duas categorias centrais das sociedades modernas — sistema e mundo da vida.” SILVA - *Espaço Público em Habermas...* p. 113. “Cabe a Max Weber o mérito de ter chamado a atenção para esta íntima relação entre os sistemas de dominação (*Herrschaft*) e os meios administrativos (...) acompanhando a distinção que faz entre os sistemas “tradicional” e “estatal” de dominação, Weber contrapõe duas estruturas administrativas típicas.” Esse tipo de dominação tradicional é, exatamente, o que Hespanha propõe para o período: “o chefe da casa conserva a apropriação dos meios administrativos, e incorpora indiscriminadamente no seu património os resultados (positivos ou negativos) da actividade administrativa” HESPANHA, Para uma teoria da História Institucional... In: HESPANHA - *Poder e Instituições...*p. 70 e 71. Ao identificar em Otto Brunner um “papel central na crítica do paradigma estadualista”, resume sua contribuição por ter proporcionado um “reencontro entre a história jurídico institucional e a história social que restaure o carácter global e indiferenciado dos mecanismos do poder no período pré-estatal e que deixe de novo aparecer o carácter “plural” da constituição política da época.” Idem, p. 32. Ainda sobre as fontes jurídicas, Hespanha afirma e elenca as fontes que entende serem as mais fecundas para a sua revisão do passado português. Idem, p. 19. Já no livro que fixou de modo mais estável sua teoria, Hespanha destaca a importância do *Livro das avalliações de todos os officios do Reyno de Portugal*. Cf. HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan — instituições e poder político: Portugal - séc. XVIII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994, p. 45. Para sua metodologia e seleção de fontes neste livro, cf. Idem, p. 41-60.

²⁴ Cf. BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Ed UnB, 1987.

²⁵ VIVO - *El Paternoster degli Spagnoli...* In GÓMEZ; AMELANG; SÁNCHEZ (org.) - *Opinión pública y espacio urbano...* p. 362.

O balanço teórico apresentado acima situa o ponto de intervenção da tese que se apresenta. O seu propósito não é o de refutar as contribuições de todos os trabalhos citados anteriormente, mesmo aqueles dos quais é assumida uma posição de distanciamento. Sem Habermas, não se teria avançado tanto na discussão acerca do espaço público. Sem a história das instituições e, sobretudo, sem António Manuel Hespanha, permaneceríamos num profundo desconhecimento sobre a cultura jurídica ibérica, suas instituições e os procedimentos delas e as tensões políticas de uma importante parcela de sua comunidade política. E mais: não teríamos a real dimensão da presença das instituições e sua variação em todo o território português (no reino e em seu império) no longo e conflituoso processo de centralização política — contribuições que confirmam a importância de seu nome e justificam os estudos que muitos outros historiadores iniciaram sob sua inspiração. Assim, embora assumindo a posição de que há nestas referências algo a ser melhor enquadrado, o intuito desta empreitada é o de avançar no desbravamento do passado e não o de apagar as luzes já lançadas sobre ele.

Mantendo-se nesta figura, para direcionar seu foco a outras zonas ainda sombreadas, será preciso superar um "castrante institucionalismo"²⁶ que condiciona parte considerável da historiografia dedicada ao período moderno. Isto é possível ao serem buscados os meios e as situações favoráveis à observação de outros espaços onde elementos da política possam ser pensados. Não de uma maneira institucional, é certo. Mas algo próprio ao poder de influência da opinião ou da influência que agentes pudessem exercer sobre determinados *lugares* (conceito melhor apresentado adiante), mesmo que de modo ilegal, ou em situações que exigissem maior mobilização ou comprometimento de diferentes grupos sociais.

Em outras palavras, é preciso encontrar a política e os agentes políticos, com suas formas de agir e de comunicação próprias a eles (contingenciadas por suas trajetórias de vida e lugares sociais), também carregadas de sentido político, fora do que é próprio ao oficial ou ao institucional. Neste sentido, todas as novas abordagens que vêm sendo referidas para uma renovação teórica e historiográfica sobre o espaço público e o período moderno apresentam a cidade em si como um dos principais suportes do texto e palco da vida política. Portanto, a busca por tais agentes e formas de comunicação se dará com

²⁶ GÓMEZ, Antonio Castillo. «Amanecieron en todas las partes públicas...» Un viaje al país de las denuncias. In: GÓMEZ, Antonio Castillo. *Escribir y leer en el siglo de Cervantes*. Barcelona: Gedisa Editorial, 1999, p. 147.

especial atenção às literaturas, opiniões e comportamentos *callejeros* que revelem como a política e seus temas chegavam de diferentes formas às ruas do espaço urbano²⁷. Em suma, o que se tem por necessário é somar esforços aos olhares que já atentam ao político fora dos espaços do poder instituído e dos autorizados a serem políticos²⁸. Por todas as razões acima, o cotidiano será uma lente, um modo de abordar os problemas deste passado.

Enquanto categoria, o *cotidiano* é de vantajoso emprego, tanto por sua teorização, como por suas possibilidades metodológicas. Inclusive, para abordar as exclusões e imprecisões percebidas no modo como a teoria do espaço público foi elaborada e vem sendo reelaborada ou as que derivam de uma excessiva valorização do discurso oficial sobre quem eram os agentes politicamente capazes do passado ou atentos apenas às

²⁷ A primeira ocasião em que foi notada esta qualificação foi em Maravall: "El humanista trabaja y destina su obra al poderoso. En cambio, el tipo de intelectual independiente, se dirige a un público. Para ello, claro está, la primera condición es que un público exista. Pues bien, esto es lo que empieza a darse desde fines del XVI y en el XVII; esto es lo que se inicia con la cultura barroca. El mercado de obras de arte; el aumento del volumen de las ediciones que ha permitido la imprenta, la atención callejera a los escritos y a sus autores, etc., etc., lo revellan."

MARAVALL, José Antonio. *La oposición política bajo los austrias*. Barcelona: Editorial Ariel, 1974, 2ª ed., p. 40. A segunda, quando António Castillo Gómez se vale da literatura como fonte de seu cotidiano social e aborda os *papeles rotos* lidos por D. Quijote: "Los intereses y deformaciones impuestos por la Historia Oficial, similares al castrante institucionalismo que ha cercado la visión de la cultura escrita, han juzgado, muy a menudo, una mala pasada al devenir común, despreciando el estudio y, de paso, la transmisión y conservación de muchos de esos *papeles rotos* a los que tan aficionado lector era el mismo Quijote". GÓMEZ - «Amanecieron en todas las partes públicas...»... In: GÓMEZ - *Escribir y leer...* p. 147. É diante deste contexto que Castillo Gómez investiga "las manifestaciones de la escritura callejera, manuscrita e impresa, nacidas de una funcionalidad antagonista". Idem, p. 146. Por isso, justifica que superar as deformações do institucionalismo e da exclusiva atenção a uma história oficial como forma de revelar "«estados de opinión», tan decisivos en el momento de algunas revueltas populares o acciones colectivas." Idem, p. 148. Nesta mesmo trabalho, Gómez explora a importância pública do texto pela gravidade criminal que era percebida nele. Cf. Idem. p. 148-153. Para uma mais larga investida do autor, cf. GÓMEZ - *Entre la pluma y la pared...*

²⁸ Sobre a circulação de textos como o *Paternoster degli Spangnoli*, Vivo afirma: "ofrece preciosos detalles para el análisis de los canales y de los usos de comunicación política entre la población urbana ajena a las instituciones del poder." VIVO, *El Paternoster degli Spangnoli...* In: GÓMEZ; AMELANG; SÁNCHEZ (org.) - *Opinión pública y espacio urbano...* p. 369. Outro caso de importância para esta observação é o de Massimo Rospocher e Rosa Salzberg ao comentarem as diferentes repercussões e consequências dos pasquins que caracterizam as guerras entre a cidade de Veneza e a Liga de Cambrai, a qual aderiu o Papa. Cf. ROSPOCHER, Massimo; SALZBERG, Rosa. A Evanescent Public Sphere: voices, spaces and publics in Venice during the Italian Wars. In: ROSPOCHER, *Beyond the public sphere...* p. 93-114. Conclusões semelhantes são apresentadas por Rospocher em: ROSPOCHER, Massimo. Versos desde las plazas: la poesía como lenguaje de comunicación política en los espacios públicos de las ciudades italianas del Renacimiento. In: GÓMEZ; AMELANG; SÁNCHEZ (org.) - *Opinión pública y espacio urbano...* p. 185-210.

formas políticas institucionalmente previstas. No cotidiano, fica evidente como as formas de ação e comunicação políticas institucionais e não institucionais coexistiam. O oficial e o não oficial, o previsto e o imprevisto, o admitido e o não admitido segundo um modo de delimitar a vida política, o legítimo e o ilegítimo, o integrado e o marginal: todas estas formas da política e do poder coexistem na cotidianidade.

Como se procurará demonstrar, tais manifestações da vida política publicamente apresentada ocorriam tanto na vida prosaica, mais banalmente e irrefletidamente reproduzida, como nos contextos que surpreendiam a vida cotidiana e levavam diferentes pessoas a formarem juízos sobre como deveriam reagir a eles. O cotidiano se apresenta — pode-se dizer, dialeticamente — como um produto contínuo de elementos perenes da vida social, como as estruturas políticas e culturais que sustentam valores e o próprio reconhecimento das autoridades e poderes instituídos²⁹, e fatores conjunturais que surpreendiam à rotina diária e que, em função do cotidiano, ganhavam significados e exigiam respostas. A síntese entre ambos, o estrutural e o conjuntural, forma os contextos com os quais os agentes interagiam. E, quanto a isso, é preciso considerar tal síntese tanto ao nível destas "interações maiores", que afetavam a todos, quanto ao de outras de menor escala (integração profissional, trajetórias familiares, condições socioeconômicas), mas de grande impacto para a formação de subjetividades e agências bastante diferentes do ponto de vista social, e a partir do qual interagiam com a vida cotidiana.

Assim, pensar o cotidiano é também pensar o homem do cotidiano, que cresce e se forma "adulto"³⁰ segundo as diferentes esferas mais particulares e as mais gerais de sua trajetória. É neste sentido que o cotidiano é entendido como uma categoria de análise,

²⁹ Ao comentar a importância do cotidiano e da mediação cultural que ocorre nele para a formação da subjetividade, Heller afirma: "O homem aprende no grupo os elementos da cotidianidade (...) nem as normas assimiladas ganham "valor", a não ser quando essas comunicam realmente ao indivíduo os valores das integrações maiores" HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011, p. 34. Para outras investidas de Agnes Heller ao cotidiano, cf. HELLER, Agnes. *Everyday life*. Londres, Boston, Melbourne: Routledge & Kegan Paul, 1984. _____. *O homem do Renascimento*. Lisboa: Editorial Presença, 1982. _____. *Sociología de la vida cotidiana*. Barcelona: Ediciones Península, 1987.

³⁰ "O homem nasce já inserido em sua cotidianidade. O amadurecimento do homem significa, em qualquer sociedade, que o indivíduo *adquire* todas as *habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade (camada social) em questão*. É adulto quem é capaz de viver por si mesmo a sua cotidianidade. (...). Se a assimilação da manipulação das coisas (e, *eo ipso*, a assimilação do domínio da natureza e das mediações sociais) é já condição de "amadurecimento" do homem até tornar-se adulto na cotidianidade, o mesmo poder-se-á dizer — e, pelo menos, em igual medida — no que se refere a *assimilação imediata* das formas do intercâmbio ou comunicação social." Idem, p. 33.

capaz de revelar a intervenção na realidade e na vida social até mesmo ao nível pessoal. Por isso, se o cotidiano é revelador de um alto grau de automatismo, esta mesma condição é produto da interação de agentes que de diferentes pontos do espectro social contribuíram para a formação de uma percepção mais geral sobre o que é a realidade. A produção desta percepção, recheada de juízos sobre os papéis sociais de cada um, é, inclusive, resultado das tensões entre os grupos mais ou menos integrados aos valores de uma sociedade e contribui para a sua exclusão ou maior aceitação na vida política. Afinal, mesmo o caráter imediato e automático das relações cotidianas não significa a anulação da crítica ou uma incontornável alienação face à realidade. Muito pelo contrário, é no cotidiano que tais condições se criam, podendo ou não ser adotada uma ou outra conduta: "A vida cotidiana está carregada de alternativas, de escolhas"³¹.

Por tal razão, o espaço público interrogado há de ser procurado tanto na vida pragmática do cotidiano — repleta de alternativas, mas também de elementos que denotam a sua ultrageneralização e seus juízos provisórios, reveladores de papéis sociais e de juízos e preconceitos que moldavam as alteridades — como nos momentos de interrupção da sua reprodução mais espontânea. Pensando, por exemplo, o trabalho como uma objetivação da vida cotidiana e, de certa forma, reveladora de parte de uma "economía de la vida cotidiana", Lukács indicou a potência da intervenção humana em sua realidade. Para o filósofo, a ciência, a cultura, os valores, os conhecimentos são elementos cujo "el papel social (...) consiste en descubrir e introducir mediaciones entre una situación previsible y el mejor modo de actuar en ella"³². O caráter imediato do

³¹ Idem, p. 39. "Não há vida cotidiana sem espontaneidade, pragmatismo, economicismo, andologia, precedentes, juízo provisório, ultrageneralização, mimese e entonação. Mas as formas necessárias da estrutura e do pensamento da vida cotidiana não devem se cristalizar em absolutos, mas têm de deixar ao indivíduo uma margem de movimento e possibilidades de explicitação. (...) Se essas formas se absolutizam, deixando de possibilitar uma margem de movimento, encontramos-nos diante da alienação da vida cotidiana." Idem, p. 56. Ainda sobre a tendência da vida cotidiana enquanto esfera da realidade que "mais se presta à alienação", Heller reafirma: "Mas a estrutura da vida cotidiana, embora constitua indubitavelmente um terreno propício à alienação, não é de nenhum modo necessariamente alienada. Sublinhemos, mais uma vez, que as formas de pensamento e comportamento produzidas nessa estrutura podem perfeitamente deixar ao indivíduo uma margem de movimento e possibilidades de explicitação, permitindo-lhe —enquanto unidade consciente do humano-genérico e do individual-particular— uma condensação "prismática", por assim dizer, da experiência da cotidianidade, de tal modo que essa possa manifestar-se como essência unitária das formas heterogêneas de atividades próprias da cotidianidade e nelas objetivar-se." Idem, p. 57-58.

³² LUKÁCS, Georg. *Estética*. Barcelona; México, D. F.: Ediciones Grijalbo, S.A., 1966, 4 volumes, v.1, p. 45.

cotidiano, também introduzido por tais elementos, não diz respeito, entretanto, a forças que negam a importância da subjetividade na construção da vida, sobre a qual afirmou:

Las relaciones, infinitamente varias y complicadas, entre los individuos humanos (matrimonio, amor, familia, amistad, etc.) (...), las relaciones de los hombres con las instituciones estatales y sociales, las diversas formas de ocupación (...), fenómenos de la cotidianidad como la moda, etc., confirman la veracidad de ese análisis. Se trata siempre del rápido cambio, a menudo repentino, entre rigidez conservadora en la rutina o la convención y acciones, decisiones, etc., cuyos motivos — subjetivamente al menos, pero esto es ya muy importante precisamente para estas investigaciones— presentan un carácter predominantemente personal.³³

Com tais estruturas, o modo pelo qual Lukács compreendeu a importância das alteridades históricas entre as sociedades contemporâneas e as modernas difere de como Habermas e Hespánha — enquanto principal representante da teoria de uma história das instituições que vai além dele — o fizeram. Para ele: "En sociedades pre-capitalistas, vinculadas a la tradición, esta polarización se presenta de un modo cualitativamente diverso, mas sin suprimir la esencial semejanza de estructura."³⁴ Isso significa dizer que as posturas, por vezes previsíveis, que os diferentes agentes sociais performavam em diferentes contextos ou o modo como lidavam com situações extraordinárias podem ser sociológica e historicamente interrogados pela consideração de como tais condutas se ligam às mesmas estruturas da vida cotidiana que mediavam suas possibilidades de ação e que também faziam deles *agentes*. Isto é, pessoas que *agiam*, que tomavam decisões com base no modo como recebiam, julgavam e criticavam as situações que sucessivamente surgiam, ganhavam sentidos e significados e exigiam respostas segundo a experiência de vida que traziam cotidianamente consigo.

É exatamente por isso que Agnes Heller afirma que a vida cotidiana: "não está "fora" da história, mas no "centro" do acontecer histórico: é a verdadeira "essência" da substância social."³⁵ E foi pela mesma razão que a filósofa lembrou que, para Lukács: "é o "homem inteiro" [*ganze Mensch*] quem intervém na cotidianidade"³⁶, algo que o filósofo explicou melhor quando apresentou a estética como o primeiro fundo ao qual se ligam todas as possibilidades de pensamento, de ação ou de criação. Para aprofundar o sentido disso, é preciso licença para uma larga citação que ultrapassa os objetivos desta

³³ Idem, p. 44.

³⁴ Idem.

³⁵ HELLER - *O cotidiano e a História...* p. 34.

³⁶ Idem, p. 44.

tese, mas que situa um fecundo ponto de partida para ela. Lukács afirmou que para "aclarar el lugar del comportamiento estético en la totalidad de las actividades humanas"³⁷:

Lo primario es la conducta del hombre en la vida cotidiana (...). El comportamiento cotidiano del hombre es comienzo y final al mismo tiempo de toda actividad humana. Si nos representamos la cotidianidad com un gran río, puede decirse que de él se desprenden, en formas superiores de recepción y reproducción de la realidad, la ciencia y el arte, se diferencian, se constituyen de acuerdo con sus finalidades específicas, alcanzan su forma pura en esa especificidad —que nace de las necesidades de la vida social— para luego, a consecuencia de sus efectos, de su influencia en la vida de los hombres, desembocar de nuevo en la corriente de la vida cotidiana. Ésta se enriquece pues constantemente con los supremos resultados del espíritu humano, los asimila a sus cotidianas necesidades prácticas y así da luego lugar, como cuestiones y como exigencias, a nuevas ramificaciones de las formas superiores de objetivación. En ese proceso hay que estudiar detalladamente las complicadas interrelaciones entre la consumación imanente de las obras en la ciencia y en el arte y las necesidades sociales que son las que las despiertan, las que ocasionan su origen. Sólo a partir de esa dinámica de la génesis, el despliegue, la autonomía y la raíz en la vida de la humanidad, pueden conseguirse las peculiares categorías y estructuras de las reacciones científicas y artísticas del hombre a la realidad. Las consideraciones de esta obra se orientan, naturalmente, al conocimiento de la peculiaridad de lo estético. Pero como los hombres viven en una realidad unitaria y se encuentran en interrelaciones con ella, la esencia de lo estético no puede conceptuarse, ni aproximadamente, sino em constante comparación con los demás modos de reacción. La comparación más importante es con la ciencia; pero también es imprescindible descubrir la relación de lo estético con la ética y la religión. Incluso los problemas psicológicos que se plantean en este contexto resultan necesariamente de planteamientos que apuntan a lo específico de la positividad estética.³⁸

Será a partir de ponderações como as acima sobre o que é o estético e o que é o cotidiano que problemas como as alteridades sociais e as imagens e juízos que diferentes grupos sociais tinham uns dos outros serão questionados. Igualmente, será a partir delas que tanto o carácter rotineiro da vida na praça e as relações e agências que faziam dela um *lugar*, como os modos nada rotineiros pelos quais crises políticas foram recebidas por diferentes grupos sociais, serão questionados. E, sobretudo, é esta a chave que permite aferir na linguagem, no gosto e nas adequações retóricas e poéticas — especialmente pela força de adequação da elocução dos textos — como todas essas partes podem ser

³⁷ LUKÁCS - *Estética...* p. 11.

³⁸ Idem, p. 11-12.

relacionadas a partir de ponderações sobre a capacidade de ação política não institucional e a importância da opinião no espaço público.

Esta aproximação teórica e as demais avaliações anteriormente apresentadas resumem, no que concerne à sua concepção teórica, o ponto de intervenção desta tese. Por um lado, há o embasamento nos resultados já alcançados para a importância da opinião e de formas de comunicação política não institucionais reveladas por uma renovada historiografia sobre o período moderno. Por outro, há a aposta na abordagem ao cotidiano como uma maneira de encontrar ainda mais elementos para a observação de comportamentos, práticas e juízos críticos ou provisórios que revelam as alteridades e as possibilidades de ação dos agentes que serão apresentados.

Expressas tais linhas, convém então apresentar melhor o objetivo desta tese — já indicado em alguns momentos — e o percurso temático pelo qual isso será cumprido. De modo breve, confirmar a hipótese que orientou este trabalho desde suas primeiras perguntas, a de vigência de um espaço público para as sociedades modernas, é o seu objetivo geral. Para isso, tanto as estruturas indicadas para o espaço público como o enfoque pelo qual a historiografia tem ajustado o olhar do presente sobre o passado precisam ser reconsiderados. Daí a necessidade de atentar para situações e agentes que até então não despertaram a atenção de uma mais ampla quantidade de historiadores dedicados ao período moderno.

Por outro lado, os capítulos da tese representam o percurso temático pelo qual este objetivo será perseguido. Seguindo, portanto, o balanço teórico e historiográfico acima, os temas apresentados deverão formar um arco narrativo capaz de apresentar este espaço público, isto é, de apresentar a manifestação de comportamentos públicos que repercutiam na vida comum, de elaboração e enunciação de juízos e opiniões sobre a vida, assim como ações que podem e devem ser entendidas tanto como pessoais quanto politicamente capazes e contextualizadas às suas contingências. Por isso, a seleção temática deverá atravessar não apenas o automatismo do cotidiano, mas também os acontecimentos que podiam representar uma exceção à rotina, embora não menos influenciados pelo próprio cotidiano.

A tese terá início com um questionamento à sociologia do pícaro e à sua trajetória enquanto figura da literatura. O caráter crítico desta literatura e o modo como ela consolidou certos "papéis sociais" serão assim apresentados enquanto reflexo do próprio

cotidiano e do ponto de vista que o observava³⁹. Aqui, a própria palavra é subsídio da investigação, pois, como observou Bakhtin em suas análises sobre a linguagem, a palavra e a linguagem só devem ser interrogadas a partir de uma filosofia que se mantenha sociológica. Isto pois toda a hierarquia social e seus reflexos para a definição do lugar social (e histórico) de cada grupo social se formam nestes juízos que estruturam a vida cotidiana e que ganham forma pela enunciação da palavra, pois é através dela que têm início todas as caracterizações sociais e que fazem dela "*material semiótico da vida interior, da consciência*"⁴⁰.

Enquanto o primeiro capítulo atenderá à reciprocidade entre os juízos sociais sobre os pícaros e a sua fixação a modo de senso comum sobre o "mais vil do povo" na literatura, o segundo capítulo complementarará esta discussão com uma articulação entre tais "imagens" da literatura e a descrição de acontecimentos que definiam a praça como um *lugar*. Tal abordagem será feita com o intuito de revelar a importância dos agentes da vida cotidiana mais prosaica e pragmática para a consolidação de uma rotina que, embora "automática", era politicamente estabelecida e dependente da ação dos trabalhadores

³⁹ Tanto Lukács como Heller dedicam à ciência e à arte o status de formas que se elevam acima da vida cotidiana e que produzem objetivações duradouras sobre ela. Heller, amparada em Lukács, afirma que o "reflexo artístico" rompe "com a tendência *espontânea* do pensamento cotidiano, tendência orientada ao *Eu individual-particular*". Isto certamente não o separa da vida cotidiana: "A arte realiza tal processo porque, graças à sua essência, é autoconsciência e memória da humanidade (...). Nem mesmo a ciência e a arte estão separadas da vida do pensamento cotidiano por limites rígidos. Antes de mais nada, o próprio cientista ou artista têm vida cotidiana: até mesmo os problemas que enfrentam através de suas objetivações e suas obras lhes são colocados, entre outras coisas (...) pela vida. Artista e cientista têm sua particularidade individual enquanto homens da cotidianidade; essa particularidade pode se manter em suspenso durante a produção artística ou científica, mas *intervém* na própria objetivação através de determinadas mediações (na arte e nas ciências sociais, através da mediação da individualidade). Finalmente, toda obra significativa volta à cotidianidade e seu efeito sobrevive na cotidianidade dos outros." HELLER - *O cotidiano e a História...* p. 43. Para o modo como Lukács apresenta o modo pelo qual arte e ciência interagem e se diferenciam, por suas objetivações não imediatas, do cotidiano, mas sem deixar de estar a serviço de suas necessidades sociais, cf. LUKÁCS - *Estética...* p. 45-47. A apresentação de como Heller define os juízos provisórios que fundamentam preconceitos e a relação entre estereótipos e papéis sociais serão debatidas oportunamente. Sobre o assunto, cf. HELLER - *O cotidiano e a História...* p. 63-88 e p. 115-144.

⁴⁰ "esse problema não pode ser abordado corretamente se se recorre aos conceitos usuais de palavra e de língua tais como foram definidos pela linguística e pela filosofia da linguagem não sociológicas. É preciso fazer uma análise profunda e aguda da palavra como signo social para compreender seu funcionamento como instrumento da consciência. É devido a esse papel excepcional de instrumento da consciência que *a palavra funciona como elemento essencial que acompanha toda criação ideológica, seja ela qual for.*" BAKHTIN, Mikail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 2006, p. 35 e 36.

pícaros da praça. Lembrando a recomendação de Vivo e a observação de Heller de que não havia "muralha chinesa" separando as esferas da vida cotidiana⁴¹, aqui as fontes literárias e as oficiais serão analisadas conjuntamente. Afinal, no passado (e no presente), tanto a lógica de produção das fontes oficiais como os juízos expressos na literatura coexistiam em uma realidade mediada pelos mesmos aspectos culturais estruturantes, embora difiram nas condições de produção e nos objetivos. Esta recomendação permanecerá seguida ao longo de toda a tese.

No capítulo 3, isso ocorrerá pela apresentação do momento de chegada das comédias *lopescas* a Portugal. Nele, serão demonstradas tanto uma intensa disputa de opiniões a seu respeito quanto as contingências políticas desta própria disputa, que não eram nada alheias ao cotidiano ou ao estético. Além disso, respondendo ao modo limitado pelo qual Habermas definiu a vida cultural moderna, será apresentada a feição mercadológica deste teatro e como ele, de mera arte, também passou a ser um mercado de itens de cultura. O contexto político da abertura do Pátio das Arcas, a apresentação comercial das comédias modernas e a própria estética cênica deste teatro serão assim relacionados como parte de um mesmo problema que se aferirá pela mesma aposta no potencial de aproximação de fontes de diferentes naturezas.

O quarto capítulo procurará demonstrar como a repercussão pública das crises entre portugueses e o governo de Filipe IV em uma generalizada má reputação deste na opinião pública contribuiu, mais do que a ação de quarenta bravos, para o fim do período filipino. Para isso, serão analisados em partes separadas os segmentos de uma crise maior genericamente chamada de *antifiscalismo*. O objetivo do capítulo, além de demonstrar a importância da opinião pública para a vida política moderna, é o de apresentar os impostos não como um problema em si, mas como algo que era significado de diferentes maneiras pelos vários setores da sociedade, ainda que capaz de ser elaborado tematicamente em uma ampla rejeição ao governo⁴². Neste sentido, ficará demonstrado

⁴¹ A imagem é retirada de uma reflexão de Heller sobre a relação entre cotidiano e moral, mas é de aplicação geral para o problema aqui construído. Cf. HELLER - *O cotidiano e a História...* p. 40-41.

⁴² Percebendo que o tema dos impostos podia receber diferentes significações, convém apresentar uma das formas como isto fica embasado e serve à demonstração de como os diferentes grupos agiam segundo uma autonomia de suas contingências. Segundo Bakhtin: "Um sentido definido e único, uma significação unitária, é propriedade que pertence a cada enunciação *como um todo*. Vamos chamar o sentido da enunciação completa o seu *tema*. O tema deve ser único. Caso contrário, não teríamos nenhuma base para definir a enunciação." BAKHTIN - *Marxismo e filosofia da linguagem...* p. 131. Mais adiante, Bakhtin situa melhor a

como a reação aos impostos se deu pela transformação deles em um tema capaz de comunicar com vários outros temas pertinentes aos medos ou às frustrações de diferentes grupos sociais que os significavam e enunciavam através de um tema capaz de dar um sentido promotor de uma irrestrita repercussão. O sentimento antifiscal, assim, mais do que ser uma reação contra os impostos, revela uma gama maior de problemas que afetavam diferentemente as partes da sociedade, mas capaz de aglutiná-las em uma causa comum.

Tal como no capítulo descrito acima, os capítulos seguintes continuarão a interrogar o problema da opinião. O capítulo 5, de certa forma, continuará a confirmar que não bastavam quarenta (ou uns tantos mais) nobres para fazer a segunda independência portuguesa. Aqui, a já muito interrogada literatura panfletista da Restauração Portuguesa será trazida ao centro do problema com uma interrogação ao sentido das literaturas breves ou de estilo mediano da Restauração diante da crise política na qual intervinham. Públicos, linguagens, estilos e opinião serão confrontados em função dos temas e do contexto geral ao qual se ligavam, mas também em função de algumas situações mais específicas às quais respondiam.

Por fim, no sexto e último capítulo da tese, a trajetória de Francisco Lopes, poeta livreiro "natural de Lisboa" (modo como se apresentou em diferentes poemas), será contextualizada e mote para a apresentação de diferentes problemas que atravessam seu estilo e a importância sociológica de problemas como elocução, gosto e linguagem para a aferição dos assuntos discutidos ao longo de todo este trabalho. Tal como no segundo capítulo, a geografia do *lugar* no qual desempenhava suas atividades comerciais e autorais será levada em consideração, tanto para compreender melhor sua autoria quanto

relação entre tema, enunciação e o lugar histórico e social que a contingência, observação definitivamente importante para relacionarmos este problema ao do cotidiano: "Conclui-se que o tema da enunciação é determinado não só pelas formas linguísticas que entram na composição (as palavras, as formas morfológicas ou sintáticas, os sons, as entoações), mas igualmente pelos elementos não verbais da situação. Se perdermos de vista os elementos da situação, estaremos tão pouco aptos a compreender a enunciação como se perdêssemos suas palavras mais importantes. O tema da enunciação é concreto, tão concreto como o instante histórico ao qual ela pertence. Somente a enunciação tomada em toda sua amplitude concreta, como fenômeno histórico, possui um tema. Isto é o que se entende por tema da enunciação. (...) O tema é um *sistema de signos dinâmico e complexo*, que procura daptar-se adequadamente às *condições de um dado momento da evolução*. O tema é uma *reação da consciência em devir ao ser em devir*. A significação é um *aparato técnico para a realização do tema*. Bem entendido, é impossível traçar uma fronteira mecânica absoluta entre a significação e o tema. Não há tema sem significação, e vice-versa". Idem, p. 132.

para perceber alteridades entre os sentidos dos textos e dos seus públicos mais prováveis. Não se limitando à sua geografia, neste capítulo será mais intensamente elaborada uma discussão que avança por toda a tese e que diz respeito às vantagens de se atentar a elementos textuais com uma atenção sociológica mais do que formalista, sobretudo no caso da elocução enquanto força de adequação dos textos. Desta forma, o capítulo encerrará a tese retomando o problema da importância da opinião, das formas de agir politicamente fora das instituições (por exemplo, pela própria ação autoral) e dos públicos da cidade moderna, que serão globalmente abordados nesta abordagem ao autor (que, embora famoso em sua época, é totalmente desconhecido na história da literatura de Língua Portuguesa), à sua obra e aos indícios de suas diferentes recepções.

A soma destes assuntos e das opções teóricas e metodológicas através dos quais foram construídos deverá justificar as hipóteses que guiaram a preparação desta tese, as quais deverão estar confirmadas pelos seus objetivos. Como conclusão destas primeiras palavras, tudo isso (as hipóteses, os objetivos e as referidas opções) estão, de algum modo, já expressos no próprio título deste trabalho. A relação entre a praça e o reino sintetiza o que se pretende afirmar com uma abordagem ao cotidiano que afetava estes diferentes lugares, indissociáveis, mas distintos na escala do olhar. Mais do que isso, é um modo de deixar explícito que não era apenas a praça que recebia as notícias e as decisões que importavam ao reino, também o reino e suas instituições eram seguidamente influenciados pela praça, por seus humores, pelas opiniões que nela circulavam e pela sua rotina diária. A praça reagia ao cotidiano, é certo, mas não apenas enquanto um *espaço* físico, mas como um *lugar* constituído pela intervenção humana de pessoas socialmente distintas e que, definitivamente, não habitavam uma mesma "casa".

1. A segunda morte de Lázaro: a consolidação de um senso comum sobre o "mais vil do povo", a partir da trajetória da literatura picaresca (séc. XVI e XVII)

"Pícaro" não é apenas uma forma de se referir às pessoas mais pobres ou aos "desviados"⁴³. Inclusive, tais usos derivam da trajetória do termo enquanto recorrente tema literário do século XVII, cujo marco inicial é comumente reconhecido no *Lazarillo de Tormes*⁴⁴. Coerente a tais usos, a relação que a literatura *picaresca* guarda com o cotidiano (autoral e social) é a de um produto da interação entre um olhar criador e opinativo e uma sociedade urbana cada vez mais populosa, em intenso convívio com a pobreza e palco de formas heterodoxas de obtenção do sustento próprio, por assim dizer. Ou seja, o pícaro, que mais tarde há de se autonomizar de sua forma original e galgar as mais variadas aplicações, é na sua gênese a expressão de um tempo e de um lugar (logo, de uma sociedade) em que as suas configurações temática e de personagem são melhor compreendidas se avaliadas em função do contexto social do qual emerge.

É, enfim, uma rica fonte de enunciados sobre uma sociedade, seus problemas, valores e lugares sociais segundo um ponto de vista⁴⁵. Um interessante ponto de partida

⁴³ "Cuando me consideré con suficientes razones para barme en esta triple distinción — integrados, críticos, desviados—, y puesto que de los primeros grupos habia ya publicado o estaba en trance de preparar algunos trabajos, consideré que para llegar a dar una versión suficiente, aunque fuera en grado mínimo, del conflictivo siglo XVII, tenía que llevar mi atención sobre el tercero. (...) Y contando con que había un grupo de desviados que quedaban fuera de las clasificaciones ofrecidas por algunos sociólogos y dado que en el siglo XVII habían significado mucho, opté por el subgrupo que era quizá menos de esperar: los pícaros. Para mí, en el campo de la Historia mencionado, es uno de los fenómenos más significativos en la crisis del siglo XVII." MARAVALL, José Antonio. *La literatura picaresca desde la Historia Social — siglos XVI y XVII*. Madri: Taurus Ediciones, 1986, p. 10.

⁴⁴ Com primeira edição em 1554, *La vida de Lazarillo de Tormes y de sus fortunas y adversidades* traça uma bem humorada perspectiva da vida de Lázaro, nascido em um moinho junto ao rio Tormes, e cuja vida é o testemunho da observação que seu autor fazia acerca da sociedade castelhana (seus problemas, valores, clivagens, etc.) do século XVII. A edição consultada é a disponibilizada pelo Instituto Cervantes: *La vida de Lazarillo de Tormes y de sus fortunas y adversidades*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2004. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmc542k8>>, último acesso em: 11 de agosto de 2019. A edição não é paginada, as seguintes citações seguiram apenas com a indicação das jornadas das quais foram extraídas.

⁴⁵ "La literatura —superlativamente el teatro y la novela picaresca— no es retrato, mas sí testimonio en el qual se refleja una imagen mental de la sociedad; podrá no tener siempre un correlato materializado ni darse ninguna fiel correspondencia entre aquélla y ésta, pero no por eso la participación activa de la literatura en la vida de los grupos es menos real. Nos traslada el conjunto de creencias, de valoraciones, de aspiraciones, de pretenciones que se reconocían en el mundo social y aquellas atrevidas negaciones de las mismas en las que estimaba desmoronarse gravemente el sistema establecido." MARAVALL - *La literatura picaresca...* p. 13.

para a conjugação de categorias como *estética, gosto e cotidiano*. É, inclusive, um meio para demonstrar como essas mesmas categorias, mais do que permitem supor algumas reduções de seus problemas a questões fechadas a um universo meramente artístico ao nível da técnica, têm na sua conjugação uma janela para questionamentos sobre a reprodução da vida social, seus temas cotidianos e a consolidação de imagens sobre diferentes agentes sociais.

Embora narrasse malandragens e pequenas práticas criminosas — em geral, sem potencial ofensivo contra a vida⁴⁶ —, a *picaresca* não foi criada como uma literatura de denúncia contra aqueles que reproduziam o seu dia a dia através de delitos como o furto e variadas formas de enganar e obter vantagens por meio de estratégias moral e legalmente suspeitas. Ao contrário, neste momento de "fundação" da *picaresca*, o pícaro não é alvo de qualquer tipo de condenação. No próprio *Lazarillo*, o protagonista, Lázaro, antes de sofrer um desfecho de condenação pelos descaminhos que viveu, "renasce" e consegue se desvincular dos infortúnios que marcam a narrativa da sua vida e alcança uma condição honesta e confortável. Não tendo seus muitos furtos contribuído para que o autor encerrasse seu destino em justa condenação, sua redenção, na verdade, confirma que, para o seu criador, tais burlas não eram mais do que uma desesperada luta pela sobrevivência.

Assim, neste momento de fundação literária e estética, mesmo o individualismo do *pícaro* — uma de suas mais analisadas feições subjetivas — não é uma falha inata ou aleatória de caráter. O pícaro possui uma sociologia. E se, já em começos do século XVII, ele cada vez mais terá a crítica de suas narrativas voltadas contra sua própria psicologia, por assim dizer, não é isso que orientou o juízo da pena que deu vida a este Lázaro. Antes

⁴⁶ Ou, como definiu Jorge Manrique de Aragón, em um estudo que presta atenção a uma compreensão jurídica do fenômeno *picaresco*: "El pícaro rara vez utiliza la violencia para obtener sus fines e ilícitos provechos. Por naturaleza es enemigo de la violencia y ante ella se repliega ladinamente, se encoge y espera como un felio otra mejor ocasión. Sus armas son la astucia, la adulación, la paciencia, la hipocresía y el disimulo". ARAGON, Jorge Manrique de. *Peligrosidad Social y picaresca*. Barcelona: Hijos de Jose Bosch, S.A., 1977. p. 146. A avaliação parece bem próxima da que Rinconete faz de sua própria vida. Ao narrar uma pena sofrida quando ainda era menino, conta: "viendo aquellos señores mi poca edad, se contentaron com que me arrimasen al aldabilla y me mosqueasen las espaldas or un rato y con que saliese desterrado por cuatro años de la corte. Tuve paciencia, encogí los hombros, sufrí la tanda y mosqueo y salí a cumplir mi destierro" e desde então "he ganado mi vida por los mesones y ventas que hay desde Madrid aquí, jugando la veitiuna". CERVANTES, Miguel de. *Novelas ejemplares*. Edição de José Montero Reguera. Barcelona: Penguin Random House, 2015, p. 216-217.

de resumir os atos do menino a uma conduta pessoal desvirtuada, o centro da narrativa gira em torno de um ambiente social que conduzia aos "maus costumes" e não em torno de "maus costumes" que pudessem corromper a sociedade — era justamente o oposto disso.

O que aparece nestas novelas é, portanto, um mundo de pobreza e de antagonismos. Este é um ponto importante. Dele, se pode, inclusive, perguntar sobre o desconforto que gerava tal literatura, pois, antes de promover a condenação do sujeito, o dimensiona — com suas ações "perigosas" e degeneradas — num ambiente que promove tais comportamentos. Antes de culpabilizar e marginalizar, a *picaresca* nasce como um registro da marginalização, uma forma de extravasar para a literatura, através de personagens com origens e ações bem contextualizadas, aquilo que para o autor era um cotidiano marcado pela miséria e pela opressão. Algo que José Antonio Maravall disse ser sintoma de uma literatura de "toma de consciencia", importante observação tanto para definir o sentido crítico e a relação com um juízo crítico da realidade quanto para a identificação do público desta literatura⁴⁷.

O sentido da *picaresca*, entretanto, não irá se manter assim. Embora moralmente preocupados, o fato de seus autores não proporem uma ação punitiva sobre os pícaros, sujeitos aos quais recaía a fama de terem o delito como forma de vida, contribuiu para uma polêmica em torno destas novelas. Para aqueles que defendiam que o fundo da crise retratada nelas não era social, mas, sim, coisa de pessoas que ainda não haviam sido alcançadas pela ordem, pela doutrina e pelos bons costumes — aqueles para quem o problema eram os vícios do mundo e não o mundo —, a novela *picaresca* não era mais do que um reflexo destes mesmos vícios. Segundo esta opinião, a fome e a pobreza não eram razões, nem justificativas para que alguém

⁴⁷ "Estamos ante una literatura de clara toma de conciencia, de planteamiento acuciante de la situación, la cual, no obstante, se cree que se puede y querrá arreglar (...) [nestas] obras se deja más al descubierto el testimonio de la conciencia sobre el estado social que las inspira".

MARAVALL - *La literatura picaresca...* p. 12. Já Palma-Ferreira, sem mencionar o termo *público*, dá mostras de sua formação pela maneira como apresenta esta alteração de sentido: "Nota-se, no entanto, que a tendência satírica parte de uma imposição moralizante e é alheia ao universo que se satiriza; a sátira do pícaro é uma crítica *interior*, parte do próprio enclave picaresco ao qual muitos autores pertencem, de facto. Por outro lado, pelo menos nas suas formas mais genuínas, o pícaro, por ser pícaro está numa situação privilegiada e a sua observação estende-se, como consideração absoluta, a todo o comportamento." PALMA-FERREIRA, João. *Do pícaro na literatura portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1981, p. 26-27.

buscasse contorná-las através de condutas *a priori* erradas, mesmo que a alternativa fosse desejar a própria morte como alívio da vida — como desejava Lázaro, o de *Tormes*, não o outro⁴⁸.

No contexto da prática, portanto, não importava se o que estava em jogo era provar que a regra, a doutrina e a ordem eram boas. Não tardou para que esta literatura, que repercutia nas tipografias e palcos, como também sinaliza Maravall, encontrasse quem se valesse dela para corrigir ou prevenir tais comportamentos. Uma literatura que antes poderia ser compreendida como reformista passou a ser o oposto. Para esta transformação do seu sentido original, deverá ter contribuído, além do fato de padres e fidalgos assumirem o lugar das personagens mais cruéis e não raro responsáveis pelas situações que levavam o pícaro ao delito, o fato de haver uma larga diferença de opiniões a respeito das causas e dos remédios para os problemas sociais. Seja como for, as repercussões das novelas não foram poucas, nem pacíficas.

Não por acaso, os estudos sobre o pícaro insistem em dois problemas principais: o primeiro, o lugar social do pícaro e os contextos e ambientes de sua vida e de suas ações; e, o segundo, as repercussões desta literatura cuja circulação não foi pequena e acabou por levar a uma ampla condenação ou degeneração de seu sentido inicial crítico à sociedade como meio para formação do pícaro, com acentuada tendência para o reforço da marginalização. Desta degeneração de um sentido inicial positivo (posto que, antes de condenar, dava boas chancelas à criatividade picaresca, dimensionando suas condutas em um ambiente social exigente e cruel no qual pequenos furtos e mentiras que garantiam sustento eram crimes pequenos frente a maldade, o ódio social e a miséria), o pícaro por fim alcança um outro sentido: a sua incompatibilidade social, sua desconexão com uma vida urbana marcada pelo governo da lei e dos bons costumes não é fruto de sua trajetória social, mas algo próprio à sua condição. Sua imagem, enfim, assume a forma da periculosidade social⁴⁹.

⁴⁸ Ao contar sua jornada com o segundo amo que teve, refere como os funerais e extrema unções lhe eram bem recebidas por serem cerimônias com oferta de comida. Lázaro deixa transparecer como deseja algumas mortes (lamentando que em seis meses houvera apenas vinte) só para poder comer, o que, não acontecendo, o fazia desejar a sua própria como fim de seu tormento e vida: "De manera que en nada hallaba descanso, salvo en la muerte, que yo también para mí, como para los otros deseaba algunas veces; mas no la veía, aunque estaba siempre en mí." *La vida de Lazarillo de Tormes...* Segundo tratado.

⁴⁹ Em geral, a observação destes dois momentos da literatura *picaresca* é destacada em todos os estudos dedicados ao tema. Maravall as chamou de duas vias do pícaro, uma atenta às reformas

Outros autores negam, entretanto, esta divisão e chegam a questionar se o próprio *Lazarillo* pode ser considerado exemplo de pícaro, já que não há, em suas ações, uma inclinação para o mal. Estas avaliações soam impregnadas dos mesmos "preconceitos" que Palma-Ferreira afirma terem contribuído para a alteração de sentido da literatura picaresca⁵⁰. Parecem, assim, guiar a exclusão do *Lazarillo* justamente por terem como tipo ideal da picaresca essa sua forma já degenerada, na qual o pícaro fica essencialmente caracterizado pela ideia de uma periculosidade social. Não atentam, então, às transformações estéticas operadas dentro do gênero e que conformam os personagens e os sentidos das narrativas⁵¹.

Na sua primeira forma, a construção psicológica das figuras pícaras aproxima-se, do ponto de vista da intenção, da apresentação proposta por Bakhtin sobre o *grotesco*⁵². Ambas revelam ambientes, personagens e uma linguagem que não se desvinculavam da realidade vivida pelos autores-observadores, mas que não correspondiam a lugares de fala

sociais necessárias, outra à necessidade de maior repressão aos desviados; no pícaro haveria "condiciones de listeza, habilidad, industria, que algunos piensan se pueden aprovechar, mientras que esas mismas condiciones hacen difícil eliminar la desviación por la sola aplicación de recursos represivos. Otros juzgan que no hay más solución que la de una férrea contención, un cierre de las compuertas para evitar la entrada de inovaciones". MARAVALL - *La literatura picaresca...* p. 14. Esta noção também é presente em toda a apresentação de Bakhtin sobre o grotesco, gênero que guarda grande semelhança com a novela picaresca, cf. BAKHTIN, Mikahil. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo/Brasília: HUCITEC, Ed UnB, 1987.

⁵⁰ "A introdução de preconceitos moralistas aproxima a novela picaresca das imposições oficiais do tempo, contrárias ao realismo e ao verismo e faz com que ela perca o sentido humorístico e satírico (...) A Contra-Reforma dá à novela picaresca três ingredientes básicos: o dogmatismo sentencioso; a quase total ausência de preocupações sentimentais; a insensibilidade perante a natureza. Estes três ingredientes constituem a severa armação estoíca da moralidade picaresca, cujas fontes são, quase sempre, o Evangelho, Séneca e o adagiário popular." PALMA-FERREIRA - *Do pícaro na literatura portuguesa...* p. 16-17.

⁵¹ Um balanço destas análises é apresentado em *Peligrosidad social y picaresca...* p. 117-122. O autor, diante da proposta de exclusão do *Lazarillo de Tormes* como exemplo do gênero, contrapõe a ideia de que o desamparo e o abandono, por anularem qualquer má intenção das ações do *Lazarillo*, não fazem dele exemplo do gênero: "no vamos nosotros a negar al *Lazarillo de Tormes* la calificación de novela picaresca aunque sí afirmamos su carácter *sui generis* con respecto a la producción netamente picaresca del pícaro "peligroso social" del siglo XVII. Quizá la explicación de esta dualidad sea más sencilla de lo que parece y todo venga determinado por el punto de vista del Renacimiento-Barroco y la correspondencia del optimismo propio del Renacimiento, aplicado al *Lazarillo de Tormes* y el pesimismo propio del Barroco aplicado a las novelas picarescas del siglo XVII". Idem, p. 119.

⁵² Sobre a definição que o filósofo russo faz do *grotesco* e como apresenta suas transformações como uma degeneração de seu sentido semelhante ao ocorrido com o *pícaro*, a partir de uma interessante história do riso, cf. BAKHTIN - *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento...* p. 51-123.

perfeitamente integrados aos valores de uma "boa sociedade". É com atenção a este choque de linguagens e formas de compreensão do mundo que Bakhtin (para quem o problema é sintoma do contraste entre uma cultura popular e outra oficial) apresenta a decadência do grotesco a partir da formação e difusão de um senso estético que reagia a um excesso de imperfeições capazes de revelar esta positividade pela qual o popular emergia nestas literaturas⁵³.

Nestas criações e configurações do real, assume o centro da ação um tipo humano e comportamental profundamente popular, que não vivencia e não reproduz os códigos e os protocolos de outros regimes comportamentais como os de academias ou palácios. Os lugares do pícaro são a rua e a praça — não raro em abandono da vida rural ou provinciana, um movimento que gera uma outra imagem recorrente da picaresca, a viagem ou a peregrinação. Por isso, o pícaro possui uma vivacidade, um humor, uma linguagem e uma forma de se comportar diante da sociedade — uma opinião, se pode dizer — que não é a do maligno criminoso que contraria os princípios de um determinado convívio social, mas a do indivíduo produto do meio. Antes de exceção, o pícaro é um extravasar sensível de algo objetivo e recorrente. Assim como Bakhtin observou sobre as imperfeições sociais que a estética neoclássica buscou limar, o pícaro também teve a sua reformação em meados do século XVII⁵⁴.

⁵³ Ao falar do lugar do cômico e da positividade do riso no contexto das monarquias do Antigo Regime, Bakhtin afirma a sua inadmissibilidade: "Nessa nova cultura oficial, as tendências à estabilidade e à completude dos costumes, ao caráter sério, unilateral e monocórdio das imagens predominam. A ambivalência do grotesco torna-se inadmissível. Os gêneros elevados do classicismo libertam-se inteiramente de toda influência da tradição cômica grotesca" e, embora sobrevivesse o riso nas sátiras e nas comédias, "esses gêneros permaneciam, em maior ou menor medida, nos limites da cultura oficial, e é por essa razão que o riso e o grotesco vêm a sua natureza alterar-se e degradar-se." Idem, p. 87-88.

⁵⁴ Bakhtin compreende que a partir do século XVII ocorre "em comparação com os diálogos do século XVI, uma degenerescência da franqueza da praça pública (...). Os diálogos do século XVII preparam o "realismo de alcova", que espia os fatos e gestos da vida privada e que atingirá seu pleno desenvolvimento no século XIX" Idem, p. 91. Já Palma-Ferreira dedica maior atenção a uma perseguição da Inquisição a "este gosto nascente" como fator que mais terá contribuído para a sua transformação estética, enquanto Maravall questiona as etapas de qualificação de atitudes desviantes que repercutiam a partir do pícaro: "Esta «materia picaresca» levantó en su momento un preocupado alerta por parte de la sociedad, que, tomando en cuenta tales irregularidades, las etiquetó con nombres que son tipos de desciaçión y decretó que en ella permanecerían, marginados, los individuos incursos en los procederes señalados. (...) En su desintegración, el pícaro se muestra como un aberrante acorralado" MARAVALL - *La literatura picaresca...* p. 434.

A sua repercussão sem intenções condenatórias cessa, portanto, com a criação de um riso "vazio" ou com a imposição de outros elementos psicológicos como o arrependimento e a ponderação sobre a salvação. Entretanto, tais alterações não devem ser limitadas à consolidação de uma reforma católica — como sugeriu Palma-Ferreira. Antes disso, convém atentar a um processo de configuração temática das narrativas e das personagens, sim, moralmente contingenciado pela religião, mas não apenas. Enfim, algo mais profundo e que reflete aquele cotidiano e estética como fatores configuradores de uma compreensão do mundo e das relações humanas que não dependia apenas da chancela institucional do Santo Ofício. Maravall, por exemplo, discorda que houvesse na literatura picaresca qualquer sintoma de arrependimento ou de relação com elementos teológicos que balizassem este arrependimento⁵⁵.

Por isso, é importante pontuar que não se trata de algo meramente religioso ou político e, sim, mais fluido do que tais divisões dos domínios da cultura e da sociedade. Se Maravall percebe uma unidade sólida no gênero, segundo a qual, o arrependimento não seria próprio a ele, por outro lado, isto não invalida que novas configurações de personagens pícaras arrependidas ou meramente malfeitoras, descoladas de uma complexidade, como se a maldade fosse um estado natural delas e não um produto social, tenham surgido como uma derivação do pícaro original — inclusive, já fora das novelas, gênero através do qual os pícaros conquistaram a atenção de autores e leitores. Assim, propriamente picarescos ou não, os títulos nos quais figuram tais imagens não se descolam da trajetória do gênero. Antes, são influenciados por ele e o levam a uma nova configuração, com um sentido diverso daquele original, segundo o qual, a crise moral não era menos social.

Deste modo, o pícaro estava ao alcance tanto dos autores preocupados com esta complexidade social, como também podia ser configurado por outros menos propensos a tal compreensão. Se a literatura picaresca surge como um tipo de crítica social, na sua inversão, o eixo da crítica é deslocado e passa a incidir sobre aqueles que não estavam perfeitamente integrados à ordem social — fosse esta a ordem da lei ou a dos costumes. Embora a extrapolação aos *ganapanes* e *vagamundos* que protagonizavam as narrativas

⁵⁵ Para Maravall, análises que percebiam o arrependimento e o associavam a um problema de fundo religioso ou teológico eram simplesmente absurdas. Por outro lado, para os exemplos de picarescas nos quais figurassem o arrependimento, o historiador sustenta que não são exemplos do gênero. Cf. *Idem*, p. 766.

não tenha deixado de notar comportamentos sociais condenáveis de agentes socialmente bem (ou, ao menos, melhor) posicionados — como a corrupção de almotacés e alcaides, o autoritarismo de fidalgos e outros nobres, a pouca vocação de religiosos, a lascívia dos adúlteros e freiráticos e o charlatanismo de estudantes e bacharéis —, esta "segunda picaresca" manteve, sob muitos aspectos, um olhar voltado ao *vulgo*. E é a conformação de uma imagem, de uma ideia de vulgo através da picaresca que é de maior importância para os assuntos aqui elaborados.

Se observado o problema através do desempenho da trajetória da literatura *picaresca* em Portugal, um exemplo notável do incômodo que o pícaro podia causar demonstra-se a partir de um dos seus primeiros autores, o poeta António Chiado. A obra de Chiado é contemporânea ao desenvolvimento da picaresca em toda a Península — e até mesmo na Europa, se consideradas as semelhanças que há entre as linguagens, as configurações de personagens e enredos da picaresca, tida como fenômeno ibérico, e outras literaturas europeias⁵⁶. Um dos títulos de sua autoria com especial importância para o problema aqui abordado é aquele que toma por personagens representantes das classes populares, praticantes de modos bastante alheios ao esperado de um convívio social polido e urbano: o *Auto da Regateiras*⁵⁷.

Tendo por tema o cotidiano popular de Alfama, o caso e a autoria de Chiado são singulares por não se tratar de um observador externo a tais relações⁵⁸. Filho de uma regateira e (ao que parece) de um sapateiro, o poeta, que abraçou e depois renegou o

⁵⁶ "O percurso da sátira medieval até Rabelais, já no século XVI, evoca, em muitos aspectos, o humorismo irreverente dos pícaros, sendo fértil, a literatura francesa, em livros sobre mendigos, ladrões e vagabundos, de qualquer modo aparentados com a picaria castelhana". PALMA-FERREIRA - *Do pícaro na literatura portuguesa...* p. 23.

⁵⁷ A primeira edição foi impressa por Germão Galharde, provavelmente na segunda metade do século XVI. Aqui será principalmente utilizada uma edição de 1889, PIMENTEL, Alberto *Obras do poeta Chiado, colligidas, anotadas e prefaciadas por Alberto Pimentel*. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1889, p. 5-95.

⁵⁸ "O *Auto das regateiras* tem maior movimentação theatral, mais interesse de acção que a *Pratica de oito figuras*. Basea-se nos costumes populares da classe piscatoria do bairro d'Alfama, e, sob o ponto de vista ethnographico, desperta atenção. (...) São copiadas do natural a velha impertinente com a negra e com a filha, a paróla com a comadre, a dissertação pathologica sobre os symptomas da gravidez, as murmurações a respeito das visinhas, a desenvoltura critica de soalheiro sobre as bonejas bebedas e devassas da rua da Adiça e outras alfurjas d'Alfama". Idem, p. LII. Pimentel, neste prefácio, adianta o que esperar do auto — revelando, mais do que qualquer coisa sobre o *Auto*, a sua opinião sobre as classes presentes na narrativa: "O realismo pornographico desembuça-se n'este auto ao sabor da jogralidade collareja. O titulo, auto *das regateiras*, basta a deixar adivinhar o recheio da composição." Idem, p. LIII.

hábito dos franciscanos⁵⁹, não era alguém que criou uma versão para a linguagem e para o comportamento de tais pessoas baseando-se em uma opinião sua sobre elas. Chiado era alguém que desde o seu primeiro momento de vida experimentou este ambiente. Talvez seja impreciso enquadrar este auto como exemplo de literatura picaresca. Contudo, o cotidiano vivido por Chiado — socialmente marcado pelas mesmas questões da *picaresca* e culturalmente influenciado pela presença desta literatura e de temas e personagens populares na literatura — dão boa chancela a esta aproximação. O próprio poeta dá indícios de que suas intenções são semelhantes às daqueles autores reconhecidos por criações bastante realistas da vida social; característica bastante presente na literatura picaresca:

Virtuoso auditorio: e não se vá rir, porque lança homem mão velhices [velhacarias] que não fazem mais a proposito que digamos ponde-lhe vós lá o nome, porque quem faz a casa na praça cada um rema para sua opinião, como quem escreve em parede por cujo respeito passa assim. O auctor, como cousa que em todas as suas vos deseja servir, vos pede, e assim requer da parte de vossas discricões e á honra de seu trabalho, queiram ouvir esta breve collação fundada no aprazimento de diversas tenções que n'esta congregação estarão, porque já sabeis cada um é filho de seu pae, e muitas vezes se acontece terem alguns os entendimentos tão ferrugentos, que, para lhe chegarem ao vivo, não poderá ser sem escandalo de quem o entende.⁶⁰

O propósito de criar uma "collação" transparente da vida cotidiana daquela "congregação", com advertência prévia de que, se a linguagem parecesse incômoda a alguém, era porque a própria realidade lhe pareceria, não era qualquer tipo de defesa antecipada do autor. Na verdade, nesta "Carta", impressa como peça preliminar do *Auto*, Chiado muito provavelmente se dirigia aos seus interlocutores mais críticos. Algo sobre o que a edição de Alberto Pimentel oferece rico panorama, contando com bons

⁵⁹ Idem, p. XXII e XXV.

⁶⁰ Idem, p. 2. O autor da edição ainda oferece uma comparação entre Chiado e aquele que seria seu mestre — e se este era mais complexo e diversificado do que aquele, nada faz com que um seja menos representativo e fiel informador de costumes e linguagens: "Gil Vicente e Chiado flagellam a côrte, cortam cerce nos vícios palacianos. Ambos tratam cruamente os frades, sem embarde de Antonio Ribeiro [Chiado] ter mais razões para o fazer do que Gil Vicente. Um e o outro conhecem bem os costumes populares, o calão do século XVI, mas Gil Vicente é como etnógrapho muito mais completo do que Chiado, não só porque a sua obra é muito mais vasta, como também porque a sua observação é muito mais aguda e anatomica. Gil Vicente varia largamente os caracteres. A galeria de Chiado é estreita: uma negra escrava apparece sempre papaguando a ravia. Gil Vicente occupa-se frequentes vezes da historia politica, dos assumptos historicos, que tomam grande parte de alguns dos seus autos. Chiado limita-se a ligeiras allusões, como na *Pratica de oito figuras* e no *Auto das regateiras*." Idem, p. XLII.

testemunhos das repercussões e recepções que havia da sua atividade poética. Especificamente, Pimentel reproduziu os termos da troca de ofensas e opiniões entre Chiado e Afonso Álvares, um criado de D. Afonso de Portugal, bispo de Évora de fins do século XV a 1522⁶¹.

A controvérsia foi combustível para que ambos tenham continuado a manifestar, publicamente, opiniões um sobre o outro. E, ao que parece, na sua forma pública a desavença teve início com a má opinião que Álvares mantinha sobre Chiado e seus textos. Embora fosse mulato e possivelmente filho de padeira⁶², ou seja, alguém cuja posição social era vulnerável, Álvares parecia ter sua rivalidade com Chiado justamente por este não abandonar em seus textos a linguagem popular, usar de "velhacarias" sem o intuito de impor a elas algum sentido pejorativo ou crítico e por ter negado seus votos para gozar dos prazeres terrenos. Um dos poemas que oferece contra Chiado é justamente em resposta aos versos que este fez ao seu guardião quando preso por sua vida reprovável e frade em fuga do convento.

Os versos de Álvares, também a modo de resposta, mas em nome do mesmo guardião, deixam bem evidentes as razões de sua opinião sobre Chiado. Além de criticar, segundo suas próprias palavras, a "vida viciosa" e a "lingua mundanosa" de Chiado, o autor vê com bons olhos a sua prisão:

Porque ereis tão conhecido
por sacerdote perdido
com fama de gracioso,
sem graça de virtuoso,
que era mal serdes soffrido
sem castigo rigoroso".⁶³

⁶¹ As informações mais conhecidas e divulgadas sobre o autor são as que fornece Barbosa Machado: "foy hum dos mais estimados criados, que tevem em a sua numerosa familia o Illustrissimo Bispo de Evora D. Affonso de Portugal (...). Foy dotado de hum genio facil para a Poezia, principalmente na composição de Autos na lingua Portugueza, que varias vezes se representaraõ no Theatro com geral aclamação dos espectadores, dos quaes muitos sahirã a luz publica". MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana historica, critica e cronologica*. Lisboa: Impresso por Isidoro da Fonseca, 1741, Tomo I, p. 28.

⁶² Esta possibilidade é destacada por alguns dos autores que leram esta controvérsia. Numa das respostas de Chiado, lê-se: "O quanto que fui sentindo e descobrindo / para te dar por retorno: / tua mãe esteve em forno!" Segundo a leitura, esta informação revelaria que Chiado teria averiguado a condição social daquele que tanto o criticava por ser filho de regateira. Contudo, não há confirmação para esta hipótese. Cf. PIMENTEL - *Obras do poeta Chiado...* p. XII e 191.

⁶³ Idem, p. 175.

Por estes versos (que não ficaram sem resposta⁶⁴), é possível supor para Chiado a vida de um pícaro: de origem humilde, em fluente trânsito entre diferentes lugares sociais — inclusive com uma profissão de votos provavelmente movida por urgências mais objetivas do que por vocação, segundo testemunha o resto de sua vida — e com uma boca dotada de voz que professava verdades e ensinamentos profundamente populares⁶⁵. Completa esta imagem de um Chiado *pícaro* os vícios de vida do autor que fugiu às obrigações de religioso, que se entregou a prazeres e que se dedicava a escrever de modo tão *mundanoso*.

Fatores que estão na base da crítica de Álvares ao ex-frade. E, mesmo com uma origem social que, possivelmente, não era distinta da de Chiado, as opções de vida pessoal e autoral do poeta o faziam supor serem já diferentes — se fossem, de fato, de uma mesma "classe", diferencia-os a escolha de vida: Álvares não queria ser *pícaro*! Inclusive, negava os ensinamentos — a linguagem e o modo de exprimir o mundo — que poderiam vir de um nascimento em meio tão vulgar:

Nasceste de regateira
e teu pae lançava solas:
d'onde aprendeste parolas
e os anexins da ribeira,
de que cá tinhas escólas.⁶⁶

⁶⁴ Foram muitas as "postas e respostas" entre os dois, o que dá uma clara imagem de um ambiente em que o dizer estava sempre sujeito a um eventual "desdizer": a fala e a vida públicas, o agravo e o desagravo — que só assumem tais formas se em público — eram habitualmente povoadas pela enunciação de opiniões sobre fatos ou pessoas. Neste caso, Chiado chamou a atenção de Álvares da seguinte forma: "Eu não hei comvosco nada; / lograi vossa meijoada / no mundo c'os mais contentes; / não me reganheis os dentes, porque vos não temo a ossada. | Deixae-me embora viver, / não me rendeis o escamoucho; / que eu hei vos d'apertar o arrôcho / com quanta força tiver | Deixae o peccado alheio, que muitos tende no seio; não digo mais por agora. Vento é o que anda de fora / para o que cuidado tenho. | Eu sou natural praguento, / por uma trova dou cento; / e pois isto confessaes. / Affons'Alvaes, não queiraes / que vos diga quanto *sento*. | E não vos vireis bainha / e cure da vossa tinha; / fazei dos males pendença / senão, se me daes licença, / rebentarei asinha. | Ó cão, enganado estaes; /peço-vos me digaes. / E vá-se fallar verdade, / fazer da necessidade / virtude, não m'o louvaes. | Outra vez vos peço paz, / não sejaes tão costumaz: vossa mercê não me ladre / que seu saio da madre, / hei de praguejar assaz." Idem, p. 178-179.

⁶⁵ Muitas dessas características saem, como ofensa, da pena de Álvares e sinteticamente podem ser resumidas assim: "E tu és frei matulão, / badallo de campanario, / natural escorpião, / que afagas com bom doairo / e mordes com coração. | Velhaco és comulgado, / levita frei maricote, / regateiro mal creado, / que consentiste em peccado / em trajos de sacerdote. | Que te acham em S. Gião / em casa de regateiras / e de putas taverneiras, / onde tu és mexilhão." Idem, p. 199-200. Dos ensinamentos que deixou de seu saber *pícaro* muito marcado pelos lugares comuns do adagiário popular, cf. *Parvoices que acontecem muitas vezes*, Idem, p. 152-170.

⁶⁶ Idem, p. 182. Em outra oportunidade, Álvares fez os seguintes versos: "Assi que do sapateiro / não pode vir cavalleiro; / nem de regateira pobre / póde nascer filho nobre" Idem. p. 195

Esta disputa de reputações e opiniões não é alheia ao problema da recepção e transformações da picaresca. É, na verdade, bom exemplo de uma viva manifestação do problema antes mesmo do termo servir de referência a uma determinada literatura. Ou seja, antes de problema para a História, o assunto era uma aberta questão social que hoje nos informa como determinadas classes eram percebidas e como tais percepções ganhavam forma de crítica, de opinião e de dissenso — algo que, no passado, se manifestou na escrita pela síntese que emana da compreensão autoral sobre as relações sociais e sobre os juízos que determinadas frações sociais tinham e mantinham de si e entre si, fossem de grandes sobre pequenos ou de pequenos sobre grandes⁶⁷. Embora Chiado não fosse um declarado exemplo de autor de picarias, as advertências de sua "Carta" preliminar ao *Auto das regateiras* e o teor da controvérsia que manteve com Afonso Álvares são aproveitáveis, ainda mais ao considerar quem são as pessoas e qual parcela do cotidiano são recriados no *Auto*. Uma parcela que, embora não fosse a dos miseráveis, era a dos que integravam um grupo de pessoas e trabalhadores contra os quais se verifica a sedimentação de uma desconfiança social (moral e legal) e contra os quais caía bem o manto da burla e da picaria⁶⁸. Tanto o foi que, em 1611, a própria palavra foi assim feita verbete do *Tesoro de la Lengva Castellana*:

PICARO, vide supra picaño: y añade que se pudo dezir de pica, que es el asta, porque en la guerra hincandola en el suelo los vendian ad hastam por esclaus. Y aunque los picaros no lo son en particular de nadie,

⁶⁷ Na picaresca, não apenas opiniões sobre o "vil do povo" aparecem, mas também sobre os demais grupos. No *Lazarillo*, isso se percebe na configuração e na importância dos mestres de Lázaro para a sua trajetória (um cego velhaco, um padre avaro, um fidalgo falido e um buleiro charlatão — os verdadeiros pícaros que vitimizam Lázaro). Já num segundo momento das picarias, quando sua carga crítica se limita à identificação de caracteres sociais degenerados e não à denúncia da crise social e da pobreza como fatores degenerativos, mesmo estas pessoas passam a ser protagonistas das narrativas. A avaliação que os mais pobres tinham de outras classes aparece figurada por Mateo Aléman. Segundo Cros, comparando dois momentos distintos da trajetória do gênero: "Guzmán expresa la visión que los marginales tienen de todas las clases sociales; con la instancia narradora del *Buscón* al contrario es la clase dominante la que denuncia a la supuesta marginalidad religiosa y política. Para Mateo Alemán, la marginalidad coincide con la miseria que es un factor de disgregación social. Para Quevedo la marginalidad periférica ha invadido el centro abandonado por las clases originariamente dominantes. *Guzmán de Alfarache* revela "el teatro de la comedia humana". Quevedo trata de levantar las máscaras carnavalescas de los pícaros y de todos los estamentos sociales simbolizados y representados precisamente por estos pícaros." QUEVEDO, Francisco de. *La vida del Buscón* (ed. CROS, Edmond). Barcelona: Penguin Random House, 2002, p. 244.

⁶⁸ Cf. ARAGON - *Peligrosidad social y picaresca...* MARAVALL - *La literatura picaresca...* p. 57-60.

sonlo de la Republica para todos los que los quieren alquilar, ocupando los en cosas viles.⁶⁹

Na literatura, sobretudo enquanto sintoma artístico do social, o que restou de tais pessoas foi a perda total do sentido "positivo" da *picaresca*. O saber do pícaro não era mais o conhecimento necessário à sobrevivência em um mundo hostil, mas, sim, o do engano com intenção de vantagem pessoal. Um retrato do egoísmo e da superação individual contra o coletivo, contra os interesses da comunidade e os bons valores que a regiam. Um bom exemplo disto vem de uma crônica especialmente voltada ao tema dos bons costumes e da militante defesa deles.

Impressa já no fim do século XVII, em 1645, a *Chronica da Companhia de Iesv na Provincia de Portvgal* é um dos mais profícuos exemplares para a avaliação de como estes descaminhos picarescos eram recebidos por aqueles que com maior afinco se dedicavam a corrigi-los. Representantes daquilo que Bakhtin chamou de uma nova "cultura oficial" — como já pontuado acima —, os jesuítas são, neste momento, um dos grupos de maior participação na crítica social e porta-vozes de um projeto de reformação para ela. Na *Chronica*, de Baltasar Teles, lê-se o exemplo de vida do irmão Afonso Barreto e de sua "grande mortificação, & zelo extraordinario da salvaçam das almas". Um dos episódios mais representativos de sua "sede impacientissima em que ardia, de servir a Deos & ajudar as almas" guarda uma estreita relação com o presente problema:

Foy o irmam Affonso Barreto algumas vezes â ribeira acompanhar o irmam comprador, & trazer pera casa o que se comprava; encontrava na praça (como ordinariamente sucede) grãde multidam dos que andam ganhãdo a vida com levar cargas, & acarretar fazenda; porque desta gente acodem grandes casilas Lisboa, em especial daquella parte de Portugal mais chegada a Galliza (...) costuma ser esta gente a menos culta no trajo, & mais inculata nos costumes; a menos domestica no trato, e a mas safara na doutrina.⁷⁰

⁶⁹ COVARRUBIAS, Sebastian. *Tesoro de la Lengva Castellana, o Española*. Madri: Impresso por Luis Sanchez, 1611, fl. 587v. Já a palavra "picaño" que Covarrubias refere: "Picaño, el andrajoso y despedaçado, de la palabra pittaciû, portio corij curti, quo muniuntor calcei: y de aqui se llamò picaño, el remiêdo que se echa al çapato." Idem, fl. 587. Cerca de um século mais tarde, Raphael Bluteau não alcançou um significado essencialmente diferente no seu *Vocabulario*, podendo o verbete "pícaro" ser resumido neste trecho: "Picaro, algumas vezes tem lugar de adjectivo, como quando se diz, Ao modo picaro, *id est*, ao modo dos picaros, ou gente bayxa." BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728, 10 volumes, v.6, p. 498.

⁷⁰ TELES, Baltasar (S.J.) *Chronica da companhia de Iesv na Provincia de Portvgal e do que fizeram, nas conquistas d'este Reyno, os Religiosos, que na mesma Provincia entraram, nos*

A sua experiência no mercado da praça terá, segundo o cronista, influenciado decisivamente o fervor cristão de Barreto. Apesar de sua pouca idade, o então noviço que nem dezesseis anos tinha completos, no ano de 1544, diante de uma Lisboa que era como "campo tam cheo de espinhos, intentou com todo o cuidado de o cultivar"⁷¹. Para isto, pediu licença para viver "entre aquella relé de gente"⁷² — assim dito para que nunca se perca a forma como eram enunciadas tais pessoas desde o lugar de observação de seu biógrafo — e fez-se moço da ribeira: "vestindose a seu modo, & vivendo estre os deste officio, pera nam o desconhecendo, como a estranho, lhe tomassem seus cõselhos como de amigo"⁷³. E, assim, exerceu os officios comuns da praça "feito moço de ganhar" — uma das formas mais comuns de se referir aos primeiros pícaros, por serem comumente confundidos com os que desempenhavam "tarefas indignas", como os que faziam frete, padeiras, forneiras, regateiras e mais officios semelhantes⁷⁴.

O exemplo que o irmão Barreto dava no desempenho correto destes officios, sem enganar nos preços e sempre dando exemplos virtuosos, não só lhe garantiu um público de consumidores espantados com seu trato, como o aproximou daqueles que queria salvar. E tal era a "efficacia da virtude" que:

até os entendimentos mais barbaros, & toscos conhecem a força da santidade (...) e hiam estas feras apòs o seu novo Amphion, que com a cythara de sua celestial doutrina, os trazia como encantados; domesticando a dureza de seus costumes com a brãdura dos cõselhos de Christo (...) Admiravasse aquelles agrestes engenhos de ouvir seu cõpanheiro, pasmavam de ver tal saber em tam pouca idade, seguiã à risca suas ordës, vinham confessarse a S. Antam, pera õde elle finalmête se veyo recolher, sem nenhum dinheiro na bolsa, & com muito ganho das almas.⁷⁵

Não há melhor demonstração do que aqui é perseguido. Estas curtas passagens tanto apresentam os mais "incultos nos costumes" como um grupo formado por pessoas

annos em que viveo S. Ignacio de Loyola, nosso fundador. Lisboa: Impresso por Paulo Craesbeck, 1645, Parte I, p. 215.

⁷¹ Idem.

⁷² Idem.

⁷³ Idem.

⁷⁴ Idem, I, p. 216. "da mesma maneira que a miséria dos mouriscos levou ao aparecimento do vocábulo de sentido pejorativo, *ganapanes* (aportuguesado em *ganapão* ou *ganha pão*, i.e., trabalhador assalariado, pobre e nómada) é natural que, partindo ou não de uma raiz árabe, a sociedade comum, nas suas franjas de miséria, tivesse produzido a palavra *pícaro*, para classificar o homem que se dedicava, à margem consentida da vida organizada, às tarefas indignas" PALMA-FERREIRA - *Do pícaro na literatura portuguesa...* p. 12.

⁷⁵ TELES - *Chronica da companhia de Iesv na Provincia de Portvgal...* I, p. 217.

que se identificavam entre si como *grupo* — bastante determinado pelo desempenho de uma profissão ou ofício —, como também revela que o seu modo de vida era dotado de uma coerência interna, pelo que não aceitariam facilmente os ensinamentos de pessoas de fora desta esfera. Por outro lado, revela uma diferença nos costumes e nos valores que fazia com que a interação com outros grupos fosse marcada pela desconfiança e por um esforço de equalização. No caso, pela divulgação — ou imposição — de uma doutrina sólida e capaz de reformar estas pessoas de seus vícios, trazendo-as para modos mais domésticos no trato. E, não obstante, revela ainda o contato de proximidade levado a cabo pelos jesuítas, uma ordem religiosa e grupo político que alcançou níveis de vascularização no tecido social bastante notáveis para uma sociedade que se dizia perfeitamente dividida em estamentos harmônicos e que não se profanavam.

Mas, se na *Chronica* o que prevalece é a importância do exemplo e da confiança na salvação dos *pícaros*, na sua manifestação em forma de literatura ou teatro era na condenação deles que insistiam os defensores dos ensinamentos desta doutrina. Segundo Palma-Ferreira, a influência do moralismo catequético e tridentino foi o principal estímulo para uma "literatura do arrependimento" que julga ter sido decisiva para o que chamou de "decadência do pícaro":

O arrependimento vai ser, a partir dos últimos quartéis do século XVII, uma das matizes ideológicas do Barroco, do qual partem uma religiosidade específica e o próprio sentido de auto-repressão que intoxica já as últimas grandes obras da picaresca. O herói picaresco passa a ser o homem de vida airada que a si próprio se reprime, como se sentisse, ao vivo, a tragédia da visão dialéctica das realidades fundamentais do tempo, *a alma e o corpo, a vida e a morte, o prazer e a dor, como princípios inconciliáveis*.⁷⁶

Apesar da pouca precisão da análise acima — que generaliza noções como Barroco e não dá uma boa delimitação conjuntural —, fica explícita uma degeneração do pícaro, já em avançados anos do Seiscentos. Antes de concordar plenamente com a afirmação acima, o que é aproveitado dela é que tal decadência levou o pícaro a uma radicalização de suas malfetorias já agora completamente esvaziadas de sentido — na verdade, com o único intuito e sentido de uma conformação social daquelas pessoas com as quais convinha estar sempre prevenido; algo que ocorreu ao longo de todo o século XVII e que se verifica com grande intensidade quando o pícaro já estava bem integrado à literatura portuguesa.

⁷⁶ PALMA-FERREIRA - *Do pícaro na literatura portuguesa...* p. 18.

Neste ponto da trajetória de como era configurada a literatura picaresca, temas sociais importantes passam a ser identificados com as malfeitorias do *pícaro*, já sem nenhuma positividade e sem nenhuma ressalva. Toda a contextualização das ações de *Lazarillo* ou de *Guzmán de Alfarache* — cuja segunda parte é impressa pela primeira vez em Lisboa, num momento em que se acumulam coincidências entre a chegada dos Filipes e de expressões de um *gosto* castelhano⁷⁷ — se perde. Um sentimento também presente em Cervantes⁷⁸, que nasceu e cresceu durante o amadurecimento da literatura *picaresca* e, por isso, embora mantendo algo do seu sentido original, também se fez autor durante a transformação⁷⁹.

Por isso, Bakhtin reconhece no autor do *Quijote* um exemplo de permanência das formas essenciais do *grotesco*, embora já com alguns elementos denunciadores de preconceitos não correspondentes à forma original das literaturas *pícaro* e *grotesco*. Ao comentar os elementos figurados na peregrinação de D. Quijote e Sancho, diz sobre a relação parodial entre damas e prostitutas, albergues ou pousadas de estrada e castelos, estalajadeiros e guardiões de castelos, ou a célebre passagem dos moinhos e dos gigantes: "Esse é o sentido primordial e carnavalesco que aparece nas imagens materiais e corporais no romance de Cervantes. É precisamente esse sentido que eleva o seu estilo do realismo,

⁷⁷ A primeira parte da *Atalaya* foi impressa em Madri, ano de 1599. Poucos anos depois, sua impressão em Lisboa, 1604, é evidência de que título e gênero circulavam com facilidade e interesse pela Península, justificando, inclusive, que fosse na antiga corte portuguesa que a segunda parte chegasse à luz. O chamado período filipino não é um fator de pouca importância para a viabilidade deste fato: a promoção de um gosto e de uma cultura castelhanas é notada por muitos autores do período, o que será melhor apresentado adiante. A segunda parte do *Guzmán* foi, inclusive, dedicada ao seu provável mecenas, D. Juan de Mendonza, à época, capitão general dos reinos de Portugal. Por outro lado, é certo que também contribuíram para a sua impressão em Lisboa a reunião e outros fatores, pelos quais passam, necessariamente, a existência de um mercado de consumo de livros e a presença de um público que pudesse receber esta novidade que fazia de Portugal uma extensão do gosto e das literaturas tidas por *castelhanas*, como eram a *picaresca* e as novas comédias de Lope, Tirso ou Calderón.

⁷⁸ Por exemplo, através da declaração de Rinconete que, dominando modos de assegurar sua vitória em jogos de cartas, sentia-se "seguro de no morir de hambre". CERVANTES - *Novelas ejemplares...* p. 217.

⁷⁹ *EL Lazarillo de Tormes* é publicado durante a infância de Cervantes, em 1554, cerca de sete anos após o seu batismo. Suas *Novelas ejemplares* são publicadas em 1613 sob forte influência de novelas como a do próprio *Lazarillo*, mas também a do *Guzmán de Alfarache*, de Mateo Alemán, e da divulgação das novelas italianas, como as de Boccaccio, várias vezes impressas durante a sua vida. Uma cronologia destas novelas em função da biografia de Cervantes é apresentada por Reguera em sua edição das novelas cervantinas, cf. CERVANTES - *Novelas ejemplares...* p. 19-23 e 31-37.

seu universalismo e seu profundo utopismo popular". Entretanto, já aqui são notadas aparências de decadência:

Por outro lado, entretanto, os corpos e objetos começam a adquirir, em Cervantes, um caráter privativo e pessoal, e por causa disso se apequenam e se domesticam, são degradados ao nível de acessórios imóveis da vida cotidiana individual, ao de objetos de desejo e de posses egoístas. Já não é o inferior positivo, capaz de engendrar a vida contra as aspirações do ideal. Na vida cotidiana dos indivíduos isolados as imagens do "inferior" corporal conservam apenas seu valor negativo, e perdem quase totalmente sua força positiva; sua relação com a terra e o cosmos rompe-se e as imagens do "inferior" corporal ficam reduzidas às imagens naturalistas do erotismo banal. No entanto, esse processo está apenas começando em Cervantes.⁸⁰

⁸⁰ BAKHTIN - *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento...* p. 20. Toda a análise de Bakhtin que, depois de apresentada, fecha-se em tópicos essenciais para a construção das hipóteses e objetivos aqui conjugados, como a linguagem popular da praça, é consequente à sua localização do lugar do *alto* e do *baixo* na literatura de expressão popular e suas degenerações. É assim que começa a apresentar Rabelais como poeta "da carne" e "do ventre" e da: "predominância excepcional que tem na obra de Rabelais o *princípio da vida material e corporal*: as imagens do corpo, da bebida, da comida, da satisfação de necessidades naturais, e da vida sexual. São imagens exageradas e hipertrofiadas (...) Outros o censuraram por seu "fisiologismo grosseiro", seu "biologismo" e seu "naturalismo", etc. Os demais autores do Renascimento (Boccaccio, Shakespeare, Cervantes) revelaram uma propensão análoga, embora menos acentuada". O *alto* e o *baixo* na literatura *grotesca* de Rabelais podem ser dimensionados pela própria derivação de sentido da palavra, que hoje assume a conotação pejorativa de coisa asquerosa, feia, nojenta ou escatológica. Entretanto, antes desta alteração, naquilo que chamou de *realismo grotesco*, do qual o porta-voz é o povo em constante renovação, um povo corporal e com apelo a metáforas exageradas, mas positivas: "a degradação do sublime não tem um caráter formal ou relativo. O "alto" e o "baixo" possuem aí um sentido absoluto e rigorosamente *topográfico*. O "alto" é o céu; o "baixo" é a terra; a terra é o princípio da absorção (o túmulo, o ventre) e, ao mesmo tempo, de nascimento e ressurreição (o seio materno)." É a alteração disto que Bakhtin vê em Cervantes, o exemplo de uma inicial transformação: "O grande ventre de Sancho Pança, seu apetite e sua sede são ainda fundamental e profundamente carnavalescos; sua inclinação para a abundância e a plenitude não tem ainda caráter egoísta e pessoal, é uma propensão para a abundância geral". Por isso, Sancho desponta não apenas como o porta-voz do cômico genuinamente popular e da persistência de um riso popular no *Quijote*: "Sancho é o corretivo natural, corporal e universal das pretensões individuais, abstratas e espirituais; além disso, Sancho representa também o riso como corretivo popular da gravidade unilateral dessas pretensões espirituais." Cf. Idem, p 16-21. É aqui que o autor faz sua ressalva sobre já se encontrarem em Cervantes os indícios de uma alteração que dá relevo maior ao individual frente ao geral. Uma alteração que culminou no esvaziamento do riso enquanto expressão de um desejo coletivo e de uma visão de mundo popular e de contraponto à rigorosidade da ordem social e à referida "seriedade unilateral" e na perda de sua força renovadora frente ao "estabelecido" e ao "oficial". Razões presentes nas críticas aos excessos a serem corrigidos, sobretudo com a insistência numa vida comedida e discreta. Recomendações verificadas em inúmeras fontes do século XVII, desde pareceres eruditos até breves resumos de seus princípios morais como o que segue e que representa os bons costumes e a boa educação que sintetizam a degeneração que agora se demonstra: "Avisos p^a todo o estado necess^{os}: 1. O Amor de D's feruente, continuo, estremado 2. Amor do proximo casto, prudente, sem pecado; discreto, virtuoso, humilde. 3. A tenção limpa, constante, e sancta, 4. o pensam^{to} alto, deuoto, temeroso, e

Comparativamente, *El Buscón* de Quevedo já apresenta uma configuração mais avançada nas transformações do pícaro. Algo que pode estar entre as razões pelas quais alcançou um parecer bastante favorável de um dos seus censores, que elogia justamente as palavras e a elegância desta novela, embora fosse um gênero identificado pelo oposto⁸¹. A sua forma em "exemplo de vagamundo e espelho de tacanhos" já antecipa uma direção ao leitor de que os avisos desta novela não são sobre o quão viciante era a sociedade, mas, sim, quão perigosos são os seus páreas⁸². Na verdade, há algum nível de consenso quanto ao peso do *Buscón* de Quevedo como um marco para a alteração da trajetória da picaresca. O seu pícaro já se separa mais acentuadamente de digressões a respeito de sua humanidade, trazendo novidades na construção do personagem central⁸³. Se isto não

puro. 5. a oração breue, amiudada, deuota 6. o jejum discreto e moderado, 7. a esmola liberal, caridosa e uoluntaria 8. a conuersaçã de discretos sabios e pacificos 9. os amigos poucos calados e prudentes 10. o falar verdade^o, honesto e considerado. 11. o gesto graue, humilde e alegre 12. o vestido honesto, limpo e conueniente 13. o comer pouco, temperado, e a seu tempo 14. Rizo pouco, com pejo e honesto 15. passatempos poucos, honestos e breues 16. aprtame^o de nescios, praguentos e desconfiados." BGUC, Ms, 348, fl. 139v.

⁸¹ A censura de Estevan Peralta recomendava a sua impressão pela "propriedad de las cosas, por la elegancia de las palabras, por la enseña de las costumbres, sin ofensa alguna de la Relegion". Acrescento o fato de que o próprio teor do subtítulo da obra é proporcional à opinião do censor, não sendo, ainda, de menor consideração a advertência de Quevedo aos seus leitores sobre suas intenções com a novela, na qual "hallaras en todo genero de picardia (...) sutilezas, engaños, invenciones, y modos nacidos del ocio para vivir a la droga". Cf. QUEVEDO, Francisco de. *Historia de la vida del Bvscon, llamado Don Pablos; exemplo de Vagamundos, y espejo de Tacaños*. Zaragoza: Impreso por Pedro Verges, 1626. A edição acima foi apresentada para a apresentação desta censura. A edição consultada e utilizada continuará a ser a preparada por Edmond Cros, citada anteriormente.

⁸² Cf. MARAVALL - *La literatura picaresca...* p. 769.

⁸³ "Quevedo no adopta, sin embargo, el yo lírico de los mejores romances artísticos, que convertían en escena los efluvios líricos; tampoco atenúa las truculencias de los más extravagantes para recrear un mundo más sereno, como estaba haciendo Cervantes; Quevedo se va de bruces hacia ese yo desencajado, truculento, que le permite la creación satírica abierta a las posibilidades de la escena grotesca y de la creación sostenida de mundos ínfimos. Es más, es el uno de los escritores que mejor creó desde esa perspectiva, hasta el punto de reorientar modalidades y configurar géneros. El género que remodela es el que había definido Mateo Alemán y al que estaban contribuyendo otras muchas plumas. Nuestro autor lo vacía de digresiones morales y lo reconvierte en una obra satírica enjuta y tersa (...) La originalidad de Quevedo frente al *Lazarillo* y el *Guzmán* consistió, en buena medida, en una actitud más ideológica que formal, es decir, que se descubre por debajo de las líneas gruesas del género: en el juego interactivo entre protagonista y mundo exterior, Quevedo resuelve deteriorar la consistencia humana del héroe, Pablos". POU, Pablo Juralde. Enmiendas ideológicas al "Buscón", in: *La Perinola: revista de investigación quevediana*, nº 2, 1998, Navarra: Servicio de publicaciones de la Universidad de Navarra, p. 87-103. ISSN: 1138-6363 Já Cros resume o momento em que Quevedo intervém na picaresca da seguinte forma: "El tema del hambre y la miseria tan importante en el *Lazarillo* y en el *Guzmán* está en el *Buscón* desconectado de cualquier contexto socioeconómico (...). Esta ausencia de toda la problemática de los vagabundos, en que se fundamenta el discurso reformista de *Guzmán de Alfarache* y que se nota

significa uma diminuição da carga crítica social da novela, acaba por se consolidar como uma inversão no teor da opinião que emana das novelas anteriores. Aqui, o protagonismo de Pablos não é um meio para inocentar as artimanhas da vida picaresca e, se é verdade que também condena o picaresco presente em outros atores sociais, a pobreza e as imposições objetivas de uma época de intensa crise deixam de ser álibis para o caráter picaresco dos mais pobres.

De modo geral, o abandono das preocupações que orientaram a configuração de Lázaro enquanto personagem dotada de um contexto é progressivo nos exemplares da picaresca seiscentista. Na verdade, o que se perde é a distinção entre práticas reprováveis e um caráter reprovável. O *Lazarillo* pecava por desespero e no fim manteve seu caráter preservado frente às injustiças que sofreu. A partir de agora, as vilanias já se confundem em uma nova psicologia do pícaro. Por exemplo, as ressalvas sobre o segundo nascimento das personagens, isto é, quando nasciam não de suas mães para o mundo, mas do mundo para a picaria, passou a ter um novo sentido. Progressivamente, a adesão ao mundo pícaro deixará de ser um momento de virada na trajetória de vida das personagens imposta por urgências exteriores a elas e se tornará uma pulsão interna contra suas condições de vida, aliada à capacidade de conviverem bem, em suas consciências, com as práticas criminosas pertinentes aos pícaros.

Este ingresso ou despertar para a vida pícara é a metáfora para o próprio ingresso num mundo social ele próprio inegavelmente pícaro. Assim, a personagem era posta em relação ao ambiente e, por isso, este nascimento é uma figura presente nas narrativas. Tais passagens não raro foram construídas a partir do abandono de um lugar pequeno rumo à cidade, ao espaço urbano onde poderiam ganhar tudo o que pretendiam conquistar e que representava a confusão de gentes e fatos própria ao universo picaresco. Estas passagens podem, ainda, ser lidas como uma recorrente nota sobre o inconformismo, sobre a não aceitação de uma vida sem sair do lugar, sem possibilidades, para se resumir na busca pela possibilidade de crescer às custas de outros⁸⁴.

en la programación genética del *Lazarillo de Tormes*, constituye un desplazamiento ideológico significativo. Nos remite a una postura reaccionaria de Quevedo en la cuestión de la reforma de la beneficencia, tal como está expresada en *La constancia de Job* y en *La virtud militante*, en donde está revalorizada la figura del *sanctus pauper* y la concepción católica tradicional de la limosna." QUEVEDO - *La vida del Buscón...* p. 243.

⁸⁴ O momento de "nascimento" para a picaria era algo comum nas narrativas. Apenas Lázaro o enuncia assim, após sofrer a primeira (e hilária) lição de seu primeiro amo: "Y fue así, que, después de Dios, éste me dio la vida, y, siendo ciego, me alumbró y adestró en la carrera de

A picaria, tanto quando era meio incontornável de sobrevivência como quando era escolha das personagens, consistia em uma não aceitação da realidade. Uma reação ativa contra as mais severas adversidades das vidas e, por isso, era uma parte essencial da apresentação dos próprios pícaros⁸⁵ — personagens que sem este passado não seriam devidamente criados ou compreendidos e perderiam a sua complexidade, sua origem e a proposição de um contexto para elas.

Portanto, é à perda de tudo isso que se refere a menção à construção de personagens "vazias" ou à promoção de um riso "vazio", comumente de intenção desmoralizante⁸⁶. A construção deste riso bem-humorado, porém vazio, era fortemente amparada em lugares comuns sobre as diferentes classes sociais — algo que incidiu fortemente na configuração de personagens representativas de uma opinião sobre comportamento de trabalhadores que ocupavam os postos de um delicado tipo de comércio, o de alimentos (não raro com a recorrência de personagens pícaras que

vivir". Mas diferentes *pícaros* fazem uma apresentação semelhante como forma de uma introdução à sua trajetória de vida até o momento em que se tornam *pícaros*. Por exemplo, Cortadillo, o inabalável companheiro de Rinconete, "nasce" pelo desejo de superar o enfado da "vida estrecha del aldea" e os maus tratos da madrasta e, valendo-se dos ensinamentos de seu pai (uma espécie de alfaiate) para o manuseio da tesoura, decidiu abandonar a aldeia e partir para cidade, a fim de praticar a sua vida de *pícaro*. Cf. CERVANTES - *Novelas ejemplares...* p. 218.

⁸⁵ "El comportamiento que se vislumbra con lo ya dicho y el tipo humano que ese modo de conducirse nos dibuja, tienen como causa un hecho radical: el repudio absoluto de la pobreza (y al decir absoluto quiero decir por encima de toda clase de escrúpulos y no deteniéndose ante ninguna clase de negaciones)." MARAVALL - *La literatura picaresca...* p. 56. Também correlata a esta observação, Maravall percebe uma tendência à vingança (logo de desagravo pessoal) nas violências praticadas pelos pícaros. Cf. Idem, p. 602-612.

⁸⁶ Ao contrastar o riso no século XVII e no XVI, quando afirma ter ocorrido o seu apogeu, Bakhtin afirma que, no Seiscentos, o riso: "perdeu seu elo essencial com a concepção do mundo, associa-se à infamação — infamação dogmática esclareçamos —, reduz-se ao domínio do particular e do típico, perde seu colorido histórico; sua ligação com o princípio material e corporal subsiste ainda, mas esse próprio princípio é relegado ao domínio inferior do cotidiano". BAKHTIN - *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento...* p. 87. "Quizá lo que mejor apreciamos con ese escorzo creador de Quevedo es la degradacion del protagonista, al que no se le deja resquicio alguno para redimirse social o humanamente; es decir —y desde el punto de vista de auctor—, el gesto de Quevedo hacia Maeteo Alemán: tus pícaros no sirven como modelos de nada; tu narración es un buen molde para la risa." POU - *Enmiendas ideológicas al "Buscón"*... p. 95. Pou ainda dimensiona a novela de Quevedo em um momento em que já era comum esta inversão na configuração das personagens e na construção disso que chamou de "molde para la risa". Ao defender o ano de 1604 para a autoria do *Buscón*, diz: "Esta vez sí que, con documentos en la mano, descubrimos que el voceado de culpas desde un yo desvergonzado y jocosos corría en manuscritos de por lo menos 1604 en adelante. Es decir, las fechas de popularización del género picaresco." Idem, p. 89.

buscavam se aproximar dos ricos para aplicarem golpes e praticarem outras formas de obtenção de seu dinheiro⁸⁷).

Em uma época em que havia uma forte condenação moral do lucro obtido com o comércio, sobretudo em trocas que envolvessem gêneros indispensáveis à manutenção da vida, estes processos de configuração psicológica e de enquadramento moral ficaram mais explícitos. As crueldades, as velhacarias, os furtos, o autoritarismo ou a mesquinharia passaram a ser os elementos da realidade que inspiravam a construção das personagens e que, embora fossem moralmente condenáveis, já não eram criadas com uma intenção de re formação de seus caracteres ou da sociedade, apenas de denúncia e caracterização do modo de agir contra o qual era preciso estar atento para não ser vítima — indício do público ao qual eram dirigidos os textos, como se retomará adiante.

Estas imagens eram, então, proporcionais a outras já sedimentadas no imaginário popular e produzidas a partir do cotidiano e da forma como as relações sociais eram percebidas segundo um dado lugar de observação. Ideias suficientemente cristalizadas ao ponto de serem configuradas nesta produção literária que devia ser (e era) inteligível para os leitores ou espectadores — dado que eram facilmente representáveis em teatros — que deviam compreender e rir daquelas cenas sem terem que decifrar enigmas *agudos*⁸⁸. E isto leva a uma importante observação sobre o sentido do riso. O humor imposto aos textos é sintoma tanto do estabelecimento de um senso comum quanto da própria forma como diferentes lugares sociais podiam ser sintetizados por um autor. Quanto mais "vazio" for o riso, mesmo que diante de uma situação de denúncia, menor será sua carga verdadeiramente crítica e maior o seu apelo ao riso de uma imagem negativa e cristalizada do *outro* — algo delicado para aqueles "desviados" que deram início ao pícaro⁸⁹.

⁸⁷ Segundo Maravall, a literatura da época refletia juízos sobre as práticas comerciais diárias que denunciavam uma "tendencia de las pícaras, sobre todo, a buscar en cualquier caso la aproximación con la población rica, para explotarla, y, además, para hallarse más cerca de ascender a ella." MARAVALL - *La literatura picaresca...* p. 686.

⁸⁸ Sobre a metáfora aguda, cf. CARVALHO, Maria do Socorro Fernandes de. *Poesia de agudeza em Portugal. Estudo retórico da poesia lírica e satírica escrita em Portugal no século XVII*. São Paulo: Humanitas Editorial, Edusp, Fapesp, 2007. HANSEN, João Adolfo. Retórica da Agudeza, in: *Letras clássicas*, nº 4. São Paulo: Humanitas Editorial, 2000, p. 317-342. e-ISSN: 2358-3150 A crítica de autores como Francisco Manuel de Melo, António Vieira ou Diogo Camacho ao gosto pelas metáforas agudas será analisada oportunamente.

⁸⁹ Maravall informa da confusão entre pobre e criminoso que ocorre progressivamente desde o fim da Idade Média e ganha fôlego durante os séculos XVI e XVII, resultado de uma desqualificação dos pobres e mendigos que, se não fossem doentes ou deficientes, eram tidos como vagabundos ou delinquentes: "el pobre no es de fiar, los peores calificativos caen ahora sobre él, los predicadores lo abruma de faltas, de pecados y aun de delitos" MARAVALL - *La*

O que aparece nestes textos é exatamente o oposto do exemplo virtuoso que o jesuíta mais acima mencionado tentou passar. Publicada em 1658, a *Mvsa entretenida de varios entremezes*⁹⁰ nos dá um bom exemplo. Contendo vinte e quatro entremezes, o livro de Manoel Coelho Rebello obteve a graça de receber uma décima encomiástica de Violante do Céu, que diz do autor:

que es fuerza que al mundo aßombre,
pues costando tanto a un hombre
ir su nombre eternizando,
vos solamente burlando
eternisais vuestro nombre.⁹¹

Além deste, é também indício do público que se reuniu em torno de seus entremezes a dedicatória a João de Mello Feio, à época governador do Rio de Janeiro, que protegeu o autor e lhe permitiu as condições necessárias à impressão dos entremezes após vê-los representados⁹². A circunstância, o lugar e o caráter das representações (se foram públicas ou fechadas) não se sabe, mas é certo que foram representados e que a elas assistiram mais do que a célebre poetisa e o então governador do Rio de Janeiro. O entremez XXII é o que mais interessa ao questionamento do lugar das classes populares na literatura baixa do século XVII.

Com título de "Entremes das padeiras de Lisboa" e contando apenas sete páginas, as breves cenas que dele se representaram resumem aquilo que das ditas padeiras se justificava dizer, mas também cedem espaço para a apresentação burlesca de duas figuras

literatura picaresca... p. 57. O historiador ainda avança em outras considerações sobre as tensões que constituíam a questão do trabalho e a imagem do trabalhador que, embora amparadas em outros argumentos, não são alheias a este universo moral de desqualificação do pobre. Cf. Idem. p. 164-216. Já sobre a relação entre cotidiano e a compreensão e reconfiguração da compreensão do outro, especificamente os marginalizados, Le Goff diz: "Há que perguntar-se o que é, em todo este processo, mais importante, se a evolução dos próprios marginalizados ou a consideração que a sociedade por eles tem. Por exemplo, no seu livro *Las Brujas y su mundo*, Julio Carlo Baroja defende que não foi a bruxa que mudou ao longo dos séculos mas o ambiente que está à sua volta. Só porque o ambiente que a rodeia é diferente, tem-se a impressão de que também a atitude da bruxa deva ser diferente. Jean-Claude Schmitt ao estudar as *behuines* e os *beghards* do século XIII ao século XV, não os vê mudar muito, ao passo que os fundamentos ideológicos da suspeita que a Igreja e a sociedade mostram a seu respeito vão desde a acusação de heresia até à de vagabundagem" LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 2017, p. 158.

⁹⁰ REBELLO, Manoel Coelho. *Mvsa entretenida de varios entremezes*. Coimbra: Impresso por Manoel Dias, 1658.

⁹¹ Idem, "Décima".

⁹² "O aplauso com que V.S. festejou os meus entremeses foy sò a causa de os tirar a publico considerando, que se representados forão de contento a V.S. lhe não desagradariã escritos & ainda que o estilo que nelles siguo por humilde me acobarde, o patrocínio que lhe busco por generoso me anima" Idem. Dedicatória.

igualmente polêmicas: o almotacé e o seu escrivão. Briatis e Anna são as padeiras, todo o centro da sua ação se desenvolve da única venda que fazem. Estando as duas com seus pães, dando vozes para que os comprassem, entra em cena um vilão que começa a ser disputado por ambas. Briatis após conquistar seu freguês trata logo de lhe obter vantagem. Após fechar negócio, pergunta ao vilão onde pôr o pão e o homem responde que o ponha num capelo, eis a cena e o revelador diálogo que segue:

Bri. Huy pois não; abaixe bem vasse cos Anjos Mancebo.
Metelhe hūaa pedra no capello, e dalhe hūa pancada nas costas, ao tempo que diz o verso assima, vasse o villão.
Que te parece Anna a ligeireza
com que troquei o pão pello penedo?
o villaõ, farto dalhos, & a largueza
com que cà vem cum pão, & muito ledó,
assi me faça Deus hūa Marqueza
(...)
An. fizestes Briatis não mo agradeças
hūa cousa a meu ver bem empreguada,
que enganar hum villão se mo confessas
te terei sempre por molher honrada,
assi te ajude Deos⁹³

Após esta cena, aparecem outros vendedores (de sal, alho, azeite e mel), o almotacé e o escrivão. A entrada dos oficiais não tem qualquer pendôr de encerrar com justiça o entremez — antes, todos burlam e encerram assim: "*Bailam a chacona o Almotace, no meio com seus lenços em forma de dança de meninas.*" Embora todos burlassem — menos o vilão, é certo —, apenas as padeiras justificam o título. É notável também que a venda acima foi a única em todas as sete páginas do texto encenado. É verdade que o texto denota uma crítica geral aos envolvidos na atividade comercial, inclusive aos responsáveis por fiscalizá-lo, mas fica evidente a associação entre as mulheres que dão nome ao entremez e o modo como eram percebidas no desempenho de seu ofício, considerando a maneira como foi retratado o único momento em que o desempenharam neste título. Tanto o fato de darem nome ao entremez como de protagonizarem a única cena comercial são fatores importantes e contribuem para que o sentido desta curta dramatização das relações sociais mais prosaicas do cotidiano seja o da associação direta e o da generalização entre as "padeiras de Lisboa" e a burla pregada na vítima — o consumidor que representa o povo.

De modo geral, neste e em outros títulos picarescos ou de influência picaresca, nota-se um claro limite entre as diferentes classes sociais — sobretudo aquelas que eram

⁹³ Idem, p. 220 e 221.

mal vistas pela prática de um comércio cuja percepção era majoritariamente a de uma prática comercial marcada pela malícia e pelo desejo de um lucro indevido⁹⁴. Um pouco mais extenso, mas igualmente simples é o *Auto das padeyras, chamado da fome*. Publicado em fins da década de 1630, a publicação e a forma como as figuras deles são apresentadas é de importante consideração para uma relação entre a história das literaturas baixas e a história social. Afinal, o pão não apenas era o principal alimento da dieta daquele período, mas era, também, tema de constantes preocupações, não sendo raros os períodos em que a sua escassez era geral — e os crimes de seu comércio, uma de suas principais características. Não é, portanto, coincidência que neste auto, cujo tema era de ampla repercussão, coincidisse a *fome* com os lugares comuns que se perseguem. Aliás, o próprio título já dá mostras do que se lerá em suas páginas, pois, o auto *das padeyras*, pessoas responsáveis por fabricar e vender o mais básico alimento daquela sociedade, era o mesmo que se chamava *da fome*⁹⁵.

Neste cenário formal e temático em que "padeyras" e "fome" se confundem como sinônimos, as padeiras Isabel Botelha e Catarina Tiznada nada mais são do que exemplo (mais detalhado do que no entremez acima) dessa forma de criar personagens pícaras: linguagem rude, injuriosa, cômica e falas reveladoras de todo tipo de maus hábitos são as únicas coisas que saem das suas bocas. Também por isso, ficam, mais uma vez, diretamente associados e caracterizados os trabalhadores pelos postos que ocupavam, de modo que os lugares comuns que incidiam sobre um acabavam por definir a imagem que se tinha sobre o caráter do outro e isto se verifica em todas as etapas da criação das

⁹⁴ Ao comentar tanto a "tendencia de las pícaras, sobre todo, a buscar en cualquier caso la aproximación a la población rica para explotarla" e as lojas e tendas de produtos alimentícios como "lo que constituye un elemento de la vida contemporánea recogido en la novela picaresca", Maravall conclui: "esos tenderos «al por menor», «a la vara», «por menudo», en «banco» o «tabla» (...) en general son mal vistos. (...) Los economistas hablan mal de ellos, de los regatones, porque no ven más que un lado: su actuación de intermediarios hace subir el precio de las cosas, en medio de tan grave crisis". MARAVALL - *La literatura picaresca...* p. 686 e 687. Eis uma clara demonstração do caráter reflexivo da literatura em relação às mentalidades e à vida social de um dado cotidiano — ou da relação entre a literatura picaresca, o senso comum acerca destes comerciantes, especialmente os mais baixos, "regatones" e o pensamento de economistas e moralistas, largamente difundido no seio de classes opostas a essas.

⁹⁵ anônimo. *Avto da padaeyras, chamado da fome, ou do centeo & milho*. Lisboa: Impresso por Antonio Alvarez, 1636(?). A presença do centeo e do milho também constroem a imagem que o autor pretendia criar sobre a fome. Uma vez vistos como alimentos menos nobres e aos quais só se recorria em casos de pobreza ou grande carestia, as suas presenças como figuras do diálogo contribuí para a formação de uma imagem de crise e penúria na qual as padeiras são tão culpadas como atravessadores e contrabandistas — sendo as primeiras a participarem no título do *Avto*.

personagens, desde suas linguagens às suas ações⁹⁶. O trabalhador e o mundo do trabalho, algo pouco valorizado em uma sociedade em que a boa posição social era medida pelo privilégio de não ter de trabalhar por suas próprias mãos, eram assim configurados.

Além da rudeza do trato, o oportunismo das padeiras em meio a uma crise geral de falta de pão, quando a fome devia mover as pessoas a uma maior solidariedade comunitária, foi o que o autor mais quis destacar. Numa das trocas de ofensa, Catharina Tiznada ataca Isabel Botelha, destacando seu oportunismo:

He verdade isto que digo,
que fostes já sardinheira,
& depois escamadeira;
porque agora ha pouco trigo
vos quereis fazer padeira.⁹⁷

Esta forma de praticar o comércio não apenas nos informa a respeito de um senso de oportunidade para se valer das crises de preço, como ainda emana os elementos que contribuíam para uma caracterização geral sobre as condutas no comércio varejeiro. Isso permite aceder a imagens que enunciam como, mais corriqueiramente, a clientela (no caso, o autor, inclusive) compreendia o próprio comércio e os seus operadores⁹⁸ — sendo, novamente, um bom contraponto os ensinamentos e a satisfação da clientela do irmão Afonso Barreto, quando este se fez de gente de ganhos:

Dize, velhaca mulher
dum lazardo rascam,
& tu que fazes no pam,
coitado de quem to leva
tingido com açafram.
Compras trigo do mar,
daquelle que tem mais cheiro;
que ninguem quer no terreiro⁹⁹

⁹⁶ Além de Chiado ter destacado a importância da linguagem, convém registrar que o frontispício de ambos os impressos contam com a mesma gravura, representando as figuras humanas de que tratam os textos. Reforça-se aqui a importância da associação entre texto e imagem para a representação de suas personagens.

⁹⁷ Idem, p. 5.

⁹⁸ A padeira acusada de oportunista assim responde à sua colega de profissão, sobre como esta preparava a tiborna de sardinhas: "E para o povo enganar, / vendialas misturadas, / as frescas com as salgadas / lavadas na agua do mar. / Se alguém descobria o fio / da maldade, que em ti mora / juravas, como tredora, / que eraõ frescas do rio, / & mortas aquella hora. / Comprava peixe podrido / do mais ruim, que achavas, / para fazer teu partido: / & punhalo escondido / debaixo donde escamavas. / Se alguém te dexava o seu, / para lho tu escamar, / trocavas pelo teu / podem sem nada prestar. / Dizias com voz mui franca: / olhais cà, amigo meu, eu nam sei quem volo deu, / porém era gran valhaca, / quem tal peixe vos vendeo." Idem, p. 5.

⁹⁹ Idem, p. 5-6.

Se foi dito que as falas destas mulheres cumprem apenas o objetivo de demonstrar estas condutas condenáveis, maior prova disto é serem ambas alimento desejado dos dois diabos que também figuram no *auto*¹⁰⁰. Os demônios também olham ávidos e à espera da certa condenação de outros responsáveis pela fome e pelas injustiças sociais, de modo que os diabos cumprem o papel de apresentar outra sorte de pessoas que contribuíam para as mazelas das gentes¹⁰¹. Isto permite afirmar que neste texto ainda há um desejo por parte do autor de fazer do seu *auto* um meio de denunciar contradições e incongruências que estavam na base das mais sentidas clivagens e misérias da Lisboa seiscentista — uma caracterização típica da trajetória picaresca em que não apenas os mais pobres aparecem no centro do problema.

Na verdade, o que ocorre é que, enquanto protagonistas, estes deixam de ser vítimas de uma geral crise social e passam a ser também os responsáveis por ela, junto aos representantes de outros grupos sociais que na primeira picaresca foram os algozes de Lázaro. Ainda assim, não é menos verdade que é sobre as padeiras e outros trabalhadores "pouco dignos", como é comumente dito sobre tais ofícios, que recai o maior esforço autoral na caracterização de seus comportamentos — afinal, continuam, mesmo reconfigurados, protagonistas de uma grande parte de exemplares picarescos; um processo de construção que não é assumido como casual, mas intencional. Após uma larga troca de opiniões sobre o caráter de diferentes trabalhadores do comércio de alimentos, sobretudo aqueles que diariamente estavam na Ribeira e no Terreiro, um dos diabos conclui sobre as suas almas:

Muitas poucas vendendeiras
ha hi que nam sejam nossas,
servem nos de mil maneira
que muitas velhas, & moças

¹⁰⁰ Sobre diabos, sonhos e outros elementos fantásticos como figuras oportunas para o desenvolvimento de opiniões e críticas sociais, cf. PALMA FERREIRA - *Do pícaro na literatura portuguesa...* p. 33-35.

¹⁰¹ Um dos diabos diz: "que ha ca tanta preguiça / nos mais que mandam justiça, / que tudo se vai perder, / por esta negra cobiça. / O pobre não he ouvido, / porque nam ha consciencia, / vai ja tudo tam perdido, / que quem tiver adherencia, / terá seu pleito vencido, / O dinheiro faz fazer / boa sentença no feito: / & aquelle que o não tiver, / cuide que ha de perecer / sua justiça, & seu direito". A isto, responde o outro diabo: "E se algum pobre coitado, / pelo tal procurador / he vencido & condenado, / poem culpa no julgador, / dizendo que foi peitado, / O quantos procuradores, / para contentar nobres, / lançaõ a perder os pobres, / pondo a culpa aos julgadores. / Múdo, quanto mal encobres!" E o primeiro conclui: "Escrivaens, & enqueredores, / nestes mais reina a cobiça, / que noutros julgadores". *Auto das padeyras...* p. 8.

estam em nossas caldeiras¹⁰²

As passagens configuram uma parte importante das relações cotidianas entre diferentes classes. Falam de um contato incontornável, dado o lugar social e físico ocupados por estes trabalhadores: o lugar de comerciantes de itens básicos ou mesmo vitais e o físico ou geográfico — a "praça", o mercado que eram a Ribeira e o Terreiro. Mais: demonstram como os mais pobres, os trabalhadores de ofícios "impuros" e outras pessoas que, mesmo que não fossem pobres, eram alocadas à margem de uma determinada sociedade identificada com valores e comportamentos alheios aos seus (uma sociedade "civilizada"), eram vistos e compreendidos pelos demais grupos sociais. Uma operação em que a redução literária de um grupo de indivíduos a uma "imagem" é sintoma de sua reflexividade à forma como as pessoas compreendiam estes indivíduos diariamente, no contato social e, portanto, fora da literatura. Ou seja, tais imagens refletem uma opinião pública sobre estes trabalhadores. A qual, por sinal, está na base das propostas que até hoje não percebem nestes indivíduos a capacidade de ligação comunitária com a sociedade em que viviam e que os despem de qualquer capacidade política ou de crítica ao próprio cotidiano.

Certo é que há no *auto das padeyras* uma intenção moralizadora, de reformação de costumes considerados problemáticos, sobretudo quando incidiam sobre dois temas polêmicos: o pão e o lucro — ou desmedida preocupação com vantagens pessoais¹⁰³. O individualismo é um aspecto importante para o gênero. É a consciência íntima de um

¹⁰² Idem, p. 9-10. Assim, dizem sobre as regateiras e outras mulheres: "Nam sabe que as regateiras, / que sam comigo cansadas / & tambem muitas padeiras, / & as mais das sardineiras, / & as que vendem pescadas / muitas tenho em meus poderes / que me pagam confraria"; e dos pasteleiros: "Sam cousas de infieis, / as que fazem os pasteleiros, / que por adquirirem dinheiro, / vendem bode por carneiro. / porque a gēte mais se engode / lhe deitam muita pimenta, / cousa com que a sede acode. / & assim vos vendem o bode, / carne má, & fedorenta. / Se lhe dais a carne crua, / tutanos de vaca grossa; / entaõ tomaõ vos a vossa, / & daõ vos a ruim sua; / que nam ha quem vella possa. / Assim enganam os coitados, / por tantos modos e vias, / com os seus pasteis salgados, / & vendem nos requentados, / cozidos de quatro dias. / Tornamnos a açafroar, / & despois, com fala meiga, / por melhor os enganar, / deitam-lhe em cma mantega / de porca mui singular. / Outros lhe deitaõ toicinho, / do qual não cõpra ninguem. / eu os conheço mui bem. / que com pasteis vëdem vinho / a preço mais de vintem." Idem, p. 9.

¹⁰³ O individualismo (por si, uma imagem de pessoas particulares, dotadas de intimidade mesmo no intenso contato social da vida pública, como aquela experimentada pelos que viviam nas próprias ruas) é, para Maravall, elemento central do ambiente urbano e psicológico do pícaro. Seu distanciamento e diferenciação ante os demais e a busca por suas vantagens pessoais de modo violento e contrário ao estabelecido como boa contuda moral é um dos traços principais deste seu individualismo. Cf. MARAVALL - *La literatura picaresca...* p. 593-602.

narrador e sua trajetória de vida que fica exposta. *Lazarillo* e *Guzmán* são narrativas vincadamente autobiográficas. E, embora também o seja o *Buscón*, já aqui é notado, segundo Cros, um distanciamento, um olhar externo¹⁰⁴. Esta operação, embora não simplifique a narrativa, pode ser usada como sintoma de uma progressiva simplificação ou alteração do sentido que era proposto para a trajetória dos personagens — o que se acentuou com a diminuição do recurso às novelas e o aumento do emprego de autos e entremezes para o tratamento dos temas picarescos. Tal configuração dos protagonistas está relacionada ao próprio desaparecimento do gênero que, ao entrar em obsolescência, cede seus temas e personagens a outras formas de tratamento e configuração textual.

Logo, isto ainda não é fortemente sentido na novela de Quevedo ou em Cervantes, que ainda apresenta o segundo nascimento de Rinconete e Cortadillo, isto é, o nascimento para a vida pícara. Ambos os autores escrevem já décadas após o ambiente picaresco se consolidar na literatura, e já são autores nos quais são sentidas diferenças em relação à forma original da picaresca. Porém, sintoma maior desta diferença é como as "fortunas e desdichas" do *Lazarillo* dão lugar ao "exemplo de vagamundos e espelho de tacanhos" que Quevedo escreve. Ainda mais evidente fica este sintoma se contrastados os desfechos de Lázaro nas duas partes de sua biografia. Se na primeira, Lázaro renasce (ainda que sem arrependimento), na segunda, cuja continuidade não parece ser da mesma autoria ou ter a mesma compreensão, Lázaro não encontra qualquer redenção¹⁰⁵.

Seja como for, esta alteração ou subtração (como se verifica nos *autos*) à complexidade dos pícaros, uma vez que a intenção não é a de apresentar uma trajetória de vida, é algo que consolida uma alteração do que se denunciava. Se antes era o contexto social de maior importância para o nascimento dos pícaros, já mais avançado o século XVII, a carga moralista e reformista passa a incidir no comportamento em si — mesmo quando se considerava que os "desviados" não eram os únicos malfeitores¹⁰⁶. Por isso,

¹⁰⁴ Sobre o caráter distanciado e autobiográfico do *Buscón*, Edmond Cros sintetiza em sua introdução à edição aqui consultada dessa novela, como, em toda narrativa, Pablos assume uma posição extrínseca aos acontecimentos que narra de sua própria vida. QUEVEDO - *La vida del Buscón...* p. 30 e 31. Para outras referências trazidas por Cros sobre este assunto, cf. Idem, p. 37.

¹⁰⁵ A segunda parte do *Lazarillo de Tormes*, publicada ainda no século XVI (1555), em Anveres, é atribuída a Juan de Luna. Cf. LUNA, Juan de. *Segunda parte del Lazarillo de Tormes*. (ed. LÓPEZ-VÁZQUEZ, Alfredo Rodríguez) Madri: Catedra, 2014.

¹⁰⁶ "Decíame mi padre: —«Hijo, esto de ser ladrón no es arte mecánica sino liberal». Y de allí a un rato, habiendo suspirado, decía de manos: —«Quien no hurta en el mundo no vive. ¿Por qué piensas que los aguaciles y jueces nos aborrecen tanto? ¿Unas veces nos destierran, otras nos

não se pode dizer aqui que o *Auto* guarde uma relação de grande semelhança com outras novelas pícaras. Sobretudo aquelas que fizeram com que o ambiente e as relações urbanas que caracterizam um mundo picaresco passassem a ser um ambiente de forte presença numa literatura que começou a descolar-se de um ideal comunitário (como se lê nas aventuras e nos romances pastoris e bucólicos) e começou a fazer da vida terrena, urbana e prosaica (logo, não ideal) o centro de suas narrativas e do interesse de seu público, já formado por grupos urbanos e de vida burguesa — aliás, uma situação muito bem apresentada através do cavaleiro da triste figura.

Neste contexto, onde "una forte inquietud provocada por las discordias sobre el puesto de cada uno en la que venía sienta pirámide tradicional de la sociedad"¹⁰⁷, era a partir da novela e da comédia que o cotidiano deste público era captado e oferecido à sua leitura. Em primeiro lugar, há uma generalização que repercute em outros autos e que se recupera na comunicação camarária que via nas regateiras o maior desafio às boas práticas nos espaços comerciais da cidade. Maravall, ao questionar o sentido e o público destas novelas, parte do favorável exemplo de Mateo Alemán para apresentar a trajetória amoral de *Guzmán* como um exemplo ao contrário. Um exemplo não a ser seguido, mas a ser lido para que uma correta compreensão do problema moral e social pudesse ser *proveitosa*:

Para M. Alemán el «hombre perfecto» no es nunca Guzmán, en momento algun de su largo relato. Espera que pueda serlo aquel que lo lee y que espantado de la conducta que contempla hasta el final, le dé a la vuelta para trazar la suya. El Guzmán es el reverso o el «negativo de toda posible perfección, y por esa vía discurre su función ejemplar (...)

azotan y otras nos cuelgan? (No lo puedo decir sin lágrimas, lloraba como un niño el buen viejo, acordándose de las veces que le habían batanado las costillas). Porque no querían que, adonde están, hubiese otros ladrones sino ellos y sus ministros." VILLEGAS - *La vida del Buscón...* p. 48.

¹⁰⁷ MARAVALL - *La literatura picaresca...* p. 778. Ao concluir sua exposição sobre a picaresca, Maravall sintetiza: "Para narrar vidas como las que aparecen entre las novedades del tiempo, la mera yuxtaposición de aventuras (al modo de la novela llamada bizantina), no satisface a la sensibilidad de la época; presentar hagiografías y casos de arrepentimiento no es cosa para ese público que interesa (su devoción es muy otra) (...). Se quiere saber de hombres y mujeres que se sienten conformistas integrados o inconformistas insolidarios (...) a quienes pasiones, deseos, apetencias y aspiraciones de medro, de carácter individualista (no atribuibles al contexto de un orden que anhelan desmontar) les impulsan; que se relacionan con un entorno que les resiste y de ello destilan su experiencia personal." Idem. Sobre o progressivo abandono de um ideal-comunitário poeticamente expresso e a tendência de transferir para a prosa ou para uma poesia prosaica a realidade captada pela literatura, cf. LUKÁCS, Georg. *A Teoria do Romance — um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. São Paulo: Livraria Duas Cidades/editora 34, 2015; _____. *O romance histórico...*

es la inversión de todo un modelo de hombre perfecto, precisamente para que la línea de un discurso invertido, tan definido por E. Cros, señale el posible camino de perfección.¹⁰⁸

Toda a narrativa, o contexto completo e complexo de sua vida revelaria uma preocupação de Alemán a fazer de *Guzmán* um "espelho de homens": a busca por um "hombre perfecto". No caso, não seriam seus exemplos a serem copiados, mas, sim, ele próprio um exemplo do problema moral que o crítico contexto social gerava¹⁰⁹. Mas a preocupação moral evidente no *Auto das padeyras* não é como a do *Lazarillo* ou a do *Guzmán*. O caráter reformador social mais amplo que compõe a crítica autoral das novelas picarescas não se mantém em determinados tratamentos a temas e imagens picarescas. E assim fica evidente a propensão a se reduzir a complexidade social do pícaro, enquanto criação literária derivada da observação do cotidiano. Operam suas reduções à literatura de forma mais simples e tendem a levar a crítica social a um teor meramente punitivo, reforçando lugares comuns ao invés de pô-los em uma perspectiva mais complexa e crítica, até mesmo opinativa sobre um quadro mais vasto do cotidiano daquele capaz de ser captado na configuração de uma ação episódica.

Nos autos, por exemplo, pela forma (muito mais curta) e pelas intenções, não há espaço para descrever o momento em que os pícaros adentram o picaresco, o seu segundo nascimento mencionado mais acima. Neles, o pícaro o é de modo inato. Como apresentado, a associação entre o ofício das padeiras e a fome, assim como a ausência de

¹⁰⁸ MARAVALL - *La literatura picaresca...* p. 765.

¹⁰⁹ Partindo das opiniões de Alonso de Barros, Maraval apresenta Alemán como um "de los preocupados por los «remedios» que se pueden aplicar para amparar los pobres, protegerlos del hambre y de la enfermedad, y, a la vez, devolviéndolos con sus fuerzas restauradas al trabajo, facilitar más brazos y, por, tanto, a más bajo precio, a quienes emplean jornaleros u oficiales. Barrios lo que ve y lo que celebra en el *Guzmán* son «los avisos tan necesarios para la vida política y para la moral filosofía» (por «vida política», hemos de entender ciudadana)." Idem, p. 766. Convém destacar que a própria trajetória de vida de Alemán apresenta elementos tipicamente picarescos e que, de algum modo, influenciaram sua autoria. Alemán peregrinou por diferentes cidades espanholas e chegou a exercer ofícios públicos no Peru. Tem uma trajetória de vida pontuada por diferentes estratégias pessoais para alcançar o próprio sustento e crescimento pessoal, exercendo pontual ou demoradamente funções mercantis e burocráticas. Esta trajetória, também marcada pela origem em uma família de mercadores e de contato empático e preocupado com algumas formas de aplicação da justiça que lhes soavam injustas, terá influenciado na configuração do *Guzmán*. José Maria Picó, inclusive, comenta como Alemán terá simpatizado com condenados a trabalhos forçados e a condição em que se encontravam a ponto de soltá-los e pôr na cadeia, em seus lugares, os responsáveis pela vigilância dos ditos condenados — uma imagem que lembra a aventura do *Quijote* ao dar liberdade a uns prisioneiros (1ª parte, cap. XXII). Cf. ALEMÁN, Mateo. *Guzman de Alfarach*. Edição de José Maria Picó. Madri: Cátedra, 2016, p. 15-24.

uma história e de uma preocupação com um contexto socioeconômico onde a pobreza era vista como degenerativa dos homens, fez com que outras imagens passassem a corresponder à degeneração humana (como o lucro, por exemplo) e é exatamente aqui que há uma alteração na trajetória do gênero. O *Auto*, entretanto, não chega a ser o exemplo mais redutor desta objetivização artística da realidade e do cotidiano. Nele, ainda aparecem críticas aos ricos, aos poderosos, aos atravessadores e às injustiças da justiça.

No entanto, a configuração das imagens e a associação de determinados ofícios e do trabalho como representativos do mundo picaresco denotam esta alteração que fica ainda mais circunscrita ao riso das maldades que cometiam tais pessoas em títulos como o entremez das padeiras de Lisboa ou num outro auto semelhante, o *Acto das Regateyras*. Nele, além das regateiras, figuram apenas um juiz, um meirinho e seu belengim — sintoma de sua simplicidade¹¹⁰. Sequer há espaço para figuras como os diabos do *Auto das padeyras*, que formam o seu elemento moralizante, que avaliavam e criticavam o que ocorria. Esta preocupação, já simplificada no *Auto*, desaparece de todo nos demais títulos considerados. E nestes apenas o riso surge. Não que não tenha nenhum sentido, pois nele também há uma desaprovação das condutas, mas a sua maior expressão é a da conformação de um senso comum sobre o vulgo, sobre os mais *baixos*. E, posto que se trata de um senso comum, ele é construído de uma maneira esvaziada de quaisquer ponderações críticas sobre a formação da personagem considerada — apenas seus atos importam e servem à qualificação dos sujeitos considerados.

O riso recupera uma imagem cotidiana na qual trabalho, trabalhador e uma crise moral se associam como elementos de um mesmo problema da realidade captada e configurada. A consideração desta crise não deixa de alcançar uma mais ampla parcela da sociedade, como na imagem em que os oficiais da cidade dançam uma ciranda com as padeiras. O fato é que elas, contudo, continuam a ser o centro da narrativa, dando nome ao entremez em que se desenrola a cena¹¹¹. Aqui, por fim, nota-se um último elemento importante sobre o sentido destes textos que, embora mantendo imagens picarescas e conservando o contato com um ambiente social também próprio à picaresca, já romperam decisivamente com a intenção original presente no *Lazarillo*. A carga crítica do *Lazarillo*,

¹¹⁰ Cf. REBELLO - *Mvsa entretenida de varios entremezes...* e BNP. F. 3096, fls. 57-65v.

¹¹¹ Cf. REBELLO - *Mvsa entretenida de varios entremezes...*

transferida para um riso vazio, serve agora como um tipo de "literatura de «avisos» que se dirigen a «ignorantes»".

Como Maravall explica, estes não eram os desviados, mas, sim, os integrados, aqueles que precisavam perceber como aquela sociedade se reproduzia para que, então, compreendessem de onde vem o pícaro, ou que precisavam estar "avisados" de seus perigosos procedimentos¹¹². É neste público que o historiador percebe a promoção de uma solidariedade conservadora e para quem, no pícaro, estava consolidada a imagem de alguém externo aos valores daquela sociedade, um ser antissocial. Por isso, o pícaro na literatura servia como uma configuração literária de pessoas da vida cotidiana a serviço da prevenção dos "integrados" e "conformistas" contra as práticas dos "desviados"¹¹³.

Das diferenças entre as pessoas que surgem configuradas como pícaras e as pessoas às quais eram dirigidos os títulos em que os pícaros eram o elemento principal, é possível perceber o reflexo de uma importante clivagem entre os grupos sociais "integrados" e "desviados". Neste caso, a importância da demografia urbana e suas formas de apresentação é considerável. Afinal, não apenas os trabalhadores baixos reproduziam o cotidiano dos trabalhos urbanos — já uma burguesia crescente e atenta à sua integração à "boa sociedade" é uma das principais interessadas nesta literatura¹¹⁴.

Isto ajuda a explicar como que, de novelas que exigiam uma leitura solitária e silenciosa (sua extensão, embora não impedisse, não era a mais conveniente a uma leitura compartilhada), o pícaro alcançou formas mais curtas, ligeiras e ainda mais facilmente representadas como são os *autos* ou *atos*. E, entre as passagens eliminadas para alcançar o dinamismo e a leveza destas formas, foi o passado que conformava social e psicologicamente o pícaro o primeiro elemento a ser abandonado. Algo que refletia e, ao

¹¹² Cf. MARAVALL - *La literatura picaresca...* p. 769-770.

¹¹³ "la novela picaresca no está escrita para los pícaros (...) ni, por tanto, para pobres y vagabundos anómicos, ni siquiera para el pueblo bajo (...). Por esso, la imagen que la novela ofrece, de atrevida conducta desviada, estaba destinada a que la juzgarean y valorasen (negativamente, claro está, por el ataque al orden que significaba), los del otro lado, los conformistas e integrados, instalados convenientemente en la sociedad en la que se hallaban insertos activamente. Esto levantaría en ellos y contribuiría a consolidar un sentimiento de solidaridad conservadora, y al abrirles los ojos sobre el estado de peligrosidad que les rodeabase considerarían obligados a hacer algo para erradicar tal situación" Idem, p. 774.

¹¹⁴ Sobre os mercadores das cidades, Maravall compreende que estes eram uns dos tipos sociais mais: "alcanzados por los peligros del pícaro, y económicamente, por el desorden que en sus operaciones puede introducir y por el insulto al orden social y a los valores que de él derivan, de los cuales que el burgués que se esfuerza por alcanzarlos y se encuentra en la mitad del camino es el más celoso guardián." Idem, p. 775.

mesmo tempo, contribuía para a sedimentação de um senso comum sobre os mais pobres, sobre o mais vil do povo. E, desta simplificação cada vez mais difundida e que, sendo literatura, refletia uma parcela cotidiano objetivada pelos autores, se cristalizaram com maior intensidade as imagens e os aforismos que povoavam o imaginário com o qual uma parte da sociedade nutria a sua compreensão sobre o restante dela. No caso, uma "boa sociedade" como aquela que assimila valores e comportamentos hegemônicos (ou, ao menos, os defendia publicamente) deixava mais claramente exposto o modo como compreendia os que assumiam (ou aos quais era investida) a forma de páreas sociais¹¹⁵.

A trajetória da picaresca, então, se confunde com assuntos e acontecimentos que podiam ser observados fora do próprio gênero. Em outras palavras, o pícaro, enquanto ele próprio um fenômeno social observável (posto que certas camadas da população eram assim nomeadas e significadas), não dependia da novela picaresca. Suas temáticas e imagens repercutem e se inserem em outros gêneros e ainda passam a compor textos formalmente imprecisos que constituem o universo literário do século XVII — um

¹¹⁵Segundo Heller, os preconceitos sociais têm origem em um pragmatismo, um imediatismo cotidiano que simplifica os sujeitos e que é provocado "pelas integrações sociais nas quais vivem os homens e, dentro dessas integrações, sobretudo pelas classes sociais." HELLER - *O Cotidiano e a História...* p. 72. De modo semelhante à identificação que Maravall propõe para um grupo de "desviados", Heller sintetiza: "Os preconceitos, portanto, são obra da própria integração social (...). Os preconceitos servem para consolidar e manter a *estabilidade* e a *coesão* da integração dada." Idem, p. 76. Neste sentido, é preciso atentar aos valores e comportamentos comunitários que regem esta integração e como é através disso a relação desviado x integrado ocorre. Algo que Heller enuncia pela análise do banimento: "O banido jamais está "certo", mesmo quando o concreto ato de banimento é evidentemente injusto. O indivíduo banido da sociedade sente-se como um peixe fora d'água, como um estrangeiro eterno (caso de Ovídio), ou se rebela contra a sua sociedade; mas esse comportamento jamais lhe é perdoado, seja a causa de seu banimento a superioridade de sua individualidade (caso de Temístocles), seja o fato de ter utilizado abusivamente a comunidade para alcançar suas próprias metas e interesses (caso de Alcibíades)." Idem, p. 97-98. Por fim, fechando tais relações sobre a sedimentação de um senso comum através dos papéis sociais, Heller comenta como a preponderação de elementos "exteriores" aos sujeitos atuam anulando elementos íntimos ou interiores a eles ou relativizando outros papéis sociais que poderiam assumir, sendo investido aos sujeitos os esteriótipos que ignoram que "a multiplicidade da personalidade humana é uma resultante da complexa totalidade de suas relações sociais". Por isso, diante dos esteriótipos sociais, outro elemento cotidiano, a filósofa encerra: "O aparecimento de esteriótipos dificulta extraordinariamente as tarefas dos conhecimentos dos homens. (...) Por muitos que sejam os papéis desempenhados por um sujeito, a sua essência se empobrecerá. Portanto, o conhecimento dos homens é dificultado não apenas pelo fato de que a "exterioridade" em demasia encubra a "interioridade", mas também porque a própria interioridade se empobrece. Também aqui estamos diante da alienação. Mas a função "papel" jamais pode esgotar a totalidade dos comportamentos humanos (do mesmo modo como a alienação nunca é absoluta)" Idem, p. 121-122. Para a relação entre preconceito, senso comum e esteriótipos como elementos do cotidiano, cf. Idem, p. 63-76.

sintoma da progressiva presença da vida prosaica na literatura. Inclusive, antes de perceber uma unidade formal nas novelas "verdadeiramente" picarescas, as alterações no aproveitamento das imagens e personagens próprias ao gênero são ainda mais informativas de como elas repercutiam, como foram lidas e tiveram certos elementos assimilados e outros rejeitados ou ignorados em textos que mantinham uma relação com aquele ambiente social, mas também com outras opiniões sobre ele.

Compreendidas a literatura (assim como as transformações dos gêneros que davam forma a ela) e a sociedade a qual se referia (e suas tensões) como componentes de um mesmo problema, abordado a partir de sua dimensão no *cotidiano*, compete agora contrastar as conclusões acima com outras considerações. Se a trajetória da picaresca é uma interessante fonte de questões sobre a sedimentação de um senso comum sobre as classes sociais, sobretudo as populares que aqui são delimitadas, atentar a registros de outras naturezas sobre o funcionamento e desempenho diário dos postos que ocupavam é indispensável para que se aborde de outro ponto o mesmo cotidiano em que tais caracterizações se consolidaram. Será, portanto, a partir das presenças, estratégias e relações que se manifestaram nestes locais de grande importância social — para a época e para os analistas — que se poderá questionar a importância e a repercussão de suas ações para a constituição cotidiana de um *lugar*.

2. A praça como *lugar* — relações cotidianas, alteridade e agências no mercado da cidade moderna

O desenvolvimento comercial nas cidades europeias, o chamado renascimento urbano, é um dos processos que servem como marco para o próprio período ao qual se referencia por moderno¹¹⁶. O crescimento comercial marca, ainda, uma nova forma de ocupar o espaço e a consolidação de um modo de obter bens para o consumo, que contou com um maior número de pessoas incumbidas de prover comercialmente as cidades do que todos precisavam. O interesse pelas atividades comerciais expresso na literatura coeva é apenas um sintoma desta consolidação. Um resquício que, pela reflexividade que há entre literatura e cotidiano, nos informa daquilo que ocupava o universo temático de uma época e de um lugar — um par que só pode ser questionado se consideradas as agências humanas que unem ambos, o espaço ao tempo.

Neste sentido, a presença de regateiras e padeiras na literatura, como nos casos anteriormente apresentados, não se resume a uma conformação de seus perfis. Sua insistente presença na literatura é um modo de continuação do próprio comércio, não em suas efetivas operações, mas como tema da vida; um desdobramento de observações da própria prática comercial e sua importância para a vida cotidiana, que, por isso mesmo, expressa determinados modos de configuração do comércio e seus agentes enquanto tema. Um sintoma de alteridades sociais importantes e dos juízos mais comumente reproduzidos por autores e pelos próprios leitores entre si.

O aparecimento cada vez mais recorrente de ambientes e figuras urbanas na literatura — substituindo temas e figuras pastoris — é, assim, uma evidência importante¹¹⁷. O século XVI, quando se desenvolveu com maior frequência e volume a produção de títulos e gêneros adequados ao tratamento de temas banais, prosaicos e

¹¹⁶ Sobre questões de periodização da época moderna, cf. CANTIMORI, Delio. La periodización de la época renascentista, in: *Los Historiadores y la Historia*. Barcelona: Peninsula, 1985, p. 343-363.

¹¹⁷ Segundo Jose Montero Reguera: "Dentro de la ficción en prosa del Siglo de Oro estas novelas cortas vinieron a sustituir en el gusto popular a los relatos pastoriles y bizantinos" CERVANTES - *Novelas ejemplares*... p 31. Já Maravall dedica larga atenção à relação entre a variada atividade comercial e o ambiente urbano nas novelas picarescas: "La tienda es un lugar estrechamente enlazado a las circunstancias de la vida picaresca, y, en general, de toda la masa de población desarraigada o transeúnte que se ve en las grandes ciudades (también tiene su papel en el teatro y, claro está, en la vida real cotidiana)." MARAVALL - *La literatura picaresca*... p. 684.

urbanos, testemunhou e deixou testemunho do interesse de poetas como Chiado e Gil Vicente por essas atividades e pelas classes envolvidas. Um testemunho de vida urbana diversa e heterogênea, mas também instável e com novos problemas cotidianos. Mas o cotidiano refletido nesta literatura não foi expresso apenas pela criação literária.

Aliás, para melhor enquadrá-lo a um olhar que de uma enorme distância temporal incide sobre ele, é preciso alcançar não apenas a variedade de figuras representadas, mas diferentes modos de captação e intervenção na mesma realidade. Por isso, não se deve ignorar os vestígios que informam tais evidências a partir de uma intenção diferente que a da criação literária. Do contrário, antes de interrogar o tema, apenas se interrogaria uma determinada forma pela qual este ficou registrado.

Por isso, o que se fará adiante é uma apresentação destes temas e figuras, relacionando suas configurações literárias a outras formas de redução do real e do cotidiano. Assim, ao sintoma literário serão acrescentados aspetos da geografia destes espaços físicos da cidade, que, reunidos, levaram à formação de um *lugar*. Um ambiente em que a interação entre espaços e agentes, a tentativa de controle sobre a paisagem ou as próprias relações cotidianas apresentam o produto do convívio contínuo entre os mesmos agentes, suas formas de agir e comportamentos políticos que não são limitados a um entendimento institucional ou jurídico do que é ou não politicamente observável.

2.1 - *A geografia da praça*

Uma primeira aproximação à relação entre o comércio — sobretudo o varejista de itens indispensáveis — e o cotidiano de Lisboa é possível através de um livro que, embora escrito décadas antes do período estudado, é uma interessante fonte para o assunto mesmo para o período dos Filipes e o dos Braganças. Este exemplo expressivo é um manuscrito que, tendo o título de *Grandeza e abastança de Lisboa*, quando encontrado pela curiosidade bibliófila de agentes dos serviços da Biblioteca Nacional de Portugal, recebeu a anotação "Estatística de Lisboa", entrando com tal título para o registro da mesma biblioteca. O autor deste "censo", João de Brandão, fidalgo das casas de D. Manuel e de D. João III e natural de Buarcos, é, por sua vez, o caso de um autor coevo e com profundo interesse pela cidade e seu cotidiano social — um interesse também contingenciado pelo fato de ter sido vereador da cidade, cerca de trinta anos antes de registrar seus números e opiniões sobre a urbe.

Em suma, o livro é um repertório que indica ao pormenor o estágio de desenvolvimento dos mais diferentes tipos de comércio, fabricação e transformação de bens, além de avançar com informações sobre despesas, gastos e consumo. Este livro, embora muito menor e editado apenas no século XX, é, pelo conteúdo e dados registrados, semelhante a outro, já do período filipino e que também inventaria o funcionamento político e econômico da cidade. Já neste caso, pelo contexto e intenções de sua publicação, ainda há uma descrição mais demorada de seus espaços e características físicas. Trata-se do *Livro das grandezas de Lisboa*, do Frei Nicolau de Oliveira¹¹⁸.

Muito mais conhecido do que o manuscrito de 1552, até por ter sido publicado em 1620, o livro de Nicolau Oliveira é uma das fontes mais aludidas para o passado de Lisboa. As diferenças entre ambos não se limitam aos números que aferem, de modo que as duas autorias possuem sentidos bastante diversos, como avançado acima. Se o livro de Brandão era um modo impreciso de estatística, o de Oliveira fora concebido e publicado com intuito diverso, como ele mesmo apresenta ao leitor. É notória a motivação política do frei, natural da cidade, em fazer de seu texto um modo de reafirmar publicamente a grandeza de Lisboa, num momento em que esta, embora se mantivesse cabeça do reino, sofria um não desprezível decaimento, dada a incorporação da coroa portuguesa pela Monarquia Católica.

O que mais evidencia este intuito é a explicação de que a origem das motivações autorais para a produção do livro está em uma interpelação feita a Oliveira, durante uma viagem a Sevilha. Segundo o próprio narra, “algüs caualleiros, & gente principal daquella Cidade”, ao visitarem-no enquanto viajante que merecia ser bem recebido pelos anfitriões, “perguntaram por algüas couzas de Portugal, & em particular pela Cidade de Lixboa, & seu sitio, & se seria grãde como a de Seuilha, Cidade tam famosa, & nomeada, & tida em tâta estima (& com razão) de grande, rica, & bem prouida em toda Hespanha.” Lisboa, cabeça de Portugal, não era sequer posta em comparação a Madri, e Oliveira diz ter logo respondido que Lisboa, dentro e fora de seus muros e arrabaldes, teria casas e vizinhos para “ao menos tres Seuilhas”¹¹⁹.

¹¹⁸ OLIVEIRA, Fr. Nicolau de. *Livro das grandezas de Lisboa*. Lisboa: Vega, 1991. Todas as citações serão feitas a partir do *fac-simile* da edição original, de 1620, presente na referência acima.

¹¹⁹ Idem. "Prólogo". (Esta seção não é paginada. O trecho em questão pode ser encontrado nas páginas 433 e 434 da transcrição, na mesma edição.)

Para o livro, de 1552, João Brandão elencou uma variada gama de comércio de todos os gêneros. Esta "estatística" — cujo método, dependente de seu *olhar* e informações que averiguou pessoalmente, não é nada comparável com verdadeiras medições rigorosas — informa uma população para cada ofício e uma estimativa de seu rendimento diário e anual médios. Além de repertoriar os tipos de comércio e o quanto a cidade consumia de cada gênero alimentício e têxtil, Brandão dá a sua estimativa para quantos trabalhadores estavam distribuídos em cada ofício. As atividades comerciais da cidade pareciam ser um dos aspectos do seu cotidiano que mais despertavam a atenção autoral de Brandão.

Alguns dos seus números são importantes para mensurar a extensão da população de trabalhadores que ocupavam os postos do principal comércio da cidade. Este é o caso dos trabalhadores responsáveis pela venda dos principais alimentos da população, como eram as peixeiras (e também os pescadores e as escamadeiras), as regateiras e as pessoas envolvidas no comércio e confecção do pão (medeiras, joiadeiras e padeiras) — apenas exemplos mais imediatos. Outros, como mulheres e homens que vendiam comidas prontas, assavam peixes e carnes ou que vendiam arroz doce, adensam a ilustração de como o mercado funcionava.

Este tipo de informação é importante pelo modo como ajuda a delimitar qual era a clientela mais habitual para cada um destes tipos de comércio¹²⁰. Informações que ajudarão a entender a proximidade social entre determinados clientes e seus fornecedores, bem como a desconfiança presente em outras operações em que havia uma notória diferenciação social entre os envolvidos. Casos em que, não raro, eram manifestas as tensões que determinavam o convívio e relações sociais entre pessoas bem integradas e pícaros. A abordagem a estas informações será, inclusive, um dos meios pelos quais se pretende aferir as dinâmicas de diferentes *lugares* da cidade.

O mesmo interesse pela descrição do funcionamento da urbe segundo um repertório das ocupações profissionais tinha Nicolau de Oliveira. Em sua descrição de Lisboa, o Frei concedeu espaço para descrever toda a frente ribeirinha e seu fulcral papel

¹²⁰ Cf. BRANDÃO, *Grandeza e abastança...* Um exemplo a modo de mera ilustração pode ser o das "Mulheres que vendem arroz-doce", as quais eram cinquenta "brancas e pretas, forras e cativas, que amanhecendo saem na Ribeira com painéis grandes cheias de arros, e cuscuz", o que para Brandão: "não é muito mau, por que com isso dão almoço às crianças. E o mesmo fazem os moços que andam a ganhar, assim brancos como negros, com isso fazem seus almoços e quentam suas barrigas." *Idem*, p. 72.

para o seu provimento. Tal como Brandão, Oliveira informa números para cada ofício da cidade, apresentando-os em um “Abecedário” que criou após consultar o número de oficiais examinados em cada bandeira¹²¹. Apesar deste cuidado, inclusive por se tratar de uma iniciativa essencialmente pessoal, os números não podem ser admitidos como precisos, mas como um guia para compreender a diversidade socioeconômica da cidade e suas demografias.

Mesmo tendo Oliveira adotado uma estratégia mais segura para sua averiguação — tomar informação apurada das bandeiras de cada ofício —, os números que ambos apresentam não devem ser lidos como referências exatas¹²². São, antes disso, considerados como elementos para ponderar as variações demográficas e socioprofissionais da população urbana de Lisboa. Isto é, informam a variedade e a densidade das camadas urbanas que reproduziam o cotidiano da cidade e que representam os grupos profissionais capazes de serem reunidos em grupos maiores de identificação e solidariedade aos quais eram atribuídos os juízos comuns que povoavam o imaginário social.

Importa notar que após tratar do “seruiço geral” da cidade, “não do politico, mas do economico”, onde faz seu abecedário, Oliveira descreve pormenorizadamente os espaços e comércio praticado na praça. Curiosamente, na sua descrição das áreas que proviam a cidade, Oliveira não apresenta como estava organizada e frequentada a Rua Nova. É claro que os ofícios que nela eram desempenhados estão elencados na sua lista das atividades econômicas da urbe¹²³. Mas, chama a atenção o fato de que, ao contrário daquela praça ribeirinha com “oitocentos passos de comprido, & cento de largo”¹²⁴ onde eram concertados barcos e navios e da qual descreve suas tendas, cabanas, e variedade de mantimentos vendidos a ricos e pobres, a mais rica rua da cidade não tenha sido detalhada.

¹²¹ Para o abecedário, cf. OLIVEIRA - *Livro das grandezas de Lisboa...* fls. 93-99.

¹²² Inclusive, alguns números sequer puderam ser verificados. “irey contando os officiais examinados, que ha em cada hum dos officios ello Abecedario, deixando a parte os obreiros, & aprendizes, cujo numero assi como he incerto, assi he impossuiel saberse: aduertindo tambem que dos officiais examinados se não pode tam exactamente saber numero certo, mayormente de pedreiros, & carpinteiros, por serem muitos, & quasi sem nuemro, sofrendoo assi a grandeza da Cidade, que lhe não bastam mil officiais examinados de cada hum destes officios, antes no de pedreiros achei no liuro de sua bandeira, que passão de dous mil e quinhentos; e& se dos officiais examinados ha tam grande numero, bem se podera deixar entender quanto mayor sera o dos obreiros, & aprendizes, pois ha muito officiais, em cujas tendas trabalhaõ oito & dez, & ainda se aha que são poucos pera as muitas obras que tem.” Idem, fl. 92v.

¹²³ Para os mercados mais habituais desta rua em seu abecedário, cf. Idem, fl. 96v-97.

¹²⁴ Idem, fl. 100.

Por um lado, isto se explica pelo fato de que tal descrição aparece quando trata das entradas e saídas da cidade, pelo que a rua ficaria excluída. Por outro, o comércio da rua Nova não surge como importante para o provimento da cidade, cujos itens essenciais não se assemelham ao tipo de mercadorias vendidas nela¹²⁵. Embora de maneira hipotética, convém pensar a ausência de uma descrição detalhada das atividades desta rua como derivada do fato de que ela, embora fosse de certo modo praça dos homens de negócio e a mais nobre rua da cidade, não era palco de um mercado tão público como o que se praticava principalmente entre a Ribeira e o Terreiro. Se a Rua Nova era dos "mercadores", a Ribeira era, segundo Oliveira, "a praça do peixe" ou "praça publica, a que vulgarmente chamamos Ribeira"¹²⁶.

Neste lugar, não eram as sedas e especiarias que mais importavam, mas, sim, aquele comércio que não escapava ao interesse de ninguém, de modo que há uma diferença fundamental nas atividades desempenhadas num e noutro *lugar*. Estas diferenças, certamente, influenciavam as dinâmicas desempenhadas por ambos os públicos que afluíam a eles. Tal tipo de comércio, por exemplo, não estava presente na principal rua da cidade, a referida Rua Nova dos Mercadores (ou, simplesmente, Rua Nova). Brandão, que não a ignorou, ao descrever esta importante rua, opinava que o rei devia "para nobreza da terra, e cidade, e Reino"¹²⁷ acabar com a confusão que o excesso de ofícios dava à mesma rua. A opinião registrada pelo autor da primeira estatística que se tem notícia da cidade não era isolada. No mesmo ano de 1552, a Câmara de Lisboa, preocupada em manter e crescer a nobreza que a dita rua conferia à cidade, publicou uma

¹²⁵ Para uma descrição do provimento da cidade, cf. OLIVEIRA - *Livro das grandezas de Lisboa...* fls. 90-92.

¹²⁶ Idem, fl. 100v e 162. A Ribeira vinha logo após o Terreiro, onde, além de serem concertados os navios, tinha na sua outra parte uma importante concentração de vendedores de todo o tipo de carnes de caça ou criadas, entre as quais ainda se encontravam as vendas de frutas secas. Idem, fls. 100 e 100v. Alguns números para as atividades desta praça contabilizados por Oliveira são: 54 escamadeiras e 200 "lauapeyxes", 20 marisqueiras, 15 "moças" que vendiam doces, mais de 200 negras que vendiam mariscos e legumes pela cidade. As medideiras eram 170 e as padeiras, 12. As 15 manteigueiras e as 268 "vendendeiras" de diversos gêneros não necessariamente ocupavam tal *lugar*, mas algumas delas ao menos eram presentes nele, considerando aqui a extensão que ligava o Terreiro ao Rossio, onde, nas escadarias da Misericórdia, também havia intenso comércio destes gêneros. Cf. Idem, fls. 95v-99. Uma mais detalhada informação de alguns destes ofícios vem descrita nas fls. 100-104v. Era pela presença deste comércio, que também ali ficava a "Cazinha dos Almotcés", oficiais de justiça especialmente providos para "zelar que se não veda por mais da taxa, & de ter mão nos Rendeiros que não fação vexações ao pouo." Idem. fl. 162.

¹²⁷ BRANDÃO, João - *Grandeza e abastança...* p. 100.

postura excluindo dela todo oficial mecânico que lá houvesse. Esperava-se, assim, dar maior espaço aos mercadores de sedas e outras "mercadorias semelhantes" que estavam sujeitos a "traveças e outras ruas não tão publicas nem correntes como he a dita rua"¹²⁸.

A postura continha, contudo, uma exceção: ficavam permitidos a continuar sua presença na dita rua os boticários, livreiros e sirgueiros "por serem off^{os} limpos e que emnobressem a dita rua". Nela, apenas os integrados (os "limpos") seriam permitidos, inclusive, como forma de manter (em respeito ao seu distinto público) a honestidade do comércio ali praticado¹²⁹. A caracterização das relações da Rua Nova, entretanto, não é tema para agora — e só surgirá muito mais adiante. A importância desta postura para a análise aqui construída é a de auxiliar na construção de um contraste importante. Se tomarmos as imagens dos trabalhadores que se adequam ao estereótipo degenerado do pícaro, como já se apresentou anteriormente, fica evidente a sua impertinência para este espaço.

Inclusive, tal contraste explicita a diferença que havia entre o mercador e os vendedores deste comércio varejista de itens perecíveis e/ou pouco nobres. Esta situação gera a pergunta: qual seria, então, o *lugar* dos trabalhadores pícaros? A resposta, em parte já adiantada pelas caracterizações de Oliveira, pode estar em outras duas fontes de naturezas diversas: uma, de natureza poética; outra, institucional.

Uma relação poética sobre a geografia de Lisboa, impressa em 1625 por António Alvarez, indica uma grande extensão da cidade cuja presença mercantil e público afluente diferem muito da nobreza da Rua Nova. Na verdade, tal como Oliveira, sem se referir a esta rua, o autor da relação atenta a lugares contíguos como a Ribeira, os Terreiros do

¹²⁸ AML-AH. Livro de Posturas da Cidade, fl. 125.

¹²⁹ Idem. Para distinguir o comércio que era praticado pelos ricos mercadores, sobretudo de panos e itens vindos da Ásia e que promoviam um luxuoso consumo, do mercado de mantimentos e itens mais vulgares, pode-se trazer a distinção que Maravall faz entre estes comerciantes. Ao rejeitar que entre pícaros pudesse haver uma genética burguesa, afirma: "el origen de los burgueses es muy otro: los ciudadanos libres y ricos que con riqueza y cultura alcanzan influencia social muy pronto. Si atendemos a la imagen de estos influyentes personajes, sujetos voluntariamente al código de la decencia, de las «conveniencias» sociales, ¿cómo fantasear sobre un nexo posible, luego fallido o logrado, con esa ralea de desviados que enumeraba Eugenio Salazar: «bellacos, perdidos, facinerosos, homicidas, ladrones, capeadores, tahúres, fulleros, enganadores, aduladores, regatones, falsarios, rufianes, pícaros, vagamundos, y otros malhechores») Estos son los profesionales de la desviación entre quienes, como acabamos de leer, se cuenta el pícaro. (...) En cambio, para Martín de Azpilcueta bastaba con que una práctica económica cualquiera fuese ejercida por esa tan honrada gente de los mercaderes para que fuese estimada como honesta." MARAVALL - *La literatura picaresca...* p. 776.

Paço e do Trigo e a rua que levava deste até as escadarias da Misericórdia, no antigo Rossio de Lisboa. É, de novo, bastante expressivo que a então considerada maior e melhor urbanizada rua de Lisboa e de melhor afluência de gente não figure num texto como este — agora, entretanto, com a diferença de se tratar de uma relação curta, com linguagem simples e imagens produzidas a partir de uma elocução popular, se comparada a outras obras semelhantes e que tratava justamente de apresentar a cidade aos leitores com intenções distintas das de um livro como o das *Grandezas de Lisboa*¹³⁰.

O luzimento da distinta rua dá lugar à variedade e à confusão de pessoas que ocupavam postos de trabalho em praças com outra importância para a vida cotidiana. O comércio que ali havia não era praticado pelos abastados mercadores que serviam de toponímia à Rua Nova e nem era frequentado exclusivamente por pessoas interessadas em itens geralmente luxuosos e não essenciais ao sustento da vida. Ao contrário, era uma sorte de gente que somente pode ser coletivizada na imagem da praça enquanto principal elemento urbanístico da cidade moderna e no qual se reproduzia o principal da vida social que afluía a ela¹³¹. Para entender a praça como um *lugar*, há que se considerar a

¹³⁰ Cf. BNP. F.R. 305 (Res. 219 V.) – "Relaçam, em qve se trata e faz hũa breue escrição dos arredores mais chegados à cidade de Lisboa, & seus arrebalde, das partes notauais, Igrejas, Hermidas, & Conuentos que tem, começando logo da barra, vindo correndo por toda a praya até Enxobregas, e dahi pella parte de cima, até São Bento o novo." Uma edição prefaciada e comentada da referida Relaçam encontra-se em Anais das Bibliotecas, Arquivos e Museus Municipais, ano IV, nº 11, 1934. O autor desta relação (se não for o próprio Oliveira) poderá ter sido influenciado pelo Livro das grandezas de Lisboa. O olhar que dirige à cidade atenta exatamente aos mesmos espaços e, em diferentes passagens, recria, embora poeticamente, o mesmo itinerário e observações feitas pelo frei. Nesta apresentação poética, que difere das intenções do Livro, alguns elementos humanos (comportamentos e alguns juízos morais) passam a ser configurados no tratamento do assunto, como se apresentará adiante. A respeito do anónimo autor da descrição poética dos arredores de Lisboa, Albino Forjaz de Sampaio o situa justamente entre Oliveira e outro cronista da cidade, Luís Marinho de Azevedo, autor da Fundação, antiguidades e grandezas da *mui insigne* cidade de Lisboa (Lisboa, 1652), destacando sua elocução popular: "Entre Fr. Nicolau de Oliveira e Luís Marinho de Azevedo um cronista anónimo nos aparece e éste, chronista popular, simples, despretencioso, sem literatura pensando na immortalidade." SAMPAIO, Albino Forjaz de. Os cronistas de Lisboa. *Anais das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais*, nº11, ano IV, 1934, p.7-15, p. 12.

¹³¹ "A praça é o elemento urbano de maior significado para a cidade. A praça medieval surgiu associada ao desenvolvimento do mercado. As praças principais das cidades surgem de uma ligação entre as funções económicas e políticas" BEIRANTE. Maria Ângela. *O ar da cidade — ensaios de História Medieval e Moderna*. Lisboa: Edições Colibri, 2008, p. 182. Por oposição, Beirante caracteriza a rua: "Ao contrário da praça, lugar de chegada e partida, a rua é principalmente lugar de passagem." Idem, p. 183. A Rua Nova, embora "rua", era também uma importante praça comercial. Sua importância deriva das ricas tendas que ali havia, razão que fazia dela a principal rua da cidade, muito concorrida. Tais características também faziam dela um lugar favorável à afixação de éditos ou para a comunicação de pregões. Cf. *Elementos...* II, p. 55 (nota), 95 e 485 (nota); V, p. 135 (nota); IX, p. 294-295 (nota), 312.

importância das pessoas para a transformação de um *espaço* em um *lugar*, momento em que elas inegavelmente já surgirão como *agentes* do cotidiano urbano, afirmação que merece mais detida explicação.

Por exemplo, na relação poética, a presença destes comerciantes — apresentada, sobretudo, pela presença feminina — foi a única a receber a atenção do autor. Prevalendo em todo o texto os edifícios, os caminhos e o relevo, as únicas matérias humanas presentes na descrição foram as fruteiras, peixeiras e regateiras. Únicas pessoas a conquistarem espaço para uma descrição de como se dava a sua presença na cidade, na configuração poética de seus perfis, mais uma vez é notada a descrição de mulheres senhoras de um comportamento difícil que lhes reputava má índole e a fama de serem pessoas de difícil trato e um incontornável e ganancioso controle sobre o comércio. De modo que foi apenas ao falar das mulheres comerciantes que foram incorporados elementos psicológicos e humanos à descrição geográfica da cidade. E, tal como nas memórias de Roiz Soares sobre os que enriqueciam à custa da crise nos preços do pão ou como no sentido da presença dos dois diabos no *Auto das padeiras*, o autor desta relação fez questão de lembrar o risco que pairava sobre a salvação das almas dos que não eram justos no comércio¹³².

O destaque e a associação entre o lugar físico e a presença humana confirmam a indissociabilidade entre eles. A presença destes trabalhadores na descrição dos mais frequentados e importantes lugares da cidade possui um não desprezível efeito pictórico, permitindo a visualização de suas *paisagens*¹³³. Isto é, para a cidade que o poeta "via",

¹³² "Tem tal arte no vender / as salgadas pescadeiras, / que o que vem a dar por dez, / pedem por elle nouenta. / E se acaso lhe acontece / hauer quem pouco prometa, / ou respondem com anexins, / ou com palauras soberbas. / Esta regra he muy seguida, / por todas as regateiras, / que pouco estimaõ vender / com seu trato a consciencia." BNP. F.R. 305 (Res. 219 V.) – *Relaçam...* fl. 29v.

¹³³ A relação entre a pintura e a poesia é bastante intensa no período em questão. Tanto não escapava à pintura a capacidade de criação metafórica, como não escapava às imagens e analogias das poesias a capacidade de produzir efeitos pictóricos: "Os paralelos entre a poesia e a pintura — ou poesia e música, música e arquitetura, etc. —, vêm de muito longe, como todos sabem, mas desde Simónides de Keos (*a pintura é poesia muda, a poesia imagem que fala*) e Horácio (*Ut pictura poesis*) o paralelo entre a poesia e a pintura parece ter-se fixado no pensamento estético ocidental, dando lugar, ao longo dos tempos e em particular nos séculos XVI e XVII, a largas dissertações especulativas e de aproximação" HATHERLY, Ana. *Metamorfose barroca: diálogo obliquo entre poesia e pintura*. Atas do I Congresso Internacional do Barroco, p. 413-427, vol. 1, p. 413. O conceito de paisagem, segundo Marcelo Lopes de Souza: "merece ser bem mais valorizado (e integrado com outros conceitos, tais como território e lugar) do que tem sido. É óbvio que ele possui certos limites, mas isso não é "privilégio" seu: toda ferramenta conceitual possui potencialidades e limitações. (...) Uma

não seria factível falar dela sem apresentá-la através do modo destas pessoas se fazerem presentes nela. A mesma associação é o que faz do espaço um *lugar*:

Na prática, *lugares* são, menos ou mais claramente, e menos ou mais fortemente, quase sempre *territórios*. Isso tem a ver com o fato de que às identidades sócio-espaciais se associam, sempre, as relações de poder especializadas, em que se nota a finalidade de defender as identidades e um modo de vida (ou também, e não raro usando isso como pretexto, o propósito de defender os privilégios de um grupo ou o acesso privilegiado a certos recursos).¹³⁴

Por isso mesmo, as relação e operações que ali ocorriam dependiam, para sua formação de *lugar*, do modo como se concretizava aquela presença, o que não escapou ao poeta. Antes de dar o protagonismo do ambiente aos almotacés, juízes ou escrivães, ou mesmo aos clientes, para o autor, eram estas mulheres e as suas mercadorias que davam cores e formas humanas ao espaço físico¹³⁵.

Pensar a constituição de um *lugar* a partir da relação entre o espaço e os grupos humanos é atentar à inquestionável importância sociológica destes para a transformação de um espaço meramente físico em social. Não apenas à sua presença na caracterização da paisagem, mas, sobretudo, ao seu povoamento por agentes — ou seja, pessoas capazes de interagir ativamente com um ambiente que era físico, mas também social e heterogêneo. Isto abre o precedente para que se interroge continuamente a capacidade

última potencialidade nos remete, aliás, para o mundo das possibilidades oferecidas pelo exame dos aspectos mais fortemente (inter)subjetivos da paisagem, ocasião em que não apenas o conceito de lugar merece ser também convocado, mas igualmente, como nos demonstra o seguinte fragmento de Fernando Pessoa (não datado e não assinado), toda a nossa capacidade de dar vazão ao lirismo e à imaginação, que ousam desafiar o imprescindível, mas estreito rigor da ciência" SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, p. 61. O fragmento de Pessoa em questão é a nota preliminar de seu *Cancioneiro*.

¹³⁴ SOUZA - *Conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial...* p. 121-122.

¹³⁵ "Correndo mais adiante, / saímos logo à Ribeira / lugar que basta seu nome, / pera que a si se engrandeça, || Toda cheia de cabanas, / onde tantas regateiras, / de continuo estão vendendo / tudo quanto o mundo encerra || Immensidade de frutas / de muytas castas diuersas / por todo anno em grão copia / conforme os produz a terra. || A parte de cima estão, / em lugar sem differença, / vendendo seu pão fermoso / muytas molheres padeiras. || Outras logo junto vendem / passas de vuas, & de ameyxas, / queijos, fartens, & letrias, / vidros, barças, pederneiras. || Logo a cazinha adiante / por cusa mesa se ordena / que em conta, peso, & medida / tanta abundancia se venda. || Adiante as ortaliças / coues, endros, cigurelha / alfaças, coentros, nabos, / rabãos, cinouras: acelcas. (...) E passando a rua larga, / que dalto abaixo atraessa. / lhe ficão pella outra parte, / as cabanas das fruteias. (...) Mais abaixo contra a praya / cabanas de mantegeuiras, / onde sempre estão vendendo / infinita da framenga. || Abundancia de mariscos / logo junto se arenta / lagostas, & carangejos / camarões, ostras, amejoas. || Adiante sem cabanas, infinitas pesacadeiras, / que por mais agua que choua, / sempre são caras na venda." BNP. F.R. 305 - *Relaçam...* fls. 28v, 29.

de influência destas pessoas na construção de um convívio cotidiano. E é graças à cotidianidade destas relações que era possível reduzi-las a uma expressão artística que mediava uma captação delimitada da realidade, como no caso das configurações dos ambientes e personagens picarescas¹³⁶.

Por outro lado, o cotidiano não se limita ao modo como a literatura é capaz de refletir a vida cotidianamente vivida. Há que se ponderar como se dava a interação com outros grupos a partir de outras formas de registro, inclusive aquelas que descrevem ou expressam uma determinada opinião sobre fatos. Inclusive, contrastar este tipo de registro, pessoal ou institucional, do cotidiano com a sua redução literária será enriquecedor. Trazer para o mesmo problema imagens literárias sobre a sociedade e a forma como a rotina cotidiana (suas relações, práticas e agentes, sobretudo os aqui considerados) era racionalizada pela intenção institucional é atentar, desde outro ponto de vista e com outras intenções, para uma outra parcela do mesmo cotidiano. E, o quanto for possível, não apenas a forma como estes trabalhadores-pícaros eram compreendidos pelas instituições será notada, mas também a maneira como eles mesmos compreendiam e se comportavam perante a lei e os oficiais.

Para isso, buscar extrair ao máximo as informações que as fontes apresentam será fundamental. Além do teor do relato, do sentido de sua autoria e da forma como são descritos os fatos, a recorrência do lugar ocupado pelos trabalhadores nos acontecimentos descritos terá de ser também indagada sobre o que as fontes podem revelar a respeito de seus comportamentos — especialmente, seus modos de agir e sua capacidade de concordar ou não com determinações sobre suas atividades (e, quando discordavam, como podiam rejeitá-las lícita ou ilícitamente, em clara contestação ou em

¹³⁶ Sendo o pensamento cotidiano algo automático, a expressão artística (ou científica) se diferencia dele por olhar de modo não automático para a realidade, sendo esta uma forma muito resumida de sintetizar a relação dialética entre a cotidianidade e a ciência ou a arte. cf.

LUKÁCS, Georg. *Estética*. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1966, 4 vols. Vol. I, p. 77-78. Mas tal relação dialética é fundamental para a compreensão da separação e reflexo entre arte e cotidiano: "el reflejo estético se orienta inmediata y exclusivamente a un objeto particular. Esta particularidad inmediata se intensifica aún más por el hecho de que todo arte (...) refleja la realidad objetiva exclusivamente en su propio medio (...). Para nuestro presente problema esto significa que en la obra de arte no puede aparecer nunca directamente la totalidad extensiva de su objeto último; se expresará en su totalidad intensiva sólo através de mediaciones, puestas en movimiento por la inmediatez estética evocadora. De esto sigue, además, que la base real subyace a todo el reflejo, la sociedad en su intercambio con la naturaleza, no puede manifestarse más que de ese modo recién indicado, mediado-inmediato." Idem, I, p. 249. Para o problema da literatura considerada e sua relação com aspectos objetivos da vida, cf. MARAVALL - *La literatura picaresca...*

descumprimento velado). Algo que poderá contribuir para um melhor entendimento da participação das pessoas no cotidiano enquanto agentes.

Para avançar com tal abordagem, cumpre também atentar a como este contato era oficialmente previsto, inclusive como forma de apresentar a capacidade dos agentes (mesmo os institucionais) de evadirem ou agirem contrariamente ao determinado por posturas e regimentos. A omissão ou o incumprimento da lei, por exemplo, não deixam de revelar interações possíveis com a norma, fosse uma discordância pública e publicamente assumida ou, então, uma menos ajuizada forma de descumprimento, como nos casos em que a explicação se dava apenas pela hipertrofia dos interesses particulares. Além disso, em casos em que o descumprimento era generalizado e a eficácia da norma não era mais que virtual, deve se considerar que uma vida social marcada por condutas contrárias ao oficialmente estipulado só é possível em um ambiente no qual as relações cotidianas exerciam uma forma de poder e de condicionamento da vida que não era o da lei — escrita ou não.

Tais forças, tanto quanto as institucionais, determinavam o cotidiano de um *lugar* como o aqui considerado. Em suma, ao olhar para a praça, é preciso ter em conta uma ocupação do espaço marcada pelo complexo convívio de numerosas pessoas, com variadas funções e um conhecimento do local que conjugava as suas peculiaridades mais estáveis e as mais passageiras. Ou seja, uma arguta capacidade de conjugar o que constitui o *lugar* com um forte senso de atenção às conjunturas e oportunidades. Uma descrição que recupera a própria definição de cotidiano; no caso dos trabalhadores da praça, por serem um contínuo produto das características mais fundamentais de seus lugares sociais, do conhecimento que acumulavam de sua experiência de vida e uma nada apática capacidade de observar, perceber e agir segundo as novidades, as contingências.

Para, enfim, iniciar uma caracterização mais efetiva de tudo o que vem sendo anunciado, em primeiro lugar, há que se considerar a ocupação do *lugar* por estes trabalhadores. A isso convém notar as diferenças internas. Por mais que os modos de se referir a tais pessoas transpareçam certa homogeneidade, uma vez que "pícaros", "gente de ganho" e outros termos semelhantes que não os distingam, a variedade dos ofícios que atendiam a tais designações implicava em uma substancial diferença entre as pessoas que os praticavam. Além disso, dentro de um mesmo ofício, as diferenças também podiam ser muitas. Se a repercussão disto no senso comum era pouca, a capacidade de ação destas pessoas era em tudo determinada por tais diferenças.

Ser carreteiro era muito diferente de ser regateira, por exemplo, e ser regateira não significava uma situação estável e capaz de reduzir todas estas mulheres a uma mesma condição de vida. Afinal, em um lugar de tão variada afluência e que, para a maioria da população, tinha uma importância maior até do que a Rua Nova podia ter para os mais ricos, era suposto que se pudesse encontrar com comodidade a mais extensa oferta de produtos e serviços possível e isso repercutia nos ganhos do que cada um conseguia oferecer. Não se incluem aqui as lojas dos oficiais mecânicos que atendiam a um arruamento próprio, entretanto, para o comércio mais banal do dia a dia, tais lugares despontavam como o centro vital da urbe. A coletivização deste grupo em uma apresentação homogênea atende mais à forma como as classes sociais se compreendiam entre si do que a razões de natureza socioeconômica, por exemplo. Aqui, de fato, se faz sentir o peso da divisão corporativa da sociedade e do assentamento de um senso comum que reproduzia a qualidade de alguém segundo o seu lugar na divisão estamental e dentro dos próprios estamentos.

Embora o poder econômico e a capacidade de influência de algumas representantes das regateiras — que, junto às medeiras, joiadeiras, padeiras e peixeiras, eram as profissionais mais citadas nos registros de eventos ligados a Ribeira e aos Terreiros — estejam descritos em fontes de diferentes naturezas, a forma como eram compreendidas pelo restante do tecido social era a de que ocupavam um lugar de diminuta importância na qualidade e grande impacto no funcionamento normal da cidade. Uma consequência da perene suspeição que despertavam e condição anotada de diferentes maneiras, já a opulência das regateiras apresentadas como pessoas poderosas na praça era sintoma de suas personalidades e modos de construir a própria riqueza.

A variedade de anotações em que surge este modo de caracterizar as regateiras de Lisboa faz com que até mesmo uma carta sobre a jornada de Filipe III informe, indiretamente, sobre o assunto. No caso, a descrição se explica pela generalizada queixa da nobreza portuguesa, insatisfeita com os favores e reconhecimento do monarca. Os maus sucessos da jornada do rei à cidade poderão ser apreciados em outro momento, mas não seria prudente ignorar, neste instante em que a praça é o assunto, que Filipe III teria

dito que um reino com tão ricas regateiras não poderia ter uma nobreza tão necessitada de mercês¹³⁷.

Se isso se passou desta forma ou se foi artifício do autor, não se sabe. O contraste das imagens de regateiras ricas e de uma nobreza pedinte tinha forte impacto político num cotidiano marcado pela denúncia do abandono e do descaso e poderia servir como pungente acento para denúncias. Seja como for, o fato é que o mesmo contraste não poderia ser algo descolado de um repertório de argumentos e opiniões que transitava entre as classes sociais. Sobretudo se consideradas a recorrente queixa de nobres contra um decaimento deste estado em Portugal¹³⁸ e a tamanha exposição destas profissionais, em contato diário com praticamente toda a cidade. Em um tempo em que a nobreza se queixava de seu estado, a alegada grandeza das regateiras era ainda mais incômoda por ser inversamente proporcional ao que mereciam cada um destes grupos de agentes por suas grandezas inerentes e vista com maus olhos por ser o resultado de um modo pouco justo de obter suas ostentadas riquezas¹³⁹ — algo que não escapou ao modo como os "estatísticos" Brandão e Oliveira as descreveram¹⁴⁰.

¹³⁷ "Porem, q naquillo onde torce a porca o rabo, como he dar, e e fazer (...) ficou o Pouo em que se contem Fidalgos, e Magistrados, mais desconsolado, e emepenhado que rico, e contente. Mas elrey tem m^{ta} razão, porq sesudam^{te} disse a hum nosso Portuguez, referdo pello areigado Antam Alurz Sanches, que para q hauia de fazer mercedes, adonde las regateras trahian sobre si mas oro q quanto vale Castilla (pelo que vio na Procissão de Corpus Christi)" BNP. F. 3656, *Carta que se mandou á hum amigo acerca das festas delRey em Lx^a a 20. de Outub. de 619*, fl. 61.

¹³⁸ BPE. CIII/2-25 - *Memorial ofrecido al Rey nuestro Señor sobre el donativo que se trata de pedir a la Nobleza de Portugal*, fls. 92 e 92v (também disponível na Biblioteca Digital da BNP: <http://purl.pt/23471>).

¹³⁹ Na picaresca, é comum a associação entre estas pessoas e um comércio pouco justo. Maravall atenta a como a atmosfera deste comércio de bancas, tendas ou retalho era importante para a configuração social do pícaro: "porque constituyen con mucha frecuencia las tiendas, los lugares que les hacen posible el embaucamiento de su ostentación. (...) Los economistas hablan mal de ellos, de los regatones, porque no ven más que un lado: su actuación de intermediários hace subir el precio de las cosas" MARAVALL - *La literatura picaresca...* p. 687. A crítica dos "economistas" se difere apenas na forma, não no teor, das impressões do autor da *relaçam...* que nota na prática das peixeiras a venda da própria consciência, dos autos apresentados no capítulo anterior, ou da forma como o autor da estatística de Lisboa anota os números relativos a estas práticas.

¹⁴⁰ Também João Brandão observa tal opulência nas regateiras. Alguns exemplos a que se refere são as mulheres que vendiam marisco, que julgava serem muito ricas e "o estão vendendo com manilhas de ouro e anéis nos dedos", as tripeiras que "ganham muito dinheiro, e estão muito limpas vendendo-as, com suas cadeias ao pescoço e com manilhas no braço" ou as da fruta seca e verde que seriam "ricas e abastadas, e trazem rodeadas ao pescoço suas cadeias e jóias, e isto do ofício". BRANDÃO - *Grandeza e abastança...* p. 209-211. Oliveira refere como ricas peixeiras e escamadeiras e, embora não apresente números para o ganho das mulheres que vendiam frutas, aponta um volumoso comércio destes gêneros. Para a sua detalhada

Já o autor da relação poética referida acima registrou o quão capazes eram as regateiras que chegavam a movimentar uma rede que ia além da comercial, mas que chegava a produzir alimentos com mais comodidade de água daquela que dispunha a própria cidade¹⁴¹. E, para recuperar aquele autor que era filho de regateiras — o poeta Chiado, no seu *Auto das Regateyras* —, notamos que tanto a família da regateira como a do pescador com que se arranjava o casamento dos filhos de ambos em nada são comparáveis à imagem de pessoas pobres, que habitavam espaços que serviam meramente como dormitórios e que faziam da rua o verdadeiro lar. Até mesmo a posse de olivais e outras terras cultivadas, tal como notou o autor da descrição poética da cidade, aparece como garantia de um casamento bem-sucedido, acrescido de móveis, louças e panos como rico dote¹⁴² — situação que, obviamente, não era desfrutada pela totalidade destes trabalhadores.

As descrições ainda revelam a diversidade dos ofícios inventariados, que se distinguem entre os que eram exercidos por homens, rapazes, mulheres, negros e negras, livres ou não. O cuidado prestado nestas anotações leva a admitir que, dentro do próprio grande grupo formado pelos trabalhadores-pícaros, ainda havia espaço para outros elementos de identificação ou distinção social como o gênero, a cor da pele e a idade, provavelmente influenciando na margem de ganhos que podiam acumular. A distribuição de determinados ofícios que ficavam sob a responsabilidade exclusiva de alguns destes subgrupos atesta isso. Inclusive, alguns serviços, embora próprios a pícaros, eram

apresentação do comércio da Ribeira, cf. OLIVEIRA - *Livro das grandezas de Lisboa...* fl. 99v-103.

¹⁴¹ "Por aqui muitos lugares / muitas hermidas, & Igrajas, / são tantos os oliuaes, / que parece cousa immensa. / Logo as ortas de Alualade, / cuja ortaliza se rega / com tanta abundância de agua / que noras lanção nas prezas. / Donde á mais q na Cidade / se gasta que he cousa immesa, / trazem rustocas saloyas / a poder das regateiras." BNP. F.R. 305 - *Relaçam...* fl. 31.

¹⁴² Para o casamento, a noiva tinha por posses um olival, um pinhal e uma vinha. "E tem mais / tres colchões, seis cabeçaes, / e um muito bom cobertor / e outro do mesmo theor, / dois pares de castiças, / seu estanho, e um copo assim tamanho, / que tem dois marcos e meio; / cortinas com seu arreio, / tres esteiras e um tanho. / e tem mais, por esta guiza, / uns tres bacios de Piza, / e de fartens duas bacias, / e seis boas almofias, / um gral com sua mão lisa, / um enxergão, / quatro lençoes de Ruã, / e seis d'estopa curados, / o oito de linho delgados, / e o mais que darão. (...) E dar-vos-hei uma escrava / que trabalha como zeina, / amassa, e esfrega e lava." Já o pescador oferecia sessenta mil réis, redes, barca, vela e equipamentos para o ofício. A edição consultada é a mesma da coletânea referida anteriormente. Cf. PIMENTEL - *Obras do poeta Chiado...* p. 74-76.

prestados em atendimento às necessidades de outros comerciantes ou trabalhadores pícaros¹⁴³.

A má reputação podia, assim, ser continuamente agravada consoante o acúmulo de aspectos mal reputados¹⁴⁴ ou do lugar ocupado dentro desta hierarquia marcada por características continuamente ignoradas e mais complexa do que uma mera estratificação estamental ou corporativa. Ao resumir as informações que tinha para o ano de 1552, Brandão indica para os ofícios mais ordinários, estes ofícios de trato ou de comércio ordinário e imensamente variado — de alimentos a serviços como lavagem e consertos de roupa, frete de lenha e carvão e outros trabalhos que refletiam o mais corriqueiro cotidiano — cerca de duzentos e oitenta e cinco ofícios, nos quais estavam empregadas cinquenta mil duzentas e cinquenta pessoas¹⁴⁵. A preocupação do autor em registrar sua observação sobre tais relações não era única. Uma repercussão institucional do interesse pela praça é o *Livro de Registo do Terreiro*, um notório exemplo de miscelânea que escapa às muitas lógicas pessoais de colação — que podia ser temática, formal ou outras diversas — e que tinha como objetivo principal tornar mais eficaz o conhecimento das posturas, das pessoas consideradas, suas funções e dos fatos que caracterizavam o Terreiro.

Tendo o primeiro regimento que regulava o Terreiro do Trigo sido feito em 1530, pouco mais de um século depois, em 1650, o *Livro de Registo do Terreiro* oferecia a reunião do primeiro regimento, suas atualizações e um abecedário para que: "de tudo tivessem melhor notícia os que nelle assistirem e não podessem allegar ignorância, nem

¹⁴³ Entre os ofícios considerados, há uma variedade de serviços prestados a consumidores ou comerciantes, como os que descarregavam e transportavam lenha, trigo, carvão e tudo que chegasse à cidade. O fato de tais mercadorias serem descarregadas e negociadas em diferentes pontos da cidade contribui para que sejam muitos os grupos de trabalhadores e as redes com as quais se relacionam. A descrição destes ofícios, semelhante ao "Abecedario" do *Livro das Grandezas de Lisboa*, está, sobretudo, concentrada em BRANDÃO - *Grandeza e abastança...* p. 185-215.

¹⁴⁴ Uma identificação destas e algumas considerações sobre elas em LE GOFF - *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval...*

¹⁴⁵ BRANDÃO - *Grandeza e abastança...* p. 215. Mais uma vez, há que se afirmar o caráter aproximado e possivelmente impreciso destes números que, entretanto, não deixam de refletir como aquela Lisboa era posta em números por um de seus cidadãos. Na repartição de gêneros, Brandão indica que, dos números acima, 235 ofícios eram masculinos e ocupados por 39.000 pessoas. Os femininos somariam 49 ofícios e 11.500 pessoas empregadas. Esta soma seria de 50.500 pessoas, duzentas e cinquenta a mais do que Brandão informa. Nicolau de Oliveira não soma o número de pessoas empregadas nestes postos.

tiuessem desculpas senão executassem o que nelle lhos he ordenado"¹⁴⁶. Assim, além do regimento fundador, encontram-se ali as reformas feitas em 1564 e em 1636, além de outras posturas extraordinárias e o registro de diferentes ocorrências que continuaram a ser anotadas até meados do século XVIII. Razões que fazem desta miscelânea um livro de grande importância para a história social portuguesa e para o cotidiano em questão, além de ser um exemplo moderno da busca pela eficiência que tanto caracteriza as instituições contemporâneas¹⁴⁷. E, embora dissesse sobretudo do comércio do trigo, não deixa de ter uma importante relação com os demais tipos de comércio e comerciantes aqui investigados.

Sobre o que mais importa, ou seja, aquilo que incidia diretamente sobre os trabalhadores pícaros, a partir da primeira reforma, em 1564, era adicionado ao Regimento um título específico sobre os vendedores e medideiras, revisado em 1592. Em 1636, a atenção das instituições alcançou novo grau de refinamento e passou a detalhar com maior acuidade não apenas as leis, mas a própria disposição do Terreiro. A passagem do século XVI para o XVII não é apenas a da degeneração do pícaro na literatura, mas de um acompanhamento (e uma explicação) disto pela atenção geral da sociedade, inclusive a da Câmara, sobre esta qualidade de gentes. Concretamente, este interesse e o registro que dele deriva (fosse literário, como no caso da *Descrição do sitio de Lisboa*, ou oficial, no caso do *Livro de Registo do Terreiro*) permitem o acesso a dados mais precisos sobre aquele lugar.

Ainda que informe apenas sobre a área dos arcos do Terreiro do Trigo, sob os quais media-se e joeirava-se o trigo da respetiva loja, este era intimamente ligado aos demais lugares de um comércio ordinário, como a Ribeira, as escadas da Misericórdia e as ruas que os ligavam, onde se encontravam fornos e tendas — dos quais é bom contraponto a Rua Nova¹⁴⁸. Aliás, a descrição destes postos de trabalho permite uma boa

¹⁴⁶ AML-AH. *Livro de Registo do Terreiro*, fl. 1v. Além deste ímpeto pela eficiência, os responsáveis pela organização desta miscelânea advertem aos leitores que, embora fosse mais conveniente formar um novo regimento, com menos capítulos e mais concisa redação, por alvará de D. Manuel, uma postura não poderia ser revogada. De modo que, para alterá-la, era preciso reformar ou criar novas posturas. Por isso, copiam integralmente todos os regimentos e afirmam que sempre que um capítulo informasse sobre algo disposto em outro regimento, fariam cotas marginais para melhor orientação do leitor. Cf. Idem, fls. 2-2v.

¹⁴⁷ WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

¹⁴⁸ Além da postura de 1552, que retirava desta rua vários ofícios que não eram considerados limpos, e da observação de Brandão, no mesmo ano, sobre a confusão e prejuízo que era para a cidade a manutenção deles ali, há que se pontuar a própria divisão que o autor faz do comércio e

visualização do espaço: cento e cinquenta e cinco medideiras distribuídas por trinta e dois arcos (dezesseis a contar a partir da Misericórdia e a outra metade que se contava da parte da Alfândega que tinha a porta virada para o Terreiro do Paço)¹⁴⁹.

Esta apresentação do espaço não é apenas um detalhe. Trata-se de uma informação capaz de apresentar o ordenamento da praça e as razões que levavam a tal disposição das pessoas. Como seguirá sendo apresentado, até mesmo esta ordenação do espaço era pensada em função das dúvidas e suspeitas que geravam os trabalhadores e dos muitos descaminhos do comércio varejista. Uma descrição espacial que fica mais nítida e melhor dimensionada se amparada no olhar em movimento do autor da descrição poética da cidade, para quem esta era a área que "definia" a cidade e estes trabalhadores eram o que dava forma humana ao lugar. As praças, este comércio e a presença dos trabalhadores possibilitavam uma descrição completa da geografia de Lisboa¹⁵⁰. Espaço e agentes se

dos trabalhadores. Na sua classificação, que ordena a própria "estatística", Brandão optou por dar tratamento separado do "que se gasta na cidade com homens e mulheres, por seus ofícios, tratos e ocupações" aos "ofícios e comércio da rua Nova dos Mercadores" — mais um exemplo da distinção de ambos os lugares. Isto é: das relações, dos públicos e dos agentes que os davam forma de *lugar*. Cf. BRANDÃO - *Grandeza e abastança...* p. 69-96 e 97-112

¹⁴⁹ Cf. AML-AH. *Livro de Registo Terreiro*, fls. 56-58v ("TÍTULO dos arcos, logeas, e sobrelogeas, e medideiras q ha em o terreiro desta çidade em 15 de Nouembro de 1636.") O ordenado de 30 réis diários estipulado pela Câmara no mesmo livro não é muito diferente dos 40 que Brandão indicava ser o ganho diário de cada uma das 64 medideiras que identificou para o ano de 1552. A diferença dos números informa o crescimento da presença dos trabalhadores entre os dois períodos e ajuda a ilustrar as comparações feitas a partir dos dados de Brandão, que também refere o ordenado de 20 réis diários para as "joiradeiras". BRANDÃO - *Grandeza e abastança...* p. 86. Nicolau de Oliveira refere 170 medideiras e 100 joiradeiras, cf. OLIVEIRA - *Livro das grandezas de Lisboa...* fls. 96 e 97.

¹⁵⁰ Como dito, estes trabalhadores são os únicos grupos sociais que são utilizados para descrever a cidade — com a ressalva de que na descrição dos mosteiros e conventos também houve algum espaço para mencionar as ordens religiosas. Sequer os ofícios que acabaram por consolidar a própria toponímia de Lisboa são apresentados. A descrição do ambiente se mantém, assim, centrada na presença destes trabalhadores e no volume e variedade do comércio ali praticado. O Terreiro do Trigo, à época, não estava entre a atual praça do comércio (Terreiro do Paço) e Santa Apolónia, mas em continuação da área que da Praça do Comércio chega até ao Chiado/Rossio. Adotando a direção Belém-Xabregas, o autor, após apresentar São Paulo e a Ribeira das Naus, chega à Casa da Índia, passa pelos "passos del Rey" onde já havia concentração de "varias mercadeiras / que dentro nas ricas tendas, / de diuersas inuenções / há no pateo da Capella" e chega ao Terreiro do Paço: "famosa planice / com ser de tanta grandeza / de tal sorte he frequentada, / que sempre está quasi chea". Este Terreiro era limitado pela Alfândega e pelas Sete Casas, seguindo-se, então, o Terreiro do Trigo "onde tantas mil fanegas [fangas] / ou moios delle se gastão / pellas mãos das medideiras". Encerra esta principal área da cidade a sua extensão até as escadas da Misericórdia, cuja rua "tem hũa parte tendas, / de outra da misericórdia / hũas portas travessas. || As escadas desta porta / infinitas camponezas / todo anno estaõ vendendo / flores de cheirosas ervas" e a Ribeira, que, já descrita anteriormente, era povoada por toda sorte de regateiras e pelas padeiras e pescadeiras — momento em que informa a grande variedade de frutas e peixes que ricos e pobres consumiam e ali adquiriam. Só então o

confundem em uma mesma imagem que, por sua vez, é o que define o *lugar* — e, sobre ambos, pairavam outras imagens derivadas dos sentidos comuns mais cotidianamente reproduzidos.

Estas profissionais, por mais que fossem apresentadas como alheias ao bom convívio, não eram em nada separadas de uma sociedade regulada, cada vez mais, por leis específicas sobre como poderiam praticar suas atividades — algumas, inclusive, com potencial para identificação de espaços privados e públicos¹⁵¹. Na verdade, antes de

autor alcança o Chafariz do Rei e a praia de Alfama, região para onde se transferiu o Terreiro do Trigo após a reconstrução pombalina de Lisboa, seguinte ao desastre de 1755. Cf. BNP. F.R. 305 - *Relaçam...* fls. 27v-30.

¹⁵¹ Diante da rotina da cidade, a regulação do comércio praticado publicamente previa a boa acomodação da atividade a fim de que não atrapalhasse o funcionamento dos espaços públicos. Proibia-se, por exemplo, pelo inconveniente que gerava à "rua publica", que "nenhuã Regateira venda nem se ponha a vender fora da sua caza desde o canto da traveça que vay p^a o Roxio de huma parte, e outra da rua da praça do poço do Burra tem [Borratém]". AML-AH. *Livro 2º da Casa da Almotaçaria*, fl. 120. Posturas semelhantes que ordenavam os espaços vincadamente comerciais, nos quais não convinha atrapalhar a vida pública, encontram-se no mesmo livro e no *Livro de Posturas da Cidade*. Ainda sobre a ordenação dos lugares de comércio público, em diferentes situações pescadores apresentaram petições para que se respeitasse o direito de suas mulheres terem cabanas montadas na Ribeira, cf. *Elementos...* IX, p. 466-469. Para regulações sobre espaços urbanos comerciais e mercados públicos portuenses semelhantes aos aqui mencionados sobre Lisboa, cf. AMP. Vereações 1613-1614 (A-PUB 41), fl. 135; 1616-1617 (A-PUB 42), fls. 9v e 106; 1620-1621 (A-PUB 44), fl. 27; 1622-1623 (A-PUB 45), fl. 11v. As posturas atentam, sobretudo, ao calendário público de feiras, e restringiam, por exemplo, que houvesse pessoas a vender mantimentos pelas ruas da cidade. Sobre a distinção entre espaços públicos e privados, principalmente no que concerne as ingerências e autoridades públicas e o limite entre ambos os espaços e o caráter contratual como "laço entre duas vontades", Maravall pontua: "É necessário afirmar e defender rigorosamente o particular, o privado como zona fechada ao poder (...) como limite ao soberano; não a lei". O historiador ainda situa historicamente a aceleração da consolidação legitimada desta distinção, no caso espanhol, cujo marco seriam as *Partidas* afonsinas: "[é] na actividade legislativa e compiladora dos Reis Católicos, de Filipe II e seus sucessores, que a regulamentação da vida, e dos interesses privados adquire uma relevância maior." MARAVALL, José António. *Estado Moderno e Mentalidad Social (siglos XV-XVIII)*. In: HESPAÑA - *Poder e instituições...* p. 233 e 234. Uma situação na qual se verifica exatamente esta diferenciação — num contexto urbano e no qual o comércio "fechado", isto é, privado, ainda gerava grande dissensão e era comumente criminoso e difícil de fiscalizar — lê-se no entendimento da Câmara, em 1651, sobre a proibição da venda de pão fora do Terreiro: "não poder vender o pão senão em praça publica, parece que é difficulosissimo de executar, porque poucas villas e cidades do reino têm Terreiro de trigo em grão, onde por costume se venda, e é impossível à justiça poder andar vigiando as casas dos particulares nem dos lavradores que vivem pelos montes e campos; e nem a presença de V. Mag^{de} n'esta côrte e seus bandos fôram nunca freio bastante para que os fidalgos, clérigos e poderosos deixassem às escondidas de vender o pão, como querem, em suas casas; e a lei que se não ha de guardar, melhor é não se fazer, porque se perdeu o respeito para as outras." *Elementos...* V, p. 330. Tensões deste tipo repetem-se em diferentes volumes dos *Auto das padeyras* sobre os que lucravam com o comércio é excelente referência.

peças que à revelia tomavam o espaço para si, os trabalhadores da praça eram conhecedores da norma e daquilo que era lícito ou não, mantendo uma constante interação com as instituições que regulavam os espaços públicos. O próprio *Livro de Registo do Terreiro* deixa claro que os lugares ocupados por muitos destes trabalhadores, como as medeiras, eram acompanhados de perto pelos vereadores: "os quaes lugares todos proue o senado", uma regra também aplicada na regulação do comércio de outros mantimentos¹⁵².

Pode parecer óbvio insistir nisso e na autoridade do governo da cidade para prover, regular e fiscalizar o comércio, suas tendas e seus trabalhadores. Entretanto, o intuito de trazer uma informação que parece óbvia é o de contrastar este íntimo contato com as instituições, que regulavam e proviam os ofícios, com a imagem de pessoas ingovernáveis, que, movidas pela excessiva antipatia social, agiam apenas em interesse próprio e alheias a toda e qualquer civilidade. Aliás, o primeiro ponto a ser considerado a este respeito é que a própria provisão dos ofícios não era indiscriminada. Cada uma das pessoas que ocupavam postos comerciais no Terreiro devia ser aprovada e era protocolar que fossem tomadas informações sobre seus bons ou maus costumes¹⁵³. Inclusive, casos em que era notado um comportamento incompatível com o que deviam apresentar publicamente podiam ser punidos com a proibição definitiva de que ocupassem lugares na praça¹⁵⁴.

¹⁵² Nicolau de Oliveira informa que na: "Ribeira, ou praça do peixe em a qual ha setenta molheres, que o vendem em lugares certos, & limitados, & dados pella Cidade, de modo que não se pod algũa mudar de hum lugar pera outro sem ordem do Vereador que pera isto a Cidade tem deputado". Oliveira ainda aproxima em quatro mil cruzados os ganhos de cada uma destas mulheres em seus respectivos lugares e aponta que pela contínua suspeição da malícia das peixeiras "Nestes lugares, em que se vende o peixe, não ha cabanas prouendoo assi a Cidade, a fim de obrigar as vendendeiras a que vendaõ mais depressa o peixe por se lhe não dannar com a quentura do Sol" OLIVEIRA - *Livro das grandezas de Lisboa...* fl. 100.

¹⁵³ A prática de provimento formal era fiscalizada pela Câmara através do vereador designado, almotacés e juiz do Terreiro. A exigência também está observada na "estatística" de 1552: "Soube mais no Açougue do pescado andam 110 mulheres, que chamam vendendeiras, as quais têm licença da Câmara e juramento para que bem e fielmente vendam os pescados a seus donos, fazendo-lhes verdade e ao povo". Para Brandão, entretanto, o juramento valia mais às regateiras (ou vendendeiras) do que aos pescadores que lhes confiavam o pescado ou ao povo: "porque os pescadores entregam-lhes seus pescados, elas entregam-lhes o dinheiro que querem, sem haver mais que o juramento que têm. E do dinheiro que elas dão aos pescadores, são obrigados eles a lhe darem de dez rs um". BRANDÃO - *Grandeza e abastança...* p. 79.

¹⁵⁴ Em 1648, uma regateira de nome Maria Rodrigues Almanzona foi sentenciada a trinta dias de prisão no Limeiro e a, depois de cumprida esta pena, ser "notificada que não entrasse mais na Ribeira a fazer o officio que fazia, nem tivesse logar nenhum n'ella, sob pena de que, fazendo o contrario, seria publicamente açoutada, com baraço e pregão pelas ruas publicas e acostumadas

Estas pessoas, mesmo que protagonizassem crimes públicos importantes, definitivamente, não viviam à margem da lei e muito menos a desconheciam. Até mesmo para que pudessem antepor seus interesses privados ao bem público, como era esperado deles, estes agentes do mercado tinham que ter um claro conhecimento das posturas que determinavam o traço legal de seus cotidianos. Apenas assim poderiam praticar os atos que passaram a generalizar o caráter destas classes populares, sobre as quais recaíam as mais depreciativas qualificações. Sem tal conhecimento, não seriam capazes sequer de tanta malícia.

Portanto, o contato com a lei, isto é, com as posturas da cidade, era algo inerente ao dia a dia dos comerciantes. A própria rotina e etapas que tinham que cumprir para assumirem seus postos e depois para mantê-los os integrava a um modo de governo da cidade em que o conhecimento da norma e a interação com a cultura escrita a serviço do mesmo governo eram incontornáveis. Por exemplo, desde 1611, as "mulheres da Ribeyra" que quisessem praticar comércio nessa região tinham que enviar por escrito um pedido de licença para tal efeito. Tal procedimento, que vinculava oficialmente as mulheres ao lugar que ocupavam, ainda estreitava e deixava mais atadas as obrigações entre as "mulheres da Ribeyra", os almotacés e a cidade. Inclusive, as licenças anteriores a este assento foram revogadas e suas renovações dependeram da nova formalização, feita: "para se saber as pessoas que estavaõ providas para vèderem na ditta Ribeyra o que se fazia por melhoram^{to} della "¹⁵⁵.

Mas, como prevalecia sobre elas todo o senso comum a respeito do risco que representavam, leis com outros fins seguiam regulando suas atividades. Se as já apresentadas regulavam o uso do espaço e o provimento das licenças para usarem-no, estas acabavam por refletir a própria imagem picaresca através da qual o restante da cidade os qualificava. As más opiniões de Brandão ou dos vários economistas que Maravall alude como replicação da imagem do pícaro em textos de natureza diversa da

d'esta cidade, por ser mulher turbulenta, soberba e muito escandalosa para o povo d'ella, e pelo excesso grande que commetteu na dita Ribeira contra outra regateira." *Elementos...* V, p. 137.

¹⁵⁵ AML-AH. Cópia do Livro 3º de Assentos do Senado (1609-1630), fls. 9v, 10. Para um assento sobre as condições de uso dos espaços e lugares ocupados, cf. Idem, fls. 96-97v e 162, 162v. Cartas de provisão dos ofícios e algumas das "tomadas de informações" podem ser encontradas em AML-AH. *Livro 1º de registo de Provisões, Alvarás e Ofícios da Câmara*, AML-AH. *Livro de Registo da Chancelaria da Cidade (1636 - 1653)*, AML-AH. *Livro de Registo da Chancelaria da Cidade (1654-1660)*, AML-AH. *Livro 1º de registo de posturas, regimentos, taxas, privilégios e ofícios*.

novela¹⁵⁶, por exemplo, recuperam-se na proibição geral às regateiras de participarem de qualquer etapa do comércio do pão¹⁵⁷. Afinal, era o pão o principal e mais indispensável alimento daquela época e eram as regateiras famosas por seus perniciosos lucros e atravessamento de alimentos — razão apresentada também por outras Câmaras, como a do Porto, para limitar suas atividades¹⁵⁸.

No entanto, esta proibição em especial não era alheia a um entendimento do que era o bom cuidado do governo para com os residentes da cidade. Eliminar um intermediário num comércio polêmico e crítico, como era o do pão, não soava como uma medida desproporcional às responsabilidades dos governantes, que tinham na provisão de pão à cidade uma preocupação principal — sobretudo, em tempos em que livre mercado ainda era uma ideia marginal¹⁵⁹. Outras posturas, entretanto, levam tais preocupações de governo ao patamar de uma suspeição geral contra estes trabalhadores — como a proibição de que medeiras e carreteiros fossem casados entre si, ou que alguns destes trabalhadores tivessem barcos ou "bestas" que pudessem facilitar uma eventual subtração ilícita de pão¹⁶⁰.

¹⁵⁶ Cf. MARAVALL - *La literatura picaresca...* p. 686-687.

¹⁵⁷ O comércio do pão, pelo menos assim previa a sua regulação, não poderia ser feito por intermediários, de modo que ficava fechado à regatia. O pão só poderia ser vendido por vendedores que vendessem o pão por seus donos e não que comprassem pão para revendê-lo. Cf. AML-AH. *Livro de Registo do Terreiro*, fl. 15v, 25 e seguintes.

¹⁵⁸ No Porto, por exemplo, em 1619, a Câmara fazia acordo em vereação para que "nhuã regateira de pescado fruita nem outra couza alguã esteja nem ande vendendo no caiz da porta da ribeira desta cidade para fora (...) pella inquietação que cauzaõ no dito caiz e empidm^{lo} que rezulta a seruentia da dita porta e por se euitar a comodidade com que ficaõ as ditas regat^{ras} para poderem atrauessar como fazem a sardinha e pescado dos nauios" AMP. Vereações, 1618-1619 (A-PUB 43), fls. 250-251.

¹⁵⁹ Em 1633, a Câmara de Lisboa fez uma consulta ao governo lembrando que: "Uma das cousas, que maior cuidado dá a esta cidade, é tratar no principio de cada anno da prevenção de pão, em razão de nunca as novidades da terra, por mais férteis que sejam, serem bastantes para o sustento d'ella, assim por sua grandeza, como pelo grande numero de gente que a ella concorre de todas as partes". *Elementos...* III, p. 567. Para a recepção de novas ideias econômicas e sua repercussão no comércio de pão, na Inglaterra, cf. THOMPSON, E. P. *A economia moral da multidão na Inglaterra do século XVIII*. Lisboa: Antígona - editores refractários, 2008.

¹⁶⁰ "Em as logeas do terreiro não auerá mais q huma Jueiradeira e em cada huma, essa sera molher de boa vida e costumes, e não terá marido acarretador de fora nem de dentro, nem vendedor, e as jueiradeiras seraõ prouidas pella Camara, ou pello vereador do pellouro, nem joeirarão dentro nas logeas, senaõ fora junto do tabuleiro sob penna de dous mil rs, e de serem priuadas do lugar" *Livro de Registo do Terreiro...* fl. 26v. Outras posturas coligidas no Livro de Registo do Terreiro informam esta restrição. Nelas encontram-se restrições como a de que medeiras não podiam ser menores de dezesseis anos (fl. 36v) e que deveriam, medeiras e joiadeiras, ser casadas ou "ueuuas onestas, e seus maridos naõ sejaõ acarreteros" Idem, fl. 37. A fim de deixar melhor disposto sobre os riscos de conluios entre casais de trabalhadores, uma atualização do Regimento do Terreiro, em 1636, tentava reverter o grande prejuízo que era

Esta leis formam uma pequena parcela da reflexividade entre o senso comum, a literatura e regulação formal da sociedade que se quer demonstrar. O que interessa, aqui, para deixar bem caracterizada a relação de complementaridade entre a lei, o senso comum e a literatura na definição de um grupo considerado "perigoso" é perceber o sentido e os detalhes que dão forma a um conjunto mais amplo de posturas menos pragmáticas do que leis como as mencionadas acima¹⁶¹. Afinal, não há espécie de "cultura jurídica", por mais letrada e erudita que seja, que não derive de uma mais ampla e genérica definição de cultura ou que não se comunique com o próprio cotidiano.

Ou seja, a lei não vive separada da sociedade e, aqui, começa a ficar evidente o quanto ela pode se comunicar com o senso comum ou derivar dele, uma relação em que um reflete o outro. O próprio acúmulo de elementos mau reputados pelo senso comum, como se falou acima, se intensifica desta forma: aos ofícios indignos soma-se o fato de grande parte deles serem ocupados por mulheres. Isso acaba por tornar mais evidente que,

"terem os Vendedores q vendem em o Terreiro, suas mulheres medeiras, ou joeiradeiras não somente ã o mesmo arco onde vendem, nem ainda em outros arcos diferentes porque la lhes mandaõ os maridos vendedores o pão que tem para vender, e em a medida podem fazer engano a quem compra." Idem, fl. 25. Também no *Livro de Registo do Terreiro* é presente a restrição a medeiras e joiadeiras de varrerem ou recolherem o trigo que caísse no chão durante os seus expedientes, um meio de se evitar que obtivessem pão ilicitamente para revenda. Para a proibição de que os que estivessem envolvidos na venda do trigo tivessem barcos, cf. Idem, fl. 35. Ainda sobre deverem estas profissionais serem casadas ou viúvas "honestas", cf. *Elementos...* IX, p. 573 e 577. As mulheres solteiras, não deveriam ter acesso à toda a cidade nem andar entre as casadas, nem poderiam ter empregadas em suas casas (coisa própria a senhoas). Cf. AML-AH. *Livro de Posturas da Cidade*, fls. 140v e 141. Além do gênero, também agravava a regulação dos trabalhos os fatores raciais, uma vez que as regateiras não podiam ser negras, cf. AML-AH. *Livro 2º da Casa da Almotaçaria* - "Provizam que nam haja negras Regateiras", fl. 119v.

¹⁶¹ Embora dedicado a uma sociedade da qual a aqui investigada já se diferencia, Jacques Le Goff traz importantes considerações sobre a relação entre marginalização e cotidiano, aproveitáveis não pelo objeto ao qual as aplica, mas pela forma como as concebe. A respeito da suspeição contra pessoas consideradas perigosas pela forma como participam da sociedade, Le Goff diz: "À volta das noções de comunidade sagrada, de pureza, de normalidade, articulam-se os juízos de suspeição, de rejeição ou de exclusão." Ou seja, um meio de "controlar ou de excluir aqueles que parecem representar um perigo para a «comunidade sagrada»", esta comunidade vive "num clima de insegurança material e mental que visa a simples reprodução e suspeita de todos os que, consciente ou inconscientemente, parecem ameaçar aqueles frágil equilíbrio. Tal insegurança gera um modo de pensar maniqueu que anula todas as cambiantes, todos os matices, e condena as posições intermédias (...) Nos marginalizados está em acção o inimigo do género humano, o Diabo". Neste sentido, o aproveitamento dessas passagens para o enquadramento do problema da periculosidade social dos pícaros é de grande valia, sendo, inclusive, muito semelhante ao juízo extraído de títulos como o *Auto das padeyras* (no qual dois diabos fartam-se com as maldades cometidas por padeiras e peixeiras) ou o *entremez das padeiras de Lisboa*. LE GOFF - *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval...* p. 158-160.

embora refletidas na vida objetiva, tais posturas podiam ser (e eram) embasadas em elementos morais partilhados pela sociedade e não em observações pragmáticas sobre o melhoramento das relações comerciais.

A praça podia, segundo observações e formas de expressão escrita menos afeitas às do Direito, ser entendida como um mercado de almas para o próprio inferno. E, neste sentido, devia ser corrigida também pela ação dos dedicados à salvação das almas e não apenas pelos que se dedicavam à condenação dos homens — e, segundo o cronista da Companhia de Jesus, com um sucesso revelador de como a doutrina era capaz de repercutir mesmo entre os vis ribeirinhos. Não se tratando de um exagero narrativo, seriam os ribeirinhos, então, sujeitos aos ensinamentos missionários que caracterizavam o cotidiano de uma sociedade ibérica do Seiscentos (em que a disputa das almas talvez fosse equivalente à das opiniões)¹⁶².

O certo, contudo, é que a mais sintomática destas posturas que mesclam a regulação do comércio e a reforma dos descaminhos e "mundanismos" do individualismo da vida pícara era a proibição geral de que regateiras obtivessem licença para ofício se não fossem "cazadas ou ueuvas honestas, e serão mulheres de homens de

¹⁶² "Outro lugar havia em Lisboa, que o diabo tinha conquistado, no qual se tinha feyto muyto forte, & era outra praça mayor, qual he a ribeyra desta Cidade, povoada de grande chusma de gente rude, que esquecida totalmente das cousas de sua salvação, se emprega toda na lambugem do ganho temporal. Aqui concorrem toda a sorte dos que chamamos ribeyrinhos, marãos, moços do sacco, da seyrinha, & outros de semelhante feytio; & o peor he, que aqui se avezam ao mau costume de lançar mam das bolsas alheyas; & se tem esta paragem em Lisboa por huma feyra da Ladra, & seminario de formigeyros, que ao diante se vem a graduar em famosos officiais; entrou pois nesta praça o Padre Mestre Ignacio com venturoso successo, & a rendeo à sancta doutrina, arvorando, & desenrolãdo nella seu estandarte real. Teve o bõ Padre ao Principio muytos trabalhosos ouvintes, porq mais tratavam do vintem, em que traziam o olho por interece, que da veronica de chumbo, que o Padre lhes offerecia por premio, & assim lhe era necessario (pera os trazer a ouvir sancta doutrina, ou por bem, ou por mal) mãdarlhes tomar os chapêos, & carapuças, que se metiam em hum sacco, & se entregavam a hum fiel depositario, & depois se restituia, com toda a fidelidade, cada peça a seu dono, assistindo o bom Padre com toda a diligencia, a esta destribuiçam, & entrega. Mas dahi a pouco se lhe fizeram mais fomesticos estes seus ouvintes, & acudiam de sua livre vontade, sem ser necessari penhoralos. Daqui se seguiu hum grande fruyto; porque alẽ de aprenderem a doutrina, que d'antes nam sabiam, dèram em ser muy fieis no alheyo, que d'antes apanhavam; & os que eram mais costumados a achar bolsas antes de se perderẽ, dally por diante as restituím depois de perdidas, se a caso as achavam, como algumas vezes succedia; & tal houve que achando huma bolsa com hum anel de preço, & setenta & sete cruzados em ouro, a levou ao Padre pera a publicar, & pera se dar ao dono, cousa q foy muyto estimada, & festejada, porquanto este moço era conhecido por grande formigueyro, & mais avezado a tomar bolsas alheyas, que a restituir as achadas; julgando todos este por hũ dos grandes milagres do Padre Mestre Ignacio." TELLES, Baltasar. *Chronica da Companhia de Iesv... Segvnda Parte*. Lisboa: Na officina de Paulo Craesbeck, 1647, p. 221-222.

idade que se nom prezuma dellas fazerem o que nom deuem"¹⁶³. Um assento de 1618 atesta a atenção que o tema despertava:

Como algumas *mulheres ou moças* tinham officios da cidade, para seu casamento, havia annos, e não se casavam, e antes os traziam de serventia, com grande prejuizo do bem commum, da justiça e do bom governo da cidade, resolve a camara, com annuencia do vice-rei, mandal-as notificar para que se casassem, dentro d'um anno, *ou tomassem estado* para se casarem no dito prazo, sob pena de, não o fazendo, serem considerados esses officios como vagos¹⁶⁴

Embora o matrimônio não fosse um atestado moral exigido somente das mulheres e que também fosse uma condição para o provimento de diversos officios "masculinos", era contra as mulheres que tais tipos de diligência eram praticados e que tais opiniões eram emitidas. Na verdade, não foram encontradas queixas ou assentos que denunciassessem que os homens providos nos officios que exigiam o seu casamento fugiam a esta obrigação, o que leva a crer que, pelos próprios valores que estruturavam o cotidiano, a forma como a isso ficavam obrigadas vinha carregada de uma responsabilidade social sobressalente não verificada no caso masculino — cujos mundanismos, embora condenáveis, ofendiam menos e eram mais tolerados do que os das mulheres. Em suma, se o matrimônio exigido a vendedores e atafoneiros¹⁶⁵, por exemplo, servia como uma garantia de que, a princípio, aquele indivíduo não seria dado aos vícios da vida mundana, o comprometimento familiar das mulheres que andavam pelas ruas era também uma forma de diminuir um descaimento moral da sociedade que extrapolava a própria regulação dos officios.

No Porto, onde também se guardava este cuidado que, ao mesmo tempo em que era legal, era impregnado de elementos que explicam, inclusive, como a cultura jurídica de uma sociedade refletia um cotidiano marcado por elementos morais e culturais mais amplos, a redação da postura dá evidência a isso. O comércio, a vida mundana e a condição feminina aqui se acumulam como partes de uma complexa, mas coesa opinião geral sobre as relações sociais cotidianas. A postura aprovada no Porto, embora não se diferencie essencialmente das aprovadas em Lisboa, tem uma enunciação mais detalhada:

¹⁶³ AML-AH *Livro de Registo do Terreiro*, fl. 13v.

¹⁶⁴ *Elementos...* II, p. 405.

¹⁶⁵ Também as pessoas "de officio de julgar ou de escrever" eram obrigadas a serem casadas, segundo uma ordenação do reino. Cf. Idem. Já quanto às exigências a officios como atafoneiros e outras funções ligadas ao beneficiamento de alimentos ou comércio em geral, cf. AML-AH. *Livro de posturas da Cidade*, fls. 1-4v, 137 e seguintes.

Acordaraõ mais que nhuã molher solteira venda fruta peixe (...) nem outra couza alguã pellas ruas desta cidade e lugares publicos della nem na feira (...) porque alem de se atalhar com isso o prijuizo que o pouo recebe com a demaziada regatisse se sabe que m^{tas} das ditas molheres por se não obrigarem a seruir por soldada escolhem este modo de vida liure [palavra ilegível] em q por a mor parte se perdem de q na Republica se seguem m^{ta} perturbação e desordem com estrago dos bons costumes.¹⁶⁶

Se excluída a crítica ao comércio praticado por "regatisse" (do mesmo teor das enunciadas pelos economistas citados por Maravall), o que sobra não é diferente da forma como Afonso Álvares atacava o poeta Chiado. Assim, se intensifica o picaresco destas pessoas, somando a uma opinião vincadamente política sobre a economia todo um conjunto de imagens sedimentadas no senso comum. E, embora num contexto bastante diferente e a quase dois séculos de distância deste, as críticas de João Pedro Ribeiro, também dirigidas às regateiras portuenses, explicam isto:

Neste século de luzes em uma terra populosa, como a cidade do Porto, em certo período do anno a familia mais honesta, e com vantagens rasoaveis, não pôde conseguir uma criada para servir: no entanto um enxame de raparigas vendendo castanhas se desmoralizão, vagando pelas mesmas ruas, em que ha um grande numero de tendas de comestiveis, e em que aquellas se podiaõ comprar.¹⁶⁷

Impossível não lembrar da chegada do Lazarillo a Toledo e das ofensas que ouvia por não ter um amo a quem servir enquanto mendigava pelas ruas. A vida mundana, aqui, contrapõe-se, ainda, a de quem vivesse protegido ou submisso a um amo. No caso das

¹⁶⁶ AMP. *Vereações 1618-1619* (A-PUB 43), fls. 250, 250v.

¹⁶⁷ O autor ainda informa uma postura ainda mais antiga que proibia, já no século XV, que regateiras fossem solteiras — com a mesma ressalva que autorizava as viúvas honestas a exercerem tal ofício. RIBEIRO, João Pedro. *Reflexões históricas pelo Conselheiro João Pedro Ribeiro*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1835. 1ª parte, p. 139. A má reputação das trabalhadoras e a degeneração do pícaro não atendem, assim, a um ineditismo. Ao contrário, são sintoma e evidência de uma opinião já partilhada cotidianamente e que passava a ser configurada na literatura de um modo muito diferente da primeira configuração literária do pícaro. Um exemplo desta concomitância é a diferença entre a forma como as tripeiras aparecem em Brandão e como aparecem no *Lazarillo*. Embora publicados em lugares diferentes, a coincidência cronológica e uma semelhança nos aspetos culturais mais largos tornam a comparação possível. Brandão, ao referir-se às tripeiras, insiste nas mesmas opulências com que caracteriza as demais mulheres do comércio: "Tem mais 50 mulheres que têm por ofício vender tripas cozidas e cruas, e ganham muito dinheiro, e estão muito limpas vendendo-as, com suas cadeias ao pescoço e com manilhas nos braços". Cf. BRANDÃO - *Grandeza e abastança...* p. 210. Por outro lado, a presença destas profissionais na primeira picaresca é muito mais atenta ao contato humano, quase maternal, com que acolhem e protegem Lázaro. Além de terem dado alimentos a Lázaro, sem pedir coisa em troca, quando seu terceiro amo, o endividado escudeiro, o abandonou, foram as tripeiras que viviam perto de seu abrigo que intercederam por ele e o protegeram do furor de credores e oficiais. Cf. *El Lazarillo de Tormes...* III Jornada. A bondade destas personagens não perdurou na literatura.

comerciantes, era a pertença a um laço matrimonial que servia como atestado contra o seu mundanismo, como uma defesa antecipada de que aquela condição de vagante pelas ruas não era a sua única condição. A indignidade destes trabalhos residia, de certo modo, no fato de que representavam a escolha (consciente ou não) por uma construção de vida a partir de si próprio e não da pertença ou prestação de serviços em um domínio senhorial ou doméstico. Algo que ganhou força com a consolidação do caráter comercial e burguês das cidades modernas, em tempos de forte condenação do lucro e em que ideias de um mercado regulado por si mesmo contrariavam qualquer forma de aprovação moral, e que tornava mais grave o sintoma de mundanismo que significava esta insubmissão.

Sobre tal reprovação moral, Le Goff, atento ao modo como os "desviados" intervinham no cotidiano, fez uma relação entre os "trabalhos indignos" e a reabilitação do trabalho ocorrida com a retomada da vida urbana, em fins da Idade Média. O historiador informa que é nesta altura que se observou uma divisão a respeito "dos ofícios lícitos e ilícitos". Teria sido a partir desta divisão que, pelo trabalho, também se pôde perceber "tabus fundamentais da sociedade medieval: o do sangue (que marginaliza também os soldados), o do dinheiro (que põe de lado o usurário), o da sujidade (sinal de impureza), que condena os fulões, os tintureiros, os cozinheiros, os lavadeiros."¹⁶⁸ A ambígua convivência com ofícios, que, embora mal reputados, eram indispensáveis, alcançou a sua habilitação com uma novidade espiritual que justificava e reabilitava o exercício dessas condenáveis e necessárias atividades urbanas:

um grande número de ofícios até àquela altura considerados desonestos (...) o Além acolhe um número crescente de marginalizados. Se os excluídos são provavelmente clientes do inferno, o purgatório, que faz seu solene aparecimento no século XIII, é um grande recuperador de marginalizados, incluindo os usurários.¹⁶⁹

¹⁶⁸ LE GOFF - *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval...* p. 161. Le Goff ainda aborda tal ambiguidade em outro momento: "Numa sociedade em que se debate entre o medo da contaminação ideológica e a hesitação os que poderiam concorrer contraditoriamente para a salvação dos puros, o que prevalece é uma atitude ambígua em relação aos marginalizados. A cristandade medieval «parece detestá-los e admirá-los ao mesmo tempo, tem medo deles, num misto de atracção e terror. Mantém-nos à distância, mas fixa essa distância a um nível bastante próximo, de modo a poder tê-los ao seu alcance. (...) A sociedade medieval tem necessidade destes párias postos à margem, porque perigosos, mas visíveis para que, graças aos cuidados que lhes dispensa, ela possa ficar-se na sua boa consciência" LE GOFF - *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval...* p. 162-163.

¹⁶⁹ Idem. Mas, não importando o sucesso ou a atividade do trabalho, é importante lembrar que numa sociedade estamental, mais do que o dinheiro, era o não trabalhar que definia a qualidade de uma pessoa, de modo que o trabalho, apesar das fraturas internas entre os trabalhadores, foi sempre um meio de distinção social a partir de: "A fines del XVI y comienzos del XVII, época en

Se o caso medieval francês soa distante das considerações sobre a habilitação e o ambíguo convívio com determinados trabalhos e trabalhadores da Lisboa moderna, antes da alteração de sentido da picaresca, o purgatório parece ser também o destino das regateiras no imaginário português — após isso, o inferno se tornou um destino mais provável. Naquela que pode ser chamada trilogia de autos de Gil Vicente, as regateiras (senhoras de um ofício pautado no dinheiro e, portanto, usurárias segundo a tipologia do historiador francês) encontram na barca do purgatório o destino provisório de suas almas. Ou seja, cerca de um século antes dos diabos do *Auto das padeyras* levarem padeiras e regateiras para o inferno, essas mulheres, apesar da qualidade que o trabalho imputava a elas, ainda tinham hipóteses de redenção.

Se estas análises informam a existência de uma estruturada opinião sobre as regateiras e mulheres de ocupações semelhantes, no cotidiano há sempre que se manter atento às contingências dos contextos que se sucediam nele. Por exemplo, é importante notar como o autor citado mais acima observou que o excesso de mulheres nas ruas aumentava em "certa época do ano". Isto, além de dizer sobre o senso de oportunidade — como o de uma das padeiras do *Auto das padeyras*, que trocava de ofício para lucrar com eventuais faltas de pão — remete a uma ainda mais larga atenção às contingências dos contextos.

Assim, em relação a estas oportunidades, convém notar como os trabalhadores do comércio se comportavam diante de algumas delas e como seus comportamentos eram observados por outros agentes. A saber, o que importa mais é perceber até que ponto o cotidiano era marcado, de fato, pelos crimes e alterações da ordem que estas pessoas eram capazes de provocar, e até que ponto a relação entre os trabalhadores e a cidade também era estruturada por conflitos que derivavam mais da desconfiança instalada, sintoma de alteridades conflitantes, que do crime em si. E, aqui, aproveitando o exemplo das castanhas, outro alimento à época constituinte da dieta básica, mas de oferta sazonal e mais comum na chegada das estações frias, é possível apresentar um episódio curioso e

que la pretensión del pícaro de ganar ese dinero que no da el trabajo y de paso ser tenido por persona de más alto estado resulta más inalcanzable para él, tropieza con que la desestimación del trabajo (con tacha de manual, o carácter lucrativo), aunque haya retrocedido en alguna manera en su nivel de marginación, se basa en que la venta del producto del trabajo, el hecho de trabajar para comer y poder vivir, supone pertenecer al pueblo bajo irremediablemente." MARAVALL - *La literatura picaresca...* p. 173. Para o sentido moderno de trabalho e trabalhador diante de "tensões estamentais", cf. Idem, p. 164-176.

de detalhes enriquecedores sobre os problemas e agentes até agora apresentados — tanto aqueles que, comumente, eram reputados como suspeitos, como os que deveriam prevenir e remediar as crises que irrompiam na praça — agiam e eram compreendidos por diferentes grupos sociais dentro e fora das instituições.

2.2 - Interações formais entre os trabalhadores da praça e as instituições: o conhecimento da praça entre o crime e a apresentação legítima

Bastante proporcional aos temores sentidos em relação aos intermediários, como eram as regateiras, o atravessamento era a prática criminosa que mais preocupava as autoridades, ainda mais em casos que podiam gerar uma abrupta reação da praça, como quando alimentos ou gêneros importantes (como os que eram vedados à regatia, casos explicados adiante) geravam o desabastecimento de itens necessários ao sustento diário. No caso do "alvorço das castanhas"¹⁷⁰, o episódio em questão, todo este ambiente de suspeitas e denúncias se recupera através das críticas ao individualismo, ambição e desprezo pelo bem comum, mas também através das imagens de regateiras opulentas e com grande capacidade de influenciar o dia a dia do *lugar*. Em 1663, já no fim da guerra por independência, o incidente apresenta, ainda, uma situação interessante para se observar as formas de ação dos atravessadores e o quão suscetíveis eram o mercado e a sociedade às suas ações. O episódio revela, ainda, como o desrespeito à lei e a prática criminosa podem ser derivados de uma presença única de certos agentes no mercado e na praça pública.

O alvorço teve início com uma total e incomum ausência de castanhas para o comércio. Por mais que a castanha fosse um alimento de importância inferior à do pão, se trata de um fruto calórico, proteico e que podia ser usado para massas de pão ou conservas. Enfim, era um alimento importante para a dieta coeva e, por isso, capaz de estar no centro de polêmicas situações do mercado da praça¹⁷¹. Este típico fruto das

¹⁷⁰ A designação é de Eduardo Freire de Oliveira. Não há informações sobre como ou se, naquela época, o evento recebeu um nome por parte da população ou das instituições.

¹⁷¹ Sobre a sua importância para a dieta da época, é ilustrativo o relato de Severim de Faria, durante uma viagem em que atravessava a Beira: "Pella menã depois de ouuida a missa partimos de Viseu para o Ladario que são tres legoas de caminho, parte de elle de serra aspera, porem mui pouoado de castanheiros de que por toda a Beira ha grande abundancia, no que proueo Nosso Sor cõ este fruto em lugar de paõ a esta terra, como tambem se mostra esta mesma prouidencia sua nas mais das partes onde ha falta de trigo em Europa, como entre outras

estações mais frias é também muito comum nas festas de início do outono, sobretudo a de São Martinho, em 11 de novembro, festa na qual as castanhas eram e são parte importante dos festejos. Isso contribuiu para que a total ausência de castanhas no mercado em 30 de outubro, quando era esperado encontrá-las no comércio e quando uma grande quantidade de pessoas já pretendia comprá-las, tenha levado a um estado de queixa geral.

O repentino sumiço do invernoso fruto mesmo já sendo 10 horas da manhã¹⁷² despertou a animosidade injuriosa da população e a preocupação dos oficiais da cidade que assistiam no Terreiro, os primeiros a investigar o assunto e que dali em diante só puderam se ocupar de encontrar as castanhas e acalmar o povo¹⁷³. Experimentados nas relações desta praça, os oficiais sabiam que a causa do sumiço não seria outra senão humana. Tão logo começaram a investigar, os procuradores encontraram quatro embarcações repletas de castanhas. E, numa situação como esta, não surpreende que as regateiras que atuavam na fulcral extensão urbana que ia do Terreiro do Paço à Ribeira e conheciam como poucos a região e as operações que ocorriam ali tenham sido as

partes, se ué na ribeira de Genoua, honde e aqui na Beira são as castanhas o comum mantimento das gentes e se quisermos considerar mais a congruencia que este mantimento tenha para soprir a falta de trigo acharemos a Mandioca do Brasil, o maís do nouo mundo e os milhos, batatas, e da Etiopia uem a ser quasi das mesmas qualidades que o trigo e castanhas e sempre o ordinario mantimento de que se faz o quilo uem a ser branco em toda a parte." SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria: 1604, 1609, 1625*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1974, p. 106.

¹⁷² A abertura das praças ao mercado se fazia às sete horas da manhã durante o verão e às oito horas no inverno, permanecendo aberto até as sete da noite e quatro da tarde, respectivamente. Os horários são para o Terreiro do Trigo, mas são aqui assumidos como referência para o funcionamento do mercado em geral. Cf. AML-AH. *Livro de Registo do Terreiro*, fl. 7.

¹⁷³ Pelos danos diretos que recebia o "povo", isto é, os mais pobres que dependiam ainda mais diretamente de um equilíbrio dos preços, aparece em diferentes comunicados da Câmara, do Rei (ou do governo do reino durante o período filipino), como no caso mencionado anteriormente sobre a compra de milho a ser repartido gratuitamente em um momento de "aperto". Para um acesso facilitado à referida troca de comunicações, cf. *Elementos...* Para um estudo da conflituosidade entre os governos municipais, central e populações e os assentistas que assumiam postura de atravessadores, durante a Restauração, cf. o detalhado estudo de BORGES, Emília Salvado. *A Guerra de Restauração no Baixo Alentejo (1640-1668)*, Lisboa: Edições Colibri, 2016. Uma expressão cômica do problema dos preços é o vicentino *Pranto de Maria Parda*, representado no século XVI e impresso no XVII, em 1619 e 1645, como se vê em BNP. F.R. 305. fls. 83-86. Ainda para uma repercussão, na literatura, dos juízos comuns sobre trabalhadores pícaros vistos como suspeitos, fúteis e gananciosos, cf. BNP. F.R. 305, *Trovas novamente feitas do Moleiro. Por tres authores muito graves em que contaõ canseiras, e trabalhos, que passou com seu querido Pelota*, fls. 71-74. Para uma análise sobre como os moleiros povoavam o imaginário popular, cf. THOMPSON - *A economia moral da multidão...* p. 63-64. Thompson ainda traz exemplos sobre a reputação dos comerciantes, sobretudo os que exportavam cereais, enriquecendo às custas da retirada de pão dos mercados, no contexto de consolidação da economia política liberal, cf. *Idem*, p. 113-122.

primeiras a serem questionadas pelos oficiais. Responsáveis pela revenda das mercadorias desembarcadas na Ribeira e ocupantes de um lugar privilegiado para a observação e intervenção no mercado, além de "naturalmente" suspeitas, tais mulheres logo despertaram o interesse daqueles que deviam pôr fim ao problema.

Segundo a informação que a Câmara enviou ao rei, a causa e os culpados eram evidentes. A fim de garantirem maiores lucros, as regateiras "de maiores cabedais" atravessaram (isto é, tomaram para si atravessando o caminho do produto até o mercado) todo o carregamento de castanhas que seguia para o Terreiro, mantendo-o sob seu controle em embarcações, antes que ele chegasse até o comércio público. Segundo a Câmara, o objetivo seria óbvio, toda a ação teria sido orientada com o fim de fazer o produto escassear justo quando o interesse e a demanda por ele eram altíssimos: "para venderem sem taxa, por preços exorbitantes, como costumavam fazer em semelhantes dias, e principalmente nas vésperas de festas"¹⁷⁴.

Se ainda imaginadas enquanto pessoas alheias ao trato político e social, causará algum espanto a frieza das regateiras quando interpeladas pela justiça do Terreiro. Para além do domínio do território e do notório conhecimento das regras, as mulheres demonstravam uma eloquente capacidade de articular tais conhecimentos às suas explicações. Ao serem questionadas por suas responsabilidades naquilo tudo que se passava, as vendedoras se valeram de um argumento da própria justiça: declararam que todo o carregamento ainda não havia sido inspecionado, que não havia sido retirada a dízima do rendeiro e que apenas por isso não o haviam posto à disposição do público, já como mercadoria. Aqui, embora seja prudente ponderar o interesse que pudessem ter em atravessar as castanhas para influenciar no aumento dos preços, convém ressaltar como também demonstraram conhecer e apresentar argumentos legítimos e não incriminatórios, uma operação bastante racional e possível apenas a quem não se mantivesse alheio (ou alienado) às regras do bom convívio.

Para além do domínio local por influência do modo como desempenhavam a sua presença no mercado, as regateiras eram agentes conectadas a uma ampla rede de outros agentes e pautada por diferentes interesses. Uma rede, aliás, que se estendia desde os produtores e transportadores das mercadorias que chegavam até as suas mãos e que

¹⁷⁴ *Elementos...* VI, p. 459. O destaque às de "maiores cabedais" se faz para, mais uma vez, pontuar as diferenças que podia haver dentro deste grupo profissional.

continuava até os responsáveis pela fiscalização do produto no mercado, quando era finalmente apresentado aos clientes. É através dessa complexa presença, pontuada por múltiplas relações, que se pode questionar a extensão do poder de influência e de ação das regateiras e outros comerciantes no mercado. Um poder, certamente, avesso ao institucional e que não se amparava em leis escritas, mas em uma complicada articulação de interesses e condutas que pudessem sustentar o privilegiado lugar que ocupavam no condicionamento do comércio e no desempenho de outros investimentos que tinham na cidade — como os observados pelo autor da relação poética que descreve a cidade¹⁷⁵.

Exatamente por isso, mesmo após a localização das castanhas e de identificadas as supostas responsáveis pelo alvoroço que se instalava e aumentava conforme não era resolvido, o caso não caminhou para uma solução rápida e capaz de aquietar os ânimos. Uma vez que não agiam sozinhas, vê-se que a má reputação das regateiras era maior do que as suas culpas. E a extensão de agentes que influenciavam o mercado é notada justo quando os procuradores acreditavam ter resolvido o problema e, com alguma esperança, pensavam que o burburinho e as alterações de ânimos populares chegariam ao seu fim.

Após as regateiras alegarem que o procedimento de quitação da dízima ainda não havia sido efetivado, os procuradores da cidade ordenaram que se chamasse o escrivão da fruta para que ele pudesse proceder ao registro do carregamento e à averiguação da parte a ser quitada. Nesta altura, quando uma eficaz e fiel colaboração entre os agentes institucionais poria fim ao problema, a situação se apresentou ainda mais dramática. Antônio de Miranda, o dito escrivão da fruta, após ser notificado pelo escrivão do meirinho para que procedesse com toda a urgência às devidas anotações, retirasse a dízima e aquietasse o alterado Terreiro, uma de suas principais obrigações, "virou as costas e se foi embora, dizendo que não queria, nem se mettia nisso"¹⁷⁶.

Os procuradores, que se encontravam cada vez mais pressionados pela população, cujas queixas cresciam "increpando aos ministros da camara o mau governo e disposição na provisão dos mantimentos"¹⁷⁷, só puderam insistir. Com a contínua irresolução e culpabilização dos agentes camarários pelo povo, estes tornaram a instar o dito escrivão ao cumprimento do seu ofício, ao que ele novamente respondeu não estar disponível, dessa vez por não ter consigo o seu almoxarife. A resposta começou a suscitar, nos

¹⁷⁵ Cf. BNP. F.R. 305, *Relaçam...* fl. 31.

¹⁷⁶ *Elementos...* VI, p. 459.

¹⁷⁷ *Elementos...* VI, p. 459 e 460.

procuradores, dúvidas quanto à idoneidade do oficial. Além disso, a urgência do assunto, já definida pela alteração da ordem, cobrava uma mobilização imediata dos oficiais responsáveis, de maneira que, além de dispensável e incomum, a exigência da presença do almoxarife se revestia de grande impertinência, e a sua pouca diligência com a urgência e necessidade públicas gerou novas suspeitas, agora contra o próprio escrivão da fruta.

Ainda confiantes no funcionamento protocolar da disponibilização das castanhas, os procuradores mandaram novo recado ao escrivão da fruta, novamente através do escrivão do meirinho, e deram ordem para que se iniciasse o desembarque das castanhas, depositando todo o carregamento sob a guarda dos oficiais, no local em que comumente se retirava a dízima. Desta vez, o recado enviado admoestava ao escrivão que "por bem do serviço publico, quizesse fazer sua obrigação"¹⁷⁸. À chegada deste recado, o almoxarife já se encontrava na casa do escrivão da fruta, entretanto, novamente, este se escusou.

Também por recado, Miranda fez o escrivão do meirinho avisar aos procuradores que o buscassem à tarde, já que todos os seus oficiais se encontravam em outras diligências, e que, por ser já quase meio dia, não poderia ir assistir junto ao rendeiro na avaliação da dízima que lhe cabia. Diante de tal resposta, o juízo dos procuradores se consolidou e passaram eles próprios a buscar uma solução para o alvoroço, ainda que fora dos protocolos de procedimento. As resistências e indisponibilidades alegadas fizeram com que mais agentes camarários tomassem parte na questão, enquanto regateiras e outros envolvidos não agiam de modo a encurtar a crise. E, impacientes e hostilizados, passaram eles próprios a cuidar do provimento da castanha por entenderem que de outra forma isso não seria possível. Caso não o fizessem, as tentativas de obtenção de vantagens particulares às custas do prejuízo público seriam bem-sucedidas, assim como justificadas as queixas sobre a ineficácia dos agentes camarários¹⁷⁹.

¹⁷⁸ *Elementos...* VI, p. 460.

¹⁷⁹ Após informar a nova recusa do escrivão da fruta, o relato da Câmara informa: "Com esta resolução, e entendida por todos a causa d'ella, ordenaram os procuradores da cidade que a dízima, em primeiro logar, ficasse depositada, para se entregar a quem pertecia, e que a mais se dividisse em taboleiros pela Ribeira, para se repartir ao povo e se lhe dar, como convinha, o aviamento necessario; porque a gente acodiu a cada um dos taboleiros era tanta, que se occasionavam pendencias e perturbações sobre os procuradores da cidade, almotacés e mais officiaes da almotaçaria, para n'esta forma, se dar melhor aviamento ao povo". *Elementos...* VI, p. 460.

A esta altura, quando já outros oficiais auxiliavam na repartição dos tabuleiros, algo feito com grande confusão, apareceu o escrivão omissso trazendo consigo, em esdrúxula imagem, seu pai e sua espada. Afirmava ele que não era correto que se lhes dessem ordens por recados. A perturbação do povo era acrescida pelo descontrolado agente público que acabou por ser preso, único momento de todo o alvoroço no qual se alega terem os oficiais da cidade conseguido dar satisfações ao irritado público — uma aprovação popular que, para os procuradores da Câmara, já parecia ser mais importante do que as próprias castanhas¹⁸⁰.

Infelizmente, este foi o único relato do ocorrido que pôde ser localizado. Segundo a Câmara, sua autora, todo este constrangimento se instalou por uma articulação de interesses particulares pouco ou nada preocupados com o bem comum, uma situação que entendiam ser recorrente:

Os contratadores e rendeiros, que não tratam mais que de acrescentar suas fazendas por todas as vias que podem, tão prejudiciais ao serviço de Deus, do bem commum e do serviço de V. Mag^{de}, como a experiencia tem mostrado, necessitam (...) de uma grande reformação e castigo no procedimento de que usam na administração de seus contratos.

Este rendeiro da fructa se presume, e com grande certeza, que atravessando de parceria com as regateiras os mantimentos para á sombra de sua dizima os vender sem taxa, por preços excessivos, é um verdugo escandaloso d'este povo; e d'esta queixa e presumpção não está isento o escrivão da fructa, Antonio de Miranda, porque tambem se entende que elle e seu pae entram com alguma parte no mesmo contrato, e poderá esta ser a causa porque, unidos com as regateiras, ponham tantas vezes em cêrco esta cidade, fazendo estanque dos mantimentos¹⁸¹

Para além da metáfora do cerco, bastante ilustrativa do aperto que se percebia no Terreiro, o que chama a atenção neste caso é a quantidade de informações que auxiliam na identificação dos grupos, suas formas de procedimento e caracterização social. Se é verdade que cada fato contém suas circunstâncias próprias, o episódio acima é representativo de algo que se verifica em uma grande variedade de eventos que tomam

¹⁸⁰ "E porque no serviço de V. Mag^{de}, principalmente em ocasiões semelhantes, com ajuntamento do povo, não procedem como devem os ministros que não evitam toda a causa de desavenças e perturbações, ainda que sejam com algum detrimento do respeito que se lhes deve, os procuradores da cidade, vendo que o dito Antonio de Miranda empunhava a espada contra elles, e que o povo movido e irritado de tão grande semrazão, entendendo que convinha ao serviço de V. Mag^{de} escusar o damno que podia resultar d'este excesso tão grande, usaram do meio mais suave que podia haver, que foi mandal-o (sic) preso á cadeia; e n'esta fôrma se deu satisfação ao escandalo que o povo tinha recebido, e se foi continuando com a repartição do mantimento." *Elementos...* VI, p. 461.

¹⁸¹ *Elementos...* VI, p. 460 e 461.

por palco a praça e seus agentes mais cotidianos. Deste modo, a variedade de formas e capacidades de agir que formam um *lugar* como o aqui considerado pode ser contraposta aos juízos mais simples e imediatos sobre o seu cotidiano.

O mercado despontava, assim, como um produto de tensões que o tornam capaz de ser questionado como algo que poderia seguir uma dinâmica diferente daquela estipulada pelo sistema político e capaz de acontecimentos e desfechos imprevisíveis. E, além das querelas protagonizadas pelas forças até agora apresentadas, ainda faltam ser consideradas as muitas denúncias contra poderosos atravessadores, entre os quais nobres e pessoas bem posicionadas (ou integradas, para o caso de se preferir o termo escolhido por Maravall quando iniciou a sua exposição sobre o problema da picaresca) que causavam grande impacto no dia a dia da praça. Pessoas, inclusive, que podiam ter parte em situações semelhantes à que vem sendo descrita e que, embora tivessem o seu poder de influência publicamente conhecido, permaneciam relativamente não reveladas. Deste modo, mesmo sendo apenas uma parte do suposto conluio apresentado acima, era contra as pessoas mais "baixas" que recaía toda a fama que tornava prudente e justificável a adoção de medidas e comportamentos capazes de prevenir as perdas pessoais ou alvoroços públicos, como o das castanhas, constantemente atribuídos a tais gentes. Isto é, era sobre elas que pairava uma contínua desconfiança que devia ser mantida em relação a certos grupos sociais: a prevenção que se devia ter contra o "vulgo".

Por isso mesmo, as ações desempenhadas neste mercado devem ser compreendidas de uma maneira diferente da forma como se interpreta o funcionamento das instituições, comprometidas com outras regras e lógicas. Do contrário, o potencial de problematização das práticas criminosas sempre encontrará fim na lógica de interpretação institucional ou normativa das mesmas práticas, que encerra o crime no seu caráter ilícito e sem maiores interesses sociológicos. O crime, sobretudo quando recorrente e elemento capaz de corresponder ao cotidiano de um comércio como este, não deixa de ser portador de importantes elementos sobre a própria cultura jurídica. Não aquela estipulada ou praticada por tradição, mas uma cultura jurídica segundo a qual há uma "normalidade" na convivência com um modo ilegítimo de se operar as mais rotineiras práticas comerciais da vida diária.

Afinal, este era um mercado que tinha a ilegalidade e o desafio à lei como algumas de suas características mais comentadas, o que revela mais do que as dificuldades do poder instituído de fazer valer a sua vontade. A literatura e os registros que informam a

respeito da polêmica reprodução diária das práticas comerciais mais corriqueiras indicam que além da pública desaprovação ao comportamento dos pícaros, também havia um estabelecido convívio com a ilegalidade e isso, assim como as diferentes opiniões sobre os interesses e a (in)eficácia de alguns oficiais camarários, agentes responsáveis pela regulação e fiscalização da praça, não deixa de ser expressivo de uma cultura jurídica popular, ainda que às avessas — se a lei é expressão de uma cultura desta natureza, o seu desrespeito contínuo (inclusive por agentes das instituições) é também revelador de uma indiferença a uma ideia de justiça e de uma aceitação, mesmo que contrariada, de que tais "regras" eram as que determinavam como certos itens poderiam ser comprados¹⁸². Uma observação que deriva, portanto, da relação entre as fontes de diferentes naturezas, seus contextos de produção e as situações abordadas por elas, uma relação que evidencia a capacidade de serem estabelecidas, naquele *lugar*, condutas e regras informais que, em algumas situações, definiam o dia a dia da vida com mais força do que as formais.

Ainda assim, nem as regateiras, nem as praças onde se encontrava a maior parte do comércio podem ser questionadas apenas pela prática de atos criminosos. Na verdade, limitá-los a tal escopo de interrogações seria manter uma ideia de "vulgo" sem a devida crítica às contingências que a formaram, como se tem feito. Um anacronismo seguidamente perpetuado, uma vez que é mantida uma caracterização do povo que atende não ao modo como ele poderia agir, mas ao modo como esta mesma parte do povo era interpretada por outra. Se o crime ou o comércio praticado às margens do previsto eram, de fato, situações comuns, generalizá-los é assumir uma posição desatenta de concordância com os juízos que investia o mercado e seus agentes de estereótipos bastante limitadores. Por isso mesmo, convém perceber como neste *lugar* também havia espaço para outras formas de interação entre os representantes destes ofícios suspeitos e as instituições.

Inclusive, procedimentos importantes para a adequação das práticas cotidianas à norma, como as devassas abertas para averiguar a regatia, podem e devem ser consideradas não por seus objetivos, mas por suas repercussões. Pois, se por um lado estas inquirições especiais tinham o objetivo de sanar a praça das práticas imorais e

¹⁸² Representativa disto é a lembrança a modo de advertência que a Câmara fez ao rei de que: "lei que se não ha de guardar, melhor é não se fazer, porque se perdeu o respeito para as outras." *Elementos...* V, p. 330. A lembrança é feita quando o rei buscava meio de coibir o comércio fechado de trigo e está referida mais detalhadamente mais acima, na nota 151.

criminosas atribuídas a oficiais e comerciantes grandes e pequenos (como eram os do regateio), diferentes casos se revestiram de mais gravosas atitudes do que aquelas que deviam ser averiguadas. Por isso, devem ser adotados como elemento de consideração juízos populares sobre estes procedimentos que, em grande parte, eram abertos para averiguar os crimes supostamente cometidos por aqueles que o senso comum apontava como mais prováveis criminosos.

Tais juízos importam por dois motivos principais. Primeiro, por apresentarem um modo como as classes populares percebiam e criticavam as instituições com argumentos bem estruturados. Segundo, por explicitarem como a estética do pícaro e a direção dos procedimentos institucionais muitas vezes se recuperavam entre si. Isto é, antes de serem resposta às situações que as exigiam, as devassas também podiam representar uma aplicação da norma profundamente contaminada por este senso comum — situação à qual reagiam de modo crítico e formal os mais afetados por ela. E, posto que a reação era formal, o faziam pelas vias mais apropriadas e oficialmente previstas. Tudo ao avesso do que se espera de pessoas incapazes de agir da maneira prevista pelas regras do convívio político e urbano.

Em resumo, neste modo de interação com as instituições operado desde "baixo" e não de "cima", o que se verifica é uma capacidade de avaliar e criticar as situações, formar juízos e apresentar formalmente as razões alcançadas em tal avaliação crítica e racional da realidade. Um modo oficialmente previsto de interação com o cotidiano político da cidade e que atesta que não era só o crime que levava as pessoas de pior reputação da urbe a lidar com as instituições. A opção por tal abordagem não é, de modo algum, o de apagar elementos que se atribuam ao "vulgo" ou que contribuam para esta sua qualificação, mas de torná-la mais adequada à complexidade que merecem — inclusive, lembrando que tais imagens são também um elemento historicamente criado, contingenciado e problematizável. Isto é, antes de retirar a qualificação de parte da população como gente "vulgar", o que mais convém é perceber o sentido desta qualificação e a sua repercussão para uma despolitização destas pessoas.

Se os grupos sociais e laborais abarcados pela imagem do pícaro podiam praticar — e praticavam — crimes para obter vantagens, neles também reside uma sorte de juízos sobre a vida cotidiana que atesta como o modo pelo qual interagem com a cidade não era

apenas o do antagonismo violento¹⁸³. Muitas vezes, tais juízos expressam justamente uma recepção da realidade que apresenta o oposto disso, o oposto do senso comum a seu respeito. Assim, apesar de todo o entendimento que se tinha do caráter picaresco destas atividades, um grande número de denúncias contra o viés injusto e abusivo dos próprios procedimentos de averiguação e imposição da justiça era apresentado pelas vias formais. Aliás, vale lembrar que, no alvoroço apresentado acima, foi um escrivão o único detido. Por fim, tais modos de interação apresentam uma cultura política que, mesmo exterior às instituições e reproduzidas por sujeitos classificados como "desviados", era também a de pessoas que, de algum modo, estavam integradas aos modos oficiais de *agir*.

A maneira mais usual para os trabalhadores apresentarem suas demandas era através dos homens do povo que desempenhavam funções camarárias (especialmente o juiz e o procurador do povo), eleitos para tais fins pelas bandeiras dos ofícios, na Casa dos Vinte e Quatro. Também aqui, as denúncias contra as más condutas de outros agentes a serviço da Câmara eram uma das principais formas de protesto. As devassas da regatia — ou outras devassas que surgissem para averiguar o bom ou mau andamento das atividades da praça — eram constantemente denunciadas pelos homens do povo por seus malefícios e pouca eficácia. Não raro, antes de terem seu potencial benéfico reconhecido, as devassas eram apresentadas pelo seu poder de agravo prejudicial sobretudo aos pobres, enquanto era incapaz de alcançar grandes e poderosos que seriam os que mais interferência podiam causar no mercado.

Em 1653, por exemplo, a Câmara enviou uma longa comunicação a respeito da devassa da regatia e nela apresentou um argumento nada inédito quanto ao que as devassas conseguiam, de fato, alcançar:

e porque n'esta devassa só são comprehendidos os miseraveis do povo, e os ministros e pessoas poderosas que atravessam muitos vinhos para venderem em suas casas, por mais dos preços arbitrados no senado, e vendem o trigo em sua casa por maior preço do que no Terreiro, contra as posturas do senado, por que contra estes, nem as testemunhas os

¹⁸³ Maravall considera que o engano e a burla, principais armas da violência dos pícaros, se explica no "mundo insolidario de la picaresca, del pícaro con los demás individuos que pueden perteneder, y de hecho pertenencen, a muy diferentes niveles de la estratificación social". Para Maravall, a violência do pícaro é a expressão de um antagonismo pelo qual já surgem individualidade e uma competição social cotidiana. Para o modo como o historiador compreende as relações de antagonismo do mundo do pícaro como "La lucha de «cada uno contra cada uno», cf. MARAVALL - *La literatura picaresca...* p. 620-623. A citação foi extraída da p. 622.

culpam, nem os ministros inferiores procedem contra elles com o temor da vingança que depois d'elles tomam.¹⁸⁴

O parecer não significava, entretanto, um consenso sobre o assunto. O tema das devassas da regatia gerava vincados dissensos entre vereadores e procuradores dos mesteres, sendo os primeiros divididos em opiniões e os últimos quase sempre favoráveis à suspensão imediata das devassas. Em geral, alegavam uns o quão mais caros custavam os alimentos vendidos por intermediários, enquanto outros chamavam a atenção para o fato de que tais procedimentos ocorriam quase sempre da forma como foi citado acima. E, neste caso, como em outros, o rei seguiu o parecer daqueles que defendiam com vigor a permanência das devassas sem atender aos pedidos da Câmara e do povo¹⁸⁵.

Em 1656, novamente os representantes do Povo na Câmara, juiz e procurador dele, denunciavam o malefício da devassa geral, agora pelo modo como o escrivão do crime abandonava a prudência na aplicação da justiça. Para os representantes camarários do Povo, no caso considerado, o maior problema que verificavam na praça não era o modo como o comércio era operado, mas, sim, aquele pelo qual a justiça era praticada pelo dito escrivão: "porque leva sómente o olho no seu interesse e não em castigo nem remedio para se não commetterem delictos"¹⁸⁶. A saber, reclamavam do modo como o escrivão "fabricava" testemunhas, agindo autoritária e falsamente, para que pudesse lucrar com os culpados que convenientemente produzia¹⁸⁷. Uma situação recorrente que

¹⁸⁴ *Elementos...* V, p. 456. Em 1697, inclusive, a Câmara de Lisboa pedia a derrogação de títulos das Ordenações para que se pudesse aplicar penas sobre as mulheres que, vendendo por mais do que o estabelecido nas taxas, ficavam impedidas de serem punidas por serem amas de fidalgos. O pedido, entretanto, era sintomaticamente feito com o intuito de poder punir as mulheres e não a fim de alcançar seus amos. *Elementos...* IX, p. 460-464.

¹⁸⁵ Após ponderar sobre as devassas, o rei resolveu que tudo devia seguir segundo parecia ao vereador Francisco de Valladares Sotto Maior, cuja opinião era a de que era "contra toda a razão política e de direito haver-se de pedir a V. Mag.^{de} que, por qualquer breve tempo" se dilatasse o cumprimento do alvará que renovava as devassas trimestrais. Isto porque: "o juiz do povo e seus companheiro, a juizo d'elle vereador, contravieram sua obrigação, requerendo contra o mesmo povo, em cujo beneficio deviam requerer, o qual era molestado e destruido com regatões e atravessadores de mantimentos e mais cousas necessarias ao mesmo povo, que com a ambição e excessivo preço da cobiça dos dittos atravessadores o attenuam, empobrecem e impossibilitam á contribuição das imposições e tributos precisamente necessarios para a nossa defensão (...) e as manufacturas e jornaes tem crescido com tanto excesso, que não ha hoje official que, estando o reino exausto, não esteja mais rico do que nunca fôram seus avós" *Elementos...* V, p. 455.

¹⁸⁶ *Elementos...* V, p. 599.

¹⁸⁷ Entre os grupos profissionais citados como injustamente afetados pelas devassas, se encontram: "officiaes dos livreiros, luveiros, corrieiros, sapateiros e outras muitas pessoas que usam de seus officios, tratos e maneios, que compram por grosso e vendem pelo miudo aos mais pobres, que não pôdem comprar grandes partidas, que todos por suas negociações pagam

esvaziava de eficácia e legitimidade as devassas, uma vez que: "nem com ellas ficam os culpados castigados nem o povo remediado"¹⁸⁸.

Algo que também não escapou ao autor do *Auto das Padeyras*, publicado cerca de vinte anos antes desta queixa contra as devassas, para quem a corrupção dos oficiais e ministros era tão grave quanto o atravessamento de trigo, vinho e outros víveres indispensáveis (vedados à prática da regatia e que, portanto, podiam ser mais convenientemente devassados¹⁸⁹). Agravava a situação o custo das gentes com a justiça e o pouco benefício para a cidade que resultava da ação suspeita e interessada dos escrivães e seus meirinhos. As queixas diante dos excessos cometidos contra os devassados era a principal, sendo eles próprios a razão das condenações e, por isso, nas décadas de 1630 e na de 1650, foram costumeiros os pedidos que se suspendessem as devassas¹⁹⁰.

A relação entre o contexto da denúncia acima, feita em 1656, e o dos anos próximos ao da publicação do *Auto*, em 1636, fica apresentada na própria denúncia feita pelo juiz do povo e pela Casa dos Vinte e Quatro:

por estas tyrannias, em o anno de 1634, escreveu o juiz do povo e Casa dos Vinte e Quatro a el-rei de Castella, representando-lhe o sobredito prejuizo que este povo recebia nas devassas, e nas custas e vexações com que o escrivão d'ellas procedia, como hoje faz este tyranno, e n'esta consideração houve por bem el-rei extinguir as ditas devassas, tomando informações d'este senado.¹⁹¹

direitos e sizas e maneios a S. Mag.^{dc}, estando sujeitos ás mesmas posturas da cidade." Idem, V, p. 596. Este último grupo identificado é exatamente o das regateiras e regatões.

¹⁸⁸ Idem, p. 595.

¹⁸⁹ Na representação do juiz do povo e da Casa dos Vinte e Quatro, era reconhecido que as devassas seriam convenientes nestes casos, por serem o "trigo, vinho e azeite, carvão e caça, que são as cousas que mais prejudicam ao povo" Idem, p. 595-596. Os demais casos de excessos deviam ser corrigidos pelas vias rotineiras previstas, como a almotaçaria.

¹⁹⁰ "Aponta o juiz do povo e Casa dos Vinte e Quatro que ha muitos annos, assim ao senado como a S. Mag.^{dc}, lhes faça mercê de tirar tão grande vexação (...) que não servem mais que de consumir e abraçar este miseravel povo." A mesma consulta que apresenta esta informação ainda afirma a melhor execução da justiça pelas posturas e oficiais já existentes para o efeito, sem a necessidade deste procedimento, pois castigavam: "assim as travessias como o passar as taxas, conforme as posturas ordenam, condemnando-as nas penas convenientes aos cabedaes de cada um, dando appellação e agravo das ditas condemnações ao senado, em que as partes são ouvidas em uma e outra instancia, o que se não faz nas devassas geraes, porque não têm mais que uma instancia, sem ter recurso, pronunciando-se á revelia sem a parte ser ouvida, com duas testemunhas que o escrivão traz d'algibeira, que é notorio, e provarão que muitas vezes juraram cousas que não viam, e nem as mesmas pessoas contra quem deram seus juramentos".

Elementos... V, p. 595 e 596.

¹⁹¹ *Elementos...* V, p. 597.

Chamam a atenção o vocabulário empregado e a situação aludida. Se, em 1634, o rei castelhano soube reconhecer a opressão dos povos, as "tyrannias" praticada por um oficial da justiça, em 1656, uma queixa dos representantes do Povo não poderia ser ignorada. Afinal, opressão, pobreza e tirania estavam nas bases da própria ação que justificava aqueles anos de guerra, e o governo do reino não poderia ser indiferente ao que se passava com os pobres portugueses — ainda mais se oprimidos por um oficial da justiça, acusado de fabricar testemunhas e aumentar sua fazenda com acusações injustas¹⁹². E, apesar dos riscos deste comércio, a Câmara defendia a sua manutenção: "Este povo, senhor, não se póde sustentar sem pessoas que comprem pelo grosso, e outras a elles para o venderem pelo miudo. Isto não é regatia, como apontam em suas razões o juiz do povo e Casa dos Vinte e Quatro."¹⁹³

É possível admitir que a solidariedade da Câmara também se devesse pelo fato de que as devassas compreendiam também outros mercadores que não apenas as regateiras, mas o fato é que este comércio já era indispensável. A própria Câmara afirmou em diferentes situações argumentos semelhantes ao de que: "é necessario quem compre por grosso para vender pelo miudo aos mais pobres (...) que sem a negociação e os tratos mal se póde conservar esta republica" e por isso insistia que apenas nos mantimentos vedados ao regateio ficassem reservadas as devassas¹⁹⁴. Por outro lado, mesmo que outros comerciantes menos picarescos pudessem ser compreendidos nelas, o seu efeito era geral e afetava fortemente os que vendiam alimentos na praça.

Aqui, o fato destes comerciantes serem os principais e mais repudiados suspeitos da cidade já fica confirmado tanto pela análise das fontes literárias como pela das oficiais. Quanto a estas, isto se infere, por exemplo, do modo como, em 1656, o rei passou um alvará exigindo castigos aos que atravessavam mantimentos, mas que afetava apenas os mais pobres levando a Câmara a se posicionar a favor deles e de suas atividades¹⁹⁵. Já

¹⁹² Na consulta, a Câmara afirmava que as devassas, tiradas a cada três meses, produziam sempre os mesmos culpados e que sua concordância para a suspensão delas tinha como "principal fundamento (...) que o escrivão, com testemunhas certas, culpa os homens sem darem nenhuma razão de seu dito, nem declararem o logar em que commetteram o delicto para se as partes se livrarem" Idem, p. 600.

¹⁹³ Idem.

¹⁹⁴ Idem, p. 598.

¹⁹⁵ Renovando a imposição das devassas por mais um ano, o rei fez saber que estava: "informado do grande excesso que ha no atravessar dos mantimentos que veem para esta cidade de Lisboa, por cuja causa cobem, e os usuaes, a excessivos preços que ha nas taxas e posturas da mesma cidade, tudo em prejuizo dos meus vassallos (...) hei por bem e me praz que os atravessadores de

nas fontes não oficiais, a suspeição e a confirmação dos estereótipos e papéis sociais dos trabalhadores pícaros são evidenciados pela forma como o *lugar* que eles ocupavam (e criavam) foi descrito por João Brandão, Nicolau de Oliveira, pelo autor da descrição poética da cidade e também pelos autores de textos como o *Auto das padeyras*. Enfim, os dois grupos de fontes mantêm uma íntima relação com a sociedade descrita nas literaturas picarescas e as tensões e alteridades reveladas por elas.

Contudo, no caso da análise do alvará, ainda é preciso alargar sua leitura para as respostas que ele (e outros despachos semelhantes) receberam e que podiam ser a favor ou contra. A polêmica, que ganhou forma com a troca de opiniões dos agentes institucionais, revela a diversidade de entendimentos que, dentro da própria Câmara, havia sobre este tipo de comércio — sendo a mesma diversidade contingenciada pelos "papéis" desempenhados por cada agente dentro do governo da cidade, determinados por suas trajetórias pessoais. Quanto a isto, é possível, por exemplo, perceber como os vereadores e procuradores do povo acessavam aspectos diferentes do cotidiano para construir seus argumentos — desde a rejeição ao comércio por intermediários à defesa de sua necessidade, como já foi apresentado acima.

Passando aos comentários, o alvará em questão, de 29 de maio de 1656, foi logo respondido por um memorial que o juiz do povo e a Casa dos Vinte e Quatro enviaram ao rei, intercedendo pelo povo e pedindo o encerramento das devassas que tanto prejudicavam uma das mais importantes atividades econômicas da cidade: o seu comércio¹⁹⁶. Duas questões importantes são observadas na crítica às devassas, como as feitas através deste e dos muitos outros memoriais e petições apresentadas sobre o tema. A primeira, e que ajuda a entender o posicionamento final da Câmara, bastante pragmático, respondendo contrariamente aos seus vereadores que maior oposição faziam ao comércio que as regateiras e regatões operavam, deixa evidente a importância do comércio "miúdo" para a vida diária; a segunda, revela como no discurso político da

mantimentos, os que excederem nas taxas e os que venderem por pesos ou medidas falsas ou viciadas, sejam condemnados a açoutes; e a pena de dinheiro n'estes casos será só para os acusadores" Idem, p. 592. Tal insistência nos mantimentos e nas medidas lembra, inclusive, o cuidadoso modo como a Câmara proibia que medideiras mudassem de arcos nos quais serviam ou a exigência de que os tabuleiros usados fossem apenas os oferecidos pela Câmara. Cf. AML-AH, *Livro de Registo do Terreiro...* Ainda, a reversão da pena do dinheiro para os acusadores reforça as suspeitas apresentadas pela Câmara de aproveitamento da situação pelos escrivães que vinham com testemunhas certas e que lucravam com as devassas.

¹⁹⁶ Trata-se de um dos memoriais aqui já citados. Cf. *Elementos...* V, p. 593-595.

Restauração, inclusive o praticado pelo estado do Povo dentro das instituições, a lembrança do período filipino servia como argumento para criticar as ações do próprio governo português de Portugal — por exemplo, pela alusão ao ano de 1634 e ao modo como Filipe IV (que nas mesmas lembranças figura como o maior tirano de Portugal) soube ser mais razoável e benevolente. Em tais situações (como em outras já apresentadas e por apresentar) o debate político que ocorria dentro da Câmara sobre a praça, em interação com o rei, não excluiu a participação dos próprios trabalhadores que procuravam o governo da cidade para apresentar os malefícios que entendiam receber e derivar de determinadas opções políticas para a regulação do que acontecia nela.

Em 1669, uma petição protocolada por Maria Rodrigues Barbosa "viuva, de idade de mais de setenta annos (...) presa no tronco ha mais de trez mezes", acusada de atravessar galinhas, levou a Câmara a discutir o tema das devassas mais uma vez. E, apoiando o parecer do juiz do povo, sugeriu a D. Pedro II que as suspendesse porque a experiência mostrava que das devassas: "se não póde tirar conveniencia alguma, de que resulte o effeito em utilidade do bem commum, mas antes, pelo contrário, embaraço á republica, queixas multiplicadas e ocasiões a desordens"¹⁹⁷. Na mesma comunicação, o juiz do povo pediu que a suspensão fosse feita definitivamente e lembrou que a provisão que impôs as devassas gerais da regatia era uma novidade castelhana e desnecessária, visto que já havia dispositivos legais suficientes para proceder contra os casos que contrariassem as posturas. O mesmo juiz ainda fez questão de referir que, mesmo durante os complicados anos dos Filipes, amplamente denunciados como tempos tirânicos e autoritários, foi possível alcançar tal entendimento e as devassas ficaram suspensas por dezoito annos¹⁹⁸.

Tais atritos e lembranças dizem sobre mais assuntos delicados do que apenas as opressões e tiranias, como eram os juízos trocados acerca das jurisdições — deixando

¹⁹⁷ *Elementos...* VII, p. 174 e 175. Para todo o caso, considerando a consulta da Câmara e a representação da Casa dos Vinte e Quatro, cf. *Idem*, p. 170-178.

¹⁹⁸ No pedido representado pelos Vinte e Quatro, lê-se: "Sendo presentes a el-rei de Castella as insolencias com que procedia o escrivão d'estas devassas, a queixa geral do povo e que nenhuma utilidade se considerava no exercicio d'ellas, mandou parar e pôr silencio n'esta materia, e de todo extinguiu o officio do escrivão, que foi creado para continuar com esta occupação. Esta suspensão durou por espaço de dezoito annos, e no fim d'elles (...) se tornou a continuar com ellas, com grande cautella e sem nenhum estrondo nos primeiros annos (...). Foi muito limitada a duração d'esta indutria, porque em poucos annos começou o povo a padecer as mesmas, e com maior excesso as injustiças e desordens do escrivão que succedeu n'este officio." *Elementos...* VII, p. 176 e 177.

ainda mais sensíveis as lembranças sobre o modo como a questão foi resolvida antes da Restauração. Relativamente ao contexto filipino e à importância das lembranças que havia dele, é preciso considerar o progressivo desgaste entre a jurisdição local e o poder central, e os impactos que podiam causar na praça. Em 1634, após receber queixas e informações de que comerciantes de itens variados estavam a ser molestados por um agente régio, a cidade mandou seu procurador Thomé de Azevedo averiguar o caso com maior precisão. A Câmara informou que Azevedo constatou que, no Terreiro do Paço, "algumas pessoas confidentes e aprovadas pela camara, a que chamam guarda-fatos, que têm a seu cargo guarda-lo, com cavalgadas que vêm do termo desta cidade com fructa e mantimentos" prestavam um serviço importante para a cidade, pois permitia que os que chegavam até ela andassem livremente e com maior comodidade, de modo que eram estes guarda-fatos pagos pelo seu trabalho e, posto que providos regularmente, também pagavam as taxas previstas à câmara. Também ali, trabalhavam "algumas mulheres" que vendiam "agua e fructas do tempo, e outras cousas necessarias para os que passam (...) e pela licença de venderem ao povo pagam estas pessoas dois tostões de pensão á cidade, em cada um anno"¹⁹⁹.

Estes trabalhadores queixavam-se dizendo que estavam sendo assediados por um agente do rei sem jurisdição sobre este comércio. Não bastasse o assédio, o provedor do rei ainda afirmou que a licença e pensão cobradas pela cidade eram dispensadas e, havendo resistência de algumas das mulheres, mandou prender as que não se ajustaram às suas demandas. Para a cidade, este era um claro episódio de abuso particular do poder, afirmando em seu apelo ao governo para que se atentasse bem ao que o povo reclamava ao procurar o amparo da Câmara, entendendo que "não é justo que, pelo interesse de um particular, se moleste o povo"²⁰⁰. É curioso notar como neste caso não há menção, por parte da cidade, de opiniões contrárias a este tipo de comércio. Os atritos e as tensões que, progressivamente, opuseram o governo da cidade ao do reino, começavam a repercutir intensamente na praça.

A estes esbarrões das jurisdições que chegavam até a praça, souberam responder os seus trabalhadores. E, segundo a Câmara, o fizeram tanto pelo aproveitamento da situação para melhorarem suas burlas quanto para poderem argumentar em defesa

¹⁹⁹ *Elementos...* IV, p. 10 e 11.

²⁰⁰ *Idem*.

própria, aproveitando-se do "crescimento" imprevisto de certas jurisdições. Em 1632, a Câmara escreveu a Madri dando notícia de que um regatão que apelava na justiça contra uma sentença a qual havia sido condenado por atravessar açúcar, após ser denunciado na almotaçaria por confeitores da cidade que se diziam molestados pelo modo como o regatão agia. Convém notar que a apelação partiu por conta própria de António Dias Ximenes, o regatão acusado e condenado, que recorreu ao Desembargo do Paço, obtendo assim sua absolvição. A Câmara, por sua vez, também apelou — no caso, ao governo do reino — pedindo que fossem respeitadas a sua jurisdição e as posturas da cidade, que vinham costumadamente sendo ultrapassadas e ignoradas pelo Desembargo do Paço que, segundo os vereadores: "tem (...) adquirido tanta jurisdição contra as sentenças, que se dão n'este tribunal". A resolução da disputa de jurisdições se deu com o parecer favorável do governador, que concordou com o julgamento da cidade²⁰¹.

A regatia era uma atividade de intermediários, pessoas que se posicionavam entre as que abasteciam a praça e os clientes. Isso colocava seus praticantes numa posição de medição entre os interesses de ambos os lados, algo feito vantajosamente. Podiam, por exemplo, exercer o controle sobre o comércio do peixe e outros alimentos participando do condicionamento de seus preços. Se tal operação demandava das regateiras e regatões um acompanhamento de proximidade tanto da quantidade e qualidade do produto como do interesse por ele no mercado, também era importante que soubessem lidar com outra sorte de contingências.

Uma destas era o aproveitamento que faziam de certas prerrogativas, de forma que, mesmo em situações em que agiam corretamente, continuavam a ser tratados como suspeitos. Era exatamente este lugar de intermediários que também despertava a atenção da cidade sobre eles. Mesmo nas situações em que as alegações que prestavam eram corretas, o esperado (pelos almotacés e juizes do Terreiro) era que suas razões fossem "capas" através das quais dissimulavam e costumavam "illudir as penas da almotaçaria"²⁰². Este senso comum a seu respeito acabava por dar aos almotacés a confiança de não aceitarem a sua palavra sem antes instarem a repetir as suas razões por muitas vezes, o que contribuía para que o contato entre ambas as partes fosse geralmente áspero. E tudo isso, nos casos acima, acabou por aumentar se desdobrar em outros

²⁰¹ *Elementos...* III, p. 518-520.

²⁰² *Elementos...* III, p. 482.

problemas, como o dificultoso convívio das jurisdições e oficiais das diferentes esferas da administração da cidade e do reino.

Numa destas situações, a Câmara questionou o modo como um almotacé foi tratado pelo Conselho da Fazenda, que o "tratou com toda a aspereza de palavras (...) e tornando com a vara lh'a tiraram e mandaram que não servisse mais." No centro da polémica, estava a falta de confiança do almotacé na palavra de uma regateira que não lhe deu o peixe que havia pedido por dizer que "era peixe de V. Mag.^{de}". Aqui, os atritos entre as jurisdições (que se enfrentavam aos olhos das próprias regateiras) acabou por motivar a prisão do almotacé pelos excessos que teria cometido até que fosse solto por ordem do rei, a fim de recompor a ordem e a harmonia entre os governos da cidade e do reino. Para a Câmara, o seu oficial fez bem em desconfiar da razão apresentada, pois, mesmo sendo verdade, "porque é ordinario tomarem as regateiras esta capa para, com o nome de peixe de V. Mag.^{de}, venderem todo o que querem sem dependencia d'almoçaria". O Presidente da Câmara pedia que o rei confirmasse os privilégios da Câmara na questão e que fosse respeitada a sua jurisdição, sendo atendido nesta demanda. Mas a situação não foi a última na qual os conflitos e a animosidade de oficiais da cidade e do reino aproveitavam assuntos da praça para eclodir²⁰³.

Em 1638, novamente reclamando sobre a prisão de um ministro inferior pelo Conselho da Fazenda, a Câmara expunha ao rei o caso de um escrivão da saúde acusado de não respeitar a prerrogativa do provedor-mor na aplicação de restrições ao comércio de gêneros impróprios ao consumo. No caso, deixava ainda mais espantados os vereadores o fato de que se tratavam de alimentos estragados, cuja retirada do comércio era mais urgente para o bem público do que qualquer outra coisa. Além disso, a Câmara estranhava o excesso cometido pelo Conselho, uma vez que competia aos ministros inferiores (isto é, inferiores aos do reino, mas com prerrogativas próprias) a

²⁰³ *Elementos...* III, p. 482-483. O assunto desta consulta, embora passasse pelo contato entre almotacés e comerciantes daquela praça, acabou por se desdobrar principalmente a respeito da relação entre as diferentes jurisdições e seus tribunais, durante as complicadas décadas que acabaram por ser as finais do governo castelhano de Portugal. Cf. *Elementos...* III, p. 482-487. Tais atritos certamente não se limitaram aos anos da União Ibérica, como atestam muitos outros assuntos apresentados tanto nos vários volumes dos *Elementos* como pela vasta bibliografia a respeito das relações entre as instituições e os diferentes poderes. De todas, fica destacada a sua principal referência, cf. HESPAÑA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan — instituições e poder político: Portugal - séc. XVIII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

responsabilidade de zelar pela saúde do povo, o que passava pelo controle da qualidade dos alimentos vendidos²⁰⁴.

Estes esbarrões das jurisdições não escapavam, portanto, ao cotidiano do Terreiro e, logo, não escapavam às próprias regateiras que, pela importância que tinham para a própria constituição daquele *lugar*, os observavam de modo nada inerte. Essas, como dito, chegavam a testemunhar e tomar parte destes processos, apresentando razões, defendendo interesses pessoais e assumindo uma postura coletiva contrária à ação dos agentes camarários ou de aproveitamento dessas disputas entre foros. O modo público pelo qual os oficiais camarários — principais "opositores" do poder das regateiras — eram reprimidos pelos régios acabava por servir como um tipo de conhecimento prático sobre a praça²⁰⁵. Um conhecimento, inclusive, estratégico aproveitável por aqueles que soubessem manejar tais palavras, como as regateiras que: "sempre procuram supprimir a razão dos ministros da cidade" — razão apresentada pela Câmara para justificar seu estranhamento ao fato de que, das sete testemunhas que testemunharam contra o seu almotacé, em 1632, eram "muitas d'ellas regateiras"²⁰⁶.

O conhecimento quanto às limitações de cada jurisdição era tão valioso que, mesmo em uma situação em que o dano à saúde pública era notável, ele servia de proteção contra os agentes da Câmara e tais formas de agir perduraram, inclusive, durante a Restauração²⁰⁷. Mais uma vez, foi a idoneidade do modo de fazer o comércio que detonou

²⁰⁴ Cf. *Elementos...* IV, p. 351-352 e 352-355.

²⁰⁵ A crise entre a Câmara e outras instituições motivou uma carta da Câmara ao seu Presidente que, na sequência dos eventos de 1637, fora chamado à corte com outros representantes do reino e das cidades, apresentando este e outros casos em que foram presos oficiais da cidade durante o exercício de suas funções. Nesta carta, o governo da cidade lamentava: "V. S^a bem sabe como a jurisdição da camara está cahida de atropellada, e que não ha tribunal que a não queira dominar, fazendo-se superior, ousando a prender um mester, que no senado assiste como procurador do povo, tendo igual voto, e que se elle não procedera com tanta consideração e pedira ao meirinho o levasse por travessas e ruas de menos curso de gente, e em modo que se não sentisse que ia preso por fazer seu officio, pudera acontecer com esta prisão um grande trabalho n'esta cidade." Cf. *Elementos...* IV, p. 362-365

²⁰⁶ *Elementos...* III, p. 485.

²⁰⁷ Tanto no caso acima como no agora exposto, o fato de as regateiras venderem peixe do qual se tiravam direitos reais era aproveitado pelas regateiras que passavam a se amparar na proteção que os mesmos direitos acabavam por lhes conceder. No caso de 1632, a Câmara dizia, a respeito das ditas "capas", que as mulheres comumente afirmavam que o seu produto era para ser remetido à corte como forma de poderem vender o que quisessem. Ao ser abordada pelo almotacé, a regateira teria respondido que aquilo "era peixe de V. Mag^{de}". E porque é ordinario tomarem as regateiras esta capa para, como nome de peixe de V. Mag^{de}, venderem todo o que querem, sem dependencia d'almoçaria, duvidou o almotacé e replicou até lhe constar que passava na verdade o que a regateira dizia" *Elementos...* III, p. 482. Já no presente caso, apesar

esta última disputa, na qual o agente da Câmara sequer teria agido abusivamente, antes notificando e estipulando meios para se corrigir a venda de peixe podre que faziam²⁰⁸ — algo que remete diretamente ao diálogo entre as padeiras do *Auto das padeyras, chamado da fome*, apresentado no capítulo anterior. Seja como for, a atenção e o conhecimento que tinham do cotidiano eram importantes aspectos da forma como elaboravam argumentos e agiam, o que dependia de uma clara compreensão de como funcionavam e se relacionavam entre si as instituições.

Embora as lembranças que a Câmara fez ao rei, nas décadas de 1650 e 1660, sobre os problemas das devassas e a ponderação com que agiu Filipe IV ao suspendê-las, não tenham sido tão detalhadas, repertoriar tais acontecimentos, ocorridos na última e mais crítica década do governo filipino, é um modo averiguar o sentido das próprias lembranças. A memória trazia lições. A primeira sobre a importância do respeito entre os poderes para a manutenção do equilíbrio de seus interesses e, por isso, confiar na capacidade dos almotacés, escrivães, juizes e procuradores da cidade era importante — eram eles os verdadeiros conhecedores daquele *lugar* e sua rotina, além de providos para isso —; a segunda, ensinava que se as jurisdições se estranhassem e disputassem entre si,

do referido peixe estar notoriamente podre, os oficiais das Sete Casas notificavam aos procuradores da cidade, sob penas, que: "nenhum d'elles procedesse contra nenhuma regateira nem outra pessoa que vendesse pescado tocante aos direitos reaes e seis rendeiros". A Câmara ainda argumentava que a ação de seus agentes visava apenas a saúde do povo, mas que mesmo assim: "e não contente com, n'este estado, e com desprezo das ordens do senado, o mandar vender ao povo, com evidente perigo de damnar na saude geral d'elle, mandou juntamente prender ao escrivão da saude, por elle haver feito a dita notificação e diligencia por mandado do seu superior". Cf. *Elementos...* IV, p. 351 e 352. Já durante a Restauração e quando o ambiente político-institucional já não era de desconfiança ou abertamente assíncrono, a Câmara reclamava o abuso dos guardas reais que, na cidade, se valiam de suas insígnias para irem até a Ribeira e tomarem e atravessarem todo gênero de mercadorias. O rei, que nestas situações se posicionava a favor da Câmara, exigindo que seus capitães fizessem valer sobre seus subordinados a obrigação de se submeterem às posturas da cidade, dizia que sempre que necessário faria essa lembrança aos seus soldados. As regateiras, entretanto, pouco interessadas nestes desdobramentos, limitavam-se a aproveitar a situação para com os guardas, que diziam que "só seus capitães são os seus almotacés", irem com eles à Ribeira, comprando-lhes essa "valia, levando-os consigo para dizerem que a fazenda é sua, e elles a compram e defendem e lh'a metem em casa." *Elementos...* IV, p. 471-474. Sobre o mesmo assunto, cf. *Idem*, p. 583.

²⁰⁸ "por o dr. Julião de Campos, como provedor-mór da saude, mandar notificar a uma regateira, que vendia ao povo bacalhau pôdre, em muito damno da saude, que sobreestivesse até o outro dia se fazerem as diligencias acostumadas, para se apurar se de todo era pôdre ou estava capaz de se vender ao povo, mandou logo o contador das Sete Casas, por ordem do conselho, prender a Pedro d'Azevedo, escrivão da saude, que fez a notificação, por dizerem que o bacalhau era dos direitos reaes, e que ainda que fôsse pôdre se não havia de entender com elle" *Elementos...* IV, p. 364.

outros interesses poderiam prevalecer, favorecendo, inclusive, o abuso praticado pelos comerciantes que deveriam ser vigiados.

Estas situações demonstram como o cotidiano era influenciado pela permanente desconfiança que marcava o dia a dia da praça. As devassas, que seriam procedimentos excepcionais, foram instituídas em determinados períodos como se fossem rotina — desagradando aos agentes da praça e da Câmara e favorecendo desequilíbrios de toda a ordem. Abertas trimestralmente, deveriam averiguar os contínuos descaminhos que eram denunciados, por exemplo, pelos vereadores que as defendiam mais veementemente. Mas o fato é que, ao invés de apenas investigarem formas criminosas de operação do comércio diário, elas próprias se tornaram polêmicas, revelando como os próprios procedimentos da justiça estavam impregnados deste clima de animosidade social que pautava a relação entre os pícaros ou "desviados" — e também outros comerciantes menos "vulgares" — e o restante da cidade. Pelos argumentos da Câmara e dos que representavam o povo no governo, nota-se como o principal resultado das devassas não era o de correção do crime; ao contrário disso, abusos e usos mal empregados do poder institucional geravam denúncias ainda mais graves sobre o procedimento dos oficiais responsáveis pelas devassas²⁰⁹ — além de enfraquecerem a própria reputação da justiça e favorecerem o aproveitamento da situação, justamente, pelas pessoas que deveriam estar sujeitas as regras de ambas as esferas do poder.

Os argumentos contrários ao caráter rotineiro das devassas insistiam que a cidade já possuía protocolos e posturas suficientes para julgar crimes e que resultava em prejuízo público em dificuldades adicionais para a cidade insistir em uma conduta de constante enfrentamento ao próprio comércio — uma situação que motivou as repetidas lembranças da necessidade de que houvesse quem pudesse comprar pelo "grosso" para revender pelo "miúdo" aos que não podiam comprar grandes quantidades. Embora seja importante considerar que as devassas representavam uma oportunidade para o poder central garantir sua participação no governo da praça, *lugar* mais diretamente ligado ao alcance da

²⁰⁹ Todo este ambiente de rejeição ao comércio e de crítica a uma "tendência" pícara de se aproximar dos ricos para explorá-los no comércio, repercutido nas averiguações das justiças, nos juízos críticos de "economistas" ou políticos e amplamente refletido na literatura é assunto sistematicamente estudado por Maravall. Sobretudo, na seção em que aborda justamente a relação entre os juízos mais cotidianos sobre o pícaro e o comércio urbano aos seus reflexos literários, interrogando sob a seguinte forma: "La tienda en su nuevo aspecto de agresión económica". Cf. MARAVALL - *La literatura picaresca...* p. 684-692.

jurisdição da cidade, é preciso lembrar que o convencimento da sua necessidade não é, em nada, alheio às animosidades referidas acima. Não fossem os devassados naturais suspeitos, não haveria o que justificar para as próprias devassas. Mas, como as queixas apresentam, eles também sabiam se queixar e procurar pelas vias oficiais uma resolução que atendesse às suas razões.

Embora os casos das devassas (e os de atritos ou denúncias dos representantes do Povo contra almotacés ou escrivães) ocupem uma destacada importância, pela repercussão que causavam, outros de menor gravidade ainda podem ser considerados. Afinal, cumprirão o importante papel de atestar que tais formas de interação, antes de exceção provocada por uma grave situação, eram mais rotineiras do que excepcionais. Por isso, mesmo casos que soam desprezíveis por uma pouca urgência ou gravidade não o serão assim entendidos, uma vez que o objetivo que os traz à consideração é o de demonstrar como se relacionavam formal e cotidianamente os trabalhadores e as instituições. De modo que é preciso superar as situações limites do crime — seja o cometido pelos trabalhadores ou pelos agentes responsáveis por fiscalizá-los — e alcançar, ainda que sumariamente, casos em que não é a urgência da lei que leva ao contato, mas a básica necessidade de apresentar uma demanda que era entendida como justa e cabível de ser pleiteada.

Um destes casos, que, embora pareça banal, não o é, demonstra justamente um modo de interação entre os comerciantes (especificamente, as regateiras) com as instâncias capazes de atenderem às suas demandas, através de um memorial entregue diretamente a rainha regente. Nele, pediam que lhes respeitasse o direito a usarem chapéus, dada a contínua exposição ao clima que o ofício exigia. Mesmo que o uso deste adereço pudesse contemplar também o objetivo de uma distinção dos demais trabalhadores da praça, as regateiras souberam apresentar seus argumentos em uma ocasião favorável e em um memorial escrito. No caso, aproveitaram a ocasião de uma importante vitória — época em que eram comuns pequenas demonstrações do reconhecimento que o sacrifício de todos através de favores ou mercês — para apresentarem seu pedido²¹⁰.

²¹⁰ Diante do estanco na circulação de dinheiro que se acumulava nas mãos de alguns mercadores, foi comum durante a Restauração a proibição do uso ordinário de certas vestimentas e adereços, entre eles, os chapéus. Foi por isso que a Regente informou à Câmara que: "Passando pela Ribeira me offereceram as regateiras o memorial incluso n'este decreto", encomendando que a Câmara não contrariasse o memorial, até que a Regente mandasse o

Em outro caso em que também requeriam protocolarmente direitos que atingiam seu cotidiano, as regateiras do Porto alcançaram um acordo para que pudessem retomar a venda de peixe, um direito que lhes fora retirado anos antes²¹¹. O "acordo" atesta uma relação formal e um canal de comunicação mantido com o governo, questões que apontam tanto para o caráter racional da relação quanto para o político. Aliás, nesta situação, o apelo aos seus interesses diz diretamente sobre as próprias formas como buscavam garantir formal e legalmente as condições que garantissem a execução de suas atividades comerciais, apesar das restrições que eram periodicamente impostas ao comércio praticado por intermediários.

Quanto a esta situação, convém reforçar que tal acordo foi firmado como uma declaração de compromisso com as regras que permitiam o retorno das regateiras ao comércio do peixe, uma solução negociada diretamente por ambas as partes (Câmara e regateiras) em um espaço formal para a formação da vontade. Mesmo que tivessem contrariado regras, atrapalhado outras atividades ou apenas sido alvo das rotineiras opiniões sobre as consequências da sua mera presença, as regateiras não se mostraram alheias a um diálogo sobre como deveriam ajustar suas condutas a um consenso firmado com o governo da cidade. Por isso, o caso acima é representativo de como mesmo os mais afamados trabalhadores pícaros da praça podiam procurar (e procuravam) as próprias instituições políticas para negociarem soluções para as consequências que recebiam em seus trabalhos não só das irregularidades que podiam cometer, mas também da repercussão do *papel social* que lhes cabia — o qual era definido pela reunião de suas mais públicas características sociais (suas origens e atividades, sobretudo) de pícaros e

contrário. O conteúdo do memorial é o seguinte: "Senhor — Pedem as vendendeiras da Ribeira d'esta cidade que, pelo bem e novas que V. Mag^{de} hoje teve, lhes faça mercê mandar que ellas possam trazer os seus chapéos e mantos, pella molestia que padecem com os rigores do tempo." *Elementos...* VI, p. 103-104. Segundo Oliveira, a boa nova seria a divulgação da vitória portuguesa em Elvas, 1659. O direito das mulheres a montar cabanas e ter lugar à sombra fora concedido por Afonso V às mulheres dos pescadores que vendessem na Ribeira e foi, por muitas vezes, lembrado em petições apresentadas à Câmara de Lisboa, ao longo dos séculos XVI e XVII. Cf. *Elementos...* IX, p. 466-469.

²¹¹ AMP. Vereações 1622-1623 (A-PUB 45), fl. 11v, 12. O dito acordo é consequente a uma regulação sobre o peixe a ser vendido "de segunda mão", de 1616, que não fosse vendido a peso conforme determinavam posturas da cidade. Cf. AMP. Vereações 1616-1617 (A-PUB 42), fls. 106, 106v.

era produto de uma opinião geral que se tinha deles, com base no sentido cotidiano das mesmas características²¹².

Embora cada um destes casos se insira em contextos próprios, há aqui elementos suficientes para desfazer a ideia de uma insuperável distância política entre as pessoas desta parte do povo e o restante da cidade. Para além dos contextos específicos destes acontecimentos, é possível notar uma maior integração do que alienação à política ou social. E, para isso, é importante frisar que todos os comerciantes presentes na praça, por mais "vulgares" que fossem, só poderiam ocupar seus postos após duas etapas incontornáveis: a apresentação por escrito de um requerimento e uma tomada de informações a seu respeito conduzida pela própria Câmara, que verificava se atendiam aos requisitos legais (como a idade, a situação conjugal ou a viuvez honesta) e se possuíam um passado idôneo. Só então era passada a provisão de seus postos, que dependia de renovação anual.

Mesmo dispersas cronologicamente, as diferentes situações descritas acima apresentam um cotidiano que, além de complexo, colabora para uma renovação do modo como se compreende o próprio espaço urbano através das suas tensões e conflitos mais rotineiros. Isto pois não é suficiente, embora importante, atentar ao modo como tais *lugares* respondiam a eventos de grande repercussão. É pelas formas como diferentes agentes atuavam, no mais rotineiro dia a dia, que se pode inferir novas observações e explicações sobre quais eram os temas e assuntos que mais comumente interferiam na vida cotidiana.

Por exemplo, ressaltando que o contato entre os pícaros e as instituições não era sempre determinado pelo modo como esta procurava aqueles a fim de punir seus crimes. Por vezes, o que se passou foi o inverso. Os pícaros — e outra sorte de trabalhadores, alguns ocupando posições melhor "integradas" — também procuravam as instituições, e perceber como isso ocorria por iniciativa própria para apresentar pedidos, queixas e um sentimento de injustiça contra os procedimentos que os investigavam não é banal. Aliás, é um primeiro passo rumo a uma outra caracterização do comportamento popular que seja capaz de observar a importância destas condutas como notadamente políticas e interativas com as contingências que cotidianamente moldavam as relações e os contextos sociais.

²¹² Sobre a relação entre *papel social e cotidiano*, cf. HELLER, *O cotidiano e a História...* p. 115-143.

2.3 - A praça como campo de observação de comportamentos políticos além dos institucionais

De certo modo, uma observação dos comportamentos políticos sugeridos como além de institucionais já está feita acima, restando apenas uma conclusão a seu respeito para que o assunto possa ser recuperado mais adiante. Tanto a geografia do praça — no seu sentido espacial e humano — como os casos acima demonstram que, em um largo período de tempo e um amplo recorte temporal que ao menos atravessa as décadas dos governos filipinos e brigantinos, não há um apartamento definitivo entre essas pessoas e os lugares de tomada de decisão. Afinal, não apenas sabiam como se fazer representar por requerimentos apresentados ao juiz e ao procurador do povo como podiam agir por sua própria e livre iniciativa, apresentando memoriais próprios, ou participando de sessões camarárias onde acordos eram firmados.

Tais conhecimentos, expressos nos fatos descritos, só podem ser explicados se reconhecidas as suas capacidades de argumentação legítima — isto é, de acordo com o formalmente estipulado como regra — e de elaboração de um juízo crítico sobre os problemas que vivenciavam, apresentando suas razões e respondendo a outras. Se a Câmara era a Cidade, como insistem alguns historiadores, é preciso reconhecer que nela também agiam os comumente apontados como ausentes da vida política, aqueles que na história são lembrados apenas por ausentes dos lugares políticos proporcionais a uma sociedade de tipo doméstico.

Algo que aqui é entendido não como característica desta sociedade, já deve estar claro, mas como a continuação de um modo de qualifica-la atento apenas às capacidades políticas que, nela, eram formalmente reconhecidas. Por tal razão, entende-se que a reprodução deste modo de compreender a política é o elemento que impossibilita perceber outras formas de agência que possam ser politicamente consideradas que não sejam as dos agentes melhor integrados a este modo de explicar a vida social. Uma operação que, antes de assumir como problema a diferença entre os modos como sociedades praticavam e definiam o que pode ser considerado político, contribui para a reprodução dos mesmos sentidos comuns da época, antes de criticar os modos como eles surgiram ou como podem ser utilizados para entender até mesmo algumas normas e discursos.

Uma forma de explicação que apenas aceita como capacidade política as suas formas juridicamente estipuladas segundo um *establishment* e que não percebe a complexidade política cotidiana que vem sendo questionada enquanto, ela própria, um lugar para a observação de comportamentos políticos reveladores de outras capacidades políticas²¹³. Além disso, é imperativo lembrar como a opinião pública popular já começou a ser identificada a partir dos espaços que compunham a praça. Francisco Ibaseta, por exemplo, dimensionou os corrais de comédias e os *mentideros* de Madrid enquanto lugares onde notícias e opiniões eram enunciados, mas lembra que a praça do mercado era um ponto de amplificação e repercussão desses outros espaços. Mais, apresenta os grupos urbanos que frequentam tais lugares como parcelas de um público. A praça, então, além de lugar público pelo uso comum, era também um espaço para os seus públicos²¹⁴.

Logo, a praça pode ser compreendida como uma espécie de suporte para diferentes modos de comunicação de ideias (políticas, inclusive) como os pasquins, as "poesias de atualidade", as novidades e os rumores gerados a partir delas, além, é claro, dos pregões que informavam decisões de governo, algumas das quais incidiam sobre o próprio cotidiano da praça e de seus agentes. Isto certamente não ocorria sem a repercussão dessas determinações nos juízos formados na praça, expressivos dos diferentes consensos que formavam uma mais vasta opinião pública. As considerações de Ibaseta quanto à relação entre as Portas do Sol, mais popular praça de Madrid, e o mentidero de San Filipe, "centro popular de la noticia" e lugar onde observa a concentração e formação de uma opinião pública popular, podem ser igualmente pensadas para o cotidiano popular lisboeta da

²¹³ Segundo Hespanha: "a capacidade política não era um atributo natural de cada um, mas um direito adquirido *por* alguns, de acordo com os dados da ordem jurídica tradicional. A capacidade política era, assim, um privilégio, cabendo aos que a tinham zelar —tal como o *pater* em relação aos seus familiares e dependentes ou o tutor em relação aos incapazes— pelos interesses dos politicamente incapazes." HESPANHA - Para uma teoria da História Institucional... In HESPANHA - *Poder e Instituições...* p. 41.

²¹⁴ Ao apresentar o icônico *lugar* que se formou junto às grades do Convento de San Felipe, responsável por abrigar e cuidar de pobres, miseráveis e, sobretudo, soldados, também eles pobres, doentes, feridos e mendicantes, Francisco Javier Ibaseta o define como: "el centro de la noticia política, el rumor cortesano, la maledicencia popular y el mercado literario. Su estructuración como espacio político y cultural tuvo lugar en los mismos años en los que la «comedia nueva» triunfaba masivamente en los corrales como modelo de teatro popular". Assim, além do paralelismo entre mentidero e corral, Ibaseta avança sua análise a partir da constatação do alcance público das comédias e sua relação com o cotidiano experimentado nas grades do convento (e em toda a corte) para perceber "como la opinión pública popular se configuró condicionada por el modelo de teatro lopesco." IBASETA, Francisco Javier Castro. *Mentidero de Madrid: la corte como comedia*. In: GÓMEZ; AMELANG; SÁNCHEZ (orgs.) *Opinión pública y espacio urbano...*, p. 43-58. p. 43.

Ribeira e do Terreiro (e também para a Rua Nova, ponto do principal comércio de impressos).

Ibaseta, por exemplo, demonstra como as decisões do governo ficavam suscetíveis ao crivo popular da praça e ao modo como as novidades de fora e os pregões eram recebidos pelo público ali presente²¹⁵. Neste sentido, a Câmara de Lisboa é autora de uma verdadeira vastidão de comunicados, pareceres e consultas sobre o cotidiano político do reino e sobre como ele repercutia na praça. Para além de castanhas e outros mantimentos atravessados, para além do crime, o juízo público da vida política é incluído em diferentes contextos, alguns dos quais serão tratados detidamente adiante. Por exemplo, a expressiva situação em que outra sorte de comerciantes de Lisboa se reuniu, segundo o Presidente da Câmara, em "tantos corrilhos e ajuntamentos n'esta cidade, e com tão grandes clamores, quaes jamais vi n'ella"²¹⁶.

Aqui, é preciso lembrar que as cidades modernas — que surgem como novo ambiente da literatura, como os autos apresentados anteriormente, as novelas, por exemplo, as cervantinas — têm nas suas principais praças o foco onde radicava o maior interesse por notícias. Era nelas, enquanto espaços propícios ao encontro, onde as notícias se difundiam e ressignificavam, um produto dependente do juízo que se fazia delas e que as punha em relação às expectativas pessoais e de grupo face às conjunturas. Inclusive, era nestes *lugares* que a opinião pública popular se amplificava e, não raro, deformava as notícias em boatos condizentes com suas expectativas, comportamentos e interesses cotidianos. Algo que podia gerar pequenas e grandes consequências, como os infinitos *corrilhos* que as notícias sobre outra vaga de investidas fiscais do governo despertaram na praça.

Tais situações informam sobre fatos e comportamentos que podem ser explicados em função do ambiente no qual ocorriam. Por isso, foi adotada uma abordagem ao ambiente também enquanto um *lugar*, um produto da interação entre os modos pelos quais ocorria a presença humana e os espaços físicos. Também por isso convém lembrar

²¹⁵ "el fermento del mentidero fueron los corrillos, y baratillos populares, vincuados a los puestos del mercado de la plaza." Idem, p. 46. Após descrever melhor sua relação com a praça, Ibaseta apresenta o *mentidero* enquanto lugar para a formação de uma opinião pública popular, tendo sido "el centro popular de la noticia y pasó a funcionar como un auténtico foco de atracción ara todas las personas y actividades relacionadas con el mercado de la novedad." Idem, p. 48.

²¹⁶ *Elementos...* III, p. 375-378.

das distinções que Filippo de Vivo elaborou sobre a existência de diferentes esferas de opinião, superando os modelos relativamente estáticos e excludentes como os da concepção elaborada por Habermas para a esfera pública e de uma ideia limitada para o que pode ser entendido como político no Antigo Regime. Vivo não só identificou diferentes esferas de produção e comunicação de opinião, como conseguiu perceber um nicho propriamente popular para elas, ao atentar às suas condições de partilha — tal como será feito no decorrer deste estudo²¹⁷.

A praça reage e neste sentido o público ali presente é a expressão coletiva de grupos ou de pessoas com temas, problemas e preocupações particulares que ecoavam nas de outros grupos que publicamente conviviam e reagiam ao que lhes afetava. E, aqui, importa lembrar que a praça não era só dos pícaros, embora pudessem ter a fama de donos dela, como sugere a maneira como a descrição poética de Lisboa os apresentou. A praça (tal como os pátios de comédias, como se verá a seguir) é um lugar interestamental, de sociabilidades e convívios variados e, portanto, um ponto de contato também entre as tensões e juízos nutridos sobre as diferentes alteridades. Os acontecimentos ocorridos nela, tal como as notícias que ali circulavam e as reações a elas (opiniões, rumores, etc.), são assumidos como os de um *lugar* equivalente àquele que alcançou a fama de *mentidero*, pelo qual Ibaseta também observou uma opinião pública popular e sua capacidade de impactar o cotidiano.

Neste sentido, "popular" não se limita às camadas mais baixas, como atestam as repercussões destes acontecimentos em uma variada produção poética de atenção à circunstância (sonetos, coplas, quadras, oitavas ou décimas difamatórios ou elogiosos)²¹⁸. As interações com este *lugar*, inclusive pela escrita e pela leitura (incluindo aqui a possibilidade da sua partilha oral), informa um alcance em que o popular é capaz de superar limitações da caracterização estamental dos sujeitos. O interesse pelas novidades (as notícias) e mesmo sua relação com imagens das comédias movimentavam a praça e

²¹⁷ Cf. VIVO, Filippo de. *El paternoster degli spangnioli...* In: GÓMEZ; AMLANG; SÁNCHEZ (org.) - *Opinión pública y espacio urbano...* p. 357-371.

²¹⁸ "Tanto en el corral de comedias como en el mentidero madrileño se creaban, pues, «públicos». (...) Las conexiones y paralelismos entre ambos espacios facilitaron que las actitudes y expectativas de sus públicos respectivos fuesen trasladables del uno al otro. No sólo era un mismo tipo de público el que acudía a la comedia y al mentidero —heterogéneo, plural e interestamental, y formado, además, por las mismas personas—, sino que acudía a ambas instituciones con idéntica actitud." IBASETA, Mentidero de Madrid... In: GÓMEZ; AMLANG; SÁNCHEZ (org.) - *Opinión pública y espacio urbano...* p. 50.

são, também, expressões de um cotidiano enunciável — tanto pelos temas quanto pelas diferentes reações a eles, fossem silenciosas ou explosivas como uma revolta. Neste sentido, a praça não é apenas o *lugar* mercado. Ela é um microcosmos da própria cidade, sendo tão (e provavelmente mais) representativa dela do que os protocolos que regiam o modo de ser admitido, adentrar ou se comportar em uma de suas instituições políticas. Enfim, a praça enquanto *lugar* é, também, sintoma daquilo que havia de político nos seus protagonistas.

Combinadas, serão a semântica do pícaro e a forma como tais agentes eram apresentados em fontes de diversa natureza, como o relato ou a comunicação institucional, um modo seguro de verificar a sua não inserção comunitária? Ou o comportamento criminoso de poderosas regateiras que tenham agido como atravessadoras ou de "medideiras" pobres que adulterassem ou extraíssem para si algum pão é chancela para a sublimação de qualquer percepção política da realidade, direta ou indiretamente enunciadas como políticas? Eram, enfim, os pícaros alheios à vida política?

Tais interrogações, às quais se responde negativamente a todas, dialogam com as hipóteses aqui concebidas e que interrogam sobre os possíveis agentes políticos e suas formas cotidianas de agir que têm passado despercebidas pela historiografia. Tanto no que diz respeito à configuração das personagens picarescas (e à trajetória destas configurações) quanto na forma como eram registrados e explicados os acontecimentos da praça, a interação e os juízos de diferentes classes que agiam no cotidiano ficam evidentes — algo que pode auxiliar a melhor compreender o sentido de uma apresentação corporativa da sociedade enquanto um produto estético e cotidiano antes de apenas jurídico. O que também pode favorecer a superação de problematizações e explicações puramente corporativistas para os problemas historiográficos desta sociedade, que acabam por naturalizar esta chave explicativa como a única verdadeiramente capaz para que possa compreender aquelas sociedades, não atentando ao seu caráter reflexivo do cotidiano e, portanto, parcial.

Em suma, tanto a degeneração da picaresca como a reputação que tinham os trabalhadores que atendiam à tal condição (que era a de pessoas apossadas do comércio e do sossego da cidade, como se estes trabalhadores fossem os donos da praça) se combinam enquanto fatores de uma compreensão social configurada a partir do próprio modo como as diferentes classes experimentavam e partilhavam o cotidiano. Da sedimentação destas imagens dos homens e das classes, deriva a compreensão da ausência

de participação ou opinião política ou comunitária por parte dos "desviados". Entretanto, não são poucas as fontes que informam o contrário: a sua identificação com agravos coletivos que extrapolavam o seu grupo, a revolta contra a ineficácia ou a irresponsabilidade de governantes ou pessoas com postos de liderança são alguns exemplos.

Tais são, portanto, os níveis da participação das classes populares no cotidiano. Admitir a sua intervenção na vida política junto a outros grupos é não ignorar que estas possuísem questões e temas próprios, expressidos com uma linguagem própria e a partir de uma experimentação da vida proporcionais à trajetória, cotidianamente contingenciada, com que alcançaram uma vida adulta. Ou seja, a forma como pelo cotidiano saíram de uma infância para a efetiva ocupação de um lugar e de uma função social. A sua constituição de grupo com problemas próprios, mas também em interação com outros grupos, lhe confere a condição de público: um conjunto de pessoas socialmente identificadas entre si e que, muitas vezes, reagem a agravos, medos e problemas que não eram sentidos pelo resto da sociedade.

Sintoma de sua alteridade, essa mesma constituição de público pode ser apresentada como um dos fatores que contribuíram para que tenham ficado afamados por uma desidentificação ou pelo acentuado caráter "desviado". No entanto, não era somente em tais situações que assumiam a forma de corpo popular, de multidão, em contestação ou apoio a alguma coisa. Como notou E. P. Thompson, a *economia moral da multidão* possui uma dinâmica e forma de responder às situações que não é simplesmente quantificável, mas que demanda sempre uma sincera atenção do analista. É esta atenção que se procurará prestar e demandar para questionar já não o sentido da despolitização do "mais vil do povo", mas, ao contrário, o seu efetivo comportamento político, ainda que fora da esfera de comportamentos mais facilmente aceitos como políticos²¹⁹.

²¹⁹ Ao concluir sobre uma limitação da historiografia contemporânea em relação ao que consegue admitir como "político", Ibaseta encerra: "Nuestra moderna concepción de lo político se fundamenta sobre la idea de interés y nos resulta difícil comprender la existencia de sujetos informados políticamente que disfrutaban con ello, pero que no muestran la más mínima intención de ejercer la ciudadanía. (...) Es el caso del pueblo llano madrileño durante el siglo XVII: una de las poblaciones mejor informadas políticamente del mundo (...) y, al mismo tiempo, una de las políticamente más inactivas" Idem, p. 57. Certamente, esta inatividade se dá no sentido a ser superado, se não por Ibaseta, pela presente tese: "La politización del mentidero era, por esa razón, ambivalente: su público era político porque consumía información de naturaleza política; pero, al mismo tiempo, era un público no político porque su presencia en el mentidero no constituía en si una actividad política. Dicho de otro modo: su relación con la política no era

* * *

As conclusões acima permitem suspender temporariamente a praça e seus agentes como assunto principal. Antes de se retornar a eles, o que será feito assim que cumprido o próximo objetivo, outro assunto importante para a identificação do espaço público e de grande impacto no cotidiano considerado precisa ser convenientemente discutido. A saber, o seu teatro, que ocupava um importante lugar na vida urbana lisboeta, sobretudo durante o período filipino. Antes de indagar o conteúdo das comédias que semanalmente eram apresentadas no Pátio das Arcas, primeiro corral regular português, as interrogações propostas incidem sobre um outro ângulo do teatro como *problema*.

Mediando uma passagem entre assuntos mais gerais e outros mais circunstanciais que atingiam a praça, a abordagem ao assunto será sobre como o teatro se consolidou comercialmente e sob quais condições políticas isto aconteceu em Portugal, especialmente em Lisboa. Um vigoroso mercado de comédias, um determinado contexto político e um crescente gosto condicionado pelo cotidiano que une esses três aspetos serão os meios pelos quais se atentará às condições que permitiram a entrada e a rápida consolidação das comédias castelhanas no gosto português. Mais uma vez, a estética se apresenta antes pelo cotidiano do que por quaisquer outras formas de indagá-la.

Por fim, o mesmo *problema* importará ao debate sobre o espaço público português moderno por alguns motivos. Os dois mais importantes são: primeiro, o modo como uma forma de arte podia ser recebida e criticada, com diferentes qualidades de opinião e juízos; e, segundo, a sua apresentação comercial — o que acaba por ser uma importante característica sua para que se possa superar uma ideia anacrônica e mal historicizada sobre a cultura e a difusão cultural durante a Época Moderna. Superada esta etapa, a praça retornará à consideração, inclusive pelos seus habituais corrilhos, mas em uma análise atenta a contextos específicos. Entre agora este outro momento, o que se apresenta não é um hiato, mas um outro tema capaz de tornar mais interessante o entendimento sobre a urbe e seu cotidiano, cujas contingências terão sua importância apresentadas de perto.

en sí mismo una relación política." Mas, ainda assim, este público era, pelas mesmas razões, visto pelas autoridades como: "un factor a se tener en cuenta a la hora de tomar decisiones políticas". Idem, p. 58.

3. O ato antes do riso — o contexto de abertura do Pátio das Arcas, seus usos, polêmicas e o mercado de comédias em Lisboa (1588-1640)

No ano de 1588, Filipe II fez, por meio de alvará, uma importante e polêmica mercê à Lisboa — e, conseqüentemente, a outras cidades portuguesas. Nada descolado do que ocorria em outras urbes ibéricas, Lisboa passava a contar com uma infraestrutura de grande interferência em seu cotidiano e que hoje representa um legado cultural do *Siglo de Oro*. Naquele ano, o mesmo no qual também em Madri ocorria a fundação do seu primeiro *corral* público e regular, o alvará assinado pelo Prudente estabelecia o início de uma rotina pública para as representações teatrais na cidade. Lisboa estava prestes a inaugurar o seu primeiro *corral* de comédias. Um momento importante para a história do teatro e da própria cidade, no qual as representações saíam de feiras ou grandes salões e adentravam uma nova ideia de profissionalização e comércio.

Para situar o problema, a abordagem a esta interseção entre a história do teatro e as de Lisboa e Portugal, considerar o contexto filipino é incontornável. As condições para a abertura do Pátio, as reações e a identificação de um gosto estrangeiro formam parte importante do problema. Por outro lado, a inovação estética da nova comédia, cuja delimitação será feita a partir do *Arte nuevo de hacer comedias*, de Lope de Vega y Carpio²²⁰, gerou reações que atravessaram todo o século, indo muito além da união dinástica e da própria Restauração — um assunto que oferece a possibilidade de uma melhor compreensão de como tais diferenças podem (e devem) ser pensadas em função de uma redefinição da comunicação e interação com os públicos do teatro. Assim, por mais que o teatro do Siglo de Oro não se resuma a Lope, pela sua dimensão e por sua capacidade de sintetizar transformações importantes que seguirão analisadas nesta investida ao teatro, estas "novas" formas de escrever e encenar serão, em muito, questionadas a partir dele e de sua iniciativa de criar uma *arte* para elas.

Por fim, compreender as dinâmicas de um teatro que não é mais o de companhias amadoras ou semi profissionais, que extrapolou os palcos e alcançou a imprensa, que moveu agentes a firmarem contratos de grande soma de dinheiro, enfim, um teatro que já era comercial e se integrou a um mercado das artes é crucial para relacionar o contexto,

²²⁰ VEGA, Lope de. *Arte nuevo de hacer comedias*. Ed. Enrique García SANTO-TOMÁS. Madri: Catedra, 2017.

o gosto, a estética e seus modos de difusão pela cidade. Neste sentido, o objeto deste problema para o teatro ibérico não é formado pelas peças teatrais em si, mas, sim, por questões relativas a como o espaço público e o cotidiano eram afetados pela rotina das apresentações. Desta forma, os indícios das diferentes recepções a este novo teatro e as reações a ele, das mais banais e vulgares às mais refletidas, serão de importante consideração para situá-lo, inclusive, no problema dos juízos que moldavam as partes antagonistas de uma diferença de opinião a seu respeito.

3.1 - O Pátio das Arcas e o período filipino

Como adiantado, a entrada em cena do *corral* lisboeta ocorreu através de uma intervenção direta do Rei na matéria através de um alvará que determinava não apenas a sua construção, mas a quem ficavam atribuídas as responsabilidades de pôr em prática esta vontade régia. Especificamente, o referido alvará de Filipe II determinava que cabia aos irmãos da Misericórdia, enquanto responsáveis pelo Hospital de Todos os Santos, indicar os lugares onde as comédias seriam representadas. Com o cuidado de não ultrapassar ou menosprezar o governo da cidade, cabia aos vereadores aprovarem e darem licença aos textos. Portanto, aos irmãos era atribuída uma responsabilidade muito mais pragmática do que de atenção aos conteúdos encenados.

O alvará, pela forma como delegava à Misericórdia tal atribuição, vinha investido de uma importância social. Sob a justificativa de financiar tão importante obra, sobretudo para o amparo de doentes, pobres e órfãos, as comédias, polêmicas por sua natureza baixa e de exemplos suspeitos, ganhava uma validade ou função social — argumento principal para a defesa da permanência das comédias no cotidiano urbano²²¹. Tal como era estipulado pelo monarca, as receitas das comédias deviam ser divididas entre os irmãos e os proprietários dos espaços indicados por eles para as representações, fossem elas públicas ou fechadas. Das receitas geradas pelas comédias, dois quintos ficavam destinados a quem fosse proprietário dos lugares e os outros 60% financiavam o Hospital.

Além de repercutir na elaboração de contratos para a apresentação de diferentes companhias de comédias, o resultado mais imediato deste alvará foi a elaboração de um contrato específico para a construção do Pátio das Arcas. Este *corral*, embora não tenha

²²¹ ANTT. HSJ, cx 273, mç 1, nº 18. *Elementos...* II, p. 67 e 96.

sido o primeiro palco português, foi aquele que primeiramente assumiu a forma de um espaço de funcionamento contínuo, regularmente inserido no calendário da cidade e aberto para qualquer um que quisesse formar o auditório das encenações representadas por diferentes companhias, sobretudo vindas de Espanha. Pela forma como o contrato foi estipulado, o Hospital não precisou assumir quaisquer custos com a construção e ainda obteve uma nova fonte de receitas, graças ao alvará que, depois de renovado algumas vezes, teve a necessidade de confirmação bienal suspensa em 1612²²².

Por todo o século XVII, o Pátio das Arcas foi o principal espaço teatral de Lisboa. Mas, mesmo após o alvará de 1588 e do contrato firmado entre Fernão de la Torre e os irmãos da Misericórdia, o Pátio das Arcas ainda demorou alguns anos para estabelecer sua firme presença no cotidiano lisboeta. Firmado em 1591, o documento estipulava que em um ano já deveriam ter sido edificadas dois locais destinados unicamente às representações; ou seja, dois teatros (ou *corrales*) permanentes. Porém, foi apenas em 1593 que o Pátio das Arcas (num primeiro momento chamado de Pátio da Betesga) ficou pronto, tendo a sua estreia ocorrido somente em 1594 — seis anos após a assinatura do alvará filipino sobre a matéria e dois além do que previa o contrato entre o proprietário e o Hospital²²³.

²²² ANTT. HSJ, cx 273, mç 1, nº 18.

²²³ Segundo Gustavo de Matos Sequeira, num livro que declarava não ser para eruditos, mas repleto de informações importantes, pelo contrato, o proprietário estava obrigado a "edificar dois pátios cobertos no prazo, de um ano, com paredes de alvenaria e pedraria e varandas de madeira cobertas de telha. Parece, porém que só um se construiu —o *das Arcas*— e este mesmo fora do prazo e de outras condições do contracto porque, segundo se infere de várias notícias indirectas, não foi coberto primitivamente." SEQUEIRA, Gustavo de Matos. *Teatro de outros tempos: elementos para a História do teatro Português*. Lisboa: [s.n.], 1933, p. 83. A variação nos nomes, que terá gerado confusão quanto ao número de pátios em atividade, tem origem toponímica, pois: "As ruas «da Betesga» e «das Arcas» que limitavam pelo norte e oeste o macisso da casaria onde o pátio estava, denominando-o sucessivamente, é que deram motivo à confusão. Outro nome ainda lhe deram: —o de *Pátio da Praça da Palha*. A «Praça da Palha» era um alargamento da rua das Arcas, em forma de cotovelo, ampolado pouco antes do primeiro beco." Idem. A presença de uma praça de abastecimento de um gênero como a palha atesta a inserção do Pátio no centro das atividades e sociabilidades mais recorrentes da urbe. Além da rua das Arcas e da Praça da Palha, o Pátio era limitado pelo Beco de Lopo Infante e pelo Beco (que se consolidou na toponímia coeva como) das Comédias. Hoje, ficaria situado na Baixa Pombalina, próximo à rua da Prata. Uma reconstrução virtual foi feita recentemente. Cf. PEÑA, Mercedes de los Reyes; DONOSO, Piedad Colaños; CAMÕES, José; NAVARRO, Juan Ruesga; PALACIOS, Vicente. Reconstrucción virtual del Patio de las Arcas de Lisboa. In: *El patrimonio del Teatro Clásico español: actualidad y perspectivas. Homenaje a Francisco Ruiz Ramón*. Olmedo: Ayuntamiento de Olmedo/TC12/Ediciones Universidad de Valladolid, 2015, p. 569-580. Actas selectas del Congreso del TC/12 Olmedo, 22 al 25 de julio de 2013. Um

Além das dificuldades de fazer avançar com a construção do Pátio, segundo o estipulado pelo contrato entre as duas partes, outras menos afeitas a uma questão contratual entre um privado e uma instituição real apresentavam empecilhos de outra natureza à execução do alvará régio. As repercussões públicas das comédias não se limitavam aos aplausos, vaias e eventuais tomates atirados contra os comediantes. Aliás, antes mesmo que as representações em Lisboa alcançassem a estabilidade pretendida com o dito alvará, a Câmara apresentou uma série de dúvidas e inconvenientes que percebia nas comédias. A preocupação do governo da cidade era, sobretudo, de que o gosto e a tradição portuguesa podiam estar ameaçados pelo alinhamento estético a uma tendência cultural estrangeira.

O monarca, que buscava costurar uma pacífica união com Portugal, isto é, uma união que pacificasse algumas memórias que ainda podiam perdurar do momento em que "conquistou", além de "herdar" e "comprar" o reino²²⁴, soube, prudente que era, contornar as questões apresentadas sem abrir mão de sua determinação. Para tanto, o argumento social pautado pelas vantagens das comédias para as obras e cuidados que a Misericórdia oferecia à cidade era um elemento central. Mas, respondendo diretamente aos inconvenientes apresentados, Filipe II estipulou regras para que na cidade (e no reino) se respeitassem as posturas vigentes, suas tradições e seus costumes — que não despertavam polêmica em outros lugares governados pelos Habsburgos.

As "dúvidas" apresentadas, aparentemente, fundamentavam o pedido de suspensão geral das comédias, como se infere de um dos despachos em que se respondia aos inconvenientes alegados contra as comédias com a lembrança de seu benefício para as rendas do Hospital. Para contorná-las, o Monarca respeitou as jurisdições e determinou expressamente que antes de representados os textos deveriam ser submetidos às Câmaras do reino, que por vereadores indicados por elas aprovariam ou não os mesmos textos. As Câmaras mantinham, assim, o poder para conceder licenças e delimitar o calendário e período de exibição de cada título sem contrariar as datas de importância pública de cada lugar.

vídeo da reconstrução encontra-se em: <<https://www.youtube.com/watch?v=M5cvaAofTa8>>
Último acesso em: 24 de julho de 2018.

²²⁴ Viva mostra destas são os testemunhos registrados por Pero Roiz Soares sobre os momentos em que os governadores do reino elegeram Filipe II, que o povo de Lisboa aclamou D. António e em que a cidade se viu invadida, saqueada e estuprada pelos castelhanos. Cf. SOARES - *Memorial...* p. 165-184.

Mas, a preocupação com os costumes locais não se limitava às datas das exhibiões. Além disso, em respeito às peculiaridades e inconvenientes alegados pela Câmara como contrários aos bons costumes, ficavam proibidas comédias ao divino sem aprovação dos ordinários e ficou estipulado que os comediantes apenas poderiam representar suas "figuras" consoante seus sexos. Deste modo, embora fosse algo comum em outros lugares, a partir das "dúvidas" dos vereadores de Lisboa, o governo do reino banuiu da cidade e do reino a prática de se representar figuras do sexo oposto: "desta man^{ra} se euitão os incõuenientes mais prinçipaes, e não se tira de todo este intretimento ao pouo, nem as esmolas q leuão os hospitaes."²²⁵

Outras "dúvidas" também mostravam resistência em aceitar comédias. Sobretudo, as novas comédias castelhanas — ou que, embora portuguesas, seguissem o gosto e a estética das novas comédias *lopescas* — suscitavam maiores questionamentos. O teatro de Lope, que passou a condicionar a estética teatral do *siglo de oro* e que se consolidou como uma marca cultural das sociedades que o criaram, não apenas tornou o teatro algo mais prosaico, urbano, afeito às temáticas da vida comum, como também granjeou um

²²⁵ *Elementos...* II, p. 96. Em 1597, buscando evitar o encerramento das comédias, o rei despachou: "pareçeme q senão deuem uedar de todo, e q, com se ordenar em milhor forma o modo em q am de correr, podem passar; e que esta deue ser passarse prouisam, em que se declare q quais quer comedias, farças e autos, q se ouuere de representar, nessa cidade e seu termo, senão possam representar, sem pr^o ser uisto o texto e composisaõ dellas, em escrito, por hum ou dous vereadores letrados dessa cidade, e q com aprouação e liçenças se lhe limite o tempo, q ouuerem de durar as ditas representações, p^a q as não aja todos os dias do ano, e q senão possuão nellas representar as figuras de homës cõ molheres em trajos de homës, nẽ ao contr^o as de molheres com homës, mas q cada sexo represente sua figura em seu proprio trajo; e q não possa auer comedias ao diuino, senão sendo prim^{ro} aprovadas pellos ordin^{ros}" Idem. No mesmo despacho e no seguinte, ainda se estipula as autoridades responsáveis pela aprovação em lugares sem câmara e como o calendário não poderia se sobrepor a certas datas religiosas, cf. Idem. Em carta de 1603, Filipe II se via forçado a reafirmar estes pontos: "O Provedor, e Irmaõs da Mizericorida d'esta cidade, me enviaram dizer por sua carta; que sendo grande a despeza, que de continuo se faz no hosprital, com a cura dos muitos enfermos, que a elle acodem, e ajudando muito a ditta despeza, o proveito que recebe, do que lhe rendem as comedias; seja servido de dar licença, que se possuão representar, conforme o assento, que se tomou n'esta materia, em vida de ElRey meu senhor e pay, que Deus tem; e por eu folgar de fazer mercê ao dito hosprital, e tendo respeito às considerações, que devia haver na rezolução do ditto assento: Hey por bem, que passada a quaresma, se possuão representar n'esta cidade as comedias; com declaração, que os textos, das que houverem de representar se examinem, e aprouem primeiro por um dos Dezembargadores do Paço; qual vós nomeardes; e que os homens, que n'ellas entrarem representem sua propria figura, e as mulheres a sua, para que cessem os inconvenientes, que de contrario se podem seguir". ANTT. HSJ, cx. 273, mç 1. n^o 18.

público que, como diria Maravall, era de uma dimensão *massiva*²²⁶. Além disso, com a abertura de um lugar público e permanente para as representações, é fácil concordar com Luciana Stegagno Picchio, quando ela diz que conseqüentemente à chegada das primeiras companhias espanholas a Lisboa, por meio do caminho aberto pela viagem de Filipe II e, depois, pelo seu alvará: "O teatro sai dos palácios e penetra na vida cidadina"²²⁷.

O teatro saía de um momento mais afeito a espaços fechados (privados) ou, quando aberto (público), circunscrito a pequenos atos de feiras ou festas e passava a estar inserido, de maneira estável, no centro das relações sociais e de sociabilidade mais cotidianas. O "fenômeno", que atraía uma sorte variada e densamente povoada de entusiasmados curiosos, despertava a preocupação pública de homens apreensivos com os descaminhos que um divertimento suspeito e profundamente terreno podiam trazer aos bons costumes e à salvação dos cristãos. As comédias passavam a resumir os mesmos vícios e pecados que fizeram da urbe moderna o centro de uma literatura que substituíra o bucolismo pastoril pela agitação urbana, como foi a picaresca — inclusive, aproveitando muito dela para a construção de personagens ou narrativas.

Ao narrar a "grande guerra, que sempre em Lisboa moveo contra os Comediantes" o padre mestre Ignacio Martins, Baltasar Teles informa a respeito de uma situação específica que não só ilustra como as comédias eram comunicadas e anunciadas, mas também o quão públicas chegavam a ser:

Tinham os Comediantes lançado bandos, & cõvocados todos os ociosos da Cidade (que destes ha infinitos em Lisboa) pera lhe assistir àquella sua diabolica dança. (...) Tinham aquelle dia concurrido infinita gente, pela causa que tenho dito, occupavam o pateo todo, os bancos das varãdas, à roda, & os camarotes, aonde costumavam assistir os mais autorizados ouvintes²²⁸

Desta curta informação, se pode extrair uma boa amostra de como a notícia das comédias chegava publicamente aos lugares de maior concentração de pessoas da cidade, cumprindo uma rotina de comunicação peculiar da Idade Moderna, e de quais temores

²²⁶ Sobre o enquadramento conceitual do barroco como uma cultura *massiva*, cf. MARAVALL, José Antonio. *A Cultura do Barroco: análise de uma estrutura histórica*. São Paulo: EdUSP, 1997, p. 151-185.

²²⁷ PICCHIO, Luciana Stegagno. *História do teatro português*. Lisboa: Portugália Editora, 1969, p.158.

²²⁸ TELES, Baltasar. *Chronica da Companhia de Iesv da Provincia de Portugal, segvnda parte*. Lisboa: Impresso por Paulo Craesbeck, 1647, p. 234-235.

elas podiam suscitar²²⁹. Consolidadas no cotidiano urbano e acompanhadas por uma plena audiência, as comédias despertaram o temor da ociosidade e do mau exemplo — mesmo para "os mais autorizados ouvintes". A Universidade de Coimbra, por exemplo, chegou a obter uma provisão que proibia exhibições durante o ano letivo²³⁰. Por entender que se tratava de um entretenimento justo e autorizado e pelo benefício social que gerava com os seus rendimentos para a Misericórdia, Filipe IV respondeu à proibição, válida para a cidade e seu termo, com um alvará que autorizava representações em dias santos do ano letivo²³¹.

A insistência na manutenção dos pátios era resoluta. Uma expressa "vontade" do governo, que buscava as brechas necessárias para não entrar em choque com as autoridades locais e as muitas razões que alegavam para a suspensão dos *corrales*. Certo é que a presença das comédias em Portugal foi mais do que apenas uma estratégia do monarca para oferecer aos portugueses a oportunidade de passarem um tempo divertido. *Maravilha e proveito, divertimento autorizado* são palavras que se combinam e recuperam na literatura da época, sobretudo aquela que circulava com a chancela dos poderes — isto é, a literatura autorizada, da qual fazem parte as representações teatrais de textos aprovados. Mesmo que sem um proveito político direto, a presença de Lisboa (e Portugal) no roteiro de cidades integradas ao circuito de *corrales* e companhias de comédias era expressão de sua integração a uma identidade cultural da própria Monarquia.

Por isso, para a consideração das resistências das Câmaras e até da Universidade de Coimbra (que, desde o reinado de D. João III, estava obrigada que os lentes de

²²⁹ PELLICER, Clara Bejarano. Medios de comunicación en la ciudad durante la Edad Moderna: la figura del pregonero. In: GÓMEZ; AMLANG; SÁNCHEZ (org.) - *Opinión pública y espacio urbano...* p. 319-334.

²³⁰ A primeira provisão que encerrava as comédias durante o período letivo é de 1596, dada pelos governadores do reino em atendimento às denúncias de "muitas inquietações e brigas causadas pelas comédias castelhanas". Mas, não sendo esta prática ordem observada fielmente pela "mocidade escolar e os habitantes da cidade", que promoviam ou alentavam "com sua presença e o seu dinheiro, comédias públicas fora da cidade", em 1607 um novo alvará destinado a "atalhar os inconvenientes que se seguiam de haver comédias públicas na cidade de Coimbra (...) e para paz e quietação dos moradores, e recolhimento dos estudantes" estendia a proibição das comédias na cidade para duas léguas ao seu redor durante os oito meses de estudo (outubro a maio). Cf. LOUREIRO, José Pinto. *O teatro em Coimbra: elementos para a sua História (1596-1910)*. Coimbra: Edição da Câmara Municipal, 1959, p. 57-59. Para os mesmos documentos, cf. BMC. *Registo*, t. 8, fl. 136. BMC. *Registo*. t. 11, fl. 100.

²³¹ SILVA, José Justino de Andrade e. *Collecção Chronologica da Legislação Portugueza — 1620-1627*. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1855, p. 410-411.

latinidades fizessem representações anuais de comédias²³²), deve ser levado em conta que a presença de um elemento cultural, que, além de novo, era tido por castelhano, podia ser interpretada como uma desagradável consequência da subordinação política do reino à Madri. Denúncia mais facilmente tornada pública quando ao tal gosto eram atribuídos os constantemente alegados fatores desvirtuantes e de grave risco à moral e às almas. Por isso e por tudo, a presença deste elemento cultural foi, por vezes, compreendida como imposição de um gosto estrangeiro.

Não por menos, o próprio teatro foi utilizado como meio de propaganda da própria Monarquia, característica amplamente estudada²³³. Se postos em conjunto os fatores estéticos e pragmáticos do funcionamento dos pátios e da exibição das comédias, as lições de Maravall sobre um teatro *dirigido, massivo, urbano* (e não necessariamente *conservador*, dada a inovação estilística e técnica e também por alguns conteúdos políticos não desligados de disputas políticas correntes), os efeitos do Pátio sobre o cotidiano urbano começam a ser melhor delimitados²³⁴. Nos anos de governo castelhano de Portugal, isso é especialmente importante para pensar a Lisboa do período. Alguns estudiosos do teatro espanhol, inclusive, investigaram como portugueses e Portugal eram caracterizados em diferentes contextos pelas penas de autores como Lope de Vega ou Tirso de Molina — e como suas comédias atendiam aos diferentes contextos vividos no reino, ao longo do período filipino²³⁵.

²³² LOUREIRO - *O Teatro em Coimbra...* p. 45 e 46.

²³³ Uma vez que seria redundante e interminável listar todos os estudos, ficam aqui apontados os mais utilizados para a tese: MARAVALL - *A cultura do barroco...* GÓMEZ; AMLANG; SÁNCHEZ (org.) - *Opinion pública y espacio urbano...*

²³⁴ Cf. Para além do caráter *massivo*, Maravall também conceitua as feições *dirigida* e *urbana* do barroco (também a considerando *conservadora*, o que aqui não é assumido tal como o autor propõe), cf. MARAVALL - *A cultura do Barroco...* p. 119-243. Para a relação entre cênica e efeito sobre os públicos, convém lembrar o já mencionado capítulo de *A cultura do Barroco* em que Maravall dissecou a relação entre interesse e curiosidade por novidades e invenções técnicas na corte dos Filipes, sobretudo atento ao período de Filipe IV, cf. *Idem*, p. 353-383 e 389-405. Também o trabalho de Francisco Javier Castro Ibaseta sobre o *mentidero de Madrid* e a sua importância para a observação da opinião política popular, bem como sua relação direta com os corraís de comédia, devem ser lembrados. Cf. IBASETA, Francisco Javier Castro. *Mentidero de Madrid...* In: GÓMEZ; AMLANG, SÁNCHEZ (org.) - *Opinion pública y espacio urbano...*

²³⁵ José Ares Montes é um dos que se dedicam a perguntas sobre a relação entre a presença do teatro espanhol no Portugal filipino: "En nuestro teatro del siglo XVII abundan las comedias inspiradas más o menos en historias extranjeras o ambientadas en una Italia o en una Polonia o Francia que poco o nada tienen que ver con la realidad. Pero en ningún caso la historia se trata con tanta admiración y respeto — demos de lado ahora a anacronismos y otras flaquezas — como cuando se refiere a Portugal, ni los personajes son elogiados como lo son los portugueses. ¿Existía alguna razón especial, aparte de la proximidad geográfica y el parentesco, llamémosle así, entre

Aliás, muitos autores do período dividiam sua pena com um conhecimento prático do mundo, por meio do qual buscavam crescer pessoalmente através de feitos e não apenas de letras — vide o incansável peregrino Fernão Mendes Pinto ou os célebres

los dos países, para esta preferéncia y este trato?" MONTES, José Ares. Portugal en el teatro español del siglo XVII. In: *Filología Románica*. 0212-999X. Madri: Editorial Universidad Complutense, nº 8, 1991, p. 11-29. Para responder à pergunta que propõe, o autor elabora uma cronologia das comédias com temas ou personagens portuguesas em função da própria cronologia política de Portugal na União Ibérica: "Nótese que el periodo de más intenso cultivo del tema portugués coincide con el período de mayor acercamiento entre los dos reinos: 1595, restañadas ya, al menos en parte, las heridas de la invasión de las tropas españolas, y 1620, tras la jornada de Felipe III a Portugal, en 1619, en la que se habían puesto esperanzas que no tardarían en desvanecerse. Después de essa fecha y hasta 1640, se escribieron ya pocas comedias de materia portuguesa, faltas además de cualquier interés, si excetuamos dos: *El Brasil restituido*, 1625, de Lope de Vega, intento de poner de relieve la comunidad de intereses entre las dos cabezas de la periclitante monarquía dual, y *Las Quinas de Portugal*, de 1638, de Tirso de Molina, su canto de cisne y canto de cisne de la lusofilia en el teatro español, intento quizá, casi me atrevería a clasificarlo de desesperado en sus buenas intenciones, de exaltar al máximo las glorias lusitanas en sus mismas raíces, para aquietar los aires de fronda que corrían por Portugal desde 1628 y que culminaron, en 1637, en las llamadas «alteraciones» de Evora." Idem, p. 20. Evidentemente, tais presenças portuguesas no teatro espanhol mudaram sensivelmente após 1640, inclusive, especialmente importantes são dois autores: Francisco de Villegas e Alvaro Cubillo. O primeiro é autor de um *El Rey Don Sebastián*, título posterior a 1640, que Ares Montes define como "síntesis de las de Vélez y Lope sobre el mismo tema". A diferença, entretanto, é que: "Villegas suprimió varios personajes, entre ellos un Duque de Berganza, lo que me parece sintomático, dado que la pieza es, como queda dicho, posterior a 1640." Idem, p. 23 Já o segundo, mais detidamente analisado, é autor de peças que apresentam um episódio histórico que serve como analogia ao presente, qualificando o traidor que há no duque de Bragança. É importante ressaltar a diferença entre as formas como o mesmo episódio foi tratado antes e depois da Restauração: "Precisamente sobre las vicisitudes de otro Braganza, pero el de reinado de João II, se basa la *Tragedia del Duque de Verganza*, de Alvaro Cubillo de Aragón. Cubillo escenificó el episodio de la conspiración de los Braganza durante aquel reinado y el conseqüente ajusticiamiento del traidor y de otros miembros de su Casa. Lope trató también, hacia 1608, este asunto en *El más galán portugués, Duque de Verganza*, aunque en posición diferente a la de Cubillo. Lope, que elogió siempre a los Braganza, los proclama inocentes y condena la justicia de João II. Los tiempos son otros cuando Cubillo escribe su *Tragedia*: acaba de estallar la sublevación contra el rey legítimo, Felipe IV, y la capitanea, otra vez, un Duque de Braganza. ¡Que buena ocasión para actualizar el suceso del siglo XV y relacionarlo con el de XVII! Para Cubillo, que indudablemente tiene en cuenta lo que esta sucediendo en Portugal, los Braganza son traidores, por tanto deben ser castigados, mientras que el Rey es justo y víctima de la conspiración (...) en diversos lugares de la obra, Cubillo deja bien claro sus designio propagandísticos y a veces muestra un cuadro bastante real de la situación en el reinado del último Felipe, como se desprende del siguiente parlamento que el de Braganza dirige al Duque de Viseu, donde asoma una alusión a las circunstancias que precedieron al levantamiento de 1640, así como una velada acusación al mal gobierno español." Idem, p. 23-24. Novamente, o cotidiano e a conjuntura agem como elementos de contigência temática e de influência sobre a configuração dos temas para a criação de um sentido e de uma narrativa reveladora de uma opinião ou de uma versão sobre acontecimentos que possa servir como meio de caracterizar e definir fatos e pessoas. Daqui se infere um cariz propagandístico, que não deixa de ser revelador de uma crítica política ao próprio governo — possivelmente a Olivares, já que não há uma crítica às alegações de direito, mas, sim, às opções de governo — que é, também, em tudo proporcional ao problema da opinião pública.

Camões e Cervantes. De grande importância é, entretanto, lembrar que o próprio Lope de Vega, seguindo algo que Enrique García Santo-Tomás chamou de "modelo decadente y juvenil de poeta-soldado todavía muy presente en el imaginario", integrou a expedição comandada pelo duque de Alba para conquistar Lisboa, em 1588, tendo servido ao marquês de Santa Cruz na redução dos Açores²³⁶. Estas informações são aqui apresentadas como modo de manter a lembrança de que, mais do que um tema literário, Portugal e portugueses eram, para estes autores, assuntos cotidianos e dos quais participaram presencialmente.

Para além deste caso particular, o fato é que tais autores e tal forma de apresentar e significar eventos históricos importantes foram trazidos de um ambiente em que o teatro funcionava de modo irregular e, na maior parte das vezes, fechado — isto é, privado — a um outro contexto bastante diverso. É neste que as comédias (identificadas genericamente como) castelhanas, cujas representações tornavam-se cada vez mais profissionais e elaboradas com generosos orçamentos e invenções técnicas e tecnológicas, conquistaram o interesse da cidade pelo teatro²³⁷. Apesar de resistências de todo o tipo.

Embora seja possível perceber como as comédias castelhanas podiam ser recebidas como inconvenientes de um novo e controverso momento político, com diferentes expectativas e frustrações espalhadas pelos diferentes grupos sociais, os incômodos com as comédias não se limitavam a assuntos políticos. Se, por um lado, as comédias e o riso que provocavam pudessem ser tidos como um inconveniente

²³⁶ VEGA - *Arte nuevo...* p. 15. Além de participar nessas expedições, Lope ainda terá integrado o fracasso da Invencível Armada. Cf. Idem, p. 15 e 16. Sobre as viagens de guerra e registros sobre elas deixados por outros autores que seguiam este modelo de "poeta-soldado" ou que despontavam um olhar peregrino e aventureiro, nomeadamente aqueles que estiveram em Portugal, cf. MONTES, José Ares. Turismo de Guerra en el Portugal de 1580. *Studi Ispanici*, 1978, p. 9-30. ISSN: 0585-492X. Ainda sobre este problema, é relevante para a sua consideração duas referências que podem ser entendidas como autobiografias, tais como a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto — já apresentado como primeira referência de pícaro aventureiro e peregrino da literatura portuguesa (cf. *A segunda morte de Lázaro*), tanto pela temática quanto pela vincada abordagem à experiência individual e autobiográfica pela bibliografia dedicada ao pícaro em Portugal e que contrariava uma definição e tendência heróica pátria/coletiva de povo sintetizada, por oposição a *Os Lusíadas*, do também "poeta-soldado" Luís de Camões — e a novela com notas autobiográficas *El peregrino en su patria*, do próprio Lope de Vega.

²³⁷ Sobre o papel social do teatro e das festas, com especial atenção para a importância das novidades, da invenção e do artifício (com recurso à engenharia e pirotecnia), como forma de propaganda e de manter uma sociedade em contínuo estado de festa e suspensão, a fim de evitar que a opinião das massas se somasse aos problemas internos da arena política que rondava o governo, pelos Filipes, cf. MARAVALL - *A cultura do Barroco...* 353-385.

estrangeirismo e, ironicamente, sintoma da depressão política do país, uma vez que correspondia ao abandono de costumes portugueses justamente quando seus naturais deviam redobrar o vigor e não o ócio²³⁸, por outro, eram um crescente sucesso e não era apenas em função do contexto político do reino que eram vistas com suspeição. As comédias em si, por outros problemas percebidos nelas, despertavam críticas de outra natureza. Mas, antes de ser o próprio gênero ou o teatro o problema, a polêmica tinha como alvo *estas* comédias.

Não por acaso, a reação a uma nova forma de se comunicar narrativas escritas através da encenação dramática despertou outras reações de todo o tipo, desde a afluência massiva de um auditório curioso à reprovação daqueles que ficavam escandalizados com a vocação do povo para o ócio e para o divertimento antes de cultivarem a moderação de seus apetites. Preocupava algumas pessoas um gosto amplamente repercutido, cada vez mais consolidado no gosto popular (já num sentido de aceitação por uma grande variedade de públicos que se reuniam em uma estratificada audiência), que alcançou um intenso e variado consumo, inclusive em regiões onde sequer havia um espaço como o Pátio das Arcas.

Em lugares menores, com menos estruturas urbanas, outros espaços de afluência pública eram utilizados com múltiplas funções. O fato não é propriamente uma novidade. Em muitas ocasiões, as igrejas maiores de vilas e pequenas cidades podiam abrigar festas e reuniões públicas ou debates sobre assuntos urgentes que chegavam ao conhecimento

²³⁸ Uma opinião já do século XVIII, mas semelhante nos riscos e prejuízos que denunciava como derivados dos costumes e ócio desfrutado no teatro bradava: "As espadas largas degeneraraõ em cotós, e os capacetes se trocarã em perucas: já o pente em vez de se fincar na barba ensanguentada, se finca publicamente na cabelleira alvejando com polvilhos. Cheiraõ os homens a mulheres; naõ a Marte, mas a Venus. quem havia de imitar ao grande Albuquerque prendendo a barba ao cinto, se já naõ ha novas de cintos, nem de barbas? Quem haveria de sair aos leons em Africa, se he mais gostoso estar no camarote em Lisboa gracejando com as farsantes, e atirando-lhes já com chistes, já com dobroens?" BERNARDES, Manoel. *nova floresta ou sylva de varios apophthegemas*. Lisboa: Impresso por Valentim da Costa Deslandes, 1708, vol. II, p. 314. Ainda sobre o risco do ócio, em 1598, um "papel eminentíssimo" não português defendia a suspensão das comédias pelo gravíssimo dano do ócio à república: "Destas representaciones y comedias se sigue otro grauissimo daño y es que la jente se da al oçio deleite y regalo e se diuierde de la milícia y con los bailes desonestos que cada dia ibientan estos aranduleros y con las fiestas banquetes y comedias se haze la jente de españa muelle y afeminada e inabil para las cosas del trauajo y guerra" BNP. Cod. 1464, fls 168v-179. *Consulta que se hizo a Su Magd de Ph^e 2^o a instanzia de Don Pedro de Castro Arcobispo de Granada y aora de seuilla para prohibir las comedias por el año de 1598, papel eminentissimo*. fl.173.

das populações. As comédias se beneficiaram destas qualidades e funções dos átrios das igrejas²³⁹, ainda que nisso sofressem bastante oposição e mesmo restrições legais.

Um caso sintomático e que resume muito do que foi e continuará a ser dito sobre as comédias ocorreu, justamente, numa igreja de Azambuja²⁴⁰. Movidos pelo zelo aos lugares sagrados e pelo respeito às suas jurisdições e concílios, o prior e o vigário da Igreja Matriz de Azambuja entraram em disputa com o provedor da Misericórdia, sendo agravados na justiça pelas objeções à presença dos comediantes na vila — sobretudo, na igreja em que praticavam seus serviços. O documento, que, embora não seja datado, é seguramente do período filipino, como se infere do contexto e problemas descritos na polémica, é revelador tanto dos problemas políticos ou objetivos da presença dos comediantes (como os atritos que protagonizaram com autoridades locais e a ênfase na sua qualidade de estrangeiros), como outros que dimensionam o problema estético das novas comédias naquela sociedade portuguesa.

A disputa teve início com a objeção do prior em conceder a Ermida do Espírito Santo como local para representações. Além do repúdio à possibilidade de que os confrades e comediantes, apoiados pela prerrogativa que os irmãos da Misericórdia tinham para escolherem os locais das representações, os religiosos argumentavam sobre o risco público e moral da “grande afronta” que seria privar as igrejas de arbitrarem sobre os usos dos seus lugares sagrados, uma capacidade que tinham por direito:

m^{to} mais pois se faria dellas exemplo, e se daria principio a seruire os templos sagrados de curraes de comedias, e pagodes de dâçadeiras (...) e atropelarse a lei Euangelica, e da Igr^a catolica e as constituições do Arcebispado taõ fauoreçidas sempre dos Reis Católicos por suas leis e ordens e guardadas em pratica como do vso como em semelhantes couzas he notorio; nẽ se ouuio ia mais q a iurisdicção secular se intromettesse ã esta materia, por mais publica q seia e por qualquer publico bem contra ellas; antes tem curraes pprios p^a taes actos, ou se fazẽ em praças publicas, ou em outros lugares profanos.²⁴¹

Como já se demonstrou nas problematizações do *pícaro* e da *praça*, o mais comum era que o repúdio a uma coisa qualquer se fizesse associado a outros elementos que

²³⁹ “Com efeito, não era só Lisboa quem à nova cultura se abria: Coimbra e o Porto não lhe ficavam atrás e até nas mais obscuras aldeias se utilizavam os átrios das igrejas para armar os palcos destinados a acolher «as comédias famosas», os dramas de capa e espada dos mais altos engenhos espanhóis.” PICCHIO - *História do teatro português...* p. 159.

²⁴⁰ BGUC. Ms. 535, fls. 234-237v. *Sobre o agravo q fez o prouedor, cõ os mais Confrades da misericordia da Vila de Azambuja, ao iuiz dos feitos delRej, por se lhes euitar pello Ecclesiastico fazer Comedias e danças profanas nas Igr^{as} da d. Villa.*

²⁴¹ BGUC. Ms. 535, fl. 234v.

conformavam o senso comum. Isto é, a questão se definiria por quanto mais elementos de má reputação pudessem ser associados e não apenas por um problema específico, como a execução de um ato profano em local sagrado. Exatamente por isso, foi dado destaque ao fato de que o mais grave era que se ultrapassava a capacidade das igrejas em não consentirem que nelas se representassem “morm^{te} comedias, e m^{to} menos por taes pessoas”²⁴², algo que encaminha o problema não apenas para a qualidade do ato praticado, mas para a de quem o praticava.

As pessoas em questão seriam “hüas castelhanas” a quem o prior negou licença para representar comédias. Segundo as notícias do agravo feito contra o prior à justiça, estas mulheres, entre as quais haveria uma casada, seriam “mulheres publicas e descompostas” e, tendo-lhes sido negada a demanda, se valeram “do seu gallante que lhe parecesse mandar na terra e no ceo” para conseguirem representar na ermida do Espírito Santo²⁴³. Uma soma de qualidades que alcança um produto capaz de produzir diferentes críticas: a da falta de castidade feminina, a dos maus costumes que traziam pessoas estrangeiras e os exemplos que deixavam em um momento em que Portugal se via cada vez mais confrontado não apenas com um governo não natural, mas também com gostos e costumes estrangeiros — como se pretende demonstrar seguidamente. Uma síntese expressa no modo como as palavras “hüas castellanas” assumem claro sentido pejorativo para definir as pessoas envolvidas.

A chegada da companhia, sobretudo das castelhanas que formavam o elenco, foi recebida pelas pessoas graves do lugar com temeridade e desaprovação. Além de desrespeitarem resoluções eclesiásticas que proibiam banquetes e as “grandes gritas e cantos torpes e galhofas de comeres e beberes” que ostentavam em seus “bailos descompostos”, o autor do relato informa que os moradores do lugar, movidos pelo desejo de partilharem da lascívia dos comediantes, iam à Igreja alegando motivos religiosos, mas apenas para praticarem os mais exagerados prazeres terreaux:

Achei também na ermida do Spirito Sancto hião algüs a tomar disciplinas as noites da quaresma (se isto he tomar disciplinas) afim de se encontrarẽ com algumas mulheres, e naõ deixauaõ de ser cazadas, q m^{tas} hião também a uer o mesmo acto, ficando todas as candeas apagadas; e se acharaõ algüs com alguas iuntos ã mao modo na mesma Igr^a. O q tudo me constou per informação de m^{tas} pessoas graues e tementes a D^{os} ã suas confissões requerendome acudisse a taes desordens. E

²⁴² BGUC. Ms. 535, fls. 234, 234v.

²⁴³ BGUC. Ms. 535, fl. 234v.

deixando outras m^{tas} couzas semelhâtes achei mais na ppria ermida, e na mesma matrix nos bailos e danças q se queriaõ fazer, e como digo, na vacante se faziaõ, estauaõ essas molheres conductas p^a offender a D^{os}, alem de o hauerem ia feito pouquo dantes, como se sabia pello escandalo q hauia das cazas ã q ellas entrauã, cõ os pprios gallantes a uer as dd Igra^s dançar tendo tocam^{tos} cõ ellas a uista de toda a gente, (e outras uezes dando beliscoes a outras moças q també bailauã) estando elles ã companhia de outros taes fallando e regosiandose cõ m^{tos} rizoos nessas torpezas em vozes claras e cõ m^{tos} assenos uẽdolhes també p^a os pes; e ellas q olhando p^a elles descompunhaõ as uasquinhas mais do q os pprios mouim^{tos} dos bailos lho faziaõ. E o q mais he fazendose isto nas capellas môres, e m^{tas} uezes estando o Sor desenserrado. Do q també fui como fica dito informado e requerido ã confissões como parocho acodisse ao grande desacato, e affronta q a D^{os} nisso se fazia, e ao escandalo q as conçiências pias se daua.²⁴⁴

De notar, segundo o relato do cura, como as consciências em desespero chegavam a repercutir o temor dos descaminhos em suas íntimas confissões. O “escandalo” crescia, inclusive, pelo fato de serem comédias de motivo religioso, algo visto como pretexto para disfarçar a lascívia e que redobrava as preocupações dos padres que, atônitos, viam com grande reprovação, amparados pelas letras de outras autoridades, o fato destas mulheres vestirem o manto de Maria. De modo geral, a crítica de que os comediantes usavam de seus artificios, fossem gestos, palavras ou ornamentos, para disfarçar malícias era bastante ampla e disso derivava a reprovação que fossem aceitos para representar as “comédias ao divino” ou o incômodo com o fato de se vestirem de imagens santas nos palcos e investirem de vida tão profana fora deles²⁴⁵. Também por isso, os religiosos

²⁴⁴ BGUC. Ms. 535, fl. 235.

²⁴⁵ "E portanto nã se poderaõ os dd. confrades excusar cõ as dd. suas comediantes, ou dançantes, dizendo q queriaõ fazer comedias ao diuino, e danças p^a festeiar a D^{os}; pois ainda q assi fora, e foraõ as danças cõ cantigas sanctas, na d. constituição se euita tudo isso expressam^{te} ainda qnaõ fossẽ feitas por pessoas taõ reprouadas" (o que continua a confirmar com base em concílios) e conclui: "E portanto nã q as taes danças foraõ també ao diuino ficauã sendo liçitas principalm^{te} nas Igra^s como nem taes comedias; pois se naõ fazẽ cõ a deçencia q se deue, antes cõ noauéis deshonestidades e lasciuias cõ q se costumaõ fazer pellas dd. pessoas, e so afim de deleitar o pouo, ou (p^a mais conforme fallar aos padres e conçilios asima referidos) p^a cõ ellas o prouocarẽ â sensualidade com os gestos e mais circunstanças q se usaõ. Confirmase isto mais cõ o q [Fr. Riveira / Ribadaneira] tratado 20 de Eucharistia, fallando das comedias ao diuino representadas por taes pessoas, relata dúm cazo gallante, e em uerdade mais p^a se sentir q o^a ser ouuido de catholicos, q | hauendose de representar hua comedia (diz elle) entrauã nella mais por S. Joseph hü q estaua actual e publicam^{te} amancebado cõ a molher do autor, q era a q representaua a purissima Virgẽ nossa Sra, e estandose uestindo dentro estiueraõ ã o acto torpe; e saindo porq ella olhaua p^a alguas pessoas (q que també acostumada estaua naõ a podia deixar de fazer) lhe estaua eççe demandando ceumes no mesmo teatro | E pellas grandes exclamações q o d. Rib. faz nisto, E morm^{te} contra os catholicos q taes actos consentem particularm^{te} em as festas diuinas ou Igra^s, as naõ fia fazendo menos no nosso cazo é q naõ por uentura saira outra tal q representara a mesma Sanctissima Virgẽ mai de Dos; pois tambe era certo e publico, q

portugueses e de outros lugares da Península viam com grande receio os privilégios feitos aos comediantes com a intenção de expandir a capacidade de amparo social dos hospitais.

Um “papel eminentíssimo”, dirigido a Filipe II pelo bispo de Granada, em 1598, chegava a questionar se os prejuízos das comédias às almas não seriam muito maiores do que os benefícios das esmolas concedidas aos hospitais e, junto a outros religiosos, na qualidade de “Medicos de las almas”²⁴⁶, pedia ao rei que não consentisse mais que houvesse comédias representadas em lugares públicos. Para o bispo, as garantias de que os textos representados deveriam ser aprovados pelas autoridades locais competentes e as provisões reais que buscavam atender aos pedidos das cidades a fim de adequar as representações aos seus costumes e tradições (por exemplo, no atendimento às dúvidas apresentadas pela Câmara de Lisboa) não eram capazes de emendar os malefícios da comédias. Por isso, mesmo a habilitação das comédias sob pretexto de um fim social não seria razão para conviver com “tantos daños de Almas cuerpos y haciendas”. Ao contrário, tal operação era, sobretudo, desconfiar da capacidade divina de amparar seus pobres e recorrer a esmolas do demônio para emendar os problemas dos homens²⁴⁷.

sendo molher do auctor estaua outrosi amancebada actualm^{te} cõ hü dos da mesma confraria, a uista de q pertendia representar e se sabia cõ a mesma publicidade q de continuo se estauaõ ã caza" Idem, fls. 237 e 237v [deduzido]. Já um *Discurso theologico sobre los Theatros y comedias de este siglo* traz o mesmo espanto, amparado em diferentes autoridades católicas, lamenta: "que fealdad más indigna, que ver hazer el papel de la Virgen purissima, y Reyna soberana de los Angeles (de quien no podemos sufrir el ver una pintura indecente, y fea) a una vil mugercilla conocida de todo el auditorio por liviana, y escandalosa; recibir la embaxada del Angel, y dezir las palabras divinas del Evangelio (...) Que cosa de más excrable horror, que ver representar la Persona divina de Christo, Dios, y Señor nuestro, a un hombre deshonesto, y adultero, amancebado con la que hazia el papel de la Magdalena; segun el Padre Mariana refiere que sucedió en su tiempo, y sucederá en el nuestro también, que nos son más honestos los Comediantes de ahora." CAMARGO, Inácio Pe. *Discurso theologico, sobre los theatros y Comedias de este siglo*. Lisboa: Impresso por Miguel Menescal, 1690, p. 199-200, p. 194-195. O autor ainda alude à mesma passagem referida acima e extraída do Fr. Alonso Rivera antes de perguntar: "Y estas llaman Comedias a lo divino? Estas disculpan las profanas? Estas moven a devocion, y piedad? Estas se admiten en los templos, y e Templos (ò mōstruosidad horrible!) por muchos, y muy especiales titulos consagrados a la pureza? Esto no es irrision, y escarnio de lo sagrado? No es traer el Cielo arrastando por la tierra?" Idem, p. 195-196.

²⁴⁶ BNP. Cod. 1464, fl. 177.

²⁴⁷ O mesmo papel que apresentava os religiosos preocupados como médicos das almas questionava a habilitação das comédias sob pretexto de um fim social, diz o bispo: “Outro medio se puede tomar para el remedio de los hospitales y no este porque a los pobres de Xpto les emos de socorrer por sua amor y la lismosna com que hemos de alcanzar el zielo y perdon de los pecados (...) sin estos torcedores tan em fauor del demonio para que dellas se saque el fructo que es raçon porque de lo contrario se siegue q D’s quanto es de nuestra parte aremos grabe injuria al S^r y ponemos defecto em su diuina Prudenzia permitiendo las comedias y com ellas tantos pecados com el acha de la lismosna como si el no fuese poderoso para sustentar sus pobres por otros caminos o tubiesse neçessidad de las obras (...) del Demonio para podello

Mas, antes de diminuir o interesse e a curiosidade pelas comédias e pelos comediantes, juízos como o acima apenas agregavam elementos à caracterização dos artistas. Na verdade, algumas companhias ficavam tão conhecidas que a sua fama, mais do que os acompanhar, se antecipava a eles — sempre imaginadas a partir de opiniões e relatos semelhantes aos de Azambuja ou do bispo de Granada. Uma das “mulheres castelhanas” que mais despertou o desejo de sua audiência foi, possivelmente, Josefa Vaca, atriz famosa e casada com “o grande Morales”. Alguns vestígios de sua fama de atriz e de mulher cobiçada explicam como, para parte do público, os comediantes eram pessoas sem qualquer aspecto moral consistente. Até Francisco Rodrigues Lobo, reverenciado por graves e doutas palavras, desceu o estilo e a atenção para comentar a repercussão que a presença da atriz causava em Lisboa. Surpreendeu ao autor de *A corte na aldeia* o fato de que a atriz dava seu corpo “somente aos sentidos exteriores nesse Teatro, rezervando os secretos naturaes p^a seu companheiro, sem querer admittir outros a porção de sua carne”²⁴⁸.

A surpresa de Lobo beirou a indignação. Para ele, não era possível admitir que tal castidade viesse de uma mulher de vida tão mundana e, assim, sarcasticamente advertiu:

Primeiramente temos conhecido por experiencia, que a mulher de Comediante, que tem bom rosto, e o não mostra tal a quem lhe offerece dinheiro, he p^a seu marido, como se fora esteril; e sendo vm^{ce} Vaca tomar natureza de mulla, he couza insofrível. Alem disto, em chegando vm^{ce} a representar em publico, poem em pregaõ de almoeda sua fermosura, de maneira que sô he licito encarecerse, mas não difficultarse p^a o fim que pertende, que he ganhar por sua pessoa galas com que appareça, louvor com que se acredite, e a elle coroa com que se honre, e mulher em que se falle.²⁴⁹

A imagem dos comediantes era tão solidamente ligada aos prazeres da vida carnal, à imoralidade e à luxúria que nem mesmo a recusa e o recatamento de Vaca eram perdoados por Rodrigues Lobo. O célebre autor português, antes de elogiar o recolhimento da atriz e seu cometimento com o matrimônio, preferiu usar do humor para

hazer” Idem, fls. 177v-178. Uma crítica semelhante se recupera no *Discurso theologico* referido acima: "Ultimamente alega el Diabolo de las Comedias sus grandes meritos para con el pueblo Christiano, y su caridad ardiente en alimentar los pobres del Hospital, ó niños expositos, tan á costa suya, que ha llegado a tomar un censo sobre este fin sobre las casas principales, en que vive, esto es, sobre los Corrales. No es la industria nueva, pero muy propria del Diabolo."

CAMARGO - *Discurso theologico sobre los theatros...* p. 199-200.

²⁴⁸ ANTT. Manuscritos da Livraria, nº 2073, fls. 129-132v. *Carta de Francisco Rodrigues Lobo a Jozepha Vaca mulher de Morales grande representante de Comedias*. fl. 129v.

²⁴⁹ Idem, fls. 130, 130v.

ironizar tal comportamento, assim como outras vezes o fizeram ao longo do trajeto percorrido por sua fama e pela repercussão de sua fidelidade matrimonial²⁵⁰. E o fez aconselhando Vaca a não tomar para si os exemplos das mulheres castas que representava. Afinal, era ela uma comedianta. E sendo este ofício impuro, sobretudo para as mulheres, e a sua repercussão tão amplamente vivida no cotidiano por onde passavam as companhias, Lobo entendia que, se o que a preocupava era a má opinião pública, era melhor que soubesse: “nada escapa a velhacos de Lisboa, vendo huma representante, que senão assoalha, como não crem que o fação por honestidade (...) em vm^{ces} até a opinião de serem castas, se tem por enfermidade contagioza”²⁵¹.

Não deverá ter sido de pouca contribuição para a consolidação de uma tal imagem dos comediantes — sobretudo das comediantes — a vida pessoal de uma figura pública como a de Lope de Vega. Afinal, se as comédias eram sua criação, em um ambiente altamente regido por uma moral e uma doutrina contrarreformistas e pela imensa boataria que se revela em diferentes registros da vida urbana contemporânea²⁵², não apenas as

²⁵⁰ A fama da beleza de Vaca e o assédio que sofria dos públicos das comédias encontrou repercussão em outros lugares. Aliás, neste episódio, Rodrigues Lobo pode ter sido espontâneo, mas também é possível que tenha seguido exemplos vindos de outros lugares por onde as famas de Morales e Vaca passaram, demonstrando conhecimento e atenção não tanto à fama dos comediantes, mas à vida cultural da Monarquia na qual Portugal estava inserido. Afinal, bem aceitas ou não, as comédias repercutiam — e muito! Referindo um folhetim de Júlio Dantas, Gustavo de Matos Sequeira diz-nos sobre Vaca e outros versos que foram dedicados à sua beleza (paradoxal para o senso comum) casta e comedianta: “casada com o gracioso Morales, —el Borríco— que mereceu sátiras a Vilamediana e pela qual se apaixonou (sic) o nosso Francisco Rodrigues Lobo, teve aqui um êxito de galanteria que aquê ilustre polígrafo supõe o primeiro em extensão e retumbância (...) Josefa Vacca, a que chamavam *embelso(?) de los difuntos*, foi uma Circe famigeradíssima. O marido sempre pensando que *las astas del apellido de la mujer podiam levantarle el sombrero*, passou inclemências, sempre a farejar traições, dizendo a anedota que certo cura chegou a ser chamado pelo cómico para lhe espargir de água benta a casa, o leito e muitas coisas mais. Nada disto impediu mil sátiras que lhe fizeram, como aquela quadra do Marquês de Medina, gritada ao actor, ao aparecer em cena luxuosamente trajado.

Com tanta felpa en la capa
y tanta cadena de oro
el marido de la Vacca
¿que puede ser sino Toro?”

E, segundo Sequeira, o teatro em coro teria respondido: “«—Mú...»” SEQUEIRA - *Teatro de outros tempos...* p. 115-116.

²⁵¹ ANTT. Manuscritos da Livraria, nº 2073, *Carta de Francisco Rodrigues Lobo...* fls. 131 e 131v.

²⁵² Em *La fuerza de la sangra*, Cervantes deixa emergir o ambiente em que as vozes sem rosto das cidades podiam consumir a “honra” e a “fama” de uma pessoa. Acordando ainda desorientada do sono em que caíra após ser estuprada por Rodolfo, Leocadia diz a seu agressor que preferia que: “este lugar donde ahora estoy, cualquiera que é se fuese, sirviese de sepultura

comédias lopescas seriam sua criação, mas seu exemplo de vida acabou por se tornar metonímia para o comportamento dos comediantes em geral²⁵³. Mas, para além de casos escandalosos da vida dos comediantes e do mundanismo peregrino próprio à profissão — característica definidora de pícaros e que contribuiu também para a sedimentação de uma má reputação no senso comum relativamente aos comediantes²⁵⁴ —, é importante detalhar como tais opiniões se recuperam na própria *forma* das novas comédias. Isto é, o quê nestas novas comédias fez com que a sua *forma* pudesse ser compreendida como responsável por tais comportamentos polémicos num aceso debate que houve sobre elas. Este, entretanto, é um assunto para mais adiante. Agora, cumpre seguir com outras observações sobre como as comédias, por seus aspectos mercadológicos (tanto pelo gênero como pela atividade dos pátios de comédias), intervinham na vida cotidiana de uma cidade como Lisboa.

3.2 - O comércio das comédias dos Filipes aos Braganças

As informações acima apresentam o contexto da chegada do novo teatro do *Siglo de oro* a Portugal. As dúvidas e as objeções formam parte do que é possível alcançar sobre a recepção às comédias, juntamente com o senso comum e as ideias cristalizadas sobre quem eram os comediantes, seus perfis sociais e morais. O que elas não revelam por si é o quão impactante era esta atividade em outras partes mais práticas do dia a dia da cidade. Não evidenciam, por exemplo, os contornos mais objetivos da exploração comercial do Pátio, o modo como companhias eram contratadas e os rendimentos e custos envolvidos

a mi honra, pues es mejor la deshonra que se ignora que la honra que está puesta en opinión de las gentes (...)! Oh tú, cualquiera que seas, que aquí estás conmigo —y en esto tenía asido de las manos a Rodolfo—, si es que tu alma admite género de ruego alguno, te ruego que, ya que as triunfado de mi fama, triunfes también de mi vida!" CERVANTES - *Novelas ejemplares...* p. 347-348. Outro exemplo é o próprio caso de Rodrigues Lobo e a alusão às fofocarias dos "velhacos de Lisboa". Além disso, esta afirmação não se desvincula de outras alusões a boatos feitas nesta tese e se recupera nelas.

²⁵³ Para uma breve notícia da vida amorosa de Lope e sua relação com algumas atrizes de companhias de comédias, cf. VEGA, *Arte nuevo...* p. 13-18.

²⁵⁴ Ainda tentando convencer Josefa Vaca a se entregar aos clamores por seu corpo, Rodrigues Lobo tenta adverti-la e recordá-la da sem razão de quaisquer ciúmes ou senso de comprometimento num casamento entre comediantes, numa alusão que remete ao seu caráter peregrino como elemento que contribuía para a sua má reputação: "E se vm^{ce} se chegar á rezaõ, elle acomodará a ella a paciencia, lembrandose, que o symbolo do comediante he o caracol, que trás a caza às costas, e trêpa por vertude dos cornos". ANTT. Manuscritos da Livraria, nº 2073, fl. 131.

nestas operações. E, embora denotem a conquista de um amplo auditório, não ajudam a delimitar a sua amplitude e variedade social. Fatores que, se também alcançados, servirão de termômetro para aferir se havia uma receptividade popular (isto é, por diferentes públicos da cidade) ou se a permanência do *corral* era incompatível com as preferências dos lisboetas para o seu tempo livre.

Como dito anteriormente, os atrasos na construção do *corral* lisboeta causaram um intervalo de seis anos entre a publicação do alvará de Filipe II, em 1588, e a verificação dos primeiros benefícios que as comédias renderam à Misericórdia (que ainda recolhia 150 réis e um frango de foro), em 1594. Mas ainda resta por demonstrar como os rendimentos do Pátio das Arcas acabam por formar um conjunto de dados que, complementados por outras observações sobre a rotina das comédias e sua interação com outras rotinas da cidade, ajudam a dimensionar sua importância no cotidiano²⁵⁵. Neste sentido, nos primeiros anos, a sorte das comédias permaneceu um pouco inconstante. Por exemplo, o primeiro ano de comédias (1594-1595) rendeu ao Hospital 83.460 réis, valor que aumentou para 188.810 réis no ano seguinte, mas que despencou para 9.060 réis em 1596-97, pagos em um única parcela — os anos anteriores possuem sete e treze pagamentos referentes às comédias²⁵⁶. E, no ano de 1599-1600, não houve nenhum registro de receitas vindas das comédias para o Hospital²⁵⁷.

Porém, já nos primeiros anos do século XVII, os rendimentos do Pátio, embora oscilantes, encontram alguma estabilidade. Na verdade, apesar das "dúvidas" e má reputação das comédias e dos comediantes, a sua penetração no gosto e na literatura que era consumida já era mais vascularizada no público português. Inclusive, extrapolando os palcos e alcançando a imprensa e o mercado que lhe era próprio. Uma edição impressa

²⁵⁵ Os rendimentos das comédias podem ser encontrados nos Livros de Receita do Hospital que, após a construção do Hospital São José, ficaram a seu cargo. Os livros para os anos do período filipino podem ser encontrados em ANTT. HSJ, Registo de Receitas, livros 586 (1594-1595) - 629 (1640-1641). A verificação dos rendimentos, entretanto, não segue um padrão. As primeiras receitas apresentam-se espalhadas pela ordem em que se encaixam nas receitas do Hospital. Outras, um pouco mais recentes, quando as comédias já estavam mais estabelecidas e as contas do Hospital mais sistematicamente apresentadas, ficam dispostas em uma seção própria.

²⁵⁶ ANTT. HSJ, Registo de Receitas, livro 586 (1694-1595), fls. 230, 234v, 235, 235v, 236, 237v e 238; ANTT. HSJ, Registo de Receitas, livro 587 (1595-1596), fls. 233, 234, 235, 236, 236v, 237, 238, 239v, 240v, 241, 243 e 244v e ANTT. HSJ, Registo de Receitas, livro 588 (1596-1597), fl. 237v.

²⁵⁷ ANTT. HSJ, Registo de Receitas, livro 589 (1599-1600). É possível notar que há uma quebra na seriação dos livros que não permite verificar informações sobre os anos de 1597-98 e 1598-99.

contendo doze comédias de Lope, publicada em 1605 por Estevão Lopes e Jorge Rodrigues, traz em seu prólogo:

Anda en nuestros tiempos tan valida el arte Comica, y son tan recebidas las Comedias, que auiedo llegado a mis manos estas doze de Lope de Vega, las quise sacar a luz, y comunicarlas con los que por ocupaciones, o por difficultade de no llegar a sus pueblos representantes, dexan de oyrlas en los publicos teatros, para que ya que estan priuados de lo vno, puedan gozar en lectura lo que le es difil por otro camino.²⁵⁸

O prólogo ainda encerra com a promessa do editor de que, se bem recebido o volume, traria mais comédias impressas para o público. De fato, no mercado de impressos, as décadas seguintes viriam apenas a confirmar o interesse pelas comédias e gosto pelo teatro espanhol. Os títulos e autores impressos confirmam a tendência de um ostracismo do teatro português eclipsado pelo novo teatro que vinha do outro lado da península. Mesmo Jacinto Cordeiro, um dos poucos nomes do teatro português que alcança notoriedade com diferentes títulos impressos e, inclusive, representados, fora de Portugal compôs seu teatro ao modo do de Lope e, aparentemente, com grande aceitação²⁵⁹. Mas, para compor esta trajetória, convém perceber não apenas os detalhes de operação do teatro pelos seus agentes profissionais como também aspectos do seu dia a dia — ou seja, o funcionamento não apenas da cênica e das operações que viabilizavam as apresentações, mas também do prédio em sua cidade.

Quanto à sua geografia, o Pátio das Arcas habitava o coração da cidade. Além dos seus usos específicos, um livro contendo o tombo do edifício do Pátio das Arcas, de 1696,

²⁵⁸ *Doze comedias de Lope de Vega y Carpio com as loas ao principio. Dirigidas ao Senhor Gonçalo Pirez Carualho Prouedor das obras del Rey noŝo Senhor*. Lisboa: Impressa por Jorge Rodrigues, 1605. A edição foi financiada pelo livreiro Estevão Lopes e vendida em sua casa e na Capela real.

²⁵⁹ No *Summario da Bibliotheca Lusitana*: "sus comedias sahiraõ em varias Officinas de Hespanha". FARINHA, Bento José de Sousa. *Summario da Bibliotheca Lusitana*. Lisboa Impresso por António Gomes, 1786. Tomo II, p. 205. As informações sobre quais companhias representaram suas comédias estão presentes em alguns dos seus próprios livros. Na *Segunda parte* de suas comédias, é informado que seus títulos foram representados por Thomaz Fernandez e pela companhia de Avendaño. Cf. CORDEIRO, Jacinto. *Segvnda parte de las comedias del alferezz Jacinto Cordero*. Lisboa: Impresso por Lourenço Craesbeck, 1634. No frontispício, há menção ao fato de que a impressão foi custeada pelo próprio impressor e por Paulo Craesbeck, mercador de livros que provavelmente explorou comercialmente a sua venda. Na seção prévia em que se dirige ao leitor, Cordeiro se vangloria: "Leitor amigo, na primeira parte das minhas Comedias te prometi a segunda, que agora dei a estampa com mayor confiança, pela breuidade com que se gastarão, não s' neste Reyno, mas nos estrangeiros donde se imprimirão, sem eu o solicitar. Bastante proua he esta dos aplausos, q grangerão por sy nos teatros de Espanha para justificar com ella minha justiça entre meus inimigos."

oferece informações mais detalhadas sobre o seu funcionamento que informam usos bastantes comuns aos *corrales* do Siglo de Oro. No tombo, é informado que no pátio eram vendidas comédias e havia até uma "caza q chamão da Agua (porq nella se vende agua ao povo)"²⁶⁰. Estes serviços, as comidas e a água potável que era vendida ao povo, coisa até óbvia para lugares como os pátios de comédias, ajudam a visualizar, entretanto, como o funcionamento do pátio servia como lugar propício a encontros e a uma sociabilidade que muitas vezes não se limitava às comédias, pois contribuía para uma intensa movimentação de pessoas pelo Pátio, mesmo que não buscassem exatamente assistir às representações — por exemplo, aquelas que quisessem buscar água de boa qualidade²⁶¹.

As lições de Ibaseta sobre o *mentidero* de Madri dizem, por exemplo, sobre como este lugar era complementar aos pátios. Ou seja, é coerente assumir o *corral* lisboeta como um lugar de encontros e de circulação de pessoas, conversas e opiniões. Mas, para evitar especulações que não delimitam sobre como tais encontros podiam ocorrer, é possível trazer aos comentários de Francisco Rodrigues Lobo sobre os "velhacos" de Lisboa a apresentação de como se dava a frequência, isto é, a admissão ao Pátio das Arcas. O pátio dividia-se em diferentes espaços. Os rendimentos descritos nos livros do Hospital — alguns mais detalhados do que outros — informavam de quanto rendiam os ingressos comuns e os camarotes, alguns arrendados anualmente. Além disso, havia aquele espaço que mesmo o *vulgo* conseguia alcançar para o seu divertimento, ficando em uma área onde não havia "nenhüs assentos, ne fersuras por servir de passagem e de verem em pé varias pessoas; das quaes pessoas , q vem em pé não leva nada, nem toca a este Hospital, como tambem das do Pateo."²⁶² Toda a receita dos demais lugares mantinha a divisão de 60% e 40% para o Hospital e para os responsáveis pelos lugares de execução, no caso, o Pátio das Arcas.

Estas múltiplas condições de acesso garantiam (e explicam) essa afluência tão heterogênea aos pátios. Explicam, ainda, como a comercialização do teatro, antes restrito aos espaços fechados ao público ou irrestritamente abertos a eles, fez do teatro uma

²⁶⁰ ANTT. HSJ, Tombo incompleto dos bens e prazos em Lisboa, livro 1186, fl. 161v.

²⁶¹ Gustavo de Matos Sequeira comenta sobre estas atividades: "A civilização quando descobriu a moderna expressão dos espetáculos ao ar livre, com serviço de café, licores e cervejas, não se apercebeu que os vendilhões, neveiros, e taberneiros de 1600, já a tinham precedido na inovação" SEQUEIRA - *Teatro de outros tempos...* p. 86. A fala de Sequeira lembra, ainda, que os espaços dos teatros dedicados a uma interação que não diretamente ligada às representações ainda podiam servir para conversas e comentários aos artistas.

²⁶² Idem, fl. 162.

atividade que mesmo privada não se distanciava do público²⁶³. Era, portanto, radicalmente diferente daquelas exibições não comerciais em que o caráter era ou exclusivamente fechado, ou exclusivamente aberto. A mediação do Hospital e dos donos dos pátios torna esta atividade uma forma de explorar comercialmente aquilo a que se chama, genericamente, por cultura. Por outro lado, estas diferentes formas de acesso, além de servirem como metáfora para a estratificação social, apresentam como o Pátio era capaz de abrigar e pôr em contato pessoas de diferentes grupos sociais: de uma plateia gratuita a outra bastante diferente, com camarotes reservados.

Por fim, esta reunião de pessoas tão diferentes entre si em um espaço em que partilhavam de um mesmo conteúdo cultural confirma uma tendência europeia para o teatro moderno. Isto, pois, naquela confusão de comidas, bebidas e cenas em um constante apelo aos sentidos, a variedade de pessoas presentes torna mesmo possível admitir a reunião de uma pequena multidão, ainda que em muito mais despreziosas e pacíficas intenções do que aquelas das multidões que se aglomeram em revoltas de todo o tipo. Uma sorte de gente que ia desde os que alugavam camarotes (os "autorizados", para usar um termo da denúncia do padre de Azambuja) à plebe e mais gente que preferisse se misturar aos que não pagavam. Portugal, nestes termos, não estava isolado em sua tópica da *finisterra*. Estava, sim, integrado pela Monarquia Católica a um modo de compartilhamento urbano da cultura capaz de refletir tanto a sua identidade cultural como também a sua manifesta efervescência urbana que tanto caracteriza os contrastes do Siglo de Oro — que oscilava entre as denúncias da pobreza e da miséria e as mostras de sua opulência, entre os clamores por sobriedade e a exuberância dos prazeres e do gosto do vulgo (como será apresentado mais adiante).

Mas estas mostras de opulência ficam ainda melhor apresentadas se considerada a projeção das comédias enquanto um negócio de complexa operação e capaz de movimentar volumosos recursos. Isto é, as comédias, para além de suas vantagens políticas para determinadas formas de propaganda ou denúncia e de sua capacidade de ser um dos mais representativos aspectos da cultura moderna, era já nesta época uma verdadeira atividade econômica. Em começos do século XVII, as comédias já se

²⁶³ Sobre os teatros comerciais modernos, cf. HAZA, José Maria Ruano de la; ALLEN, John J. *Los teatros comerciales del siglo XVII y la escenificación de la comedia*. Barcelona: Castalia, 1994. HAZA, José Maria Ruano de la. *La puesta en escena en los teatros comerciales del siglo de Oro*. Barcelona: Editorial Castalia, 2000.

mostravam mais estabilizadas no gosto e no pátio. Embora com diferenças (por vezes grandes) nos rendimentos anuais, o seu funcionamento já era regular e sem interrupções. Por exemplo, em 1605-1606, renderam 461.500 réis aos irmãos da Misericórdia. Este ano é o primeiro cujas informações presentes nos *Registos de Receitas* referem nomes de companhias que estiveram em Lisboa, no caso, duas: "los sevilhanos" e a de (António) "Villegas"²⁶⁴.

As informações que os livros do *Registo de Receitas* do Hospital apresentam sobre as companhias que vinham a Lisboa são inconstantes. Na verdade, a anotação dependia do quão detalhista era o tesoureiro do ano ou de algum forte impacto que tivessem produzido no volume das receitas, chamando, assim, a atenção do irmão responsável pelos registos. Entre os nomes de companhias que, confirmadamente, estiveram em Lisboa, é possível encontrar os nomes das principais companhias vindas de diferentes lugares da Península, novamente atestando a integração de Lisboa ao circuito de palcos comerciais da Monarquia. Além das acima referidas, vieram as de Antonio Granados²⁶⁵, Luis de Belgara (Vergara)²⁶⁶, Alonso de Villalva²⁶⁷, Juan de Morales (marido de Josefa Vaca)²⁶⁸, Lorenzo Hurtado²⁶⁹, Bartolomeu Romero²⁷⁰, Alonso Olmedo e Pedro Ortegon²⁷¹, as companhias de Juan Jerónimo e Heredia e Arieis²⁷², novamente a de Olmedo²⁷³, a de Pero de la Rosa²⁷⁴ e, por fim, a de Manuel Vallejo²⁷⁵.

Estas informações ajudam a perceber os impactos que as chegadas e partidas das companhias podiam provocar nos rendimentos do Hospital. E isso acaba por se tornar

²⁶⁴ ANTT. HSJ, Registo de Receitas, livro 595, fls. 245 e 267v.

²⁶⁵ ÁLVAREZ, Fernando Marcos. *Teatros y vida teatral en Badajoz: 1601-1700. Estudio y documentos*. Madri: Editorial Támesis, 1997, p. 125-128 (docs. nº 25-27). Nestes documentos, é possível encontrar a procuração pela qual Granados concedia ao sargento Pedro Perez poder para representá-lo e arrendar em seu nome o *corral* lisboeta, além de dois reconhecimentos formais de dívidas com outros comediantes, pelos quais estipula a forma de pagamento a ser continuamente deduzida por cada dia de comédia representada em Lisboa.

²⁶⁶ Idem, p. 139-141 (docs. 46 e 47).

²⁶⁷ Idem, p. 141 (doc. 48).

²⁶⁸ Idem, p. 154 e 157 (doc. 73 e 74).

²⁶⁹ ANTT. HSJ, Registo de Receitas, livro, fl. 282. O livro refere "Lço frutado". Entretanto, um contrato de *transporte* de companhias confirma a presença de Hurtado nesta mesma data em Lisboa. Cf. ÁLVAREZ - *Teatro y vida teatral en Badajoz...* p. 186 (doc. 118).

²⁷⁰ ANTT. HSJ, Registo de Receitas, livro 622, fl. 271v.

²⁷¹ ANTT. HSJ, Registo de Receitas, livro 624, fls. 270-271.

²⁷² ANTT. HSJ, Registo de Receitas, livro 626, fls. 265 e 265v.

²⁷³ ANTT. HSJ, Registo de Receitas, livro 627, fl. 260.

²⁷⁴ ANTT. HSJ, Registo de Receitas, livro 628, fl. 265v.

²⁷⁵ ANTT. HSJ, Registo de Receitas, livro 629, fl. 260.

uma interessante maneira de perceber como os públicos interagiam com as representações, inclusive julgando a qualidade das companhias presentes. Aquando da chegada de Pero de la Rosa, por exemplo, nota-se uma grande subida nos rendimentos. Naquele ano de 1638-1639, as comédias vinham rendendo pouco aos irmãos. A primeira abertura da caixa onde se depositava o dinheiro rendeu 7.780 réis, incluindo o que renderam dez camarotes. Os meses seguintes renderam 3.960 e 2.000 réis, respectivamente. Já as comédias que de la Rosa representou apenas entre o dia 7 e o dia 16 do mesmo mês renderam sozinhas 43.600 réis: "assaber dos assentos uinte e tres mil e setecentos rs dos camarotes de sima treze mil e quinhentos rs, dos camarotes de baixo seis mil e quatrocentos rs"²⁷⁶. Após a calorosa estreia, seus rendimentos oscilaram em torno de vinte mil réis.

Estas variações, que chamaram a atenção dos tesoureiros, levando-os a anotar detalhes sobre os rendimentos e suas alterações, acabam, portanto, confirmando a capacidade que o público tinha de reagir ao que lhes era apresentado de modo mais diverso do que uma mera reunião de pessoas que aplaudiam apaticamente, como sugeriu Habermas²⁷⁷. Além disso, uma vez que a presença de uma determinada companhia podia contribuir para a oscilação dos rendimentos — sintoma da expectativa que a notícia da chegada de certos comediantes de fama conhecida do público podia causar sobre a sua

²⁷⁶ ANTT. HSJ, Registo de Receitas, livro 628, fls. 265 e 265v

²⁷⁷ Embora Habermas entenda que a partir do momento em que "as obras filosóficas e literárias, as obras de arte em geral, são produzidas para o mercado e intermediadas por ele, esses bens culturais (...) como mercadorias, tornam-se, a princípio acessíveis a todos. Não continuam a ser parte constitutiva da representatividade pública eclesiástica ou cortesã", para ele, o público dos teatros do século XVII na França e na Inglaterra (para o filósofo, a Península é de pouca consideração) era: "parte daquele outro tipo de esfera pública em que as fileiras (como anti-funcional relíquia arquitetônica ainda mantida em nossos teatros construídos hoje) desenrolam a representação perante os olhares do povo que aplaude." Para ele, é apenas no século XVIII que, na Alemanha, França e Inglaterra, a arte alcançará uma forma de mercado em que: "As pessoas privadas, às quais a obra se torna acessível enquanto mercadoria, profanam-na à medida que, por vias do entendimento racional, entre si, por conta própria, o seu sentido, conversam sobre ela e, assim, precisam verbalizar o que, até então, exatamente tinha podido, na não verbalização, desenvolver a sua autoridade". HABERMAS - *Mudança estrutural...* p. 52 e 54. Ainda sobre a capacidade dos leigos reivindicarem autoridade para o julgamento do que lhes era oferecido sob a forma de arte, cf. Idem, p. 55-57. Aqui, ainda deve ser considerado, como Habermas ignora a existência de um teatro que, antes de mera "representatividade pública" cortesã era palco de divergências estéticas, como as que será apresentada adiante, polêmicas como as já apresentadas e intensas denúncias políticas, como as que são percebidas em *La estrella de Sevilla*. Cf. MARTINS, Heitor. Jacinto Cordeiro e *La estrella de Sevilla* — notas sobre a ideologia portuguesa durante a monarquia dual. In: *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, 4, Coimbra, 1966. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1966. [separata].

curiosidade —, variações deste tipo atestam a boa integração de Lisboa a um circuito cultural e teatral da Monarquia. Aliás, confirmando o gosto pelas companhias vindas de outras regiões da Península, um dos tesoureiros chegou a anotar, sobre um forte decréscimo da arrecadação, que aquele valor era referente ao que se levantou: "em quatro dias que aqui istiueraõ hũns comediantes ruins que uieraõ de Setuual"²⁷⁸.

No entanto, a viabilização da presença destes comediantes em Lisboa, isto é, a contratação e o deslocamento destas companhias profissionais, as principais da época, dependiam de uma nada desprezível quantidade de agentes e dinheiro. Alguns contratos de transportes de companhias apresentam uma quantidade de recursos, pessoas e pertences (incluindo roupas e peças de cenários) a serem transportadas que requeriam um planejamento delicado. Os contratos, firmados notarialmente, estipulam cargas, custos e cronogramas definidos ao pormenor. Alguns dos livros de receitas mencionam custos com agentes que, a serviço do Hospital, ficavam encarregados de ir a diferentes lugares para contratar companhias que fossem a Lisboa. Nestes livros, apenas as cidades de Sevilha e Córdoba surgiram como destino destes agentes. O modo irregular de produção dos livros e a possibilidade de outras formas de contratação de agentes, entretanto, fazem com que seja possível que mais cidades tenham sido alvo de agentes que iam buscar companhias. Ou, ainda, é possível que a notícia de companhias famosas ou que despertassem o interesse dos responsáveis por produzirem, de Lisboa, as comédias em cidades com importantes *corrales* e relativamente próximas a Lisboa fossem aproveitadas para o envio dos agentes, como era o caso de Badajoz.

Seja como for, um dos agentes dos quais se valeu o Hospital foi Domingos Moreira, que em diferentes ocasiões esteve em ambas as cidades. Numa delas, em 1633, Moreira contratou a companhia de Bartolomeu Romero, em Córdoba. Nas indicações das receitas do Hospital, refere-se à abertura de uma caixa que teria somado 62.100 réis, dos quais 27.600 réis foram empregados no pagamento do agente português²⁷⁹. Já os custos para trazer a companhia de Arieis de Sevilha a Lisboa parecem ter alcançado a soma de

²⁷⁸ ANTT. HSJ, Registo de Receitas, livro 601, fl. 280v. Os quatro dias teriam rendido 2.280 réis, a menor soma obtida para o ano. Também em 1621-1622, o tesoureiro anotou a presença de comediantes ruins que em dois dias de comédias geraram apenas 700 réis de ganhos para o Hospital, muito abaixo do arrecadado no restante do ano. ANTT. HSJ, Livros de Receitas, livro 610, fl. 303v.

²⁷⁹ ANTT. HSJ, Registo de Receitas, livro 622, fl. 270v.

65.800 réis — uma soma rapidamente paga com as receitas de suas apresentações²⁸⁰. Para um Hospital com diferentes custosas atribuições, os custos destas operações, aqui apenas referente aos gastos por Moreira em suas viagens e acertos com a companhia de Romero e Arieis, não são de pouca monta e só se sustentaram pelo fato de que era um investimento capaz de gerar ainda mais recursos. Ou seja, as comédias rendiam bem. Neste ano em que a companhia de Bartolomeu Romero esteve em Lisboa, inclusive tendo sido paga para esperar o período da quaresma (quando a seriedade do jejum exigia a interrupção das representações) para seguir se apresentando na cidade, as comédias renderam mais de 550.000 réis ao Hospital.

Além disso, o contrato firmado em tal ocasião entre Romero e o arriero responsável pelo transporte de sua companhia evidencia como o impacto das comédias na economia não se limitava aos contratos entre comediantes e pálios ou hospitais — além de oferecer boa imagem da quantidade de coisas e aparatos que os comediantes carregavam consigo e que formavam o patrimônio de suas companhias. Para ir de Córdoba a Lisboa, Romero contratou uma caravana composta por vinte e cinco mulas e cinco trabalhadores que guiassem o comboio. Para o pagamento de tudo, o comediante se encarregou de um custo de cento e dois reais por cabeça, além de onze reais por cada uma das "250 arrobas de ropa, arcas e madera" a serem transportadas pelo comboio contratado. Não podendo arcar com os cinco mil oitocentos e dez reais que somam toda a operação, o contrato previa: "pagará el dicho autor e jente de la dicha conpañía todo el salario que suelen ganar los días de sus representaciones"²⁸¹.

²⁸⁰ No dia 12 de dezembro de 1637, a abertura da caixa das comédias rendeu "trinta e seis mil e tresentos rs que rendeo a caixa da comedia que oje se abrio com os quais se uaõ pagando as despesas que se físera com D^{os} Moreira [Domingos Moreira] e Joaõ Mendes de Leal que mora em Seuilha, por fazer uir a compa de Arieis a esta Cidade, o qual dro he todo o que a caixa rendeo sem se partir nada della por estas despasse fazerem do monte major da caixa." Apenas uma semana mais tarde, no dia 19 de dezembro, uma outra farta recolha de rendimentos somou "cincoenta mil nouecentos e oitenta mil rs que rendeo a caixa da comedea a fora a parte que coube ao dono do pateo, do qual rendim¹⁰ ao todo se tiraraõ uinte noue mil tresentos e oitenta que acabaraõ de pagar todas as despas que se fizeraõ com a uinda dos comediantes, e os uinte mil e seiscentos rs de os dous terços que coube ao ospital, que faz a dita quantia." ANTT. Hsj, Registo de Receitas, livro 626, fl. 256v.

²⁸¹ Para este contrato, cf. GÓMEZ, Ángel García. *Vida teatral en Córdoba (1602-1694): autores de comedias, representantes y arrendadores*. Woodbridge: Tamesis, 2008, p. 237-239 (docs. 63 e 64). Para outros contratos semelhante e de outras naturezas, cf. Idem e ALVAREZ, *Teatro y vida teatral en Badajoz...* p. 139-141, 153-157, 166-167, 187, 198-199 (docs. 46, 47, 71, 73, 74, 88, 120, 145 e 146). Nas mesmas páginas, ainda se encontram outras informações importantes sobre o funcionamento do teatro em Portugal, como notícias e acordos de dívidas e

A quantidade de material transportado, pelo peso contratado, dá mostras do quanto este teatro se diferenciava de formas menos profissionais e menos atentas ao rigor cênico do novo teatro. Entretanto, a diferença deste teatro de caravanas para aquele da trupe que seguia em uma carroça que servia de transporte e cenário mede-se não apenas pelo aparato, mas pela capacidade dos próprios comediantes. No início do século XVII, em Madri, chegou a ser formada uma confraria que, ao modo das confrarias profissionais de oficiais mecânicos, garantia uma extensa e solidária assistência aos seus signatários — por exemplo, com a formação de um fundo de amparo que servia como fonte para socorros, empréstimos e até assistência familiar aos parentes de comediantes falecidos. Além disso, a confraria contava com agentes e procuradores próprios, prontos a intervir pelos comediantes em querelas jurídicas ou burocráticas, um sintoma de sua profissionalização e também do quão organizados e capazes de proteger seus investimentos e recursos particulares eram os comediantes, enquanto agentes privados que eram²⁸².

O volume e a diversidade de negócios associados às comédias as fez serem um tipo de expressão cultural que já não se limitava ao propriamente artístico e alcançou o domínio do econômico: uma "mercadoria", um produto cultural cuja viabilização dependia muito mais do que apenas artistas. O novo teatro, para ser posto em cena, contava com trabalhadores e agentes econômicos de diferentes patamares, como se nota pela riqueza de detalhes que os contratos de transportes revelam. Agentes de transportes, seus trabalhadores, a produção de roupas e cenários, além dos atores, autores, proprietários dos pátios e dos agentes que se deslocavam pela Península viabilizando as contratações ou representando partes como seus procuradores. As comédias eram, de fato, um tipo de produção que, além ter conquistado o gosto das cidades, interveio no cotidiano por sua abrangência profissional, territorial e comercial.

Durante o período filipino, o auge das comédias se deu em 1619-1620. Neste ano, já estava em funcionamento o segundo pátio da cidade, o das Fangas da Farinha. O rendimento total do ano alcançou 926.050 réis e no ano seguinte também perfez mais de 830.000 réis²⁸³ — soma bem dividida entre os dois pátios. Os números expressam a

empréstimos entre comediantes, vendas de títulos de comédias ou sobre o aluguel do Pátio, p. 125-126 (doc. 26).

²⁸² Cf. SHERGOLD, N. D.; VAREY, J. E. (eds) *Genealogía, origen y noticia de los comediantes de España*. Madri: Editorial Tamesis, 1985.

²⁸³ ANTT. HSJ, Registo de Receitas, livros 609 e 610.

grande afluência de pessoas às comédias, uma procura que chegou a ser motivo de queixas e disputas. Em 1622 e 1623, uma série de comunicações trocadas entre a Câmara, a Casa da Suplicação e o Desembargo do Paço apresentam uma imbricada disputa pelo fechamento do Pátio das Arcas. O argumento da Câmara para o fechamento aludia ao:

grande pejamento da rua das Arcas, d'onde estão officiaes arruados, e não podem trabalhar em seus officios, nem vender e dar expediente às suas obras o dia que ali se representa, de mais de estar a rua impedida, que com difficuldade pode uma pessoa passar a cavallo por ella, além das brigas que por estes respeitos são causados²⁸⁴

A Câmara se apoiava em petições de comerciantes locais que alegavam não ter condições de trabalho nos dias de comédias e argumentava que o prédio dependia de reparos e corria risco de ruir sobre seu próprio público²⁸⁵. A solução seria a transferência definitiva para o novo pátio, que seria maior e mais seguro, além de confortável para a cidade, ainda que também os moradores da região alegassem "receber alguma molestia o dia que se representava"²⁸⁶. Entretanto, as disputas entre D. Catarina do Carvajal, viúva de de la Torre, herdeira do Pátio das Arcas e dona do das Fangas da Farinha, e Luís de Castro do Rio, dono do edifício onde foi construído o segundo pátio, não integram as ocupações principais deste trabalho. Uma apresentação mais aprofundada do assunto seria divergir da contextualização de como o reino e Lisboa receberam as comédias novas. Ainda assim, pela sua importância para este mesmo assunto e pelo modo como jurisdições e instituições foram mobilizadas e se atropelaram²⁸⁷, revelador de posicionamentos, opiniões e interesses institucionais divergentes e que, no delicado momento que atravessavam, encontraram no teatro um palco para as suas disputas, não seria possível deixar de mencionar e deixar minimamente apresentado o episódio.

Aparentemente, a intenção da Câmara de encerrar definitivamente o Pátio das Arcas, sob os argumentos das queixas e denúncias de risco que oferecia ao público, foi a razão que levou a proprietária a "sabotar" o outro *corral* e iniciar toda a disputa. Embora também fosse proprietária do novo teatro, ele havia sido erguido em prédio de outra

²⁸⁴ *Elementos...* III, p. 42-44.

²⁸⁵ *Idem*, p. 50-52.

²⁸⁶ *Idem*, p. 46 e 47.

²⁸⁷ A Câmara chegou a protocolar uma queixa e pedir o arbítrio do Desembargo do Paço por entender que tinha sua jurisdição ultrapassada pela Relação. Enquanto a Câmara agia para fechar o primeiro pátio, a Suplicação, movida por D. Catarina e pela Misericórdia, deu ordem para a demolição do novo *corral*. Os processos não foram consultados, mas a troca de comunicações e as petições protocoladas encontram-se em *Elementos...* III, p. 39-55. Ainda sobre este assunto, cf. SEQUEIRA - *Teatro de outros tempos...* p. 90-95.

pessoa, o que diminuía sua ingerência e representava um perigo aos seus investimentos, posto que o prédio poderia ser destinado a outro uso. Por isso, o impasse, provocado pelo mau estado em que se encontraria o Pátio das Arcas e pela queixa do "pejo" que ele causava à cidade e, ainda, pelo argumento de que o novo pátio mais comodamente receberia e acomodaria o público, sem transtornos para as ruas da cidade, não pôde deixar de ser referido.

Por um lado, trata-se de um problema importante que merece ser devidamente referenciado. Por outro, mostra como, mesmo após mais de vinte anos de ter iniciado suas atividades, o Pátio das Arcas continuava a ser fustigado com dúvidas sobre sua pertinência ou inconveniência. Desta vez, a má reputação das comédias e dos comediantes somou-se à interferência prática que as comédias causavam no dia a dia da cidade. E este problema, o da interferência urbana que surge como importante argumento da polêmica, é em tudo pertinente ao objeto aqui investigado. O acúmulo de pessoas e as observações que viam nisso uma confusão que prejudicava o tráfego e as atividades desenvolvidas nas ruas próximas são importantes registros da recepção não das comédias, mas de seu funcionamento cotidiano. Situação que fica ainda mais evidente por terem sido de comerciantes instalados na rua, bastante incomodados com o impacto delas em sua rotina diária e que pediam um rápido desfecho para o problema, pois se aproximava o retorno das comédias após a habitual suspensão de atividades durante a quaresma²⁸⁸, que partiram tais queixosas observações.

Com tais argumentos, a Câmara reforçou a apresentação de suas razões. Porém, D. Catarina do Carvajal recebia o amparo dos irmãos da Misericórdia, que, ciosos de seus rendimentos, não o puseram sob risco e mantiveram-se ao lado da proprietária dos Pátios. E, assim, a questão ficava resolvida — mais pela continuação da prática do que por uma resolução definitiva²⁸⁹. Apesar dos protestos contínuos da Câmara, agravados pela queixa

²⁸⁸ Ao saberem da demolição do Pátio das Fargas da Farinha, os caixeiros da rua das Arcas fizeram queixa à Câmara, reclamando da: "g^{de} opressão e continuas molestias, q de ordinario padecião em suas pessoas e off^{os}, cõ o pejam^{to} q se lhe faz na d. rua, cõ as comedias q no patteo della se fazê, pedindo a V. S.^a os mandasse liurar da d. opressão, e acodir ao bem publico, mandando q se reprezentasse no pateo das Fargas da Farinha, porq alê de ser maior e mais acõmodado e em melhor sitio, se ficava acodindo ao d. prejuizo e euitando o d. pejam^{to}." *Elementos...* III, p. 46.

²⁸⁹ Após as diferentes ordens para encerramento dos pátios, alcançou-se a solução de uma apresentação, alternando os locais até que o fechamento do segundo pátio — sobretudo motivado pela boa articulação do advogado de Carvajal — liberou Rio para dar outro uso ao

de desrespeito à sua jurisdição, até os Governadores do Reino tiveram que resolver a querela e, para eles, o Hospital não podia ficar sem seus rendimentos²⁹⁰.

O governo, como já apresentado, esteve sempre determinado a fazer com que as comédias seguissem sendo representadas e, uma vez que os irmãos da Misericórdia eram os que definiam onde as comédias deviam ocorrer e visto que eles mantiveram seu apoio à proprietária, logo se determinou o fim da questão e a continuação das atividades no Pátio das Arcas. O Pátio seguiu o principal palco lisboeta, cravado bem no centro da cidade, exibindo as companhias e os luxuosos aparatos que carregavam consigo para uma quantidade de pessoas grande o suficiente para atrapalhar o bom andamento de outras atividades urbanas. E este é um ponto onde todas as características até aqui detalhadas podem ser reunidas e encaminhadas para uma conclusão.

Todos estes fatores — a geografia do Pátio, a sua apresentação comercial e o envolvimento de diferentes agentes, a importância de figurinos, cenários e aparatos engenhosos, capazes de comover a audiência, remetendo à descrição de Maravall quando se dedicou a medir a relação entre "novidade, invenção, artifício" e o "papel social do teatro e das festas"²⁹¹ — formam uma parte importante da estética do novo teatro espanhol e sua interação com os espaços urbanos; uma manifestação pertinente a um *Siglo de Oro*, tão batalhado e moldado pela insistência dos monarcas espanhóis em fazer desta *cultura* algo que representasse a riqueza material e imaterial que sintetizasse a grandeza que pretendiam para seus reinos e sua dinastia — por vezes, sob a forma de propaganda²⁹². Este teatro comercial, além de mercadoria e de expressão cultural de uma sociedade que não se negava a mostras de opulência, cumpria pela própria exuberância de seus artifícios e pelo volume de recursos que movimentava, era uma demonstração estética do que a própria Monarquia pretendia para as suas cidades.

Se isso explica a insistência e a convicção com que o governo dirimiu todas as "dúvidas" apresentadas pela Câmara de Lisboa, também explica as resistências que as mesmas dúvidas representam — e, até mesmo, ajuda a entender os atritos das jurisdições

edifício sob o comprometimento de que a proprietária desse logo início à construção de um novo pátio, o que nunca aconteceu. Cf. SEQUEIRA - *Teatro de outros tempos...* p. 90-95.

²⁹⁰ Para os despachos do governo do reino e outros novos protestos da Câmara contra a resolução do governo e aos desrespeitos de jurisdição, cf. *Elementos...* III, p. 49-53.

²⁹¹ MARAVALL - *A Cultura do Barroco...* p. 353-385 e 389-405.

²⁹² Bom exemplo, o caso do *El Brasil Restituído* será apresentado adiante e contrastado a outros, cujos textos possuíam um sentido bastante diverso desse.

durante as tentativas de fechamento do Pátio das Arcas. No contexto de tensões políticas do período filipino, as comédias representavam a presença castelhana para além do meramente político (isto é, da política mais facilmente reconhecida como tal). Este sentido percebido para a relação da nova comédia com o seu cotidiano soa como o melhor caminho para abordar um misterioso sumiço de informações sobre as comédias ao longo de todos os vinte e oito anos de guerra da Restauração — isto é, um sumiço de informações relativas a *estas* comédias. Tal estética moldada a um gosto estrangeiro e marca da insistência de outros governos parece ser o que melhor justifica o fato de que para todos os anos do conflito não haja nenhum registro de rendimentos das comédias lançados nos livros de receitas do Hospital.

E, embora não seja possível afirmar esta causa, tampouco é possível excluir as demonstrações de incômodos com gostos e costumes que teriam "invadido" Portugal durante o momento em que integrou a Monarquia dos Habsburgos, uma presença estrangeira que ia além da presença de um governo "não natural". O gosto estrangeiro chegava a Portugal e não foram poucos os registros de incômodos com essas "invasões" de "modas" e comportamentos reproduzidos com aparente sucesso. Tais opiniões reverberavam tanto no nível pessoal, como em ocasiões formais e de expressão coletiva. Por exemplo, desde observações curiosas e de menosprezo, como as de Severim de Faria ao notar a chegada do costume de se tomar neve em Lisboa, resultado dos "costumes castelhanos" que estragavam o apetite humano²⁹³, a outras menos contidas e que já nas primeiras cortes de D. João IV pediam a suspensão de modos e costumes que contrariavam a gravidade portuguesa²⁹⁴.

Seja como for, apagar as comédias da presença urbana era apagar a presença de um elemento de identificação cultural com o governo que foi abruptamente afastado de

²⁹³ Ao voltar do norte do reino para Évora, enquanto descia a Serra da Estrela, o Chantre eborense comentou sobre São Paio, aldeia de Gouvea: "Esta terra estaua sempre cuberta de neuve no veraõ (...) porẽ depois que as dilicias de Italia entraraõ em Portugal cõ os costumes castelhanos, chegou o apetite humano á estar tão estragado que para lhe dar sabor buscaõ os elementos fora de suas formas e preuetidas (pervertidas) das iniurias do tempo em venene as materias. E assi carregaõ taõ continuamente da neuve desta serra para se uender na Corte, que chegou por uezes a estar sem nenhũa." Severim de Faria, como se nota, continua a referir Lisboa como Corte. SERRÃO - *Viagens em Portugal...* p. 125 e 126.

²⁹⁴ Os povos pediram, em 1641: "Que se proibam as guedelhas e cabelleiras grandes nos homens, e se reduzam á authoridade e gravidade portugueza antiga." *Collecção... (1640-1647)*, p. 35. O pedido faz lembrar das críticas que Manoel Bernardes fez em sua *Nova floresta* sobre os costumes portugueses afetados por um gosto estrangeiro. Cf. *Nova floresta...* II, p. 314.

Portugal. Além disso, apesar da prudente confirmação de todas as mercês que D. João IV garantiu aos portugueses agraciados em tempos filipinos, o que poderia salvaguardar a posição dos irmãos da Misericórdia, não apenas o gosto era espanhol, as companhias também o eram e o acesso a elas durante os anos da guerra era praticamente impossível. Aliás, não há, hoje, notícias de grandes ou famosas companhias de comédias portuguesas desta época. Ao contrário, a notícia que se tem é a dos "ruins de Setúbal", referida mais acima. A ausência de bons comediantes portugueses — sentida pela falta de notícias ou fontes sobre bons comediantes portugueses adequados a *este* tipo de teatro — e a proibição da circulação de pessoas e dinheiro entre os reinos eram obstáculos à manutenção de um rentável pátio de comédias²⁹⁵. Por tais razões, não terá sido sequer preciso proibir as comédias. As próprias razões estéticas que fundavam sua impertinência as fizeram ser impraticáveis não apenas por uma inconveniência política, mas objetivamente pelo aparato financeiro e quantidade de agentes (de diferentes lugares da Península) dos quais dependia a sua viabilidade.

Além disso, há que se considerar a sobriedade que era esperada de D. João IV para as contas públicas, o que levou ainda ao fim do desprendimento de dinheiro e outros recursos importantes em celebrações públicas ao modo "estrangeiro". Costumes como a queima de fogos e grandes comédias celebradas publicamente sob patrocínio do rei — prática amplamente denunciada em Portugal e outros lugares como vício da corte em tempos inapropriados — não convinham. Por isso, D. João IV determinou que ficasse proibida a queima de pólvora, importante para a guerra, em festejos despropositados e que refletiam uma prática que, na opinião pública, já era entendida como pouco moralizada e extravagante — como se verá quando opiniões sobre os gastos do governo forem melhor apresentadas. Enfim, uma economia que dava resposta às críticas sobre o mau uso do dinheiro público pelos Filipes e que cumpria o papel de afastar um modo de celebração que remontava a um gosto exagerado e nada português, em tempos de reconstrução da independência e de uma identidade indiscutivelmente portuguesa²⁹⁶.

²⁹⁵ Ficou proibido ir e vir pessoalmente sem licença especial ou mandar dinheiro para Castela, de modo que as bem afamadas companhias de comédias ficaram inacessíveis aos agentes portugueses. Cf. *Collecção... (1640-1647)*, p. 19.

²⁹⁶ Para a proibição do uso da pólvora em fogos para festas, cf. *Collecção... (1640-1647)*, p. 99. Em Portugal, a proibição do uso desnecessário da pólvora já havia sido pontualmente feita em algumas circunstâncias de reinados filipinos, mas não sob a forma de um alvará com a intenção de fazer uma proibição definitiva. Para tais situações, cf. *Collecção... (1620-1627)*, p. 77 (*1634-1640*), p. 110. Para um inventário dos gastos com a comemoração do nascimento do príncipe

Certo é que comédias continuaram a ser representadas, mas suas exibições voltaram ao modo como eram preparadas e exibidas antes da abertura do Pátio das Arcas. Durante a Restauração, são raríssimas as menções a comédias — embora uma delas muito bem detalhada²⁹⁷. Isto, entretanto, não significou o fim da exploração comercial do Pátio das Arcas pelos irmãos da Misericórdia. Esta continuou até 1737, data de suspensão do monopólio e já num momento de ressignificação do teatro e das exibições, com a chegada do teatro italiano e das óperas em outros muitos teatros espalhados pela cidade. E, mesmo em tal ano, isto rendeu uma farta indenização ao Hospital²⁹⁸. Mas, de volta ao vazio de informações sobre as receitas que as comédias geravam ao Hospital de Todos os Santos, iniciado com a própria Restauração, é pelas razões acima que ele se explica e não surpreende o fato de que as mesmas tenham voltado aos livros do Registo de Receita justamente no ano de 1667-1668.

em 1605, cf. *Elementos...* II, p. 147 e 148 (nota). Apenas com a montagem dos fogos, com a comédia que se representou no Terreiro e com o transporte da "dança das mulheres, gasto de pessoas de fóra, ue fieram fazer parte d'elle", foi gasta a soma de 934.970 réis. As denúncias contra o mau uso do dinheiro público, inclusive em comédias e outros luxos, serão discutidas em outro capítulo e serão devidamente referidas. Para as denúncias castelhanas a queimas de fogos e grandes teatros públicos que consumiam recursos e dinheiro vitais em época de múltiplas guerras, cf. MARAVALL - *A Cultura do Barroco...* p. 367-368. São sobretudo importantes as observações de Barrionuevo, cf. BARRIONUEVO, Jerónimo. *Avisos (1654-1658)*. Madri: Ymprenta y Fundición de M Tello, 1892. Bastante semelhante a descrição que Barrionuevo faz das máquinas e fogos preparados para festas públicas da Monarquia, costume interrompido por D. João IV, é a descrição do aparato fabricado para a jornada de Filipe III a Portugal, como nestas descrições de sua chegada a Almada e Lisboa: "Huuo aquella noche en toda la Ciudad infinitas luminarias, y tantas inuenciones de fuego artificial, con salua de artilleria, y repiques de campanas, que parece se hundia la tierra. Porque todas las Naues que entonces se hallaron en el puerto, que fueron en grandissimo numero, se pusieron a son de pelea (...) en forma de como que querian batir el Castillo de almada, y luego el Castillo de la Ciudad que està en lo mas alto della, todo cercado en rueda de grandes cañonaços, disparò al mismo punto, haziendo compaña las Naues del puerto a grande porfia, gastandose en esto la mayor parte de la noche, que fve un claro dia para Lisboa; porque las Naues en el Rio, y las ventanas, y tejados de las casas en tierra, ardian en viuas llamas"; "La noche deste hermoso dia fue regozijada con increíble multitud y variedad de fuegos (...). En la plaça de Palacio estauan hechas grandes machinas de fuego artificial, de Galeras que se encontrauan, colmando el suelo de cohetes, y el ayre de girandulas, que boluian la noche vn claro dia." MIMOSO, Iuan Sardina. *Relacion de la Real Tragicomedia con que los padres de la Compañia de Iesvs en su Colegio de S. Anton de Lisboa recibieron a la Magestad Catolica de Felipe II. de Portugal, y su entrada en este Reino, cõ lo que se hizo en las Villas, y ciudades en que entrò*. Lisboa: Impresso por Jorge Rodrgiues, 1620. fls. 129v e 159v.

²⁹⁷ Refere-se a uma comédia feita para celebrar o aniversário de Afonso VI anunciada pelo *Mercvrio* e bem descrita em versos que denotam velada crítica, em um manuscrito presente na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Cf. *Mercvrio...* I, p. 256-258 e BGUC. Ms. 367, fls. 26-33.

²⁹⁸ Cf. ANTT. HSJ, cx. 273, mç 1, nº 18. Trata-se de uma provisão de D. João V que se encontra junto a outros alvarás sobre o funcionamento das comédias sob a supervisão da Misericórdia.

Foi apenas cerca de cinco meses após o restabelecimento da paz que os registros de receitas das comédias voltaram a ser computados ainda de modo tímido²⁹⁹. Reforça a hipótese de que neste ano os comediantes voltavam a Lisboa interrompendo vinte e oito anos de sóbrio jejum o modo como aparecem referidas as comédias deste ano. D. Pedro II, em alvará de 20 de junho de 1668, ordenou que, para o aniversário da Princesa sua filha, os comediantes fossem ao Paço representar a "primeira comedia neste seu Palacio" e que esta fosse a "mais celebre, mais conforme com a celebridade deste dia" — o que outro documento sobre mesmo assunto dizia que deveria ser "a melhor comedia q trouxeram"³⁰⁰. No ano seguinte (1668-1669), pela melhor possibilidade de se prepararem os arranjos necessários, foram muitas as aberturas e o rendimento maior do que nunca. Só ao Hospital, as comédias deste ano renderam dois milhões quatrocentos e oitenta e sete mil seiscentos e vinte réis. Fato em que se percebe um sintoma da explosão de curiosidade que o seu retorno causou no público.

As análises acima demonstram, interrogam e criticam alguns dados sobre a recepção do gênero e das representações a partir de indícios de sua reprodução mais cotidiana do que estética. Certo é que ambos não se desligam. Muito pelo contrário, cotidiano e estética são duas categorias que se condicionam reciprocamente. Por exemplo, quando se infere de todas as dinâmicas comerciais e políticas, acima analisadas, as contingências do modo como o Pátio das Arcas funcionou ao longo dos anos dos Filipes enquanto espaço para um novo tipo de teatro — e do modo como, aparentemente, não funcionou ao longo dos primeiros vinte e oito anos dos Braganças. Certamente, aqui, estética e cotidiano são intrinsecamente relacionados em suas repercussões capazes de serem observadas como próprias a um assunto da vida cotidiana e política. Contudo, ainda que mantendo o esforço analítico em um momento anterior ao riso, isto é, atentando ao contexto que contingenciou o teatro moderno em Portugal e não ao contexto de alguns de seus títulos, é possível avançar sobre a estética propriamente dita das novas comédias. Assim, do antes do riso será preciso passar ao depois do riso.

²⁹⁹ Neste ano, houve apenas uma abertura de rendimentos das comédias, em julho, e que tenderam 97.400 réis ao Hospital. Cf. ANTT. HSJ, *Registo de Receitas*, livro 665, fl. 290.

³⁰⁰ AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 1º de consultas e decretos, fls. 25 e 26. A este respeito, Teófilo Braga entende, pelas referências à "primeira comédia" que se tratava da primeira companhia castelhana de comédias a vir para Lisboa. Cf. BRAGA, Teófilo. *História do Theatro Portuguez — a comedia classica e as tragicomedias, séculos XVI e XVII*. Porto: Imprensa Portugueza Editora, 1870, p. 138.

A nova comédia também produziu reações e críticas sobre a sua própria forma. Argumentos, portanto, que não foram enunciados como as "dúvidas" através das quais a Câmara de Lisboa, por exemplo, procurou minar a capacidade de funcionamento do *corral* lisboeta. Mas, sim, invectivas bem fundadas e com argumentos complexos que recuperam anos — até séculos — de tradição e teoria cristãs contra a pecaminosa arte dos comediantes. Ao longo do século XVII, do seu prenúncio ao seu ocaso, teóricos se debruçaram contra as comédias e, mesmo em um período relativamente longo, seus argumentos recuperam uma mesma tradição como fonte de inspiração. De modo que, desde a abertura ao fim do século, é possível notar um fio que interliga as críticas oferecidas à nova arte cômica por todo este período. O *arte nuevo* de Lope, portanto, esteve no centro de uma disputa teórica sobre a estética do teatro e isto, posto que tão repercutida foi a nova arte nos palcos de Lisboa, não é de menor consideração para compreender como às "dúvidas" é preciso trazer um universo mais complexo de argumentos em franca resistência a uma *arte* moderna.

3.3 - *A nova comédia em Portugal, aspectos de sua elaboração teórica e recepção crítica*

A intenção de Lope de Vega em seu *Arte nuevo de hacer comedias* é notada do início ao fim de seu curto tratado. Redigido em apenas trezentos e oitenta e nove versos, lido perante a *Academia de Madrid*, o *arte nuevo* nada mais fez do que consolidar uma nova regra contra antigos cânones e preceitos — que alguns autores já vinham intuitivamente substituindo sem *regras*, mas pelo apelo a um gosto. Como se tem insistido aqui e por muitos autores citados anteriormente, a nova configuração da vida urbana, o crescimento demográfico, o aumento da pobreza concomitante ao do comércio (inclusive o de "itens de cultura", por assim dizer), as expansões territoriais e as guerras formavam parte da paisagem das cidades. Inclusive, pelos modos como tais temas do cotidiano eram recebidos e significados pelas populações urbanas.

Todos estes fatores contribuíram para um abandono de ambientes e personagens da literatura humanista neoclássica inspirada pela retomada de cânones antigos e para a

busca de uma nova adequação literária à realidade e aos públicos contemporâneos a ela³⁰¹. As novelas, o emprego cada vez mais frequente de vernáculos, da prosa e do gênero lírico são alguns dos sintomas destas novas adequações. A arte, enquanto um modo de refletir o cotidiano, passava a acompanhar as transformações do próprio cotidiano e de seus públicos possíveis.

Por isso, a ação preceptista de Lope só pode ser considerada a partir destas contingências. Mais: sua *arte* reflete ainda uma boa imagem da oposição entre antigos e modernos. Sobretudo porque, além de já ter escrito quatrocentas e oitenta e três comédias, quando Lope apresentou seu tratado à Academia, deixou de seguir apenas sua intuição autoral inspirada pelo novo gosto e, correspondendo às exigências estéticas do cotidiano, fundou uma nova regra. Uma nova *arte* que rompia com tudo que, então, se admitia como um modo correto de escrever. E o fez por reconhecer a insuficiência desta *arte* em alcançar o gosto das gentes que podiam ser alcançadas pelo teatro, a não ser aquelas capazes de recuperar em textos com outras adequações o valor de ensinamentos antigos e afastados das vontades prosaicas da vida diária.

Porém, isto não significa necessariamente que a comédia se converteria a um tipo de literatura picaresca nos palcos. Certo é que os entremeses e loas e mesmo alguns títulos principais traziam as relações da vida cotidiana ao centro da ação, vide o *Auto das padeyras* ou a *Mvsa entretenida* e as rotinas que informavam sobre da vida prosaica em um misto de crítica social e lugares comuns e escritos de uma maneira capaz de reverberar no entendimento de praticamente qualquer pessoa que estivesse atenta à narrativa — escrita ou representada nos palcos³⁰². Mas, uma vez que muitos títulos também

³⁰¹ Santo-Tomás concorda com isso em sua introdução ao *Arte nuevo*: “En cualquier caso, ya desde fines del siglo XVI se aprecia que este anhelo de cambio fluye en paralelo a un desinterés por las reglas tradicionales de los clásicos; los referentes de Aristóteles y Horacio (...) empiezan poco a perder poco a poco su preeminencia. Se irá marcando entonces una distancia entre la sólida tradición teatral defendida por los preceptistas y la evidencia, por lamentable que fuera para algunos, de que un modelo nuevo se iba imponiendo definitivamente (...). La adaptación a estas novedades determina también que muchos *poetas* aprovechen para alejarse de un academicismo en decadencia y se orienten más por los gustos del público.” VEGA - *Arte nuevo...* p. 27. Para além desta introdução, convém lembrar outros autores que abordam problemas correlatos e que se coadunam com a problemática geral desta tese: cf. MARAVALL - *A cultura do Barroco...*; _____. *La picaresca*. AUERBACH, Erich. *Mimesis - a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2009.

³⁰² Sobre os *autos* ou *atos*, Lope explica: “Acto fueron llamadas, porque imitan / las vulgares acciones y negocios. / Lope de Rueda fue en España ejemplo / de estos preceptos, y hoy se vem impressas / sus comedias tan vulgares, / que introduce mecánicos oficios / y el amor de una hija de un herrero; / de onde se há quedado la costumbre / de llamar entremeses las comedias /

mantiveram um ambiente palaciano sem o deboche pícaro e recriado de modo inventivo e fascinante, foi a nova adequação (a elocução dos textos e as novidades cênicas) dos temas ao auditório o que deu a forma das comédias *en este tiempo*. E se a técnica, a engenharia e a pirotecnia eram presentes e marcavam o fascínio popular pelos *corrais*, esses recursos não eram mais do que o desdobramento de uma *arte* atenta a prioridades e demandas às quais seus autores sentiam dever atender:

Mas ninguno de todos llamar puedo
más barbaro que yo, pues contra el arte
me atrevo a dar preceptos, y me dejo
llevar de la vulgar corriente adonde
me llamen ignorante Italia y Francia.
Pero ¿qué puedo hacer si tengo escritas,
com una que he acabado esta semana,
cuatrocientas y ochenta y tres comedias?
Porque fuera de seis, las demás todas
pecaron contra el arte gravemente.
Sustento en fin lo que escribí, y conozco
que aunque fueran mejor de otra manera,
no tuvieran el gusto que han tenido,
porque a veces lo que es contra lo justo
por la misma razón deleita el gusto.³⁰³

Tudo isso remete a uma categoria importante para o presente trabalho: o *cotidiano*. Inclusive, esta é uma categoria importante para pensar as próprias condições de verossimilhança, pressuposto basilar da arte e defendido por Lope. Pois, sendo a realidade percebida uma das razões que leva a alterações na mimesis, a sua influência para a relação entre o artista e seu público não será pequena³⁰⁴. Por isso, pensar a nova arte não é se limitar ao texto, mas atentar a toda uma nova cênica em que manter a atenção e a suspensão do público era fundamental. E tanto importavam tais pressupostos que os

antiguas donde está en su fuerza el arte / siendo una acción, y entre plebeya gente, / porque entremés de rey jamás se há visto, / y aquí se ve que el arte, por bajeza / de estilo, vino a estar en tal desprecio, / y el rey en la comedia para el necio.” VEGA, *Arte nuevo...* p. 134-135. Exemplos suficientes para tal teatro e que foram já mencionados e questionados nas páginas anteriores são os *Acto das regateyras* (BNP. F. 3096, fls. 57-65v); o *Auto das ragateiras*, cf. PIMENTEL - *Obras do poeta Chiado...* p. 5-95, ou o *Auto das padeiras Avto da padeyras, chamado da fome...*

³⁰³ Idem, p. 151.

³⁰⁴ Cf. AUERBACH, *Mimesis...* Esta ideia não deixa de ser a premissa primeiramente exposta e que genericamente atravessa todo o esforço de Lukács em sua *Estetica* — algo que não deixa de ser presente, embora ainda não tão nitidamente considerado, na própria avaliação que fez do decaimento do heróico diante de um mundo mais prosaico e "desencantado da poesia", não tanto em seu *A teoria do Romance*, ainda muito hegeliano, e mais perceptível em sua revisão ao problema em *O Romance histórico*. Cf. LUKÁCS - *Estetica...*; _____. *A teoria do romance...* _____. *O Romance histórico...*

recursos necessários a eles eram elementos condenados por aqueles que reagiam com desconfiança à nova comédia.

A música, por exemplo, era um modo eficiente de introduzir elementos que captavam o auditório e até explicavam com forte apelo sensorial o sentido das cenas. Exatamente por isso, para aqueles que, como o padre de Azambuja, entendiam as comédias como porta para o inferno, a música era o seu principal ardil. Um *discurso teológico* contra as comédias do Siglo de Oro defende que esta capacidade da música de criar a suspensão do público era "sin duda el Diablo" que, nos pátios, aparecia como "el Maestro de Capilla":

La musica de los theatros de España está oy en topos de primores tan adelantada, y tan subida de punto, que no parece que puede llegar a más. Porque la dulce armonia de los instrumentos, la destreza, y suavidad de las voces, la conceptuosa agudeza de las letras, la variedad, y dulçura de los tonos, el ayre, y sazón de los estribillos, la gracia de los quiebros, la suspension de los redobles, y contrapuntos hazen tan suave, y deliciosa armonia, que tiene a los oyentes suspensos, y como echizados.³⁰⁵

O importante era garantir que os novos públicos do teatro urbano e comercial sentissem seus interesses contemplados. Por isso, toda a nova estética teatral era voltada, então, à manutenção do seu interesse³⁰⁶ — e, disto, se pode demonstrar como era programada a relação entre o texto e a sua representação. Ainda, é daqui que se pode inferir tanto de onde surge sua inspiração prosaica e os modos como ela é esteticamente construída, como a polêmica que se abriu após o progressivo surgimento de novas comédias até a sua consolidação sob a forma de uma "nova arte".

Ao anunciar o seu propósito, Lope se dirige à Academia: "Mándanme, ingenios nobles, flor de España / (...) / que un arte de comedias os escriba / que al estilo del vugo se reciba."³⁰⁷ Eis a sua motivação em romper com a *arte* até então consolidada e que não atingia o "estilo del vugo", e, por isso, o seu elogio aos autores clássicos que souberam trazer, antes de monólogos e ensinamentos passados por coro, o diálogo e a ação como elementos de suas comédias:

³⁰⁵ CAMARGO - *Discurso theologico sobre los theatros...* p. 82-83.

³⁰⁶ "Dividido en dos partes el asunto, / ponga la conexión desde el principio / hasta que vaya declinando el paso, / pero la solución no la permita / hasta que llegue a la postera escena; / porque en sabiendo el vulgo el fin que tiene, / vuelve el rostro a la puerta y las espaldas / al que esperó tres horas cara a cara; / que no hay más que saber en lo que para." VEGA - *Arte nuevo...* p. 144.

³⁰⁷ Idem, p. 131.

Verdade es que yo he escrito algunas veces
seguendo el arte que conocen pocos;
mas luego que salir por otra parte
veo los monstruos de apariencias llenos
adonde acude el vulgo y las mujeres
que triste ejercicio canonizan,
a aquel hábito bárbaro me vuelvo;
y cuando he de escribir una comedia,
encierro los preceptos con seis llaves,
saco a Terencio y Plauto de mi estudio
para que no me den voces, que suele
dar gritos la verdad en libros mudos,
y escribo por el arte que inventaron
los que el vulgar aplauso pretendieron
porque, como las paga el vulgo, es justo
hablarle en necio para darle gusto.³⁰⁸

O que se extrai do *nuevo arte* é que Lope pretende para a comédia, e nisto deposita seu engenho, algo a serviço de um público vasto e variado. Em suas próprias palavras, o aplauso do vulgo é justo e justo é falar do jeito que lhe convém. Mas, de modo algum, isto limitou o teatro moderno às mais baixas classes da hierarquia social. As próprias críticas feitas às novas comédias referem o quanto elas eram bem aceitas por mais pessoas do que apenas o vulgo. Por isso, o mais importante a ser notado neste alargamento de público é como ele apresenta uma importante relação entre o *arte nuevo* e o cotidiano refletido na urgência de superar "el arte que conocen pocos" que criava verdadeiros "libros mudos". As ponderações estéticas sobre linguagem, gosto e inteligibilidade informam que a interação entre a cidade e a arte já era protagonizada por uma diversidade das pessoas capazes de estarem reunidas em um mesmo auditório.

Resumindo, uma urbe em que o teatro despontava como um fenômeno popular por sua capacidade de despertar o interesse de diferentes grupos sociais, inclusive aqueles pouco habituados ao compartilhamento da cultura escrita ou de manifestações derivadas dela. E, do ponto de intervenção de Lope, uma intenção explicitamente enunciada por ele de, através desta popularidade, redefinir não apenas o teatro — que já estava em franca mudança, faltando-lhe apenas uma *arte* que autorizasse as suas novidades —, mas de consolidar uma nova orientação da própria estética teatral. Levando em conta que tudo que é referente ao estético parte do cotidiano, será preciso ter em conta que, aqui, o fenômeno estético em causa está pautado por este vitral que é a cidade populosa, disforme e cada vez mais importante econômica, política e culturalmente.

³⁰⁸ Idem, p. 133.

Sendo este o centro da invenção de Lope, é natural que os críticos de seu teatro tenham respondido a tais problemas em suas condenações morais e espirituais das comédias lopescas — as quais foram chamadas de *theatros, y comedias deste siglo*, pelo autor do discurso teológico contra elas³⁰⁹. Embora publicado apenas em 1690, este discurso é um interessante caso a ser considerado. Primeiro, por apresentar um olhar retrospectivo da recepção das comédias e, segundo, por manter uma íntima ligação com os argumentos avançados contra elas, mesmo antes de Lope finalizar a sua *arte*, como os presentes no *papel eminentíssimo* do arcebispo de Granada, de 1598³¹⁰. Portanto, ainda que o seu contexto de produção não seja o mesmo da abertura do Pátio das Arcas e da chegada das novas comédias a Portugal, o *discurso theologico* torna evidente que, além do problema conjuntural (ao qual agentes com e sem vinculação institucional regiam e apresentavam dúvidas e críticas, vide as "dúvidas" da Câmara de Lisboa e os juízos de Francisco Rodrigues Lobo detalhados mais acima), as novas comédias despertaram uma fundamentada reação estética mais duradoura.

Do livro, há que se iniciar sua consideração referindo que em seus elementos paratextuais encontram-se abundantes informações indiretas sobre os seus direcionamentos e objetivos. Primeiramente, taxado em dois tostões, o livro não podia ser coisa para o *vulgo*, como eram as comédias encenadas. Em segundo lugar, como atestado de autoridade, traz nada menos do que dez páginas de licenças. Isto é, seus censores não deram um parecer sumário, mas fizeram verdadeiras exortações impressas, sem que o excesso de páginas pudesse representar um acréscimo indesejado ao preço do livro — o que também é revelador de uma orientação menos *vulgar*. Por fim, o vocabulário e a grande profusão de citações e referências a concílios e autores tradicionalmente referenciados em livros de intervenção em temas sensíveis da vida cotidiana (como os descaminhos e vícios) revelam a intenção do autor em refutar as comédias pela exposição de uma opinião embasada em grandes estudos que foram seguidamente apresentados ao leitor — que deveria ser alguém habituado ou interessado nas autoridades apresentadas, nas opiniões que deixaram escritas e neste modo de exposição.

Ou seja, não era ao público das comédias que se dirigia o *discurso*, nem tampouco a pessoas que apenas não *gostassem* das comédias. Mas, provavelmente, a leitores que o

³⁰⁹ CAMARGO - *Discurso theologico sobre los theatros...*

³¹⁰ BNP. Cod. 1464, fls. 168v-179. *Consulta que se hizo a Su Magd de Ph^e 2^o a instancia de Don Pedro de Castro Arcobispo de Granada y aora de seuilla para prohibir las comedias...*

utilizariam como material para as suas próprias formações pastorais e autorais, justamente àquelas pessoas que poderiam militar contra as comédias, disputando o seu público. Por isso, o *discurso* apresenta uma bem cuidada e erudita estrutura narrativa cujo intuito era o de demonstrar os: “gravísimos, y innumerables daños, que se originan en la Republica Christiana, de las Comedias, y bailes del teatro”³¹¹. E, se tratando de comédias “deste siglo”, é claro que era ao novo teatro moderno que o autor se referia. De modo que, se em Lope é possível identificar uma posição a favor do *moderno*, o *discurso* era em defesa do *antigo*³¹².

O autor, o jesuíta Inácio Camargo, explica a sua motivação a partir da sua própria trajetória de tomada de consciência do mundo e dos vícios mundanos e as dúvidas que possuía sobre a comédia. Cabendo, aqui, mais uma ilação sobre a sua relação com os fatores sociais do cotidiano urbano, uma vez que tanto os vícios como a linguagem presentes nas comédias comunicavam a um público de multifacetada popularidade. Pois, apesar da preocupação com a chancela do vulgo (cuja denominação não assume aqui um mau sentido conotativo, mas de numeroso e anônimo auditório), o número de pessoas graves que defendiam as comédias é uma das razões do horror do jesuíta e de sua especial preocupação para com os efeitos das comédias sobre a juventude. Uma preocupação bastante compreensível para um jesuíta e, portanto, alguém preocupado com a evangelização e com uma forma de se transmitir mensagens — ou melhor, “a” mensagem:

Desde que Dios por su infinita misericordia, me sacò de la ciega Babylona del mundo, y empezè con mejores ojos a mirar las cosas desde màs alto, cõcebi grande horror a las Comedias, y sempre las miré como malas, y peligrosas, en especial para la juventud. No puedo contodo esto dexar de confessar, que me dexè llevar en parte del torrente impetuoso de la costumbre: porque viendo las Comedias tan recibidas, y frequentadas en España, autorizadas, y defendidas con la assistència de muchas personas en lo demás piadosas, y temerosas de Dios, corregia en algun modo, ò por dezir mejor, enganava mi dictamen, supendiendo mi juizio entre la duda, y el horror. Hasta que reparando cõ cuidado en el modo de hablar de los Santos Padres, y Doctores de la Iglesia, y en aquellas sagradas iras, con que fulminan a

³¹¹ Idem, p. 2-3.

³¹² No texto, já demonstrando as opiniões de autoridades, referiu-se a como Diego de Tapia se posicionou diante do problema: “Y aviendo comparado las Comedias modernas con las antiguas, resuelve la question por estas palabras: *Pero como quiera que sea, las cosas que aora se representan, son lascivas, torpes, y obscenas, y muy periciosas a la Religion Christiana. I por esso qualquiera que sabe algo en el Señor, los deve tener (a los Comediantes) por publicos pecadores, y por peste de la Republica, tanto mais grave, quanto màs grave el la herida del alma, que la del cuerpo.*” Idem, p. 33.

cada passo rayos de indignacion contra las Comedias, y fiestas del teatro, se despertò más mi atencion.³¹³

Para o padre, as inovações da nova comédia eram a pura manifestação da perniciosidade dos comediantes. Assim, tanto os gestos quanto a linguagem e os efeitos dela eram principalmente aludidos como modos de captar a atenção da audiência e de transmitir, sob pretexto de *proveito*, muitos enganos de alma. Embora autores coevos defendessem nas novas cenas mundanas e prosaicas o proveito pelo *ejemplo*, para os críticos das comédias modernas, o teatro havia se convertido em uma demonstração sem fim de "parrecidos incestos" em que o pecado era o maior exemplo, disfarçadamente apresentado sob boas intenções. Nas comédias, se aprenderiam "el adulterio las traças las maranas y cautelas con que han de enganar al marido", e seus palcos seriam o recinto onde se "conciben los adulterios se ensinan los amores desonestos porq es escuela de destemplanza y incentibo de laçibia"³¹⁴. Tal capacidade de ensinar o mal derivava, no seu entendimento, justamente, de como as comédias eram representadas garantindo, a uma só vez, um fácil entendimento e a captação total do interesse do público.

Além da música, cuja crítica de Camargo já foi destacada acima, outros elementos cênicos importantes são apresentados como essenciais para a captação do auditório que, entendendo ou não o sentido da peça, seria seduzido sensorialmente — por exemplo, através da combinação entre falas e gestos, à qual aludia tanto na crítica à estética teatral como aos comportamentos dos comediantes, tornando ambos parte de um mesmo problema. Afinal, os textos deviam ser aprovados para serem representados — inclusive pelo Santo Ofício, quando impressos — e nem por isso era o gosto pelas comédias menos polêmico. Aliás, não terá sido por outro motivo que os religiosos mais ciosos de seus

³¹³ Idem, p. 1-2.

³¹⁴ BNP. Cod. 1464, fls. 169 e 170. Cervantes, por sua vez também na alça de mira destes críticos, embora não tão conhecido por suas comédias, mas por seu *Quijote* e *novelas* facilmente representáveis, comenta em defesa antecipada algumas de suas cenas e sua qualidade *ejemplar*: "Y así, te digo otra vez, lector amable, que destas novelas que te ofrezco en ningún modo podrás hacer pepitoria, porque no tienen pies ni cabeza ni entrañas ni cosa que les parezca: quiero decir que los requiebros amorosos que en algunas hallarás son tan honestos y tan medidos con la razón y discurso cristiano que no podrán mover a mal pensamiento al descuidado o cuidadoso que las leyere. ¶Heles dado nombre de ejemplares y, si bien lo miras, no hay ninguna de quien no se pueda sacar algún ejemplo provechoso y, si no fuera por no alargar este sujeto, quizá te mostrara el sabroso honesto fruto que se podría sacar, así de todas juntas como de cada una por sí. Mi intento ha sido poner en la plaza de nuestra república una mesa de trucos, donde cada uno pueda llegar a entretenerse, sin daño de barras; digo sin daño del alma ni del cuerpo, porque los ejercicios honestos y agradables antes aprovechan que dañan." CERVANTES - *Novelas ejemplares*... p. 66 e 67.

cordeiros e críticos aos lobos das comédias insistiram que não era prudente encontrar meios de reformar as novas comédias. O problema era mesmo a qualidade da gente envolvida nelas, o que preponderaria sobre qualquer intervenção nos textos — sendo este mais um elemento dos juízos sociais cotidianos trazidos ao problema estético³¹⁵. E, nesta combinação de culpas e artimanhas, o padre respondia ao apelo que tinham os comediantes com a condenação da audiência que, embora enganada, pecava por não resistir às tentações dos sentidos:

que hemos de dezir de unos hombres, que tienen una tarde entera desahogado el coraçon por todas las puertas de los sentidos, assomados con temeraria ossadia por las ventanas infieles de los ojos puestos con atencion, y cuidado en una muger hermosa, no doncella, ni aun casta tampoco, que con un hombre mozo, y galan, que la enamora, y solicita, está hablando rostro a rostro, y representando con donayre, y bizzarria cosas tiernas, y de amores, y con acciones, con palabras, con gestos, con movimientos, está infundiendo lascivia en los que la oyen, y miran³¹⁶

A fala é uma clara invectiva contra o poder de engano dos sentidos sobre a razão e a constância, mas antes de apresentar feições cartesianas, o problema central está na capacidade de convencimento, inteligibilidade e sedução das comédias. Posto à parte o moralismo religioso — cuja motivação não se limita a isso —, o que se deve insistir a respeito das palavras deste *discurso* é como ele apresenta de maneira clara o problema da linguagem (apoiada pelos recursos cênicos) e seu poder de adequar um ato comunicativo a um público que já não era o mesmo do que aquele capaz de refletir sobre passagens obscuras ou metáforas intrincadas. O fato (e o risco denunciado) era que, somado os gestos à linguagem, as comédias produziam *agudezas* de fácil compreensão até para os mais infantis intelectos:

Y nadie me diga que en las Comedias no se dicen a las claras palabras torpes, ni que sean manifestamente obscenas. Porque fuera de muchas vezes las palabras con que se explican las cosas màs deshonestas, aunque equivocadas, y rebozadas, son tan claras para el auditorio, que las entienden los niños; no son las palabras las q principalmente mueven, sino las cosas, y objetos significados por ellas (...). Y la eficacia, que las palabras obscenas tienen de suyo para mover la imaginacion, se

³¹⁵ O Arcebispo Pedro de Castro, autor do "papel eminentíssimo" dirigido a Filipe II, referido ao longo deste texto, diz que se fosse permitido aos "Medicos de las Almas descubrir las llagas y enfermedades tan mortales q estos exerçios causan se hiziera uma euidente demonstrozion de lo q hoy no se justifica el vso de las comedias cõ dezir que se quitarian los exçessos porque es moralmente impossible y assi nos se puede esperar reformazion si no es quitandolas del todo (...) quanto mas q ninguna reformazion se puede esperar em gente perdida que nunca (...) supo sino cosas torpes y deshonestas" Cf. BNP. Cod. 1464, fl. 177v.

³¹⁶ CAMARGO - *Discurso theologico sobre los theatros...* p. 80-81.

recompensa con excessivas ventajas por la viveza de la representacion, y por los otros exquisitos artificios, de q van vestidas en el theatro³¹⁷

Este é um ponto importante e que demonstra o problema além da crítica moral. Como dito acima, mesmo os críticos das comédias reconheciam uma diferença entre esta e outra estética teatral. A saber, percebiam que o teatro — embora tivessem uma geral desconfiança a respeito das comédias — podia servir a propósitos pedagógicos e doutrinários importantes, sobretudo se considerada a influência do Concílio de Trento para o ambiente moral e religioso das monarquias que ainda se mantinham católicas. No caso, é relevante o papel assumido pela Companhia de Jesus na difusão militante e evangelizante do catolicismo tridentino. As escolas, a música, além do teatro, serviam a este propósito tridentino de aproximar o seu contato com as comunidades cristãs³¹⁸.

³¹⁷ Idem, p. 74.

³¹⁸ Segundo um parecer favorável ao aumento das escolas no reino português: "[na] era de 1160 o Concilio Lateranense 1º em tempo de Alexandre 3º acreçentou q se admittissem estudantes pobres de graça porq a Igreja (diz o concilio) he may piadoza q deue acudir aquelles a quem os pays não podem sustentar nos estudos; e porque depois no outro Lateranense maior em tempo de Inocencio 3º ao mesmo decreto se acrecentou outra rezão; pª q todos, diz, q quizessem aprender tiuessem lugar, e comodidade, e q não só nas cathedrais; mas nas collegiadas tambem aja mestre de Gramatica; e nas Metropolis de Theologia; e q se explique a Escritura (...) E o Papa Eugenio 4º sbendo q nisto auia descudo, mandou q não só nas Cathedrais os prelados puzessem mestres, q ensinassem as letras humanas, e artes liberaes (...) E finalm^{te} o sagrado Concilio Tridentino achou q por onde hauia de começar a reformação da Igreja na sessaõ 5ª era mandar, como fez, q em todas as cathedrais ouuesse mestres de latim, e musica, e q em todas ellas se fizessem seminarios de moços [habis?], em q se cressem em letras e bons costumes" ANTT. Cartório jesuítico, mç 56, doc. nº 9. "Memorial sobre os estudos de Portugal", p. 3. Outro memorial produzido no mesmo contexto faz a mesma lembrança e reafirma o lugar da Companhia neste intento: "no Sagrado concilio tridentino manda que todas as Igrejas catredais (sic) e bispados tenhaõ seminarios com escolas para ensinarem nelles aos que haõ de ser clerigos, curas, e pastores, e os Cardeais deputados nas declaraçoës desse lugar do concilio dizem sobreste decreto que primeiro de tudo se ha de instituir nelles mestres de gramatica e de musica que cultiuem aos moços e auendo os da Companhia q seiam antepostos a todos e iuntam^{te} manda o mesmo conçilio que não bastando hü seminario que se façã dous e mais (...) diz Plutarco q estimou sempre muito o seu mestre Aristoteles e a rezam q daua era porque se uiuia por beneficio de seu pai que uiuia bem pela doutrina de seu mestre e por esta causa o spirito santo inspirou a igreja santa em muitos concilios gerais q mandasse instituir pelo mundo todo muitas uniuersidades e escolas publicas, e dar salarios honrosos aos mestres dellas para que ensinassem á juuentud as letras humanas e diuinas e que o cuidado desses mestres fosse ensinarem aos moços a uirtude com as letras para elles depois a ensinarem ao pouo. Esse foi o intento de se instituir a dignidade de mestrescola nas igrejas catredais (sic), e isto considerou o sexto conçilio geral quando mandou hü decreto aos clerigos que tenhaõ escolas pelas villas e lugares e ensinẽ aos filhos dos fieis que a ellas uierem com muita caridade não leuando porisso estipẽdio algũ ao qual decreto se acomodou nosso beato padre Inacio ordenando que nos collegios da Companhia ouuesse escolas e nellas se ensinasse a juuentud sem estipẽdio, e mandou o sagrado Conçilio instituir escolas publicas pelos lugares e uillas". ANTT. Cartório Jesuítico, mç 56, doc. 10. "Que as escolas gerais são necessarias nos reynos principalm^{te} quando os mestres saõ quais a Compª tem nos seus collegios e pelas mesmas rezoës os collegios da

Entretanto, o teatro praticado pelos jesuítas não foi capaz de alcançar uma dimensão massiva e nem era voltado ao deleite do gosto do vulgo. Neste outro teatro, não havia espaço para um divertimento prosaico (ainda que com alguma nota de *exemplar*). E, assim, os corrais se apresentavam uma concorrência imbatível às escolas ou à música e ao teatro jesuítico. O prazeroso ócio despontava muito mais interessante do que a militância moral e reformadora dos costumes. Lope buscava o aplauso do vulgo; os jesuítas, a sua reformação e obediência religiosa.

Desta forma, além da estética, os objetivos da comédia nova e os do teatro jesuítico eram diametralmente opostos. Este, com profunda intenção pedagógica manteve sua filiação estética clássica, utilizando-se de elementos chave do teatro clássico como o coro e formas indiretas de apresentar temas polêmicos ou violentos³¹⁹. Além disso, salvo nos casos do teatro missionário, não raro representado em vulgar e até mesmo idiomas nativos, como o guarani, no Brasil, o teatro jesuíta era sensivelmente mais restrito³²⁰. O latim, adotado nos colégios como língua oficial desta *arte*, não apenas limitava a audiência, ele também demonstra que, embora uma tradição presente nos colégios desde sua fundação e na Universidade de Coimbra desde D. João III, o teatro clássico dos

Companhia deuem ser estimados dos Reys e dos mais que gouernaõ as Republicas." p. 4. Sobre as dificuldades práticas e resistências gerais ao ensino e à aplicação destas disposições, cf. FRAGO, Antonio Viñao. Alfabetización y primeras letras (siglos XVI-XVII). In: GÓMEZ (org.) - *Escribir y leer...* p. 39-84.

³¹⁹ Ao analisar a composição da tragicomédia *Iosephus*, do Pe. Luís da Cruz, referência para o teatro jesuítico, António Maria Martins Melo avalia que o papel do coro no teatro do jesuíta é utilizado de modo clássico. O coro, segundo Melo, era "na *poesis* de Luís da Cruz (...) um dos elementos fundamentais do faustoso espetáculo": "está presente em todas as peças (*Chori sunt in omnibus actionibus*), pois a música suscita o prazer (...). Aparece no final de cada acto, e intervém na acção (...). Aproxima-se, assim da prescrição horaciana, que lhe atribui papel de actor." O autor ainda conclui: "É pois um coro didascálico (dentro dos preceitos clássicos), mas tem a função pedagógica de propiciar a *repetitio* das ideias essenciais, a fixar pela comunidade estudantil e pela sociedade em geral presente na representação, que se quer moralizar." MELO, António Maria Martins. *Teatro jesuítico em Portugal no século XVI: a tragicomédia IOSEPHVS do P^e Luís da Cruz, S. J.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2004, p. 439-440.

³²⁰ "O teatro é para os jesuítas um instrumento pedagógico e também catequístico, razão pela qual os povos que, como o português chamaram para si a tarefa de cristianizar o mundo se servem dele como arma dúctil e eficacíssima para penetrar no ânimo das gentes conquistadas. (...) Mas os padres jesuítas bem sabiam que, se o teatro pedagógico dos colégios metropolitanos podia confiar ao seu carácter espetacular as pretensões de sucesso, já o teatro destinado à catequese ultramarina dependia da clareza dialógica, postulado da sua função exemplar. E assim, enquanto os colégios de Lisboa, Coimbra ou Évora usavam o latim, as missões recitavam não só em português, mas também na língua local." PICCHIO - *História do teatro português...* p. 160-161.

jesuítas, em suas características mais fundamentais, foi exatamente aquilo com o que Lope rompeu ao afirmar uma nova arte para as comédias.

Se olharmos para o teor das principais críticas dirigidas às comédias "de este século" e as compararmos ao teor preceptivo e interventivo de Lope, em seu *Arte nuevo de hacer comedias*, ficará evidente que as consequências mais diretas deste rompimento estão ditas nas suas próprias motivações. Ambas as *artes* repercutiam em títulos com sentidos, públicos e espaços de consumo bastante diferentes. Aliás, se uma era vulgar, corriqueira, semanal e pública, a outra se propunha a elevar o espírito de uma audiência menos ampla e de um modo menos simples, banal e cotidianamente exposto à cidade. A elevação pretendida levava tempo e demandava uma atenção nada prosaica. Características que conferiam a este teatro jesuítico as formas de imponentes produções mais tragicômicas do que cômicas. Já as comédias dos corraís despontavam não só numa nova *arte*, mas revelavam uma nova e intensa atividade econômica com um denso mercado de consumo, razão que levou grandes preocupações aos que viam nelas os descaminhos de multidões³²¹.

Exemplo desta diferença estética em relação ao teatro *lopesco* e de suas repercussões nos sentidos e nas orientações dos próprios textos e de preponderância da tragicomédia é o Pe. Luís da Cruz. Jesuíta e autor de importantes títulos, Cruz via com maus olhos a chegada de comediantes estrangeiros "perigosos pelos seus costumes" e que vinham ao reino como consequência do "desastre de África"³²². Em seus títulos, o padre unia o cômico ao trágico "a contragosto, mais para servir as convenções do que o pendor natural do autor"³²³. O resultado, porém, era eficaz, um gênero misto que possibilitava trazer algum cariz popular (cômico) a um gênero de natureza grave, elevada, como a tragédia, tornando-a, então, mais agradavelmente recebida pela audiência. Em suma: "um gênero que se aproxima da tragédia com um desenlace feliz"³²⁴.

³²¹ Para o caráter *massivo* deste teatro, cf. MARAVALL - *A cultura do Barroco...* p. 176-177.

³²² "Em 1606 escrevia o Padre Luiz da Cruz: «Et quidem hisce temporibus, quodid genus hominum, moribus sane perniciosum: *Comædi* ipsi appellantur.» N'este tempo, na realidade, appareceu um genero de homens bastante perigosos pelos seus costumes: elles mesmos se chamavam Comediantes. Este auctor accrescenta, que depois do desestre de Africa, em 1578, vinham estes comediantes com frequencia da Italia e da Hespanha." BRAGA, Teófilo, *História do Theatro Portuguez — a comedia classica e as tragicomedias, séculos XVI e XVII*. Porto: Imprensa Portugueza Editora, 1870. p. 329.

³²³ MELO - *Teatro jesuítico em Portugal..* p. 171.

³²⁴ Idem, p. 171. Especificamente sobre a adoção do gênero nos títulos de Luís da Cruz, Melo afirma: "O gênero misto da tragicomédia, denominação que atribuiu a *O Prodigus*, a Iosephus e

Os seus propósitos resumiriam a intenção dos dramaturgos do século XVI, que, ao contrário de Lope, mantinham sólidas bases no teatro clássico com:

admiração pelo teatro de Séneca e influenciados pela realização do Concílio de Trento (1545-1554) e pelo formalismo da Contra-Reforma tentam conciliar, numa adaptação da teoria aristotélica ao pensamento horaciano, o fim hedonístico e o fim ético da poesia³²⁵

Ao contrário deste, as referências clássicas do teatro de Lope serão justamente as que valorizavam o diálogo sobre o monólogo, a música sobre o coro e, sobretudo, que trazia a ambos a ação e o retrato dos costumes cotidianos³²⁶. Mais do que não estar “afinado” com a *arte* e preceitos aristotélicos para as comédias, Lope negou a *arte* em uma atitude de rejeição ao cânone por preferir atender às exigências que percebia em seu próprio tempo. Lope, assim, rejeitou *formalmente* a retomada teatral que ocorreu a partir de meados de Quinhentos, com a profusão de colégios tridentinos pela Europa.

Deste modo, sua criação estética, o novo teatro, foi um alvo preferencial das críticas a um gosto que representava os vícios e descaminhos mundanos — tanto pelo quê e como encenava quanto pelas massas seduzidas que atraía. Críticas estas que ajudam a entender como comédias e comediantes alcançaram em uma “boa opinião” tamanha demonização. A valorização do vulgo, da linguagem das gentes e dos temas da vida cotidiana e não os de elevação espiritual ou afinados com a “boa” *arte* formam o centro de gravidade de um problema que não se limita à forma, mas abrange a sua relação com a vida cotidiana e as repercussões disso para a opinião de diferentes públicos. Uma atitude não apenas preceptista, mas profundamente interventora no ponto de contato que há entre o formal e o social, razão maior de todas as divergências e vincados sentidos comuns sobre o novo teatro.

a *Manasses restitutus*, é uma construção poética intencional (*utrumque copulare fuit in animo*), que resulta da confluência da tragédia e da comédia (...) Numa missão de serviço à comunidade, aliou, assim, a seriedade (*grauitas*) e o riso (*hilaritudo*).” Idem, p. 172.

³²⁵ Idem, p. 174.

³²⁶ Lope mantinha uma boa aceitação de alguns autores clássicos para a sua nova comédia. Entre eles, se refere com melhor recepção às elocuições de Terêncio e Plauto. O primeiro tido como precursor das modernas comédias de costumes e o segundo pela destreza com que “supo combinar (...) la acción y el diálogo, passando con un ritmo vivo de la intriga al retrato de costumbres y dotando a sus textos de una dosis importante de lirismo y fantasía; su gran contribución residió, no obstante, en su lenguaje vivo y de gran riqueza (...) son estos dos comediógrafos ejemplos notorios de un teatro moderno y atento a su realidad presente” VEGA - *Arte nuevo...* p. 133 (notas).

Afinal, este é o mesmo contexto em que o mundo do pícaro triunfa contra o da salvação. E o que Lope fez, embora criticando e discordando dos vícios, foi valorizar (e não negar) as mesmas transformações da vida que levaram ao centro das narrativas novos ambientes e problemas, assim como novas paisagens e personagens — alguns dos quais eram exatamente aqueles que muitos religiosos tentavam emendar na praça pública e que, agora, estavam admitidos ao centro da vida dramática, fosse pela configuração em personagens, fosse pela dedicação em captar suas atenções³²⁷. A arte reflete a vida e esta era uma dura verdade. Sobretudo, quando uma nova *arte* atenta ao gosto vulgar não nega esforços em conquistar sua audiência, pelo que deveria não apenas se fazer entender, mas alcançar seu gosto e interesse. Se comédia é verdade, a “cidade” e seus vícios e cotidiano não poderiam faltar aos palcos³²⁸.

Para encerrar as diferenças com um caso representativo, curioso e de proveito para o objeto desta tese, convém lembrar o que ocorreu quando Filipe III finalmente visitou Lisboa. A saber, um quadro que informa a diferença de ambos os teatros e de ambos os *gostos* teatrais. Diferença que, pelos esforços dos Reis Católicos em difundir as novas comédias e os modernos corraís como uma espécie de legado ou identidade cultural da Monarquia e suas cidades, sabemos, pendia a favor do novo e não do clássico.

Na ocasião, para a qual se apressou inutilmente a construção de um mais moderno e amplo *corral*, o das Fangas da Farinha, nunca prestigiado pelo Monarca, foi preparada no Colégio de Santo Antão uma peça à altura do rei. Em um país que teve “de suar oiro

³²⁷ A crítica de Lope às burlas e malícias picarescas, por exemplo, não incidiam com maior assertividade sobre aqueles pícaros descritos nos capítulos anteriores, mas a pessoas melhor “integradas” que agiam em benefício próprio, com falsidade, enganos e arregoância. Cf. RAMÍREZ, Santiago Restrepo. Las comedias picarescas de Lope de Vega: cronología y la cuestión de la moralidad y la risa. *Revista de Filología Española* (RFE), 2019, XCIX, 1.º, enero-junio, pp. 163-189 ISSN 0210-9174, eISSN 1988-8538. Por outro lado, é possível reconhecer em suas obras que a valorização de “villanos” humildes podia ocorrer concomitantemente às denúncias contra a soberba de nobres e outras pessoas de melhor posição social. Cf. CONTATORI, Gabriel Furine. “Dispersa os soberbos e eleva os humildes”: a justiça na obra teatral *El mejor alcalde, el Rey*, de Lope de Vega. *Dramaturgia em foco*, v. 4, n. 2, 2020, Petrolina-PE, p. 91-110. ISSN 2594-7796.

³²⁸ Sobre a relação entre comédia e vida cotidiana, sobretudo considerado o *cotidiano* como categoria analítica (pertinente a assuntos que representam a interseção da vida entre elementos conjunturais e estruturais) e não apenas coisa prosaica e costumeira, é expressiva a conclusão de Lope para seu *arte*: “Oye atento, y del arte no disputes, / que en la comedia se hallará de modo / que oyéndola se pueda saber todo.” VEGA - *Arte nuevo...* p. 152.

para custear as pompas com que a capital se adereçou”³²⁹, a tragicomédia *A conquista do Oriente*, escrita pelo Pe. António de Sousa, buscava ressaltar o papel dos portugueses na expansão da fé e demonstrar o quão dilatada era a sua presença no globo. O recurso a uma ostentação cênica opulenta e investidora de grandiosidade e gravidade às figuras e temas representados deve ser compreendido como tão carregado de sentido quanto o próprio texto — talvez até suprindo deficiências deste³³⁰. A peça, seja como for, é bom exemplo do teatro jesuítico. Diz Matos Sequeira, com palavras apropriadas para, inclusive, diferenciar as tragicomédias das comédias, sobretudo as produzidas pelos jesuítas:

Os jesuítas não deslumbravam, esmagavam; não faziam vibrar as almas, apertavam-nas. O teatro nas mãos deles, não era um instrumento de cultura popular e de distração erudita, ou um processo literário de esclarecimento social, era um pilão, uma prensa compressora, um método disciplinar, um meio de propaganda, uma lição de cátedra, uma demonstração de força³³¹

Nesta demonstração de força, muito se consumiu do “oiro” suado pelos portugueses. Para impressionar o monarca, muitos terão contribuído para fazer d'*A conquista do Oriente* um evento digno da realeza. Matos Sequeira, com suas palavras descontraídas, chega a dizer que levou mais tempo para adereçar, vestir e ensaiar a peça do que para escrevê-la — aliás, a grandiosidade e a pompa da peça era tanta que, em 1620, foi impressa uma longa relação (em português) de sua exibição e de tudo que se passou nela, incluindo o seu texto (em latim)³³². Além do muito ouro gasto com a peça,

³²⁹ SEQUEIRA - *Teatro de outros tempos...* p. 146. A descrição das muitas "pedrarias", jóias e peças de ouro, prata e bronze empregadas na peça é detalhada ao longo da extensa relação sobre os seus preparativos e encenação. Cf. MIMOSO - *Relacion de la Real Tragicomedia...*

³³⁰ "Os assuntos eram tirados da Bíblia e da hagiografia, mas igualmente da história pátria, como sucedeu, por exemplo, em 1619, quando Filipe II foi convidado a assistir à *Tragicomédia do Descobrimento e Conquista do Oriente* do padre ANTÓNIO DE SOUSA, que os lusitanos súbditos lhe representaram com cenários opíparos e o concurso de bem trezentos figurantes. Em terra portuguesa e em pleno barroco, a tradição cortesã dos momos conjugava-se com o carácter espectacular próprio do drama jesuítico, embora às vezes a ostentação cênica servisse para disfarçar pobreza literária e fraca inspiração." PICCHIO - *História do teatro português...* p. 161-162.

³³¹ Idem, p. 146-147.

³³² Segundo o autor da relação sobre a peça, já referida em notas acima, que ainda anexa o texto original (no qual, pela ordem, descreve todas as grandes máquinas, invenções e carros utilizados em cena) e um relato (bastante pacífico, por assim dizer) da jornada de Filipe III a Portugal, sobre a sua representação: "Fue el comun iuizo de todos los que se hallaron en esta ciudad que la maior cosa que en ella se hizo fue la Real tragicomedia, que los Padres de la Compañia de IESV ordenarõ en su Colegio de santo Anton (...) siendo tan perfetos, y apuntados en todo lo que enprenden, que ninguno se espanta de la perfeciõ de sus obras, como cosa ordinaria entre ellos". A citação

teriam sido tomadas por empréstimo pelos escolares jóias e até espadas de nobres importantes — que, talvez contassem com a honra ver sua espada adereçando, para o rei, a maior grandeza histórica construída pelos lusitanos —, sem que nenhuma figura utilizasse um adereço qualquer que já tivesse sido utilizado por outra³³³. Mas o tamanho da real pessoa parece que não pedia apenas tais investimentos.

A peça não dava a mesma importância ao gosto corrente (e tão incentivado pela Monarquia, que o praticava cotidianamente na corte) e, por isso, desconsiderava importantes ensinamentos de Lope sobre como captar a atenção integral do público. Sobretudo, a sua capacidade de síntese e a atenção ao tempo ficaram de fora do espetáculo. O autor do *arte nuevo* advertiu:

Porque, considerando que la cólera
de un español sentado no se templa
si no le representan en dos horas
hasta el final juicio desde el Génesis,
yo hallo que si alli se há de dar gusto
com que lo se coonsigue es lo más justo.³³⁴

E, desprezando a importância do tempo, posto que a ostentação do ornato e objetivo a ser demonstrado eram mais importantes do que um aprazível divertimento, a peça oferecida a Filipe III consumiu dois dias inteiros para representar os seus cinco atos. Pouco antes do fim do segundo ato, já após seguidas horas, o rei, cansado, se retirou e a peça foi interrompida. Uma frustração dos intentos e esforços empreendidos nela e que pode ser tida como mais um episódio das muitas frustrações geradas nesta jornada de Filipe III a Lisboa.

No dia seguinte, foi preciso retomar de onde havia sido abandonada pelo Monarca para, então, seguir por mais três atos com grande ostentação dos feitos portugueses. Se é verdade que a escolha do tema era de vital importância política para os portugueses e isso demandava uma grandiosidade condizente com o que davam ao rei de seu passado, certo

encontra-se na segunda página da seção não paginada (e de título bastante representativo de sua orientação e sentido) "Al curioso lector Español". Convém ainda deixar registrado que o impresso é dedicado a D. Teodósio, duque de Bragança. MIMOSO - *Relacion de la Real Tragicomedia...*

³³³ "Los vestidos, trajes, joyas, y mas riquezas van fidelissimamente retratados, todo como los personajes lo vistierõ, y llevarõ en su adorno (...). En lo qual es mas de espanto, que ninguna cõsa que seruia en vna, aprovechaya a otra figura. Lo que ansi mismo hizo la obra mas real fue conocerse las figuras en tão numero q passarõ de 300." Idem.

³³⁴ VEGA - *Arte nuevo...* p. 142-143. Mais adiante, Lope ainda retoma o problema da paciência do auditório. Sendo as comédias divididas em três atos ou jornadas, determina: "Tenga cado acto quatro pliegos solos, / que doce están medidos com el tiempo / y la paciencia del que está escuchando." Idem, p. 149.

é que teria sido melhor não ter enfadado o Monarca com a demorada insistência no pioneirismo e grandeza dos portugueses, nem fazer com que tão importante narrativa fosse abandonada no desfecho de um de seus atos. Ainda mais quando o seu principal objetivo era apresentar o glorioso passado português a um rei não português de Portugal e que governava o reino de fora dele, em um momento bastante delicado para o qual o propósito e a mensagem da peça se revestiam de uma não pequena importância diante do contexto de sua representação. E, neste mesmo contexto, em Lisboa, diante de todos os grandes que o acompanhavam e de tão importante tema, ao teatro português, Filipe III preferiu o espanhol.

* * *

A razão desta abordagem ao teatro não é outra senão a de trazer ao problema central desta tese um tema de capital importância para as cidades modernas, sobretudo as ibéricas: a sua relação — e de suas populações e públicos — com o teatro. A desvinculação das representações cênicas de espaços privados, muitas vezes palacianos, e sua inserção regular, periódica e perene em diferentes cidades da Península funda o costume do acesso público a uma forma de arte clássica, ainda que "modernizada". No contexto de consolidação dos teatros públicos se inserem os poetas que tentaram um teatro que correspondesse às exigências de seu tempo e, principalmente, aquele que atendeu a tais exigências com uma nova *arte* para o teatro. Desta forma, a polêmica entre comediantes e críticos das comédias reflete um problema estético, um dilema cultural dessas sociedades.

A linguagem, a capacidade de comunicar publicamente temas e ideias para uma vasta e variada audiência desponta como o centro do problema estético e suas repercussões já cotidianas. Afinal, era a cidade o palco da verdadeira disputa, o que faz desta disputa uma tensão que também deriva das diferentes formas de comunicar. Se, por um lado, os comediantes desejavam crescer suas audiências com apelo ao deslumbramento cênico (cenários, maquinários e outras invenções), grande parte de seus críticos condenavam justamente este encantamento e apelavam à constrição e ao comedimento como caminhos para uma salvação segura, em tempos de tantas perdições. A polêmica em torno da nova estética teatral é a das condições de acessar e de despertar a atenção e interesse dos públicos que compunham as populações urbanas, especialmente

quando habituais oradores viam o seu rebanho transformado em público de um teatro já mais comercial do que religioso. As comédias públicas não apenas lhes tiravam tal (quase) monopólio, como também convidavam mais ao deleite do que ao proveito "tridentinamente" planejado para atos de comunicação social e para o teatro.

Afinal, apesar dos possíveis exageros apelativos e preconceitos contra comediantes (sobretudo contra as atrizes), o prazer da comédia era o do ócio e o da sociabilidade sem fins comunitários, doutrinários ou, muito menos, de reforço sincero da religião. Por isso, é que se destaca a importância de relacionar a estética teatral aos modos e às evidências de como eram representadas as comédias e de como as representações repercutiam. Perceber como as comédias circulavam e eram representadas, como era a dinâmica cotidiana da profusão deste gosto nas contínuas representações e na afluência de companhias e público que formava o auditório é, então, um desdobramento inevitável de um *problema* para o riso. Pois, apesar de toda a polémica a seu respeito, os públicos urbanos pareciam louvar muito mais o engenho criador das novas comédias do que os seus mais ávidos críticos. Ou, nas palavras de Manuel Severim de Faria, ao descrever o funeral de Lope — uma inusitada forma de medir sua recepção urbana e cotidiana —, era tanta a gente comovida e tanto o envolvimento da corte que "se vio bem, quanto mais val a nobreza natural do engenho, que a do sangue"³³⁵.

³³⁵ FARIA, Manuel Severim de. *Apontamentos históricos sobre Portugal e a Europa durante a União Dinástica e outros*. Disponível em: <<http://purl.pt/27695>>, último acesso em 18 de julho de 2018. A morte de Lope ainda moveu a pena de outros autores que aderiram ao comentário geral deste acontecimento. Em Portugal, além de Severim de Faria António Barbosa Bacelar repercutiu em versos a morte de Lope, cf. *Obras poéticas de António Barbosa Bacelar (1610-1663)*. (ed. CUNHA, Mafalda Ferin) Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007, p. 608. Para outros elogios ao "Fénix", inclusive à sua morte, cf. GONZÁLEZ, Ramón García. *Sonetos a Lope de Vega. Siglos XVI a XX*. Disponível em <<http://www.cervantesvirtual.com/obra/sonetos-a-lope-de-vega-siglos-xvi-a-xx--0/>> Último acesso em 19 de julho de 2018. Na antologia, encontra-se, por exemplo, um "A la muerte de Lope de Vega" por D. Bernarda Ferreira de Lacerda. Por sua vez, D. Bernarda é igualmente reconhecida entre os quinze autores portugueses que surgem referidos no *Laurel de Apolo*, repertório de autores cujo engenho e letras compunham o que Lope compreendia ser as mais insignes de das "Cortes del Parnaso". VEGA, Lope de. *Lavrel de Apolo con otras rimas*. Madrid: Impreso por Iuan Gonçalez, 1630, fl. 17. Sobre a recepção do *Lavrel* em Portugal, tão logo o livro chegou ao público um dos autores portugueses que mais se destacou na autoria de comédias lopescas em Portugal, Jacinto Cordeiro, respondeu a Lope de Vega adicionando muitos outros autores em um *Elogio de poetas lusitanos* dedicado ao autor do *Lavrel*. Cf. CORDEIRO, Jacinto. *Elogio de poetas lusitanos al fenix de España Fr. Lope de Vega Carpio, en su laurel de Apolo*. Lisboa: Impreso por Jorge Rodrigues, 1631.

4. "quem seu cu aluga não se assenta aonde quer" — a derrota de Madri na opinião pública portuguesa (ca. 1620 - ca. 1640)

Revoltas são comumente antecipadas por períodos de grande inquietação. No caso das duas décadas finais do período filipino, os impostos eram aludidos como principal causa para a perturbação do equilíbrio social. Contudo, para o contexto considerado, recorrentemente associado a um *antifiscalismo*, importa lembrar que, antes dos impostos e das revoltas que seriam consequentes a eles, há mais sintomas da insatisfação coletiva. Por exemplo, uma geral desconfiança provocada por um antagonismo comunitário que, nestas décadas, era expresso pela ampla rejeição que a opinião pública tinha do governo. Neste sentido, compreender as formas como os diferentes grupos sociais percebiam a vida cotidiana —isto é, como davam perspectiva às conjunturas e reagiam aos acontecimentos que davam forma ao dia a dia — é crucial para a contextualização de quase toda situação de revolta. Afinal, impostos, por si próprios, não formam ambientes propensos a violentas explosões de rejeição a eles.

Portanto, compreender o *antifiscalismo*, mais do que avaliar o peso dos impostos na vida cotidiana, é atentar a outros elementos. O primeiro deles e que seguirá constantemente lembrado é: o *antifiscalismo* não é um produto do contexto interrogado, mas um modo de enquadramento historiográfico. O destaque a esta observação é importante, pois, uma vez admitida esta premissa, passa a ser possível agregar mais elementos para a consideração do problema do que a mera situação fiscal. Em segundo lugar, cabe dar relevo aos fatores que formam o ambiente político no qual os impostos passam a ser um tema cotidiano. Foram eles que impuseram um determinado sentido ao tema, significando os impostos em associação a um modo de mau governo.

Por último, convém perceber quem é a *multidão* que se levanta contra os impostos. Além de refutar ideias que redundam a participação popular numa revolta a uma dominação da vontade popular ou a um caráter espasmódico, que ignora que a aderência à revolta pressupõe concordância, atentar à *multidão* é também uma forma de situar o contexto. Afinal, é preciso superar a bipolaridade explicativa para tais momentos de aberta violência que oscila entre a liderança de grandes sobre pequenos ou a ação de rústicos vazios de civilidade, mas guiados por um discurso de salvação da pátria e uma

precoce ideia de aberta luta de classes³³⁶. Entre os dois extremos, certamente há este mais valioso caminho que é o de perceber como tensões e frustrações, medos e esperanças

³³⁶ Desnaturalizar o lugar acrítico da *multidão* foi o primeiro objetivo de Thompson em sua abordagem à *economia moral da multidão*. Na historiografia de Língua Portuguesa, o melhor tratamento às revoltas do período filipino são os, embora recentes, já clássicos trabalhos de António de Oliveira. Oliveira foi o único historiador de Língua Portuguesa lido para esta tese a conjugar os diferentes interesses sociais em função do contexto, uma vez que não ignora a relação entre os interesses, as expectativas e as frustrações dos três estados e dos diferentes grupos que os compunham durante os momentos que antecederam, ocorreram e sucederam às revoltas. Cf. OLIVEIRA, António. *Poder e oposição em Portugal no período filipino (1580-1640)*. Lisboa: Difel, 1990. _____. *Movimentos sociais e poder em Portugal no século XVII*. Coimbra: IHES/FLUP, 2002. Para uma mais atualizada discussão sobre a historiografia atenta à passagem do período filipino para o da dinastia de Bragança e que contribui com interessantes novidades, cf. VALLADARES, Rafael. *La conquista de Lisboa. Violencia militar y comunidad política en Portugal, 1578-1583*. Madrid: Marcial Pons, 2008. _____. «Por toda la tierra» *España y Portugal: globalización y ruptura (1580-1700)* CHAM/FCSH/UNL e Universidade dos Açores, 2016 (especialmente o capítulo "Sobre reyes de inverno. El Diciembre Portugués y los Cuarenta Fidalgos (o algunos menos con otros más)", p. 189-228). Como exemplo de universalização do caráter popular das *Alterações*, o caso de Joel Serrão é o mais evidente. Embora interessante do ponto de vista do reconhecimento da agência política popular, Serrão acaba por extrapolar para o período tensões que não eram as que estavam em jogo, pois, se é verdade que as revoltas antifiscais expressam a contrariedade das classes populares contra a miséria, nem as revoltas se limitaram a tais frustrações, nem foram contra um sistema político e seus fundamentos, mas contra o governo, cf. MELO, Francisco Manuel de. *Alterações de Évora*. Ed. e introd. Joel SERRÃO. Lisboa: Portugália, 1967. Para os que viam nas revoltas de 1620-1640 uma genuína expressão de patriotismo, a historiografia do período salazarista (principalmente a produzida durante a efeméride de 1940) é a melhor referência os trabalhos reunidos no *Congresso do Mundo Português*. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, 1940, vols. 6 e 7. Entre aqueles que, ao modo de Serrão, viam uma antecipação da luta de classes nas revoltas de 1637 e os que viam nos movimentos de expressão popular um profundo sentimento patriota, há que se considerar as próprias contingências de seus tempos, marcados pelo Estado Novo português e pela polarização política durante a Guerra Fria como influências para os seus trabalhos e para suas ações enquanto intelectuais, muitas vezes respondendo uns aos outros. Como referência para um estudo cuja problemática continua centrada no caráter aristocrático da Restauração e que, a título de novidade, revisa o número de nobres e fidalgos que teriam aclamado D. João IV, cf. SOARES, Mafalda Cunha. Os insatisfeitos das honras. Os aclamadores de 1640. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda. (org.) *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 475-493. Para uma compreensão do período que propõe que a sua comunidade política se limitava aos capazes de se fazerem presentes em cortes, cf. CARDIM, Pedro. *Cortes e cultura política no Antigo Regime*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998. Um exemplo de como a política é percebida na história dos municípios portugueses quando o politicamente considerado se limita a uma problematização do lugar das instituições e dos grupos hegemônicos que disputavam entre si determinados interesses — isto é, uma historiografia que atenta somente a tais espaços e pessoas, totaliza e redundante o fazer e o disputar politicamente às "elites" —, cf. CUNHA, Mafalda Soares e FONSECA, Teresa (org.). *Os municípios no Portugal Moderno: dos forais manuelinos às Reformas Liberais*. Évora: Publicações do CIDEHUS; Edições Colibri, 2005. Como principal referência teórica para estes trabalhos, cuja chave analítica deriva de uma teoria das chamadas "sociedades corporativas", cf. HESPANHA - *As vésperas do Leviathan...*; _____. Para uma teoria da História Institucional... In HESPANHA - *Poder e Instituições...* (org.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 9-89. Embora interessantes para a

eram cotidianamente partilhados numa sociedade que, embora rigidamente hierarquizada, era formada por pessoas que transitavam com diferentes medos, preocupações e expectativas sobre o mesmo solo e não em patamares isolados da estratificação social.

Ou seja, o que está proposto é: antes de se identificar um carácter unicamente popular ou unicamente corporativista das revoltas de 1620-1640, em Portugal, convém atentar a como os grupos reunidos em *multidão* possuíam razões próprias para seus descontentamentos, as quais encontraram nos impostos um tema capaz de aglutinar suas críticas políticas a problemas cotidianos. Para a construção de uma abordagem ao problema, entretanto, o que seguirá feito não é uma síntese. Antes disso, a análise proposta soará por vezes ensaística. Isto, pois, antes de se avaliar como as revoltas ocorreram ou as forças envolvidas e os impostos a que responderam, o que se pretende é analisar as partes do problema que compõem o contexto que atravessa estas duas décadas marcadas por diferentes casos de revoltas. Por isso, perceber seu contexto mais geral, os diferentes juízos e problemas que o formam serão os elementos privilegiados. Uma opção consciente mesmo diante do perigo de uma possível dispersão das partes da análise, posto que avançar sobre uma chave explicativa que possa vir a explicá-las universalmente tende a ser mais arriscado do que proveitoso.

4.1 - A recepção dos impostos em críticas sociais

"Pois eu também quero dar a Vm^{ces} hum traslado da minha figura, e intenção sem tanto esfolla gatos de parolla, e com menos rodeios", disse o Lavrador de uma sátira, ao apresentar algumas queixas e opiniões sobre os rumos da vida em Portugal.³³⁷ No diálogo, sentam à mesa comum de uma taberna um estudante, um escudeiro e o lavrador. E, naquela mesa, imagem para o ambiente político-social, embora os três tenham enunciado opiniões particulares uns sobre os outros, revelando um juízo do autor sobre cada uma

compreensão de lutas políticas no interior das relações institucionais, da relação entre "centro" e "periferias" e entre a lei e a tradição, tais conclusões têm sido empregadas como modo de explicar um funcionamento geral da sociedade, não atentando para o fato de que, no *cotidiano*, o recurso irrestrito a elas gera distorções e naturaliza o discurso político e a compreensão da sociedade produzidos nestes lugares: "una explicación de los procesos de cambio, demasiado estructural, reiterativa e incluso próxima al determinismo." VALLADARES - «*Por toda la tierra*»... p. 196.

³³⁷ Cf. BGUC. Ms. 491 - *Colloquio, ou critica sobre a finta, que o Conselho de Portugal da Corte de Madrid mandou a este Reyno no anno de 1625. e carta ou satira da Camara da Villa de Alhos Vedros a El Rey D. Felipe IV. de Castella anno de 1625*, fl. 152.

dessas figuras enquanto representantes de seus grupos sociais, no que se referia aos temas públicos, as suas falas são bastante complementares. Na experiência de vida que o autor deu a cada um, temas da vida comum eram postos em conversa, cada um ao seu modo e com uma linguagem pertinente à sua caracterização social. A mesa e o encontro que nela ocorre surgem como artifícios para o tratamento de um ponto de contato provocado pelas incertezas e opiniões suscitadas pelos contínuos pedidos de contribuição fiscal, que permaneciam um tema aberto e constante do cotidiano.

A fala acima inaugura a participação do lavrador no inesperado *colóquio* que se inicia com a chegada do escudeiro à mesa comum da taberna, na qual já se encontravam o lavrador e o estudante. O diálogo abarca um leque de frustrações que, para o autor, atravessava diferentes lugares sociais. A presença do lavrador neste diálogo, muito dificilmente escrito por alguém dessa condição social — uma vez que a sátira reúne a capacidade de um longo pensamento discursivo, domínio linguístico, conhecimento de formas textuais, sentenças históricas, etc. — informa indiretamente as intenções autorais, além de ser um modo de perceber como o problema das "fintas" podia ser configurado de diferentes formas. A extensão e variedade de figuras sociais e a presença de personagens populares, portanto, servem como ilustração de como as fintas podiam causar uma má repercussão socialmente irrestrita. Continua o lavrador:

Minha Patria he Alhos Vedros, a profissão perguntem-na a este meu burel, a sabedoria dirá logo minha lingoagem, e lingoa. Sou muito são, e escorreito, louvores a Deos, como toda a vianda, tremo todo o anno maleita; bebo tinto, mijo claro; e dou mau grado aos Mestres: Mas em Deos e minha consciencia, que esta Finta pronostica algum mau Cajam, e quanto eu sem saber latim, mais do que sabe a mulla do meu Compadre, o Prioste, cuido que não pode ser couza boa, aquella que começa por nosso fim. Sinais já vejo o tempo tão temido de minha Dona, em que as mulheres haviaõ de chegar a tanta negraria, que haviaõ de dar de tributo de tres massarocas huma (...) quem me chegára a estar com o proprio Rey de barba a barba, e ao tú por tú; e eu lhe dissera: Senhor, mandai aos vossos Sanguechugos, que não fação o xõ tão certo, nem o arre tão longo; que não seja a sua fome mayor que a do seu ventre; que vos não queiraõ todo para si, pois Deus vos deo para todos: Que não tenham Onça de Estado, e para isso furtem arratel de Ouro cavando-o nas Monas de nossas pobrezas, e de nossas pobres Aldeyas, como Albardeiros que metem palha, e sacaõ dinheiro. Com tudo, eu para lá vou, e levo-lhe huma Carta pintada sobre o cazo, que lhe ha de fazer suar o topete.³³⁸

³³⁸ Idem, fls. 152, 152v.

De fato, o diálogo encerra com o lavrador determinado a levar as queixas ao rei e ajudam-no nisso o estudante e o escudeiro, comentando o teor da carta que levava e que após todas as falas do diálogo é apresentada como encerramento da própria sátira. Uma característica interessante, pois, além das vantagens do diálogo para a construção de uma crítica autoral³³⁹, a carta acaba por representar um recurso literário pelo qual se endereçava uma crítica diretamente ao rei. Somadas as falas e a carta, a sátira representa uma síntese do juízo que o autor fazia não só da finta, mas também da sociedade finta. Pois, pelo modo como ela surge configurada no contexto de recepção dos impostos, estes não eram senão um elemento capaz de aglutinar muitos temas em um. Assim, o modo como os impostos foram tematicamente construídos acaba por revelar as tensões que impôs a eles o sentido de crise. E, assim, a carta que o lavrador levava ao rei começava com a seguinte frase: "Mandaste cá pedir moeda para fazer guerra: A mayor guerra que nos podeis fazer he pedir moeda."³⁴⁰

Contudo, impostos não eram uma novidade e nem sempre representaram uma declaração de guerra. Ao estudar os *motins da fome* e ao questionar esta definição para uma série de revoltas, Thompson afere que a fome não era a causa das revoltas, mas um sintoma a ser considerado. Também aqui é possível dizer o mesmo. Não era simplesmente contra impostos que se revoltava o povo, embora fossem eles o elemento detonador. As

³³⁹ Sobre utilidade de diálogos que reproduzem a conversação cotidiana, Francisco Rodrigues Lobo, em seu diálogo *Corte na aldeia*, diz: "o melhor modo de escrever são os diálogos escritos em prosa, com figuras introduzidas que disputem e tratem matérias proveitosas, políticas, engraçadas e cheias de galantaria (...) além de ser este estilo mais claro, mais vulgar, mais excelente, inclui em si a lição de todos os outros modos de escrever, como são os da história verdadeira e fingida, das artes liberais e mecânicas, das ciências e disciplinas necessárias, das profissões particulares, da razão, do governo da vida política ou privada." E continua sobre o mesmo gênero: "assim como a melhor pintura é a que mais se parece com a obra da natureza, a que quer contrafazer, assim a melhor escritura é a que retrata com mais semelhança o falar e a conversação dentre amigos" LOBO, Francisco Rodrigues. *Corte na aldeia e noites de inverno*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1945, p. 21-22. Já recentemente, Sheila Hue comenta a importância dos diálogos para a apresentação de ideias por escrito, nos séculos XVI e XVII: "Gênero eleito pelos humanistas para discutirem suas ideias, o diálogo se prestava a encenação de uma conversa (...) permitindo que o autor contrapusesse idéias opostas e encenasse um processo de persuasão". Uma marcante presença de gêneros clássicos que encontraram grande difusão no período moderno, tendo sido um "suporte para o debate social de idéias (...) que se prestava à discussão de temas da atualidade, contemporâneos, e à apresentação de todo tipo de conteúdo." HUE, Sheila Moura. *Diálogos em defesa e louvor da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007, p. 18.

³⁴⁰ BGUC. Ms. 491, fls. 154 e 153.

cobranças podiam ser alegadas como um motivo concreto para revoltas. Entretanto, não é prudente admitir que estas se resumissem às fintas.

O *antifiscalismo* é, na verdade, uma forma de resumir tensões muito mais vastas. Tensões que, na consideração de uma mais expandida conjuntura, perduraram e atravessaram contextos específicos desde a entrada do duque de Alba em Lisboa até a Restauração. Por fim, é o caso de um termo que sequer expressa um problema da época ou que se relaciona com o seu universo semântico. Trata-se, na verdade, de um conceito que foi criado para atender a um problema historiográfico muito posterior aos acontecimentos, a fim de facilitar um olhar de conjunto para uma série de revoltas que marcam o momento de uma grande crise de rejeição ao governo, poucos anos antes da Restauração.

O que está dito é: os impostos não foram a causa da revolta (e, certamente, também não foram a causa da Restauração). O povo, que já pagava impostos e passou a pagar outros, nem sempre teve a revolta como uma etapa antecedente à imposição fiscal — e nem a revolta "contra impostos" foi coisa apenas do período filipino. Embora fossem o estopim ou aquilo contra o quê objetivamente reclamavam os revoltosos, como dito acima, o imposto representava a síntese de muitas críticas. Assim, interrogar a rejeição aos impostos enquanto construção de uma queixa comum capaz de reunir os diferentes descontentamentos é o modo pelo qual será possível compreender o porquê dos pedidos por maiores contribuições terem constituído a face mais tangível de uma tirania denunciada por pessoas e grupos que, por serem tão variados, acabam por representar a mais larga imagem que resume a própria sociedade.

Para falar de um assunto que atingia a todos tão explicitamente, não eram precisas alegações construídas a partir de um conhecimento da tradição do pensamento político clássico ou humanista. Aliás, são tantos os indícios de uma contínua insatisfação publicamente demonstrada que, para falar do assunto e ser entendido pelos interlocutores, bastava ouvir a cidade. "A gente popular desejosa de novidades, fala como quem não tem que perder", advertiu Carvalho de Parada ao conde-duque³⁴¹. A carta foi escrita em março de 1638, quando a pacificação das *Alterações* do ano anterior já era ameaçada por novos humores de inquietação. A advertência, no entanto, informava a respeito de uma situação

³⁴¹ PARADA, António Carvalho de. Terceira carta para o Conde Duque. In: CRUZ, António. *Papeis da restauração*. Porto: FLUP, 1967, p. 251, vol. 2.

também nada inédita. Dois anos antes do levante eborense de 1637, replicado por diferentes regiões do reino, Carvalho Parada já havia avisado ao valido sobre o qual publicamente o tema era debatido e conversado por um amplo espectro social — inclusive, com conversações sobre a possibilidade de um novo rei para os portugueses³⁴².

Nas cidades, a repercussão de um sentimento geral de crise associado à ideia de pobreza atravessou diferentes grupos profissionais. Esta repercussão alcançou, inclusive, aqueles que não mantinham uma interação com a escrita e com a leitura através de uma circulação fechada, como era o modo de transmissão de sátiras como as referidas. Também um modo aberto era bastante difundido e repercutido, sobretudo pelas paredes públicas das cidades. As praças, os mercados, as igrejas e as portas e muros delas, enfim, os lugares de maior afluência e concentração (o que exclui aquelas igrejas e capelas que fossem particulares ou circunscritas a um ou a poucos públicos) eram pontos físicos privilegiados para difundir as críticas capazes de atravessar as diferentes camadas sociais e ganharem repercussão entre elas³⁴³.

Por exemplo, numa *Lamentação ao Reino de Portugal q amanheceo na Sacristia da S^{ta} Misericordia Sabbado pella menhaã o derradeiro de Ianeiro de 632*, lê-se exatamente como o tema podia surgir em um local público com claras mostras de uma disposição a reações violentas, tal como se lê nos últimos versos: "Chega ao çeo do pobre o grito / venha venha de repente / quem vingue a este innoçente / como em Hierusalem

³⁴² Sobre este assunto, Carvalho de Parada comenta como o sebastianismo ou a crença em um rei encoberto que viesse a restaurar Portugal era amplamente difundida. E, sobre a pouca razão desta crença, fala que mesmo os que admitiam a morte de D. Sebastião, não falavam menos da possibilidade de que um pretendente fosse escolhido para esta causa e que: "tem isto alterado tanto os animos de qasi todo o Reyno , que se atreuem a falar em publico nesta materia, mostrando desejos de nouidades, & he rara a conuersaçam que trate de outra cousa, & poucos os que mostrem desgosto das alteraçoes que esperam, antes desejaõ de que as haja; & contra hü pouco oprimido de tributos, desejoso de lançar de sy o jugo, perduadido a q pode melhorarse, e alterado cõ esperanças de melhor fortuna, que poder houue nunca que fosse bastante, naõ repetirei os muytos Principes que por esta via foraõ desgraciados" PARADA, António Carvalho de. Carta primeira pera o Conde Dvque In: CRUZ, *Papeis da Restauração...* II, p. 242.

³⁴³ Sobre o uso da cidade como "suporte" para a escrita e enquanto lugar para a presença de diferentes públicos, durante o período moderno, cf. ROSPOCHER, Massimo e SALZBERG, Rosa. An evanescent public sphere: voices, spaces and publics in Venice during the Italian Wars. In: *Beyond the public sphere: opinions, publics, spaces in Early Modern Europe*. ROSPOCHER, Massimo. (org.) Bolonha: Il Mulino; Berlim: Duncker & Humblot, 2012, p. 93-114. GÓMEZ, António Castilho. *Entre la pluma y la pared: una Historia Social de la cultura Escrita en los Siglos de Oro*. Madri: Akal, 2006. GÓMEZ - *Opini3n publica y espacio urbano...* VIVO, Filippo de. *Information and communication in Venice...* Mais clássica referência será José António Maravall, cf. MARAVALL, José Antonio. *La oposici3n política bajo los austrias*. Barcelona: Editorial Ariel, 1974. _____ . *A cultura do Barroco: análise de uma estrutura histórica*. São Paulo: EdUSP, 1997.

Tito."³⁴⁴ Mas, para a apresentação da complexidade temática do ambiente no qual os impostos surgem como elementos conformadores da pobreza a ser vingada, as sátiras continuam a ser o melhor meio de interpretação. E isto se afirma tanto pelo detalhamento dos problemas — que não dependia da limitação física do espaço onde os pasquins eram afixados³⁴⁵ — como pela construção autoral de enunciados que apresentam a referida diversidade social.

Ao *colóquio de Alhos Vedros* somam-se outros dois textos compostos a modo de assentos camarários da *camara de Seloriquo o bebado*, possivelmente todas da mesma autoria ou de autorias diferentes que mantinham algum conhecimento entre si³⁴⁶. Nos textos, as diferenças entre os vocabulários (e mais diferenças de configuração) de cada

³⁴⁴ BPE. Cod. CXII/1-36 - *Lamentação ao Reino de Portugal q amanheceo na Sacristia da S^{ta} Misericordia Sabbado pella menhaã o derradeiro de Ianeiro de 632* fls. 224v-227v. O pasquim ainda lembrava de situações em que outros povos se dispuseram a rechaçar com violência os impostos ordenados pelo governo: "Corrida se vio Biscaia / por tal tributo em si ver / e não quis por o sofrer / que o mundo lhe desse vaia. / Em campo formado vaõ / dar remedio aquella chaga / dizem se ElRey quer por paga / armas sim tributos não." Idem, fl. 226v.

³⁴⁵ Outros exemplos são: BPE. CV(d)/1-2 - *Decima que se deitou em Madrid a hũa resposta que daua o Conde duq quando lhe diziam alguacouza do maogouerno*, p. 134 ; BPE. CXII/1-36 - *Tryste de ty Portugal, que depois de tanta finta te poem a roca na cinta*, fls. 222-222v, *A Dom diogo de Castro servindo de Vise Rey*, Idem, fl. 224, *Decimas aos governadores*, Idem, fls. 229-230v, *Papagaio Real para Portugal*, Idem, fls. 247v-248. A repercussão destes pasquins também se mede pelas variadas cópias que deles é possível encontrar em outras bibliotecas. A referência ao volume supracitado se dá pela conveniência de fornecer referência na qual um leitor os possa encontrar reunidos em um único volume.

³⁴⁶ Cf. BPE. CIII/2-14 - *Na villa de Seloriquo bebado a primeira sesta f de Março do anno de 1623 estando em camara Brasiaoã cabeludo iuiz Joaõ Galeguo pedreiro Vicente guomes tesselaõ vreadores e gregorio uaz artesaõ procurador do concelho o dito juiz propos aos demais em esta maneira seguinte*, fls. 126 - 139 e *Assento, que se tomou na camara de Seloriquo o bebado aos 20 de outubro de 629 sobre a noua do pedido do real da agua*, Idem, fls. 165 e 188. A possibilidade de serem de um mesmo autor ou de autores diferentes que, tendo lido uma das sátiras a repercutiu em uma criação sua sobre o mesmo tema, se infere da passagem de uma do *Colóquio de Alhos Vedros*, que entretanto não consta em todas as suas cópias consultadas para esta tese: "Um aviso deste toque mandou já o ano atrás Celorico o bêbado, e agora o continua Alhos Vedros" ALMEIDA, Eduardo. *Sátiras políticas de Seiscentos. Revista de Guimarães*, Guimarães, v. 59, [s/d], p. 400. Além disso, não é alheio ao tema do universo mental que favoreceu estas queixas pontuar que muitas das opiniões sobre a nobreza e sobre a pobreza dos campos, por exemplo, se recuperam em diferentes textos de Manuel Severim de Faria, que em uma anotação de viagem demonstra o conhecimento de que a vila de Celorico da Beira, pela qualidade e preço de seus vinhos, era conhecida como Celorico dos bêbados. Cf. SERRÃO, *Viagens em Portugal...* 123. Para as opiniões de Severim de Faria, cf. FARIA, Manuel Severim de. *Noticias de Portugal*. Lisboa: Impresso na Oficina Craesbeeckiana, 1655; _____. *Discvrsos varios políticos*. Évora: Impresso por Manuel Carvalho, 1624. Ainda, para uma trajetória de formação das suas opiniões e de muitas das presentes nas sátiras na construção de teoria política católica, tridentina e atenta a um debate europeu sobre a Razão de Estado, cf. BOTERO, João. *Da Razão de Estado*. Ed. Luis Reis TORRAL. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica; CHSC/UC, 1992.

personagem são também sintomas de diferentes queixas e do modo como o autor as compreendia e as representava desde o seu lugar social de observação dos fatos. Esta polifonia é mais evidente na sátira de *Alhos Vedros* pela maior diferença entre os participantes (um escudeiro, um lavrador e um estudante), mas não menos presente nos *assentos de Seloriquo*, nos quais falam um "tesselaõ", um "ortelão" e um João Cabeludo, o mais velho do concelho, além de outras personagens menos "populares"³⁴⁷.

Se nos *assentos* suas diferenças surgem muito pelos vocabulários e opiniões, no *colóquio* elas surgem explicitamente anunciadas pelo autor, quando apresenta cada personagem com uma detalhada descrição que abrange tanto os seus aspectos físicos e suas vestimentas quanto os comportamentos e os problemas de cada um. Algo que é apresentado aos leitores pelas falas e juízos emitidos por cada participante do diálogo, inclusive com críticas entre si. Assim, tanto a pobreza geral como os juízos particulares que o autor imaginou para cada grupo social são apresentados pelas falas e suas réplicas.

Nesta variedade de formas de viver e narrar a miséria, diferentes configurações do tema são apresentadas consoante cada perfil social presente no *colóquio*: um escudeiro

³⁴⁷ Aqui dois autores incommumente articulados, Lukács e Bakhtin, podem apresentar um ponto de convergência. Para o primeiro, *vivência* e *cotidiano* são categorias indispensáveis para se pensar uma obra e as condições estéticas que contingenciam sua elaboração. Ao questionar o espelhamento artístico da realidade (embora mais detidamente sobre a tragédia e a grande épica, caso a ser retomado oportunamente), Lukács, com clareza, afirma: "É evidente que nenhum ser humano figurado na literatura pode conter a riqueza infinita e inesgotável dos traços e exteriorizações que a vida contém. Mas a essência da figuração artística consiste precisamente em que esse retrato relativo e incompleto funcione como a própria vida, até como uma vida mais elevada, intensa e viva que aquela realidade objetiva." LUKÁCS, Georg. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011, p 118. Isto é de importante consideração para o problema tratado. Após o colóquio do *assento* de *Seloriquo* ou da *mesa comum* de Alhos Vedros, os seres humanos ali "figurados" voltaram para suas vidas comuns, para uma menos intensa vida que é o próprio cotidiano, isto é, uma rotina automatizada e menos criticamente elaborada. Já Bakhtin, atento à polifonia como fator sociologicamente importante para a linguística e para quem o vocabulário da praça é uma indispensável e segura fonte de acessar uma forma de exprimir e interagir com a realidade e que é legitimamente crítica e racional: "Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. (...) A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua — recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais —, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolúvelmente no *todo* do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação." BAKHTIN, Mikahil. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 279. Para uma mais detida consideração sociológica sobre a polifonia, cf. BAKHTIN - *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento...*

faminto que tenta se vangloriar por ser nobre e que despertou a desconfiança dos outros praticantes, bastante avessos a tal apresentação; o "aperto" que a repartição das terras causava ao lavrador e uma referência ao peso que o imposto sobre as maçarocas causava à sua "dona"; ou, ainda, a apresentação de um estudante pobre e arrogante, descrito por seu uso incorreto e impertinente do latim em situações desnecessárias³⁴⁸. O colóquio sobre a finta, de fato, informa problemas muito além dos impostos. Mas, embora seja importante referir as diferentes experimentações do problema, o que é notório é que, apesar das diferenças e desavenças sociais entre os participantes do diálogo, há a construção autoral de um consenso entre todos.

Para o problema da opinião sobre os impostos, o que isto sugere é que, apesar das diferenças sociais — não determinadas apenas pelos estados, mas por suas frações interiores que iam dos trabalhadores humildes aos ricos mercadores, dos pobres escudeiros aos seus senhores —, a repercussão da pobreza era capaz de atingir a todos. É neste sentido que as sátiras adequadas em diálogos entre pessoas de diferentes origens sociais ou ocupações socioprofissionais também ajudam a perceber a variedade dos temas que compõem o problema dos impostos. Sobretudo quando estes eram, cada vez mais, entendidos como um modo constante de governar, ainda que sem contrapartidas evidentes³⁴⁹.

Assim, as diferentes queixas encontravam nos impostos um denominador comum. Foi através deste denominador que a imagem do governo foi reduzida a uma tirania dos impostos pelo modo como eram requeridos (inclusive com imposições por regalia e empréstimos nunca pagos) ao sentimento de descaso com as questões que realmente importavam ao reino. Por exemplo, neste parecer dos tecelões que, ainda que não ficcional, sustenta opiniões bastante semelhantes às das sátiras:

que os direitos reais estão esgotados por duas cabeças ou princípios o primeiro por doações inoficinas, q de todo tem impossibilitado o Reino como corpo sem sangue. o segundo por V. Magde dezamparar a Jndia e puxar pellos direitos reais desta coroa escaçados pera a flandres sendo

³⁴⁸ Eduardo Almeida, em sua edição da sátira, incluiu um glossário no qual comentou estas caracterizações (e outras palavras ou expressões) e as pôs em perspectiva com outros diálogos da época. Cf. ALMEIDA - *Sátiras políticas de Seiscentos...* p. 183-192 e 402-405.

³⁴⁹ Para uma crítica ao sentimento de ausência de contrapartidas para os impostos, os muitos casos estudados por António de Oliveira são bastante ilustrativos. Cf. OLIVEIRA - *Poder e oposição...* e _____. *Movimentos sociais e poder...*

assim que este reino não tem nenhuma combinação com aquelles estados, nem lhe cabe o socorro delles.³⁵⁰

Questionava-se, sobretudo, a relação entre as arrecadações e o destino delas, de modo que a crítica aos impostos era também a alguns costumes e a como eles impactavam os povos e a um modo de governar. Novamente, Carvalho de Parada advertiu ao valido do rei:

Verdade seja, que pera os vassallos darem a camisa, esperaõ que primeiro sua Majestade dê a capa, & para sofrerem com paciencia tirarem o paõ da boca, fora consolação que se corra pello superfluo da casa Real, & que as ajudas de custo, & merces dos que merecem pouco, ou nada se apertaõ pella medida do tempo.³⁵¹

Entretanto, mesmo os pontos comuns da queixa geral não anularam certos juízos particulares. Pelas diferentes queixas, fica evidente que a miséria do povo faminto não era a mesma daquela vivida pelos comerciantes, o que, por sua vez, não diz muito sobre o modo como nobres sentiam ser preteridos por poucas mercês e cobranças indesejadas. Compreender tais argumentos só é possível se identificada a raiz das razões apresentadas para que um novo imposto assumisse a forma de ofensa e não de necessidade importante para o bem comum. No espaço público onde circulavam os diferentes juízos críticos sobre o contexto, isto acabou por favorecer uma situação aparentemente paradoxal. Se, por um lado, há uma cada vez mais geral reprovação ao governo, por outro, entre os portugueses também era corrente a desaprovação com que aqueles que deveriam com maior ânimo zelar pelo bem comum se furtavam a tal responsabilidade. Isto e as diferenças na repercussão da pobreza revelam alteridades sociais que mesmo diante de um consenso eram capazes de manter críticas entre si:

Eu quizera que o Rey dera exemplo ao fidalguo tirando m^{tas} iguarias da sua meza pera menos guasto e mais saude e os fidalguos fizessẽ o mesmo na sua pera que nos os imitassemos porque assim como he respeito e proporçaõ hum frontispicio assituado, que tem de alto vinte e quatro palmos lhe dou uaõ dezasseis tambem o que tiuer de alto noue palmos demanda seis de largura pella mesma conta se o Rey reduzir os

³⁵⁰ BPE. CIII/2-14 *Parecer resolução e reposta, que ao ofício de teçelois desta çidade e seu termo com os elleitos delle e iuizes do dito ofício deraõ à carta de Sua Mag^{de} Vaõ nestes apontamentos de mixtura as cauzas originais, que tem lançado a perder este Reino e a India posta no estado em que se uee, q se deue chorar cõ lagrimas de sangue uisto estar tudo debaixo do amparo de taõ grande monarcha, de quem puderaõ com muita razaõ tremer e assombrarse os enemigos e uaõ iuntante os meynos, q pode auer pera se tirar dinheiro pera o socorro della,* fls. 188v e 189.

³⁵¹ PARADA - Carta primeira pera o Conde Dvque. In: CRUZ - *Papeis da Restauração...* II, p. 242.

seos dezoito pratos a doze e os fidalgos os seos doze a oito o conde ponha os seos em quatro e eu de hum, q tenho deixe meyo pera a ceya que todo o fausto fiquàra na mesma proporçaõ sera menos e far nos ha menos peiuizo quanto a cantidade dos mantimentos bom fora contentarse cada hü com os da sua terra que esse he bem auenturado, que tem de pouquas couzas neçessidade nos o podemos ser todos do que temos naõ cobiçando o alheyo.³⁵²

A crítica à natureza dos gastos sustentados com os impostos era parte central do argumento. Neste sentido, o que se lê nas sátiras é uma crítica mais ampla e ao mesmo tempo complexa. Nelas, os diferentes temas que compõem o contexto no qual os impostos formam apenas uma parte surgem como sintomas da opinião que se tinha sobre eles e sobre o governo. A escolha de representantes da mais geral noção de "povo" para o diálogo é, por isso, interessante não apenas pela inclusão deles num espaço fictício de discussão camarária e de temas políticos do reino — como no caso das sátiras de *Seloriqo bêbado* —, mas especialmente pelo modo como tal configuração oferece a leitura de como foi elaborada uma avaliação política da vida cotidiana adequada às palavras e juízos que o autor compreendia serem os da mais numerosa parcela da população — inclusive pela autoria de cartas igualmente "populares" dirigidas ao rei. É também neste sentido que as críticas a alguns comportamentos sociais se igualam às dirigidas ao governo, como na contagem dos pratos ou no modo como é iniciado o primeiro assento de *Seloriqo bebado*. As notícias que um natural do conselho mandava de Lisboa aos seus compatriotas é o mote de todo o *assento* e guia para os assuntos que trata:

Entrei qua com roim pee porque uim buscar iustiça couza que naõ ha nesta terra sendo as iustiças tantas que ando trepeçando nellas. Vai qua grande matinada e toar de Mouros e naõ ha nauios nem gente que queira sair a elles, diz o meu procurador que EIRey q naõ tem dinheiro e quer que o tenha eu pera lho dar. O trigo, que uem de frança e o resgate de catiuos esbulhaõ o Reino de moeda e as cabiças de mandar à India pataquas vazaõ tudo alem deque Roma tambem chupa de sua parte. EIRey pera fazer festas em Madrid lançou huã finta aos mercadores, naõ falta gente pera a guerra, mas naõ gente de guerra, fidalguos se deitaõ de fora naõ ha ia senaõ fazela contra os naturais tudo me parece saõ pecados eu ando purgando minha parte, la da sua uiraõ o remedio que pode auer, aparelhem as bolças pera EIRey, as almas pera Deos e os corpos pera a ma uentura. Portugal esta com a candeya na maõ, mas morre como corporis, que faz m^{tos} termos antes q acabe. Deos nos g^{de} a todos Amen.³⁵³

³⁵² BPE. CIII/2-14. fl. 128.

³⁵³ BPE. CIII/2-14, fls. 126, 126v.

Justiças e injustiças, um porto vazio, falta de trigo e o dinheiro gasto com sua importação, festas em Madri (às quais compete acrescentar outras que, em Lisboa, dependiam de polêmicos impostos para comemorações que não chegaram a acontecer³⁵⁴) e a guerra dos fidalgos aos seus naturais: como se vê, o *antifiscalismo* de fato vai muito além dos impostos. A construção de um único texto elencando tantos assuntos é a clara representação de um ambiente pressurizado por uma crise que atravessa os domínios próprios do econômico e do político. Logo, mais do que os impostos, o objeto mais importante das sátiras eram os fatores de pressão sobre o contexto a que respondiam os autores. Eram tais fatores que, além de determinarem a má repercussão aos pedidos por mais dinheiro, serviam de eixo para a crítica que rechaçava as alegações para os impostos.

Alguns dos temas acima serão repassados mais adiante. Por enquanto, convém dar relevo aos tais comportamentos sociais que as sátiras denunciavam como parte do problema dos impostos. A saber, os excessos, os privilégios e os luxos não condiziam com um momento em que sacrifícios de dinheiro e vida eram exigidos aos portugueses: "a Índia se pode sustentar só com os baratos dos jogos da sua corte, e deste golpe ficavam calabreados os vagabundos dela, cujos oviosos corpos em Frandes podem ocupar o lugar em que injustamente andam, e morrem os Portugueses"³⁵⁵, lê-se no *colóquio* de Alhos Vedros. Uma opinião que não se limitava apenas aos gostos do rei e de sua corte, mas também de outros grandes:

Fintesse ElRey assi coque [com o que] guasta em serois, Comedias e cassadas aplique a des nauios da armada e com isso rogando e animando persuada a dous duques de Portugal que cada hum tenha hum galiaõ ou bom nauio porq elles são tais e bem zelozos do bem commum que o faraõ com m^{ta} pontualidade o mesmo pode fazer com tres arçebispos e com os bispos q puderem porque pois a terça parte das suas rendas

³⁵⁴ No que refere ao contexto do chamado *antifiscalismo*, uma lembrança do que Portugal ganhou e perdeu com os reis castelhanos relata com um detalhamento sugestivo de reprovação que: "No anno de 1618 lhe deu este Reino 300 mil cruzados p^a ajuda de custo na jornada q fez quando veio a elle" além de muito mais dinheiro que "gastou com elle a Camara de Lisboa em festas, mesa e outras cousas". A expressão "gastou com elle" e a total falta de deferência protocolar são sintomáticas. BPE. CV(d)/1-2, p. 65-68 - *Referese o q ganhou Portugal em tempo de seus Reys antigos; e o q perdeu em tempo dos Reys de Castela*, p. 66. Em 1629, a modo de comemoração do nascimento do herdeiro do rei, o mesmo ordenou que se tomasse "por emprestimo, ao real dagoa, ate contia de des mil ttd^{os}" para custear uma procissão de graças, comédias públicas no Terreiro, mascaradas e touradas. Segundo Eduardo Freire de Oliveira, o preparo das comemorações foi interrompido por uma série de eventos que deprimiam ainda mais o ânimo para comemorações, tais como o desacato de Santa Engrácia, um inverno rigoroso, enfim, a notícia da perda de Pernanmbuco para os holandeses. Cf. *Elementos...* III, p. 332-333.

³⁵⁵ ALMEIDA - *Sátiras políticas de Seiscentos...* p. 398.

pertencem à igreja não he contra razão guastarem na com a defençaõ della o mesmo pode fazer com os senhores de titulo de Portugal e Castela exortandoos com cartas e exemplos a diminuir os guastos de uidades e empreguemse na milícia que hoie he forçoza e neçessaria³⁵⁶.

Todas essas ponderações dizem sobre as injustiças notadas na carta que de Lisboa foi enviada a *Seloriqo*. Contudo, o que salta aos olhos é como o governo, suas razões e práticas formam apenas uma parte do ambiente. Ou seja, o contexto *antifiscal* é dotado de uma complexidade que não se resumia apenas aos impostos e foi ao captar esta característica que as sátiras fizeram dos impostos o argumento para uma crítica social. Para a consideração do contexto fiscal, por exemplo, não se evitou a menção a uma guerra dos fidalgos portugueses aos seus naturais — inclusive, associando o comportamento dos fidalgos ao próprio decaimento moral do reino e aos custos de todo o Estado.

Ao chegar à mesa comum e ter anunciado a si mesmo com pompas de nobreza, o escudeiro é recebido com desconfiança pelo lavrador e pelo estudante. Os juízos emitidos tanto no *colóquio* como nos *assentos* se complementam nisso. Para o lavrador de *Alhos Vedros*, os escudeiros eram a "peste de nós outros", gente que sem conquistas próprias esconde-se nas de seus senhores. As imagens que apresentam a nobreza portuguesa nestes diálogos de protagonistas *baixos* ou *medianos* representam a depressão moral do reino em que os *grandes* haviam se acostumado com a barganha política e se desacostumado com o merecimento: "foi depois que Portugal, com paixão de todos nós, chegou a tal quaresma, que já não há quem lhes dê a comer carne fresca de mouros, vivendo cada um de encher a boca com a chacina que ficou nas crónicas do tempo de seu dono"³⁵⁷.

Embora o contexto fosse de uma ampla opinião contrária ao governo e à apresentação das suas intenções fiscais, o que as sátiras informam, pela própria natureza desta *forma*, é que o consenso não anulou a existência de uma crítica interna à própria sociedade. Desta forma, ao *antifiscalismo* não era alheio o modo como a opulência de alguns era sustentada pelo sacrificio de outros. Por isso, a denúncia à ociosidade dos nobres complementa o sentido dos impostos, para esta forma de compreensão do contexto. O dinheiro aplicado em rendas e outros privilégios, por exemplo, não foi um tema pouco debatido no século XVII, especialmente nestas décadas de crise em que a

³⁵⁶ BPE. CIII/2-14 - *Na villa de Seloriqo bebado...* fls.134 e 134v. Para mais, são interessantes as análises de Maravall sobre o modo como Barrionuevo e outros autores de memórias comentam os gastos com festas e comédias na corte madrilenha diante das crises vividas. Cf. MARAVALL - *A cultura do Barroco...* p. 353-385.

³⁵⁷ ALMEIDA - *Sátiras políticas de Seiscentos...* p. 179 e 180.

nobreza (inclua-se aqui boa parte do clero português) de tudo fez para não perder privilégios ou ter que contribuir com impostos. Esta era a guerra que os fidalgos faziam aos seus naturais³⁵⁸.

As críticas acima denotam juízos populares. Isto não significa que fossem necessariamente a expressão da opinião de um autor popular, mas um tipo de crítica que repercutia denúncias populares e que, por exemplo, não abordavam o "contexto antifiscal" da mesma maneira que Francisco Manuel de Melo quando se ocupou de redigir um memorial dirigido ao rei, alegando as razões para a isenção da nobreza³⁵⁹. Isto pois a

³⁵⁸ "A guerra dos fidalgos contra os naturais não é uma luta civil armada: é a pressão do dominante sobre o dominado (...). É a atitude dos que vivem segundo a lei da nobreza, estatuto que implicava, entre outras condições, um determinado nível de riqueza ganha em honra que lhe permitisse viver no topo da ociosidade, «servindo-se de cavalos, criados e escravos». O *tempo de agora*, obra editada em 1622, enumera-os bem: são membros do estado do meio, são «os títulos, fidalgos e mais gente», os que tem quem por eles «trabalhe, sue e canse». O que lhes permite, com esta ociosidade bem alicerçada, «comer, dormir, jogar e passear»." OLIVEIRA - *Poder e oposição...* p. 109. Em 1634, uma consulta da Câmara sobre recursos a serem destinados à restauração de Pernambuco revela que após três anos de pagamentos e cobranças para este fim não foi possível dar qualquer resposta ao problema. Nela, onde novamente se respondeu a novos pedidos, a Câmara insiste que pela miséria e gemidos dos povos: "deve V. Mag^{de} ser servido que concorra a nobreza, sem se admittir excepção de pessoa, salvo os que tiverem contribuido como donatarios da corôa, e isto em quantia certa e ajustada, a respeito de que nos nobres está a maior substancia das rendas e fructos do reino", admitindo-se apenas que fiquem isentos de contribuir "do modo que V. Mag^{de} ordenar (...) só os que por si, ou por seus filhos, fôrem servir pessoalmente n'esta guerra." *Elementos...* IV, p. 77 e 78. O rei responde com concordância (Idem, p. 80-82), mas, como demonstrou António de Oliveira, as esquivas dos estados superiores foram sempre insistentes e se fizeram valer até a imposição das meias anatas, em 1630, e do real d'agua em 1637. Cf. OLIVEIRA - *Poder e oposição...*

³⁵⁹ MELO - *Alterações de Évora...* p. 23 No memorial em que expõe e defende razões da nobreza portuguesa para não contribuir em novas solicitações, Francisco Manuel de Melo inicia sua súplica lamentando o estado geral dos portugueses: "Sacra, e Cathloica Real Magd.. Las calamidades q estan amenassando mi Patria segun el sentimiento Universal de sus moradores, el afan continuo, y general molestia en q ha vivido estos años an estimulado la humildad de mi voz". Mas nos seus argumentos era a diferença de valor entre a nobreza e os demais o modo pelo qual justificava o absurdo de lhe impor contribuições: " El honor es un particular Priuilegio q el cielo repartio a algunos hombres, como por testimonho de sus vertudes; por que hauiendo nascido todos de primer hombre la virtud q floreceio en algunos los hizo difirentes de sus iguales, y de los q por la naturaleza eran unos mismos, salieron otros cuya bondad les concedio Dominico, y authoridad p^o poder mandar, y enseñar a los q no les imitaban pues siendo conoçidos por puramente buenos por justiça de la naturaleza eran reuerenciados devida-mente." Estes seriam aqueles que tomaram "esta graça comunicable el soberano nombre de Nobleza". BPE. CIII/2-25 - *Memorial ofrecido al Rey nuestro Señor sobre el donativo que se trata de pedir a la Nobleza de Portugal*, fls. 92 e 92v. O memorial não chegou a ser finalizado: "Mais tenho escrito deste papel mas pasouse lhe a sezão e a mi a curiosidade". Sobre este papel, cf. OLIVEIRA, António. D. Francisco Manuel de Melo, historiador. In: *D. Francisco Manuel de Melo e o Barroco Peninsular*. ANACLETO, Maria Teixeira; AUGUSTO, Sara; SANTOS, Zulmira (org.). Imprensa da universidade de Coimbra/Ediciones Universidad Salamanca, 2010, p. 211 (notas 11 e 12).

crítica incide, sobretudo, numa revisão das prioridades do governo e das classes dirigentes enquanto forma de melhor governar — ou seja, uma forma mais justa de se atentar ao sacrifício dos povos, sanar as contas e socorrer todas as perdas. É desta forma que, nas sátiras, as más reputações do governo e a dos fidalgos fundem-se na apresentação da crise portuguesa.

Embora esta não fosse uma denúncia contra a nobreza em si, mas a esquivia do nobres em cumprirem suas funções de libertarem o reino de suas opressões era aludida tanto como causa do aumento dos gastos e dos impostos cobrados aos mais pobres como para não resolução dos problemas portugueses aos quais as espadas poderiam acudir³⁶⁰. Na metáfora em que comparou Portugal a um porco repartido pela ganância, o autor da *Lamentação* afirmou:

A língoa daõ por mays míngoa
aos fidalgos pois são galgos
e he bem dem língoa a fidalgos
pois são fidalgos de língoa.
Porque da quèsta maneira
pagaõ seu pouco juizo,
e he bem para terem sizo
lhe ponhaõ o sal na moleira
E não so aos de Lisboa
mas ainda aos das terras razas

E, mais à frente, quando já expunha um maior desejo de mudanças:

Ninguem de tj caso faça
nem te chame Portugal
pois se te tyraõ o sal
tambem te tyraõ agraçã
Os fidalgos não acodem
por tributos não perder
os pobres tem bom querer
mas que importa se não podem
Desejo tem e cobiça
valerte nesta occasiaõ,
mas falta lhe capitaõ,
& amor da patria os atiça.³⁶¹

³⁶⁰ "Grande dano se segue iuntam^{te} do roim gouerno Economico das familias e da sobegidaõ dos guastos tendo o muito superfluo por neçessario, com que cada qual dissipa o seu e às uezes com graues ofenças ao de Nosso Snõr. (...) com que consumem o seu e o alheyo em pompas e ostentaçois e no fim daõ de comer a mal dizentes e urdem mil trapaças adeuinadas ia de Socrates e Aristoteles. a bizarría dos antiguos aparatos se sopunha nas armas, nos criados e lanças que sustentauaõ consiguio em Africa" BPE. CIII/2-14 - *Assento, que se tomou na camara de Seloriquo...* fls. 170v, 171.

³⁶¹ BPE. Cod. CXII/1-36, fls. 225v, 226 e 226v, 227.

Como se vê, as denúncias contra a ociosidade de parte da nobreza eram voltadas ao desamparo que a maior parte do povo recebia justamente em meio às injustiças que os impostos representavam. O *porco de luso* era retalhado por um governo autoritário e não havia republicos prontos a salvá-lo. Portanto, antes de tirar o foco da difundida opinião pública contrária ao pertencimento de Portugal à Monarquia, a crítica aos fidalgos agrega um elemento próprio a um juízo popular sobre o contexto. Ou seja, é apresentada como parte do mesmo problema, pois esta ociosidade e a reprovação ao modo como seus interesses e privilégios eram antepostos ao bem comum eram também sintoma de como o próprio estado da nobreza se isentava de apoiar um governo contra o qual também nutriam um sentido desagrado. No juízo popular, a falta de zelo era um comportamento que alcançava este sentido diante das opressões fiscais e não alheio a elas.

Os nobres ciosos de seus interesses também sentiam os riscos da investida fiscal do governo e, ao invés de tomarem parte numa resolução comum, adotavam condutas que para o juízo popular — isto é, um juízo da realidade que indicava problemas e soluções pensadas de um ponto de interação popular com o cotidiano — assumiam a forma de desamparo aos seus naturais. Esta, inclusive, era uma crítica anterior à própria crise do governo de Filipe IV e que remonta ao tempo em que Filipe II ainda estava por ser eleito³⁶². E, tendo em vista esta difusão de juízos em várias formas de divulgação e

³⁶² Este tipo de denúncia é presente também às vésperas da formalização da eleição de Filipe II como rei dos portugueses. Uma *fala* de dois mestres de Lisboa em 1579, durante as cortes, afirma: "Temos sabido que algumas pessoas principais e nobres descuidados de sua obrigação falaõ e fazem couzas contra o bem commum e seguridade deste Reino a quem determinanos acodir como bons Portuguezes lembrados do q fizeraõ os moradores desta mesma çidade em tempo d'El Rey dom joaõ p^{ro} portanto pedimos a VVMM como cabeças e membros principais desta republica ajudem a sustentar e naõ lhe roubem seu direito e honra por parçialidades e repeitos particulares e seiaõ VVMM certos que pera defençaõ de nosso direito e castiguo dos inquietadores estamos prestes e aparelhados quinze e uinte mil homẽs desta çidade e seu termo, q aiuntaremos em hua hora e poremos foguo às cazas dos q começaõ a falar e tratar contra o bem commum" BPE. CIII/2-14 *falla q fizeraõ dous mesteres de L^{xa} aos estados em as cortes que se faziaõ na ditta çidade em mayo de 79. Martim frz sapateiro e Antonio prz oleiro*, fl. 152. No mesmo contexto, numa carta enviada a Dom Henrique, rogando-lhe anos de vida para que se ganhasse tempo, lê-se: "pedirmos a V.A. que caze naõ he nosso pois naõ alcançamos o estado de saude de V.A.; mas se isto naõ he possiuel pedimos a V.A. com muita instançia mande uir aos pretendentes alleguar ante si o direito, que tem pera a suçessão pera que auendo de ser natural se aquietem os pouos e naõ o sendo tenhaõ tempo pera concelho pera o que deuem sobre isso fazer; porq permetindo D's levar a V.A. pera si em este estado que sera de nos pois está claro que cada hum dos que pretendem se leuantarã como os da sua facçaõ sem os pouos se poderem ualer nem se saberem a dar concelho e primeiro que se aquietem uira V.A. a opeçaõ, os roubos, as dezonras em cortes que auera; naõ dizemos a V.A. que crie príncipe ainda que pode, mas que declare a quem uem a suçessão por direito e se isto he algum peio a V.A. pello que nossos iuizos naõ alcançaõ deue V.A. auer por bem e permitir que os pouos o façaõ." BPE.

circulação de ideias por escrito, a associação dos assuntos nas sátiras e nos pasquins faz lembrar a advertência de Carvalho de Parada ao conde-duque sobre as muitas conversações espalhadas pelo reino, reveladoras do desejo popular por novidades.

Inclusive, diante da formação de uma tão nítida opinião sobre o comportamento de uma parcela da nobreza e ao modo como ela agiu frente a um governo que se reputava abertamente por tirânico, não foi o acaso que levou os "quarenta" conjurados de 1640 a se intitularem "populares" — um modo pelo qual se diferenciaram daqueles que eram incluídos como uma parte portuguesa da agressão fiscal e do abandono do reino. A própria presença de temas populares nos impressos da Restauração é sintoma da necessidade de manter um convívio pacífico na vida doméstica em meio a uma guerra que, além de depor um governo, era consequente a um período de tantas clivagens e desconfianças. Sobretudo quando a matéria fiscal permaneceu um tema para o qual uma boa recepção na opinião popular era de fundamental importância.

Mas, mantendo em vista as décadas finais do período filipino, nesta conjuntura de problemas cuja animosidade aos impostos era catalisada pela má reputação que o governo conquistava a galope, a complexidade do contexto ficou evidente através de juízos que não ignoraram as clivagens dentro da própria sociedade portuguesa. A reputação de uma prática de governo pouco moralizada, exuberante, luxuosa e desatenta às necessidades dos vassallos também cabia a alguns portugueses. A miséria era política. Afinal, para a desconsolação dos juízos públicos, não havia falta de dinheiro, mas, sim, falta de boa política para ele. Algo que apenas cresceu em importância enquanto aqueles que deveriam acudir ao povo batalhavam para não perderem seus privilégios.

Por outro lado, isto não significou, de modo algum, que também os "privilegiados" denunciados pelas sátiras não ressentiam-se do pouco favor que sentiam receber de um rei pouco generoso e das contribuições iminentes que lhes eram reservadas. Mesmo com as clivagens internas, a reputação do governo não encontrava bom estado em qualquer parte do tecido social. Logo, foi a esta pobreza política da Monarquia que se atribuiu as responsabilidades de uma pobreza geral dos portugueses — e que neste sentido afetava até mesmo os queixosos fidalgos criticados por outras parcelas da sociedade.

CIII/2-14 *falla dos mesteres de L^{xa} a ElRey dom Henrique*, fls. 154v e 155. Para uma abordagem às reações políticas comunitárias, com destaque para diferentes ações populares, diante do contexto da invasão militar castelhana a Portugal e da consequente inserção portuguesa na Monarquia Católica, cf. VALLADARES - *La conquista de Lisboa...*

Esta apresentação social da pobreza encontrava, portanto, múltiplos sentidos. Ela era capaz de afetar tanto os que mais sofriam com os impostos quanto os que passavam a amargar prejuízos de negócios particulares em um período de crise econômica associada à política e, até mesmo, aqueles que eram tidos por ociosos ou pouco zelosos, mas sentiam que a falta de diálogo com o rei expressava a sua má vontade política para com os portugueses. Uma situação que começou a repercutir durante a jornada de Filipe III a Portugal³⁶³ e que ficou mais intensa a partir da década de 1630, quando são impostas as meias anatas e quando o real d'agua, imposto que incidia irrestritamente sobre o consumo, foi mantido indefinidamente. Apesar das diferenças e das tensões internas da sociedade portuguesa, cada vez mais, era ao governo que todos se queixavam.

Sem o intuito de diminuir a importância dos desagradados dos *grandes*, serão as desconfianças e desesperanças menos circunscritas a casas e salões que serão interrogadas a seguir — especialmente as desconfianças que nasciam de uma série de incertezas que atingiam as pessoas que sustentavam o reino não com seu valor político, mas com as atividades que desempenhavam e que formavam parte importante da sua economia. Por isso, perceber como a crise econômica e os impostos se recuperavam no cotidiano político será o modo pelo qual se procurará apresentar a recepção deste contexto em uma parcela do terceiro estado formada por homens de ofícios e, principalmente, os do comércio.

4.2 - Um governo sem credibilidade

Pessoas de importante papel para a vida cotidiana, os comerciantes de Lisboa formam um grupo de importante consideração para uma aferição da recepção do governo.

³⁶³ Pero Roiz Soares registrou como os fidalgos portugueses sentiam a diferença no tratamento que recebiam de Filipe III e de seu pai: "os portuguesses m^o poucos entrauão a fallar a elRey senão quando elle daua audiência nẽ elRey os tratou nẽ comunicou como o fazia elRey seu pay". E ainda anotou: "Aos 17. do dito mes foi elRey a sintra leuando comsigo toda a familis e naõ indo potrtuguezes nhüs que elRey conuersaua pouco com elles de que selles queixauaõ" SOARES, Pero Roiz. *Memorial*. Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1953, p. 430 e 433. Soares ainda frisa como, diante da pouca disponibilidade do rei aos vassalos portugueses, todos concorriam ao secretário designado para tratar das mercês. A vinda de Filipe III à Lisboa com o objetivo de reunir cortes e jurar seu filho, Filipe IV, rei dos portugueses foi marcada por desconfianças, queixas, brigas e violências entre portugueses e castelhanos e ataques que resultaram em mortos e dezenas de feridos, além de uma atitude politicamente interessante do duque de Bragança em se esquivar de mercês e fazer mostras públicas de uma bem aparelhada comitiva saudada por muitos. Soares anotou todos estes eventos que já demonstravam um grande antagonismo com o qual os lusitanos recebiam seu rei e corte e que tiveram por desfecho um retorno antecipado e apressado para Madri. Cf. Idem, p. 429-434.

Durante as décadas de crise política tematizada através dos impostos, o modo como reagiram aos problemas apresentados pela situação política do reino é uma das maneiras de perceber como o governo era recebido pelas pessoas que diariamente formavam o ânimo da sua maior cidade. Neste contexto de crise econômica agravada pelas imposições fiscais, perceber como os principais agentes da economia portuguesa compreendiam o contexto é fundamental para apresentá-los como agentes que decidiam que ação tomar em função do juízo crítico que faziam de um cotidiano composto por diferentes assuntos que se associavam numa grande crise que, por ser também fiscal, era indistintamente política e econômica.

Para os homens que reproduziam o comércio português em Lisboa, os efeitos da inserção do reino na Monarquia Católica eram evidentes e continuamente associados a um sentimento de prejuízo. A perda de territórios ultramarinos representava um risco importante para um reino que tinha "o principal de suas rendas de mar em fora, e dependendo tanto do comercio, e nauegação"³⁶⁴, aponta um parecer de meados da década de 1630, em defesa das escolas portuguesas. Nele, eram respondidos os críticos que entendiam que a crise portuguesa se devia ao excesso de escolas no reino. Uma ideia que propunha que as escolas subtraíam o reino de homens para as artes mecânicas, para a lavoura e para a guerra.

O autor do parecer foi enfático em sua longa resposta. Para ele, o problema dos portugueses vinha de situações como:

o contrabando e nouos tributos no sal, e outras mercadorias nossas q fazem creçer o preço e carestia das couzas q os estrangeiros trazem não auendo saca de nossas mercadorias, pois athe as drogas da India q uinhaõ buscar ao reyno tem ia maes baratas leuadas pellos Olandezes, e Ingrezes. Perderaõse m^{tas} naos da India, e alguns annos de todo faltaõ, com q não so se perdem os cabedais do Rey e emprego delles, e os direitos reaes, mas tambem a posse dos uassallos p^a comerciar; faltando as riquezas, e d^{to}, q são o neruo da guerra, e as rendas do reyno; creçendo as necessid^{es} e gastos, porque temos oie contra nos o inimigos de toda a Monarchia; todos infestaõ nossos mares, e conquistas; de todos recebemos dano.³⁶⁵

³⁶⁴ ANTT. Cartório dos Jesuítas, maço 56, nº 9, "Memorial sobre os estudos de Portugal". O documento não contém paginação, a citação encontra-se à página 13, contada livremente. Em 1629, o próprio rei reconhecia esta situação em que Portugal já não possuía uma posição privilegiada no comércio destas "drogas" e com este intuito mandou instituir uma Companhia de Comércio, para a qual pediu cento e cinquenta mil cruzados por três anos, cf. *Elementos...* III, p. 314-317.

³⁶⁵ Idem.

A opinião acima sobre os problemas do reino, embora empregada em um parecer que responde a um assunto aparentemente alheio ao dos impostos (o das escolas), elenca sinteticamente uma série de assuntos que compõem o universo temático da resistência dos portugueses à arrecadação que lhes era atribuída pelo governo. A presença dessas opiniões no parecer atestam, ainda, a extensão temática do problema, permeado por diferentes assuntos. Nele, é possível ler como o contexto era expresso não apenas por impostos, isoladamente, mas pelos danos que a política denunciada tornava manifestos na vida de uma cidade que tinha no comércio sua sustentação. Mas, de modo detalhado, este contexto pode ser demonstrado a partir de alguns acontecimentos que antes de encerrar o assunto são apresentadas como representativas dele. E, assumindo como bom o elenco de assuntos do parecer acima, comércio, conquistas, gastos e, sobretudo, danos formam um bom conjunto de problemas associados.

De modo geral, a defesa dos territórios portugueses e do próprio reino já eram justificativas para contínuos esforços fiscais, alguns em caráter especial e que deveriam ser limitados por estas contingências — situação que se tornou cada vez mais rotineira e sem horizonte que indicasse sua superação. Desde 1622, estava imposto o real d'agua para gerar a arrecadação de duzentos mil cruzados por seis anos com o objetivo de socorrer a Índia, e, em 1626, foi determinado que todo homem do reino tivesse arma em suas casas para responder a uma eventual invasão. Esta situação específica se aplicou por um procedimento estranho aos portugueses, que chegou a ser entendido como o maior tributo de todos os anos da crise filipina³⁶⁶. Em Lamego, a tentativa de Filipe IV de retirar a soma que seria destinada a tal compra antes que o negócio se efetivasse gerou impactante reação da cidade que, em reunião extraordinária da Câmara, impediu a retirada do dinheiro, prevenindo uma iminente revolta movida pela desconfiança dos portugueses em relação ao governo. Nos juízos apresentados publicamente, não eram poucas as vozes que interagiam pela compreensão de que os problemas vividos serviam como pretextos para

³⁶⁶ Uma lembrança com título *Referese o q ganhou Portugal em tempo de seus Reys antigos; e o q perdeu em tempo dos Reys de Castela* descreve estas cobranças todas. No caso da exigência de 1626, é bastante opinativa no modo como se refere às condições impostas para a compra de "muitos mil mosquetes a rezam de 700 reis e obrigar que os comprassem os portuguezes per 1650 cada hü, em que ficou ganhando em cada mosquete 950 reis que he o maior tributo q ategora se tem lançado (pello pais?); quando a gente de nação pagou o perdam geral se acharão p^a finta cento e vinte e dous mil cazais vejalhe agora quantos maysseram os christaõs velhos que pagaraõ mosquetes." BPE. CV(d)/1-2 p. 65-68, p. 67.

arrecadações mal organizadas e sem a real intenção de atender às demandas de Portugal³⁶⁷.

Toda esta situação se agravou ao longo da década de 1620 pelos constantes ataques a territórios portugueses e que se agudizou com as fortes reações à perda de Pernambuco, em 1630. Deste acontecimento, por si desastroso, irradiaram-se outros que, pelos anos seguintes, agravaram a matéria fiscal e repercutiram nas queixas e denúncias contra a pobreza e a agonia comercial de Lisboa. A mais evidente delas era o novo e enorme prejuízo que a perda de um território importante, novamente para um inimigo herético e que, a rigor, era um inimigo dos castelhanos e não dos portugueses — isto é, um inimigo "colateral"³⁶⁸ —, causava para a economia portuguesa. Outra, menos evidente, se percebe na falta de surpresa com os portugueses que receberam esta nova³⁶⁹.

Por fim, o agravamento se completou quando, após esta notícia, outras vieram e essas diziam explicitamente sobre matéria fiscal. Para restaurar Pernambuco, a Coroa pedia dinheiro aos portugueses e estes não se mostravam dispostos a pagar mais do que já pagavam para resolver problemas que sentiam ter sido criados pela mão que lhes cobrava. A necessidade de reparar tal perda gerou uma nova investida de pedidos, empréstimos forçados e imposições não consentidas que engrossavam as vozes que diziam como os sacrifícios não revertiam os prejuízos — fosse através de denúncias sobre uma corrente tirania que se impunha pelos impostos, fosse pelo mau governo e má dedicação aos vassallos portugueses. Seja como for, por todas as razões acima, a negociação para o levantamento de uma soma que atendessem às pretensões da Coroa para a empresa não foi simples. Em 1630, quando o governo propôs as primeiras soluções fiscais com o pretexto de restaurar Pernambuco, Portugal já enfrentava uma crescente participação na arrecadação tributária.

³⁶⁷ Para a resistência da Câmara de Lamego, temendo "grandes trabalhos contra e a recolha do dinheiro das armas, precipitada pela necessidade de compor as faltas no montante dos 200 mil cruzados que deveriam ser recolhidos com o real d'agua, cf. OLIVEIRA - *Movimentos sociais e poder...* p. 285-292.

³⁶⁸ De modo geral, esta condição é comentada por diferentes autores durante estas décadas e depois, já na Restauração. Para uma atenção historiográfica ao problema das derrotas portuguesas para "inimigos colaterais", cf. Idem, p. 308.

³⁶⁹ Segundo Eduardo Freire de Oliveira, a chegada desta notícia: "não causou supreza, mas produziu justíssima indignação, porque a côrte de Madrid fôra avisada de que nos portos de Hollanda se preparava nova expedição á terra de Santa Cruz, especializando-se que o ponto de ataque seria a capitania de Pernambuco; e esse aviso chegara muito a tempo de se tomarem providencias acertadas que frustassem o exito da expedição." *Elementos...* III, p 341.

Na missiva em que notificou à Câmara estar ciente da perda de Pernambuco, o rei apresentou suas intenções e sugestões para formar e financiar uma força de resposta que juntasse "as armadas de ambas as coroas de Castella e Portugal" — uma união de esforços que no contexto de Restauração da Bahia, em 1625, antes de resultar em um estreitamento de laços entre portugueses e castelhanos, reanimou suas rivalidades³⁷⁰. A primeira solução proposta, entretanto, não foi bem recebida. A aplicação de uma soma já alcançada com a imposição do real d'agua que desde 1622 juntou por seis anos duzentos mil cruzados com o objetivo de socorrer territórios asiáticos de Portugal sofreu objeções da Câmara de Lisboa³⁷¹. O divertimento de somas alcançadas com determinados fins para outros que apareciam em sucessivas circunstâncias não soava como um modo organizado de responder às necessidades portuguesas, e, antes de ir adiante com esta recolha, a Câmara aproveitou para protestar contra outros problemas. Para os lusitanos, não se resolvia suas carências abandonando uma necessidade em prol de outra, ainda mais quando estas cresciam todos os dias.

A intensa e longa troca de argumentos entre rei, governo do reino e da cidade para encontrar uma solução que perfizesse o montante necessário revela as dificuldades em proceder com novos tributos e produziu consequências duradouras no ânimo com que os vassallos lidaram com o governo até a sua interrupção, dez anos mais tarde. O conde de Castelo Novo, então membro do Conselho de Estado, Presidente da Câmara e, pouco mais tarde, nomeado responsável pela Companhia de Comércio criada para reverter os prejuízos e pela junta que deveria organizar o dinheiro arrecadado³⁷², explicou ao rei as dificuldades. Os principais pontos insistidos pelo conde eram dois: não aplicar o real d'agua nesta empresa, antes disso, realizar operações de vendas a juros que o rentabilizasse e gerasse soma aplicável, e atender às objeções da Câmara³⁷³.

A resistência da Câmara em ceder à solução régia era tanta que os vereadores da cidade não fizeram qualquer movimento de atender ao apresto da armada enquanto o rei não definisse uma oposição sobre suas ponderações. A saber, a Câmara entendia que para

³⁷⁰ *Elementos...* III, p. 341-342. Sobre as tensões entre portugueses e castelhanos na Restauração da Bahia, cf. CAMENIETZKI, Carlos Ziller; PASTORE, Gianricardo Grassia. 1625, o fogo e a tinta: a Batalha de Salvador nos relatos de guerra. *Topoi*, 2005, v. 6, n. 11 (jul.-dez), p. 261-288. ISSN: 2237-101X.

³⁷¹ Cf. *Elementos...* III, p. 347-349

³⁷² O regimento da junta encontra-se em *Collecção Chronologica... 1627-1633*, p. 205-207. Sobre a mesma junta, cf. *Elementos...* III, p. 438-439 (nota).

³⁷³ *Elementos...* III, p. 346-350 (nota).

proceder à custosa fábrica de uma nova armada era preciso que o rei deferisse a duas demandas suas. A primeira, interromper a doação de bens da Coroa portuguesa para não portugueses; a segunda, transferir para mãos portuguesas o controle da fiscalização de assuntos relativos ao contrabando. A rigor, ambos os assuntos representavam o desejo por maior ingerência do reino sobre aquilo que lhe cabia diretamente, tanto ao seu patrimônio, por assim dizer, quanto na administração de seus assuntos comerciais, matéria principal naquele tempo de grande defasagem do porto.

A dinâmica de toda essa comunicação é de grande importância. Não foram poucas as propostas consideradas, inclusive com tentativas de reverter diplomaticamente a perda³⁷⁴. Contudo, para que não se dissipe o calor do problema central — a relação que os comerciantes de Lisboa mantinham com este contexto —, cumpre que se mantenha o foco nas consequências das decisões tomadas para a relação entre rei (e governo) e seus vassallos.

Como parte do acordo alcançado, as partes negociantes chegaram a uma importante soma. Além dos juros do real d'agua, da cobrança dos dízimos dos cristãos novos e de outras contribuições, foi estipulado um empréstimo em que o reino ofereceria quinhentos mil cruzados para o fabrico da armada. Foi para gerir as dúvidas e dificuldades deste empréstimo que se formou a junta referida acima.

Inicialmente, todos os portugueses deviam contribuir e chegou a ser passada ordem para que se procedesse ao inventário da fazenda de todos os cidadãos de Lisboa — antecipando uma prática que, alargada aos homens do reino, foi estopim das *Alterações* de 1637³⁷⁵. A Câmara, por antever uma crise geral, sugeriu ao rei que a contribuição ficasse limitada aos que possuíssem uma determinada fazenda, pelo grande agravo que representaria para os mais pobres. Evitar-se-ia, assim, que a repercussão de um "empréstimo" fosse a de mais uma "finta"³⁷⁶. O dilema da Câmara era, portanto, como

³⁷⁴ Quanto a tais negociações, há, ainda, que se acrescentar menção àquelas tratadas em outras esferas diplomáticas. Nestas, importa destacar o apoio da França às Províncias Unidas e o arbítrio inglês pretendido por Filipe IV. A Monarquia Católica chegou a negociar a compra de Pernambuco aos holandeses, oferecendo a devolução de Breda e primeiro 300 mil cruzados e depois um aumento da soma para 500 mil, mas para os holandeses Pernambuco era de muito maior valia. Sobre isso, cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil — Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011, p. 27-30.

³⁷⁵ Cf. MELLO - *Alterações de Évora...*

³⁷⁶ "pareceu que, em nome do reino devíamos lembrar a V. Mag^{de} que este empréstimo se não deve pedir, senão às pessoas que tenham fazenda ou cabedal considerável, e que, sem faltarem na congrua sustentação de sua família, podem emprestar quantia de consideração (...). E sendo

manter em paz a cidade atendendo às exigências do rei e do tempo, posto que não era possível ignorar nem a gravidade da situação de muitos portugueses, nem o rombo que a perda de Pernambuco representava para o comércio português, agravando ainda mais todas as outras perdas. Se os portugueses já haviam perdido o controle das drogas da Ásia, agora perdiam o do açúcar e drogas do Brasil.

Por isso e pela miséria geral, os comerciantes de maior cabedal ficaram a cargo do pagamento do empréstimo que, como lembra Freire de Oliveira, foi um dos tantos que nunca se pagou ao reino³⁷⁷. A soma atingida, entretanto, ficou abaixo dos quinhentos mil cruzados, totalizando trezentos mil. Isto não significou, contudo, a pacificação da cidade. Os comerciantes, embora mais ricos do que muitos miseráveis portugueses, não estavam em condições ou humores para contínuas contribuições. Por outro lado, o governo entendia que não era suficiente a soma alcançada e insistia em encontrar novos caminhos fiscais para a cidade. A Câmara, em resposta a isso, advertiu que, vindo à Câmara a Casa dos Vinte Quatro dar conta das reações à imposição de direitos sobre o comércio do sal — queixa comum nestes anos — e da nova tentativa de impor um novo tributo de renda fixa, não abrir mão de uma nova imposição era: "arriscar tudo e intentar um impossível em tempo tão estreito, e da miséria em que esta cidade se acha, que é de qualidade, e tal a desconsolação da gente, que não se pode dar a entender a V. Mag^{de}. por carta."³⁷⁸

O empréstimo tomado aos comerciantes provocou graves consequências ao reino, que já se via esvaziado de pessoas em suas principais ruas, imagem viva de sua miséria³⁷⁹. O conde insistia que o motivo pelo qual tudo se botava a perder era o fato do rei não atentar que as contribuições feitas até aquele momento eram "um dos maiores serviços

certo que esta é a tenção do pio animo de V. Mag^{de}, tem este tribunal entendido que nas villas e comarcas do reino se executa este empréstimo em diferente maneira, e que se reparte por muitos pobres e miseráveis, pedindo-se a dois e trez cruzados, e a muitos um cruzado, que, por não serem presos, vendem o pobre movel de suas casas, por serem pessoas tão miseráveis que nem esta pequena contribuição podem pagar d'outra maneira, com o que, além de ficarem aliviados os de maior cabedal, se faz execução geral como de finta, molestando-se os pobres e obrigando-os com prisão a emprestarem, quando por, seu trabalho não podem alcançar congrua sustentação para mulheres e filhos." *Elementos...* III, p. 441-442 (nota).

³⁷⁷ *Elementos...* III, p. 377 (nota).

³⁷⁸ *Elementos...* III, p. 377.

³⁷⁹ No início de toda a negociação, o conde retratou desta forma a cidade após a relação de todos os tributos recentes "que se impuzeram a estes reinos depois da união de corôas": "está o reino tão miseravel, que quem o viu ha vinte annos o não conhece agora, porque nas ruas principaes d'esta cidade ha muitas casas sem gente, e o reino está quasi despovoado e na maior miseria, qual jamais se viu." *Elementos...* III, p. 348.

que nunca se fez", recuperando uma denúncia feita ao longo de toda a negociação: a de que o rei não reconhecia os serviços dos portugueses³⁸⁰. E, assim, apresentou as piores consequências alcançadas, porque:

apertando os homens de negocio pelos trezentos mil cruzados, que se lhes pedem, sobre que hoje actualmente houve tantos corrilhos e ajuntamentos n'esta cidade, e com tão grandes clamores, quaes jamais vi n'ella, com o que imagino se põe em evidente perigo o trato e commercio d'este reino, assim pelas poucas pessoas que ficam n'elle, e irem-se cada dia, como porque os que ficam são os de menos substancia, e se lhes acabam os cabedaes por esta via³⁸¹

Agravava a situação comercial do reino a descrença dos comerciantes no melhoramento de suas possibilidades. Não são poucas, inclusive, as denúncias de desesperança motivada pela crise e pelo modo como o governo a conduzia. O abandono do reino pelos seus principais homens de negócio era, tal como os muitos corrilhos que arriscavam as conquistas fiscais até ali alcançadas, um dano irreparável à economia portuguesa. Mas as desconfianças ainda alcançariam maiores consequências por lhes crescerem os motivos. Em 1631, a armada do duque de Oquendo, que deveria dar socorro ao Brasil, sofreu uma irreparável derrota para os holandeses. Tornando a Lisboa para se aparelhar, as forças que sobraram deveriam engrossar a armada que se preparava com dificuldades de vários tipos. No entanto, a chegada destes navios trazia notícias de revezes que acresciam as desesperanças portuguesas de que a crise encontraria boa solução³⁸².

Esta desesperança, sentimento comumente aludido em queixas da época, encontrou naquela década mais um grave contorno. Não houve naqueles anos outra armada que tenha zarpado para o Brasil e, ao menos, tentado recuperar Pernambuco. Referida mais acima, a lembrança que registra tudo que Portugal ganhou com seus reis antigos e perdeu com os castelhanos informa um destino surpreendente para todo este esforço de guerra:

sejuntaraõ de varias fintas 700 mil cruzados p^a restaurar Pernambuco; todos se tiraraõ com lagrimas dos pobres e fazendo disto hua armada

³⁸⁰ A Câmara, durante a negociação do dinheiro a ser tirado do real d'agua, lembrou o "mais grandioso serviço que jamais se lhe fez" para a Restauração da Bahia, enquanto serviços menores de Aragão e Valença eram mais reconhecidos e melhor recompensados. Cf. Idem.

³⁸¹ *Elementos...* III, p. 377-378.

³⁸² Sobre os sucessos desta armada e seu papel para engrossar a armada que se preparava e para a qual não se conseguia reunir número de tropas que bastasse para os efeitos desejados, cf. *Elementos...* III, p. 462-464. Sobre os inconvenientes e privilégios da cidade para que não servisse de presidio para as tropas e sobre os custos da armada em formação, seus navios, etc., cf. Idem, p. 465-468.

(...) de ir ao Brasil mandou a elRey p^a frandes, eram 32 nauios a qual toda se perdeo per se furtar este dinheiro a portugal pois naõ o deu senaõ p^a a sua Conquista³⁸³

Novamente, os portugueses experimentavam e repercutiam sob a forma de queixa a perda de recursos próprios para negócios que sentiam não lhes serem importantes — mesmo sendo Flandres o ponto de partida de muito do poder que os ofendia no Brasil. As agressões fiscais, isto é, o entendimento de que os impostos representavam uma agressão, portanto, são formadas não a partir de impostos, mas da interação política entre o reino e o seu governo, incluídos aqui os modos e justificativas para a solicitação de dinheiro, bem como o uso do montante recolhido. Mas, uma vez que nem os problemas políticos, nem o cotidiano social estavam limitados a temas fiscais, mais assuntos e desdobramentos da notícia da perda de Pernambuco devem ser considerados. No que diz respeito aos sacrifícios cobrados para o preparo do socorro ao Brasil, estes foram ainda mais agravados e geraram uma situação em que Lisboa se viu em maiores apertos do que os apenas econômicos.

Tal como em todos os anos anteriores, em 1630-1631, a cidade dera início aos habituais procedimentos para a prevenção quanto à disponibilidade dos alimentos básicos — sobretudo quanto à disponibilidade de pão (isto é, cereais e com grande destaque para o trigo). Para que tudo corresse bem, a Câmara já havia iniciado a recolha de informações sobre a quantidade existente nas tercenas, contratado pão nos arredores e estimando se o ano era de boas ou más novidades. Até as cartas de vizinhança, documento que autorizava que uma pessoa pudesse transportar trigo por estradas e caminhos fluviais, já haviam sido distribuídas e pessoas obrigadas, isto é, contratadas, a venderem o cereal na cidade. Naquele ano, não foram notados grandes problemas para a garantia do pão da cidade. Mas, de agosto em diante, a Câmara apresentou recorrentes queixas sobre a falta de trigo.

Além de algumas dificuldades corriqueiras — muito trigo fechado em celeiros privados de pessoas poderosas e um certo protecionismo de outras câmaras que não queriam abrir mão do pão que tinham em seus armazéns ou território, aproveitando para aumentarem o preço do pão —, uma das consultas ao rei revelou um fator principal e bastante circunstancial para a crise daquele ano:

Tem mais a cidade, por informação, q o marquez de Castelo R^o, com ordem de V. Mag^d, mandou a Alentejo trazer quantidade de trigo pera prouimento das armadas, e que os comiss^{os} tomã o trigo que está

³⁸³ BPE. CV(d)/1-2 - *Referese...* p. 67.

embarcado em Alcacere do Sal, e outro que uem caminhando pera esta cidade, e assi dos obrigados a ella; e porq entendemos q a tenção de V. Mag^d não he alterar as prouisões e ordës q tem dado neste particular, pedimos a V. Mag^d seja seruido mandar ordenar com que tambem cesse este inconueniente; porq tomandosse o trigo q está embarcado, e uem em uia pera o Terreiro, uem a ser o mesmo que tiralo dele, sendo a principal obrigação acudir á necessidade presente e bem publico.³⁸⁴

A resposta do governo do reino pedia que a Câmara tomasse a devida informação sobre os fidalgos e poderosos que vendiam trigo em suas casas a preços mais altos que o do Terreiro e dizia que havia sido despachada ordem ao corregedor de Santarém e ao ouvidor de Setúbal para que suspendessem as posturas que impediam o encaminhamento do trigo disponível para Lisboa — uma prática que não deixa de ser condicionante do preço, inclusive do próprio trigo que tais lugares possuíam em excedente comercializável. Quanto "ao mais q se contẽ nesta consulta", ou seja, o trigo tomado de pessoas obrigadas a levar pão à cidade para o provimento da armada, "se respondera nas outras, q inda não tornarao a meza"³⁸⁵.

O preparo das armadas (especialmente as com destino a retomada dos lugares portugueses perdidos para os novos inimigos) era um tema bastante delicado. No caso da que deveria devolver Pernambuco aos portugueses, ao longo dos anos de 1630-1640, o seu apresto foi o argumento mais utilizado para as investidas fiscais do governo régio, como os pedidos de empréstimos, fintas e impostos mau negociados e feitos, inclusive, por regalia. Mas, como se nota, além das exigências financeiras, abastecê-las de comida era um de seus aspectos que exigia maior cuidado. Após a fome de 1622, chegou a ser determinado que não se fizessem os seus biscoitos em Lisboa, pelos riscos evidentes, e que, sendo necessário fazê-los na cidade, não se utilizasse o seu trigo³⁸⁶. Um cuidado ignorado neste ano e que acabou por aumentar as expressões de oposição a um governo que já dispunha de uma péssima reputação.

³⁸⁴ *Elementos...* III, 364.

³⁸⁵ *Idem*.

³⁸⁶ Após a fome de 1622, em fevereiro de 1623, uma carta régia informava a proibição: "E auendo uisto o que me escreuestes em carta de dezanoue de Nouembro passado aserca da falta de pam q ha nesse Reyno e do que se reça que cresa se nessa çidade se laurarem os biscoutos para todas as armadas, tenho mandado q o que for neçessario para a armada do mar oçeano se laure em Andaluzia, ou em outra parte onde mais comodamente possa ser em cazo que todauia se aja de fazer nessa çidade se traga o trigo de Cizilia, e Oram. Christouaõ Soarez." AML-AH. *Livro de Registo do Terreiro...* fl. 49, 49v. Sobre a fome de 1622, cf. SOARES - *Memorial...* p. 450-451.

As denúncias do descuido das gentes e da pobreza provocada pelos pesados e maugeridos impostos, o governo e a perda de Pernambuco eram agora um assunto ainda maior. Além do dinheiro dos comerciantes e residentes da cidade, era o pão que vinha endereçado aos lisboetas que era tomado e embarcado para longe. A Câmara, então, passou a cobrar soluções e a fazer grande pressão política para obter o dito trigo. No mesmo mês, em consulta específica, retomava a questão do trigo tomado pelo marquês de Castelo Rodrigo para a Armada e que se entendia ser a principal causa da falta de trigo no Terreiro. O governo do reino, já com uma resposta sobre o problema, começou a se demonstrar disposto a negociar tudo, menos o provimento de trigo aos navios de guerra, e dizia que o marquês estava responsável por garantir o encaminhamento de quinhentos moios de trigo para este fim: "os quaes quinhentos moios o mesmo he tomalos o commiss^{rio}, na forma em q os toma, q compralos nos seleiros ou aqui no Terreiro, porq de hua ou doutra parte não se pode escuzar"³⁸⁷.

A gravidade da fome deste ano, no qual a falta de pão chegou "a estado que não ha nenhum no Terreiro, de que este pouo anda pasmado, cujos clamores carregão sobre os ombros da cidade"³⁸⁸, não era propriamente por esterilidade — como eram referidas as más colheitas — pois foi de última hora que a cidade teve que encontrar uma nova grande quantidade de pão. A fome era política. Se até então os impostos formavam um elemento importante para os descontentamentos e crises políticas vividas na Lisboa após a perda de Pernambuco, agora até mesmo o pão já endereçado à cidade era tomado e por motivos que somavam este problema aos demais do já tensionado contexto fiscal. Para agravar ainda mais as desconfianças entre portugueses e castelhanos — ou seus representantes diretos, ainda que portugueses —, os comissários do marquês de Castelo

³⁸⁷ *Elementos...* III, p. 365-366. A descrição da crise se dá pelo relato do juiz do Terreiro: "A camara desta cidade me mandou chamar, e me perguntou que rezão auia pera que as duas carauellas, que uierão carreguadas de trigo de Alcacer, não descarreguarem no Terreiro, pois era trigo de merquadores obriguados a ella; ao que respondi que chamando os mestres, e perguntandolhe a cauza porque não descarregauão, me responderão que uinhão remmetidos ao s^r marquez de Castello R^o, por ordem do comisario q anda nas partes de Alentejo fazendo trigo pera as armadas reais, e que sem ordem do dito s^{or} não podião descarregar." Idem.

³⁸⁸ *Elemento...* III, p. 415. A Câmara chegou a requerer que não se praticasse qualquer atividade repressiva contra os atravessadores, sugerindo ao rei que se negociasse com eles. O governo central, como era de se prever, argumentava sua negativa alegando que, apesar da fome, "mayor dano rezultaria perdoarse o delicto aos atrauessadores". *Elementos...* III, p. 381-383.

Rodrigo continuavam a impedir a chegada de pão à cidade, mesmo após terem atingido a cota estipulada³⁸⁹.

No cotidiano do mercado, esta era uma atitude suspeita dado o padrão de ação de pessoas que aproveitavam situações semelhantes para obterem grande quantidade de pão a baixo custo, diminuindo sua presença no mercado e intervindo com maior poder no comércio junto às populações. Mesmo após cessado o desvio do pão contratado pela cidade para a armada, a oferta do alimento demorou a se equilibrar. Todos estes detalhes apenas agravavam o sentimento de pobreza — e não era apenas um sentimento, mas um quadro vivo. Nos meses seguintes, a Câmara teve que distribuir às suas custas cereais mais baratos pra repartir como pão entre os mais pobres³⁹⁰ e, ainda pior, o exemplo da tomada de pão sob pretexto de alimentar tropas foi replicado em outras situações, também suspeitas, em que a aquisição de trigo ficou impraticável até para os não miseráveis. Novamente, o motivo foi a ação de representantes de forças castelhanas em Portugal — colaborando para que além de opressão fiscal, o controle do contrabando também agravasse as desavenças com autoridades castelhanas, pelas suspeitas de que oficiais castelhanos estavam aproveitando seus poderes para determinar que um carregamento era contrabando, a fim tomá-lo para si e revendê-lo por conta própria a preços exorbitantes³⁹¹.

Decidida a reequilibrar a oferta de pão, a Câmara iniciou requerimentos por autorizações para encontrar pão disponível em lugares fora da Monarquia. Os inimigos do Norte o tinham e seriam parceiros convenientes em outras épocas, mas as condições para tanto eram difíceis. O governo já autorizava que navios de bandeiras inimigas a

³⁸⁹ Cf. *Elementos...* III, p. 401-402.

³⁹⁰ Em abril de 1631, a Câmara deu notícia ao rei de que havia empregado mil cruzados em milho e centeio "para os repartirem de graça pelos pobres do termo". *Elementos...* III, p. 422, 423.

³⁹¹ Uma situação semelhante informa o provedor da saúde de Belém em carta para o senado da Câmara, na mesma época em que a cidade padecia com a falta de pão que se avaliava ter sido iniciada pela repercussão no mercado do trigo tomado pelo marquês de Castelo Rodrigo. Na missiva, em que informa que o duque de Manqueda, responsável por alimentar os soldados da Torre, atravessava sob este pretexto o pão que chegava ao porto com destino ao Terreiro e o revendia a grandes preços, o provedor informava sobre a extensão da gravidade do caso em que mesmo "pessoas honradas, a quem se não pode dar esmola" pediam que a cidade fizesse mercê de "mandar algum trigo a este logar para se repartir com elles, e parece que têm razão em seu requerimento, que pois não são pobres, não devem parecer por ricos, pois em Lisboa não podem alcançar um alqueire de trigo". Reforça o caráter deliberado e interessado do duque não apenas a informação de que o trigo atravessado era vendido a altos preços, mas, também, a ordem do governo para que se tirasse o necessário para a tropa e se enviasse o resto para Lisboa, posto que, das sete mil fangas tomadas pelo duque, duzentas bastariam para o sustento daquele contingente. *Elementos...* III, p. 428.

viesses vazios a Lisboa para se carregar de sal e a Câmara pedia que as condições especiais deste comércio os autorizassem a vir carregados de trigo em troca do sal. Esta proposta resolveria a falta de pão ao mesmo tempo em que engrossaria a Fazenda Real, pelos direitos cobrados ao comércio do sal. Mas, novamente, o contrabando soava como um empecilho.

Por não negociar e remeter continuamente dinheiro para inimigos, Madri determinou uma série de medidas protecionistas — por exemplo, a exigência de passaportes especiais emitidos aos homens de negócios para que os enviassem para seus correspondentes. Mas, para os comerciantes, antes de soluções, as dificuldades geradas pelo zelo desmedido na fiscalização do contrabando permaneciam sentidas como mais uma das violências fiscais correntes. Em 1631, a Câmara comunicou ao rei os danos que o comércio português, já decaído pela perda de parceiros comerciais, de territórios e pela saída de muitos comerciantes portugueses para outros lugares, tinha na política para o contrabando um mais novo perigo. No mesmo comunicado, foi apresentada uma petição que os mercadores protocolaram sobre o assunto. Nela, davam notícia de que muitas das mercadorias apreendidas por falta de passaportes eram "livres e fabricadas em terras d'amigos"³⁹² e que a dita falta se dava por lapsos temporais em que os navios zarparam antes de terem notícia das novas obrigações — informação importante que somava autoritarismo aos abusos, posto que não eram garantidas aos acusados oportunidades de alegarem suas defesas³⁹³.

Como se viu, a queixa do contrabando era antiga, até mesmo anterior a esta situação, e foi recorrente ao longo da década. Um dos mercadores que socorreu a cidade em 1631, João Hals, flamengo que já vivia há muitos anos em Lisboa, era tido pela Câmara como homem de grande reputação e capacidade comercial³⁹⁴. Em algumas situações, Hals foi, inclusive, fonte de conhecimento para as autoridades que vigiavam o comércio do pão³⁹⁵. Tratava-se de um homem conhecedor do comércio — da praça de

³⁹² *Elementos...* III, p. 417-418.

³⁹³ "E ora o dito D. Fernando, alterando esta quietação e boa fé, lhes quer confiscar todas as mercadorias, que lhes vieram das ditas partes, sem querer admittir defeza aos interessados n'ellas, dando por razão que V. Mag^{de} assim lho tem ordenado. E porque este procedimento é tanto contra o serviço de V. Mag^{de}, bem publico e provimento d'este reino, e em total destruição do commercio d'elle, de que tanto necessita, e causa bastante para a pouca duração d'elle". Idem.

³⁹⁴ *Elementos...* III, p. 420.

³⁹⁵ AML-AH. *Livro 2º de Autos de Devassas de Offícios do Senado (1643 - 1644)*, fls. 104v e seg.

Lisboa e de outras estrangeiras — e com um "cabedal" que já se mostrava raro entre os homens de negócio do reino, um dos poucos que sobraram naquele porto do Tejo. Em 1631, quando tratava da falta de pão na cidade, a Câmara remeteu uma petição de Hals para o governo. O mercador, "flamengo, morador e residente n'esta cidade, pessoa de confiança", sugeria que a eficácia comercial necessária para alimentar a cidade deveria dispensar os inconvenientes que a política trazia para o próprio governo.

A solução que propôs era de que se pudesse trazer pão por todas as vias e em navios da qualidade que fosse. Inclusive, pela notícia que se tinha de muito pão em regiões hostis, era proposto que se operasse sua compra através de "navios e gente dos rebeldes de Hollanda, porquanto elles com mais facilidade e menos risco navegam para as ditas partes"³⁹⁶. Lisboa dependia do trigo estrangeiro, ao mesmo tempo em que sua capacidade comercial apenas diminuía pelas perdas territoriais, pelas inimizades que desfavoreciam o comércio, pela perda de homens de negócio e por uma rígida política alfandegária — na qual pretendia ter maior voz para remediar seus danos. Tais informações são importantes para situar as ações dos agentes em cena. Na estratégia elaborada pelo mercador flamengo, os navios holandeses, que já possuíam um passaporte especial para entrarem vazios em Lisboa e saírem carregados de sal, entrariam com pão e sairiam da forma como costumavam.

O problema dos impostos, do pão e dos homens de negócios, portanto, já não figuram como problemas distintos. Além disso, se lembrada a condição apresentada pela Câmara para proceder ao financiamento da armada — a saber, a transferência de controle do contrabando de mãos castelhanas para portuguesas —, a relação entre os assuntos e os crescentes atritos com a Monarquia fica mais evidente. Estes eram, inclusive, assuntos que remetiam às queixas portuguesas contra a excessiva presença castelhana e que pediam maior ingerência nos assuntos de sua própria coroa, tal como era previsto que tivessem³⁹⁷. As dificuldades em superar a alfândega formam, assim, uma importante parte do contexto considerado. As suas consequências para uma economia mais centrada no comércio do

³⁹⁶ *Elementos...* III, p. 420-421.

³⁹⁷ A Câmara pedia que ficasse o contrabando a cargo de portugueses ou que se impusesse uma taxa de 30% nas fazendas consideradas contrabando. O rei, entretanto, mandou prover um ministro português para servir com os demais castelhanos. cf. *Elementos...* III, p. 521 e 531. A isto, a Câmara respondeu que a matéria devia ficar a cargo de mãos portuguesas "conforme às capitulações do Rn^o deue ser e lhe esta pedido, ou p^{lo} menos sejam tantos portugueses como castelhanos, porque assi ficara S. Mag^{de} melhor seruido, que não com tantos ministros castelhanos e hü sò portuguez" *Idem*, p. 540.

que na produção já não se limitavam a um ou a outro canal de comunicação e repercutiam no rol de questões que circulavam tanto na vasta e variada literatura de oposição ao governo como nas sátiras políticas, consultas, despachos, pareceres, petições, etc — e, até mesmo, naqueles que não dependiam da escrita, como a conversa e os boatos, como se verá mais adiante.

A esta altura, a perda de Pernambuco já estava desdobrada em uma série de acontecimentos que perduraram por toda a década e que são parte de um contexto que interliga todos os problemas, mesmo que não possuíssem ligação direta com ela. Os comerciantes, os pequenos e os grandes, não eram alheios à conjuntura e tampouco se deixavam levar pelo tempo, inertes, à espera do que havia por vir. Afinal, o contexto fiscal e o seu desdobramento na percepção que os comerciantes residentes na cidade passaram a ter do governo começaram a influenciar o próprio modo como operavam o comércio. Diante de uma série de queixas e protestos que não geravam alteração significativa nos problemas que viviam, as diferentes opressões dos impostos e da política para o contrabando e o progressivo desgaste da credibilidade do governo já eram motivo para que os mercadores reagissem de outras formas à realidade.

Para compreender tais outras formas de agir, convém indicar o sucesso relativo da solução proposta por Hals em 1631. Obteve-se pão, mas o modo de consegui-lo foi permitido apenas em caráter provisório e após um intenso debate entre Câmara e governo. Nos anos seguinte, após se ter notícia de já não havia falta de pão a permissão caducou. Não era suposto que a Monarquia permitisse tão franco e contínuo comércio com comerciantes de lugares com os quais vivia hostilidades políticas e militares. A condição excepcional foi pontualmente negociada e, além de expor o fraco estado do comércio português —incapaz de estabelecer relações comerciais que pudessem ser praticadas livremente e não com inimigos —, mantinha viva a lembrança de que Lisboa não era capaz de garantir sozinha a sua própria prevenção de alimentos³⁹⁸. E uma cidade incapaz

³⁹⁸ A prevenção e a vulnerabilidade de Lisboa no seu provimento de pão era um tema recorrente na cidade, com intensa atividade camarária a esse respeito. Entretanto, pela importância disto para a demonstração de um espaço público povoado por uma circulação de ideias e opiniões sobre a realidade, cabe destacar que nas críticas sociais de autores importantes, inclusive nas próprias sátiras acima apresentadas, estão presentes argumentos que falam desde a necessidade de ser reconhecido sem queixas o potencial de alimentos menos nobres (como o milho) por serem melhor do que a fome e interromper o cultivo de uvas para o vinho até a proposição de que se abrissem as herdades que povoavam o Alentejo com latifúndios desérticos para os lavradores que mais as semeassem. Cf. BPE. CIII/2-14 - *Na villa de Seloriquo bebado...* fl. 131v. Para além das sátiras, estas opiniões podem ser encontradas em ao menos dois textos de

de se prover do principal alimento daquela época não poderia prescindir de um potente e resiliente comércio.

Mas o caso era o inverso. Lisboa continuava exposta a crises de falta de pão e refém de uma capacidade comercial bastante debilitada, inclusive pelas hesitações dos próprios comerciantes. Em 1635, em mais uma grave crise de falta de pão, Hals foi novamente apresentado como mercador importante: "de muito trato e correspondencias, que nos annos atraz, em que houve falta de pão, elle só metteu n'esta cidade mais que todos os outros"³⁹⁹. Ou seja, em uma cidade em crise comercial, o caso deste mercador é o de um homem experiente, habituado a operar um comércio capaz de atravessar diferentes portos e de uma capacidade comercial nada desprezível, dado o volume das operações que podia executar. Mas, se tal condição fazia de Hals alguém indispensável à cidade, também fazia dele um sujeito que não ignorava o impacto das circunstâncias políticas sobre seus negócios. E o modo como protagonizou os acontecimentos de 1635 sintetiza a desconfiança que os mercadores já tinham do governo e a capacidade que apresentavam para negociar as soluções que entendiam ser as mais acertadas para a defesa de seus negócios.

Uma condução bastante defensiva de seus negócios e que só ocorria porque já havia o claro entendimento de que os inimigos colaterais de Portugal, o desvio de recursos portugueses para as guerras de Castela, os prejuízos de impostos e da fiscalização do contrabando eram assuntos intrinsicamente relacionados à fome e miséria dos portugueses — e que contribuía para as dificuldades em obter pão⁴⁰⁰. Problemas que,

Manuel Severim de Faria, cuja possibilidade de ser ele o autor das mesmas sátiras não deve ser desprezada. Cf. FARIA *Noticias de Portugal...* p. 24-25; _____. Arbitrios pera abundancia de pam In: GODINHO, Vitorino Magalhães. Alguns problemas da economia portuguesa no século XVII de depressão internacional. *Revista de História Económica e Social*, 1980 (jan.-jun.), p. 105-123. ISSN: 0870-6077.

³⁹⁹ *Elementos...* IV, p. 154.

⁴⁰⁰ É expressiva a troca de razões entre a Câmara de Lisboa e o rei em cartas que tratam conjuntamente do socorro a Pernambuco, da política fiscal e do contrabando, tendo por mote os navios que viriam carregados de pão. Cf. *Elementos...* III, p. 524-526, 529-533, 537-544 e 555-559. A título de ilustração das razões apresentadas pelos portugueses, na primeira das cartas referidas, lê-se: "Porém, senhor, não pôde deixar de ser mui presente a Mag^{de}. a grande miséria a que estão reduzidos os vassallos d'esta sua coroa, assim por lhe faltar o commercio de suas conquistas, pelas grandes forças que os inimigos metteram n'ellas e no mar como por lhe faltar na maior parte o commercio da Europa, em razão do contrabando, e por se haver saído d'este reino a gente mercantil com todos os cabedaes que se traficavam, e sobretudo por haver muitos annos que este reino padece esterilidades nos fructos da terra, e estar carregado com grandes tributos, que de novo se impuzeram, depois que elle se ajuntou á monarchia." *Idem*, p. 525.

além de se acumularem e combinarem para a crise portuguesa, a Câmara já dizia ao rei serem penosas consequências da presença de Portugal em sua Monarquia. Os inimigos ocupavam territórios importantes e isso influenciava tanto na política do contrabando, como na das imposições fiscais que, retomando a origem do ciclo de problemas, foram criadas justamente para reverter as mesmas perdas territoriais, mas que serviriam mais ao aumento da miséria, dos preços e do sentimento de abandono do que à reversão deste quadro⁴⁰¹.

Como se nota, eram repetidas as assertivas sobre os prejuízos que a união de coroas trazia aos portugueses. Encerrando o leque de desconfianças que incidiam sobre o problema do contrabando, os comerciantes ainda se ressentiam ou temiam perdas devido a ações como a do duque de Manqueda — aquele que, sob o pretexto de alimentar suas tropas, desviou trigo para revender por sua conta a maior preço — ou, mesmo respeitando o protocolo exigido e negociando com lugares "amigos", viam suas mercadorias apreendidas, não raro sendo cobradas taxas de fiança. Foi por estas razões que, em 1635, Hals não aceitou a palavra do governo quando o autorizou a operar como bem entendesse o provimento de pão a Lisboa.

Assim, a Câmara novamente intermediou a solução de passaportes especiais, servindo de meio de comunicação entre os comerciantes e o governo, além de ser ela

⁴⁰¹ Na carta a Câmara se queixa desta combinação: "Mui precisa é a obrigação de concorrermos todos nas facções de V. Mag^{de} (...) porém, senhor, isto se tem feito até agora em o que as fazendas d'estes leaes vassallos de V. Mag^{de} puderam supportar, pagando tantos tributos e novas imposições, como se tem introduzido depois que esta corôa se ajuntou á monarchia de Hespanha, e contribuindo com tantos serviços para o socorro da India, Bahia e Pernambuco"; "[os inimigos] têm occupado as conquistas, e estando este reino sem commercio por razão do contrabando, e os vassallos com tantos tributos e novas imposições como se introduziram depois que esta corôa se juntou á monarchia de Hespanha (...) que tudo então não havia, nem a extrema miseria em que este reino se acha" *Elementos...* III, p. 473 e 475. Na mesma carta acima citada, a Câmara ainda apresentou os impactos do estaque do comércio sobre os preços de itens essenciais e argumentou sobre os diferentes tratamentos dispensados pelo rei aos seus reinos e sobre os inimigos colaterais de Portugal: "Porém, senhor, quando a execução do empréstimo de quinhentos mil cruzados, que V. Magde mandou fazer n'este reino, tem (dado n'elle tanta moléstia e alevantado tantos clamores, pela miseria em que os vassallos se acham, como será possível o impôrem-se de novo quinhentos mil cruzados de renda fixa, sendo assim que tem V. Mag^{de} em sua monarchia muitos reinos, cuja renda não importa esta quantia? (...) E lembramos a V. Mag^{de} que, quando esta coroa tem tantos inimigos só por respeito de estar junta á monarchia, e tanta necessidade de acudir á recuperação de suas conquistas, não deve parecer justo que, com o rendimento d'este reino ou de sua regalia, se acuda aos estranhos, sendo tudo pouco para remédio dos males que padecemos; e que as forças que se empregarem na recuperação de nossas conquistas ficam obrando em serviço da monarchia, pois com as utilidades, que d'ellas tira o inimigo commum, sustenta as guerras contra a Hespanha" *Elementos...* III, p. 525-526.

própria instituição política interessada na questão por ser tema que dizia respeito ao seu governo. Desta vez, entretanto, além das razões apresentadas pelos governos da cidade e do reino para estipular as condições da operação, o mercador interveio com suas próprias razões. Enquanto os governos negociavam condições especiais sobre os tipos de embarcações, tonelagem e armamentos que podiam manter⁴⁰², Hals apresentou suas razões menos atento a tais detalhes, que a rigor não lhe importavam. Em suma, à capacidade política das instituições, Hals respondeu com a capacidade política da sua desconfiança.

Alegando as dificuldades experimentadas pelos danos do contrabando, o mercador pedia, além das autorizações, medidas protetivas especiais. Por exemplo, em sua petição, estipulou o modo como as autorizações deviam ser despachadas. A inesperada hesitação do comerciante, que passou de agente meramente comercial a alguém que tomou parte da negociação política da crise, trazia novos problemas. Agora, além da habitual resistência aos impostos, o governo passou a enfrentar um tipo de resistência que tinha origem em seu próprio descrédito político. Um tipo de resistência que não é de menor consideração ou capacidade de influenciar politicamente o desfecho por não ter produzido os mesmos efeitos de revoltas ou motins marcados por atos de violência aberta.

Por um lado, a cidade precisava de pão e quem podia socorrê-la não o iria fazer até que tivesse suas exigências atendidas, apresentando uma conduta que, embora incomum, é aqui entendida como um tipo imprevisto de capacidade política — o de negar-se, legitimamente, a confiar na palavra do governo. Por outro, este fez tudo o que pôde para que sua palavra mantivesse o crédito esperado, evitando se apresentar publicamente influenciado pelas exigências estipuladas. O impasse, além de revelar o mau estado da opinião que se tinha do governo, deu início a uma grave crise entre as instituições cuja cronologia convém ser apresentada.

Em carta de 14 de maio de 1635, a Câmara já começava a pressionar o governo por uma nova autorização para se trazer pão de fora e pedia ao rei que: "humildemente, se sirva de mandar responder ao que pela dita consulta se lhe tem pedido tantas vezes"⁴⁰³.

⁴⁰² Os navios não deviam ser de capacidade superior a cento e cinquenta toneladas e vir armados apenas com o que se admitia para os que comercializavam o sal português em outros lugares do norte. Cf. *Elementos...* IV, p. 156.

⁴⁰³ *Elementos...* IV, p. 126.

A dificuldade em obter respostas do governo, indeferindo ou deferindo o pedido, levou a Câmara a nomear e pedir licença para enviar um procurador especial da cidade à corte. Pero Gouvea, provido pela Câmara com tal missão, representou pessoalmente ao rei o estado em que Lisboa se encontrava e alcançou a tão esperada resposta que a cidade "consultava".

A fim de acudir ao delicado pedido, Filipe IV ordenou os assentos necessários para que contratasse toda a quantidade de trigo que fosse necessária de mercadores "Ingrezes, e as mais nações obedientes", fazendo igual mercê aos rotineiros navios holandeses que já possuíam autorização para se carregarem de sal⁴⁰⁴. A resposta só veio em 3 de agosto, após quase três meses do primeiro pedido e graças à ação do procurador especialmente nomeado para este fim. Contudo, algumas semanas mais tarde, era apresentada à duquesa a primeira recusa dos mercadores.

A informação era dada pelo Presidente da Câmara, agora o conde do Prado, em uma consulta extraordinária, de punho próprio por não ser dia de expediente camarário e ser altura em que partiam os navios. Qualquer atraso neste cronograma poderia representar meses a mais de aperto. Neste comunicado, era informado que os mercadores "com pouca ou nenhuma razão" duvidavam da segurança do procedimento e, em petição protocolada por João Hals, requeriam: "os mercadores (e apertão com grande instância) declarasão, porq estão p^a partir oje pera amanhã nauios para o Norte, nos quoais sem ela se não atreuem auisar q lhe mandem trigo." ⁴⁰⁵ Em fins de agosto, buscando a resolução de todas as dúvidas, a duquesa ordenou que os oficiais responsáveis tratassem de dar as devidas permissões. Entretanto, a ordem escrita em uma linha — "Pella capitania general se passa a ordem necessaria"⁴⁰⁶ — não foi suficiente para superar a defasagem do governo junto aos comerciantes.

A situação acabou por atingir maior gravidade em 6 de setembro, quando o mesmo João Hals informou que o pão que se poderia trazer pelos ingleses seria caro e pouco,

⁴⁰⁴ Também o trigo siciliano, por haver notícia de abundância dele, era sugerido como via de provimento da cidade. Por outro lado, dava-se isenção dos direitos régios sobre o trigo que viesse das ilhas por cinco anos, para que "por todas as vias se asegure o prouimento dessa cidade e de todo o Reyno". *Elementos...* IV, p. 138.

⁴⁰⁵ Informava o conde Presidente que "mostrandose a carta aos mercadores e homens de neg^o q tem por sua conta mandar vir trigo a esta cidade, duuidão, com pouqua ou nenhũa resão, de o fazer trazer sem ordem expressa, q declare q o dito pão pode uir liurem^{te} de Olanda e de todas as partes proibidas" *Elementos...*IV, p. 139-140.

⁴⁰⁶ Idem.

dado que também na Inglaterra havia falta dele. Em sua petição à Câmara, Hals pediu que houvesse confirmação de "S. Mag^{de}, pela junta do almirantasgo"⁴⁰⁷ e foi por essa razão que novamente não teve efeito a segunda autorização da vice rainha. Embora em uma resposta muito menos sucinta do que a anterior e deixando explícito que era permitido contratar pão pela via que fosse, o governo ainda não atendia letra por letra ao exigido⁴⁰⁸. Esta última autorização, a terceira, fora dada já um mês e meio após o próprio rei ter declarado a sua concordância com tal via.

Mais uma vez, nenhum mercador aceitou as garantias apresentadas e, mais uma vez, a Câmara teve que representar diretamente ao rei a irresolução da questão. Se posta em perspectiva toda a troca de informações, o impasse teve início em maio e prestes a iniciar o mês de setembro não havia definição sobre como, de onde e quando viria pão a Lisboa. Em julho, agosto e setembro, uma autorização do rei e duas da vice rainha davam permissão para que mercadores pudessem trazer pão de qualquer parte, mesmo que fosse através de navios holandeses ou de agentes holandeses. Neste mesmo mês de setembro, o principal homem de negócios indicado pela Câmara ignorava tais autorizações e pedia que fossem concedidas as licenças de forma estipulada por ele, com ordens diretas para a Junta do Almirantado, para que pudesse mandar virem rapidamente oito navios carregados de pão e que saíam carregados de sal, pagando os devidos tributos⁴⁰⁹.

A indefinição levou ao agravamento da situação e à impaciência da Câmara que já não apresentava uma discreta discordância das razões dos mercadores, mas as validava e sustentava sem meias palavras:

Não é de espantar que esta gente trate de todas estas seguranças e declarações, porque são tão grandes as condemnações, perdas e molestias, que cada dia recebem dos ministros do contrabando, que se não atreve ninguém a negociar no Norte, com que quasi de todo está acabado o commercio d'este reino (...) como a larga experiencia nos tem mostrado que não é este o remedio que convém para reduzir os rebeldes á obediencia, porque o que d'elle vêmos que tem resultado, é em tanto damno da fazenda real e da comodidade dos vassallos, que está de presente esta cidade sem um navio estrangeiro, sendo que antes d'esta prohibição do contrabando não cabiam nos portos d'ella e de todo o reino; e, sem embargo d'isto, não vêmos que melhora o nosso partido, antes cresce o poder e opulencia de nossos inimigos⁴¹⁰

⁴⁰⁷ *Elementos...* IV, p. 142-143 (nota).

⁴⁰⁸ Cf. *Idem*.

⁴⁰⁹ Cf. *Idem*.

⁴¹⁰ *Elementos...* IV, p. 145.

A Câmara ainda explicou o porquê de tanta sinceridade: "a dôr do estado em que nos vêmos, nos deu ocasião a não passar por esta materia sem estas lembranças". Os sofrimentos referidos são múltiplos. Além do comércio destruído, a falta de pão era "maior que nunca, e o remedio, se não é por milagre, nenhum outro que deixar vir pão nos navios referidos, sem perguntar d'onde"⁴¹¹. Depois de muito resistir e da clara tomada de posição da Câmara de Lisboa, o governo, através de despachos de Miguel de Vasconcelos e da duquesa de Mântua, acenou favoravelmente às objeções. Poucos dias depois, foram emitidos os primeiros passaportes: o roteiro de procedimentos exigido pelos comerciantes encabeçados por João Hals foi acatado pelo governo. Em primeiro de novembro, os passaportes começavam a ser preparados⁴¹² e dois dias depois a principal exigência era cumprida: a Junta do Almirantado recebia ordens formais para facilitar os trâmites comerciais estipulados como urgentes para o socorro de Lisboa⁴¹³.

A cadeia de acontecimentos apresentada acima é de uma complexidade irresumível nas páginas dedicadas a ela. Da perda de Pernambuco à desconfiança dos comerciantes capazes de alimentar a cidade durante uma crise de oferta de alimentos, uma série de acontecimentos explicam a relação destes eventos em uma mesma trajetória. Apesar de todas as cobranças iniciadas em 1631, não houve uma armada portuguesa e castelhana que tenha produzido qualquer efeito de reversão das perdas portuguesas. Os comerciantes, grupo de principal colaboração fiscal (voluntária, imposta e tomada sob a forma de contrabando) formavam, segundo muitos comunicados oficiais, um dos grupos que mais perdia com a entrada de Portugal na Monarquia.

E foi este último modo involuntário de contribuição, tão danoso a particulares como ao bem público, por sua contribuição para a crise do comércio português, que levou ao modo como João Hals agiu em resposta ao contexto. Mais que tudo, esta recusa em acreditar na palavra do governo revela o desgaste político da União de Coroas e o mau estado da opinião de Madri em Lisboa. A defasada imagem do governo abriu espaço para um tipo de participação política bastante afeito a um tecido social cuja complexidade não se afere apenas nas capacidade políticas juridicamente estipuladas. A ação do mercador flamengo e o apoio que conquistou da Câmara atestam isso.

⁴¹¹ *Elementos...* IV, p. 146.

⁴¹² Cf. *Elementos...* IV, p. 155, 156 e 158.

⁴¹³ Cf. *Elementos...* IV, p. 155-156.

Em suma, as consecutivas negativas de Hals são um conjunto de ações que se ligam ao contexto político. A desconfiança resoluta do mercador se desdobrou, assim, em uma capacidade política expressiva e de grande influência para o desfecho do caso. Contudo, mesmo que esta seja uma situação que se entenda tão grave quanto as revoltas destas décadas para a caracterização do tensionamento do ambiente político, agora convém atentar a alguns detalhes destes outros modos de agir politicamente. A *multidão* que se levantou em todas as partes do reino tem grande importância para a apresentação desta perda geral de apoio político ao governo. Considerar sua formação, seus modos de agir e a capacidade semântica do termo (bem como o sentido das palavras empregadas na época para designá-la) é o objetivo central desta abordagem.

4.3 - *A multidão levantada*

Os diferentes comunicados da Câmara sobre o quão geral eram a pobreza e a miséria revelam um sentimento coletivo de desespero⁴¹⁴. Nos "corrilhos" ou nas revoltas, este coletivo se define pela *multidão* — isto é, a reunião de pessoas e grupos que rejeitavam a autoridades, leis ou impostos e que apresentavam razões para isso⁴¹⁵. Entretanto, o modo como esta reunião foi constantemente apresentada permaneceu um dos meios pelos quais a capacidade política dos envolvidos foi descaracterizada, até despolitizada. Compreender a *multidão* para além da produção deste sentido para as suas ações é definitivamente importante para um melhor entendimento de como as cidades explodiam em desaprovação à autoridade do governo.

⁴¹⁴ Sobre a repercussão da pobreza em um sentimento coletivo nas cidades, Maravall estabelece uma contraposição à miséria no campo: "En los pobres del campo, si bien se distribuían en menor número de grupos profesionales e integraban una masa de población más homogéna, sin embargo, por residir más alejados entre sí, era sumamente difícil que se reunieran para mostrar su protesta y que ésta se produjera, salvo en caos extremos de sacudidas violentas (...). Mas los pobres de ciudad que se repartían em número mayor de subespecies y formaban un conjunto más diversificado en sus componentes, dado, en cambio que vivían más próximos topográficamente y hasta en determinadas grandes ciudades tenían puntos de confluencia, era más realizable que se reunieran en un grupo operante bajo unas excitaciones o consignas; y más fácil que alcanzaran un sentimiento de su situación de miseria." MARAVALL - *La picaresca...* p. 62-63.

⁴¹⁵ Para um estudo sobre a *multidão*, as características de suas ações e sua *economia moral*, cf. THOMPSON, E. P. *A economia moral da multidão na Inglaterra do século XVIII*. Lisboa: Antígona - editores refratários, 2008.

Em 1629, um novo imposto sobre as maçarocas despertou a ira popular, no Porto: "as Regateiras, e outras mulheres semelhantes, vendo que esta imposição se dirigia com especialidade a defraudar o limitado lucro que tiravaõ das suas rocas; dominaraõ-se repentinamente d'hum cego, e rápido furor"⁴¹⁶. Escusado seria dizer, mas convém destacar: as considerações que seguirão feitas não dizem sobre cegos furores ou ações repentinas que surpreenderam os juízos públicos sobre o contexto⁴¹⁷. Até se pode dizer que a propagação da ação foi repentina, mas estender isso às causas que tornaram a ação uma possibilidade é, em tudo, incorreto. A revolta, inclusive, não ocorreu aleatoriamente. Toda a ação se desenrolou em um momento bastante oportuno que foi o da chegada de Francisco de Lucena, secretário régio enviado à cidade para imposição do tributo. Causa e oportunidade para a revolta se coadunam nas ações da *multidão* — por isso, sim, é possível falar em uma propagação repentina e que depende de um senso de oportunidade. Neste levantamento específico, ao agravo que significava o imposto, foi somada a presença de um alvo interessante para a sensação de desagravo. A rápida evolução dos acontecimentos e a furiosa e "espessa nuvem de pedras" que caiu especificamente sobre o secretário não são, portanto, sintomas de uma ira cega e irrefletido furor⁴¹⁸.

Não demorou, entretanto, para que a revolta alcançasse maior solidariedade entre os que fossem mais identificados com este grupo social. E, apesar do secretário ter se valido da agilidade dos seus pés para buscar refúgio em um convento, a sua saída das ruas alteradas não fez com que a revolta diminuísse. Antes disso, nem os muros de um lugar santo representavam sólido e intransponível obstáculo à convicção popular:

Augmentava-se o número das Regateiras, com outro igual de Marujos, e á porporção crescia a bateria das pedradas de sôrte, que o furor principiava a voltar-se contra o convento, se huma voz naõ bradasse altamente, que o *Lucena* saltando os muros da cerca, e passando ao convento de S. Francisco, tinha sahido pelo postigo chamado do

⁴¹⁶ COSTA, Agostinho Rebello da. *Descrição topografica, e historica da cidade do Porto*. Porto: Impresso por Antonio Alvarez Ribeiro, 1789, p. 305.

⁴¹⁷ Para a crítica à compreensão de ações da multidão como "espasmódicas" ou sentidos semelhantes e para uma análise aprofundada de seu comportamento e condições de formação em diferentes contextos, cf. THOMPSON - *A economia moral da multidão...*

⁴¹⁸ A revolta das Maçarocas, em 1629, ocorreu após a imposição de um direito sobre as rocas utilizadas na confecção têxtil e, por isso, era entedida como um agravo à situação de miséria das mulheres que trabalhavam em officios deste setor. Sobre a revolta, cf. OLIVEIRA - *Movimentos sociais e poder...* p. 295-317.

Pereira, e dali atravessando o Douro, se refugiára no Convento da Serra.⁴¹⁹

Não foi à toa que imagens como "cegueira" e "humores repentinos" foram elencadas para caracterizar a ação. Mesmo que concordando com a gravidade daquilo a que reagiam os amotinados, isto é, com o contexto de injustiças e notando o agravo feito ao "limitado lucro" que as mulheres tiravam de suas rocas, a ação continuava a ser, sobretudo, descrita através de palavras que recuperam o senso comum que havia sobre eles: eram a ralé. Ao longo da década seguinte, estes grupos continuaram a protagonizar eventos semelhantes e com descrições não menos parecidas. Para perceber o sentido dos relatos e a forma como tais acontecimentos foram majoritariamente identificados, será interessante questionar a própria maneira como os revoltosos foram descritos. E de igual importância será perceber como passavam do recebimento das medidas que consideravam ser causa bastante para a mobilização aos atos de desagravo em si, mesmo que violentos.

Segundo a maior parte dos relatos considerados, a multidão se resume a "regateiras e mulheres semelhantes"⁴²⁰, "rapazes e pícaros"⁴²¹ ou, ainda, "pior gente da

⁴¹⁹ Idem, p. 305-306. Outros relatos apresentam informações que complementam a rotina das violências. Segundo Severim de Faria: "Correo de maneira a gente q acudindo o Juiz de fora, não pode desfazer o motim, antes o obrigaraõ a se retirar mal composto" FARIA, Manuel Severim de. *História Portuguesa e de outras províncias do ocidente. Desde o ano de 1610 até o de 1640. da felice Aclamação d'ElRey Dom Joao 4º*, fl. 257. (BNP. F. 1441). O motim só foi desfeito com a intervenção de Dom Francisco de Sá e Meneses que "como es Alcade y Capitan General de las armas de la ciudad, se puso luego a cauallo, mandò tocar caxas y juntò las Bandera de Milicia de los Vizinos". O capitão deixou tropas enfileiradas "con sus mosquetes y arcabuzes Calados y Ceuados" em ambos os lados das ruas por todo o trajeto desde o convento até a Ribeira. De lá, o capitão embarcou Francisco de Lucena para outra margem do rio e o recolheu ao Mosteiro da Serra, não sem antes dar ordem para que se passassem todas as embarcações da ribeira para a outra margem "iuitanto assi que los del Motin no tuuiesen en que se pudiessen atreuer al Passar de la otra banda." NOVAIS, Manuel Pereira. *Collecção de manuscritos inéditos agora dados à estampa, vol. IV: Anacrisis Historial, II parte, Episcopológico*. Porto: Tipografia Progresso, 1918, p. 75. Ao comentar a solidariedade que as autoridades locais, inclusive a Câmara, prestaram ao Secretário, visitando-o no dia seguinte e afirmando suas disposições em cumprir a determinação fiscal, o autor pondera quanto à visita: "porque estes no tuuieron influxo en este Atrebimiento, Porque todo ello procediò de lo màs asqueroso y Vil de la Plebe, y sin Cabeça, ni disposicion, solo giados de su libertad (...) con que, ciegos obraron esta inaduertida Insolencia". Aproveitando a ocasião, alguns dos amotinados buscaram barcos da foz para ir até o convento, pelo que Lucena e seu filho tiveram que, dali, iniciar uma imprevista retirada e "se partieron desconocidos a Madrid" Idem, p. 76.

⁴²⁰ COSTA - *Descrição topografica, e historica da cidade do Porto...* p. 305.

⁴²¹ FARIA, Manuel Severim de. As alterações de Évora descritas por Manuel Severim de Faria. In: MELO, *Alterações de Évora...* p. 139. Esta é uma transcrição do relato de Severim de Faria feita por Joel Serrão em sua edição da *Epanáfora*. O manuscrito encontra-se na mesma *Historia*

República"⁴²², "gente meuda"⁴²³, "pobre gente desencaminhada e cega do Alemtejo"⁴²⁴, "descalços"⁴²⁵ e, até, a "pícaros, tan desarropados"⁴²⁶. Estas duas últimas palavras foram escolhidas pelo conde-duque e dirigidas ao arcebispo de Évora que com outros *grandes* formavam a Junta de Santo Antão (grupo de autoridades locais que tentava negociar com os amotinados uma solução pacífica para as *Alterações de 1637*), e ao Fr. João de Vasconcelos, enviado pelo governo para auxiliar a mesma Junta nesta empresa⁴²⁷. As palavras escolhidas pelo conde-duque aparecem repletas de prudência e discrição.

Para o governo, identificar no centro dos acontecimentos gente sem importância era o mesmo que não declarar antecipadamente sua desconfiança contra pessoas de maior importância política do clero ou da nobreza ou de influente presença no cotidiano urbano, como mestres e outros representantes do povo nas Câmaras. Mas, mesmo com esta discreta condenação, pela qual não se rompia abertamente a confiança nos responsáveis pelo controle social, na carta era advertida a iminência de um duro castigo sob a forma de ocupação militar. Espantava ao conde-duque que em " vn Reino tan fiel, tan lleno de nobleza queiran descaltos, desarmados, hazer cuerpo i mantenerse en pretender capitular con su Rey, sin tener oj respeto ni a la justícia, ni a la noblesa, ni a la piedad de su Mag^{d.}"⁴²⁸. No entanto, a redução dos acontecimentos a tal qualidade de pessoas não

Portuguesa ... desde o ano 1610 até o de 1640 (...) na qual está o seu relato da revolta de 1629. Cf. BNP. F. 1441.

⁴²² MELO - *Alterações de Évora...* p. 30.

⁴²³ Consulta do Desembaraço do Paço sobre questões postas pelo presidente da alçada que foi ao porto devassar do motim. In: OLIVEIRA - *Movimentos sociais e poder...* p. 315-316.

⁴²⁴ *Elementos...* IV, p. 325.

⁴²⁵ BPE. CXII/1-36, fls. 262v-263v - *Copia da carta q o Conde Duque escreueo ao Bp^o d'Euora D. Ioaõ coutinho acerca das inquietaçõs q vaõ na dita Cidade de Euora por causa das vexaçõs e tributos co a sua reposta, tudo fiel^{te}. tresladado e conforme seus originaes.* fl, 262v.

⁴²⁶ Esta expressão consta na carta do conde-duque ao Fr. João de Vasconcelos, segundo a sua transcrição por Francisco Manuel de Melo. Cf. MELO - *Alterações de Évora...* p. 57.

⁴²⁷ A junta fora formada pelos "grandes e nobres de Évora" que, vendo que "sua inquietação passava já de vingança e que às vezes haviam sucedido as armas", percebiam que aquela ocasião corria o risco de um maior descontrolo político do que o da simples oposição fiscal. Reuniam-se na Igreja de Santo Antão o "Arcebispo D. João Coutinho, D. Diogo de Castro, Conde do Basto, Vizo-rei que fora de Portugal, D. Francisco de Melo, Marquês de Ferreira, D. Rodrigo de Melo, seu irmão, D. Francisco de Portugal, Conde do Vimioso, D. Francisco de Lencastre, comendador-mor de Avis, e D. Jorge de Melo." Idem, p. 31-32.

⁴²⁸ BPE. CXII/1-36 - *Copia da carta q o Conde Duque escreueo ao Bp^o d'Euora...* fl. 262v.

passou despercebida a um estudante que decidiu escrever uma resposta ao modo como o valido de Filipe IV descrevia a revolta e a própria cidade com graves ameaças⁴²⁹.

Responder à qualificação feita pelo valido é um fato interessante, ainda mais pelo fato da autoria ser de um estudante. Nos colégios e universidades, representantes dos diferentes estados e de variada condição social partilhavam uma mesma fração do cotidiano, recebiam uma mesma formação cultural, moral e pedagógica. As escolas reuniam em um mesmo espaço de erudição e formação pessoas com diferentes trajetórias de vida — desde ricos herdeiros de títulos ou pobres membros do segundo estado aos filhos de comerciantes ou mecânicos. A reunião de pessoas tão diferentes e com prováveis diferenças de opiniões sob um mesmo prisma pedagógico, linguístico e temático que os aproximava enquanto público fazia dos espaços escolares um microcosmos onde as rivalidades e solidariedades sociais eram reproduzidas a partir de meios bastante próprios como pasquins, versos satíricos, difamatórios, elogiosos ou críticos ou, ainda, pareceres e outras formas textuais, como a presente carta. E, neste caso, a resposta não se desliga de algo aqui perguntado sobre a *multidão*. Para o estudante, não eram apenas os descalços que se levantavam, mas toda uma cidade (ao que não escapa sua tradição e história)⁴³⁰.

⁴²⁹ BPE. CXII/1-36, fls. 263v-266 - *Reposta q a carta do Conde Duque fez hum estudante da oitaua, e se lhe deu*. Embora lamentasse tal possibilidade, na carta, o valido avisava que, se fosse necessária uma jornada militar para reduzir Évora, seu parecer era de que: "solo Euora pague, hasta q no quede hombre viuo en ella, ny casa, ny heredad, ni conuento q en otra parte los hara S. Mag^{dm}", cf. *Copia da carta q o Conde Duque escreueo...*: Sobre a desconfiança sentida em Madri por um suposto pouco comprometimento de nobres e eclesiásticos de alta posição hierárquica em Évora, enquanto responsáveis pelo controle social, cf. OLIVEIRA - *Poder e oposição...* p. 203.

⁴³⁰ Ao termo "descalços", respondeu o estudante: "Imagina V. Ex^a q estamos descalços, pois entenda, q nunca majs calçados de justiça, e nobreza, pois em hũa & outra cousa fazem escora os pes, dos que neste paticular somos o pe direito: Calçamos pois de justitça & razaõ, que atemos em q S. Mag^d nos guarde as liberdades e faoures, q prometeo seu Auo Philippe 1º da Ribeira de Lisboa em 29. de Junho de 1580. abaixado tres vezes a cabeça, diante do Bacharel, q isto lhe propunha. Calçamos de nobreza, porq de fraco entender he, quem naõ entende, q nos os pequenos somos trombeta dos grandes, e q elles por conseruarem suas casas, e estados, se fazem Nicodemos em segredo do q nos mostramos em publico, e assy estamos calçados sobre mays coturnos do que o Poeta Marcial." Sobre o termo "desarmados", alude desafiadoramente à história da cidade: "He V. Ex^a o pr^o homẽ q chama aos portugueses de Euora desarmados: E tem desculpa pella nenhũa experiencia, q tem de suas armas, q se as prouara cair na conta em que cahio Luçio Sabino Capitaõ Romano, quando nos nossos campos rendeo a vida obrigado da lança do capitaõ Veriato, e seus Portugueses Eborenses, de q temos leuantado hum marmore com seu letreiro em hũa paragem q chamamos S. Bento de Pumares, Ou poserasse em fugida vergonhosa, como ja fizeraõ Romanos, e Espanholes destroçados, e assombrados das armas do nosso Capitaõ famoso Sertorio, q neste lugar fez seu assento, e temos seus aposentos ainda em pe, como se esperassemos por elle, ou outros semelhantes." BPE. CXII/1-36 - *Reposta q a carta do Conde Duque fez hum estudante da oitaua, e se lhe deu*, fls. 264 e 264v.

Se as palavras indicadas mais acima ajudam a perceber como os "baixos" foram presenças importantes para a formação da multidão, qual será o sentido de redundar as revoltas às camadas do povo capazes de serem compreendidas por tal léxico? Sobre as mesmas *Alterações*, a descrição que Francisco Manuel de Melo fez de uma das etapas do levante eborense, no exato momento em que se referia a "pior gente da República" que havia invadido e ocupado a casa do corregedor responsável pela execução das determinações régias, marco zero da revolta, revela a sua surpresa quanto à disciplina da ação. Algo que contraria as expectativas criadas a respeito de ações descritas como cegas e desordenadas:

toda a prata, ouro e dinheiro que despojavam queimaram na Praça (...) não havendo entre tanta multidão (...) ùa só pessoa que se movesse a salvar por seu proveito qualquer jóia das que outros entregavam às chamas tão liberalmente. Tal era o ódio, que pode mais que a cobiça, mais poderosa que tudo.⁴³¹

Para Francisco Manuel de Melo, cuja importância reverbera até os dias de hoje como um dos principais críticos de seu tempo, pela argúcia e qualidade de suas letras, a única explicação para que a ação tivesse assim se desempenhado era o ódio popular. Afinal, quais razões teriam tão má gente para não tirarem em benefício próprio, em meio a um motim movido pela rejeição a impostos em tempos de miséria, algum do ouro ou da prata que o corregedor agora já não era possuidor? Um outro relato, embora muito curto, dá mostras do porquê:

No Anno de 637 mandando ElRey escrever as fazendas de todo o homem deste Reyno, querendose executar na Cidade de Évora se levantou o pouo, e por meyo dos rapazes, e mais gente popular se fez resistencia ao Executor do tributo, q era o C^{or} da Cidade, entrarão nas casas dos vreadores, (...) E na força do motim queimarão as *caxas* onde morava o Corregedor E vierão ao chão e salgaraõnas, q eraõ de Miguel

⁴³¹ MELO - *Alterações de Évora...* p. 30. Ao descrever as ações populares após a vandalização da residência do corregedor, Francisco Manuel de Melo informa e qualifica como foram tratados os alvos seguintes: Francisco Manuel de Melo também aponta os alvos seguintes, todos ligados às imposições fiscais ou da justiça: "Passou adiante o dano, e foram trazidos ao fogo todos os livros reais, que serviam de registo aos direitos públicos; romperam as balanças donde se cobrava o novo imposto da carne; devassaram a cadeia, dando liberdade aos presos de quem esperavam ser ajudados; saquearam os Cartórios, desbaratando papéis e livros judiciais. Porém, em todas as suas ações se mostrou sempre maior a indignação que o interesse" Idem. p. 30 A descrição desses atos remete também às considerações de Thompson sobre a multidão inglesa e a forma como elegia e tratava seus alvos, cf. THOMPSON - *A economia moral da multidão...* (especialmente as já referidas p. 70-82). Já em outra revolta portuguesa, em 1638, na sequência das *Alterações*, Aurélio de Oliveira ressalta a queima de cartórios e uma "curiosa solidariedade" entre os estratos sociais. Cf. OLIVEIRA, Aurélio de. "A Revolta do Porto de 1638". *História - Revista da Faculdade de Letras*. 2004, Série III, vol. 5, p. 15-30. ISSN: 0871-164X. p. 27.

de Vas^{cos} f^o do Barboza, secret^o de Estado. Entre outras coisas aconteceu, andar hũ rapaz com hũ asno, e hũ ceiraõ cheyo de calhaos apregoando quem compra os calhaos. Mas com durar o motim alguns dias, não se fez furto, nem desconcerto algu. O Procurador do Povo, e os mesteres o ordenauã.⁴³²

"O Procurador do Povo e os mesteres" — gente importante para o cotidiano da cidade e com participação nos modos oficiais de fazer política — ordenavam a ação e, ao que parece, contribuíram para que nada fosse roubado, uma característica recorrentemente observada em ações de multidão⁴³³. Embora Francisco Manuel de Melo e Severim de Faria reconhecessem a liderança dos representantes do povo (os mesteres Sesinando Rodrigues e João Barradas), a descrição da revolta não poderia, em ambos os relatos, se limitar às suas ações. Por que, então, resumir toda a responsabilidade da ação ao ímpeto furioso e repentino, "cego", de uma multidão de pícaros, como era o Manuelinho⁴³⁴? Afinal, é esta uma outra recorrência: imputar a responsabilidade da ação a pessoas cuja capacidade política sequer era reconhecida ou admitida.

Redundar tais ações a uma estúpida violência de "regateiras" e "gente semelhante" cumpre uma dupla função, como sugere a precaução do conde-duque. A primeira é a de manter o modo "cego" de ação dos "descalços" como alheio aos modos aceitos de se fazer política — em suma, despolitizá-los. Concordar com o sofrimento a que reagiam dá ao autor a possibilidade de denunciar algo que também o desagradava (como diz o autor da *Epanáfora*, o queixume era universal⁴³⁵), mas sem que para isso fosse necessário concordar com a ação dos que eram compreendidos como a pior gente da república. Isto

⁴³² BPE. CV/1-6 - Notícia do motim de Évora, fls. 60-60v.

⁴³³ Sobre a disciplina, alvos e ritos de ação da multidão nos motins que investigou, cf. THOMPSON - *A economia moral...* p. 70-82.

⁴³⁴ As *Alterações* de 1637 são comumente identificadas como a Revolta do Manuelinho, também ele um pícaro: "Fora, poucos anos antes, conhecido em aquela cidade um homem doudo e dizedor, e por isso aceitíssimo ao Povo, cujo nome era Manuel, e, por jogo e sua notável grandeza, irõnicamente Manuelinho. Usava fazer práticas pelas ruas ao vulgo, a quem, com vozes desordenadas e histórias ridículas, excitava sempre a alegria, donde procedeu ser na Cidade e seus contornos a pessoa mais conhecida; a cuja lembrança, recorrendo alguns de aqueles inquietos, foi ordenado entre eles que todas as convocações, cartas, éditos e ordens se despachassem debaixo do sinal de Manuelinho de Évora, porque assi se escusava de ser jamais conhecido o Autor destas obras; ficando aquele nome, desde então, constituído por sinal público, para que se pudessem entender sem confusão em seus chamamentos. Nesta observância amanheciam cada dia, fixados pelas praças e portas da Cidade, Provisões, Bandos e Decretos pertencentes ao estabelecimento de sua defesa: debaixo desta forma se escreviam e despachavam cartas às Câmaras do Reino, se despediam os Ministros de seus officios e se acomodavam neles outros, em virtude de um simples provimento assinado por Manuelinho de Évora." MELO - *Alterações de Évora...* p. 38.

⁴³⁵ Idem, p. 23.

é, mantinha-se o apelo da queixa e o aproveitamento político das incertezas e expectativas que revoltas trazem ao cotidiano ao mesmo tempo em que era mantida a desconsideração política dos mais *baixos* aos quais era atribuída a revolta.

Além disto, e, eis aqui a sua segunda função, esta forma de descrever as ações não fomenta perguntas e dúvidas quanto a participações menos evidentes. A multidão era, por certo, proteção para aqueles que individualmente seriam facilmente reconhecidos. E os protegeu. Embora estes relatos não mencionem ou não tenham tomado conhecimento de outras presenças, os procedimentos investigativos que sucederam algumas revoltas revelam participações de gente menos "semelhante", por assim dizer. Gente que não passaria sem ser notada, mas que surpreendentemente não apareceu nomeada em nenhuma informação tomada por Gabriel Pereira de Castro, juiz a cargo da devassa da revolta portuense de 1629. Uma consulta enviada ao governo sobre a *multidão* envolvida na revolta afirmava que, segundo a devassa que: "haya tirando que não era somente o povo mas gente da cidade graves, e vestidos de seda"⁴³⁶. Uma situação desagradável e incômoda que encontrou solução no não reconhecimento de nenhuma dessas pessoas e na condenação de um único réu, por sua vez, bastante conveniente e capaz de desviar a atenção de participações cuja precisa averiguação poderia ser evitada.

O único culpado a sofrer pena de consideração foi José Pinto, filho de "Francisco de Cárceres mercador rico"⁴³⁷ e de família cristã nova. Sua condição de cristão novo e de família com dinheiro suficiente para pagar as custas da devassa, que na ausência de culpados caberia à Câmara, não foi ignorada por António de Oliveira. Pinto, ao mesmo tempo em que representava às justiças um bom desfecho para seus procedimentos, servia ao pagamento das custas e ao silenciamento de perguntas sobre outros participantes: "Acusando um homem de nação, precisamente no momento em que pelo País há uma forte pressão contra eles, os amotinados do Porto souberam desviar de si a justiça entregando uma vítima nata a quem, de resto, deviam dinheiro."⁴³⁸

⁴³⁶ Consulta do Desembargo do Paço sobre questões postas por Gabriel Pereira de Castro na execução da alçada que foi ao Porto devassar do motim In: OLIVEIRA - *Movimentos sociais e poder...* p. 314-315.

⁴³⁷ "Consulta do Desembargo do Paço sobre questões postas pelo presidente da alçada que foi ao Porto devassar do motim" In: OLIVEIRA - *Movimentos sociais e poder...* p. 316.

⁴³⁸ OLIVEIRA - *Movimentos sociais e poder...* p. 307. Para o referido contexto de pressão contra os cristãos novos importa ressaltar a relação entre o contexto de crise e algumas políticas direcionadas a este grupo, como as negociações do perdão geral. Parte deste contexto é descrito pelo próprio António de Oliveira. Cf. *Idem*, p. 319-352.

Além de José Pinto, também foi sentenciado um Domingos Freire ausente e não alcançado pela justiça no momento da devassa e outros dois jovens de onze e treze anos que foram soltos após açoitados na porta da cadeia. O não reconhecimento dos homens graves e vestidos de seda surpreenderia, não fosse factível uma solidária proteção prestada a tais pessoas, posto que o não reconhecimento de homens graves e vestidos de seda por todos os que acudiram ou testemunharam é, na melhor das hipóteses, pouco possível e deveria despertar maior interesse das justiças⁴³⁹. Mesmo que não majoritária, esta participação demonstra como os diferentes descontentamentos favoreciam que, em um motim sobretudo popular e contra uma medida que atingia a população mais pobre, tais presenças fossem possíveis.

De fato, a descrição das revoltas parece ocultar presenças menos vulgares entre o corpo revoltoso, que em diferentes níveis de participação ia muito além do vulgo. Como notou António de Oliveira sobre o caso portuense de 1629: "Com os rapazes, estavam os homens"⁴⁴⁰. Ao prestar atenção às diferenças entre as fontes que registram lembranças ou versões pessoais para os acontecimentos e outras como as de natureza jurídica ou investigativa, fica mais explícito como tais presenças surgem ocultadas naquelas e percebidas (ainda que ligeiramente) nestas. Afinal, antes de serem redigidas voluntariamente e sob o crivo da opinião pessoal, eram produzidas a partir de uma lógica institucional nutrida por preocupações e objetivos bastante específicos. Neste sentido, a consulta do Desembargo do Paço remetida ao governo sobre as averiguações de Gabriel Pereira de Castro apresentou algo que não é possível perceber em outros relatos como o de Rebelo Costa (temporalmente distante do acontecimento) ou o de Severim de Faria, que também anotou a revolta portuense de 1629⁴⁴¹.

A mesma variedade de grupos surge no relato de Francisco Manuel de Melo sobre as *Alterações* — ainda que as primeiras ações tenham sido definidas pelo próprio como

⁴³⁹ Cf. "Consulta do Desembargo do Paço sobre questões postas por Gabriel Pereira de Castro na execução da alçada que foi ao Porto devassar do motim" e "Consulta do Desembargo do Paço sobre questões postas pelo presidente da alçada que foi ao Porto devassar do motim". In: OLIVEIRA - *Movimentos sociais e poder...* p. 314-316.

⁴⁴⁰ OLIVEIRA - *Movimentos sociais e poder...* p. 307.

⁴⁴¹ BNP. F. 1441 - *Historia portuguesa e de outras províncias do Ocidente. Desde o ano de 1610 até o de 1640. Da Felice Aclamação d'elRey Dom João 4º*, fls. 256v-257. Este volume é o mesmo no qual Faria apresenta a sua versão para os acontecimentos que, em 1637, iniciados em Évora, contaminaram outros lugares do país e que está transcrita por Joel Serrão em anexo à sua edição da *Epanáfora*, sob o título "As Alterações de Évora descritas por Manoel Severim de Faria". Cf. MELO - *Alterações de Évora...* p. 137-148.

coisa da pior gente da República. Como fica claro na *Epanáfora* — e em mais relatos sobre este e outros "movimentos urbanos" —, os representantes dos ofícios, enquanto parte do povo que se fazia presente nos espaços formais de decisão política, cumpriam um papel fundamental⁴⁴². Nestas décadas, mesmo em tempos não "alterados", Câmaras como a de Lisboa eram constantemente levadas a receber, ouvir e comunicar protestos e petições dos representantes formais do povo nas instituições. Estes, certamente, não eram os descalços ou pícaras "desrropados" e muito menos a pior gente da República, alheia aos modos protocolares de se fazer política.

Assim, em 1637, não soa estranho que a multidão eborense tivesse uma clara liderança vinda de suas camadas de trabalhadores urbanos — sobretudo, mestres de ofícios que, embora fossem representantes "corporativos" do povo eram mais do que isso, pois, tinham um cotidiano de afetação com a crise social mais semelhante ao dos demais trabalhadores do que pessoas vindas de outras posições sociais. De modo que eram pessoas que já estavam habituadas a exercer uma representação, fosse de suas bandeiras de ofício ou como procuradores e juizes do povo na Câmara e que, portanto, estavam em condições de despertar ou servir de porta-vozes de uma solidariedade comunitária⁴⁴³. Isto

⁴⁴² Sobre a liderança dos mestres, além da *Epanáfora* de Francisco Manuel de Melo e do relato de Manoel Severim de Faria, cf. BPE. CV/1-6 - Notícia do motim de Évora, fls. 60-60v. Ainda, António de Oliveira observa que: "Os chefes dos movimentos urbanos são sobretudo representantes dos Vinte e Quatro. São, portanto, mestreiros, mas considere-se que na Casa dos Vinte e Quatro (ou dos Doze) estão apenas representadas as camadas populares mais favorecidas, as que propriamente pertencem à «cidade» (...) A solidariedade dos grupos profissionais e o seu poder dentro dos meios urbanos justifica que surjam como cabeças de motim". Oliveira, na passagem acima, embora identifique o caráter popular da liderança, não nega um reconhecimento implícito sobre o que estava na base de uma pertença à cidade — algo que aqui tem a sua importância relativizada ao fato de tal ideia corresponder a um discurso hegemônico e dominante e que, portanto, é parcial. Cf. OLIVEIRA, António de. *Poder e oposição em Portugal no período filipino (1580-1640)*. Lisboa: Difel, 1990, p. 181.

⁴⁴³ Embora não tenham sido consultados os despachos da Câmara de Évora, no contexto *antifiscal* são muitos os comunicados despachados pela de Lisboa nos quais se verificam tais queixas. Por exemplo, em pedidos que o juiz do povo fez, em 1634, para que os oficiais mecânicos da cidade fossem aliviados de um novo encargo de sessenta mil cruzados, por já não terem condições de pagar, onde tudo que sobrava era vendido para pagar "outra siza da revenda, o que se não entende nos mercadores", e: "se se disser que alguns officiaes tem meneio e mercancia, nunca é para mais effeito que para o gasto de suas tendas e officios, a que acodem com o que tiram das boccas de suas mulheres filhos (...). A vexação é grande." cf. *Elementos...* IV, p. 25-26. Também expressivo é o parecer dos tecelões que resume os descontentamentos que formam o contexto e no qual criticam o mau uso da Fazenda Real como uma das causas da crise portuguesa e da constante necessidade por mais impostos. É importante a qualidade dos argumentos apresentados e sua relação com as queixas e razões apresentadas pela Câmara, pelos comerciantes e pelas sátiras, pasquins, etc.: "que os direitos reais estão esgotados por duas cabeças ou princípios o primeiro por doações inoficiozas, q de todo tem impossibilitado o Reino

é, mais do que serem representantes das bandeiras de seus ofícios e, por isso, estarem encarregados de funções responsabilidades e políticas juntos aos demais profissionais, os mesteres eram lideranças com as quais a solidariedade e a identificação popular era possível. E isto, como já dito, se dava tanto pela influência popular que tinham pelos cargos que eventualmente ocupavam como juizes ou procuradores do povo (como eram os líderes das *Alterações*) quanto pela repercussão dos temas que pleiteavam — muito mais condizentes com o cotidiano popular do que o sentimento de agravo que meias anatas ou a suspensão de isenções garantidas por privilégios podiam causar⁴⁴⁴.

A razão por trás da insistência nestas afirmações é a de, mais uma vez, sustentar que as sequências acontecimentos em ações como esta não eram aleatórias. Mantendo a atenção na cadeia de fatos que formam as *Alterações*, isto leva a afirmar que não foi por acaso que todas as violências tiveram início quando o povo, temendo o destino de seus

como corpo sem sangue. o segundo por V. Magde dezamparar a India e puxar pellos direitos reais desta coroa escaçados pera a flandres sendo assim que este reino não tem nenhuma combinaçãõ com aquelles estados, nem lhe cabe o socorro delles." BPE. CIII/2-14, fls. 188v e 189 - *Parecer rezoluçãõ e reposta, que ao ofiçõ de teçelõis desta çidade e seu termo com os elleitos delle e iuizes do dito ofiçõ deraõ à carta de Sua Mag^{de} Vaõ nestes apontamentos de mixtura as cauzas originais, que tem lançado a perder este Reino e a India posta no estado em que se uee, q se deue chorar cõ lagrimas de sangue uisto estar tudo debaixo do amparo de taõ grande monarcha, de quem puderaõ com muita razaõ tremar e assombrarse os enemigos e uaõ iuntante os meynos, q pode auer pera se tirar dinheiro pera o socorro dela.*

⁴⁴⁴ É ilustrativa a proposição de Raphael Bluteau para o vocábulo "mesteres": "Mester. No Senado da Camara de Lisboa ha quatro homens, a que o vulgo chama *Mesteres*, & *Mester* no singular. Saõ eleitos na casa dos vinte & quatro, servem só hum anno, & entrãõ em Janeiro; saõ sempre officiaes mecanicos; tem voto como os Ministros do Senado, mas a metade do ordenado, & propinas de hum Vereador; assentãõ-se na Camara em banco de encosto de pao, como o Escrivãõ da Camara, & Procuradores da Cidade, mas mais abaixo hü degrao, & separados da mesa, & tem em lugar della diante de si cada dous hü taboa, em fôrma de estante com tinteiros, & poeiras de pao para assinar, & rubricar; nos contratos, consultas, &c. em que se faz mençãõ delles, os intitilãõ Procuradores dos Mesteres, que a meu parecer val o mesmo, que Procuradores dos officios; porque havendo na lingua Portugueza muitos verbos, & nomes Francezes, que provavelmente introduzirãõ nella os Celtas, & significando ó nome *Mestier* em Francez *Officio*, parece que ainda que na pronuncia se omitta o S, parece que ha fundamento esta conjectura, principalmente não tendo na sua primeira creaçãõ os Mesteres de Lisboa mais exercicio, que o de procurar na Camara o de que se necessitava para os officios mecanicos, taxas para evitar carestia delles, regimentos porque se governassem nos exames, nas eleiçoens de Juizes, & Escrivães dos officios, &c. & no principio não tinhãõ outro uso, nem votavãõ nos negocios.

*E a pobreza dos Mesteres,
Que nem fallar saõ ousados
Diante os mores poderes*

Francisco de Sã, Sat. 1. num. 61."

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728, 10 volumes, v.5, p. 454-455.

representantes, quando estes foram apresentar a não concordância com os novos tributos (que incidiriam sobre as fazendas de cada um, coisa que até poderia afetar homens pobres e em dificuldades, mas não os despossuídos) e pedir ao corregedor para escreverem ao rei, que a multidão fez explodir a sua fúria⁴⁴⁵.

Além da variedade socioprofissional das pessoas do povo, a aderência ao movimento iniciado quando se negou consentimento para que pudessem apresentar suas razões ao rei também contou com a presença de representantes de outros estados. Embora não fossem vistas atirando pedras e incendiando casas, bens ou papéis públicos, alguns *grandes* agiram dando suporte ou orientações políticas, incentivando as queixas ou, simplesmente, não agindo enquanto autoridades que deveriam conter os ânimos amotinados⁴⁴⁶. Os diferentes grupos sociais, apesar de profundas diferenças entre si e por razões diversas, mantinham em muitos aspectos uma opinião semelhante sobre o contexto. Algo que não os isentava de divergências e juízos uns sobre os outros — por exemplo, como apresentam as sátiras e algumas desconfianças entre representantes dos estados⁴⁴⁷ —, mas que derivavam de um descontentamento que, embora fomentado por

⁴⁴⁵ MELO - *Alterações de Évora...* p. 28-30 e FARIA - As Alterações de Évora descritas por Manoel Severim de Faria. In: Idem, p. 138-139.

⁴⁴⁶ Um outro relato que começa descrevendo o juramento que D. Antão de Almada, Francisco de Melo e seu irmão Jorge de Melo fizeram em Madri, ano de 1634, de que haveriam de buscar meios para "darem Rei a Portugal", narra: "Emq^{to} estes Fidalgos tratauaõ destes neg^{os} se leuanto em Euora o Pouo chamado o leuantam^{to} do Manoelinho (...) cauzado o leuantam^{to} dos m^{tos} tributos que s Reis Castelhanos quizeraõ por. Tiueraõ avizo os Fidalgos q D. Rodrigo de Mello Irmaõ do Marques de Ferr^a tinha trato com os cabeças daquelle leuantam^{to}, e de Lx^a fomentaraõ estes tres fidalgos este neg^o mandando a Euora criados e cartas ao Marques de Ferr^a, e a seu irmaõ, e ao conde de Vimioso sobre este ponto". Segundo o relato, D. António de Mascarenhas teria sido o maior zeloso, pois teria ido pessoalmente à Évora para "tratar com os cabeças (...) a q naõ desistissem do começado, e p^a que a impreza tiuesse bom sucesso pederiao amparo à caza de Bragança, porem como naõ teue ef^o tornou p^a Lx^a." BNP. F. 2348, fls. 21 e 21v. Vale notar que Dom Jorge de Melo era um dos que compunha a Junta de Santo Antão e, possivelmente, um dos que Francisco Manuel de Melo terá observado como ligado aos interesses dos *alterados*. Sobre as amplas considerações debatidas durante as *alterações*, inclusive sobre como expandir a "opinião de Alentejo" a lugares como Setúbal (descrito como lugar rico, com porto habilitado a receber socorros e guardado por dois castelos) ou mesmo à Lisboa (pelo exemplo dado pelos pescadores descrito adiante), cf. MELO - *Alterações de Évora...* p. 72-74. Sobre a tentativa de já aclamar D. João IV naquela ocasião, cf. Idem. p. 39-40. Ainda, cf. *Elementos...* IV, p. 330 (nota).

⁴⁴⁷ Sobre a já apresentada guerra dos fidalgos aos seus naturais, cf. BPE. CIII/2-14 - *Na villa de Seloriquo bebado...* Sobre desconfianças entre os estados, é representativa a cobrança do povo eborense a D. Diogo de Castro que teve que lembrar aos amotinados de que também ele era povo ao apontar que era igualmente um "vosso natural". Diante das promessas da nobreza local de que iriam interceder pelo povo junto ao rei, os amotinados diziam que: "*os senhores e poderosos de Évora não sentiam desumanamente a execução do Povo e de sua Pátria, porque não eram do Povo*". O povo, então, exigiu que os grandes ou se juntassem a eles ou seriam

formas específicas de experimentar o cotidiano, tinha uma mesma origem identificada para eles. A saber, o governo e o seu modo de governar.

E isto leva à observação de que a multidão, antes de um grupo coeso e permanente, é a reunião de diferentes grupos que tanto na ação direta como em certos modos menos evidentes de ação política surgem conjuntamente aproximados pelas críticas que faziam de um dado contexto. Ou seja, é uma aproximação contingenciada pelo modo como repercutiam — com suas particularidades e diferenças — uma opinião publicamente partilhada sobre algo ou alguém. Isto, inclusive, não anulava os juízos que mantinham entre si, cuja permanência tinha sua importância relativizada em função do problema que os unia. O ambiente, portanto, é o que explica esta aproximação entre indivíduos "dessemelhantes" — com modos de agir, linguagens para exprimir assuntos do cotidiano político, problemas e objetivos distintos — que, apesar das diferenças, conquistaram um argumento comum para expressar sua rejeição pública ao governo: os impostos.

Por fim, também é o ambiente que explica que foi após correr uma voz que o povo portuense se levantou⁴⁴⁸. Este correr de voz, para além da graciosidade da imagem de uma voz que corre e chama o povo — a própria imagem de uma ideia (voz) em movimento (que corre) —, é o que explica como rumores assumem força de verdade. Uma observação que permite trazer à consideração um último caso interessante para a demonstração de como a desaprovação do governo, mesmo em consensos particulares, alcançava uma solidariedade capaz de expressar o quão inflamável era o contexto.

Segundo Manuel Severim de Faria, a própria origem das *Alterações* estava no exemplo de desobediência de um grupo que nada tinha em comum com os eborenses, senão o compartilhamento de um sentimento de gravosa injustiça frente a um governo tirânico, posto que apenas tributário. Além das suas próprias frustrações, o povo eborense

também tidos por "*inimigos do bem público*" e procederam ao apedrejamento do Paço Arcebispal até encontrarem um alvo mais justificado: Dom Diogo de Castro, conde de Basto e ex-vice rei de Portugal. O conde: "advertido de que o Povo o buscava, com luzes e sem armas, desceu a recebê-lo (...) lhes disse: *Povo de Évora, que me quereis? Sou vosso natural; tres vezes governei este Reino sem vos fazer agravo*". A prática do conde acalmou momentaneamente a multidão. MELO - *Alterações de Évora...* p. 32-33.

⁴⁴⁸ Severim de Faria afirma que, após a chegada de Francisco de Lucena à cidade "correo voz entre a gente vulgar, que lhe vinhão a por novos tributos", sendo esse o momento do levantamento. A breve notícia que Severim de Faria faz da revolta se encontra em: BNP. F. 1441 - *História portuguea e de outras províncias do Ocidente. Desde o ano de 1610 até o de 1640. da Felice Aclamação d'El Rey Dom João 4º*, fls. 256v-257.

teria sido estimulado à revolta após a chegada de informações sobre um outro motim, mais restrito e ocorrido em Lisboa. No caso, refere-se à notícia de um motim dos pescadores de Lisboa contra uma medida que apenas os afetava, mas que teria suscitado uma boa recepção em Évora, inclusive por terem chegado muito "acrescentadas" — ou seja, já a modo de rumores e especulações. Assim, os atos de violência que os pescadores de Lisboa (trabalhadores que desfrutavam da desconfiança que se tinha dos *pícaros*) praticaram contra determinadas pessoas do governo ressoou em Évora como o estopim de algo muito maior.

Preocupado com a rudimentar defesa da costa portuguesa e com o risco de fuga de informações valiosas sobre o que se passava no porto lisboeta, o governo, também desejoso de aumentar a receita, impôs aos pescadores um tributo sob forma de passaportes que deviam portar para atravessar a barra e irem pescar fora do Tejo. Assim, a Torre de Belém era, além de barreira contra invasores, um pedágio artilhado para os que tentavam sair. De fato, o governo tinha razões para temer. São muitos os relatos de navios de guerra inimigos navegando livremente pela costa portuguesa e havia o medo de que os preparos de armadas com vistas à recuperação de territórios e manutenção do comércio fossem sabotadas ou interceptadas antes de chegarem aos seus destinos.

Os pescadores, por sua vez, eram pessoas com conhecimento suficiente para colocar em risco as operações, afinal, além de navegarem por aquelas águas, eram os responsáveis por serem os práticos do porto⁴⁴⁹. Isto significa que, caso realmente servissem como informantes de inimigos, poderiam dar boas informações sobre formas de aproximação e atracagem, além de terem pleno conhecimento do que havia no porto: toneladas e armamentos de navios, estado e números de frotas, destinos, navios em construção, presença de tropas... E: além de detentores de todo o valioso conhecimento da vida portuária, eram *pícaros*! Pessoas que, por boa prevenção, era preciso ter em suspeição e desconfiança. Mas, ainda assim, formavam um dos grupos de trabalhadores de mais densa, vascularizada e permanente presença no cotidiano. A vida pública da cidade, que não tinha nestes ofícios algo dispensável, era fortemente marcada pelo bom ou mau sucesso das suas atividades.

⁴⁴⁹ Uma comunicação da Câmara, em 1647, se refere ao costume dos pescadores serem pilotos de auxílio às naus na passagem da barra de Lisboa. O mesmo comunicado ainda sugere ao rei a vantagem de ter boa relação com os pescadores justamente para que pudessem servir como primeiros informantes de possíveis assédios marítimos à cidade. Cf. *Elementos...* V, p. 87.

Por outro lado, a dita vascularidade fazia dos pescadores profissionais capazes de despertar a rápida solidariedade de outros grupos de pessoas que também pudessem perceber da mesma forma alguma hostilidade no imposto ou que partilhassem sua alteridade social, por exemplo, sendo alvo das mesmas contingências que faziam dos pescadores um grupo de aproveitável suspeição. Afinal, não seria pagar pela passagem da barra que iria impedir o vazamento de informações, coisa mais valiosa do que qualquer pedágio facilmente custeado pelos possíveis interessados. Uma identidade de grupo, enfim, se percebe nos que eram alvo de tais juízos — e, no caso dos pescadores, eram suas características profissionais e sociais que os tornaram candidatos a participarem deste modo bastante específico na crescente pressão fiscal.

São poucos os relatos do "motim" dos pescadores de Lisboa, em 1637, e nenhum deles nos chega por suas vozes, mas todas as narrativas que caracterizam a ação concordam com o motivo: a imposição de um pagamento sob a forma de passaportes para que pudessem passar da barra de Lisboa para o mar. Por isso, a cobrança incidia de modo socialmente localizado. Isto é, não havia outros atingidos salvo os pescadores da cidade. Embora Lisboa ainda fosse abastecida por embarcações pesqueiras de outros lugares, era sobre os que do porto da cidade partiam para a pesca em alto mar que se imputava a cobrança. E foi, justamente, ao mesmo tempo em que se começaram a fazer os inventários sobre as fazendas e as imposições sobre o arrátel da carne e a canada do vinho, principal razão dos levantamentos dos anos de 1637-38, que: "quis D. Fernando de Toledo, valendo-se de Regimentos antigos, que se pusesse aos pescadores de Lisboa tributo e embargo para que não passassem pela Torre de Belém para baixo sem passaporte"⁴⁵⁰ — fato que favoreceu a sua boa e "aumentada" repercussão em Évora.

Ajuda a perceber a extensão do sentimento de agravo o fato de que não foram uns poucos pescadores, seguindo a ordem de um maior entre eles, que resistiram ao imposto. Pois: "Sentiram os Pescadores grandemente esta ordem, tanto pelo dinheiro que se lhes pedia, como pelo embaraço de perderem muitas vezes as marés e as pescarias; e, não querendo consentir nela, desistiram uniformemente de pescar"⁴⁵¹. Isto é, antes de se tratar de uma reação parcial ou localizada, tratou-se de uma resposta coletiva e consensual.

⁴⁵⁰ FARIA - *As Alterações de Évora descritas por Manoel Severim de Faria*. In: MELO - *Alterações de Évora...* p 137-138.

⁴⁵¹ Idem, p. 138.

Embora a suspensão das atividades ainda não tivesse assumido a forma de revolta aberta, a pesca era uma atividade de indiscutível importância para a manutenção da paz social.

Como notado pelo autor da *Grandeza e abastança de Lisboa* e pelo da relação poética que descreve a geografia da cidade, os pescadores eram responsáveis pelo provimento de um alimento que variava em qualidade. Ou seja, faziam chegar ao mercado tanto o peixe dos ricos como o dos pobres. Este foi o argumento da Câmara de Lisboa, em 1637, ao reportar a interrupção da pesca na cidade porque "a grande opressão" que se fazia aos "pescadores que sustentam esta cidade" teria graves consequências, atingindo "a todos os moradores d'ella, sendo os pobres os mais interessados e os que mais padecerão, porque são os que se sustentam do peixe e sardinhas que entra por essa barra; e que, de não estar ella livre a todas as horas, se ha de sentir muito a falta n'este povo". O argumento, suficiente e razoável para a conveniência da cidade e manutenção de sua ordem, ainda era acrescido de uma lembrança ao governo central: mesmo em "semelhantes ocasiões (...) nunca aos pescadores se tolheu a barra". Mais uma inédita "opressão" tensionava o ambiente — lembranças *discretamente* feitas com a prudente menção ao benefício da pesca para a prejudicada Fazenda Real⁴⁵².

E, além disto, há que se considerar as mais prováveis e imediatas solidariedades que os pescadores eram capazes de despertar. Apesar da defasagem de pouco mais de oito décadas, os números da *Grandeza e abastança* ainda servem como breve referência comparativa. Entre os muitos ofícios e trabalhos que de alguma forma interagem com a pesca, o autor da "estatística" de 1552, com mais detalhes do que Nicolau de Oliveira, contabiliza uma população de aproximadamente quatro mil pessoas⁴⁵³ — das quais,

⁴⁵² Por fim, para justificar o pedido de que não inovasse com esta prática, a Câmara argumentou lembrando discretamente como não era só a cidade que perdia: "porque o mais, além da opressão, será pôr este logar em grande apperto de pescado, e a fazenda de V. Made ficar muito prejudicada" *Elementos...* IV, p. 256.

⁴⁵³ Para 1552, Brandão informa 120 "trabalhadores extravagantes (chincheros)" divididos em 15 chinchas (p. 71), 1000 pescadores divididos em 200 barcas "que pescam no alto com anzol" (p. 201) e 1800 homens em barcas que viriam de outros lugares próximos, como Setúbal, Sesimbra e Cascais. Além destes trabalhadores, outros prestavam serviços relativos ou consequentes à pesca: 150 que com "bestas" acudiam à areia da ribeira (p. 76), 28 trabalhadores do peixe que lavavam e levavam o peixe limpo aos seus donos (p. 79), 110 "vendendeiras do peixe" (p. 79), 43 "escamadeiras" (p. 80), 10 cabanas que junto à ribeira e com braseiros vendiam peixe pronto ao consumo "onde comem homens e negros trabalhadores que ganham na Ribeira" (p. 107), 200 "moços e negros pequenos que andam com seirinhas, lavando peixe e carne" (p. 203), 10 "homens que andam pela cidade a vender caniços e canas para pescar" (p. 204), 140 "vendendeiras do pescado" que se refere a serem juradas pela Câmara e com muito dinheiro (p. 209), 200 regateiras do peixe (p. 209), 100 mulheres que dizem serem muito ricas e que

muitas poderiam ser parentes dos pescadores, como muitas das mulheres que vendiam peixes na Ribeira⁴⁵⁴. As incertezas quanto à possibilidade de uma solidariedade junto à unânime resolução da interrupção dos trabalhos era, portanto, algo de maior consideração e a se temer.

A violência em si teve início quando a sua determinação de fazer política com a interrupção dos trabalhos foi ignorada. Chegada uma barca de Setúbal para prover de peixe a cidade, "amotinados os Pescadores de Lisboa, saltaram nela e botaram o pescado que trazia ao mar, e, seguindo o motim continuaram com pedradas por toda a Ribeira e Terreiro do Paço, e ainda chegaram algumas às mesmas janelas do Forte."⁴⁵⁵ Com peixes ao mar e pedras ao ar, a cidade se viu mais uma vez tomada pela fúria de um grupo profissional comumente identificado como "ralé", "vulgo", "pícaros"... As justiças da cidade e do reino conseguiram, segundo Severim de Faria, acalmar as violências, deferindo a reivindicação dos amotinados. Porém, por curto prazo. A exigência voltou a valer poucas semanas depois sem que haja notícia de novas sublevações.

Mas, para além da expressiva e circunstancial força da ação de unânime convicção dos pescadores, o caso Lisboa assume um interesse diferente para esta análise. Se é importante notar as solidariedades mais imediatas entre pessoas e profissionais que partilham um mesmo cotidiano — como no caso do corpo revoltoso que, no Porto, cresceu com a aderência dos marujos às violências iniciadas pelas regateiras —, o caso do motim lisboeta despertou uma mais alargada repercussão. A sua solidariedade terá sido sentida e comunicada com outros sentimentos de opressão e identificação comunitária, em outros lugares e com outras proporções. Sobretudo, em Évora:

vendiam marisco no açougue do pescado (p. 209), 200 pessoas que pela cidade fritavam e vendiam peixe frito (p. 209) e "100 mulheres que têm por ofício fazer redes para pescar e continuamente o fazem" (p. 212). Apesar de algumas possíveis confusões (Brandão repete as "escamadeiras", arredondando o número delas para 50, p. 210), o detalhamento evidencia a variedade de trabalhos e pessoas que eram afetadas pela pesca e sua eventual suspensão. O caráter e o *lugar* onde se desempenhavam tais atividades torna crível que a possível solidariedade destes trabalhadores-pícaros fosse antes em favor dos pescadores do que de algum dos governos. BRANDÃO - *Grandeza e abastança...*

⁴⁵⁴ Representativa é a amostra de cotidiano informada por Chiado em seu *Auto das Regateyras*, em que a filha de uma rica regateira casa com o filho de um pescador. Ambos pícaros e descritos como donos de posses e alguma riqueza. PIMENTA - *Obras do poeta Chiado...* Também no Porto, a organização da venda do peixe trazido pelos pescadores "por suas mulheres". Cf. AMP. Vereações, 1616-1617 (APUB 42), fls. 106 e 106v.

⁴⁵⁵ FARIA - As Alterações de Évora descritas por Manoel Severim de Faria. In: MELO - *Alterações de Évora...* p. 138.

As novas dos motins dos Pescadores chegaram à Cidade de Évora muito acrescentadas, e creram muitos que fora movimento formado do Povo contra a nova diligência de inventariar as fazendas, e como se começavam em Évora, na mesma ocasião, a praticar os mesmos Inventários, João Barradas, Barbeiro de Espadas, e Sesinando Rodrigues, Borracheiro, mestres este ano do povo, facilitados por uma parte do falso exemplo de Lisboa (...) foram a casa do Corregedor André de Morais Sarmiento na manhã de 6^a feira 21 de Agosto, a pedir-lhe parasse na execução, porque queriam escrever a S. Majestade em nome do Povo.⁴⁵⁶

Aqui, esta informação ajuda a delimitar o que há de maior importância tanto para a consideração destas décadas como para a formação das multidões levantadas. O "muito acrescentadas" lembra a advertência de Carvalho de Parada sobre o tanto que a "gente popular" falava "mostrando desejos de novidades" sobre novos possíveis horizontes políticos para Portugal⁴⁵⁷. De alguma maneira, o movimento de pescadores, embora uma questão particular, circunscrita a um grupo profissional, contra uma ordem do governo, alcançou a simpatia e o sentimento de que, na raiz das injustiças, se comunicava com um problema que atingia a todos. Mais uma vez, não é possível aferir a natureza do rumor: se veio de informações espontaneamente crescidas e ressignificadas ou se houve um aproveitamento consciente desta notícia para instigar o povo de Évora à revolta. Mas, para o problema aqui observado, é suficiente perceber o potencial e a aderência dos rumores ao cotidiano e, especificamente neste contexto, ressaltá-los como um importante sintoma o modo como a notícia sobre um motim protagonizado por pescadores repercutiu numa ampla identificação e nas expectativas de solidariedades suscitadas⁴⁵⁸ — uma confiança que só se recupera em um ambiente cujas contingências sejam favoráveis a tais esperanças.

⁴⁵⁶ Idem, p. 138-139.

⁴⁵⁷ MELO - *Alterações de Évora...* p. 72-73.

⁴⁵⁸ A lembrança de Francisco Manuel de Melo sobre a repercussão do exemplo dos pescadores difere da de Severim de Faria. Em seu relato, ela surge quando entre as ideias que se debatiam durante as *Alterações* começavam a surgir opiniões de uma ampliação do movimento — considerações que fazem supor um ambiente de franca troca de opiniões, também pelos sentidos que cada um percebia nos acontecimentos e as expectativas que suscitava. Em sua versão, os eborenses não eram simplesmente contaminados pelos rumores que viam de Lisboa, eles também esperavam a solidariedade de Lisboa: "Animava-os a esperar boa resposta a desconsolação que se lhe conhecia, e acrescentavam: *que não muito antes, por isentar de um novo registo, introduzido aos Pescadores, se havia levantado tão atrevidamente a menor parte do vulgo, que por um dia apedrejara as janelas do Ministro de quem o alvitre procedera, sem lhe valer o sagrado do Paço Real, donde vivia, nem ser o Cabo principal das armas que Castela sustentava no Reino.*" MELO - *Alterações de Évora...* p. 73.

As constantes denúncias faziam circular, por entre a boca de todos, opiniões sobre pessoas do governo, sobre as crises vividas e o pertencimento de Portugal à Monarquia dos Habsburgos e, claro está, sobre os impostos. A pressão (fiscal e de opiniões) sobre o ambiente era amplamente partilhada. Foi esta contaminação do cotidiano por tais temas — e não os impostos em si — que levou o governo a ser abertamente tido por tirânico por diferentes parcelas do tecido social. Os impostos passaram a ser a tirania ao alcance da opinião de todos. Um tema capaz de atravessar as mais vincadas diferenças sociais e, mesmo, jurídicas entre os portugueses e de ser argumentado como o fio que costurou a união de seus interesses pela aproximação de suas queixas. A *multidão*, mais do que as suas violentas ações abertas, é o sintoma desta contaminação geral da atmosfera política — algo que não se deve ter por duradouro, mas contingenciado, urgente e devido a problemas que tão logo superados poderiam trazer novamente à tona o prevalecimento de um senso de diferenciação sobre o de identificação⁴⁵⁹.

* * *

"quem seu cu aluga não se assenta aonde quer". A grosseria presente na sátira de *Alhos Vedros* e feita a modo de sabedoria popular resume bem as tensões, os descontentamentos e as possibilidades vislumbradas para o contexto. Em palavras mais polidas, o seu sentido é claramente o de que, enquanto Portugal permanecesse "alugado" a Castela, não teria a última palavra nas matérias que lhe importassem: do contrabando ao pão do imposto ao seu emprego. Uma crítica, inclusive, que explica a desconfiança contra alguns fidalgos pouco zelosos e que, por benefício próprio, mantinham os custos do aluguel.

A agudeza acima é, ainda, uma imagem que se apresenta em textos com diferentes objetivos, destinatários e modos de circulação. Pasquins, pareceres, consultas camarárias, petições... O tema e a opinião estavam presentes em uma ampla e diversificada circulação de comunicações políticas institucionais, públicas e privadas. Na opinião mais geral das cidades, sobretudo aquelas muitas que passaram por levantamentos e alterações entre

⁴⁵⁹ "Tinha-se por certo em Évora que a jornada dos Procuradores sempre fora pouco aceita aos Nobres, sendo que entre uns e outros corria aquela comum desafeição em que se conservam estes dous estados; donde pareceu que, se se desamavam publicamente, de secreto se entendiam algúas pessoas deles". MELO - *Alterações de Évora...* p. 111.

1620 e 1640, o governo (e o governar) estava reduzido aos impostos. Impostos que, por sua vez, eram algo que não repercutia de maneira isenta de todos os problemas que carregava consigo — as críticas a fidalgos pouco zelosos, as perdas territoriais, o mau uso do dinheiro, o contrabando e a miséria em seus múltiplos sentidos; diferentes enunciações sobre um mesmo assunto, diferentes formas de o tematizar em função de experimentações distintas da realidade a que se liga o tema⁴⁶⁰.

Não por acaso, a lembrança destes problemas sintetizados em opressão fiscal foi habilmente utilizada como argumento para e durante a Restauração. A nova independência, entretanto, não encerrou o problema fiscal. O novo governo, até mais do que o anterior, precisou da contribuição dos portugueses e teve que negociar sutilmente as soluções. Embora em muito menor grau, resistências foram apresentadas sob a forma de outros pareceres, esquivas e, até, revoltas. As jurisdições das cidades, as vontades dos povos e, principalmente, as contrapartidas oferecidas foram pautas das negociações levadas a cabo por D. João IV e seu governo. Os estados superiores e o terceiro estado permaneciam com dúvidas e as mesmas dificuldades econômicas continuavam a ser sentidas, afinal, a pobreza e o comércio não podiam ser curados já no 1º de dezembro. A Restauração tem uma data, mas seu papel nada mais é que o de determinar uma vontade política. A sua decisão permaneceu aberta e dependeu tanto de vitórias militares quanto de uma opinião pública capaz de conquistar diferentes consensos particulares (ou de grupos, estados, etc.) favoráveis ao esforço que o tempo exigia.

Isto pois a data da nova independência portuguesa não foi a Restauração em si, mas um marco de passagem entre dois contextos que não se excluem. A Restauração foram os vinte e oito anos de guerra, mas também de delicada negociação política. Tal como antes, durante esta nova etapa, os agentes institucionais e não institucionais capazes de agir e influenciar politicamente o cotidiano continuaram a exercer as suas capacidades e a ser considerados enquanto pessoas cujas opiniões eram imprescindíveis.

Logo, o novo governo soube reconhecer — e aprender com o anterior — que não bastava pedir ou impor, era preciso negociar e convencer publicamente. Um dado da realidade que condicionou uma das faces mais interessantes do período da Restauração: a sua profusão de impressos e manuscritos. Se, antes, uma intensa troca de opiniões

⁴⁶⁰ Para a relação entre "tema" e "enunciado" sobre como um constitui o outro, cf. BAKHTIN - *Marxismo e filosofia da linguagem...* p. 131-132.

ocorria por modo fechado em manuscritos transmitidos mão à mão ou nas paredes públicas — e também nas comédias, nas "mesas comuns" das tabernas, etc. —, agora a Coroa iria ocupar pragmaticamente este espaço de interação pública. Será sobre esta apresentação pública que a monarquia fez de si, intervindo no cotidiano e apresentando suas razões que se dará continuidade a este esforço de interrogações dirigidas ao cotidiano e ao espaço público português entre Habsburgos e Braganças.

5. "em abonação do Reyno de Portugal" — considerações sobre alguns problemas da chamada literatura de ampla circulação da Restauração Portuguesa

A intensa atividade escrita da Restauração, em sua apresentação impressa, é comumente referida como a "publicística da Restauração". A urgência política, entretanto, condicionou a esta atividade importantes características formais e materiais a serem consideradas. A expansão da divulgação de notícias, a fundação de periódicos, a crescente predileção pela prosa e pelo gênero lírico e o aumento da presença e circulação de impressos que tinham um baixo custo de aquisição são fatores que demandam a maior atenção para que possam ajudar a explicar o grau de intervenção destes textos no espaço público. Neste sentido, relacionar a adoção de uma ou outra opção estilística para o tratamento de um determinado assunto ao modo como este era divulgado é importante para a compreensão do próprio contexto de sua publicação.

Este modo de interrogar as fontes auxilia, inclusive, a entender como e quando opiniões eram disputadas publicamente — o que no contexto da guerra significou a busca do indispensável convencimento quanto a necessidade de esforços humanos e fiscais. Não era tempo para deixar passar as valiosas lições que, já naquela época, explicavam a derrota de Madri em Portugal antes mesmo de qualquer batalha. Para triunfar, os defensores da Restauração tiveram que saber conciliar a defesa de uma ideia a um modo de apresentá-la. Por tais razões, assim como foi apresentada a derrota madrilenha na opinião pública, agora será tempo de explicar como a vitória portuguesa, além de batalhada em sucessos militares, também foi disputada em uma intensa campanha pela conquista de opiniões capazes de sustentar, em boa ordem, o reino ao longo dos vinte e oito anos de guerra contra uma monarquia maior e sem o apoio da Igreja.

5.1 - Portugal, um exército

Pelas muitas razões urgentes que a Restauração apresentou ao cotidiano português, assim como pelas mesmas razões às quais ela pretendia responder, os anos do período filipino e da própria Restauração são marcados por uma intensa circulação pública de ideias. O potencial destas ideias, capazes de virar o mundo de ponta cabeça, como Christopher Hill afirmou para as opiniões apresentadas e debatidas durante a Revolução Inglesa, também era temido em Portugal. Nos momentos que antecederam o

golpe restaurador, quando ainda havia grande indefinição sobre o que aconteceria, a gama de ideias era vasta e a demora na decisão do duque de Bragança em aceitar a ser proclamado D. João IV trazia à consideração algumas das mais radicais delas. Durante a irresolução de D. João IV, os Conjurados teriam chegado a considerar D. Duarte "composto de excellentes virtudes" para encabeçar o reino. Mas: "Outros queriam formar hũa Republica, trazendo por exemplo Veneza, Genova, & Olanda, onde sendo as utilidades commũas e os riscos iguaes, se conserva união incontrastavel"⁴⁶¹.

De um modo geral, a verificação da circulação pública de ideias políticas se dá através da atenção a momentos críticos ou naqueles em que era possível um maior aproveitamento político do espaço público, tais como os períodos de cortes ou durante périplos dos reis castelhanos de Portugal pelo reino. Nesses períodos, críticas, elogios e sugestões políticas são abundantes e refletem, muitas vezes, aquilo que se apresentava ao monarca sob a forma de *capítulo*, durante as cortes. Inclusive, na sequência da aclamação de D. João IV, zelosos e otimistas portugueses enviaram ao novo rei diversas considerações sobre o estado político do reino e as mais acertadas políticas a serem criadas para ele⁴⁶². Já de modo mais aberto, fosse na forma de pareceres, versos ou outras formas, satíricas ou não, as opiniões sobre assuntos da ordem do dia estiveram expostas conforme a cidade comentava os últimos desdobramentos da vida política.

Algumas dessas situações, em que o recurso à escrita foi o suporte da ideia, foram já apresentadas durante o tratamento da longa crise das décadas de 1620 e 1630. Outras, ainda não apresentadas, foram mais evidentes nos primeiros anos do conflito. Logo no primeiro ano do conflito, por exemplo, após a primeira tentativa de regicídio tentada contra D. João IV demonstra como esteve o reino reativo aos acontecimentos da política,

⁴⁶¹ MENESES, D. Luís de. *História do Portugal Restaurado*. Lisboa: Impresso por Miguel Deslandes, 1679, 2 vols, vol. 1, p. 83. António de Oliveira trata largamente sobre esta conjuntura. Contudo, na sua análise do trecho citado, lê-se que eram iguais as "utilidades comuns e os ricos", pelo que comenta, em nota, o interesse de comerciantes neste empreendimento. De uma ou de outra forma, fica uma reflexão interessante sobre a balança dos interesses comuns em uma república como aquela. Cf. OLIVEIRA - *Movimentos sociais e poder...* p. 715-716.

⁴⁶² Cf. BGUC. Ms. 588, fls. 109-112 - "Prepostas de hum cidadão Antigo desta Cid^e de lx^a verdad^o portuguez zeloso da conseruação do s^{or} Rey Dom Ioaõ q hora Restaurou e libertou aos portuguezes dos grandes tributos q elRey Cast^a lhe pos contra o q Jurou e não guardou os foros deste R^{no} em sessenta annos tirando a coroa deste R^{no} a serenissima Dona C^{na} neta do S^{or} Rey Dom M^{el} da gloriosa memoria cuya hera por Di^o". BPE. Cod. CIV 1-25 (código que contém textos, falas e memórias do Pe. Gaspar Clemente Botelho, copiadas pelo próprio para serem entregues a D. João IV, para que auxiliassem o rei em diferentes matérias).

os quais já não cabiam em um palácio, uma Câmara ou uma Casa. Na sequência do atentado, muitos pasquins pediam rápida condenação aos traidores⁴⁶³.

Na mesma esteira de acontecimentos, que gerava uma perigosa divisão entre os estados, o conde da Ericeira informa a respeito das pessoas do povo que viam com grande desconfiança a fidelidade e o comprometimento dos fidalgos, após uma sequência de fugas para Castela. O povo de Lisboa:

levado do fervor que se incita sem discurso este monstro cego (...) unido no Terreiro do Paço e mais ruas da Cidade, determinou castigar nos fidalgos que ficárão o delicto dos que fugiraõ; naõ se lembrando de que poucos dias antes haviaõ sido Autores da fortuna que celebravaõ, e da liberdade que defendião⁴⁶⁴

O caso (além de revelar como o autor da primeira grande história da Restauração a explica enquanto obra de fidalgos) tem sua pacificação com o que o autor chamou de prudente ação de D. João IV que, antes de reprimir com violência, agiu a favor da união e da concórdia, diminuindo no povo as razões de sua desconfiança e aumentando as da coesão social. O rei, desejoso de não perder o controle da situação e de manter a capacidade de governo aos olhos de todos, pedia que a harmonia não se pusesse a arriscar e que se deixasse as justiças trabalharem para encontrar os culpados. Mas, havendo o povo feito amanhecer "papeis nas portas da Cidade, nos quaes punhaõ preceito a todos os fidalgos que dentro em poucos dias queimassem as carroças em que andavaõ" (para evitar novas fugas para Castela), para além das violentas cobranças de fidelidade, o governo passou a entender que a situação já alcançava uma perigosa permanência no espaço público.

Em resposta ao fato e se valendo do mesmo modo de comunicação, "ElRey mandou publicar papeys, nos quaes dizia que aquelles q fomentassem a guerra civil (consequencia do movimento presente) dariam melhor socorro a Castella". O rei, então, se dirigiu ao povo exigindo que se recompusesse a ordem, afirmando o risco que seus atos representavam para a própria Restauração. Uma comunicação empreendida em larga escala, por todos os mais rotineiros canais de comunicação social, por assim dizer: "Estas

⁴⁶³ BGUC. Ms. 588 - " Junta q fizeraõ os Traidores descontentes dos sosesos deste reino". BPE Cód. CXII/1-36 - "Memorial do pouo a elRey", fl. 248; "Decimas q deraõ a elRey per modo de memorial quando foy a Bethlem", fl. 260v.

⁴⁶⁴ MENESES - *História do Portugal Restaurado...* p. 124.

razões repetiam por ordem del Rey no pulpito os Prégadores, & desta frase usavam o Juiz e pessoas mais respeitadas do Povo"⁴⁶⁵.

Mas, além desta forma de comunicação, a que se recorria bastante à transmissão oral, a interação entre vassallos através da escrita ou entre rei e vassallos era uma realidade praticada cotidianamente. Isso, da perspectiva do governo, era percebido como algo que merecia diligente atenção, muitas vezes se antecipando na apresentação dos temas, a fim de uma interação mais *proveitosa* com a opinião e os públicos que a formavam. No caso da Restauração, este convívio diário com a circulação escrita de temas políticos pelas cidades permite observar um momento de inúmeras publicações cujo intuito era o de construir as condições necessárias para os mais importantes objetivos políticos de governo.

Por tais razões, é possível afirmar que o primeiro de dezembro de 1640, ao contrário do que há de fixado na história de Portugal para a Restauração, não foi obra de quarenta (ou umas dezenas a mais) de pessoas⁴⁶⁶. Ericeira propor tal versão é

⁴⁶⁵ Idem. Também após o atentado contra D. João IV, o rei teve de se comunicar com o povo, pedindo calma e tempo para as justiças trabalharem. Um dos éditos a que se refere é este, anotado por um contemporâneo: "esta manhã amanheceo esse edital nas Portas da Salla dos tudescos q por me parecer bem lançado o mandei copiar// Com particular sentim^{to} meu mandei fazer hontem as prisoës q se tem feito, antepondo a saude pub^{ca} de meus reinos e vassallos e sua defença, e conseruaçãõ ao meu desejo de tratar a todos com fauor e m^{cc} e assí quero q se tenha entendido, e encomendo e mando aos meus bons e leais vassallos da nobresa e do pouo q cõ aquietaçãõ e conformidade sobretudo, q lhes importa aguardem a resoluçãõ e execuçãõ do mais q conuem ordenar que eu procurarei q se ajuste cõ as obriguaç[oe]s da iustiça e bom gouerno de man^{ra} q o premio e castigo sejaõ iguaes ao merecim^{to} de cada hum: e de q se pceda em contr^o auendo a menor inquietaçãõ e excesso me darei por mal seruido em Lx^a 29 de Julho de 1641. Rey". BGUC. Ms. 510, fl. 28v. Ainda sobre o caso de 1641, segundo Luis Reis Torgal: "após as primeiras prisões que seguiram à conspiração falhada de 1641, o povo reagiu espontaneamente contra a nobreza, o que prova que ele mantinha em relação à classe dirigente certa desconfiança e acrimónia" TORRAL, Luis Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981, vol. I, p. 93.

⁴⁶⁶ Examinando as queixas por reconhecimento no seio da nobreza, Mafalda soares da Cunha eleva para setenta e um o número de pessoas que teriam restaurado o reino. Cf. CUNHA, Mafalda Soares da. Os insatisfeitos das honras. Os aclamadores de 1640. In: SOUZA, Laura de Mello; FURTADO, Júnia; BICALHO, Maria Fernanda (org.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

Esta correção contraria, contudo, o que se pretende como objeto deste trabalho. Isto é, uma ideia de Restauração que é mais larga do que o assalto ao Paço e menos dependente de uma versão parcial da sua história, ou seja, que não se limite ao modo como aqueles que dominavam um certo poder comunicativo definiram a versão oficial para este acontecimento do passado e que, igualmente, se faça independente da extrapolação da interessante chave interpretativa limitada aos acontecimentos institucionais e corporativos como forma de explicar a totalidade do passado das sociedades ibéricas. Afinal, como já dito, também esta interpretação naturaliza um

compreensível, dada a datação e o contexto da autoria. Insistir no mesmo hoje é reproduzir, em boa medida e sem a devida atenção ao contexto de produção das fontes, a explicação da mais alta nobreza para este momento da história de Portugal. Talvez, tenham sido umas poucas dezenas de pessoas que tomaram parte diretamente no assalto ao Palácio, mas isso não foi o que definiu a formação de um novo governo e muito menos o sucesso da segunda independência portuguesa. Palavras que designam processos históricos, como "Aclamação" e mesmo "Restauração", nomeiam processos históricos tal como como substantivos próprios para algo vivido no passado. Assim, com licença para uma metáfora, as palavras pelas quais os processos históricos se sedimentam no imaginário assumem a força de um nome próprio para o tempo, conferindo-lhes uma espécie de identidade. Contudo, também isso, esse nome que chega até nós do passado é produto da história.

No caso em questão, essas duas palavras carregam um significado renovador, bastante otimista. Por outro lado, omitem e justificam o custo de sangue do conflito, a pobreza dos povos e habilitam a dor da guerra. Dão, por fim, um sentido a um sacrifício que deveria ser assumido pelo reino como necessário. Portanto, sendo os significados delas, como dito, também parte de um processo de construção de sentido para algo ocorrido no passado, há que se admitir como parte do *problema* o fato de que as imagens que elas representam ocultam situações às quais a escolha por elas buscava contrapor: a Aclamação e a Restauração também eram, mais do que um ímpeto de retorno à situação ideal do reino, um momento de profunda crise. Afinal, ao reino faltavam nobres, dinheiro e, inclusive, exército. Só não faltava rei — um rei natural e não tirânico — ou, ao menos, ao nível do discurso e da opinião, era isso que se defendia como justificativa e orientação de todos os esforços.

Ter a iminência e urgência desta crise é bom caminho para se admitir a razoabilidade de negar uma versão para os vinte e oito anos de guerra cujo potencial explicativo resida no brio de umas dezenas de destemidos e convictos portugueses. A sempre possível rebeldia dos povos, a delicadeza na negociação de soluções políticas e fiscais para financiar a guerra, convencer um povo a marchar e combater essa mesma guerra e, sobretudo, manter o equilíbrio e a boa disposição entre os grupos sociais que

determinado poder político e um determinado poder sobre a fixação dos acontecimentos em narrativas e documentos que hoje nos são fontes a serem questionadas.

compunham os três estados enquanto a guerra era combatida (num momento em que, diferente de hoje, não se conhecia o seu desfecho) são apenas algumas das questões que demonstram que o otimismo dessas palavras são resultado do processo e que os envolvidos nele não eram alguns, mas todos os portugueses, como se lê no *alvitre* de Manoel Lourosa⁴⁶⁷. E era a todos que se buscava convencer de que a melhor forma de nomear aquele tempo era com palavras que justificassem o total comprometimento das gentes. Nesta "cultura da vitória", a glória, perseguida militarmente e amplamente divulgada através de curtas notícias, é apenas uma das vestes possíveis para se ornar e dar uma determinada forma à crise⁴⁶⁸.

Mal começado o governo de D. João IV, formalizado no dia 15 de dezembro seguinte ao assalto ao Paço, múltiplas questões se impuseram ao rei e ao seu governo. O estado da Fazenda Real não podia ser considerado de saúde suficiente para suportar uma guerra contra o principal exército continental da Europa. Certo é, e foi, que algumas medidas bastante profícuas pelas diferentes vantagens políticas que traziam ao equilíbrio do problema foram logo praticadas. O apelo à prudência do gasto de dinheiro e de recursos junto a condenações ao luxo serviam moral e economicamente ao governo. Mas, o sequestro de bens dos ausentes e o próprio comprometimento do rei no custeio das necessidades auxiliou mais efetivamente a recuperar a moral política necessária ao pedido por contribuições dos povos. Além de animar o grito de fidelidade e de financiar a guerra, a medida ainda acabava por trazer novos aguerridos esforços por reconhecimento, dada a súbita disponibilidade de títulos e rendas a serem distribuídos ou atribuídos aos que realmente se mostrassem fiéis a uma causa portuguesa.

O tema, sensível que era pela centralidade que teve nas justificativas para depor Filipe IV do trono — e Miguel Vasconcellos, secretário da vice rainha Margarida de Mântua da janela —, ocupou largamente o universo de temas da Restauração. Já nas Cortes de 1641, o Estado dos Povos pedia ao rei que o donativo oferecido pelos três estados não se tornasse uma prática comum, nem servisse de exemplo a futuras contribuições, fintas ou imposições. O rei concorda e faz alvará deferindo. Naquele

⁴⁶⁷ Cf. CAMENIETZKI, Carlos Ziller. *O Astrônomo e a Restauração. Manuel Gomes Galhano Lourosa e sua intervenção na política de Portugal Restaurado*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Astronomia, 2009, v. 1, p. 183-202.

⁴⁶⁸ DORÉ, Andréa. Relações de sucessos como elementos da cultura da vitória na Restauração Portuguesa. *Talia dixit - Revista Interdisciplinar de Retórica e Historiografia*. 2011, v. 6, p. 121-137. ISSN: 1886-9440.

momento inicial da Restauração e diante dos gastos sabidamente elevados necessários à sua consolidação, havia temor pela experiência imediatamente anterior de que a fiscalidade não se fizesse por negociação com as Câmara e com os estados consentindo⁴⁶⁹.

A solução mais imediata era a manutenção do real d'água, das meias anatas — que descontavam já no pagamento dos ofícios a parte tributada — e um novo imposto criado especificamente para a Guerra, que deveria ser renovado periodicamente enquanto ela durasse: as décimas. Lançadas igualmente entre os três estados e sobre as rendas que cada pessoa possuísse, de modo a afetar de forma equilibrada os portugueses dos variados estados e ocupações, seu objetivo era financiar a guerra e defini-la como uma responsabilidade de todos, mesmo aqueles que não marchassem nela. Algo a que resistiu — tal como boa parte da crise que levou à consolidação do "antifiscalismo" como um tema político da maior importância, alcançado o 1º de dezembro como desfecho — boa parte do Clero e outros "poderosos laicos", nas palavras de Romero Magalhães⁴⁷⁰. Apesar disso, as mesmas pessoas encontravam a explícita determinação régia de que o novo imposto devia ser lançado:

mui igual e ajustadamente sobre as rendas de todas as pessoas dos tres estados, do clero, nobreza e povo, sem excepção alguma, ficando prohibido em tempo algum fazer avença com as religiões e commuidades, para deixarem de contribuir como as demais pessoas dos tres estados, pois a respeito de todas é igualmente justa e urgente a presente necessidade da defeza do reino.⁴⁷¹

Apesar disso, como adiantado acima, não é possível afirmar que houve tal equidade na cobrança. Em 1642, a fim de prevenir o risco de que tivesse que pagar por todos, o estado dos Povos pediu que as cobranças fossem feitas por estado, com um montante atribuído a cada um. Os estados superiores se adiantaram a reivindicar ao rei que não consentisse, afirmando que apenas contribuiriam se pagassem todos unidos. O terceiro estado, frustrado em todas as tentativas de conquistar tal demanda, temia que a exemplo das esquivas verificadas no período filipino, o clero e a nobreza se omitissem de suas responsabilidades fiscais. A questão chegou a provocar a prisão de um representante

⁴⁶⁹ *Capitulos gerais apresentados a elRey D. João nosso senhor IIII deste nome, XIII rey de Portugal, nas cortes celebradas em Lisboa com os tres estados em 28 de janeiro de 1641. Com suas repostas de 12. De sete[m]bro do anno de 1642. No 2. Do seu reynado, & 38. De sua idade. Com as replicas, repostas, & declarações dellas em 1645.* Lisboa: Impresso por Paulo Craesbeck, 1645, p. 39 (capítulo 107 do Estado dos Povos).

⁴⁷⁰ MAGALHÃES, Joaquim Romero. Dinheiro para a Guerra: as décimas da Restauração. *Hispania. Revista Española de Historia.*, 2004, LXIV/1, nº 216, p 157-182. ISSN: 1988-8368.

⁴⁷¹ *Elementos...* V, p. 3.

da vila de Alvito, que se descompôs com a derrota da proposta e acabou preso pelo modo como protestou. E, apesar da formulação de um imposto com pretensão a todas as partes da sociedade, o que se viu foi que: "como os grandes e poderosos não pagaram com igualdade, cahiu toda a carga sobre o povo"⁴⁷².

Embora a notícia da Restauração tivesse suscitado uma espontânea fidelidade dos povos a D. João IV, com demonstrações públicas em muitos lugares⁴⁷³, não havia uma expressa certeza da solidez deste apoio. Logo em 1640, algumas reações ao esforço de guerra começavam a surgir por escrito, provavelmente nas paredes das cidades⁴⁷⁴. Em Torres Vedras, logo no primeiro mês do novo governo, o povo se levantou contra a manutenção do real d'água e da cobrança da quarta parte do cabeção das sisas. O caso, embora isolado ao que se sabe, contou com a delicadeza do governo que por provisão do Conselho da Fazenda ordenou à Comarca que: "se porte com brandura, e não proceda, sobre o facto de se levantar o Povo, e não querer pagar o Real d'Agua, e quarta parte do Cabeção das Sisas"⁴⁷⁵.

Além disso, houve constante cuidado para que assuntos de matéria fiscal não fossem tratados à revelia dos povos⁴⁷⁶, ainda mais no caso de um imposto que incidia

⁴⁷² *Elementos...* IV, p. 477-478 (nota).

⁴⁷³ Ganha destaque exemplar uma sátira manuscrita que, de modo bastante diferente dos sermões ou relações de aclamação, narra uma fictícia reação à notícia da Restauração. Cf. BPE. Cod. CXII/1-36, fls. 253-256v. Para uma das notícias da Aclamação, cf. *Relaçam da Aclamação qve se fez na Capitania do Rio de Janeiro do estado do Brasil, & nas mais do Sul, ao Senhor Rey Dom Ioão o IV. por verdadeiro Rey, & Senhor do seu Reyno de Portugal, com a felicissima restituição, q delle se fez a sua Magestade que Deos guarde, &c.* Lisboa: Impresso por Jorge Rodrigues, 1641. Sobre as práticas cerimoniais e rituais em decorrência da notícia da Restauração, inclusive fora do reino, cf. CURTO - *Cultura política...* p. 259-274.

⁴⁷⁴ Umás décimas escritas ainda em 1640, que aludiam às recorrentes queixas de sofrimento dos povos e tirania fiscal e criticavam a nova investida fiscal da Restauração, iniciavam da seguinte forma: "Naõ he bem que o uosso pouo / que como a Deos uos adora / lhe ponhais senhor agora / outras dessimas de nouo: / estes termos uos naõ louo / q está uosso pouo afflicto / basta o q tenho dº / sois rey o pouo uos fez / naõ premitais que outra uez / chore sebolas do Egipto". BGUC. Ms. 367, fls. 150-153v - *Dessimas que se fizeraõ ao tribu to das dessimas que se lancaram no anno de 1640.* fls 150 - 150v.

⁴⁷⁵ SILVA. José Justino de Andrade e. *Collecção chronologica da legislação portugueza (1640-1647)*. Lisboa: Imprensa de F. X. de Souza, 1856, p. 73. Outros raros casos apresentam riscos de levantamento dos povos, mas, à exceção da revolta portuense de 1661 contra o Papel Selado, num contexto já bastante diverso deste aqui interrogado, não houve maiores alterações. A situação não era, contudo, de todo pacífica. Em 1645, uma elevação de 4% na arrecadação, para acudir as queixas dos povos das fronteiras, causou fortes clamores e despertou o risco de grandes danos. Cf. *Elementos...* IV, p. 478-479 (nota).

⁴⁷⁶ Em 1645, o rei enviava à Câmara uma consulta sobre como proceder na matéria do real d'água: "e porque não quero que nas materias do Real dagua se disponha cousa algũa, sem consº e parecer da camara desta cidade, e da minha Casa dos uinte e quatro, hey por bem que a camara

sobre bens de consumo geral e que foi, no passado recente daquele momento, argumento capaz de justificar o argumento da revolta. A lembrança da onda de instabilidade e revoltas da década anterior ensinava aos políticos que as cidades não poderiam ser ultrapassadas através de regalias sem o risco de duras consequências para o próprio governo. Por isso, era importante ter sobre a mesa as opções que permitissem atenta e bem distribuída regulação dos interesses. Seja como for, o caso de Torres Vedras e a resistência de pessoas dos estratos superiores não impediram a execução das determinações fiscais de D. João IV. Inclusive, porque não eram apenas suas, mas das Cortes e com respeito às capacidades políticas de cada lugar — uma diferença sensível em relação à "tirania" derrubada.

Nas mesmas Cortes de 1641, o estado dos Povos pedia que, passada a guerra, fosse extinto o tributo das sisas. O rei, alegando se tratar do principal sustento do reino, nega, se comprometendo a corrigir excessos. A promoção de uma simpatia real às queixas populares não era menos importante do que o próprio dinheiro para a guerra. A negociação mantida por uma troca de comunicações entre rei e cidades sobre o dinheiro necessário ao custeio de um exército de vinte mil infantes e quatro mil cavalos (cavaleiros) — exército módico se comparado às exigências que o conflito viria progressivamente apresentar aos portugueses — levou, em 1645, à convocação da terceira reunião de Cortes em cinco anos de reinado. D. João IV seguia contrapondo-se a seu antecessor na forma como negociava a matéria fiscal. As Cortes de 1645 tinham, inclusive, o objetivo de encontrar uma solução adequada às necessidades e às queixas sobre o dinheiro necessário de ser arrecadado continuamente⁴⁷⁷.

Atento às queixas e ao risco da miséria (tanto a vivida como a alegada em discursos políticos que antecipam grandes dissensões), na forma final da contribuição alcançada por D. João IV, foi determinado pelo comum acordo que o exército de dezesseis mil infantes e quatro mil cavalos, que foi o que se verificou viável pelo parecer dos estados, deveria se custear com dois milhões cento e cinquenta mil cruzados anuais, dos quais deveriam somar um total de "um milhão e setecentos mil cruzados pela decima e usuaes, de que se exceptuaria o pão, o vinho, carne, azeite, calçado e pannos baixos, por

dando conta aos uinte e quatro do pouo, e uendo o papel inglusu, me diga sobre elle o que lhe parecer mais conueniente a meu seruiço, e ao bem Reyno." AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 1º de consultas e decretos de D. João IV, fl. 224.

⁴⁷⁷ Cf. *Elementos...* V, p. 3 (nota).

serem estes os artigos em que ficariam mais encarregados os pobres e miseráveis"⁴⁷⁸. O restante viria da cobrança do real d'água, rendimentos do estado de Bragança e de novos "direitos" arrecadados com o açúcar e a chancelaria real. Lembrando ainda o mau uso praticado com os sacrifícios exigidos em tempos anteriores e diferenciando-se deles, o rei ainda determina que o "producto d'esta imposição se applicaria exclusivamente á despeza das fronteiras (*da guerra*) sem poder divertir-se em algum outro objeto."⁴⁷⁹

Para além dos usuais, que recaíam sobre cada gênero, e do real d'água, para o qual Lisboa, como cabeça do reino, elevou acima das outras localidades portuguesas, D. João IV ainda recorreu, como dito acima, à reapropriação de bens da Coroa distribuídos em tempos filipinos e da tomada de bens e títulos dos portugueses que não tivessem retornado a Portugal após a Aclamação. Quanto a isso, a Nobreza, zelosa de seus pares, bem como membros do estado do Clero, igualmente solidários pelas mesmas origens sociais, pediram ao rei que fosse cuidadoso nessas destituições. Segundo os estados superiores da sociedade portuguesa, posto que na ocasião da "felice restauraçã (...) se acharaõ em Castella na Corte de Madrid muitos fidalgos, & titulares aparentados com toda a nobreza deste Reyno, os quaes não ha duuida serem leaes vassalos de V. Magest. & o auerem de reconhecer por seu Rey, & senhor"⁴⁸⁰. Vê-se que mesmo os temas que aparentemente seriam simples e amplamente bem recebidos por uma população em efervescentes demonstrações de novas fidelidades políticas, como a investida contra os bens dos ausentes, guardavam desdobramentos aos quais devia antever bom cálculo político.

A apresentação dos fatos e resistências que caracterizam essa situação, feita de modo bastante sucinto face à complexidade do assunto, informa um leque de preocupações que busca introduzir um problema maior: como garantir a manutenção do apoio — e sacrifício — dos portugueses ao novo governo? Ou, em outras palavras, como justificar impostos e contribuições que antes eram tidos por "odiosos" e agora precisavam ser entendidos como "justificados"? Afinal, mesmo entre os apoiadores da Restauração, por mais que pudessem ser dotados de uma preocupação e comprometimento maiores do que as razões pessoais de descontentamento, havia queixas quanto ao mau estado do reino

⁴⁷⁸ Idem.

⁴⁷⁹ Idem.

⁴⁸⁰ *Capítulos gerais apresentados a el Rey D. João nosso senhor IIII deste nome...* p. 57 e 76. Um sintoma da solidariedade colaborativa entre os estados superiores pode ser encontrado no fato de que os capítulos 30 da Nobreza e 27 do Clero possuem exatamente a mesma redação.

e às dificuldades de crescerem e serem reconhecidos por seus méritos — uma das faces do argumento da tirania.

À necessidade de manter este apoio, alargar e crescer a nobreza (cuja parte importante havia ficado fora do reino e cuja outra parte não havia tido tempo para confirmar quão sincera era sua fidelidade, muitas vezes expostas nos momentos de conspiração), foi preciso responder com uma investida sobre aquilo que era capaz de ser disputado, enquanto elemento crucial para um governo desejoso de uma boa recepção em tempos de crise: a opinião. Nos primeiros anos da Restauração, foi preciso fazer com que a guerra pudesse acontecer. A total falta de todos os bens necessários foi respondida mais imediatamente com uma farta exortação à causa que definia a participação portuguesa no conflito. Alegações, manifestos, sermões e apologias circularam em abundância⁴⁸¹. Porém, a mais recorrente forma de publicação e que, se não foi a que teve maior alcance público, alcançou uma variadíssima audiência foram os relatos militares.

Nos primeiros anos da guerra, sobretudo, estas publicações de notícias atenderam à uma situação bastante urgente — semelhante apenas ao observado durante o período de governo de Afonso VI, como se poderá ler mais adiante. Era preciso iniciar a guerra. Fazê-la viva e defendida entre os portugueses. A farta divulgação de notícias militares, da maneira como foram postas a circular, acabou por ser um importante modo de justificar os sacrifícios materiais e humanos daquele período. Aliás, um período em que por mais gloriosa que fosse a ação de aclamar, parafraseando um importante papel do momento, era também preciso, sem um exército proporcional ao de Castela, fazer valer a própria aclamação.

Pesava sobre o cotidiano, ainda, um desagradável e pouco entusiasmado acontecer da guerra, fazendo as contingências presentes sem alento estarem gerando bons resultados ou esperança de que fossem um breve sacrifício de dinheiro, alimentos (que, necessários às forças militares, geravam alterações nos preços em cidades que igualmente não podiam

⁴⁸¹ Exemplo do impacto dos sermões sobre a opinião pode ser apresentado pela própria reação de padres castelhanos que percebiam na ação dos pregadores portugueses uma indevida extrapolação de seus ofícios. Cf. ALVAREZ, Fernando Bouza. 'Clarins de Iericho': oratoria sagrada y publicística en la Restauração Portuguesa. *Cuadernos de Historia Moderna y Contemporánea*, 1986, nº VII. Madri: Editora da Universidad Complutense, p. 13-31. A parenética da Restauração foi exaustiva e detalhadamente na rica análise de João Francisco Marques, cf. MARQUES, João Francisco. *A parenética portuguesa e as Restauração (1640-1668). A revolta e a mentalidade*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989. 2 vols.

escusar de se alimentar⁴⁸²) e gentes. Esta *guerra lenta*⁴⁸³ que travavam as duas Coroas se justificava, pelo lado castelhano, pela múltipla presença em guerras contra outras potências europeias e outras regiões rebeldes da própria Monarquia. Do lado português, essa dificuldade era aproveitada de modo a ganhar tempo para preparar o exército, a marinha e as defesas.

Todo o cenário político e social, com suas múltiplas dificuldades têm aqui um ponto de contato: sem avanços na guerra, as dificuldades não passariam. A bem dizer, se não piorassem a curto prazo, estagnariam, o que levaria inevitavelmente a uma piora do equilíbrio das forças políticas que formam as cidades — como já dito, algo que vai além da Câmara —, com consequências ruins para a nova dinastia. Talvez, as mesmas vividas pela anterior.

Por tais razões, as primeiras notícias sobre a guerra eram cruciais. Eram elas que, em meio a uma conjuntura que exaltava ainda mais o irrestrito ânimo por notícias ("novas" ou "novidades" no mais habitual vocabulário coevo), fossem elas lidas, conversadas, murmuradas ou, ainda, recriadas de formas várias pela contínua e sucessiva decomposição do assunto em bocas e ouvidos desconhecidos, faziam o conflito ser publicamente conhecido pelos portugueses. No que concerne ao começo da publicação dos impressos sobre as batalhas da Restauração, as primeiras notícias, a exemplo dos próprios feitos militares dos primeiros anos da guerra — que teve sua primeira grande batalha apenas em fins de maio de 1644, com a Batalha de Montijo — não podiam ser muito elaboradas, facilitando uma estratégia de divulgação bastante sumária e de amplo alcance.

A maioria dos exemplares de relações que se podem ler para o período apresenta um baixo número de páginas, raramente chegam a dez. Algumas, inclusive, narram em seis ou oito páginas três acontecimentos diferentes. O custo, tanto pela urgência da

⁴⁸² Ao longo da Restauração (e dos anos de maior crise com o governo filipino), a Câmara de Lisboa interveio politicamente a respeito de diferentes situações de fome ou iminência de fome. Em 1651, chegou a lembrar ao rei de que: "gente esfaimada é vencida sem golpe de espada". *Elementos...* V, p. 327. A respeito de "tensões psicológicas" que condicionavam o preço do trigo, Thompson observa que as guerras e o aumento da população eram fatores que pressionavam o preço final do cereal: "O factor que determinava o preço depois da colheita residia nas expectativas relativas ao rendimento da própria colheita" destacando para isso a ação de produtores e mercadores interessados em contribuir "de maneira continuada para as expectativas de escassez". THOMPSON - *A economia moral...* p. 46.

⁴⁸³ ESPÍRITO SANTO, Gabriel do. *Guerras e campanhas militares - Restauração 1640-1668*. Matosinhos: Quidnovi, 2008.

divulgação como pelo pouco material empregado na edição, também era muito baixo — algo que se pode dizer, sem risco de erro, variar entre os quatro e seis réis. Além disso, contavam com uma célere superação das etapas necessárias à sua chegada ao mercado de impressos, muitas impressas sob ordem régia. Por fim, conclui a facilidade de divulgação e alcance dessas notícias uma linguagem bastante simples, descritiva e sem passagens obscuras. Eram textos capazes de serem lidos ou ouvidos e postos adiante pela conversação de uma infinidade de pessoas.

Mas a pequenez da narrativa é apenas material, não limitando as poucas páginas o poder do conteúdo narrado. Na verdade, para o problema considerado, o cotidiano e o espaço público de Lisboa nos primeiros anos da guerra, estas relações são, muito provavelmente, mais importantes do que as próprias batalhas que descrevem. São, enfim, não uma mera representação dos acontecimentos, mas formam um grande acontecimento político e histórico próprio. Afinal, puderam elas dar aos portugueses o conhecimento de um exército que eles sequer sabiam ter. *A Relaçam de dvas vitorias qve os moradores da Aldeya de S. Aleyxo, & das Villas de Mourão, & Monsarês alcançarão dos Castelhanos*⁴⁸⁴ é um bom exemplo.

Narrando três acontecimentos militares em oito páginas e custando quatro réis, características acima indicadas como recorrentes para este tipo de impresso, a relação tem como protagonistas simples moradores. A situação em que militares de fato são vistos no centro da ação possui um caráter coadjuvante na construção do folheto, posteriores, inclusive, aos combates vencidos por portugueses rústicos, porém valorosos:

Na [guerra] q nos tem feito os Castelhanos nas fronteiras do Alentejo se conhece bẽ sua impiedade, & a misericordia diuina: pois pelo caminho q elles cuidauã arruinarnos, o abrio Deos para nosso remedio dando valor a homens rusticos, & desarmados para que emprendão contra elles façanhas inauditas, irritados com o sentimento de ver abrazadas as fazendas, & queimadas as searas que viuião: nas quais o odio Castelhana executou as hostilidades que não pode nos peitos Portuguezes⁴⁸⁵

O relato deste confronto, em que cerca de cem portugueses mau armados e "mais costumados ao exercicio do campo, que ao militar" e do qual "se não podia esperar tam

⁴⁸⁴ *Relaçam de dvas vitorias qve os moradores da Aldeya de S. Aleyxo, & das Villas de Mourão, & Monsarês alcançarão dos Castelhanos a 6. & 16. deste mes de Outubro, & socorros, que lhes mandou o General Martim Affonso de Mello, & de outro sucesso na Villa de Campo Mayor em o mesmo Outubro de 641.* Lisboa: Imprensa por Jorge Rodrigues, 1641.

⁴⁸⁵ Idem, p. 1-2.

glorioso sucesso", culmina, justamente, com a apresentação de uma gloriosa vitória portuguesa (isto é, destes portugueses não acostumados à vida militar) sobre mil e quinhentos castelhanos, entre gente a pé e a cavalo. Não bastasse a desproporção de quinze vezes entre os lados beligerantes, o número de mortos é ainda mais desigual: cento e cinquenta castelhanos contra dois portugueses. O impacto de notícias como essa (cuja verificação de suas veracidades não é problema considerável para esta abordagem, mais atenta ao sentido de suas publicações) é como um próprio campo de ação para a sustentação da guerra na opinião dos portugueses. Narrar a vitória de portugueses anônimos, mas ainda assim dignos de memória, uma contradição da *fama*, teve, ao longo da guerra, um lugar especial nas informações sobre seus desdobramentos. As figuras e as ações da gente comum, bem como os exemplos históricos da bravura popular, foram reproduzidos em grande quantidade e oferecidas em variadas leituras.

Não se quer, com isso, dizer que não havia notícias abundantes sobre aqueles que vinham nomeados por suas façanhas. Mas, mesmo nesses casos, a nomeação como reconhecimento de um valoroso esforço mantinha um grande vínculo comunitário na identificação do "herói". Inclusive, se recuperam nesses casos a desproporção das armas opostas, o pouco corpo das tropas portuguesas e a compensação divina à diferença das armas. Tal como se lê na relação que narra a vitória do capitão Luis Mendes de Vasconcelos, em 1641, defendendo Elvas de mais um dos constantes ataques inimigos. A cidade, importante pelo tamanho e pela localização, primeiro grande centro urbano de Portugal para quem atravessa a fronteira da Estremadura espanhola para o Alentejo português, a poucos quilômetros de Badajoz, cidade importante e uma das principais praças de armas a partir das quais Castela se defendia e atacava durante a Guerra, contava com escassas defesas.

Considerados os fatores acima, a precariedade com que se sustentava (ou tentava sustentar) a Restauração em Elvas fica ainda mais evidente. No sucesso narrado, o "valoroso" capitão teve que reunir homens para fazer frente a uma pequena investida castelhana, como as que de contínuo vinha impondo violências aos moradores locais, recorrendo a pedidos de gente a outros lugares. Mas, ao contrário do inimigo, diz a *Relaçam*, "cujo poder foi sempre rendido do nosso, por ser o seu fundamento em insolencias, roubos, & desprezo do culto diuino, o nosso na reuerencia delle, decoro das

cousas sagradas, & na conseruação do bem publico do Reyno"⁴⁸⁶. A "milagrosa" vitória é apresentada ao público através da conjugação do valor do militar português com o amparo divino em reconhecimento da causa — uma característica da própria literatura de ampla circulação publicística do período, inclusive com muitas referências aos milagres da própria Restauração⁴⁸⁷.

Neste sucesso, em que, segundo a notícia, os portugueses que enfrentaram os castelhanos não chegavam a oitenta, a vitória apresentada se sustenta no valor da gente e na Providência. Mas, embora celebre esta vitória, a mesma *Relaçam* "lembra" o quão maior ela poderia ter sido, se houvesse cavalaria disponível a socorrer o lugar e enfrentar os castelhanos. Uma forma de noticiar que revela a necessidade de fazer crescer o exército e que acaba por incitar os leitores ao comprometimento com este esforço valoroso e digno do favor divino⁴⁸⁸ — algo a se considerar tendo em vista, sempre, o lugar onde tais

⁴⁸⁶ *Relaçam do felices svcesso e milagrosa vitoria, que ouuve o Capitão Luis Mendes de Vasconcellos, contra o inimigo Castellano, no termo da cidade de Eluas em 30. de Julho de 1641* Lisboa: Impresso por Manoel da Silva, 1641, p.2.

⁴⁸⁷ O *Prodigios miracvlosos* é um título interessante de panfleto impresso para ampla divulgação centrado nos milagres que confirmavam o favor divino à causa. Com gravuras de baixa qualidade e impresso em 1641, o cartaz é claramente um exemplo de impresso que circulou imediatamente após a Restauração, compondo uma de suas primeiras "propagandas" em larga escala. *Prodigios Miracvlosos*. Lisboa: Impresso por Antonio Alvarez, 1641. Ainda sobre estes milagres, cf. LOPES, Francisco. *Favores do ceo: do braço do Christo que se despregou da Cruz, & de outras maravilhas dignas de notar*. Lisboa: impresso por Antonio Alvarez, 1642. Já a *Gazeta* de dezembro de 1641, militando no terreno onde se vive dúvida, fala de um homem que, na Beira, após conversar com algumas pessoas e duvidando do milagre do braço de Cristo: "cahio huma parede junto da qual estauão todos os da conuersação, & sò a elle matou." *Gazeta, em qve se relatam as novas todas, qve ovve nesta corte, e qve vieram de varias partes no mes de Nouembro de 1641*. Lisboa: Impresso por Lourenço de Anveres, 1641. O milagre do braço do Cristo é um dos mais importantes e sinaliza a boa vontade do messias católico em coroar D. João IV rei dos portugueses. Este acontecimento, fruto do engenho do Arcebispo de Lisboa ao notar o despregamento do braço direito em uma imagem de Cristo em sua cruz, é o mais repercutido na literatura da Restauração. Como, por exemplo, na relação em que os moradores de Santo Aleixo subjugam uma tropa formada de castelhanos, que inicia sua narrativa dizendo: "Nam debalde empenhou Christo nosso Senhor seu braço para a nossa defesa o dia da felicissima aclamação de S.M." *Relaçam de dvas vitorias...* p. 1.

⁴⁸⁸ "No que se deixa bem ver que neste conflito mais pelejaua a fee, & zelo santo do nosso inuicto Rey, & senhor, a quem o Ceo fauorece com tam singulares merces; & como assi seja do prezente sucesso se pode colligir, que a cauza delle foi não o poder humano, se não o diuino, q nesta ocaiação obraua em defesa nossa. (...) Fora sem duuida muito mais gloriosa a vitoria deste dia, se o dito Capitaõ Luis Mendes de Vasconcellos fora socorrido da nossa cauallaria, mas Deos nosso Senhor terá cuidado de prosperar as vitorias Portuguezas, pera que com ellas se augmente o Reyno, & conserue nosso nome (...) como todos seus fieis vassallo dezejamos." *Relaçam do felices svcesso e milagrosa vitoria, que ouuve o Capitão Luis Mendes de Vasconcellos, contra o inimigo Castellano, no termo da cidade de Eluas em 30. de Julho de 1641* Lisboa: Impresso por Manoel da Silva, 1641, p. 6-7.

notícias circulavam: novamente, as cidades que sustentavam a guerra e das quais o governo esperava um envolvimento cada vez maior nesta empresa.

A chegada desta notícia a Lisboa foi acompanhada de muitas outras do tipo, ao longo da guerra. Sobretudo nos períodos iniciais e finais do conflito, quando governos se instalavam no Paço e precisavam se apresentar publicamente, e tendo um deles a missão de assegurar o começo do conflito e o outro a de encerrá-lo vitoriosamente, a divulgação de notícias militares se verifica em grande volume. O terreno da opinião, portanto, era ocupado por todos aqueles que deviam se sentir confiantes com tais chegadas ou consolados e perseverantes em caso de notícias menos favoráveis. Por isso, a recorrência a personagens populares, inclusive expresso no esforço de uma comunidade inteira que, mais do que depender de um exército, era ela própria as armas do reino, é tão digna de lembrança e, principalmente, de ser feita exemplar para seu público.

O proveito, contudo, mais do que o de levar todos os portugueses ao campo de batalha, era o de mostrar a eles que a guerra já era viva e quais esforços eram necessários para que fosse sustentada. Poucos anos depois, quando começaram a acontecer em batalhas e não em pequenas invasões contra lugares de pouca resistência, um destacado membro do Conselho de Guerra e confessor do rei, o padre António Vieira, aproveitara a ocasião de uma jornada do rei ao principal Teatro de Operações, o Alentejo, para dizer o mesmo:

Primeiramente está empenhado o Reino com todo o corpo; porque não só se abalou a cabeça, não só temos em campanha a El-Rei (...). Mas para ser total o empenho, seguirão o exemplo, e a cabeça por união natural todos os membros da Monarquia: os Grandes, os Títulos, a Nobreza, a Casa Real, a Corte, os Requerentes, os Letrados, as Universidades inteiras, as pessoas particulares de todas as Cidades, e Vilas, os Auxiliares das Comarcas, os Presídios das Províncias, enfim tudo. De maneira que havemos de considerar que temos em campanha não um exército de Portugal, senão Portugal em um exército. (...) Os que cá ficamos estamos fora do exército para o trabalho, mas marchamos com os demais para o perigo. Assim que todo o corpo do Reino temos empenhado nesta empresa.⁴⁸⁹

E, sobre um caso aqui considerado e detalhado mais acima, Vieira afirma:

O número faz multidão; o valor, e o exercício faz exército. Assim que, posto que sejam tantos mil, não havemos de estimar os nossos Soldados por quantos, senão por quais são. (...) São aqueles (para deixar exemplos maiores), que sitiados por um exército sessenta em Santo

⁴⁸⁹ VIERIA, António. Sermão pelo bom sucesso de nossas armas. In: *Obra completa do Padre António Vieira*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015. Tomo II, volume XIII, p. 135-158. p. 136.

Aleixo, primeiro renderam todos a vida, que a praça: e acometidos por outro exército, oitenta em Jurumenha defenderam a dez assaltos a praça, e mais as vidas.⁴⁹⁰

Considerando, então, o público das notícias e o público dos sermões (dois modos de comunicar que alcançavam grande amplitude social), há de ser admitido o seu ambiente urbano de difusão (sobretudo no caso das notícias) e a importância da sua harmonia política, cuja manutenção ou perda era capaz de garantir ou arriscar os bons sucessos. E é isso que permite uma boa margem de segurança para se falar em opinião pública como um elemento fundamental para a conjuntura considerada. E, para isso, ainda é preciso considerar a presença de impressores e livreiros nestas cidades e as soluções gráficas que encontravam para a difusão dos textos. As características finais de um impresso devem ser compreendidas e interrogadas enquanto uma maneira de, através de das capacidades técnicas de impressores e livreiros, adequar a circulação dos impressos aos públicos pretendidos. Uma atividade cujas escolhas adotadas no processo de impressão e comércio importam tanto quanto as próprias escolhas formais e textuais — um assunto que será continuamente questionado até o fim deste trabalho — e devem sempre ser consideradas junto a elas⁴⁹¹.

Por outro lado, atentar à configuração dos sujeitos apresentados também dá boa indicação não apenas de como se compreendiam as partes beligerantes, mas de como podiam ou não contribuir para a popularização das próprias narrativas. No caso de atenção aos exemplos populares portugueses, há que se considerar a forte influência de um conhecimento bastante tradicional, sob a forma de quase lendas, e pela intervenção da Providência combinados em narrativas que lembravam um passado de vitórias portuguesas sobre Castela. D. Afonso Henriques, D. João I, seu célebre condestável (santo, aliás) e a forneira de Aljubarrota formam um conjunto de nomes capazes de serem postos a serviço dos objetivos autorais. A alusão a tais exemplos históricos garantiam, de um modo muito mais eficiente do que referências históricas ou mitológicas mais avessas ao que se espera do modo como a gente comum das cidades explicava e significava acontecimentos da vida, um modo de alcançar o entendimento e a opinião popular. Tanto que de forneiras, a Restauração esteve bastante povoada. Num discurso heroico sobre a tentativa de invasão a Elvas, em 1645, o autor lembra:

⁴⁹⁰ Idem, p. 147.

⁴⁹¹ Sobre isso, é de grande importância as lições de Donald McKenzie. Cf, MCKENZIE, D. F. *Bibliography and the sociology of texts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

Se arvorando estandartes, & bandeiras
Nos cuida intimidar nesta derrota,
Saiba, que em Portugal ainda há forneiras
Como aquela fatal de Aljubarrota;
Que com cabos de pás nas mãos guerreiras
Sem de fraqueza alguma darem nota
Quando de defender a pátria tratem
A sete, & sete castelhanos matem.⁴⁹²

O recurso ao exemplo histórico, muito didático e catártico, da figura da forneira de Aljubarrota pode ainda ser apresentado em uma relação cuja linguagem, tratamento e assunto são mais proporcionais ao aqui apresentado. Na *Relaçam da famosa resistencia, e sinalada vitoria, qve os Portugueses alcançarão dos Castelhanos em Ouguela*, cuja ação está centrada na resistência de um valoroso capitão com poucos soldados e amparados pelos vizinhos do lugar, lê-se mais um caso de união comunitária na resistência ao invasor. Com linguagem simples e posta a circular apenas onze dias após o acontecimento, esta relação de oito páginas e taxada a quatro réis destaca os feitos de uma de mulher comum enquanto brava guerreira que desmentia "a fragilidade feminina" pelas contínuas demonstrações de valor — algo que reforça a ligação do comunitário ao heroico e, logo ao épico, um problema analisado mais adiante:

Matarão mais hum soldado Portugues, ferirão dous, & hũa molher, por nome Isabel Pereira, que fará esquecer o valor das famosas Portuguesas, que nos insignes cercos de Dio, & Mazagaõ fizeraõ feitos de immortal memoria, porque desmentindo esta a fragilidade do sexo feminino, fez notaueis demõstraçoës de valor, assi pelejando nas trincheiras, como repartindo poluora, & balas aos soldados; & retirada ao castello ficou desacordada por algum espaço com a ferida que lhe deraõ, até que tornando em si, & vendo que naõ era perigosa, proseguio a peleja com mayores brios até o fim.⁴⁹³

O exemplo acima poderia estar acompanhado de outros — que circularam, inclusive, fora de Portugal⁴⁹⁴ —, nos quais também se verificam comparações a este

⁴⁹² *Discurso Heróico sobre a Jornada, que o inimigo fez à praça de Elvas. Votado e Humildemente sacrificado à sempre Augusta, & victoriosa Magestade delRey Dom Ioão o IV de Portugal*. Impresso por Paulo Craesbeck, Lisboa, 1645, oitava 23.

⁴⁹³ *Relaçam da famosa resistencia, e sinalada vitoria, qve os Portugueses alcançarão dos Castelhanos em Ouguela, este Anno de 1644 a 9 de Abril governando esta Praça o Capitaõ Pascoal da Costa*. Lisboa: Impresso por Paulo Craesbeck, 1644, p. 6.

⁴⁹⁴ Uma relação que também contava apenas oito páginas capazes de narrar três vitórias portuguesas, impressa em Barcelona, que vivia um contexto militar e publicístico contra Castela bastante semelhante ao de Portugal, refere o "zelo de dos mugeres", que "no fue menor por su patria": "La vna viendo vn tio suyo q lleuaua las armas, y servia al Rey de Castilla, y havia venido contra su Patria le matò de vna pedrada: La otra mas amassona matò de atras de vna puerta siete Castelhanos con vna pala a imitacion de aquella fornera tan nombrada en la Historia Portuguesa de Aljubarrota, pero menos venturosa q ella en su faccion: porq despues de tãtas

exemplo histórico de fácil compreensão. Novamente, a partir de um exemplo popular e popularmente difundido. Logo, o sentido dessas construções não era o de informar "verdadeiramente" os acontecimentos. Se considerarmos mais, será fácil alcançar que o sentido e objetivo destes impressos de leitura ligeira não eram o de lançar os fundamentos de uma larga reflexão sobre o período vivido. Ao contrário, era o de serem divulgados e repercutidos a fim de influenciarem e representarem o próprio humor da cidade que recebia a notícia. Como se fossem, ao mesmo tempo, os informantes e os porta vozes da sua opinião. Isto é, um modo de se consolidarem como os mais autorizados representantes da opinião de uma comunidade que, a exemplo dos lavradores rústicos e mal armados que derrotaram mais de mil soldados profissionais, foi capaz de, com união e sob o comando de uma voz equilibrada e valorosa, vencer os desafios apresentados⁴⁹⁵ — tal é o sentido, inclusive, de comparar os portugueses daquele presente e suas ações aos que podiam ser considerados exemplos equivalentes do mesmo valor apresentado em determinados períodos do passado, como no caso da forneira⁴⁹⁶.

Afinal, não era esperado que a cidade fosse em massa deslocar-se até a fronteira alistada em batalhões. O próprio rei e os três estados haviam conjuntamente tomado medidas capazes de manter as cidades em suas operações cotidianas, posto que, sem isso, sequer poderia o governo proceder com as arrecadações necessárias⁴⁹⁷. A guerra que luta

varoniles hazañas de ensima de vn texado la mataron a ladrillasos que le tiraron sobre la cabeça y no huuo Castellano que la gozase acometer cuerpo a cuerpo mientras ella tuuo su pala en las manos. Y lo que haze la cosa aun mas estraña, ella era ama que criaua, porq sintiendose mortalmente herida, y sus llagas no hauiendo podido hazerle olvidar el affecto maternal, corriò a dar la teta a su hijuelo q hallaron pendiente de ella despues de muerta." Vale observar como, mesmo na construção dessas heroínas, a relação ainda dá destaque à condição materna das mulheres, prova de sua condição comum às demais. *Relacion de tres vitorias qve han alcanzado las armas Portuguesas, contra las armas Castellanas, ara nueuamente sucedido a dos del mes de Febrero hasta quatro de Março 1643*. Barcelona: Impresso por Gabriel Nogues, 1643, p. 5.

⁴⁹⁵ Apesar de todo o destaque da relação ser dado à ação dos moradores, inclusive no título, a mesma relação não abandona o sentido de ordem e menciona a presença do capitão pelo seu bom governo da situação, um modo de tornar presente a noção de governo da própria guerra: "Auia em S. Aleixo, hũa companhia de pouco mais de cem homens q pudessem tomar armas, mas o valor do Capitão supre muitas vezes a falta dos soldados. Martim Carrasco Pimenta o era destes, & ao prudente modo com que soube opporse aos designios do enemigo, se deue a vitoria deste dia" *Relaçam das duas vitorias...* p. 2.

⁴⁹⁶ Sobre a capacidade de figuras como estas influenciarem uma leitura popular, Lukács, em uma análise de proveito indireto para esta situação, mas que não é alheia ao enquadramento teórico aqui adotado, analisou a importância de determinadas personagens históricas para a formação de um caráter popular para os romances de Walter Scott. Cf. LUKÁCS - *O romance histórico...* p. 56.

⁴⁹⁷ "Que não se chamaria a gente da ordenança aos rebates do inimigo, nem ao serviço das rondas, trincheiras e vigias, porque com isso se desampararia a lavoura e artes, em prejuízo até

a informação se vence no lugar onde ela informa alguma coisa. Seu objetivo é o próprio sujeito informado e não um ganho estratégico em outra região.

Serão tais intenções que explicam o que Andréa Doré chamou de uma "cultura da vitória" que permeava os textos da Restauração⁴⁹⁸. Serão as mesmas intenções que, mais largamente ponderadas em função dos seus contextos e dos contextos das publicações que as portavam, serão demonstradas e questionadas a partir de agora. Algo que exige, primeiramente, admitir o lugar de acontecimento para tais publicações — o próprio acontecimento histórico considerado — e não de representação dos acontecimentos para compreendê-los em seu mais correto lugar histórico. A literatura da Restauração, mais do que um modo de dar a saber aos portugueses sobre o que acontecia nos sucessos militares, era um modo de militar a própria guerra entre os portugueses. Por tais razões, a divulgação de sucessos militares não era apenas uma forma de celebrar vitórias. Era um modo de apresentar uma guerra em andamento, como algo que acontecia mesmo que distante e com movimentos de pouca monta. Tal divulgação, pelo número de pessoas que devia alcançar — todos os afetados pelas situações até aqui detalhadas, virtualmente todos os portugueses — deveria encontrar meios eficazes para tanto.

Por isso mesmo, notar o volume de publicações, os casos nos quais se verificam reedições e aqueles que demandaram diferentes publicações sobre o mesmo acontecimento, mas com diferentes narrativas a seu respeito, ajuda a formar um bom termômetro para medir como a opinião era disputada. Alguns combates foram seguidos de uma intensa disputa de versões sobre seus desfechos, de modo que respondiam diretamente ao que deles era dito em Portugal, Castela e outros lugares da Europa. Não era por menos que o adjetivo "verdadeira" era empregado em muitos destes papéis que se apresentavam com a missão de desmentir as façanhas inventadas de Castela. O mesmo publicavam os castelhanos, o que ajuda a dimensionar o problema da opinião pública em tempos modernos não apenas nas cidades portuguesas.

Ibaseta destaca o constante interesse por *novas*, isto é, novidades sobre a vida comum a todos. No *mentidero* que descreve, são, exatamente, às notícias militares

da presente contribuição, sobre o que mandei passar alvará, com declaração que a gente da ordenança sómente poderia ser chamada ás fronteiras em caso de alguma grande invasão dos inimigos, e que não se obrigaría a ter cavallos senão ás pessoas que por suas comendas, habitos, tenças, fôros e officios, fôssem a isso obrigadas" *Elementos...* V, p. 4.

⁴⁹⁸ DORÉ - *Relações de sucessos como elementos da cultura da vitória na Restauração Portuguesa...*

circulantes em meio aos lugares públicos mais frequentados da cidade que Ibaseta recorre para demonstrar a força política da opinião e das conversações populares. Por mais que falasse da Madri dos primeiros Filipes, Lisboa, enquanto cidade comparável em diversos aspectos políticos, demográficos e culturais, não é caso diferente. Inclusive, publicada em Lisboa, no século XVIII, a "Nova Floresta" do padre Manuel Bernardes, em lição sobre o problema da "curiosidade", comenta como entre os atenienses o vício pelas novas, muitas vezes falsas e alteradas, provocavam os piores comportamentos no povo, pelas expectativas e frustrações que geravam. Na parábola comentada no livro, isso seria sobretudo preocupante nos casos em que as notícias falam sobre o exército, no qual muitos dos filhos e maridos marchavam. Em tais situações — nas quais ainda havia o constante risco do boato, por vezes intencionados —, as notícias podiam suscitar todo tipo de reação nas cidades que esperavam aflitas por novidades⁴⁹⁹.

De todo modo, se Ibaseta ajuda a precisar o interesse e a influência das notícias sobre a opinião pública em Madri, é preciso lembrar como o problema alcançava uma dimensão continental e que apenas não é extrapolado para esta escala por não se tratar do objeto considerado. Ainda assim, é preciso não deixar de afirmar que as preocupações que inspiraram a ação de homens como o Cardeal Richelieu a publicar a *Gazette* eram em tudo semelhantes às de António de Sousa de Macedo em sua diligente e longa trajetória autoral, melhor analisada adiante. Ou, ainda, levando em consideração as devidas diferenças, a de qualquer pessoa que tenha buscado os muros de Paschino para tornar públicas as suas opiniões, fosse para agravar ou desagrar sentimentos, pessoas ou a pátria.

Mas, sendo a opinião algo tão disputado, é coerente admitir que a participação voluntária na escrita favorecia tanto o apoio quanto a crítica às decisões de governo. Nos anos iniciais do governo de D. João IV, uma série de arbítrios foram enviados ao rei e servem como um atestado do entusiasmo político de portugueses que intervieram com sugestões políticas ao rei fora do ambiente formal das Cortes. Este voluntarismo também se verifica nos pasquins, que em momentos específicos explodem como reação a problemas que marcam determinados períodos, como os casos de traição. Nestes, tanto nos anos de D. João IV como no de Afonso VI, é possível notar uma elevada participação

⁴⁹⁹ BERNARDES, Pe. Manuel. *Nova Floresta, ou sylvia de varios apophthegmas*. Lisboa: Impresso por Valentim da Costa Deslandes, 1726, IV, p. 250-251.

nos canais informais de divulgação de temas. Estes eram a própria cidade em seus muros e portas.

Os pasquins não serviam, afinal, só para atacar pessoas. Eles também podiam servir como uma forma de resposta a ofensas e, em ambos os casos, eram reveladores de juízos pessoais sobre um assunto ou problema. Inclusive, tais ofensas podiam chegar ao público não diretamente, mas como notícias sobre alguém ou sobre os acontecimentos de importância para todos e que fossem recebidas com espanto ou como um agressão. Quando uma tal situação era capaz de provocar uma resposta amplamente repercutida, na qual diferentes pessoas aderiam a um desagravo público, é possível perceber elementos do engajamento delas na vida política portuguesa durante a Restauração e sua interação com as novidades que chegavam sobre ela às cidades do reino.

Um fato como este ocorreu em 1645 quando, após derrubarem uma ponte em Olivença, os castelhanos deixaram versos de zombaria se vangloriando do feito. A ação, praticada contra um alvo estratégico, porém indefeso, e de modo furtivo o suficiente para evitar qualquer confronto, não passou sem resposta. Neste ataque, não houve mortos ou feridos, as únicas hostilidades foram dirigidas à ponte que, abrasada, serviu de mote para muitos outros versos. A repercussão terá sido grande o suficiente para levar pessoas em diferentes lugares como Coimbra, Évora e Lisboa a dedicarem engenho, papel, tinta e pena ao desagravo português. Entre os autores, estão militares, estudantes, padres e uma referência aos "moleiros de Sarnache", que teriam iniciado respostas próprias vendo que os estudantes ainda não haviam feito grandes esforços pelo desagravo⁵⁰⁰.

Pelo menos quarenta respostas diferentes (além de muitas recorrências copiadas e encontradas em diferentes bibliotecas) foram encontradas para este evento, outras pareciam abordar o assunto, mas não foi possível afirmar se tratar de uma resposta direta⁵⁰¹. Uma delas dá o tom da urgência e da importância do momento: "Resposta que fez o Alferes Manoel Frr^a de Lemos com muita preça em Elvas"⁵⁰². Algumas assumiram a voz da ponte, outras deram má reputação aos castelhanos, mas a maior parte delas respondeu diretamente os versos deixados. Nestas, o mais comum é uma alusão irônica à coragem castelhana em encerrar uma passagem para que não pudessem ser atacados,

⁵⁰⁰ Cf. BPE. Res 463, fl. 107v-112.

⁵⁰¹ ANTT. Manuscritos da Livraria, nº 840 (mf. 466) fls. 119v-120, BGUC. Ms. 370, fls. 62v (113v) - 67 (118), BGUC. Ms. 390, fls. 4-7 BPE. CV(d)/1-2 fl. 269, BPE. CXII/1-36 fls. 348v-349, BPE. Res. 463 fls. 106-125. Alguns exemplares apresentam recorrências.

⁵⁰² BPE. Res 463, fl.106v.

negando-se, portanto, ao conflito. Uma delas, aproveitando a ironia e grande difusão de notícias "verdadeiras", chega a se apresentar impressa em uma página e com o título de "RELACION VERDADERA d'una famosa victoria que alcançaron las armas de Castilla en Portugal"⁵⁰³.

Muitas das respostas foram elaboradas com o emprego de argumentos e imagens semelhantes, de modo que seus autores devem também ter lido outras respostas antes de escreverem as suas. A repercussão também está aí. Ou seja, não apenas ao ataque à ponte, nem tão somente aos versos deixados, mas também no próprio aumento progressivo do número de respostas contínuas ao fato — algo que se percebe até mesmo em opiniões veiculadas em ambientes e suportes diferentes do dos pasquins. Exemplo bastante será a alusão que o padre António Vieira faz ao fato no *Sermão pelo bom sucesso de nossas armas*, o mesmo anteriormente citado e praticado em um momento em que o próprio rei se dirigiu ao Alentejo para coordenar esforços de guerra. Coadunado aos argumentos das respostas, Vieira diz: "Cortar o passo aos Rios, antes é desconfiar da defesa, que aspirar à Conquista. Fazer guerra às pedras, e não aos homens, antes foi ação de receio, que de poder."⁵⁰⁴ Tais palavras sugerem que Vieira esteve em contato com as opiniões amplamente reverberadas nos pasquins de resposta.

O caso de Olivença serve, então, como bom exemplo de como podia se manifestar a opinião pública. Claro que não é possível fazer um recorte preciso do perfil social de todos os envolvidos nas respostas (a própria alusão aos "moleiros" pode ter sido um recurso literário), mas o fato é que a disposição em responder e usar as respostas como um meio de devolver a ofensa, tal como se faz em guerras, não partiu de uma orientação de governo ou de uma política de divulgação de impressos. As respostas, pela quantidade e pelo teor, permitem visualizar, ainda que parcialmente, uma ação voluntária (e com possível amplitude social) tal como as que podem ser lidas nas relações que informam sobre os feitos de uma comunidade unida em autodefesa. Reações deste tipo aos

⁵⁰³ BPE. Res. 463, fl. 238. Aparece também em BGUC. Ms. 370, fl. 65v.

⁵⁰⁴ VIEIRA, *Obra completa do Pe. António Vieira...* t. II, v. XIII, p. 138. Vieira, bastante crítico quanto às notícias militares que distorciam a magnitude dos fatos, como se verá adiante, ainda comenta a forma como as notícias do evento se difundiram em Castela: "Um arco triunfal edificou Saul pela vitória de Amalec: e quantos arcos levantaram as trombetas da fama por dois, que nos quebraram de uma ponte? Que escreveram, que publicaram suas gazetas duas grandes Cidades; muito havemos mister para nos livrar de suas penas, posto que nos desembaracemos de suas mãos. Esta é a injustiça da fama, que tanto desacredita com o presumido, como ofende com o verdadeiro." *Idem*, p. 139.

acontecimentos da guerra, as relações e as opiniões que disputadas por elas formam, então, um dos principais elementos a serem estudados sobre a vida política e o cotidiano das cidades portuguesas durante a guerra de sua segunda independência. Ou seja, mais do que os problemas e as perguntas que se podem fazer sobre os movimentos militares, é a interação das populações com a guerra mediatizada pelas notícias que a fazia chegar até as grandes concentrações populacionais que se revela um problema interessante para ponderações sobre a experiência política diária da guerra.

Neste sentido, os anos iniciais e finais da guerra são passíveis de comparação. Aliás, atentando à relação entre "crise" e "opinião", o contexto de inauguração do reinado de Afonso VI pode ser questionado de modo semelhante ao início do reinado de seu pai, D. João IV. Após interromper a regência de sua mãe e, com a benevolência que os protocolos dissimulam enclausurá-la em um convento, D. Afonso VI se viu à frente de um reino que ainda não dispunha de serenidade econômica, na iminência de grandes e decisivas batalhas e diante da retirada de apoio de importantes famílias da nobreza, como os Ericeira e os Cadaval. Não terá sido por menor razão que ambos os monarcas empreenderam de tão grande profusão de textos em conjunturas de crise próprias. Se ao governo do pai era caro o apoio à causa, ao do filho era importante, em meio à súbita mudança de governo, mantê-la em curso e encerrá-la vitoriosamente.

Na verdade, os anos iniciais da Restauração e o período de governo de Afonso VI são aqueles nos quais se nota uma mais diligente atividade autoral na divulgação das novas da guerra com o claro objetivo de militar apoio político aos respectivos governos. Por tais razões, no que diz respeito ao problema da opinião, ambas as conjunturas são igualmente interessantes. Além de concentrarem fatores de instabilidade, como os acima referidos, contam com mais numerosas batalhas e com uma alta na intervenção política no espaço público através da escrita. Isto é, temas políticos eram apresentados aos vassallos que, enquanto leitores ou murmuradores dos mesmos temas, passavam a ter nas formas de comunicação um meio de participarem tematicamente do centro dos problemas vividos pelo reino — consequentemente tornando-os, no campo do discurso político, responsáveis pelos desdobramentos possíveis.

5.2 - A vulgarização do épico na literatura mediana da Restauração, o caso do Mercvrio Portuguez: contexto, temas, forma e impacto público do segundo periódico da História de Portugal (1663-1667)

Em meados de 1662, o segundo filho de D. João IV e D. Luísa de Gusmão assumiu o governo do reino português. Sua chegada ao governo encerrava uma indesejada regência de sua mãe, a rainha, provocada pela morte precoce de D. Teodósio, fazendo com que, após a morte do restaurador, fosse necessário esperar a maioridade de D. Afonso. O período da regência contou com a atenta vigilância da regente castelhana, porém notadamente fiel à causa iniciada por seu marido — um comprometimento que se pode resumir na heroica vitória da Batalha das Linhas de Elvas, em 1659. Triunfo que, entretanto, não resolveu a guerra e que perdurou por curto período no otimismo português frente à guerra.

Poucos meses antes de ser afastada da regência pela próprio filho, D. Luísa de Gusmão enviou comunicações às autoridades eclesiásticas e temporais informando a delicadeza que a década de 1660 apresentava ao reino. A rainha informava que o inimigo: "desembaraçado ao presente das guerras que tinha em Europa determina inuadir este Reino com todo o poder que lhe for possível"⁵⁰⁵. Ou seja, livre dos compromissos e sacrifícios com as muitas guerras simultâneas que mantinha em diferentes regiões da Europa, a poderosa Castela podia, agora, investir todo o seu poder para resolver sua questão portuguesa. A consequência mais direta desta nova conjunção de fatores foi, novamente, o fato de que balancear a relação entre a viabilidade econômica para a guerra e os impactos disso sobre o comportamento político das populações portuguesas se revelou um problema.

Além de reafirmar a necessidade das contribuições habituais e lidar com as rotineiras esquivas, o governo teve que enfrentar uma explosão de más repercussões políticas à criação de um novo imposto, o do papel selado, que despertou uma forte resistência popular e culminou em uma violenta revolta na cidade do Porto. Após tomarem ciência de que o novo imposto valeria mesmo consideradas as suas objeções, o estado dos povos, representado na Câmara por seu juiz e procurador, eleito pela Casa dos Vinte e Quatro, reuniu-se em motim. As violências, antes de generalizadas, eram dirigidas

⁵⁰⁵ ADP. Cabido da Sé - Cartas e Ofícios vários, livro 1615, fl. 143.

a pessoas e lugares associados à nova imposição e feitos, pela multidão, alvos legítimos⁵⁰⁶. Os contornos desta revolta, marcada por momentos ao mesmo tempo picarescos e dramáticos, encontram-se descritos em uma relação manuscrita sobre ele, a qual informa a agonia do próprio Cristo que, em sua forma transubstanciada, ficou refém da multidão após uma procissão de padres ter encontrado grande fracasso em pacificá-la⁵⁰⁷. Os revoltosos se negavam a debandar das ruas enquanto seus representantes não aparecessem em segurança e só quando isso aconteceu é que a cidade se recompôs. Também neste evento, tal como em outros momentos de violência popular em que a multidão se dirigia aos seus alvos, o corregedor da comarca, com notícia de que o povo amotinado seguia para a sua casa com o objetivo de exigir que se lhe entregasse a provisão real pela qual se regulava a nova contribuição, o dito corregedor: "esperou com ella a porta, e lha entregou dizendo era também povo".

Como se vê, a situação política, econômica e social do reino continuava com pontos nevrálgicos bastante inflamados. Embora circunscrita à cidade do Porto, a revolta foi um sintoma de que o equilíbrio político que garante a boa ordem da vida cotidiana ainda se podia arriscar. Nem a iminente ameaça de um inimigo com forças concentradas foi argumento bastante. Mais: a ocasião lembra como era prudente ter uma relação política com todos os estados do reino e não apenas os superiores, afinal, nela não se viu pessoas dos estados superiores, apenas do povo.

O terceiro estado, a exemplo de uma situação semelhante como as *Alterações* de 1637, um acontecimento distante, mas de forte presença na memória dos argumentos da Restauração, se revoltou após seus representantes não serem admitidos à sessão que definiria a nova imposição. Tal fato levou à decisão do governo de fechar a Casa dos Vinte e Quatro do Porto. Uma decisão, sem dúvidas, delicada e que representava riscos para a opinião pública sobre o governo, ao menos entre o terceiro estado.

⁵⁰⁶ Sobre a legitimidade dos alvos para a multidão que os elegia, cf. THOMPSON - *A economia moral...*

⁵⁰⁷ Os revoltosos, feitos senhores da casa de um juiz detentor de muitos papéis selados e parente daquele que a multidão clamava como responsável por aquela obra, passaram a depredar bens e queimar os odiosos papéis. Contudo, a única coisa que foi tomada pela multidão foi o vinho que se encontrou na casa. Após arrebentarem portas e janelas: "remeterá as cadeiras, e objetos, escriptorios, e com o mais que acharã tudo veyo das janelas abaxo em pedaços a Rua, e algumas pessas de ouro se viraõ nella em q tudo teue grandissima perda (...) e ate hum 4º de vinho se abrio e os rapazes aos chapeos cheos os lansavaõ p^{las} janelas sobre a gente, com q em m^{to} breue tempo se vio tudo na Rua destruído, e despedaçado, q era lastima o velo." BNP. F. 2348, fl. 173.

Ainda sobre o dinheiro para a guerra, a rainha determinou, pouco menos de um mês antes de ser afastada do governo, ao clero do Porto que este pagasse toda a dívida das décimas não pagas até ali e remetesse imediatamente o montante para o exército⁵⁰⁸ — um pedido que lembra as dificuldades na cobrança dos impostos devidos pelo clero e outros poderosos, como se explicou mais acima, a partir de Romero Magalhães⁵⁰⁹. No mesmo mês, um movimento de reorganização das forças palacianas alterou o governo. D. Afonso VI assumia de fato seu reinado. Com isso, novas pessoas passaram a ocupar postos de importância, levando ao afastamento de outras que, até então, compunham um relevante grupo político.

D. Afonso VI, ao assumir o governo, rompia com uma importante parcela da nobreza e de membros do clero, sobretudo jesuítas. Um rompimento que, tal como nos primeiros anos da Restauração, levantou suspeitas de fidelidade e um preocupante esvaziamento do apoio político necessário ao bom governo. Entre eles, os Cadaval — a maior Casa de Portugal depois dos Bragança — e os Ericeira, além de muitas outras de importância e protagonismo ao longo dos já quase vinte e dois anos de conflito, cujo nome mais representativo seria o do padre António Vieira, confessor de D. João IV, embaixador em diferentes missões diplomáticas complexas e membro do Conselho de Guerra.

No momento em que assumiu o governo, D. Afonso VI se viu diante de uma conjuntura delicada. Uma importante cidade, o Porto, havia vivido uma revolta aberta contra tributos devido à cansativa e custosa guerra (e que não deveriam existir, dado que custear a guerra cabia às décimas). Uma revolta, aliás, popular, do terceiro estado e com o complicado desfecho do encerramento da Casa dos Vinte e Quatro, gerando protestos da mesma Casa de Lisboa. Uma situação que, se não representa um risco sólido de pôr a perder um convívio político harmonioso com o terceiro estado, ao menos significava um

⁵⁰⁸ Em 2 de junho de 1662, a rainha enviou o seguinte pedido: "Deão, Dignidades, Conegos, e Cabido da Sé do Porto (...) Conforme aos auisos, q ultimam^{te} se receberaõ do Conde do Prado, se entende estarà já o enemigo em campanha por essa Prouincia. E porq conuem preuenir o necessario para lhe fazer opposiçaõ, e socorrer o Conde com algũ din^{ro} que daqui se lhe não pode remeter, por não darem a isso lugar as grandes despezas do exercito de Alem Tejo, que está em campanha: Mando a essa Prou^{ca} João Nunes da Cunha Governador das armas de Setuual, e Gentil Homẽ da Camara do Infante Dom Pedro (...) a representaruos o particular seruiço, q me fareis em acodir à defesa da Prouincia com todo o dinheiro, q houuer caido, assim das decimas atrasadas, como do rendimento da Mitra. Encomendouos m^{to} ouçais com a atençaõ, q pede a importancia deste negocio e lhe difiraes com a promptidaõ, e breuidade, que pede o aperto dessa Prouincia, e o grande poder, com q o Enemigo a pretende cometer." ADP. Cabido da Sé - Cartas e Ofícios vários, livro 1617, fl. 43.

⁵⁰⁹ Cf. MAGALHÃES - *Dinheiro para a guerra...*

momento em que se arriscava a dita harmonia fazendo com que, ao novo monarca, uma maior aproximação com as populações urbanas e seus problemas fosse importante.

Quanto à guerra, vivia-se uma nova fase do conflito que, pelas novas disposições de forças do inimigo, entraria num momento de enfrentamentos de grande poder com maior frequência. Além disso, a própria chegada de Afonso VI ao governo demandou um sutil trato público, fosse para se dar a conhecer ao reino respondendo à má reputação que tinha, incompatível com a sua real figura, ou para superar a desconfiança e o desafeto de pessoas influentes e poderosas. Uma combinação que poderia levar a uma perda geral de confiança em suas habilidades para o exercício do governo.

Não por menos, o novo monarca precisou se apresentar publicamente como um rei apto ao exercício de sua função. A soma de tudo pedia, se não um rápido e vitorioso fim para a guerra, ao menos uma renovação dos ânimos para conviver com ela. O primeiro movimento desta apresentação ao reino foi a carta que enviou a todas as Câmaras e autoridades militares e eclesiásticas do reino. Na missiva, Afonso VI se dá a saber aos portugueses como um jovem rei disposto a sacrificar-se por seus vassallos e agradecido pelos esforços da mãe, a quem substituiu com a afável preocupação de um filho que buscava um merecido descanso para sua genitora⁵¹⁰. A discrição com que informa a diligente ação, tão protocolar e presente em documentos como este, esconde os problemas profundos que ocuparam, mais do que a própria guerra em curso, o núcleo das primeiras preocupações do novo governo. A saber, convencer o reino de que a fidelidade oferecida estava em boas mãos.

Certo é que boas vitórias no campo de batalha serviriam a tal propósito. Mas, nos espaços urbanos modernos, "não há *Grandes Estratégias*, creíveis e sustentadas, da paz ou da guerra, se não englobarem a dimensão do apoio das opiniões públicas e da

⁵¹⁰ Em consonância com a discrição cortesã, na carta em que comunica estar à frente do governo português, D. Afonso VI se apresenta como preocupado com as consequências da importante tarefa sobre o estado de saúde da mãe: "Tendo resp^{to} ao estado em q se achao meus Rn^{os} com os exercitos do Inimigo, & a obrigaçã q tenho de procurar aliuiio a Raynha minha may e snra, do continuo trabalho em q athegora me tem assestido em taõ graue preiuizo de sua saude & vida, me rezolui a tomar nesta ocaziaõ o gouerno delles, asim pera mostrar a meus vassallos o dezejo q tenho de gouernar com amor e Justiça e de os deffender com minha assistencia, & desuello, como p^a aliuiar a Raynha minha may e snra, aproueitandome sempre nella de sua prudencia e cons^o". Como era de se esperar, não há qualquer menção ao destino da rainha, que passou o resto da vida retirada em um convento. ANTT - Manuscritos da Livraria, nº 1146 (mf. 1337 e 1337a), mf. 1337a, p. 385.

sustentação da moral e da motivação daqueles que as executam"⁵¹¹. Instrumento central desta estratégia foi *Mercvrio Portuguez*, que, assim como sua congênere de sorte mais inconstante, a *Gazeta*, se consolidou na história do periodismo português e europeu como exemplo bastante representativo da interação pública entre governo e diferentes grupos sociais presentes nas cidades modernas, através da comunicação escrita. A informação, afinal, guarda, segundo Diogo Ramada Curto, "um tipo de poder, característico do cortesão"⁵¹².

Embora tratasse de uma situação diferente, no momento em que afirmou isso, a assertiva de Curto é assumida aqui como possível de se relacionar às literaturas mediana e baixa da Restauração, inclusive seus periódicos e notícias. Pois, tal como Curto aferiu para formas de comunicação no interior da corte de Filipe III, essas notícias tinham nos seus modos de comunicar e expressar acontecimentos algo que ia além do próprio acontecimento narrado, alcançando com ele um discurso para além do caso. A poesia cortesã, continua Curto, em muitos casos: "servia o mesmo propósito e era concebida como um modo de comunicação entre a corte e os fidalgos (...) Noutros casos, a informação transmitida obedecia a intenções sociais, que nada tinham de literário."⁵¹³ E, António de Sousa de Macedo, Secretário de Estado responsável pelo *Mercvrio* e dotado de uma larga experiência política e autoral, é bom exemplo de autor consciente das intenções não literárias que podem ser postas em prática a partir de uma autoria motivada.

Aliás, no caso do *Mercvrio*, isso fica ainda mais evidente por se tratar de um periódico promovido por um governo que polemicamente assumiu a condução da vida política do reino. Uma vez estabelecido como um meio oficial de comunicação com os portugueses, o *Mercvrio* foi igualmente criticado pelos desafetos políticos da corte de Afonso VI. Nos anos da Restauração em que passou a enfrentar um acentuado ostracismo político, isto é, durante o governo de Afonso VI, o padre António Vieira comentou o aproveitamento político do *Mercvrio* pelo governo de Afonso VI, que julgava ser "tão pouco ponderado no que diz, como no que não diz."⁵¹⁴.

⁵¹¹ DIAS, Eurico Gomes. *Olhares sobre o Mercvrio Portuguez (1663-1667). transcriçõ e comentários*. Lisboa: INCM, 2010, 2 vols., vol. 1, p. XVII.

⁵¹² CURTO - *A cultura política...* p. 405.

⁵¹³ Idem, p. 406.

⁵¹⁴ Na carta em que agradecia a Dom Rodrigo de Meneses pelas novas que lhe enviava, Vieira, exilado da corte na outra de Coimbra, cujo colégio chamava de "corte da Companhia", dizia que, sendo pública a correspondência que mantinha com Meneses, muitos o procuravam com pedidos de informações, dado que este canal favorecia saber "a certeza do estado do nosso

Vieira, de fato, tinha, como atesta sua trajetória enquanto conselheiro do governo anterior para assuntos relativos à guerra, uma postura diferente daquela que enaltecia a bravura e incitava ao combate. Preferia uma guerra defensiva, se possível, de modo a dissuadir o inimigo ao combate antes de enfrentá-lo e já havia denunciado, no seu *Papel Forte*, os prejuízos de uma política feita por "valentões"⁵¹⁵. Ao passo que o *Mercvrio* anunciava as glórias militares de Portugal, Vieira, defensor de uma estratégia de guerra defensiva, via a opção por uma guerra de maior enfrentamento do que de dissuasão e na divulgação de uma guerra audaciosa, inclusive pelo estilo das notícias, uma imprudência perigosa para o reino e, principalmente, para os portugueses que sacrificavam suas vidas nas batalhas⁵¹⁶.

A crítica de Vieira, além de sintoma das diferenças políticas com as quais lidava o governo, inclusive através de seu meio de comunicação mais efetivo, o *Mercvrio*, é também sintoma da projeção pública desse periódico. Afinal, só assim se justificaria o risco e a crítica posto que, do contrário, se tivesse o *Mercvrio* um alcance limitado, nenhum perigo (ou imprudência, para manter as palavras do célebre jesuíta) se verificaria nele. Mas a crítica política, inclusive a enfrentada pelo governo de Afonso VI, não se restringia a espaços informais ou íntimos como se verifica na epistolografia privada. Nem tampouco os meios regularmente estabelecidos para comunicação eram apenas reservados a elogios e exaltações.

O próprio *Mercvrio* informa que, no aniversário do rei, o sermão do padre António de Sá teria escolhido "algũas palauras que picaua no governo" e, por isso, seus superiores o queriam fora da corte. Mas o valido do rei, o conde de Castelo Melhor, teria acudido à

exército, de que por todas as outras vias se escreve com grande variedade e pouco fundamento". E disparou, sobre a relação que o *Mercvrio* mantinha com o público: "os rumores do vulgo nem são grandes nem são conselhos". VIEIRA - *Obra completa do Pe. António Vieira...* t. I, v. II, p. 377-378.

⁵¹⁵ Cf. VIEIRA, António. Parecer que deu o Padre António Vieira sobre se entregar a campanha de Pernambuco aos holandeses, em 21 de outubro de 1648, para efeito de se ajustarem as pazes: ao qual commumente chamam o "Papel Forte". In: *Obra completa do Padre António Vieira*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2014. Tomo IV, volume I, p. 68-112. Sobre sua defesa de uma estratégia defensiva, cf. Parecer do Padre António Vieira ao Secretário de Estado, Pedro Vieira da Silva, sobre ser mais conveniente ao reino fazer a Castela guerra defensiva, e como se devia fazer esta guerra In: Idem, p. 113-118.

⁵¹⁶ "E que maior felicidade e utilidade para o público e particular do reino que conservá-lo e sustentá-lo com tais circunstâncias sem perder um homem, nem um cavalo, nem derramar uma gota de sangue, que sempre na casa em que faz triste a vitória, por mui vantajosa que seja?" VIEIRA - *Carta a D. Rodrigo de Meneses (26/5/64)*. In: VIEIRA - *Obra completa do Pe. António Vieira...* t. I, v. II, p. 378.

situação e o próprio rei emitiu um decreto para que os "Prégadores falassem com toda a liberdade". Mas, embora o *Mercvrio* apresentasse a liberalidade do governo e como acudiram rei e valido em defesa dos pregadores, na mesma edição aconselhava: "porê Mercurio, que he Deos da facundia, lhes aconselha (se lhe he licito) que vzem della os termos deuidos a taõ graue lugar, sã fiarem desta permissaõ, porque nem sempre as horas saõ hũas, & sempre he bom hir sobre o seguro"⁵¹⁷.

Como se vê, a palavra que "picaua" podia gerar danosas consequências aos que contrariavam o "seguro" e tal fato só pode ser em função de sua repercussão pública e não doméstica da palavra. Sintoma, aliás, da necessidade destes instrumentos de relação pública com o reino, em meio a momentos em que havia guerra nas fronteiras, na cabeça do reino não era menos conflituoso o ambiente político. No sermão, inclusive, não eram algumas palavras que picavam, mas todo ele era um desconcertante registro da opinião que o jesuíta tinha do novo governo⁵¹⁸.

Portanto, é possível notar como o *Mercvrio* interagia com outros espaços de divulgação de ideias e opiniões, inclusive, diferentes das que militava, uma manifestação (das muitas que marcaram o período moderno) da disputa de palavras própria ao *espaço público* onde eram enunciadas. Supor que tal *espaço* não existia ou que estava ele todo confundido em uma coisa nem pública, nem privada, ou, ainda, que fosse todo ele um espaço doméstico, antes de explicar os fatos apenas anula a possibilidade de aferir corretamente o lugar de manifestação das dissonâncias, das diferentes opções adotadas por grupos ou pessoas que habitavam a vida política cotidiana e pública. Torna, ainda, difícil compreender os verdadeiros enfrentamentos que ocorriam nos espaços e suportes físicos do *espaço público*, fosse ele um teatro, um jornal ou um púlpito que pairasse de frente para um auditório atento ao sermão que lhes era pregado.

O caso ilustra como o *Mercvrio* (e sua congênere, a *Gazeta*, publicada entre 1641 e 1647 e a cargo de diferentes editores/redatores) serviu como autêntico porta voz do governo, em constante mediação com o povo, apresentando versões para os fatos do cotidiano português da guerra de independência. Era por isso, pelo que representavam

⁵¹⁷ DIAS - *Olhares sobre o Mercvrio Portvguez...* I, p. 67-68. O sermão em questão é o *Sermaõ qve pregov o P. Antonio de Saa da companhia de Iesv no dia que S. Magestade fas annos em 21. de Agosto de 663*. Coimbra: Impresso por Thome Carvalho, 1665.

⁵¹⁸ O jesuíta carioca António de Sá, autor do referido sermão, apesar da intervenção discreta, porém pública, do rei e de seu valido, acabou banido da corte, retornando ao Brasil pouco tempo depois. Cf. DIAS - *Olhares sobre o Mercvrio Portvguez...* I, p. XXVI e XXVII.

naquele contexto político, que estes canais de comunicação pública eram alvos das críticas daqueles que integravam "partidos" ou "facções" opositoras ao governo. Tal foi o caso do próprio padre António Vieira, que denunciava os riscos que os danos que o controle da verdade pelo poder que se exerce através da comunicação podiam causar ao reino. Inaugurado exatamente com a missão de desmontar as mentiras castelhanas, por vezes chamadas de "Castelhanadas, & Comedias"⁵¹⁹, e revelar a verdade portuguesa para a Europa, o periódico do governo de Afonso VI foi um importante instrumento para o seu governo⁵²⁰ — sobretudo, se considerado o seu polêmico começo, ao qual respondeu diretamente.

Os pasquins que marcaram o reinado de Afonso VI, atestam como a política continuava, tal e qual durante os anos de crise dos governos dos Filipes, a ser tema de denúncias publicamente comunicadas e reveladoras não apenas do desconforto e da argúcia crítica de seus autores, mas, sobretudo, de uma atividade política praticada através da opinião sobre os fatos e pessoas que protagonizavam aquele contexto político. Importa, então, sublinhar que a missão do *Mercvrio* não era apenas a de responder às alegadas mentiras e pasquinadas castelhanas, mas de sustentar contra uma outra comunicação de temas políticos o que governo pretendia fazer ser mais reverberado do que os pasquins e murmúrios que eram capazes de falar através das paredes. Neste sentido, fica nítido o por quê da lembrança do autor que narrou as *Monstruosidades* daquele tempo não ser a das monstruosidades da guerra e o por quê do *Mercvrio* usar a estrutura da própria comunicação da guerra para, a partir dela, também alcançando outros temas, desconstruir na opinião pública aquilo que acabou por se consolidar como um problema político de prioridade igual a do próprio conflito⁵²¹.

⁵¹⁹ Cf. Idem, I, p. 61.

⁵²⁰ O *Mercvrio* se apresentava ao público afirmando primeiramente que sua missão era desfazer os danos das mentiras castelhanas: "Saber os sucessos de outros Reynos, & Prouincias, não he sò curiosidade, mas necessidade aos Politicos (...). Este seruiço puderaõ fazer ao bem commum os Castelhanos melhor que os Portugueses; porque os seus ingenhos sempre se applicarão mais a escreuer como os Portugueses sô a obrar(...). Porem, ou pouco informados, ou muito ligeiros, ou com demasiada paixãõ, referem as cousas taõ erradamente, que fica a relação sem alma que he a verdade, & sua lição muito prejudicial a quem lhe dá crédito; & o peor he, que não sei por que fatalidade, o tem com os estrangeiros taõ grande, que na opiniaõ mais que nas forças atemorisa Castella." Idem, I, p. 3-4.

⁵²¹ Entre as situações que competiu ao *Mercvrio* responder (por vezes não diretamente, mas como um canal de comunicação alternativo propondo a relevância de outros assuntos que não os problemas indicados nos pasquins), há a notícia de um pasquim que, em 1663, pedia a readmissão do duque de Cadaval à corte, cf. BNP. F. 3656 (Cod. 589), fl. 58 - *Pasquim q se pos na porta da Capella Real no anno de 1663*. Sobre as reações à crise que marca o fim do governo de Afonso

Se contrastadas as qualidades que o jornal de António de Sousa de Macedo imputou ao rei com as suspeitas de mau comportamento que pairavam sobre sua real pessoa e o modo pacífico com que narra a passagem do governo com outras versões para este acontecimento — ambos os casos bem descritos na *Catastrophe de Portugal* e nas *Monstruosidades do tempo e da fortuna* —, ficará clara a forma como o periódico intervinha formando uma apresentação pública para o novo governo — que ia além do próprio rei. Afinal, foi um ponto importante desta intervenção a elaboração de uma imagem pública também para o conde de Castelo Melhor. Enquanto o *Mercvrio* o apresentava como vassalo e ministro diligente, nos livros publicado já num contexto de desconstrução da imagem pública que o *Mercvrio* construiu para o governo, sua trajetória, desde seu apogeu como valido do rei até sua derrocada por suspeitas de planejar o homicídio de Pedro II, é resumida de modo bastante diverso.

As "novas memórias", por assim dizer, chegavam a apresentar um conde de Castelo Melhor que muito se assemelhava ao odioso conde-duque de Olivares, uma estratégia que, por sua vez, agia como um modo de criar as condições para que o governo formado por Pedro II passasse a dispor da mesma receptividade que o *Mercvrio* construiu para o de seu irmão⁵²². Mas, voltando ao momento em que o *Mercvrio* iniciava sua

VI, cf. ANTT, Miscelânea de Manuscritos do Convento da Graça, tomo 4E, cx. 6. *Pasquins q se puserão em LX^a em sembro e 8^{bro} de 667* p. 460-462. BNP. F. 3656 (Cod. 589), fls. 76 - *Pasquim que amanheceo a 4 de outubro de 667, andando o Povo amotinado contra as treyções do Conde Castel-Melhor* e Idem. fls. 76v-78v - *Relação do q se paßou no Inferno com a chegada do esmoler mor*. E também o famoso pasquim associando os nomes importantes do polêmico contexto político a títulos de comédias, cf. *Monstruosidades do tempo e da fortuna*. Lisboa: typographia da viuva Sousa Neves - Editora, 1888. Já Gastão de Melo Matos replica este pasquim com quinze títulos além dos cento e dois que figuram no livro, cf. MATOS, Gastão de Melo. *Panfletos do século XVII*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1946, p. 62-65. Aqui fica clara a carga crítica do pasquim que, indiretamente, ainda informa sobre a aderência das comédias no cotidiano português. No pasquim, é proposto que determinadas pessoas fossem autoras de comédias famosas como, *Un bobo hace ciento*, que seria do marquês de Marialva (a quem o povo reputou a culpa pela perda de Évora no Santo Motim), *Martires de Córdoba*, do "Povo Todo" e *Palacio confuso*, O de Lisboa. Mas, aqui importa destacar ser o "autor" de *Peor esta do que estava*, *Do Governo em geral* e, sobretudo, *Quien todo lo quiere, todo lo pierde* e *A un tiempo Rei, y vassallo*, ambos atribuídos ao conde de Castelo Melhor, em síntese do autoritarismo a ele atribuído com intenções e palavras que não são pouco semelhantes às que eram dirigidas pelos pasquins portugueses contra o conde-duque de Olivares, em seu tempo.

⁵²² "mostrava o conde de Castelo Melhor que obrava nelle a ambição. confirmou verdade com a evidencia, afastando da graça do Rei aos mesmos que forão parciaes em a alcançar, e poderá ser que principaes em a possuir: e a todos que conheceo com prendas para valido afastou de si, temeroso dos braços que o subirão a ser tão bem visto do seu Rei. Pôs em execução todos os meios licitos, e illicitos de sua conservação com pretextos tão mal soffridos, que os publicava o escandalo, quando mais os dissuadia a industria" *Monstruosidades...* p. 3 "O Conde, que no

missão, a apresentação deste governo foi a sua primeira batalha, por assim dizer; de modo que o primeiro número foi totalmente dedicado a apresentar o novo governo pelas boas qualidades que teria o novo monarca dos portugueses⁵²³ — uma clara demonstração de seu objetivo de intervir na opinião e criar uma boa apresentação pública do governo. Pois, além de toda a desconfiança que a sucessão poderia causar, a própria imagem pública de D. Afonso VI, conhecido por jovem arruaceiro e envolvido com pessoas que, à época, eram vistas como de "má qualidade" para um convívio tão íntimo com o rei, não contribuía para um governo bem recebido por todos⁵²⁴.

Sobre isso, sintoma pertinente de ser lembrado é o das palavras que picavam, aquelas do sermão de António de Sá. Além da crítica a sucessos militares e de governo, muitas delas lembravam que era apenas pelo acidente da morte de D. Teodósio que D.

principio de seu governo era para o povo ídolo, esquecido de que com as mesmas artes de subir se havia de conservar, veio a ser para todos o maior escandalo (...). O povo soffria, e murmurava; a nobresa murmurava, porém não podia soffrer, que vassallo governasse o Reino, absoluto no exercício, e tanto que seu Principe, natural o era só no nome, sujeito em tudo ao Privado" *Idem*. p. 10.

⁵²³ O primeiro número do *Mercvrio* é dedicado a apresentar o novo governo e a propor uma versão para a sua tomada por D. Afonso VI. Cf. DIAS - *Olhares sobre o Mercvrio Portvguez...* I, p. 4-6.

⁵²⁴ Enquanto o *Mercvrio* apresentava D. Afonso por qualidades importantes a um rei, as relações de Afonso VI com Antonio Conti são apresentadas através de uma carta atribuída à rainha, na qual se explicam as razões para ter degredado Conti e outras por cometerem e levarem o rei a cometer "de noite, & de dia os delictos, que com tanto escandalo são notorios nesta Corte". LACERDA, Fernando Correa de. *Catastrophe de Portugal na deposição d'elRei D. Affonso o Sexto e subrogação do Principe D. Pedro o Unico, justificada nas calamidades publicas: escrita para justificação dos portugueses*. Lisboa: Impresso por Miguel Menescal, 1669, p. 62. Já as *Monstruosidades* se referem ao momento em que o duque de Cadaval, que após a subida de Afonso VI se exila da corte, lidera a prisão e degredo de Conti: "Em a manhã de 16 de Junho de 1662 entrou em Palacio para o quarto del Rei D. Nuno Alvares Pereira Duque de Cadaval, Luis de Mello Porteiro mor, e seu filho Manoel de Mello, e o Doctor Duarte Vas de Orta, Corregedor da Corte; e como Antonio de Conti trasia já algumas sospeitas incertas, entrando para a segunda casa se fechou nella, e querendo o Duque abrir a porta com a chave que trasia, não pôde, e por mais que batêrão, elle e Luis de Mello, lhes não o respondeo: e entendendo-se que o negocio se perderia se Conti se passasse ao quarto da Rainha, foi Manoel Mello pôr-se naquella casa, que forçosamente havia de demandar, e sahindo o Duque ao eirado, que fica sobre a casa da Índia, vio que elle tinha mettido a cabeça pela grade da janella, e não a podendo recolher, lhe pegou pelas guedelhas, e perguntando que era o que querião, o Duque lhe respondeo, que el Rei o mandava prender; pedio então que o largassem, que abriria a porta: largando, mudou de parecer, disendo que se não havia de matar por suas próprias mãos. Vendo o Duque, e Luis Mello que toda a dilação era nociva para o que intentavão, disserão a André de Leiro, Guarda da tapeçaria do Paço, que fosse á Ribeira das náos, e trouxesse alguns machados. Viu Conti da janella em que estava, que chegavão os machados, e disendo-lhe o Duque que qualquer lasca das portas lhe havia de custar muitas feridas, que se abrisse lhe darião a vida, se resolveo a abrir a porta, e o prendeo o Corregedor, e a Balthasar de Matos, e os mandou a hum navio que estava de verga de alto, para passar ao Estado do Brasil." *Monstruosidades...* p. 2.

Afonso VI era agora rei de Portugal. Uma clara "picada" na moral do rei. Mas como, então, podia o *Mercvrio* apresentar uma diferente opinião sobre o governo que representava e quais públicos alcançava? Como a sua circulação pode encontrar o resultado esperado? Para isso, é preciso considerar o seu lugar de circulação, os temas e configurações em que insistia para a sedimentação de uma opinião e a forma das próprias notícias.

Para o período e a sociedade considerados, há de se ter presente como estudos relativamente recentes sobre práticas de leituras e níveis de alfabetização no século XVII alcançaram resultados interessantes à presente análise⁵²⁵. Sendo verificado que a leitura e o contato cotidiano com livros, panfletos, pasquins ou escritas que usavam a própria cidade como suporte eram bastante corriqueiros, apostar na divulgação escrita para a exposição de temas e opiniões era uma estratégia capaz de alcançar sucesso. O próprio *Mercvrio* nos oferece a possibilidade de perceber se não o público que pretendia, aquele que julgava ao alcance das notícias.

Narrando como versões castelhanas chegavam a Lisboa, a que chama de "patranhas nunca imaginadas, & sem algum fundamento", informa de "Hum Francez, & dous Portuguezes as liaõ no pateo da Capella com tantas risadas, que conuidàraõ muita gente de varias naçoens a ouuillas". O caso, que não se sabe ser real ou criação, ilustra, de qualquer forma, o modo como o compartilhamento de notícias se dava, mesmo que por recurso a um modo fictício de criar a situação. Aos três ainda se juntaram "hum Portuguez velho de presença veneraue", um cavalheiro do hábito de Cristo, um capitão, os cônsules inglês e holandês, um gentil homem francês, um moço português e um grande número de soldados italianos que fugiam de Castella pelo mal tratamento que passavam "com o que se diuertio este colloquio a falar nelles."⁵²⁶

As cidades, reativas que eram aos acontecimentos que as tinham por palco, viam e interagiam não apenas com a circulação dos textos, mas com a sua contínua repercussão⁵²⁷. Sobretudo, se considerada a escrita objetiva, sucinta e simples destes tipos

⁵²⁵ Cf. MARQUILHAS, Rita. *A faculdade das letras — leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa: INCM, 2000. Cf. FRAGO - Alfabetización y primeras letras... In: GÓMEZ - *Escribir y leer...*

⁵²⁶ DIAS - *Olhares sobre o Mercvrio Portvguez...* I, p. 25-27.

⁵²⁷ Para múltiplos estudos sobre a relação das urbes modernas com a imprensa de notícias, as coletâneas mais citadas neste trabalho formam um conjunto de textos que reúne os autores que mais têm avançado em tais problemas. Cf. GÓMEZ; AMLANG; SÁNCHEZ (org.) - *Opinión pública y espacio urbano...* ROSPOCCHER (org.) - *Beyond the public sphere...* Entre as

de texto, voltado para um público que não precisa dominar grande erudição para compreender a narrativa, o alcance das leituras curtas sobre mais grupos do que aqueles habituados às longas, demoradas e solitárias dos grandes livros ficará melhor dinamizado em seu contexto. Compreender esta lógica, antecipando ou disputando versões, insistindo no argumento da verdade e com uma capacidade perene de relação com o público — dada a periodicidade e os recursos disponibilizados — formam o modo de intervenção do *Mercvrio*.

Uma das formas de perceber como o periódico buscava alcançar um variado público é atentar à sua variedade temática. O jornal era capaz, inclusive de modo bem humorado, de alcançar letrados, pessoas atentas a prognósticos e comerciantes preocupados com os negócios. Isto pois, captando uma audiência com diferentes interesses e intimidades com a leitura e indo além das notícias cujo assunto eram as batalhas propriamente ditas, o *Mercvrio* conseguia responder a temas importantes para os habitantes de uma cidade como Lisboa. Nele, se apresentavam, por exemplo, soluções para o financiamento da guerra. Uma dessas, a criação da Companhia de Comércio com o Brasil, repercutia em outros assuntos delicados como a sustentação do comércio marítimo e o dinheiro gasto com o provimento das tropas, questão delicada para uma cidade com constantes crises (ou expectativas de crise) de fome.

A apresentação do assunto era de interesse geral, mesmo para aqueles que não marchavam. Afinal, além do pão ser um problema de todos, principalmente quando grande parte era desviada para o provimento do exército, todo cereal comprado para o sustento das forças militares era pago com dinheiro das décimas que se impuseram no começo do conflito. Pão e impostos formavam um tema sensível e quem o apresentasse de modo otimista (e convincente) estaria prestes a dar um importante passo para a sua própria apresentação pública. E foi exatamente unindo o problema do pão ao do dinheiro para a guerra, além de afirmar ser meio de subjugar a cobiça dos assentistas, que o *Mercvrio* apresentou as diligências do conde de Castelo Melhor sobre o assunto⁵²⁸.

Economia, comércio e provimento são assuntos que, reunidos, podiam ter alto impacto nas cidades que financiavam o esforço militar português. Mais: eram assuntos

reações de outra natureza, o próprio *Mercvrio* e outras relações ao longo da Restauração narraram diferentes ocasiões em que o Sacramento esteve exposto após importantes acontecimentos militares ou em que procissões e festas marcavam a chegada de notícias do *front*.

⁵²⁸ DIAS - *Olhares sobre o Mercvrio Portvguez...* I, p.71-74.

da própria cidade. Não obstante, revertendo um quadro de décadas de decaimento do poderio naval, pilar de sustentação de um reino que se pretendia império e de seu comércio, a construção de uma armada era uma notícia periodicamente lembrada, de modo que o *Mercvrio* não militava a opinião pública apenas anunciando vitórias, mas também caracterizando um modo de governar o reino que servia para os tempos da guerra, mas também para os da paz. A presença de tais temas em um periódico institucionalmente organizado sugere o objetivo de aproximação com um público urbano vasto e que, interessado nos desdobramentos da guerra, acabava por servir também à divulgação de outras questões importantes para a apresentação pública das decisões políticas.

Mas, antes de se consolidar como elemento absolutamente marcante e até de identificação do reinado de Afonso VI, o periódico de António de Sousa de Macedo teve de lidar com uma questão delicada. Numa conjuntura como a dos anos finais da Restauração, era possível que reveses indesejados pudessem ser enfrentados e repercutidos publicamente. E foram. Em 1663, prestes a completar o primeiro ano de seu reinado, D. Afonso VI e o reino compreenderam que a temível invasão castelhana não era uma ameaça vã. Évora, considerada a segunda mais importante cidade de Portugal, por sua antiguidade, pelas Casas nela presentes e por ter sido, inclusive, corte manuelina, caiu praticamente sem resistências nas mãos do inimigo. D. João de Áustria e as dezenas de milhares de homens sob seu comando davam agora ao *Mercvrio* a obrigação de explicar uma tal perda ao seu público.

Não fosse isso bastante, as repercussões da derrota foram ainda mais desastrosas. No mesmo instante em que Lisboa recebia esta notícia, pela voz de António de Sousa de Macedo que tentou aproveitar a situação para incitar os portugueses à necessidade de lutarem, um motim se iniciou no Terreiro do Paço. Agora, além de explicar uma perigosa perda política expressa na capitulação eborense, o governo precisava elaborar uma versão para um perigo muito maior do que a derrota (mesmo que grande) em uma batalha. Se considerarmos que um dos objetivos de jornais e notícias como as relações, a *Gazeta* e o *Mercvrio* era o de, pelo aproveitamento do interesse geral por compartilhar temas importantes da vida cotidiana, agir preventivamente sobre a opinião pública, superar este grave dissenso era uma missão incontornável.

De imediato, o *Mercvrio* e outros canais oficiais ou permitidos pela censura deram início a uma campanha para relembrar aos portugueses a unidade necessária capaz de fazer frente aos rumores que pudessem informar a respeito de uma importante ruptura.

Em 25. deste Mez de Mayo á tarde chegou a esta Corte de Lisboa a noua da entrega de Euora, & diulgandose no dia 25. pola manhã, foi tal o feruor do Pouo para a defesa de sua Patria, que concorreo tumultuosamente ao Terreiro do Paço clamando todos que queriaõ peleijar com o Castelhana. Saiu elRey nosso Senhor a húa janella, & se esforçaraõ os viuas & aclamaçoës a sua Real Pessoa; mas como sempre nas Republicas ha maos que se approueitaõ de semelhantes concursos de gente, para vinganças & para latrocínios, ouue vozes desconhecidas que leuaraõ o mais vil do Pouo a roubar (entre o viuas delRey) tres Casas onde entenderaõ que hauia cabedal; & passariaõ a outras, se os naõ impediria a authoridade de fidalgos que acodiraõ, & principalmente o respeito das procissoës com que sairaõ os Religiosos de algüs Conuentos; & no fim de duas ou tres horas ficou tudo sossegado.⁵²⁹

O apelo ao furor popular como prova de seu comprometimento, inclusive com notícia de um amplo voluntarismo à guerra, rivalizava com outras versões que, por não terem sido impressas, podem hoje ser encontradas sob a forma de lembranças anotadas:

Motim do Povo em caza do Marques de Marialva em 25 de Mayo de 1663. em q se diz q hum frade Trino matou m^{ta} gente com hum [?]; a Marqueza sahio quazi descomposta por salvar a vida, e o povo lançoõ p^{las} janellas tudo o q achaua nas cazas.⁵³⁰

Outra lembrança, que não descarta a violência do dia como fez o *Mercvrio*, ainda informa acerca de outras participações importantes para a pacificação da revolta. O envolvimento de pessoas do povo e de algumas ordens religiosas em ambos os lados — o dos revoltosos e o dos que trabalhavam pela recomposição da ordem — evidencia uma tensão social que, embora sublimada nas versões oficiais para o evento, mostra como se dava a abordagem do jornal na explicação de problemas políticos de grande monta. Segundo o *Mercvrio*, as procissões lembraram ao povo, em poucas horas, o sentido da ordem social. Segundo outras versões, foi preciso um engajamento de agentes políticos mais próximos ao povo para que a ordem se reestabelecesse:

Lembrança de um motim que houve n'esta cidade chamado o do Marquez de Marialva

Sucedede este n'esta cidade de Lisboa, aos 25 de maio de 1663, sendo juiz do povo Lucas Matta, do officio de correeiro, e seu escrivão

⁵²⁹ DIAS - *Olhares sobre o Mercvrio Portvguez...* I, p. 63. Outra relação, também impressa e que, por isso, não poderia ser muito dissonante, reitera esta versão: "Supo D. Iuan [de Áustria] q en Lisboa cõ la nueua de la perdida de Euora fue tanto el ferbor del pueblo por la defensa de su patria, q rõiõ en vn grande tumulto, clamando por las calles que todos querian ir pelear cõ los Castellanos, y q eran traidores los q no hissiessen lo mismo: boz q cüdiõ por todo el Reyno si biẽ cõ má quietud; en lo qual merece alabãça mui especial el pueblo de la Ciudad de Coimbra" *Relacion de la famosa, y memorable vitoria que el Exercito de ElRey de Portvgal, Governado por el Conde de Villa-Flor alcanço del exercito delRey de Castilla, governado por su hijo Don Juan de Áustria*. Lisboa: Impresso por Enrique Valente de Oliveira, 1663, p. 5.

⁵³⁰ BGUC. Ms. 510, fl. 75.

Manuel Nunes, do officio de ourives do ouro, os quaes, tendo noticia do dito motim, fizeram logo juntar todos os deputados da Casa dos Vinte e Quatro, e juntos fôram ao convento da Trindade, e convidaram a communitade dos religiosos d'elle para lhes ajudarem a accommodar o povo, que estava amotinado junto ás casas do marquez de Marialva, que eram defronte da egreja do Loreto, o que conseguiu o tribunal da dita Casa com os ditos religiosos.⁵³¹

As notícias do *Mercvrio* e de outros textos impressos, além de negarem a participação de membros do terceiro estado na resolução de um problema político que cabia ao governo prevenir e remediar, divergem destas lembranças nas causas e desdobramentos do motim. Não se limitando a algumas correrias e desordens praticadas pelo medo de alguns e o desejo de lutar de muitos, as outras lembranças apresentam uma delicada situação. Responsável pelo governo da guerra, o alvo da multidão foi, segundo outras anotações, o marquês de Marialva e não os comerciantes que teriam sido saqueados por desesperados portugueses que temiam uma invasão.

O caso mostra como o *Mercvrio*, ainda no começo de sua trajetória, precisou lidar publicamente com a pior crise militar que enfrentou durante o tempo em que foi publicado — que continuou a ser lembrada em outros momentos, como no caso do já referido sermão do jesuíta António de Sá. Os relatos sobre o motim informam sobre uma ampla participação reunida na prática de atos violentos contra aquele que entendiam poder responsabilizar pelo problemas que enfrentavam. Um episódio que poderia ter sido muito pior, não fosse a intervenção de outras autoridades dedicadas ao restabelecimento da paz na cidade, sobretudo religiosas e do próprio povo, capazes de circular entre os irados

⁵³¹ *Elementos...* VI, p. 74 (nota). Eduardo Freire de Oliveira avança com outros detalhes: "Os amotinados (...) investiram o paço do arcebispo, as casas de Luiz Mendes d'Elvas e outras, levando o terror a diferentes pontos da cidade. ¶ No palacio do marquez de Marialva [que seria hoje na atual praça Luís de Camões] (...) puzeram os sediciosos em acção toda a casta de barbaridades. Espancaram os criados, arremessaram á rua os moveis, de que fizeram uma fogueira, e estiveram prestes a lançar fogo ao edificio, como era seu proposito. tudo isto porque alguém se lembrou de acoimar de traidor o heroe das linhas d'Elvas." Mais adiante, explicando a designação de *santo motim*, como ficou lembrado o caso por alguns, Oliveira menciona uma consulta da cidade ao governo, feita pelo procurador da cidade, em que refere que "no dia do tumulto andára «toda a manhã com o sr. presidente, que então era da camara, aquietando o povo no Torreiro do Paço, com grave risco da sua vida." E conclui o organizador dos *Elementos*: "As communitades d'outros conventos [além daquela do da Trindade] saíram processionalmente, resando ladainhas e prégando a paz e a concordia. ¶ Assim se foi pacificando a cidade, até que ao descahir da tarde entrára no seu estado normal, terminado de todo o *Santo motim*, nome que depois lhe deram: santo no sentimento que produziu, santo nos meios brandos e suasorios com que foi debellado e santo na consequencias beneficas que d'ele resultaram, porque deu força ao governo de D. Affonso VI, que em poucos dias conseguiu organizar em Aldêa Gallega um corpo de exercito, approximadamente de quatro mil homens, voluntarios na maioria" Idem, p. 435 (nota).

portugueses sem serem associadas às culpas pela derrota em Évora. Desmentindo estas versões, nas quais a ação dos envolvidos na retomada à ordem foi de aplacar uma descontrolada fúria popular, o jornal preferia insistir em outras participações, como o voluntarismo dos Vinte e Quatro de Coimbra em mandar fechar as lojas para que pudessem participar efetivamente na guerra.

Pela imensa presença deste acontecimento, da perda de Évora à sua restauração, passando pelo motim e suas repercussões, a atividade escrita sobre ele foi bastante intensa. Tal como no caso de importantes vitórias, como a de Montes Claros, que repercutiu em uma otimista e abundante atividade autoral, o encerramento desta crise com a vitória do conde de Vila Flor levou à publicação de muitos documentos referentes à batalha. Além do *Mercvrio*, cartas trazidas de Évora ou tomadas ao inimigo antes de sua capitulação eram constantemente divulgadas ao público como forma de apresentar, de maneira credível, que, apesar de ter conquistado a cidade, o estado das tropas inimigas era precário e seus soldados e populações sofriam com a tirania de seus comandantes e seu rei. Uma maneira de divulgar "verdades" que lembrassem, no momento de crise (militar e política, com o motim praticado em Lisboa), os motivos pelos quais o reino devia se manter unido contra um inimigo comum.⁵³²

A resposta pública tanto à perda quanto às versões sobre sua repercussão ou à explicação do motim para aqueles que não testemunharam por si tal reação política popular ou o pânico gerado na cidade por ter tão perto um inimigo vitorioso foi intensa. Porém, a resposta mais efetiva a esta perda foram as narrativas das vitórias posteriores. Desde a segunda Restauração de Évora até o sucesso de Montes Claros, o *Mercvrio* teve a possibilidade de narrar muitas vitórias. Algumas, inclusive, decorrentes de ousados movimentos ofensivos em resposta à incursão castelhana no Alentejo. Nelas, se destacam a atenção ao soldado, na qual o *Mercvrio* atentou algumas vezes em descrever o "bom dia de um soldado"⁵³³ — interessante para notar como o jornal cobria uma grande amplitude

⁵³² Na intenção de não deixar as insatisfações dos portugueses sem um correspondente no lado inimigo, a mesma edição encerra com a informação de que: "podese ter por certo que muitas terras de Castella se irão leuantando pelas oppressoës que padecem, assi nos alojamentos, como nas contribuições para a guerra, não reparando aquelle Rey & seus Ministros, em destruir o proprio por vsurpar o alheo". DIAS - *Olhares sobre o Mercvrio Portvguez...* I, p. 63.

⁵³³ Tais situações, em geral, eram marcadas por boas e ricas pilhagens, descansos na retaguarda e fartos banquetes com referências a boa comida e bom vinho. Numa delas, o próprio rei se fez presente e teria participado de uma simulação da disposição das tropas na Batalha do Canal. Cf. DIAS - *Olhares sobre o Mercvrio Portvguez...* I, p. 96 e 109. É digno de nota como o saque, mesmo contra civis, não era uma prática má repercutida, como hoje, podendo ser comumente

social dos envolvidos no conflito — e a insistência no comportamento valoroso de alguns portugueses. Estes passaram a povoar com seus nomes inúmeras edições — nomes como Dom Sancho Manoel, conde de Vila Flor e comandante na retomada de Évora, Pedro Jaques Magalhães, D. Francisco de Sousa, conde do Prado ou o conde de São João, todos heróis constantes em suas ações por Portugal.

Além disso, o momento marca, ainda, uma virada na condução da guerra que, em resposta aos ataques sofridos no Alentejo, passaria a uma guerra com maior potencial ofensivo⁵³⁴, uma orientação política para a vida militar que rompia com uma estratégia mais diplomática e defensiva para a guerra. Por isso e pelo modo como estes militares foram apresentados, a fixação destes nomes guarda uma questão interessante. No início de suas publicações, o jornal anunciava uma curiosa decisão: não nomear os heróis portugueses "porq como a tenção de Mercurio nestas relações he sòmente dar ao Mundo verdadeira noticia do estado das cousas de Portugal em commum, naõ lhe he necessario para isto especificar pessoas⁵³⁵". A estratégia era a de manter aquela imagem de todo Portugal ser um exército indistintamente. Entretanto, questões mais objetivas impuseram a reconsideração.

Em primeiro lugar, há que se lembrar que o reconhecimento público dos serviços prestados em batalha pelos heróis portugueses, muitos deles nobres, servia ao propósito do próprio governo dar a saber ao reino a nobreza com quem trabalhava. Estratégia atenta ao modo como os sucessos eram divulgados porque, apesar do ânimo evocado pela ideia de um país todo "em commum" ser a sua própria força, uma grande força cujos sacrifícios não se limitavam à marcha e à peleja, neste contexto era importante convencer aos portugueses de que Portugal tinha o seu próprio (e poderoso) exército. Isto é, o governo era capaz de oferecer aos portugueses uma condição menos improvisada de combate, apesar de toda a propaganda empreendida para minimizar tal condição pelo apelo à imagem de todo um reino em combate. Uma diferença em relação aos primeiros anos que

aludida num periódico oficial. Sobre isso, refere-se um estudo sobre a configuração das ações dos diferentes grupos sociais envolvidos nas guerras do século XVII, em comédias castelhanas, cf. GREER, Margaret. *La clase social y el trabajo sucio de la guerra en los tablados madrileños*. In: GOMEZ; AMLANG; SÁNCHEZ (org.) - *Opinión pública y espacio urbano...*

⁵³⁴ No mesmo exemplar em que narra a recuperação de Évora, o *Mercvrio* narra a Batalha do Canal, aludida em outras edições como prova do valor português e favor divino. DIAS - *Olhares sobre o Mercvrio Portvguez...* I, p. 42-48. O conde do Prado, em um ataque à Galícia, em outubro de 1663, mandou aviso aos moradores para que reconhecessem e prestassem obediência aos portugueses, ocupando o lugar. Cf. Idem, p. 88 e 89.

⁵³⁵ Idem, p. 43.

por um lado contribuiu para a opção pela nomeação de militares, e, por outro, significou um silêncio quanto a acontecimentos em que não era este exército que lutava nas batalhas.

Ao narrar o assédio castelhano sobre Vinhais, no exemplar de julho de 1666, o *Mercvrio* destacou a ação do nomeado Estevão Maris Sarmiento, governador da vila, que com cinquenta homens mais alguns nobres resistiram ao exército do general Pantoja, governador das Armas da Galícia⁵³⁶. Outro relato da época, porém, destaca uma série de improvisos para sanar a debilidade das forças, cujo destaque não está nem em Maris Sarmiento, nem nos nobres do lugar. Segundo José Lopes Alves, em comentário às "Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança", de Francisco Manuel Alves, abade de Baçal, a defesa da vila teria ficado não apenas a cargo dos cinquenta assistentes do governador, mas também e sobretudo a cargo da população. Segundo a memória: "Logo que teve conhecimento da aproximação das forças de Pantoja, o governador fez sair da fortaleza todos os homens idosos, mulheres e crianças, apenas ficando no seu interior todos os que pudessem ser úteis à defesa". Mesmo assim, todos os que saíram, "escoltados por lavradores velhos, sacerdotes e criados, com algumas armas de fogo, chuços, mantimentos e munições", foram abrigar-se em local das imediações que, pela sua natureza física, lhes permitiria resistir por algum tempo. Este "Esquadrão", como fica denominado no relato este grupo de gentes, "era capitaneado por uma mulher que tinha como auxiliares uma irmã e uma prima"⁵³⁷.

Segundo Alves, após algumas horas de conflito, restavam poucas dezenas de pessoas dispostas a lutar. O governador, então, teria recorrido a um chapeleiro e mandado "buscar todos os chapéus que este possuía, que bastantes seriam, e colocou-os na ponta de chuços ao longo da muralha de modo que, vista do exterior, esta parecia estar guarnecida por muitas gentes e armas. Em seguimento desta ação mandou dois ou três

⁵³⁶ "O Mestre de Campo General Pantoja (...) investio a nossa Villa de Vinhaes, caminhando por dentro de humas casas encostadas à muralha; mas o Governador della Esteuam de Maris Sarmiento, sô com alguns homens nobres da mesma Villa, & sincoenta auxiliares pelejou toda aquella noite, & na madrugada defendeo valerosamente a porta de huma barbacam que lhe leuaram com barris de poluora. Todo o dia de vinte & tres continuou com o mesmo esforço, respondendo como valente Portuguez aos recados que o soberbo Pantoja desesperado lhe enuiaua; até que o obrigou a retirar-se à noite para a serra chamada Choroa (...) leuando a dôr, & ignominia de lhe resistir cousa tam pequena (...) desabafando a raiua em queimar alguns lugares abertos do districto" Idem, vol. 2, p. 608 e 609.

⁵³⁷ ALVES, José Lopes. A Guerra da Restauração (1640-1668) no teatro de operações trasmontano. *Revista Militar*, 2005 (novembro), nº 2446. disponível em: <<https://www.revistamilitar.pt/artigo/20>> último acesso em 13 de novembro de 2019.

homens fazer fogo contínuo por toda a muralha, sempre de posições diferentes, destacou um tamborileiro para a estrada que vinha de Bragança, o qual, tocando de quando em quando os toques de “marcha” e “a degolar”, daria sinal de próxima chegada de reforços, e enviou um terceiro a contactar os habitantes que estavam dispersos nas colinas exteriores pedindo que, sempre que possível, fizessem fogo sobre os espanhóis.”⁵³⁸. Quando muito, o *Mercvrio* pontuava "o valor com q iguالمême procederam os moradores"⁵³⁹, em ocasiões esporádicas. Contudo, agora, era sempre o exército quem vencia as batalhas e não os povos, como se divulgava no começo da guerra. Versões diferentes ficavam sujeitas às lembranças de quem as testemunhava, não encontrando o mesmo aparato de divulgação à disposição do *Mercvrio*.

Em segundo lugar, a nomeação dos heróis atendia a outras valias políticas. Além de servir como uma prática de boa relação com os próprios líderes do exército, esta prática demonstrava um governo do reino e das armas capaz de superar as perdas de apoio de outra parte da nobreza — de modo que a opção por suspender o anonimato, apesar de não insistir na homogênea coesão dos portugueses, agraciava os nomeados com a satisfação do reconhecimento público de seus atos. Conceder público reconhecimento aos seus vassallos mais importantes e que mais se destacavam era, além de prática recomendável para manter, uma forma de dar merecida satisfação aos *heróis* que buscassem a *fama*, como um modo justo de ter suas ações valorizadas.

Já do ponto de vista da leitura e da sedimentação da opinião, tais nomeações davam aos leitores a oportunidade de associarem o feito a uma pessoa. Como na descrição do general Diogo Gomes de Figueiredo, que, numa batalha de gigantes, fez os castelhanos desistirem de um furioso ataque aos portugueses:

No mez passado declarou o Mercurio as rezoens porque determinaua não nomear particularmente as pessoas que obrassem nas facçoens. Nesta se houueraõ muitas das que se acháraõ na praça, assi moradores, como soldados cõ o valor que se deixa entender do sucesso, & de suas circumstancias; mas como sempre o Cabo maior fica exceptuado da regra géral, parece licito dizer que o General da artilharia Diogo gomes de Figueiredo, alem do acordo cõ q se houue na repentina disposição, de que resultou a defenda, acudiu pessoalmente com tanto esforço as partes, que suprio o numero de muita gête; & quando acodio ao baluarte de S. Francisco, achado já nelle hum Castelhana (que depois se disse era Mestre de Campo) agigantado de corpo, & luzidamente armado com

⁵³⁸ Idem. Para a versão do *Mercvrio*, cf. DIAS - *Olhares sobre o Mercvrio Portvguez...* II, p. 608-609.

⁵³⁹ Idem, II, p. 536.

peito, & espaldar sobre hũa boa Coura, & seu murrião, que com hũa pertezana na mão estaua exortando valerosamente os mais a que acabassem de subir, o inuestio com hũa estocada que o passou de parte a parte pello souaco, & logo com hum reuez pella cabeça o acabou de deitar abaixo, com que os mais deixárão cahir das escadas.⁵⁴⁰

Deste caso em diante, muitos outros portugueses passaram a ser recorrentemente nomeados. Mas a presença de "heróis", especialmente os que enfrentavam homens agigantados ou desempenhavam façanhas semelhantes, pode ainda ser analisada de modo a estabelecer interrogações a respeito da *forma* das notícias. Uma abordagem que em tudo é complementar ao problema da opinião pública e ao modo como as populações urbanas mantinham um constante interesse por novidades — o que remete, ainda, à crítica que Vieira, fiel porta voz do argumento de uma guerra defensiva e menos "valentona", fez ao estilo com que as notícias eram oferecidas ao público, vendendo com letras de ouro verdades fabricadas e imprudentes. Afinal, numa sociedade tão propensa a metáforas sobre a proporção das pessoas, isto é, às imagens que, no discurso hegemônico, organizam a sociedade pelo "tamanho" das pessoas como forma de aferir suas qualidades e capacidades políticas ou econômicas, indagar o "tamanho" dos estilos não é entendido como menos importante.

Nos séculos XVI e XVII, não eram incomuns as opiniões que referiam a validade de diálogos que reproduziam a conversação cotidiana (como apresentado sobre as sátiras do capítulo anterior) ou que insistiam no proveito de textos curtos e simples para um melhor entendimento⁵⁴¹. Do ponto de vista formal ou literário, não são poucas as opiniões e críticas que percebiam uma degeneração dos gêneros literários, que os readequava ou mesmo abria espaço para uma indefinição estilística cada vez mais presente nas leituras feitas, sobretudo, ao longo do século XVII⁵⁴². Algo que é entendido como um dos

⁵⁴⁰ Idem, p. 59-60.

⁵⁴¹ Ao defender o caráter breve de seus discursos políticos, Severim de Faria justifica: "Costumãõ os Architectos quando intentaõ levantar alguma fabrica, debuxala primeiro em huma pequena traça, para depois se acertar melhor o edificio. Este preceito, que a experiencia fez comum a todas as artes, guardaraõ antigamente com grande observancia os Escritores Gregos, e Latinos, procurando os mais d'elles provar primeiro o estillo em pequenos Tratados, para depois o poderem continuar com perfeiçaõ em obras de maiores argumentos." FARIA, Manuel Severim de. *Discvrsos varios politicos...* p. 1.

⁵⁴² No *Hospital das Letras*, Francisco Manuel de Melo e seus interlocutores no *apólogo dialogal* comentam em diferentes momentos a dificuldade de compor poemas épicos e a superação desse estilo. Perguntando o autor: "E o que faremos ao Ercilla e Ferreira?" Bocalino responde: "Mandá-los aos incuráveis. O primeiro porque, compondo um poema misto, cuidou que o fazia heróico". MELO, Francisco Manuel de. *Apólogos dialogais, vol. II: O escriptório avarento; O Hospital das Letras*. Coimbra, 1999, p. 69. Em outro momento, "Lípsio" comentou a

sintomas de uma busca por formas mais pertinentes de se expressar para um público dinâmico e interessado. Já no presente século e no passado, o problema ocupou as atenções de autores motivados a perceber justamente a trajetória destes gêneros não em função de questões internas, mas pela sua relação com o próprio ambiente cultural que os exigia e possibilitava, cujos exemplos mais proveitosos são Erich Auerbach⁵⁴³ e Georg Lukács⁵⁴⁴.

Ao caso de Lukács, convêm algumas palavras. Sua investida às múltiplas transformações que levaram à consolidação do *romance* entre os séculos XVIII e XIX incide sobre inúmeros exemplos da escrita seiscentista e seus condicionantes estéticos (logo, cotidianos) e históricos⁵⁴⁵. O filósofo insiste em um fenômeno de deslocamento da forma poética de um ideal elevado para um mundo prosaico. A escrita deixa de ser a fixação de eventos singulares e passa a circular entre a vida banal. Mas como isso se deu processualmente e não subitamente, entre a épica e o romance há um largo momento em que a *gesta heroica* irá se confundir com a própria prosa e não com os versos homéricos — chegando mesmo a assumir uma forma de epopeia em prosa, por sua vez bastante

dificuldade de compor poemas épicos e "Bocalino" respondeu: "Acabem, por isso alguma hora os épicos de se informarem em suas regras e haverá quem possa decorá-las". Idem, p. 63-64. As transformações do gosto, no século XVII, são interessantemente analisadas por Aníbal Pinto de Castro em sua apresentação sobre a *Nova Arte de fazer conceitos* de Francisco Leitão Ferreira. Nela, se apresenta críticas às metáforas obscuras e aos modos de compor que já não se verificavam pertinentes, levando à necessidade de uma "tentativa de eloquência mais simples". Cf. CASTRO, Aníbal Pinto de. *Retórica e teorização literária em Portugal do Humanismo ao Neoclassicismo*. Lisboa: INCM, 2008, p. 342-382. A *Nova arte* e seu contexto serão retomados em outra oportunidade, mais adiante.

⁵⁴³ AUERBACH - *Mimesis*...

⁵⁴⁴ LUKÁCS - *A teoria do romance*... Escrita como forma de compreensão das condições históricas e filosóficas que levaram à I Guerra Mundial, este livro é depois totalmente revisto pelo autor, em razão do abandono do hegelianismo, apesar do livro ter sido o primeiro em que "os resultados da filosofia hegeliana foram aplicados concretamente a problemas estéticos", e de sua aproximação da "genuína estética de Marx". Cf. Idem, p. 7-19. Suas contribuições, contudo, continuam a ser admitidas aqui pelo volume e qualidade de análise sobre os processos de transformações das *formas* e de sua relação com momentos históricos. De modo geral, nesta tese, é, entretanto, referência mais importante a obra na qual já se encontram revistos tais pontos. Cf. LUKÁCS - *Estética*... Sobre o romance, especificamente, o autor revê suas teorias em _____. *O romance histórico*...

⁵⁴⁵ Cf. Idem.

diferente da literatura aqui analisada⁵⁴⁶. Para além da natureza complexa desta forma poética, o fato também se explica por uma espécie de "desencantamento"⁵⁴⁷.

A poesia já não dava conta do mundo como antes. A contaminação da literatura pela velocidade de renovação da vida prosaica e urbana e sua vasta rede de problemas práticos diários leva a um tipo de "degeneração" dos gêneros literários (sem interessar aqui um sentido pejorativo da palavra, mas o analítico). Tal "velocidade" é sentida, por exemplo, no interesse por novidades, que, neste período, assume o sentido também de "informação" ou "assunto". Ora, a renovação do assunto com manutenção de uma essência que configura a narrativa é um dos aspectos considerados sobre as notícias da Guerra da Restauração.

Por outro lado, elementos marcantes da poesia homérica continuam a perdurar nessas formas degeneradas. Destes, um aspecto é de maior importância para o problema da literatura da Restauração Portuguesa: a manutenção de um ideal comunitário. Desta forma, a distância entre heróis e não heróis seria mais curta do que algo que uma ou outra pessoa trouxesse de nascença. O herói é um autêntico exemplar de sua comunidade — sejam estes heróis do *Mercvrio*, sejam aqueles notados entre os povos de vilas e aldeias que são apresentados nas primeiras relações da Restauração⁵⁴⁸. Para Lukács, este percurso

⁵⁴⁶ MUHANA, Adma. *Epopéia em prosa seiscentista: uma definição de gênero*. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1997.

⁵⁴⁷ "O discurso poético é naturalmente social, porém as formas poéticas refletem processos sociais mais duráveis, "tendências seculares" por assim dizer da vida social. O discurso romanesco reage de maneira muito sensível ao menor deslocamento e flutuação da atmosfera social, ou, como foi dito, reage por completo em todos os seus sentidos." BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e estética — a Teoria do Romance*. São Paulo: Editora HUCITEC/Annablume, 2002, p. 106. Adma Muhana, ao apresentar a profusão de formas romanescas, isto é, literaturas vernaculares que culminam no romance do século XIX, afirma que, para Bakhtin, a emergência do romance deriva do "progressivo esfacelamento dos gêneros clássicos" MUHANA - *Epopéia em prosa seiscentista...* p. 16-17.

⁵⁴⁸ "O indivíduo épico, o herói do romance, nasce desse alheamento em face do mundo exterior. Enquanto o mundo é intrinsecamente homogêneo, os homens também não diferem qualitativamente entre si: claro que heróis e vilões, justos e criminosos, mas o maior dos heróis ergue-se somente um palmo acima da multidão de seus pares, e as palavras solenes dos mais sábios são ouvidas até pelos mais tolos." LUKÁCS - *A teoria do romance...* p. 66. "O herói da epopéia nunca é, a rigor, um indivíduo. Desde sempre considerou-se traço essencial da epopeia que seu objeto não é um destino pessoal, mas o de uma comunidade. E com razão, pois a perfeição e completude do sistema de valores que determina o cosmos épico cria um todo demasiado orgânico para que uma de suas partes possa tornar-se tão isolada em si mesma, tão fortemente voltada a si mesma, a ponto de descobrir-se como interioridade, a ponto de tornar-se individualidade. (...) Portanto, o significado que um acontecimento pode assumir num mundo de tal completude é sempre quantitativo: a série de aventuras na qual o acontecimento é

que levou a poesia épica a uma nova forma em prosa durou cerca de quatro séculos, de Dante a Goethe, com importantes transformações sobre a configuração do herói. Contudo, para os fins aqui propostos, convém atentar a um momento mais curto destas transformações e que seja capaz de auxiliar ao enquadramento daquelas que se operaram na mistura entre o épico e o lírico e, mais importante ainda, entre o elevado e o prosaico.

A perda de um referencial ideal (um referencial menos factual) para a matéria tratada e a cada vez mais acentuada utilização da poesia para tratar de situações menores ou episódicas é o que, conseqüentemente, arrastou a épica para o lírico. Nas notícias da Restauração, isso é observado numa épica seriada em pequenos capítulos, os quais eram as próprias notícias, que, ao contrário da poesia heroica, dotada de uma unidade poética, formavam uma espécie de epopeia continuamente dada a saber de poucas em poucas páginas. Isto é, uma acomodação do que deveria ser a comunicação de valores essenciais dos portugueses, continuamente demonstrado naqueles anos em função das contínuas exigências (materiais, humanas e políticas) da guerra, a uma série de epopeias de poucas páginas e poucos réis, escrita dispersamente em uma vastidão de pequenas notícias (hoje diríamos jornalísticas) que, em suas narrativas em prosa, ainda eram imbuídas de elementos poéticos para alcance do *proveito* desejado a longo prazo sobre uma opinião continuamente disputada.

É aqui que problemas aparentemente distintos como a Aclamação e suas etapas críticas se fundem ao da indefinição dos gêneros literários. Para não perder o foco da análise, que permanece dirigida à literatura mediana do século XVII, esta progressiva transformação do gênero heroico fracionado em inúmeros subgêneros levou Francisco Manuel de Melo a denominá-las "hermafroditas":

[Autor:] Eis aqui as estimadas obras de Francisco López de Zárate.

[Bocalino:] Primeiro que tudo, deve declarar este poeta de que sexo quer usar, como hermafrodita: se de lírico, se de heróico.

[Quevedo:] Dirá que quer ser heróico.

[Bocalino:] Pois que o seja, com a bênção de Deus, visto que ainda o não é.⁵⁴⁹

Ou, como diz, em análise de outra natureza, Maria do Socorro Fernandes de Carvalho, sobre a lírica portuguesa do Seiscentos:

Há no século XVII numerosos subgêneros ou espécies líricas, como o retrato, o canto heróico e as jornadas, os quais podem vincular-se a

simbolizado adquire seu peso pela importância que possui para a fortuna de um grande complexo vital orgânico, de um povo ou de uma estirpe." Idem, p. 67.

⁵⁴⁹ MELO - *Apólogos dialogais...* II, p. 73.

gêneros mais abrangentes como o romance ou a canção, modelos das chamadas 'formas naturais' da poesia: épica, trágica e poesia lírica. Há ainda subgêneros muitos específicos do contexto cultural português, como os "triumfos", panegíricos régios ou, na maior parte dos casos, celebrações das vitórias dos exércitos e heróis nacionais, prática de corte recomendável tendo em vista a política de Restauração após 1640, momento a partir do qual os triunfos figuram crescentemente nas antologias. (...) Essa multiplicidade formal, conforme já foi referido, torna mais rarefeita a noção de gênero lírico.⁵⁵⁰

As notícias, então, nascem de uma demanda pela informação — sentida pelos seus difusores, pela necessidade de se relacionarem publicamente com os consumidores das versões apresentadas, e pelos leitores, dado o interesse em participarem dos temas quentes do cotidiano. Esse nascimento se dá a partir de uma demanda pelo conteúdo e por sua adequação à forma. Um "fenômeno", por assim dizer, que encontra sua explicação não nas indagações à *forma* pura e simplesmente, mas à sua pertinência em uma dada conjuntura.

Pelos artifícios que dispunham e pelas intenções que tinham, os autores das notícias combinavam um estilo capaz de ser amplamente divulgado e que era nutrido pela informação (no seu sentido *lato*) e pelos artifícios dominados pelos autores da época. Daqui se infere como a notícia em prosa atendia a um interesse que se renovava tão logo um acontecimento deixasse de povoar tematicamente o cotidiano, ao passo que era construída de modo a torná-la digna de ser memorável, escrita, impressa e difundida — para o quê a manutenção de elementos poéticos, no caso, heroicos, contribuiu decisivamente. Portanto, ao falar-se de "relatos" "heroicos", convém perceber que é a promiscuidade de gêneros que, combinados, resultam num determinado tipo de notícia e produto de um certo cotidiano em que as façanhas de portugueses grandes ou pequenos podiam ser tratadas em conjunto, embora atendendo audiências distintas.

A combinação "hermafrodita" dos estilos, embora provavelmente não premeditada, atendia às necessidades de escrever e de ler/saber ao ritmo dos acontecimentos, enquanto favorecia uma ampla e diversa audiência. Com tal adequação, descreveram-se vitórias militares dignas de grandes epopeias, porém lidas em poucos minutos. Em suma, vitórias magníficas e fatos descritos *maravilhosamente* de modo simples, direto e *proveitoso*. Tudo feito e divulgado de uma maneira tão prosaica que soa inversamente proporcional à própria ideia de "façanha" que divulgavam. Por fim, também

⁵⁵⁰ CARVALHO - *Poesia de agudeza em Portugal...* p. 257-258.

paradoxalmente, o objetivo destas notícias fazia com que as façanhas, antes de singulares, fossem contínuas.

A divulgação destes acontecimentos, com ênfase em atitudes heroicas ou em resultados espantosos (comumente chamados de "divinos") perpassa toda a guerra: assaltos a castelos artilhados sem quaisquer feridos entre os portugueses, vitórias contra exércitos muito maiores ou resolução em momentos em que hesitar seria razoável — como nas situações em que armas de fogo não eram uma possibilidade e vencer o inimigo significa enfrentá-lo fisicamente empunhando espadas — são aqueles com maior apelo descritivo. É nas contingências históricas e na adequação entre o texto e o seu contexto (que inclui seu direcionamento e objetivos) que se explica a profusão ou o caso de formas textuais, formas de comunicação — que, durante a Restauração, encontraram grande reverberação na formulação, circulação e consumo de notícias sobre a guerra, mas que traziam em si muito mais do que a mera informação dos combates, mas, sim, um conceito, posto que há intenção de lição, como se lê, por exemplo, no primeiro número do periódico, ao apresentar suas definições sobre os portugueses, seus aliados e inimigos diante da guerra ou nas muitas sínteses sobre os sentidos das ações das partes beligerantes, nas diferentes notícias sobre batalhas.

5.3 - O teatro político de Pero Salgado — a Restauração e suas notícias nas comédias de um poeta soldado.

O cotidiano da guerra não encontrava sua expressão escrita apenas nas notícias (que, supostamente, seriam a primeira forma de circulação escrita sobre os sucessos do conflito) ou em pasquins e memórias. A repercussão deste cotidiano e seus temas alcançava uma vastidão de possibilidades de tratamento. Uma delas, relativamente ignorada, é a comédia — e neste gênero se destaca a autoria de Pero Salgado.

O caso de Salgado é particularmente interessante por algumas questões. Uma delas pode ser apresentada a partir da própria dimensão do teatro português do Seiscentos, sobretudo, o dos anos da Restauração — quando, possivelmente, os espaços para representações regulares, como o Pátio das Arcas, esteve fechado. O teatro português posterior à chamada "escola vicentina", na qual se inserem António Chiado e mesmo os doutores António Ferreira e Francisco Sá de Miranda, tem seu passado analisado em

função de uma grande dependência de estilos estrangeiros⁵⁵¹. Contudo, o filólogo Aníbal Pinto de Castro opina diferentemente em relação a isso.

Segundo Castro, o teatro português era "definido por tais influências e pela evolução verificada dentro de cada género ou da teoria que o regulava", de modo que os esforços dos dramaturgos portugueses se desenvolviam na "tentativa, raras vezes coroada de êxito, de criar uma literatura original"⁵⁵². Contudo, destaca que alguns casos merecem atenção pelo modo como, sem negar a aplicação de um estilo não autêntico — o que, no caso do teatro seiscentista, se refere sobretudo às comédias lopescas — eram capazes de se distanciar da aplicação irrestrita dessas influências, contribuindo para um teatro português mais povoado de autores do que os comumente lembrados. Entre os nomes que elenca para se referir a este esforço, Castro destaca, justamente, o de Pero Salgado.

Sobre ele, o filólogo enuncia a sua importância para a história do teatro português e para as formas de comunicação política durante a Restauração, como modo de superar o brilho ofuscante de alguns nomes e títulos que, pelo destaque que tiveram em vida e/ou pela projeção que a eles foi dada por analistas posteriores, selaram o ostracismo e um senso comum sobre o teatro produzido em Portugal. Algo que se desdobra também para uma observação sobre o modo como a política circulava, enquanto tema, entre as pessoas que estavam ao alcance dessas obras — explicitando a relação deste teatro com seu cotidiano e os assuntos mais urgentes que davam forma temática a ele. Ao apresentar Salgado e seus títulos, Castro afirma:

Vemos, pelos simples títulos, como o teatro, à semelhança da parenética, também podia desempenhar uma eloquente função política e cremos que o estudo da obra de Pero Salgado, para além desse aspecto, não constituirá talvez perda de tempo, no simples plano literário, sobretudo numa época em que apenas continua a brilhar, como

⁵⁵¹ Cf. PICCHIO - *História do teatro português...* p. 161-162; Já Luiz Francisco Rebello diz, sobre o que chama de um "parêntese" do teatro português, que, embora no século XVI o legado de Gil Vicente tenha ajudado a construir o que chamou de "maioridade" da dramaturgia lusa, no século XVII a herança vicentina teria sido subjugada pelo "teatro espanhol, cujas companhias e artistas mais famosos vinham até Lisboa e aqui davam a conhecer o seu repertório nacional", uma ação que chama "nefasta". Além disso, Rebello concorda que tenha sido D. Francisco Manuel de Melo aquele que escreveu "a única obra verdadeiramente importante do teatro português em todo o século XVII". REBELLO, Luís Francisco. *História do Teatro*. Lisboa: INCM, 1991, p. 39.

⁵⁵² *Catálogo da colecção de Miscelâneas da Biblioteca Geral da Universidade, volume VII*. Coimbra: Publicações da Biblioteca Geral da Universidade, 1974. (s/p). Este volume é totalmente dedicado ao teatro e é prefaciado pelo referido filólogo.

farol isolado, o *Auto do fidalgo Aprendiz*, de Francisco Manuel de Melo.⁵⁵³

Castro deixa assim indicada a importância, já assinalada nesta tese, do teatro para além do considerado por estudiosos dedicados apenas a problemas internos da literatura e seus gêneros⁵⁵⁴. Tal apresentação não apenas respalda as interrogações históricas e sociológicas possíveis de se fazer ao teatro, que soam mais interessantes do que outras mais circunscritas ao gênero e pouco atentas à sociologia que os subjaz, mas também o próprio interesse em interrogar o conjunto de comédias deixadas por Salgado. O seu potencial em apresentar um outro teatro português e a influência do cotidiano sobre a autoria é, então, uma das razões que justificam a abordagem ao seu trabalho.

Por outro lado, não menos relacionado ao modo como experienciou o mesmo cotidiano, há que se ressaltar o lugar de sua autoria. Além de poeta, Salgado foi também militar ativo e envolvido em batalhas da Restauração — algumas das quais utiliza como tema testemunhado de suas comédias. Por fim, talvez colmatando todas as razões, parte dos textos em questão se apresentam em forma de relação dos acontecimentos, apresentando uma mistura de estilos que revelava uma escrita de intenção periódica, mas que não se desligava de uma narrativa ficcional na configuração dos assuntos e personagens tratados nas suas comédias. Em uma mesma investida, Salgado era capaz de recriar um fato enunciando-o como relação de acontecimentos, enquanto, pelo aproveitamento poético do tratamento da matéria ao modo de teatro, conseguia propor, pelo modo como caracterizou as diferentes classes sociais envolvidas em ambos os lados do conflito, um conceito sobre *pequenos* e *grandes* portugueses e castelhanos. Seu sucesso nesta empreitada autoral não parece ter sido pequeno, nem tampouco restrito a um público pequeno.

O primeiro sintoma do potencial de ampla audiência para seus textos está na escolha do estilo. As comédias, além de bem sedimentadas enquanto gênero capaz de alcançar por sua simplicidade um fácil entendimento de sua mensagem, podiam ser representadas. Seu estilo não era o de Lope ou de Calderón — pelo menos, não era o das

⁵⁵³ Idem.

⁵⁵⁴ "No entanto, não é só o estudioso da literatura — e da literatura dramática em especial — que encontra neste repositório bibliográfico auspiciosos rumos de investigação. O historiador do teatro, como espetáculo de índole social, depara também com um vasto campo de trabalho." Idem.

mais célebres peças desses autores. Suas comédias não alcançavam a extensão ou a complexidade de personagens detalhadamente elaborados.

Mais simples do que tais modos de fazer teatro, os textos mais longos de Salgado alcançaram pouco mais do que vinte páginas. Mesmo considerando o fato de serem impressas a duas colunas, estes são textos bastante curtos. Sua leitura só não era mais breve do que suas eventuais representações. Não eram como as "grandes" comédias de três atos com "cuatro pliegos" cada um⁵⁵⁵. Não eram, enfim, as grandes representações que, pelo menos, até 1640 atraíam grande e diversificado público ao Pátio das Arcas — se muito, chegam próximo ao lugar de entremeses e autos mais populares que antecipavam as peças principais ou mantinham a plateia entretida durante seus intervalos. Assemelhavam-se, enfim, a representações capazes de serem encenadas em condições mais humildes. De seu teatro, apenas um dos títulos apresenta um detalhamento cênico no qual os atores atravessavam a plateia, saíam por um lado do palco e surgiam em outro ponto distante do teatro e, ainda assim, sem recurso a pirotécnicas ou engenhosidades como as belamente descritas por Maravall no encerramento de sua *Cultura do Barroco*⁵⁵⁶. Todas as demais — e até mesmo essa, se adaptada — poderiam facilmente ser representadas com pouco investimento em adornos ou cenários, em feiras, praças ou, até mesmo, para a tropa da qual o autor era parte.

Em segundo lugar, Salgado tem uma participação no mercado de livros bastante curiosa. Após ter publicado sua primeira comédia, um *Dialogo Gracioso* sobre a entrada do marquês de Torrecusa sobre Elvas, a qual narra na condição de autor, testemunha e combatente, outras três comédias suas são publicadas em um ano — a saber, uma comédias "moral jocoza" em maio, uma a modo de relação de notícias em novembro de 1645 e a segunda parte de sua comédia moral em janeiro de 1646⁵⁵⁷. É possível admitir

⁵⁵⁵ VEGA - *Arte nuevo...* p. 143 e 149.

⁵⁵⁶ SALGADO, Pero. *Mayor gloria de Portvgal, e afronta mayor de Castella. Comedia politica, que contem a verdade de tudo o que succedeo na Campanha do Alentejo este presente anno de 1663, & a gloriosa Restauração da Cidade de Evora, com muitas particularidades dignas de memoria.* s/l: s/e, s/d. Sobre a função e o sentido da engenhosidade, engenharias e pirotécnicas no teatro e nas festas do Siglo de Oro, cf. MARAVALL - *A cultura do Barroco...* p. 353-385.

⁵⁵⁷ O comprometimento de Pero Salgado não se limitava aos temas militares da Restauração, mas se desdobrava, também, em uma crítica moral sobre problemas sociais verificados pelo autor (e presente em outras literaturas, algumas delas já abordadas nesta tese). Embora este teatro composto pelas duas comédias a que chama de morais não seja explicitamente militante da independência de Portugal, não deve ser entendido como menos preocupado com o seu cotidiano, ainda mais em um momento de um potencial renovador da política — no qual se buscava romper com as más práticas políticas associadas aos reis estrangeiros. Contrapostas às

que, para um autor nunca antes presente em publicações impressas e que em um ano publica quatro comédias, a primeira delas abriu a Salgado as portas de um momentâneo sucesso. Além do ritmo de suas publicações neste ano, em todas as demais o autor apresentava seu texto como sendo de "Pero Salgado, autor do *Dialogo gracioso do Terracuça*".

Contudo, depois da rapidez com que passou de nenhum a quatro impressos assinados por si, Salgado só publicará uma quinta e última comédia após a retomada, pelo exército português, da cidade de Évora, em junho de 1663. Embora este intervalo dê destaque a uma larga inatividade autoral — pelo menos daquela que chegava a ser impressa —, ele também atesta uma recepção possivelmente muito favorável de seus textos, pelo menos ao primeiro. Salgado parece ter sido um desses autores que desfrutou de uma boa receptividade, mas sem projeção para se manter ativo neste ofício — talvez, pelas próprias exigências de sua outra ocupação, que era a de lutar naquelas batalhas propriamente ditas e não apenas nas da opinião. Sua retomada autoral atende a uma importância contextual.

Tenha ela sido uma retomada da autoria ou uma brecha para publicar uma de suas contínuas comédias, o caso de Évora exigia uma circulação pública de conteúdo capaz de incidir sobre a opinião. Ou seja, a delicadeza do momento, já detalhada acima, tanto podia excitar a atividade autoral de um português comprometido como tornava seus textos (não havendo nada que se pudesse opor a eles) uma demanda pública, favorecendo sua circulação num mercado formal de impressos. E foi o caso, já que a batalha narrada por Salgado desfazia, a modo de comédia, aquela que foi a mais grave derrota de Portugal em toda a guerra — uma possível razão, aliás, para que seja, entre as que compôs, aquela mais detalhada em seus aspectos cênicos.

No entanto, será o terceiro aspecto considerado sobre sua trajetória autoral e os indícios de receptividade que ela apresenta aquele que melhor encerrará a relação entre

comédias que intitula *políticas*, todas de temas militares da Restauração, estas comédias morais incidiam de modo crítico, racional e opinativo sobre assuntos que povoavam o imaginário, e o fez através de figuras como o Merecimento, a Justiça, a Verdade, a Tramoia, a Mentira, e outras, como o Médico e o Enfermeiro do Mundo. Uma vez que aqui o teatro de Salgado é abordado em função da Restauração, este teatro, não menos importante para a sua obra, não será diretamente interrogado. Cf. SALGADO, Pero. *Theatro do Mvndo comedia moral, e iocoza*. Lisboa: Impresso por Domingos Lopes Rosa, 1645. _____. *Hospital do Mvndo. Segunda parte do theatro dele, diálogo moral e iocozo*. Lisboa: Impresso por Paulo Craesbeck, 1646.

todos esses aspectos e sua acomodação no cotidiano. Adequadas a um estilo que, ao mesmo tempo, reúne as características de comédia e relações de notícias, a projeção de suas peças extrapolava a fronteira do gosto pelas comédias populares e alcançava o do interesse temático das notícias sobre as etapas da guerra. O interesse dos portugueses por notícias se nota mesmo em uma de suas comédias tematicamente distante de feitos militares. O *Theatro do Mvndo* traz, ao fim, uma relação sobre uma batalha marítima entre malteses e turcos, um sintoma de como as notícias levavam os portugueses a participarem (ainda que por conversas) em acontecimentos que não necessariamente envolviam Portugal — amostra, ainda, de como a "finisterra" era mais tópica literária do que afastamento de fato dos acontecimentos que marcaram a História Moderna da Europa⁵⁵⁸.

Esta curiosa relação entre o proveito alcançado e o entretenimento oferecido é uma das características mais importantes de seu trabalho. Uma de suas comédias é, inclusive, intitulada como *Relaçam Verdadeira* de uma entrada feita por poucos soldados portugueses que, travestidos de castelhanos, percorreram longos trechos do território

⁵⁵⁸ A própria *Gazeta* se comprometia a trazer novas da guerra, mas também do resto da Europa. Tal interesse e "participação" também podem ser verificados se dedicados alguns momentos de atenção à atividade tipográfica portuguesa, ao longo dos séculos XVI e XVII. Neles, foram impressas muitas relações de casos notáveis, naturais ou políticos, que traziam informações de batalhas, pazes, casamentos, nascimentos, terremotos, incêndios ou pestes que ocorriam em diferentes regiões do continente europeu. Cf. *Relação do novo incêndio do Monte Etna, chamado vulgarmente Mongibello, na Ilha de Sicilia, Com as ruínas de muitos lugares (...) aos 11. dias de Março deste anno de 1669 (...)*. Lisboa: Impresso por Antonio Craesbeck de Mello, 1669. *Relaçam dos terremotos sucedidos em a cidade de Traina, no Reyno de Sicilia, este anno de 1643. & dos efeitos, que causaram em circunvisindas (sic.) Mandoua o Doutor Silvestre Randeli, Procurador fiscal do tribunal da Grão Corte*. Lisboa: Impresso por Domingos Lopes Rosa, 1644. *Relaçam do danos causados pelos terremotos, que houve no Reyno de Sicilia, no mez de Janeiro deste anno de 1693. Tirada das ultimas cartas de Mecina de 28. de Janeiro de 1693. Impressa em Roma. E publicada nesta Corte de Lisboa em 22. de Abril*. Lisboa: Impresso por Manoel Lopes Ferreyra, 1693. *Copia da Carta escrita por um Cavaleiro Espanhol, a hu senhor desta Corte, dandolhe conta de hum admirável cazo que succedeo na Cidade de Bourdeaux em Frãça, por razão de hum grande desacato, de que usou hum herege Calvinista com o santíssimo Sacramento do altar, indo sua divina Magestade a visitar hum enfermo. Referese o exemplar castigo, que este soberano Senhor executou nelle. Soccedeo a 29 de Julho deste prezente anno de 1673*. Lisboa: Impresso por João da Costa, 1673. Para além do destaque aos temas naturais esporadicamente publicados, há que se notar a ocorrência de séries editoriais dotadas de identidade gráfica, mesmo título, impressor e caráter continuado que reportavam acontecimentos mais duradouros. Uma destas é a série publicada por Miguel Deslandes, ao longo da década de 1680, contendo "relações históricas" sobre as lutas entre cristãos e turcos, no período de formação da chamada "Liga Sagrada", que se encontram reunidas em três tomos de miscelâneas da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Cf. BGUC. Misc. CDXXXVIII-CDXL.

inimigo e conseguiram capturar boas recompensas e fazer prisioneiro um conde que servia como general da cavalaria inimiga e estava prestes a assumir um posto de governança de armas, rendendo, além da sua importância pessoal, papéis com estratégicas informações aos portugueses⁵⁵⁹ — tudo breve e comicamente detalhado ao longo do diálogo, que aproveitava a notícia, seu proveito e suas curiosidades como matéria a se adequar à comédia.

Essa característica, por um lado, garantia ao público a possibilidade de ler ou assistir à representação de um texto simples, popular e divertido. Por outro, atendia ao interesse por notícias que determinava grande parte das relações e conversas cotidianas dos centros urbanos, bastante reativos em todos os níveis, do comércio da praça à expectativa de consequências drásticas para os envolvidos direta ou indiretamente na guerra e aos desdobramentos da guerra na qual Portugal buscava se afirmar. Tal duplo atendimento ao gosto e ao interesse do público e o fato disso vir de um poeta soldado que divertia e informava em primeira mão aos portugueses alguns acontecimentos notáveis são algumas das características mais representativas de como Salgado agia enquanto autor comprometido em "abonar" Portugal. Um comprometimento, por fim, que pelas mesmas características, da forma e do conteúdo, era dirigido não a poucos, mas a muitos portugueses. A Portugal, enfim.

Mas, para além dos indícios que contextualizam sua atividade autoral antes mesmo de uma análise dos seus textos, também é necessário chamá-los e aos seus contextos de circulação à consideração. Mais uma vez, a comédia que marca sua estreia na circulação de impressos é o ponto de partida mais interessante. Com o título de "Dialogo gracioso (...) qve contem a entrada qve o Marqves de Terracvça General de Castella fez na campanha da Cidade de Eluas (...) Composto por Pero Salgado natural da villa de Peniche, soldado que se achou na occasião"⁵⁶⁰, esta comédia que parece ter sido

⁵⁵⁹ SALGADO, Pero. *Relaçam verdadeira da entrada qve fez em Castella Fernão Martins de Ayala Tenente da Companhia de Manoel da Gama Lobo, Capitão de caualos na villa de Campo mayor, acompanhãdoo sòmente noue soldados, & da preza que fizeraõ trazendo prezioneiros ao Conde de Senguem, que de Madrid vinha para Badajos com o posto de General da Caualaria, & dois criados seus, com tres pessoas mais, em hum Dialogo composto pelo Autor do gracioso do Terracuça, Pero Salgado*. Lisboa: Impresso por Paulo Craesbeck, 1645. Também a comédia política sobre a retomada de Évora se apresenta pelo compromisso de detalhar a verdade sobre aquele acontecimento.

⁵⁶⁰ SALGADO, Pero. *Dialogo gracioso dividido em tres actos qve contem a entrada qve o Marques de Terracvça General de Castella fez na campanha da Cidade de Eluas, tratando de a conquistar, & o forte chamado Santa Luzia junto á dita Cidade, & a retirada que fez á de*

o estopim de sua episódica fama oferece boa oportunidade para compreender não apenas a opção por sua difusão impressa, mas como essa mesma decisão se explica pela relação entre texto e contexto⁵⁶¹.

O *Dialogo gracioso* pode ser interrogado a partir das mesmas questões sobre as publicações dos primeiros anos da guerra — além de outras mais específicas sobre o próprio texto. Sua publicação data de um momento em que havia poucos meses que as primeiras batalhas de fato começaram a ser travadas. Logo, um momento no qual a vitória e a insistência na afirmação das vitórias junto às populações urbanas (aos públicos urbanos) era indispensável. A esta altura, mais do que apresentar Portugal como um exército, era necessário apresentar os bons resultados que os sacrifícios dos portugueses podiam gerar. Neste "cenário", poder rir com as notícias que chegavam do *front* não era de pouca importância. Para além da comédia, diferentemente da tragédia, guardar uma resolução feliz e otimista da matéria comicamente configurada, o riso conquistado por Salgado, que informava e entretinha, ainda se dava pelo oferecimento de uma cuidadosa caracterização de portugueses, castelhanos e das classes sociais envolvidas no conflito.

Sobre o modo como surgem configuradas as diferenças sociais, um dos elementos mais interessantes é como os grupos que se assemelhavam aos pícaros da praça surgem autorizados. Envolvidos em muitos diálogos que lembram o lado positivo que Bakhtin apresenta sobre o grotesco, isto é, a ligação mundana ao baixo ventre em cenas de sabedoria popular, malandragem, vinho e comidas, os soldados surgem como protagonistas de uma crítica "correta" aos verdadeiros custos e responsabilidades das batalhas que violentamente viviam. Aquele outro aspecto do pícaro, sua perversidade e periculosidade, recai toda sobre os *grandes*; com destaque para os vícios dos *grandes* de Castela, é claro. É importante, contudo fazer a ressalva de que isto se dá assim neste seu teatro sobre os combates com os castelhanos. Em outras comédias, apresentadas como morais e com figuras que personificam os valores praticados pela sociedade, um modo

Badajos com perda de muita gente sua, & de sua reputação. Composto por Pero Salgado, natural da villa de Peniche, soldado que se achou na ocasião. Lisboa: Impresso por Paulo Craesbeck, 1645.

⁵⁶¹ A leitura que Teófilo Braga faz das peças de Salgado sugere o mesmo: "Em 1663, ainda era conhecido pelo seu primeiro dialogo gracioso de 1645, a que o vulgo chamava *odialogo gracioso do Terracuça*; o povo estava ávido de saber noticias da guerra, e seria esta principalmente a causa da popularidade de Pedro Salgado; como *soldado*, e de humilde extracção, a sua graça ou *jocosidade era sem violencia*, e bem compreendida pelo vulgo". BRAGA - *Historia do Theatro Portuguez...* p. 309.

discreto e eficiente de crítica social através do qual o autor não precisa apontar dedos a nomes, a crítica de Salgado não foi indiferente aos vícios (e más condutas políticas) da sociedade portuguesa da Restauração.

Por enquanto, contudo, é preciso ater-se a seu teatro de guerra. Retomando a comédia que vinha sendo apresentada, como o próprio título introduz, a figura *graciosa*, isto é, aquela que será o "bobo" ou o "bufão" — e até mesmo aquele tipo de pícaro que não era o que configurava os *pequenos*, mas os vícios dos grandes — era o marquês de Torrecusa. A figura do marquês é importante, tanto para este acontecimento, como para a compreensão da comédia em seu contexto. Poucos meses antes, este general castelhano, responsável pelo exército de Filipe IV na Estremadura espanhola, protagonizara uma importante polêmica da guerra. Cerca de seis meses antes da publicação da comédia, em janeiro de 1645, e cinco meses antes da batalha que narra, se deu a primeira batalha que opôs, em grandes proporções, tropas portuguesas, castelhanas e seus respectivos aliados. A Batalha de Montijo (1644), cujo real vencedor permanece uma incógnita para curiosos tentarem averiguar, encerrou com uma sangrenta disputa campal na qual, após grandes perdas e muitas reviravoltas, ambos os lados se retiraram clamando vitória.

Após este inesperado desfecho, uma intensa disputa de papéis buscou resolver com tinta as dúvidas que a espada e pólvora não foram capazes de evitar⁵⁶². No centro da polêmica, em que ambos os lados buscavam desmentir seus opositores através da proposição de versões "verdadeiras", não foi pouco o destaque dado aos comandantes inimigos. Dada a liderança pessoal que o marquês exerceu diante das tropas castelhanas, já desde a semana santa daquele ano, quando ocorreu o enfrentamento, seu nome era presente entre relações, notícias, elogios e apologias sobre Montijo. Pode-se dizer, inclusive, que a própria jornada castelhana sobre Elvas foi parte da resposta militar à incursão de Matias de Albuquerque à Estremadura castelhana que culminou na batalha de Montijo. Por tal razão, o desfecho desta resposta castelhana contra a importante cidade alentejana não teria pouca repercussão, sobretudo para o público do lado vencedor.

⁵⁶² Sobre esta situação, cf. CAMENIETZKI, Carlos Ziller; SARAIVA, Daniel Magalhães Porto; SILVA, Pedro Paulo de Figueiredo. O papel da batalha: a disputa pela vitória de Montijo na publicística do século XVII. *Topoi*, 2012, v.13, nº 24 (jan-jun), p. 10-28. ISSN: 2237-101X. Recentemente, Fillippo de Vivo publicou um artigo sobre situação semelhante em que lados beligerantes retiraram-se do combate clamando vitórias em notícias sobre o combate, cf. VIVO, Fillippo de. Microhistories of long distance information: space, movement and agency in the early modern news. *Past and present*, 2019, suplemento 14, p. 179-214. ISSN: 1477-464X.

É neste contexto que intervém o *Dialogo* de Salgado em que Torrecusa é o *gracioso*. Ao fazer os portugueses rirem deste general castelhano, sua comédia (que também era relação e testemunho) encontrou um momento ótimo para sua acomodação no mercado de impressos. Aliás, as mesmas características ajudam a entender o retorno de sua autoria após quase duas décadas sem publicações em seu nome, pois a mesma estratégia adotada com Torrecusa foi adotada com a descrição de um Juan de Áustria arrogante, pouco inteligente e autoritário. E, tal como em 1645, não era de menor monta o valor e o interesse em um texto capaz de narrar um evento histórico com proveito, simplicidade e bom humor.

Após a recuperação de Évora, tal como na sequência das primeiras vitórias portuguesas, o poder rir da guerra — tão afeita a lágrimas — cumpria uma importante e aliviante função entre a opinião pública. Encerrando muitas expectativas, ele era capaz de despressurizar as incertezas e permitir um momento de confiança ao governo da guerra e do reino. Em ambas as situações, enfim, é possível concordar que uma demanda por um Torrecusa e um tal Áustria assim configurados atenderam a um mesmo objetivo e provocaram (ou tentaram provocar) um mesmo efeito diante da opinião pública, cujo entretenimento não era pouco proveitoso.

Inclusive, o *proveito* em questão — ainda mais para um autor que com textos *baixos* buscava abonar Portugal, uma causa elevada — não deve ser admitido senão como um *proveito* diante de um público dotado de opinião e capaz de repercuti-la cotidianamente — como no caso do violento motim que se seguiu à chegada da notícia da caída de Évora. Ou seja, seus textos são dirigidos a um grupo de pessoas que, embora buscassem o riso, não formavam um auditório despreocupado ao qual eram dirigidas lições morais ou edificantes genéricas e sem relação com um cotidiano urgente, um contexto que exigisse uma resposta imediata. Tal urgência ajuda a relacionar a forma ao seu público. Esta relação será melhor apresentada no momento em que surgirem outras perguntas sobre estas literaturas ligeiras da Restauração. Agora, no que concerne às comédias consideradas, convém atentar a como os temas são configurados e ao papel desempenhado por protagonistas e coadjuvantes.

Salgado não apenas adotava um gênero *baixo* para tratar de problemas de grande importância. Seus protagonistas também eram "pequenos". Ainda que repletas de humor, suas falas demonstravam, sobretudo, uma opinião sobre o conflito a partir do dia a dia da tropa e das consequências das imprudências e arrogâncias dos grandes sobre os pequenos.

Na maior fala do *Dialogo gracioso*, Motril, o mais *baixo* da comédia, que, por toda a narrativa, tenta sem sucesso beber um gole de vinho, narra, na cena em que finalmente consegue matar sua sede, as dores dos soldados a Torrecusa, a quem é atribuída toda a responsabilidade por já não serem precisas as balas para vitimar os castelhanos:

Para matar los soldados
ya balas son lo menos
bien que con vn trabuquillo
bolaron más de quinientos.
Muerense muchos con frio,
hllanse cercados de yelo,
bien que a la noche muy flacos,
a la mañana muy tiesos.
con hambre se mueren muchos,
pero yo con sed me muero;
y es porque el vino me falta,
que el agua yo no la prueuo.⁵⁶³

No teatro de Salgado, ao contrário do destaque dado pelo *Mercvrio* à ação de nobres guerreiros, são os soldados que fazem a guerra acontecer. Dotados de uma arguta capacidade de avaliar as situações, era por suas bocas que o autor formava um juízo sobre os oficiais responsáveis por comandar as tropas. Eram, portanto, os pequenos portugueses e castelhanos que informavam ao público das boas e más qualidades dos grandes de cada exército.

Esta opção aproxima ainda mais a linguagem e os proveitos de suas comédias ao do cotidiano mais amplamente vivido ou observado nas cidades ibéricas — à linguagem da praça pública, diria Bakhtin⁵⁶⁴. Seu público, também por isso, se revela virtualmente irrestrito, podendo alcançar tanto os que assim falavam como os que ouviam e conviviam com tais modos de falar por todas as praças e lugares de grande concentração de pessoas da urbe. Esta reunião de fatores maximiza não só o alcance sobre um auditório amplo e diversificado, mas também facilita o entendimento proveitoso de suas imagens, o que é importante para contextualizar tanto as comédias quanto suas próprias intenções autorais, que, assim, intervinham sobre a opinião de um público que era o mais largo possível.

Por outro lado, esta mesma opção autoral revela uma empatia do autor, que via a violência da guerra em primeira pessoa, sem precisar ouvir ou ler sobre ela em relatos ou relações anotadas por outros pontos de vista, como os de outros soldados de ambos os lados. Se os pequenos é que lutam a guerra, são eles que a vencem ou a perdem. Não os

⁵⁶³ SALGADO - *Dialogo gracioso*... p. 13.

⁵⁶⁴ Cf. BAKHTIN - *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*...

grandes. Tal empatia se percebe pelo reconhecimento à felicidade de um saque proveitoso sobre uma cidade — o que Greer já contextualizou como perfeitamente acomodada à moral da época⁵⁶⁵. Mas é a sentimentos mais essenciais como o alívio, o medo ou a dor que Salgado dedica maior presença em seus diálogos.

Evidentemente, tratando-se de um teatro deste porte, o valor dos portugueses em batalha é constantemente aludido, inclusive, pelo medo dos soldados castelhanos em enfrentá-los. Mas, se sua *Relação Verdadera*, que narra uma entrada furtiva (uma pequena invasão) a Castela, tem os soldados portugueses como protagonistas, tanto no *Dialogo gracioso* como na *Mayor gloria de Portvgal e afronta mayor de Castela*, que o autor classifica como *comedia politica que contem a verdade de tudo o que succedeo na Campanha do Alentejo*, grande parte de seus diálogos reproduzem, de modo bastante empático, as aflições de soldados castelhanos diante dos desmandos de seus comandantes. No relato cômico das batalhas em Évora, o centro da comoção da peça está no sofrimento, ainda que comicamente configurado, de Ramires, um dos soldados sob o comando de D. Juan de Áustria.

Ferido na primeira investida, o soldado não participou das seguintes cenas de batalha e aguardava angustiado o retorno ou não retorno de seu amigo que demorava a aparecer. Um fato que reporta a todo o contexto soldadesco criado por Salgado nesta comédia, na qual o sofrimento da guerra e da subordinação a comandantes arrogantes e o companheirismo entre ambos os soldados são elementos condicionantes dos diálogos que travam:

B. Aa Ramires, que esta ausencia
me tiene ya casi muerto,
sin poder tomar el puerto
seguro de la paciencia
No ay en mi tanta prudencia,
que pueda ya reportarme,
pues sin tí no puedo hallarme,
ni sin tí yo estoi en mí;
y el olvidarme de tí
fuera de mí olvidarme.
(...)
Perdida fue de la mia
tener Ramires ausente;
que teniendole presente
siempre que beber tenia.

⁵⁶⁵ Cf. GREER - *La clase social y el trabajo sucio...* In: GÓMEZ; AMLANG; SÁNCHEZ (org.) - *Opinión pública y espacio urbano...*

Cuentas entonces hazia
largas, sin aver mirado,
que lo que fue demasiado
al que quiere más que bien
sino se ajusta tambien
tal vez suele ser menguado.⁵⁶⁶

Logo depois, Ramires reaparece e ambos vão tomar todo o vinho que podem até que na próxima jornada se dá a vitória portuguesa — na qual, segundo a comédia, apesar do contentamento de uma vitória violenta⁵⁶⁷, não se praticou vingança contra soldados que não tinham culpa de lá estarem. Apesar do conforto que encontravam em banquetes e grandes canadas de vinho, uma cena bastante picaresca, estes lamentosos soldados acabavam por ser o retrato da dureza e das perdas da guerra. Mesmo as feridas são vistas como bênçãos que afastam da batalha soldados que sequer queriam lá estar⁵⁶⁸. A convicção dos objetivos que os prendiam ali, portanto, continuava a residir apenas nos intentos mal elaborados de comandantes irresponsáveis, enquanto os soldados comentam a má sorte que os levou até aquele estado. E, já nas batalhas, também são os soldados que principalmente questionam as decisões de seus comandantes⁵⁶⁹.

⁵⁶⁶ SALGADO - *Mayor gloria...* p. 13.

⁵⁶⁷ Logo após a retomada de Évora, Penalva e Barroca, os soldados portugueses da comédia, conversam: "P. Amigo a minha espada já de tora, / não presta, já não fura, já não corta: / o sangue he tanto nella, / que de [rasgo], encher hũa panella / bem [rasgo] ou hum azado / da mais pomposa boda, ou bautizado. / B. Amigo pois a minha / espeto póde ser nessa cozinha; / & pera poder nella ser assada, / [rasgo] carne Castelhana inda espetada; / q eu comêra despois d'assar sê nojo." E vão falar das outras vantagens da guerra: "P. Com tudo tratar vamos do despojo. / B. Vamos, que bem o temos merecido; / e perdello hũ soldado he ser perdido." Idem, p. 13

⁵⁶⁸ Ao chegarem a Elvas, Motril pergunta a Galindo: "Ves Yelues Galindo? Gal. veo. / Mot. Yo me veo a sus vmbrales / tan cerca ya de mis males, / quan lejos de mi deseo." SALGADO - *Dialogo gracioso...* p. 2.

⁵⁶⁹ Após conquistar Évora, D. Juan de Áustria opta por fazer resistência a Dom Sancho Manuel, conde de Vila Flor, em batalha no campo e não aquartelado na cidade. Ramires e Bermudes, soldados protagonistas, são as figuras que Salgado elege para comentar a decisão. Diz Bermudes: "D Iuan De Áustria, / él ayer nuestro Alexandro, / le [?], que aunque oy lo sea, / yenga a ser parvo, y no magno. / Aquel, aunque era baliente, / nunca pasò a temerario, / siempre se preciò en la guerra / de no perder un soldado. / Este no sè lo que intenta / agora por lo contrario, / parece que a perder todos / de balde se và arrojando. (...) La plaça que solo adentro / estava con quatro gatos, / defenderse, a estar proveida, / pudiera con essos quatro / De leones infinitos, / sin nosotros esfaimados / poder hazer màs que todos / andar de a fuera bramado. / Pues como agora nosotros / con la plaça aquartelados / defendernos no podemos / de tan pocos?" . Ao ser respondido pelo amigo que o sítio logo traria fome e sede, Bermudes questiona aquela que é tida como maior arrogância da Áustria: tomar uma cidade deixando largo espaço entre si e sua retaguarda, em Badajoz: "Pues el señor Don Iuan de Áustria / pues es tan grande soldado, / como vino acà meterse / esso no considerando?". Ramires responde: "Piensava que luego al punto, en Eborá sujetando /el Reyno se le rendia." Idem, p. 9-10.

No *Dialogo gracioso*, Motril e Galindo, lacaios combatentes e figuras com maior número de falas da comédia, revelam todas as dificuldades da marcha, do sitio e do combate e o quanto tais sacrifícios seriam amenizados se o *gracioso* marquês soubesse ouvir seus oficiais subordinados, ouvir, enfim, aqueles que verdadeiramente sabiam da guerra e experimentavam as suas mais cruéis consequências. Por outro lado, embora bastante elogiados em ambas as situações, as falas dos comandantes portugueses são meramente protocolares, diálogos muito breves, raramente informando algo essencial. Este tratamento da matéria guarda um importante aspecto de sua autoria: Salgado inocenta os soldados por suas violências.

Logo, não há, em seus textos, uma atitude condenatória do comportamento dos soldados castelhanos. Por exemplo, a frustração dos soldados castelhanos ao verem atendida a condição da cidade para que se rendesse, cujo único termo era de não ser saqueada⁵⁷⁰, não é maior do que o peso dado à sua condição de pessoas subordinadas ao autoritarismo nada inteligente dos verdadeiros responsáveis pelas dores dos povos atacados. Esta estratégia, além da empatia que revela pelo soldado baixo, acaba por ter um interessante proveito. Salgado não perde tempo falando de todos os castelhanos, mas apenas daqueles que, fora de suas comédias, se investiam do protagonismo da guerra, enquanto, por outro lado, esta inversão de importância, na qual os pequenos são maiores do que os grandes, auxilia, pela valorização de suas falas, na construção de uma imagem claramente delineada sobre os "principais" de Castela. Uma opção vantajosa e engenhosa, pois permitiu a Salgado formar uma imagem dos comandantes inimigos sem precisar falar da repercussão de suas ações sobre os portugueses (que afinal eram seus alvos e naturalmente sofreriam as consequências de seus ataques), mas através das frustrações dos seus próprios subordinados e que deveriam tê-los como exemplo de bons líderes e comandantes, agregando um considerável *proveito* aos seus diálogos.

Por fim, uma vez já mencionada a sua preocupação com o entendimento que podia alcançar de seu público, convém ponderar sobre o seu estilo, ou melhor dizendo, elocução. Neste sentido, é importante, para concluir a apresentação deste autor, dar relevo a como este poeta soldado criticava o gosto e os modos de compor textos frequentes em sua época. Sobre isso, Salgado intervém sobre dois pontos principais. Um deles era o modo como autores construía seus textos, isto é, o modo como criavam conceitos sobre

⁵⁷⁰ Cf. Idem, p. 7-8.

as matérias que tratavam. Esta crítica, que incide sobre o estilo dos textos e remonta a uma polêmica da época — a saber, a chamada "polêmica dos cultos" e a condenação à predileção do obscurantismo ou gongorismo — poderá ser retomada em momento mais oportuno. Agora, contudo, será melhor atentar a como Salgado respondia a uma prática bastante comum em seu tempo: a escrita em castelhano.

O recurso ao castelhano já foi suficientemente investigado e explicado por autores contemporâneos de Salgado e nossos⁵⁷¹. Logo, o que importa destacar e contextualizar é a opinião de Salgado sobre o tema, intervindo num ambiente de construção de fidelidades patrióticas, mas dirigindo sua crítica para além do público em geral, alcançando o objetivo de falar a autores sobre como se comunicar publicamente naquele período. Nas duas situações, Salgado toma licença ao tema central para introduzir suas opiniões através de comentários a sonetos enunciados pela voz de suas personagens. A semelhança dos modos como construiu as situações para agregar ao assunto principal outros que entendia serem capazes de se relacionar a ele é bastante grande. Afinal, em ambas as situações, o autor guardou tais opiniões para o momento em que o assunto que justificava o texto já estava encerrado e, então, introduziu os sonetos de suas personagens.

Entretanto, para o fim de abordar o problema da compreensão dos textos e sua crítica ao uso do castelhano, nos diálogos, as reações aos sonetos são mais importantes do que eles próprios. Numa das situações, o soldado que protagoniza a comédia comenta os versos em castelhano que um sargento, ao ver a tropa retornar de uma incursão bem sucedida, dedicou ao tenente português que liderou a ação:

Pant. Muy bom som me fez na orelha,
E deue estar perfeito;
Mas como he em Castelhana,
Eu lhe guardarei segredo.
Não faça versos na lingua
Do inimigo, que he defeito,
Faços na nossa, que todos
Os gostamos, & entendemos.
Se mais sal nos Castelhanos
Achão alguns malhadeiros,
Que nos Portuguezes, he
Porque não sabem fazellos.⁵⁷²

⁵⁷¹ Sobre todos, cf. BUESCU, Ana Isabel. Aspectos do bilinguismo português-castelhano na Época Moderna. *Hispania. Revista Española de Historia*. LXIV/1, num. 216, 2004, p. 13-38. ISSN: 1988-8368.

⁵⁷² SALGADO - *Relaçam verdadeira*.... p. 11.

Logo em seguida, o próprio Pantoja ganhou um soneto dedicado a si e composto pelo mesmo sargento, que prontamente concorda com suas críticas e o faz em língua portuguesa. Em outra comédia em que surge o problema da inteligibilidade dos textos (isto é, o problema de suas elocuições e capacidades de uma ampla comunicação), o poeta soldado enunciou pela boca de seus personagens três sonetos, todos em português. Após comentarem o segundo soneto, os portugueses concordaram que, embora bom e de boa arte, o soneto guardava passagens "escuras", de difícil compreensão. O sargento presente entre eles decide, então, propor um último soneto. Embora em português, tal como os outros, as figuras criadas e a linguagem empregada diferem dos sonetos anteriores, retomando um problema de grande importância para Salgado:

Cap. Enganaime, tem mais graça
Que os dous, porque he mais burlesco.
Piz. He galante. *Frz.* He engraçado.
Glz. He bom, todos o entendemos.⁵⁷³

Ambos os sonetos e, sobretudo, os diálogos sobre eles deixam clara a intenção do autor: defender a língua portuguesa não apenas por ser a língua da pátria, mas por ser a língua dos portugueses, aquela que "gostamos, & entendemos". Sua preocupação, afirmada e reafirmada em ambas as ocasiões, era a de falar de modo que todos compreendessem. Salgado gostava, ao que tudo indica, daquilo que todos pudessem entender e, por isso, elaborou não apenas textos em língua natural, mas com linguagens e personagens capazes de alcançar um público da mesma proporção de seu estilo — porém, não se limitando a ele já que a circulação de comédias não era restrita apenas aos baixos ou aos médios, mas chegava aos grandes que cultivavam momentos de ócio e divertimento junto aos menores, por exemplo, nas representações das comédias.

A urgência de sua autoria não passaria ao largo da questão da inteligibilidade. Suas publicações não poderiam ser eficazmente "em abonação do Reyno de Portugal", se deixassem margens para dúvidas ou más compreensões sobre temas importantes, como estes que se fizeram chegar ao amplo consumo de notícias e que povoavam as conversações "praceiras". Sua busca por "abonar" Portugal, fosse com seu desempenho militar — do qual não foram encontradas informações — ou enquanto autor politicamente comprometido em vir a público através de suas comédias, passa pelo estabelecimento de um contato com uma vasta audiência e sem a mediação de figuras truncadas, obscuras ou vazias de sentido. Sua literatura, portanto, se insere num grupo de textos que, antes de

⁵⁷³ SALGADO - *Dialogo gracioso...* p. 16.

terem pretendido (ou terem alcançado) uma larga duração no repertório literário de um povo, intervieram pontualmente no momento vivido.

Uma literatura, enfim, de ação bastante imediata, de resposta ou de plena interação com os fatores mais circunstanciais do cotidiano. Característica que fica evidente pela forma como Salgado optou por apresentar seus assuntos, desde a própria Restauração às diferenças sociais entre os sujeitos configurados e passando por uma crítica ao cotidiano político e social para além da própria guerra, como se verifica no seu teatro, chamado por ele mesmo, moral e jocoso. Sua fácil compreensão, enquanto sintoma de seu próprio engajamento, que é autoral e político combinados, se respalda na adoção de um *estilo*, no elenco de problemas tratados e na configuração de um texto com personagens bastante populares que atendiam — em leituras ou representações — a um gosto igualmente popular.

6. Francisco Lopes, um poeta ruim da Restauração — gosto, elocução e agência política autoral de um poeta livreiro em Lisboa (ca. 1600 - ca. 1650)

A literatura da Restauração é constantemente lembrada por sua ampla intervenção no mercado de impressos e na vida política pela disputa por opiniões. Uma característica que revela uma cultura não só escrita, mas impressa, dinâmica na interação com os temas sociais mais comentados pelos públicos urbanos. Apesar dos estilos variados pelos quais ideias políticas eram comunicadas, é a sua expressão panfletária uma das que mais desperta o interesse analítico e a curiosidade geral. Sua capacidade de alcançar um vasto público e sua eloquência simples ao mesmo tempo que vigorosa é, como no caso de literaturas semelhantes, capaz de atrair atenções à oferta de uma leitura estimulante.

Por um lado, considerar a ideia de um vasto público para impressos políticos do século XVII fomenta uma série de interrogações sobre a partilha da leitura e sobre o espaço de ingerência da opinião. Por outro, a indefinição desta ideia de grande público socialmente vasto — sobretudo quando considerados panfletos políticos de exortação patriótica — faz cair uma neblina sobre a definição de como a cidade interagia com tais panfletos. Mas, por todos os lados, convém ter presente a ideia de que uma literatura breve, fácil e que apresenta posicionamentos sobre a experiência de tempos de crise é sempre atrativa aos seus públicos diretos — e também aos que, depois desse tempo, forem formados por indivíduos com o mínimo de curiosidade sobre os aspectos do mundo social. Daí sua capacidade atrativa.

Contudo, espanta que tal literatura, embora até hoje repercutida, seja algo que nos chegue sem que saibamos quem eram seus autores ou como e em quais locais era difundida. Compreender o lugar de intervenção dos panfletos é necessariamente, portanto, compreender quem são seus autores, como podem ser definidos socialmente e a que público, enfim, orientavam suas penas. É, ainda, compreender sua interferência pública. Só assim a neblina cederá.

E tal não ocorrerá até que este ambiente de autorias, circulação e consumo dos textos seja minimamente recriado para além da simples consideração da demanda por eles — ou seja, para além da verificação de uma disputa pelas opiniões. Para esta empreitada, Francisco Lopes surge como autor capaz de fomentar perguntas e respostas sobre como uma literatura panfletária de origem e orientação populares alcançou, na época, tão larga difusão ao mesmo tempo em que é hoje profundamente desconhecida do público

português. As contingências que explicam o sucesso dos textos também explicarão sua curta validade.

6.1 - O livreiro e a rua Nova

A Ribeira e o Terreiro junto com a rua Nova dos Mercadores foram previamente apresentados como alguns dos principais *lugares* da cidade. Sobretudo se pensados os espaços abertos e com grande volume de circulação de pessoas e de relações comerciais, estes *lugares* eram, ainda, importantes suportes físicos do espaço público. Isto é, *lugares* nos quais é possível observar as práticas abrangidas pela teoria do *espaço público* em espaços físicos da cidade. Neles, além de importantes pontos comerciais e de sociabilidade, se concretizavam outras práticas importantes para a interação entre diferentes partes da sociedade, uma vez que também serviam como locais onde se divulgavam e repercutiam notícias e apregoava-se publicamente decisões da justiça ou do governo⁵⁷⁴.

Mas, como também se viu, *lugares* são espaços que se caracterizam pela interação entre a paisagem e a interferência da ação humana que nela se faz presente. Logo, por alcançarem uma mesma condição conceitual, um ou outro *lugar* serão genericamente semelhantes — por poderem assim ser designados — e especificamente distintos — pelas condições que reúnam em cada caso. E tais diferenças se apuram segundo uma sociologia das práticas dos agentes que constituem e protagonizam os *lugares*. Neste sentido, pensar o cotidiano de uma cidade como Lisboa é balancear aquilo que aproxima e aquilo que diferencia os cotidianos de seus variados *lugares*.

Para os que foram mencionados mais acima, embora ambos — o Terreiro e a rua Nova — fossem importantes espaços comerciais da cidade, suas especificidades os tornavam bastante diferentes. As atividades e os agentes permitidos a desempenharem suas atividades neles, o tipo de comércio e o público deste comércio variavam não apenas em quantidade, mas em qualidade. A rua, por exemplo, era chamada de "praça dos

⁵⁷⁴ Para além das costumeiras informações sobre os locais onde foram lidas e afixadas publicamente diferentes decisões institucionais, presentes em seus próprios textos, cf. PELLICER, Clara Bejarano. Medios de comunicación en la ciudad durante la Edad Moderna: la figura el pregonero. In: GÓMEZ; AMLANG; SÁNCHEZ (org.) - *Opinión pública y espacio urbano...* p. 319-334.

homens de negocio", em 1648⁵⁷⁵. De fato, embora fosse rua, a rua Nova dos Mercadores tinha uma função que misturava a de trânsito pela cidade com a de praça comercial.

Tal condição pode ser notada por mais elementos da sua geografia. Esta se definia, ainda, pelos cruzamentos com outras ruas nas quais ficavam arruados determinados ofícios, pelo seu paralelismo à rua da confeitaria e, sobretudo, pelo cruzamento com a rua Nova de ElRei, que ligava o Terreiro ao Rossio. Veja-se, por exemplo, que bem junto ao cruzamento com esta ficavam reunidos, para melhor servir a clientela da cidade e para melhor serem fiscalizados, os ourives do ouro⁵⁷⁶. Se lembrada a caracterização de outros espaços da cidade, como a que foi feita anteriormente, esta região da cidade formava uma extensão de sua zona comercial mais próxima e mais vulgar, o eixo Ribeira-Terreiro.

Mas, se na Ribeira e no Terreiro eram presentes os mais baixos ofícios e variados tipos de trabalho para a prática comercial dos gêneros de mais vasto uso e consumo cotidiano, na rua Nova os condicionantes eram outros. O comércio ali praticado era, sobretudo, derivado da projeção comercial alcançada por Lisboa a partir do século XVI. Tendo isso em consideração e o público principal desta rua, a Câmara determinou, a partir de 1552, a seguinte postura:

Foi acordado pelos sobreditos que por a rua noua dos mercadores ser a principal rua desta cid^e em a qual continuamente anda toda a gente nobre della e asim os mercadores naturais e estrangeiros que a ella vem e como pelas ditas razois parecia que seria muito mais nobreza da cidade a dita rua noua ser pouoada de muitos mercadores de panos e de sedas e outras mercadorias semelhantes que viuem por travesas e outras ruas não taõ publicas nem corentes como he a dita rua por não hauer em ella cazas em que asentem suas logeas por estar muita parte da dita rua ocupada com officiais mecanicos (...) do dia de Saõ Joaõ Baptista seguinte do anno de mil quinhentos e cincoenta e dous em diante

⁵⁷⁵ *Elementos...* V, p. 135 (nota).

⁵⁷⁶ "como hũa das couzas que acrescenta a nobreza desta cidade he estarem os officiais mecanicos aruados cada hum persi em as ruas mais publicas correntes principalmente os officiais limpos e lustrozos e considerando como o officio de ouriues do ouro he hum delles em gde em nobrebrecimento da cidade e proueito do pouo delle seria estarem todos os officiais do dito officio juntos e aruados em huma rua per si sos e para melhor serem vistos & vizitadas suas tendas (...) e o ouro que nelas lauraõ pellos vedores do dito officio" Concluía a postura que para tal comodidade deveriam estar juntos em: "huã rua taõ publica como he a rua noua de ElRei (...) e mandaraõ que do canto das cazas de Saõ giaõ que esta na emtrada da Rua noua dos mercadores pella rua noua de ElRei a sima de huma parte e da outra athe a boca das travesas da que vaj para a rua das esteiras e da outra que vaj p^a a Rua do Anjo" AML-AH, *Casa da Almotaçaria, Livro 2º da Casa da Almotaçaria*, fls. 14v e 15. A numeração é a dada pelo AML-AH, no livro seriam as fls. 9v e 10.

qualquer official mecanico que fosse achado com tenda posta de seu officio na dita rua noua pagase des cruzados do tronquo.⁵⁷⁷

Excetuados a esta postura estavam "os boticarios livreiros e sirgueiros por serem officios limpos e que em nobresem a dita rua"⁵⁷⁸. A postura é condizente com a crítica de João Brandão que, em seu livro também de 1552, criticava o excesso de officios, o que lhe parecia "desordem para rua tão nobre ter tanta mistura"⁵⁷⁹. O primeiro "estatístico" de Lisboa ainda sugeria:

E apontarei a rua dos Confeiteiros, que ora está debaixo das pousadas e paços do Príncipe, que de juro não tem senão moscas e abelhas, que muito melhor pareceria em tal rua boticários, e livreiros e sirgueiros; e os confeiteiros e sapateiros postos em outra rua, onde a cidade seria nobre e as ruas limpas. E esta [a Rua Nova] ficaria com seu nome, que são mercadores.⁵⁸⁰

Tais informações começam a detalhar o *lugar* no qual boticários, sirgueiros e — com maior importância para este capítulo — os livreiros desempenhavam suas funções e geriam suas atividades mecânicas e comerciais. A própria necessidade "enobrecer" a dita rua é condizente com seu público. O comércio lá praticado não é o que praticavam as regateiras e fruteiras, a quem não se referencia por "mercadores" ou "homens de negócio". As trabalhadoras da *praça* não eram grandes contratadoras como os homens da *rua*, nem desfrutavam de suas reputações. Não emitiam letras de câmbio ou ficavam imediatamente afetadas pelas venturas e desventuras das armadas que faziam a ligação dos territórios extracontinentais com o porto de Lisboa e do porto com esta rua — um tema importante quando consideradas as muitas queixas de quebras das relações comerciais ou de esvaziamento do porto em razão das inimizades que Portugal conquistou ao tornar-se parte da Monarquia Católica.

Portanto, se for considerado que os próprios homens que ali geriam seus negócios eram integrantes desse público, neste *lugar* encontraremos tanto aqueles que faziam parte da parcela mais bem inserida na hierarquia social como aquelas pessoas que, nem graves, nem baixas, estavam integradas a códigos e protocolos dessa mesma hierarquia. Isso pois

⁵⁷⁷ AML-AH. Casa da Almotaxaria, *Livro 2º da Casa da Almotaxaria*, fls. 13 e 13v. A numeração é a dada pelo AML-AH. No livro, seriam as fls. 8 e 8v. A mesma postura pode ser encontrada em AML-AH. *Livro das Posturas da Cidade*, fl. 125.

⁵⁷⁸ Idem.

⁵⁷⁹ BRANDÃO, *Grandeza e abastança...* p. 100.

⁵⁸⁰ Idem. O uso do termo "estatístico" se refere à forma como seu manuscrito está referido na Biblioteca Nacional de Portugal e não a uma estatística cientificamente produzida. Tal comparação foi explicada com as devidas referências no segundo capítulo desta tese.

mesmo os representantes do terceiro estado ali presentes — com exceção da "arraia miúda", os jornaleiros ou trabalhadores mais baixos que servissem aos mercadores com casas na rua Nova — eram pessoas cujo cotidiano estava mais orientado a uma aproximação aos estratos sociais mais elevados e mais interessadas a se aproximarem do que a se diferenciarem deles⁵⁸¹. Afinal, como disse o estatístico de 1552 — um nobre que chegou a presidir a Câmara da cidade —, era a "mistura" que ofendia o olhar sobre a rua e tal crítica não era dirigida aos ali admitidos.

Ora, Francisco Lopes, personagem central das interrogações que seguem adiante, era, portanto, um destes mecânicos de ofício "limpo" autorizados a estabelecerem suas tendas e lojas na rua Nova e a conviverem com as pessoas que ali transitavam. Logo, pelas razões que definem o público em função dos ofícios e comércio autorizados a permanecerem na rua, Lopes e os demais livreiros viviam em contato com os consumidores mais prováveis de seus produtos. A atenção à literatura e ao comércio de

⁵⁸¹ A literatura sobre a relação dos públicos citadinos com os impressos e a leitura em geral ajuda a exemplificar. Maravall diz sobre o público das novelas picarescas: "En las novelas (...) no se dirige al pícaro en principio, dada su irremisible condición infame. (...) Y son los otros, los integrados, los conformista (...) que tienen que tomar nota de cuanto pone de relieve la experiencia del pícaro." Neste caso, atentando à diferenciação dos grupos sociais urbanos, Maravall afirma que é justamente às classes médias da cidade que se dirige o ensinamento da picaresca: "Sin embargo, aunque el mercader aparece pocas veces en la novela picaresca (...) es a quien se dirige la novela (...) el ciudadano medio, el burgués es aquel a quien la novela se dirige." MARAVALL - *La literatura picaresca...* p. 770 e 775. Roger Chartier afirma que no terceiro estado são os indivíduos capazes de exercer uma arte de ofício e, sobretudo, os mercadores os que irão compor principalmente um grupo "popular" de leitores mais do que trabalhadores de ofícios baixos ou de trabalhos, por assim dizer, sem arte. Atentando à relação entre as estratégias e apresentações editoriais e a difusão dos impressos no seio do terceiro estado, aponta para uma definição de classe popular leitora, Chartier os define como os que "não pertencem a nenhuma das três casacas", isto é: não eram do clero, nobres ou oficiais, letrados e mais indivíduos correspondentes a um ofício de erudição (letrados e médicos, sobretudo)f. CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 93. Para confirmar sua definição de que a posse de livros "não foi o privilégio exclusivo apenas dos dignatários", Chartier cita estatísticas de artesãos e mercadores possuidores de livros nos séculos XVI e XVII, na França — além de insistir na relação com os impressos para além da posse — e compara estas informações à capacidade para assinar em um dos casos considerados. Cf. Idem, p. 95. Ora, a capacidade para assinar e a consideração dos róis e inventários de livros é justamente parte da metodologia de Rita Marquilhas para aferir os níveis de alfabetização em Portugal, no século XVII. Na pesquisa feita aos cadernos do promotor da Inquisição, a filóloga revela números expressivos para a capacidade de assinar em função da hierarquia socioprofissional e que atestam o contato com a cultura escrita de uma parcela importante de mercadores, comerciantes, mesteiros e pequenos comerciantes. Cf. MARQUILHAS - *A faculdade das letras...* p. 123. Para um estudo sobre a alfabetização, índices de alfabetização e conflitos e resistências em torno da sua expansão, na Espanha dos séculos XVI e XVII, cf. FRAGO - *Alfabetización y primeras letras...* In: GÓMEZ (org.) - *Escribir y leer...* p. 39-84.

impressos, portanto, estava em grande parte voltada para este *lugar*. Nele e pela atividade dos livreiros, tendo Lopes como principal guia, é que se verificava com maior intensidade a variedade de gostos, técnicas, preços e prováveis públicos para cada impresso.

Por isso, as razões de sua atividade de livreiro exigiam a este poeta mecânico um constante acompanhamento do gosto e do comércio. Também por este motivo, sua investida aos livros enquanto livreiro será bastante diversificada, atenta a oportunidades comerciais, mas também à manutenção de uma rede de contatos que aproximava os representantes das artes envolvidas na confecção do livro, nomeadamente impressores e os ditos livreiros. Não raro, tais agentes desempenhavam uma função que hoje chamaríamos de editores ou produtores por tornarem a materialização do livro financeiramente viável e determinarem aquilo que queriam como produtos. Alguns dos quais convém apresentar.

Em 1601, Lopes produziu a edição de um volume de comédias portuguesas de Simão Machado, custeando a impressão e organizando sua venda⁵⁸². Já em 1603, custeou a impressão de seis comédias de Lope de Vega e outros autores do teatro do Siglo de Oro, durante um momento em que o crescente gosto pela nova comédia já não se limitava aos *corrales* e começava a repercutir no mercado de impressos⁵⁸³. Neste enquadramento, a referida função de editor ou produtor se afirma pelo papel de ser quem financia e organiza a produção de um livro, fazendo-o percorrer as etapas de produção e comércio. Esta atenção a um gosto até então pouco difundido, mas que alcançava uma crescente recepção e que começava a circular abundantemente por palcos e livros portugueses, demonstra uma de suas formas de interagir com o livro — no caso, marcada por sua perspicácia em sua atividade de comerciante de livros, financiando e vendendo um produto bem aceito pelo público.

Num outro lado do espectro do gosto, por assim dizer, Lopes não se limitou aos livros mais populares. Por suas funções não autorais ligadas ao livro, o livreiro esteve em contato com outros agentes do livro (impressores e mais livreiros) e autores, mantendo

⁵⁸² MACHADO, Simão. *Comédias portuguesas feitas pello excelente poeta Simão Machado. Agora novamente tiradas a luz por Francisco Lopes livreiro, & impressas a sua custa*. Lisboa: Impresso por Pedro Craesbeck, 1601.

⁵⁸³ VEGA, Lope de. *Seis comedias de Lope de Vega Carpio, y de otros autores*. Lisboa: Impresso por Pedro Craesbeck, 1603. No frontispício, há a informação: "A custa de Francisco Lopes".

relações com uma rede mais vasta de pessoas ligadas a ofícios do livro do que aquelas envolvidas apenas com leituras populares. Inclusive, ele próprio, vendia livros que agradavam outros gostos e interesses, uma situação que o colocava em contato, não apenas com os envolvidos nas etapas de produção do livro, mas com todos os tipos de pessoas que, com seus diferentes gostos, protagonizavam o dia a dia da rua Nova.

Um exemplo de livro do qual participou em alguma etapa de sua apresentação comercial e que difere de um gosto mais popularmente difundido é a crônica de D. João III. Escrita e com impressão financiada por Francisco de Andrada, cronista de Filipe III, a crônica teve Lopes como livreiro que a transformou em livro e o comercializou. Apresentando uma extensa narrativa com mais de mil páginas dirigidas ao mesmo rei e taxado em "900. reis em papel", o livro revela uma orientação a um público interessado naquilo que um "cronista mór" tinha a dizer sobre um determinado reinado: uma síntese histórica erudita e nada prosaica. Além disso, quem o quisesse ler deveria dispor de tempo e dinheiro suficientes para investir na leitura de um só exemplar que, só com sua taxa e páginas, poderia custear a aquisição e garantir o tempo de leitura de vários outros livros.

Portanto, a posição que ocupava — não somente a social, mas também a física ou geográfica — fazia de Lopes um agente em contato com pessoas que oscilavam no espectro social, desde mecânicos e comerciantes a pessoas de relevância social que tanto podiam procurar sua parceria para viabilizar um livro como seus serviços para aquisição de leituras. Em suma, em seu cotidiano, interagia igualmente com aquelas pessoas que representavam um gosto e uma estética ao mesmo tempo estabelecida e representativa de uma noção de "bom gosto" erudito e autorizado e com aquelas que aspiravam à assimilação e interação com tais pessoas. Afinal, muitos naquela rua eram "medianos".

Tal condição significava que esses nem eram os grandes, nem os malandros pícaros da praça. Eram representantes do terceiro estado que participavam daquela enobrecida rua e que, portanto, embora fossem mais "limpos" do que outros mecânicos ou membros do terceiro estado, eram mais populares em seus gostos e preocupações diárias do que o principal público que afluía à rua. Esta imagem é, por fim, uma boa maneira de medir os níveis de estratificação e interação social das ruas, algo mais razoável de se acomodar ao cotidiano do que os patamares rígidos de uma pirâmide.

Assim, embora a população que a frequentasse fosse menos ampla do que a que recorria frequentemente ao Terreiro, ela ainda comportava uma não desprezível variedade social. Era uma rua, afinal. Isso, além de ser um fator que dinamizava as relações sociais,

ou seja, que as fazia estar em permanente atualização e renovação, possibilitou ao livreiro Francisco Lopes o contato com outros agentes de seu ofício e de ofícios ligados ao livro. Além de lidar com importantes autores, capazes de escrever muitas páginas e custear sua impressão por vontade própria e com próprios recursos, Lopes ainda lidava com os muitos outros mecânicos e mercadores que tinham suas lojas ali, outros membros do terceiro estado que poderiam frequentá-la como clientes e, ainda, com uma clientela mais provável como os estudantes (muitos deles pobres ou longe de pertencerem a uma destacada nobreza) e outras pessoas de lugares sociais que poderiam ter naquela rua um *lugar* condizente com seus interesses diários — fossem comerciais, fossem de socialização.

Entre as relações laborais ou comerciais que mantinha com outros agentes, através dos próprios impressos dos quais Lopes foi autor, é possível rastrear sua relação com outros livreiros. Estas relações, em primeiro lugar, apresentam uma intervenção no mercado de impressos que não se limitava às funções primeiras da arte de livreiro (encadernar e montar os impressos em sua forma de livro) ou de vendê-los. Os livreiros também buscavam aumentar seus negócios financiando eles próprios títulos capazes de repercutirem bem no mercado para que pudessem explorar o seu comércio. Isto é, mais do que encadernadores, agiam como editores e promotores do próprio comércio investindo na promoção da venda de livros.

Em segundo lugar, nos apresenta um universo no qual a interação entre os agentes não era de simples concorrência, mas também de colaboração — dividindo funções ou investindo uns nos outros, compartilhando negócios. Esta informação, banal para os dias de hoje, nos ajuda a visualizar, entretanto, um ambiente cultural dinâmico e interativo entre os agentes de um mercado cuja principal atividade era o comércio de itens de cultura. Nesta partilha de funções e de estabelecimento de sociabilidades, alguns dos poemas escritos por Lopes, por exemplo, eram vendidos por outros livreiros e não em sua "casa".

Estas informações que surgem nos próprios impressos revelam mais do que as relações entre os livreiros do século XVII. Pequenos dizeres que informavam aos leitores da época os locais de venda de cada título, servindo como divulgação da casa de um ou outro livreiro ou como indicação que facilitava a compra por alguém que, tendo tido contato com o impresso, teve seu interesse despertado por ele. Era, ainda, um modo de apresentar, possivelmente a modo de cortesia ou prestígio, o nome de um agente

envolvido na produção de um artigo fruto de artes "limpas" e capaz de circular entre mãos igualmente "limpas". Seja qual for a possibilidade do uso, a presença, posto que aparentemente dispensável, explicita que para os agentes envolvidos esta era uma informação valiosa, fosse como estratégia comercial, fosse como valorização ou "lembrança" dos envolvidos na sua apresentação comercial.

Durante a Restauração, em 1641, Lopes teve dois títulos de sua autoria vendidos na casa de António Velozo. Ambos impressos por Manoel da Silva, sendo um deles, a *Gloria de Portugal*, reeditado no mesmo ano. A reincidência sugere um contato continuado entre os agentes que publicavam livros ou mesmo panfletos de motivação patriótica, como era o caso da *Gloria de Portugal* — que terá as diferenças de suas duas edições, uma em caderno e outra em cartaz, problematizadas adiante. O outro título de Lopes que foi impresso por da Silva e vendido por Velozo, a *Honra da Patria*, dedicada a narrar os feitos de Dom Gastão Coutinho, não era nem menos patriótico, nem menos simples de ler, embora não tenha sido feito em forma de cartaz⁵⁸⁴. Estas duas publicações preparadas pela tríade de agentes (autor, impressor e livreiro) marcam a entrada da autoria de Lopes no cotidiano da Restauração. Já as demais, envolvendo outros agentes, continuam a reportar quase todas o local de comercialização — algo que será apresentado pontualmente, quando justificável.

Antes do dezembro de 1640, a ação de Lopes, como livreiro ou poeta, mantém-se não tão explicitamente patriota. Mas, de certa forma, o livreiro manteve-se atento à referências importantes para os portugueses. Por exemplo, num período em que Portugal se via tão penetrado pelo teatro espanhol, com um relativo esquecimento de seus dramaturgos, Lopes e Pedro Craesbeck tiram à luz as comédias de Simão Machado, como dito acima. No frontispício da edição, refere exatamente isso: "Agora novamente tiradas a luz por Francisco Lopez livreiro, & impressas a sua custa". Já sua venda era feita pelos livreiros que ficavam na rua dos douradores, uma daquelas que formavam aquele "enobrecido" pavilhão comercial de Lisboa, e atesta como a circulação destas relações se localizava geograficamente na cidade, abrangendo uma rede de ofícios e agentes. Ou seja, uma publicação que, pelo estilo e lugar de venda, era capaz de se fazer popular no mercado de impressos.

⁵⁸⁴ LOPES, Francisco. *Honra da patria ofrecida a Dom Gastam Covtinho qvando rendeo as fortalezas da barra de Lisboa com as virtudes delRey nosso Senhor Com Ioão o Iv. & da Raynha N. Senhora*. Lisboa: Impresso por Manoel da Silva, 1641.

Entretanto, esta opção de financiamento, pelo modo como Francisco Lopes construiu sua trajetória de autor e livreiro, sugere mais do que uma motivação comercial. A escolha de um autor português é compreensível pela sua circulação comercial em Portugal. Contudo, tal publicação — feita às suas custas, agindo como editor, portanto — se insere no início de sua vida de agente do livro, na qual valorizou, cada vez mais, elementos da cultura portuguesa, algo que constitui sua própria identidade. Em diversos impressos, por exemplo, Lopes se auto apresentou como livreiro e poeta português "natural de Lisboa" — uma trajetória profissional que seguirá cada vez mais marcada por esse condicionante.

Por último, do que foi possível averiguar em relação ao comércio operado por Lopes, é preciso fazer referência a um livro de sua autoria publicado pela primeira vez em 1610. Seu sucesso, entretanto, parece ser o que justifica reimpressões ao longo dos séculos XVII e XVIII — algumas mantendo a impressão em duas partes, como no original, outras imprimindo ambas em um único volume. O título em questão, *Santo António de Lisboa*, foi escrito por Lopes, que também pagou por sua impressão e o disponibilizou ao comércio, com privilégio real⁵⁸⁵. O mesmo roteiro de participação se repetiu em sua segunda edição, na qual Lopes assumiu novamente os encargos e a venda do livro, mas acrescentando emendas e mantendo o privilégio real para seu comércio pelo período de dez anos.

Tal como na primeira edição, o livro é impresso por Pedro Craesbeck, repetindo assim a mesma parceria técnica. O curioso é notar como em apenas sete anos (as primeiras licenças desta edição são de 1617) deu-se início a reimpressão de um livro relativamente extenso para uma leitura e autoria popular e dividido em cinco cantos, no qual um poeta mecânico narra com simples linguagem a vida de um importante santo português, o principal de sua cidade. O intervalo de tempo entre as duas primeiras edições sugerem uma recepção positiva e que terá assim permanecido, como atestam as reimpressões mencionadas, nas décadas de 1670, 1680 e 1700. Ainda neste intervalo entre ambas as edições, Lopes obtém privilégio para mais um livro seu, o qual dedica ao "serafico" S. Francisco, patrono dos menores e dos cinco mártires do Marrocos, tema central deste

⁵⁸⁵ LOPES, Francisco. *Santo Antonio de Lisboa: primeira e segunda parte: de seu nascimento, criação, vida, morte, & milagres: conforme as chronicas da sagrada religião da ordem dos menores: dedicado ao mesmo Santo. Composto em verso por Francisco Lopes livreiro, natural da mesma cidade, & impresso a sua custa, & vendese em sua casa*. Lisboa: Impresso por Pedro Craesbeck, 1610.

livro. Também com privilégio, a *Verdadeira Historia dos cinco martyres de Marrocos*⁵⁸⁶, posteriormente, foi reimpressa nas edições da segunda parte do seu *Santo António*.

A obtenção de privilégio em dois livros diferentes, ambos custeados por si, e em datas relativamente próximas, também atesta que a preocupação de Lopes não era apenas a de escrever seus poemas. Isto pois, a despeito de sua autoria não se qualificar por isso, a busca por privilégio não deixa de ser uma estratégia de orientação para o mercado, o direito exclusivo ao comércio do livro. Aliás, a dinâmica se repete de modo em que se nota ser Lopes capaz, inclusive, de financiar suas próprias impressões, as quais explorava comercialmente a seguir.

Não tendo sido poucos os casos de autores que por iniciativa própria obtiveram tais direitos, ao caso de Lopes isso não pode deixar de ser admitido como informação a se ter por perto para a consideração de seu perfil social de autor-editor-mecânico-comerciante. Logo, o perfil de alguém que interagiu (em grande medida de modo profissional) de uma forma bastante complexa com a partilha de textos e conhecendo os melhores meios para o desempenho de sua atividade ao mesmo tempo autoral e comercial. O poeta livreiro desempenhava, enfim, papéis que, não raro, eram individualmente ocupados por agentes que não acumulavam tantas diferentes funções.

Além de movimentada por diversas formas de participação na cultura escrita impressa, a trajetória de Lopes enquanto agente é caracterizada por uma constante atividade. A publicação de dois livros de sua autoria em curto espaço de tempo sugere que, além da sua ocupação principal, a de livreiro, o poeta gastava grande parte de seu tempo estudando sobre as matérias que queria compor e se dedicando à escrita delas⁵⁸⁷. E, como afirmado, ainda se dedicava a viabilizá-las, não apenas financeiramente, mas cultivando as relações necessárias com outros agentes (impressores e livreiros), desde um ponto de inserção privilegiado pela sua posição enquanto homem intimamente ligado aos

⁵⁸⁶ LOPES, Francisco. *Verdadeira historia dos cinco martyres de Marrocos*. Lisboa, 1619. O exemplar da primeira edição que foi consultado apresenta danos que impossibilitam a leitura do nome do impressor. Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, só se refere à edição de 1671 já impressa junto à segunda parte do *Santo Antonio*. Cf. MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana historica, critica e cronologica*. Lisboa: Impresso por Inácio Rodrigues, 1747, Tomo II, p.175.

⁵⁸⁷ O livro dedicado aos mártires, por exemplo, é apresentado como "Verdadeira Historia" por ser composto "conforme as Cronicas da Sagrada Religião dos Menores". LOPES - *Verdadeira historia dos martyres...* Outras demonstrações dos estudos que fez sobre os assuntos de seus poemas serão apresentadas em função de alguns aspectos a serem analisados sobre seus juízos críticos e opiniões.

impressos. Ainda enquanto sintoma da recepção de sua atividade autoral e de algumas das relações que cultivava, estas não tão detidas ao contato com representantes de outros ofícios do livro garantiram a Lopes a presença de elogios em alguns de seus livros — prática mais comumente observada em livros de autores bem reputados⁵⁸⁸.

Até onde foi possível averiguar, é entre os anos de 1610 e 1640 que Lopes deixou de dedicar sua relação com os livros apenas a partir do ofício de livreiro e passou a ser também poeta presente nas edições da rua Nova. Desde então, sua atividade autoral apresentou constante produção. Nesta fase de sua autoria, o livreiro não parece ter prestado sua pena a outros temas que não a vida de santos — pelo menos no que concerne à sua produção que chegou a ser impressa e aqui considerada. Sua hagiografia, contudo, não era aleatória. Seus poemas tratam sobretudo de santos populares entre os portugueses, mártires e missionários⁵⁸⁹.

Esta eleição revela não apenas o interesse pela vida de santos populares entre os católicos portugueses, mas, também, uma constante afeição pelo exemplo de santos próximos à causa dos pobres ou daqueles cuja vida tenha sido exemplo de sacrifício em terras distantes. Considerando mais largamente suas escolhas temáticas, a opção por santos que representam a expansão da fé não se distancia de sua produção mais tardia, contingenciada pela Restauração, tema ao qual se dedicou quase que exclusivamente após o 1º de dezembro — neste período, apenas um de seus títulos não foi dedicado a temas da independência portuguesa⁵⁹⁰.

No que diz respeito aos assuntos políticos, nesta primeira fase de sua atividade autoral a presença deles é menos explícita e, mesmo que não tivessem um tom de denúncia, não deixam de guardar relação com o contexto português. A vida de Santo Antônio, por exemplo, revela não apenas a santidade deste português natural de Lisboa, condição bastante matizada na caracterização que faz de um dos mais populares santos portugueses, mas também a fixação de uma glória portuguesa — intenção repetida em sua vida de São Gonçalo. Tais escolhas não são pouco importantes dado o momento em

⁵⁸⁸ Cf. LOPES, Francisco. *Santo Antonio... e _____ . Sam Gonçalo de Amarante. Nascimento, criação, vida, morte, & milagres*. Lisboa: Impresso por Geraldo da Vinha, 1617.

⁵⁸⁹ Para uma lista de suas obras, cf. MACHADO - *Biblioteca lusitana...* t. II, p. 175.

⁵⁹⁰ LOPES, Francisco. *Auto e colloquio do nascimento do menino Jesus*. S/l: s/n, 1646. O exemplar consultado, entretanto, não apresenta data. A datação aqui assumida é a proposta por Barbosa Machado, por ser a única menção a uma data para o texto. Cf. MACHADO - *Biblioteca lusitana...*

que Portugal se via esvaziado de protagonismo político e em que Lisboa vivia sua "viuvez".

Mas mesmo a gravidade de matérias mais do que nobres, posto que santas, e a larga dedicação de papel e tinta para tratar delas não afasta Lopes de seu lugar social e seu estilo mediano. Na verdade, esta é uma condição que nunca deixou de influenciar a sua produção. Embora as vidas de santos escritas por Lopes guardem diferenças formais e temáticas em relação aos textos de exaltação da Restauração, em ambas as fases é possível perceber elementos em que o autor mantém características suas — por vezes conciliando a fé ao político, mas em geral pela manutenção de um mesmo estilo.

Por outro lado, embora líricos, o tratamento poético da vida e exemplo de vida de santos que repercutiam no imaginário como heróis da fé e de Portugal indica a intenção de apresentá-los de um modo um heroico. Isto é, Lopes apresentou tais santos capturando e configurando-os como narrativas de vida que serviam como verdadeiro exemplo para os demais, o que, pelo lirismo, não fez de seus versos algo complicado. Assim, em seus poemas é comum encontrar uma configuração não conceitualmente heroica, mas atenta aos exemplos e virtudes típicas da *gesta heroica*.

Isto, no entanto, não compromete em nada a facilidade da leitura. Na poesia heroica, há uma vagarosidade própria, como disse Auerbach, e não é pertinente a ela, como disse Galhegos, que as coisas e pessoas sejam enunciadas tão francamente⁵⁹¹. Há, por fim, tempo e espaço que permitam uma apresentação discreta e bem elaborada das partes, das ações e, claro, dos heróis. Nada disso ocorre na poesia de Lopes, que chega a

⁵⁹¹ No elogio que fez à *Ulysses*, de Gabriel Pereira de Castro, Manoel de Galhegos pontua: "O poema heroico he hũa poesia leuantada, q tem por fim celebrar das acçoës do heroe veleroso, a q foi mais digna de memoria. He taõ defícil este modo de poetar, que de infinitos poemas, q se hão escrito no mundo, ha muito pocos, q mereçaõ o nome de perfeitos. Como defícil, como grande, & como obra, q redüda em louuor da patria, elegeo esta acção o Doutor Gabriel Pereira de Castro: procurou nella chegar â maior perfeição: & como Deus o dotou de hum engenho vnico para todas as faculdades alcãçou o primeiro lugar entre os heroicos, & colocou este soberano poema diante de todos os, q celebra a antiguidade. (...) porq he solenne entre os heroicos naõ nomearem no proemio o heroe por seu nome, & não fartarem ao leitor de noticias." CASTRO, Gabriel Pereira de. *Ulysses ou Lisboa Edificada: Poema Heroico*. Impresso por Lourenço Craesbeck, Lisboa, 1636. Já Auerbach menciona os efeitos psicológicos da mimesis heroica, onde tudo "é modelado com exatidão e relatado com vagar. (...) Há, também, espaço e tempo abundantes para a descrição bem ordenada, uniformemente iluminada, dos utensílios, das manipulações e dos gestos, mostrando todas as articulações sintáticas". AUERBACH - *Mimesis...* p. 2.

empregar abundantemente versos que reproduzem o mais vulgar conhecimento popular, inclusive repercutindo no cancionero popular⁵⁹².

Com sentenças típicas dos lugares comuns cotidianos, tais como "Quem viue co que tem / Não morre necessitado"⁵⁹³, Lopes parece interferir com uma linguagem que remete à preocupação do padre Antônio Delicado ao formar seu *Adagios portuguezes reduzidos a lugares comuns*:

De tam copiosa semente nasce hum bosque de muitas e varias maneiras de Adagios, no qual he cousa trabalhosa distinguir propriamente os ditos Adagios, & sentenças; ou pello contrario. Por onde basta dizer, que as sentenças, & os ditos se extendem mais larga, e copiosamente. & q as vezes contem debaixo deste nome Adagio, o q se determina mais pello vso, & gosto vniuersal, do q pellas regras, & deffiniçam. E por isso mais val metter aqui alguns Adagios licenciosamente, que deixar por escrupulo os que na verdade o sam, antepondo o proueito publico a rigorosa censura⁵⁹⁴

Na sua definição para "adágios", Delicado os apresenta como "as mais aprovadas sentenças que a experiencia achou nas acçoens humanas ditas em breues, & elegantes palauras"⁵⁹⁵. Reduzir tais graves sentenças a provérbios populares, sobretudo para um padre cuja capacidade de se fazer entender devia chegar a todos, é algo cujo sentido só se alcança através de suas próprias palavras: antepor o proveito público à rigorosa censura dos que preferiam uma fala perfeita e por vezes vazia ou obscura do que uma fala amplamente compreendida. A publicação do padre Delicado, cujo ofício elucida o interesse e preocupação com a inteligibilidade de um discurso, era inédita em Portugal.

Contudo, o ineditismo da publicação não significa um total ineditismo deste tipo de texto na cultura escrita. Outros textos com a mesma intenção de dar a ler formas populares (ditados) e resumir o sentido de situações vividas também circulavam em roteiros manuscritos⁵⁹⁶. A existência destes aforismos e provérbios confirma a extensão do problema enunciado por Delicado: a capacidade de se fazer entender em diferentes públicos depende da capacidade de um orador ou autor se fazer entender para os mesmos

⁵⁹² A informação é dada por Teófilo Braga: "O Livreiro Francisco Lopes, que tanto trabalhou com as suas *Sylvas* e relações de milagres para popularizar Dom João IV, e animar a multidão nas luctas da independencia (...) e muitos dos seus versos chegaram a entrar nas versões oraes do romanceiro do povo." BRAGA - *Historia do Theatro Portuguez...* p. 218.

⁵⁹³ LOPES - *Sam Gonçalo...* décima 13.

⁵⁹⁴ DELICADO, Antônio. *Adagios portuguezes redzidos a lvgares commvns pello lecenciado Antonio Delicado, Prior da Parrochia Igreja de Nossa Senhora da Charidade, termo da Cidade de Euora. Natvral da villa de Aluito*. Lisboa: Impresso por Domingos Lopes Rosa, 1651, p. 2.

⁵⁹⁵ Idem, p.1.

⁵⁹⁶ Cf. BPE. CV(d)/1-2 *Aforismos de letras*, p. 219-257 e *Aforismos de falar*, p. 258-263.

públicos. Por isso, a insistência sobre a importância das diferenças formais e materiais dos textos. Estes aforismos, resumem um repertório de modos de falar e condensam acontecimentos da vida em frases cujos significados podiam ser imediatamente reconhecidos, posto que apresentam o que era, naquela época, o modo mais corriqueiro de falar — o das conversações públicas⁵⁹⁷. Aproveitá-los e repertoriá-los com o fim de tornar discursos *proveitosos* amplamente inteligíveis informa, enfim, um problema de comunicação pública⁵⁹⁸.

A eleição das palavras, a construção dos versos e a formulação dos conceitos não são proporcionais ao mais usual no gosto coevo pelos poemas graves. Aristóteles ensina sobre todas as partes que formam a elocução, cuja principal qualidade é:

ser clara, mas não banal. De facto, a que é composta de palavras correntes é muito clara, mas vulgar. (...) Em contrapartida, é excelente e evita a vulgaridade aquela que usa palavras estranhas. Por estranha entendo a palavra rara, a metáfora, a palavra alongada e tudo o que for contra o que é corrente.⁵⁹⁹

Este ensinamento é um importante passo para compreender e contextualizar a autoria de Lopes, cujas metáforas, mesmo as agudas, contrariam um gosto coevo pela excessiva agudeza — assunto para mais adiante. Não por acaso, Pereira Caldas atribuiu ao seu verso uma deferência ao estilo *lopesco*⁶⁰⁰. Na prática, é justamente a "vulgaridade"

⁵⁹⁷ Sobre a linguagem da praça como forma de comunicação crítica e racional própria a um grupo aqui identificado como público, são importantes as observações de Bakhtin sobre o vocabulário da praça pública na obra de Rabelais. cf. BAKHTIN - *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento...* p. 125-169.

⁵⁹⁸ Nas censuras do livro, o Fr. António das Chagas destaca o seu potencial para, a partir de "algũs ditos antigos" servir "para boa direcção da vida commum". Ou, como o próprio Delicado encerra sua apresentação do livro: "Nesta forma, em que os nossos Adagios vam diuididos por lugares communs ficam em muito melhor disposiçam (...) porque com facilidade se acharam sobre qualquer materia, grande numero de conceitos, de conselhos, de doutrina de experiencias, que podem seruir, nam sò para cousas particulares, mas para importantes discursos em pensamentos maiores, & se dà occasiam, paraque este argumento possa ser por outros engenhos muyto mais acrescentado, & illustrado para ornamêto da nossa lingua Portugueza, & boa doutrina moral, que a todos os estados pertence." DELICADO - *Adagios portvgvezes redvzidos a lvgares commvns...* p. 2-3. O livro de Delicado é organizado em verbetes que abrangiam um largo leque de situações e personagens da vida cotidiana ("amor", "castigo", "casamento", "oficiais mecânicos", "Rei", "pobreza", etc.).

⁵⁹⁹ ARISTÓTELES. *Poética*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, p. 87. Segundo o filósofo clássico: "Toda elocução em geral tem os seguintes elementos: fonema, sílaba, conjunção, nome, verbo articulador, flexão e frase." Idem, p. 79.

⁶⁰⁰ Segundo Pereira Caldas: "Tanto o SANCTO ANTONIO, como os MARTYRES DE MARROCOS, modelou-os o poeta livreiro pelo SANCTO ISIDRO, famoso poema sacro do *Dr. Fr. Lope Felix de Vega Carpio*". LOPES, Francisco. *Favores do ceo a Portugal, na aclamação do Rei Dom João IV, e precedidos d'uma noiticia bibliographica do auctor escripta pelo*

de seus versos, com poucas metáforas agudas e pouco emprego de palavras *raras* como diz o estagirita, caracterizados pelo emprego da linguagem corrente e das sentenças construídas a partir de lugares comuns e capazes de compor o repertório popular que irá aproximar a linguagem de Lopes à de Lope e, por fim, definir sua *elocução*. Tal semelhança ou influência permite, ainda, que se lembre uma característica essencial da *arte* de Lope, isto é, de seu *arte nuevo*: a preocupação de atender ao gosto do vulgo.

Neste aspecto, o ensinamento aristotélico sobre a elocução não parece, contudo, invalidar uma relação sua com o *arte nuevo* de Lope. Também para este autor, a soma de todas as partes da narrativa e dos aspectos cênicos continuou a ser a maior força de adequação de seus textos. No *arte nuevo*, a negação de certos preceitos visava, justamente, deixar os textos mais adequados aos novos públicos com os quais interagem, por vezes não pela leitura, mas pela encenação — uma intervenção, há que se dizer, bastante *moderna*. Através dela, também outros teóricos e autores — que, por vezes, agiam sem pretensão teórica, mas praticavam novas formas de expressão — alcançavam, como resultante do contato entre as forças da tradição e as demandas coevas, modos mais convenientes aos seus tempos presentes para exprimirem com a *maravilha* devida as imagens necessárias à construção do *proveito* que buscavam. Uma questão todavia aberta no período e que se manteve presente no centro de algumas polêmicas e no dissenso entre alguns gostos.

Uma delas já foi brevemente apresentada durante a contextualização da recepção, em Portugal, das comédias *lopescas* e da crítica dos aristotélicos a Lope⁶⁰¹. Outra será interrogada adiante a partir da intervenção de Francisco Lopes em seu cotidiano ao mesmo tempo político (pela demanda que atendeu, sobretudo, durante a Restauração) e cultural (pela crítica que fez a um gosto bastante em voga em seu tempo). Por enquanto, é suficiente mantermos em vista que a escolha dos temas e das palavras forma um todo indivisível e que, para o caso e contexto considerados, justifica a atenção prestada a Lopes.

Professor Pereira-Caldas. Porto; Braga: Livraria Internacional, 1871. A paginação do livro não é numerada, a citação encontra-se na 12ª página de texto.

⁶⁰¹ Sobre o assunto, cf. ENTRAMBASAGUAS, Joaquín de. *Una guerra literaria del siglo de oro: Lope de Vega y los preceptistas aristotélicos*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2008. Disponível em: < <http://www.cervantesvirtual.com/obra/una-guerra-literaria-del-siglo-de-oro---lope-de-vega-y-los-preceptistas-aristotlicos-0/>>, último acesso em 07 de dezembro de 2019.

Em suma, o que se pretende é questionar a adequação dos textos a um contexto e a um público através de uma extrapolação sociológica da *elocução* enquanto lugar da própria adequação⁶⁰². O pressuposto que guia tal intenção é o de que, sendo a elocução a principal força de adequação dos textos, nela estão presentes importantes elementos para a devida contextualização e apuração dos sentidos deles próprios. A elocução, por fim, é (pelo menos aqui) o elemento ao qual as perguntas sobre o estilo podem finalmente ajudar a fazer desses impressos mais do que uma fonte de perguntas sobre as estruturas internas dos textos, vinculando-os ao seu contexto histórico e sociológico.

Tal abordagem à produção poética de Francisco Lopes, além de permitir uma melhor aferição do sentido de seus poemas, ajudará a dimensionar a recepção de sua autoria entre diferentes públicos possíveis. O que, por sua vez, tornará possível compreender como um autor tão ativo e lido durante o seu tempo de vida (como sugerem suas consecutivas reedições e o curto espaço entre suas publicações) é hoje totalmente desconhecido daqueles que, por lusófonos, vivem em contínua interação com o patrimônio literário de Língua Portuguesa. Afinal, este é um autor que, embora amplamente publicado em seu tempo, é desconhecido, até mesmo, de alguns dos mais sábios conhecedores deste contexto histórico e de sua literatura mais marcante — ou, ao menos, não foi suficientemente relevante para despertar seus interesses.

6.2 - *Um poeta ruim da Restauração*

A presença na rua Nova e o contato em primeira pessoa com autores, impressores e leitores de diferentes tipos de texto — dos mais populares aos mais eruditos — garantiu a Lopes a possibilidade de se apresentar como autor para aqueles que reproduziam e definiam uma ideia de bom gosto. Como afirma Chartier, as leituras populares (ou seja, capazes de atingir um público "popular") não eram exclusivamente populares. O inverso,

⁶⁰² Para Carvalho, era nas metáforas que residiam o lugar de elegância do discurso e de definição da elocução. Cf. CARVALHO, *Poesia de agudeza em Portugal...* p. 26. Sobre o *De Arte Rethorica*, do padre Cipriano Soares, um manual pedagógico que antecedeu a *Ratio Studiorum*, Aníbal Pinto de Castro considera: "O Livro III era quase todo consagrado à elocução. (...) A elocução consistia em encontrar as palavras próprias, polir e ornar as sentenças, de modo a apresentar o resultado da invenção e da disposição, numa forma embelezada, sem a qual aquele trabalho nada valeria. Era principalmente sobre esta parte que devia recair o ensino (...) A boa elocução assentava na pureza da linguagem, na sua clareza, no ornato retórico e na perfeita adaptação e congruência do estilo ao assunto." *Idem*, p. 39-40.

entretanto, não se verifica⁶⁰³. Para o caso francês, o historiador informa que foi nos séculos XVI e XVII que "se constitui um mercado "popular" do impresso"⁶⁰⁴. Mas ressalva, entretanto, que isso não significou a criação de "uma literatura específica, mas faz com que os mais humildes manuseiem textos que são também a leitura dos dignitários, pequenos ou nem tanto, como os almanaques, os pasquins, os livros azuis"⁶⁰⁵.

Reconhecendo um grau de semelhanças entre as contingências da difusão dos impressos estudados por Chartier e da que ocorreu em Lisboa, também ávida por notícias de dentro e de fora do país e por previsões sobre o futuro, assume-se também esta particularidade quanto ao consumo popular e não popular do impresso. Ou seja, havia impressos cujos conteúdos transitavam amplamente entre os públicos e outros que, por características do gosto ou por razões da erudição que suas leituras requeriam, possuíam consumo mais restrito. Para o caso do poeta livreiro Francisco Lopes, isso significa que sua elocução, por mais popular que tenha sido, não o fez viver isolado de outros públicos que não aquele exclusivamente popular⁶⁰⁶. Para um agente cuja interferência no processo

⁶⁰³ Segundo o autor, os "leitores populares": "não manifestam expectativas particulares (...) eles não lêem tudo o que lêem os dignatários, longe disso, mas os livros que eles possuem ou adquirem não são suas leituras próprias." E conclui: "Parece então, nessa primeira abordagem, que não existe público "popular" específico para os livros do séculos XVI e XVII" CHARTIER - *Leituras e leitores...* p. 99. Ao que é possível reconstruir, semelhante padrão de consumo se replica em Portugal (mais especificamente em Lisboa) durante o mesmo período.

⁶⁰⁴ Idem, p. 127.

⁶⁰⁵ Idem, p. 127-128.

⁶⁰⁶ Francisco Manuel de Melo, autor a quem se atribui o "único" protagonismo na dramaturgia portuguesa e é reverenciado como "autoridade" ou "cânone" pela qualidade e importância de sua vasta obra literária (dos memoriais sobre os privilégios da nobreza às epanáforas, dos textos eruditos ao *auto*) demonstra ter tido contato com a obra de Lopes em seu *Hospital das letras*, livro vantajoso para perceber a circulação e recepção das literaturas de diferentes elocuições — embora restrito à opinião de um indivíduo erudito ou "dignatário", para usar o termo elegido por Chartier para se referir àqueles que não tinham predileção pelo gosto popular, por mais que o consumissem. Em seu *Hospital*, a referência a Lopes atesta que sua presença não poderia ser ignorada numa avaliação crítica sobre as letras portuguesas de seu tempo. Porém, a consideração dos poemas de Lopes não é feita diretamente a ele, mas em função de outros autores considerados. Um sintoma de sua pouca interferência num modelo cultural no qual os populares podiam participar, mas sem grandes chances de protagonismo pela não aderência a um gosto das elites sociais:

[Bocalino:] Aqueles que se nos acolhem a sagrado, parece que fogem da justiça, que, já por essa causa conhecendo eu ali atrás o *Livro da Conceição* de Luís de Abreu de Melo e o *Santo António* de D. Luís de Tovar, com todos os do Francisco Lopes, livreiro, e os de Fr. Manuel das Chagas, de propósito vos não quis perguntar por eles.

[Lipsio:] Pois isso não há-de ser assim, ùa vez julgados, todos é força que venham à audiência e passem pela rasoura, visto que é para saúde das famas, e não das pessoas." MELO - *Apólogos dialogais...* II, p. 95-96.

de produção e comercialização de textos impressos era de amplo espectro, este alcance era uma importante vantagem.

Tal vantagem garantiu, por exemplo, que Lopes tenha podido alcançar leitores *grandes* e aparecer (ainda que episodicamente) próximo a grandes autores portugueses — isto é, aqueles que por seus engenhos eram reconhecidos como autores de uma obra de grande qualidade e de presença duradoura na história da literatura portuguesa. São três os indícios mais imediatos desta interação com um público de lugar social diferente do seu. Os dois primeiros são: a opção pelo custeio e venda de textos que circulavam amplamente entre as diferentes classes — como as comédias que custeou e vendeu e a predileção pelo estilo mediano — e os elogios prévios aos seus poemas e a presença, ainda que rara, de um mecenas para alguns de seus textos — apenas dois de seus textos informam alguma "proteção", o que indica um contato com pessoas em condições de financiar a edição de seus textos e de cancelar uma "autoridade" de engenho ou social para o texto⁶⁰⁷.

Já o terceiro, o mais explícito e expressivo deles, é a presença de Lopes no elenco de autores que participam de uma das reedições do legado de Camões. Embora não reeditando um único título relevante, como aquele que quase assume a forma de pleonasma do autor, *Os Lusíadas*, as edições das *Rimas* em que Lopes foi responsável por um dos elogios prévios reúnem as características de um grande livro. As sucessivas reedições, que se iniciam no século anterior e atravessam todo o XVII sendo sempre acrescentadas com algo de novo para o público, sugerem o interesse contínuo. Além disso, naquele tempo, o lugar de Camões para a literatura já estava mais consolidado do que no século anterior. Assim, estar presente em uma grande edição de uma parcela que fosse da obra camonianiana já seria, por si, algo capaz de conferir prestígio autoral e/ou editorial.

Em duas dessas muitas edições das *Rimas* (1614 e 1621, ambas com taxa fixada em cento e sessenta réis em papel), é possível encontrar o elogio do poeta livreiro de Lisboa. Logo, um livro que não se direcionava a leitores com pouca capacidade aquisitiva. Mesmo que fosse capaz de atingir um público que não apresentasse necessariamente uma grande erudição ou que demonstrasse interesse por uma leitura reconhecida pelos

⁶⁰⁷ Cf. LOPES - *Sam Gonçalo...* . Outro texto para o qual obtém proteção é o: _____. *Milagroso sucesso do Conde de Castel Melhor*. Lisboa: Impresso por Manoel da Silva, 1643. Nesta ocasião, a própria condessa foi a sua protetora.

públicos mais eruditos e autorizados como sendo uma "boa literatura" ou afeita a um "bom gosto", o livro — não enquanto texto, mas por sua apresentação mercadológica — possui em suas taxas um dos fatores que permitem indagar sobre seu direcionamento social. Um indício de que Lopes chegava não apenas a clientes de grandeza social interessados em seus serviços de livreiro, mas também a leitores de mesma condição social para suas letras.

Por fim, no mercado, o sucesso das edições das *Rimas* publicadas durante o tempo de vida de Lopes também se infere pela dinâmica das impressões e dos agentes envolvidos. As de 1595 e 1607, nas quais Francisco Lopes não aparece, contêm privilégio real por vinte anos. Na primeira, dado ao livreiro Estevão Lopes, que em 1595 financiou e comercializou a segunda edição das *Rimas*. Na seguinte, concedido à sua viúva, pela continuação deste privilégio. Essa, contudo, foi financiada por Domingos Fernandez que para dali em diante se manteve o financiador das duas edições seguintes, obtendo para si o mesmo privilégio. Foi nas edições de Fernandez, que após a morte de Estevão Lopes conseguiu o direito a participar da impressão e venda do livro, que Francisco Lopes publicou seu elogio.

Apesar da possibilidade que os nomes sugerem, não foi possível, até agora, afirmar que Francisco Lopes fosse filho ou parente do casal Lopes acima mencionado e também ligados ao ofício de livreiro. Nem tampouco é possível afirmar o que motivou o também livreiro Domingos Fernandez a convidar um colega de ofício e poeta "mediano" não tão reconhecido por suas letras para integrar sua edição. Apesar das impossibilidades registradas, os convívios e a sociabilidade da rua e do ofício certamente tornaram Fernandez e Lopes conhecidos um do outro e conhecedores de seus talentos, algo que não deverá ter sido de pouca importância para sua presença no livro.

Já sobre dizer que Lopes não era reconhecido por suas letras quer dizer que o poeta não era conhecido por autor de grande qualidade, mas de comprometida atividade. Uma afirmação que se faz a partir do registro de um importante conhecedor do gosto e da cultura da época, ainda que tendo vivido quase um século após o auge da atividade de Lopes. Em sua *Bibliotheca Lusitana*, Barbosa Machado apresenta o seguinte verbete: "FRANCISCO LOPES natural de Lisboa Livreiro, e naturalmente inclinado à Poesia lyrica em que deixou varias obras com estylo mais devoto, que elegante."⁶⁰⁸

⁶⁰⁸ MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca lusitana*, t. II, p.175.

Este reconhecimento de uma pouca qualidade para os seus textos só pode ser admitida se posta relativamente em comparação a outros gostos e estilos. Em outras palavras, tal falta de "elegância" é aqui assumida como um dos principais indícios de sua acomodação ao gosto daquele tempo, o que o qualifica diante do repertório de autores do período, sem dúvida. Já a sua característica de autor "devoto", identificada por Barbosa Machado, não se limita ao alinhamento a um modelo cultural católico e tridentino (posto que fiel enaltecendor das missionações jesuíticas, por exemplo, dedicando todo um livro a Inácio de Loyola). Esta devoção, embora não em termos religiosos, também se revela em seu comprometimento com a Restauração — o que, aqui, será de maior interesse.

Teófilo Braga, repertoriando a ação dos autores "revolucionários", chega a comparar Lopes a Pero Salgado, cujos títulos foram anteriormente analisados, dando sua opinião sobre a dimensão de ambos:

Pedro Salgado é auctor de *muitos outros tratados em abonação do Reyno de Portugal*; naturalmente eram relações de milagres e satyras em verso, que andavam na voga, distinguindo-se sobre todos estes poetas revolucionarios Francisco Lopes livreiro, que acompanhou as guerras da independencia com as suas *Sylvas e Romances*.⁶⁰⁹

Ao contrário de Salgado, Lopes manteve-se em Lisboa. Sua presença na rua Nova e sua vida profissional exclusivamente dedicada aos livros, sem se envolver na guerra mais do que através deles, deve ter contribuído para essa preponderância sobre os "poetas revolucionarios" da Restauração. Seus temas políticos não foram batalhas, como foram os de Salgado. A mesma presença na dita rua ainda é elemento importante para a própria divulgação dos textos do poeta livreiro, como apresentado mais acima. Ainda, a relação entre sua autoria e seu lugar social — indistinto do lugar físico que ocupava cotidianamente — é igualmente notada em seus textos no modo como temas e pessoas surgem associados e configurados.

Aproveitando a menção de Teófilo Braga, Lopes escreveu duas *silvas* nas quais praticamente se repete. Tal como sucedeu com os demais impressos do período que parecem ter desfrutado de uma ampla circulação no mercado, o intervalo entre as publicações é bastante curto: o primeiro tem sua taxação em fevereiro de 1642 e o segundo em junho do mesmo ano. A curta diferença de tempo entre ambos os textos fica

⁶⁰⁹ BRAGA - *Historia do theatro portuez...* p. 309.

ainda mais relevante se considerado que não há grandes diferenças entre ambos os textos que motivasse uma retomada da pena e da prensa.

Com um frontispício (em ambas as edições) totalmente dedicado ao heroísmo e à bravura dos feitos portugueses no oriente, a intenção de Lopes é mostrar que os lusitanos do presente podem ser tão grandes e heroicos guerreiros quanto os do passado. No frontispício, então, de ambos os impressos, há um brasão português ladeado por frases que deixam a opinião do autor já bem apresentadas: "1. Feitos soberanos, 2. Antigos e Modernos 3. Ande ser eternos 4. de Heroes Luzitanos"⁶¹⁰. Por isso, a sua opção de fazer do texto uma *sylva orientalis*. Logo, é com apelo aos nomes dos insignes conquistadores do oriente que Lopes buscou dar exemplo aos conquistadores da nova independência, algo que retoma um tema importante para o reino: suas conquistas.

Desta forma, o sentido de ambas é o de animar o heroísmo lusitano naquela crítica guerra por independência e de reanimar seu imaginário de potente império em constante expansão cristã e portuguesa no ultramar. Entretanto, antes de se complementarem e continuarem, o que se lê nas duas partes da silva é a repetição de um roteiro. Embora lembrando diferentes "heróis" portugueses do oriente em cada uma delas, aumentando assim o seu elenco, não se pode dizer que para a leitura haja uma dependência entre as partes. Ambas começam com uma genérica apresentação da situação política de Portugal e seu momento de oportunidade para retomar a independência. Em seguida, a tirania castelhana é apresentada através da figura de Miguel de Vasconcelos e, então, é aludido o primeiro de dezembro justamente por sua defenestração. Esta contextualização encerra com a apresentação da justiça e da alegria em ter um novo, justo e natural monarca. Só então surgem os portugueses que foram para o Oriente e, embora diferindo nos nomes, a essência dos exemplos era a mesma. Ou seja, o sentido de todas as partes do texto se repete em ambas as partes da *silva*. Por fim, a divisão em duas partes de um texto que repete sua contextualização, que em suas duas partes soma poucas páginas e não inova no assunto, é a materialização de uma opção editorial mais atenta à circunstância do

⁶¹⁰ LOPES, Francisco. *Silva Oriental na aclamação delRey N. Senhor D. João o IV: primeira parte: dedicada a todos, com hũa glossa[sic] no fim muito curiosa. Por Francisco Lopez, natural da cidade de Lisboa Author da Gloria de Portugal, & da Honra da Patria*. Lisboa: Impresso por Domingos Lopez Rosa, 1642. A segunda parte traz: "1. toda a nação vos temia, 2. Vencedores tantas vezes, 3. E so dizer Portuguezes, 4. Era dizer valentia." _____. *Silva orientalis: segunda parte*. Lisboa: Impresso por Manoel da Silva, 1642. A primeira parte era vendida na "Rua Noua em casa de Francisco soares liureiro", a segunda na de João Leite, "liureiro na Rua Noua".

consumo do que da leitura. Afinal, não era, do ponto de vista da leitura, necessária a divisão.

A publicação em duas partes, por um lado, a manteve presente no mercado das publicações. Por outro, e mais importante, ofereceu dois textos sequenciais, mas que poderiam ser lidos de modo independente um do outro, sem prejuízo para o entendimento e que garantiria um custo mais baixo para aquisição. Algo vantajoso para um público cujo interesse pela leitura dos temas mais importantes do momento poderia não acompanhar a sua capacidade de adquirir os mesmos textos. Assim, aquele leitor que não pudesse ou quisesse ter ambas as partes da *silva* estava tão contemplado quanto aquele que tivesse ambas. Afinal, se repetem na estrutura específica do roteiro e no sentido geral da narrativa. E, mais, a semelhança é tanta que não difere para o entendimento se a segunda parte é lida sem que a primeira o tenha sido. Para além deste aspecto comercial que denota um consumo e uma estratégia de divulgação popular, na *silva*, Lopes dá as mais acabadas mostras de sua intervenção autoral a partir de seu ponto de observação dos fatos vividos, novamente revelado por sua adequação estilística e social.

A sua orientação popular mede-se tanto por elementos textuais como por aqueles não diretamente ligados ao texto, embora de não menor importância sociológica. O primeiro é taxado em oito réis e o segundo em dez réis. Um custo de aquisição baixo, mesmo se considerada a soma. Por outro lado, ainda sobre a popularização do autor, em ambos há referência ao local de venda, sendo que na parte inferior do frontispício primeiro ainda há a associação do autor a outros títulos seus: "Por Francisco Lopez, natvral da Cidade de Lisboa. Author da Gloria de Portugal, & da honra da Patria". Se, com tal ocorrência, Lopes se aproxima de Pero Salgado (que também insistia em se apresentar pelos títulos que pudessem suscitar, nos leitores, a lembrança ou associação do texto ao nome do autor), isso reforça o lugar popular de ambos como autores e no comércio de impressos.

Afinal, esta prática, comum em Lopes e autores correspondentes, não era presente em nomes como Francisco Manuel de Melo ou Francisco Rodrigues Lobo. Estes não disputavam o mesmo público dos poetas "revolucionarios" — que é mais apropriado dizer panfletários — e não precisavam recorrer a tal meio para produzirem uma lembrança de si para os seus públicos, provavelmente já habituados aos impressos e aos autores.

Aliás, este recurso é uma marca presente em diferentes impressos seus e auxilia a identificar o momento de sua autoria mais explicitamente "patriótica". Se em Lopes se

observa a tendência religiosa em uma primeira fase e outra política, na segunda, as informações sobre os títulos saídos à luz pela pena do autor delimitam cronologicamente ambas as predileções temáticas. No caso da sua segunda fase, a influência da Restauração não se nota apenas pelos textos. Ela própria é apresentada quando, ao fim de um de seus impressos, lê-se a informação de todos os títulos "sahidos a luz deste Author até gora (sic) nesta ocasião da aclamação"⁶¹¹ — uma informação que, pelo modo como é apresentada, periodiza sua atividade autoral em função das demandas conjunturais, e que é de expressiva importância para dimensionar sua circulação no gosto popular.

Os temas religiosos eram os mais bem recebidos no mercado de impressos e só perdiam sua importância mercadológica quando conjunturas específicas criavam a demanda por outros assuntos capazes de reverberar intensamente mesmo entre as classes populares⁶¹². Não por coincidência, em um de seus impressos que apresenta os títulos de sua autoria, associando autor e obra, surge um que aproxima e enfatiza a união do político ao religioso — uma associação temática que será abordada mais adiante. Ora, Lopes não apenas atende a ambas as demandas, como ainda torna mais fácil para um leitor satisfeito a busca por outros títulos do autor que acabou de ler, uma estratégia que é compreendida como de atenção à sua projeção comercial e à fixação de seu nome como autor.

Já sobre as marcas textuais que revelam sua adequação popular e voltando ao caso da primeira parte da *silva*, uma delas se revela na intenção da dedicatória. Lopes não a dedica ao rei (como fez na segunda parte) ou a um notável português. Antes disso, o impresso traz em seu frontispício a informação de que era: "DEDICADO A TODOS". Um direcionamento representativo da intenção dos autores dos panfletos da Restauração e que militavam as opiniões dos portugueses: alcançar a todos, alcançar Portugal. O tema e a direção, bem como o diligente comprometimento do autor que agora se dirige a todos,

⁶¹¹ Ao fim da *Valentia Christã*, lê-se: "São sahidos a luz deste Author até gora nesta ocasião da aclamação del Rey Dom Ioaõ o IV. nosso Senhor, os tratados seguintes.

1. Gloria de Portugal
2. Honra da Patria
3. Fauores do Ceo
4. Silua Oriental primeira parte
5. Silua Oriental segunda parte
6. Valentia Christã."

LOPES, Francisco. *Valentia Christã, e grande respeito, qve tiveram os nossos Portuguezes no culto Diuino: & o descaro dos nossos inimigos. Em verso por Francisco Lopes liureiro.* Impresso por Manoel da Silva, Lisboa, 1642.

⁶¹² Cf. CHARTIER - *Leituras e leitores...* e MARQUILHAS - *A faculdade das letras...*

dão a forma de uma fala exortada publicamente ao mais vasto público possível e portadora de uma bem delimitada opinião sobre a vida política corrente — situação que, uma vez tão amplamente direcionada, justifica a simplicidade e clareza das palavras empregadas.

Na sua configuração do assunto, desde o marco zero da Restauração à repercussão da notícia, Lopes emprega uma caracterização de pessoas e fatos a partir de um ponto de vista que remonta ao modo como o autor e seus públicos viveram, da rua Nova, a experiência dos anos finais do governo Habsburgo e a notícia da Restauração. Impostos, o modo como pessoas tais como Miguel de Vasconcelos e as expectativas nutridas pela nova independência portuguesa surgem através de palavras mais afeitas às preocupações de um mecânico e comerciante de livros do que por imagens construídas a partir de uma associação entre elementos muito distantes — a metáfora aguda. Embora Lopes também fosse capaz de produzir suas agudezas, essas não tinham em sua decodificação um difícil enigma.

A insistência na figura de Miguel de Vasconcelos, presente em mais de um de seus títulos como face tangível da tirania, é mais um fator a ser considerado. Trata-se de uma insistência que não se verifica sobre os nomes do conde-duque de Olivares ou dos que compunham o Conselho de Portugal, dos governadores do reino ou dos vice reis. Sequer Diogo Soares surge elencado. Fala-se apenas daquele homem que era o mais visível aos olhos e aos comentários de quem estava na rua. Vasconcelos era aquele que: "com nome de secretario / Publicamente roubaua"⁶¹³. Uma figura mais detalhadamente apresentada na *silva*:

Acabou torpemente, como bruto,
Por mais sagás, & astuto
Hum dia venerado, como oraculo,
Outro precipitado de hum pinaculo.
De brocado, & de tella hum dia vestido
Outro dia na praya nu, & despido.
Hum dia perfumado (sic) em mil dilicias,
Outro dia no meyo de immundicias:
Hum dia hum Tesouro senhoreaua,
Outro dia a mortalha lhe faltaua:
Quem manjâres comia a seu prazer,
Outro dia o naõ querem caës comer.
Hum dia, de senhores visitado,
O outro sem ninguem desemparado.

⁶¹³ Hum que foi com furia braua / Dos grandes grãde cõtrario, / Com nome de secretario / Publicamente roubaua: / Mal, nem bem imaginaua / No summo bem q o criou, / E porque taõ mal cuidou / Do mal, que à patria fazia, / Da maneira que viuia, / Dessa maneira acabou." LOPES, Francisco. *Gloria de Portugal*. Lisboa: Impresso por Manoel dao Silva, 1641. [cartaz]

Hũa noite, seraos, banquetes, festas,
Outra exequias tristes, & funestas,
O coche, a liteira, & a cadeira,
Poderá ser na hora derradeira.
A tumba de veludo, rica, & nobre,
Mas foi esquife humilde, baixo, & pobre.⁶¹⁴

Lopes revela de maneira ainda mais explícita seu acompanhamento em primeira pessoa de um sucesso tão espantoso e o modo como significava tudo que se passou no dia em que Portugal recuperou sua independência:

Toda a ira de Deos, sobre elle veyo.
E sobre nós entãõ misericordia, paz, & concordia.
Hũ caso taõ horrendo, & tão medonho,
Naõ parece, que foy, parece sonho.
Hum sossesso tam raro, & esquesito,
Iá mais aconteceo, nem está escrito.
(...)
Quem póde isto crer, se eu que o via
Inda que vendo estaua, naõ o cria⁶¹⁵

A atitude de Lopes, o mais aguerrido panfletário deste começo da Restauração, segundo Teophilo Braga, de centrar suas atenções em Miguel de Vasconcelos não deve ser entendida como acaso. Na verdade, a diferença entre esta configuração do tema (sua elocução) e outras que também saíram impressas nos primeiros anos da Restauração comprova a variedade nos modos de apresentar os assuntos mais importantes deste período⁶¹⁶. Contudo, o mais interessante na citação acima é o modo como o caso foi narrado para uma larga audiência que testemunhou aquilo sobre o que lia, um sintoma de sua intervenção direta no cotidiano e nas opiniões. Afinal, o contexto estava marcado por impressos e leituras que diziam diretamente sobre ele e não por uma literatura sobre assuntos genéricos ou temporalmente distantes e mesmo indefinidos.

Uma interação pela leitura que dava continuidade a fatos importantes que eram comentados, murmurados, vistos e/ou vividos por diferentes grupos sociais, cada um com um lugar de experiência e mais propenso a uma ou mais dessas elocuições. Se Pero Salgado e as relações tratavam da guerra, Lopes falava da Restauração a partir de razões vividas pelas pessoas das cidades, pelo povo que não necessariamente lutava as batalhas.

⁶¹⁴ LOPES - *Silva oriental primeira parte...* p. 2.

⁶¹⁵ *Idem*, p. 3.

⁶¹⁶ Exemplos bastante representativos de elocuições mais elaboradas e de pretensão heroicas, mas com claras mostras do "hermafroditismo" observado por Francisco Manuel de Melo são: FIGUEIROA, Diogo Ferreira. *Teatro da maior façanha e gloria de Portugal*. Lisboa: Impresso por Domingos Lopes Rosa, 1642; e SOARES, Vicente de Gusmão. *Lusitania restaurada dirigida a seu restaurador el rey dom João o quarto Nosso Senhor*. Lisboa: Impresso por Lourenço de Anveres, 1641.

Ou seja, ao invés de falar da guerra, Lopes fala sobre aquilo que ao longo das décadas de 1620 e 1630 formaram o "antifiscalismo" e os sentidos deste sentimento para a culminância de uma generalizada opinião sobre uma tirania castelhana. Por isso, o destaque dado a Miguel de Vasconcelos é de importante consideração, e, embora soe como um nome óbvio para se criticar, permite observações sobre a autoria em questão.

Lopes não fala dos grandes em Madri, não menciona o Conselho de Portugal ou governo a partir de outros personagens como os governadores ou vice reis. Vasconcelos era a imagem mais palpável desta tirania para aqueles que, na principal rua da cidade, eram atingidos por suas ações a serviço de Filipe IV. Vasconcelos era, ao mesmo tempo, a imagem do governo que os portugueses da rua Nova ou do Terreiro podiam ver. Para a gente comum, uma personificação dos impostos e do próprio *antifiscalismo* — e de uma repercutida e crescente opinião de traição ou abandono aos naturais. Vale lembrar, por exemplo, que foi aos mercadores, gente com quem Lopes convivia diariamente na rua Nova (justamente) dos Mercadores, que se pediu a contribuição traída para a Restauração de Pernambuco e que depois de arrecadada foi divertida para Flandres.

Se o que Lopes fez foi intervir com sua opinião de poeta mecânico (poeta que vivia do trabalho e que criava versos com uma linguagem proporcional a este seu lugar social) sobre os desdobramentos e impactos das contribuições exigidas e que justificaram, em boa medida, um argumento para a Restauração, aqui está a chave para compreender a orientação do que podemos chamar de sua agência política autoral. Afinal, nada mais razoável admitir que era para tais pessoas, as mais próximas de seu convívio diário e de sua condição social — membros do terceiro estado com algum prestígio que os habilitava a um importante *lugar* da cidade — que Lopes falava sobre Vasconcelos, tirania, impostos e liberdade. Algo que dimensiona o sentido de sua elocução, isto é, o sentido de todas essas palavras e nomes presentes em seus textos, e ainda de sua opinião — a saber, bastante semelhante à da própria cidade e do *lugar* que ocupava nela, principalmente se consideradas as opiniões enunciadas naquele espaço de divulgação de ideias.

No caso da opinião sobre o secretário, o contraste entre a ostentação de seu luxo e poder e seu horroroso fim é a imagem da passagem do jugo à redenção. Uma radical inversão dos papéis vividos por ele e pelos portugueses. Esta imagem, ainda, evoca os riscos e os sofrimentos da ganância terrena, do caráter transitório das riquezas e das

conquistas pessoais sem preocupação com o próximo⁶¹⁷, temas que para o autor das vidas de santos passam, do ponto de vista religioso somado ao político, a justificar o apoio divino aos portugueses após o 1º de dezembro.

Assim, embora o tema dos impostos fosse um assunto presente nos primeiros anos da Restauração, pela lembrança da sua importância para a amplificação social de um argumento para a independência, ao lermos a opinião de Lopes sobre o assunto lemos um relato de como um membro do terceiro estado testemunhou seu desenvolvimento nos primeiros momentos após o 1º de dezembro. Isto significa dizer que a sua leitura oferece um ponto de acesso a como o assunto repercutia nas palavras simples das pessoas e não em argumentos mais elaborados, históricos ou jurídicos. Um dos modos como isso se manifesta em seus textos é na atenção que dá a pessoas envolvidas na conjuntura das imposições que caracterizam o próprio antifiscalismo — Miguel de Vasconcelos, sobre todos — e ao modo como emprega as palavras que escolhe para tratar o assunto.

Por esta mesma razão — a saber, sua experiência pessoal daqueles anos —, o que define a tirania dos impostos não é a ofensa a privilégios, mas a brutalidade de um modo de governar⁶¹⁸. A relação entre o seu vocabulário, o modo como experimentou os anos em questão e o público ao qual dirigia suas palavras de exaltação de D. João IV se recuperam em seus outros poemas. Aliás, ficam melhor apresentadas se consideradas em sua obra e não em um de seus impressos. Dela, é de se destacar a *Gloria de Portugal*, um de seus mais importantes títulos e aquele que inaugurou sua agência política autoral voltada à validação da empresa brigantina.

Por inaugurar a fase mais detidamente política de sua autoria e por razões que serão apresentadas adiante, muito possivelmente este impresso foi impactante para os públicos diretos e indiretos dos impressos. Nele, a relação acima informada entre a

⁶¹⁷ "o Anjo mao cahio do choro Angelico, / & por soberbo, vão, cego, & colerico, / precipitado foy no profundissimo, / por querer igularse co Altissimo, ". "Estaua este ministro do inferno / com capa de gouerno / capeando a todos, gouernando, / que gouerno farà quem está roubando, / tyranizando a patria onde nacera, / com alma desalmada, dura, & fera, / (...) / & pelos ares foy como tyrano, / dar conta onde contão os pensamentos, / & aonde sem conto são tormentos: / quem para fazer mal sóbe depressa, / depressa por seu mal he bem que dessa." LOPES - *Silva oriental segunda parte...* (BNRio 23, 2, 6 fls. 171 e 171v.)

⁶¹⁸ Ao fim da primeira silva, Lopes elabora uma glosa a um mote antigo. Nele, afirma por versos: "Por gouerno destes brutos / E de tributos do Inferno / fostes vós campos sem frutos. / Que gouerno com tributos, / Bem he de brutos gouerno." LOPES - *Silva oriental primeira parte...* p. 14.

experimentação e a configuração poética e estilística dos impostos enquanto tema da realidade é igualmente presente:

Rey pay, vede o catiueiro
Que os Portugueses tiemos,
Que sempre dinheiro demos
sem nos resgatar dinheiro:
O resgate verdadeiro,
Que se leua a berberia
He dinheiro cada dia,
E nós cada dia a dar,
Sem nos poder resgatar,
E Deos que tudo soffria.⁶¹⁹

À menção ao "dinheiro", convém ponderações. Em primeiro lugar, há de se ressaltar que, para Lopes, por ser mecânico e comerciante, o tema "imposto" assumisse a clara forma de dinheiro. Para o terceiro estado, os impostos e as contribuições além de rotineiros não assumiam a forma de quebra de privilégios. A título de exemplo socialmente delimitado para o período considerado, foi aos comerciantes, por exemplo, que Filipe IV pediu empréstimos para a restauração de Pernambuco — afinal, era algo que lhes importava diretamente, embora a justificativa para a contribuição tenha sido traída e usada para outros fins. Nas palavras de Lopes, esta traição foi de tal modo que, para a "gente varonil" do "Brazil", não restou senão ter que sustentar-se com "muitos poucos mil"⁶²⁰. Por outro lado, a menção a coisa tão baixa e mundana reafirma o lugar de pouca elegância notado por Barbosa Machado sobre os devotos poemas de Lopes. Miguel de Vasconcelos, impostos, tiranias e a própria Restauração surgem, através de Lopes, adequados a partir das contingências sociais que delimitavam seu juízo crítico e racional da realidade, um juízo crítico popular, posto que não poderia deixar de ser proporcional ao seu formulador, também ele popular.

Mas, dado que as contingências vividas não eram de todo restritas aos impactos econômicos e políticos que recebia no *lugar* que ocupava, a elocução de Lopes ainda apresenta vestígios de outros condicionantes do cotidiano e da estética; a saber, um dos modos mais empreendidos para a elaboração de conceitos, naquela época: a metáfora aguda. Em seus textos, é possível encontrar exemplos disso. Porém, mesmo nos casos em que aproxima imagens distantes, como quando se refere aos valentes portugueses que

⁶¹⁹ LOPES - *Gloria de Portugal...* [cartaz].

⁶²⁰ "Inda ha gente varonil, / Que sem manhas, nã arnezes, Sostenta contra Olandezes, Os estados do Brazil: / E com muitos poucos mil, / Faltos de pano, & de paõ / Não faltos de coração / em sabendo que ca vae, / Que tem ja hü Rey, q he pay; / Cada hum será hum leão." Idem.

lutavam por Portugal como uma "manada de ovelhas" ou como quando emprega os vocábulos "pérolas" e "rozas"⁶²¹ — uma palavra comumente presente em poemas para remeter à chuva ou à lágrima — a fim de se referir ao choro que corria pelo rosto daqueles que estavam encarregados do resgate do conde de Castelo, a decifração não era complicada. Chega mesmo a ser imediata. E, neste sentido, se distancia de um gosto bastante em voga pela agudeza difícil, entendido como gongorismo ou obscurantismo e denunciado por criar metáforas vazias — por se pretender conceito, mas não possuir significado proveitoso; um distanciamento consciente e proposital, como ainda se demonstrará.

Lopes continuou a ser um autor "mediano" e com exemplos de um engenho pouco desenvolvido, apelando a jogos de palavras bastante pobres, como na poesia dedicada a D. Gastão Coutinho onde chega a propor o seguinte jogo semântico: "E Dom Gastão, que não gasta / O seu tempo sem vencer".⁶²² Sob qualquer hipótese, "Gastão não gasta" não é exemplo de uma literatura capaz de perdurar no imaginário ou na cultura de um povo. E isto chama a atenção para o seu caráter corriqueiro e imediato cuja urgência e direcionamento eram voltados a uma ampla inteligibilidade de simples leitura, enquanto objetivos principais — isto é, sua intervenção poética era mais atenta ao proveito imediato do que a uma elaboração sobre temas de menor urgência em relação aos contextos de suas publicações.

Complementando a demonstração de sua elocução, a apresentação gráfica dos textos políticos de Lopes reafirma seu impacto em um espectro social mais amplo do que o dos grandes livros. Para além de simples, por serem curtos e baratos, seus poemas se tornavam ainda mais facilmente adquiridos e lidos — ou ouvidos. As pessoas interessadas em consumir ou saber o que se falava sobre aquele momento político não precisavam perder muito tempo para ler ou ouvir a leitura de seus poemas. No caso das leituras

⁶²¹ "Traga exercitos por terra, / Encha de armadas o mar, / Que em terra, & mar há de achar / Quem queira guerra, & mais guerra / Aquele, que nunca erra, / Verá vir por capitão, / Com as chagas no pendão; / As forças tão inuencíveis / Seus exércitos terríveis / Manadas de ovelhas são." LOPES - *Honra da Patria...* década 26. No caso da agudeza através do recurso à associação entre lágrimas e pérolas, para demonstrar o valor e o sofrimento dos envolvidos no resgate do conde, chega a ser difícil falar em agudeza, posto que explicada pelo próprio autor: "As lagrimas, que corrião / sobre as faces fermosas, / lagrimas não parecião, / senão perolas preciosas, / que sobre as rozas cahião:" _____. *Milagroso svcesso do Conde de Castel Milhor...* p. 13. Contudo, tais exemplos continuam a ser representativos daqueles que mais se aproximam de um conceptismo agudo por parte de Lopes.

⁶²² Idem, década 2.

públicas (ou, ainda, em espaços fechados) em voz alta, sua elocução simples e a ligeireza de seus textos faziam com que seu conteúdo pudesse encontrar neste meio de partilha da cultura escrita uma eficiente forma de difusão. Ora, se nas cidades modernas a leitura oral não silenciosa era uma prática comum, não é desprezível considerar tal eficiência também pelas facilidades que um ou outro texto apresentavam para tal modo de partilha.

Por outro lado, um de seus textos, aquele que primeiramente irrompe como um manifesto popular seu e não oficial de exaltação a D. João IV e à Restauração, a *Gloria de Portugal*, teve no mesmo ano duas publicações distintas e em diferentes formatos impressos. Uma delas em um pequeno caderno cuja soma total conta quinze páginas (frontispício, uma página em branco, dez com o texto principal apresentando duas décimas por página e três páginas ao fim, cada uma com um soneto). A segunda, um *avulso*, isto é, um cartaz de folha inteira que em uma única página expõe todo o texto principal e estava à venda "em casa de Antonio Velozo liureiro"⁶²³.

Nesta edição, para viabilidade de sua adequação gráfica, os sonetos finais foram suprimidos e apenas o texto principal é apresentado. Deixando o texto ainda mais barato, pela minimização do consumo de papel, ambas as edições não apresentam taxas ou datas das censuras, informando genericamente tê-las alcançado⁶²⁴. Uma editoração que já era adotada em instrumentos de avisos públicos (pregões, éditos, avisos, etc.) que eram divulgados a toque de caixa, lidos publicamente e afixados em lugares públicos apropriados, mas que passava a ser adotada em textos não oficiais, profundamente marcados pela conjuntura e que, mais do que estimular o aumento do contato popular com a escrita, favorecia o aumento da presença popular no mercado de impressos⁶²⁵. Este

⁶²³ Para o cartaz, cf. <<http://purl.pt/30229>>. Já o caderno pode ser encontrado em BGUC. Misc. CCCLXXVII, nº 6010. Na BNRio, a Coleção Barbosa Machado contém um exemplar de cada uma das edições nos *Elogios oratorios, e poeticos dos serenissimos Reys, Rainhas, e Infantes de Portugal collegidos por Diogo Barbosa Machado, Tomo I (1539-1641)*. Cf. BNRio, 23, 2, 5. n^{os}. 14 e 15.

⁶²⁴ Referindo-se à bibliografia que propõe para o papel uma importância de até 75% nos custos de uma edição, Marquilhas pontua como "os encargos mais pesados nasciam do custo das gravuras e do papel." MARQUILHAS - *A faculdade das letras...*

⁶²⁵ Para os usos destes formatos então inovadores da imprensa pelas instituições e o impacto desse uso na vida pública, cf. ÁLVAREZ, Fernando Bouza. Escritura, propaganda y despacho de gobierno. In: GÓMEZ - *Escribir y leer...* p. 85-109. PELLICER, Clara Bejarano. Medio de comunicación en la ciudad durante la Edad Moderna: la figura del pregonero. In: GÓMEZ; AMELANG; SÁNCHEZ (org.) - *Opinión pública y espacio urbano...* p. 319-334. Sobre a repercussão do cartaz (enquanto produto gráfico) para a ampliação das formas de interação popular com a cultura escrita, Chartier afirma: "Trazendo um texto mais longo que o das imagens soltas e, diferentemente dos cartazes ilustrados, os avulsos *in-folio* são uma forma de

modo de intervenção era, portanto, uma das mais evidentes formas possíveis de interferir no espaço público através da imprensa.

Não é possível afirmar a ordem das edições: se primeiro foi impresso o caderno e depois percebida a possibilidade de sua adaptação ao formato de cartaz ou se primeiro fez-se o cartaz e uma reedição para quem quisesse ter algo mais próximo a um "livro". Ou mesmo se saíram concomitantes para a escolha do comprador. O fato é que, além da simples elocução, a vantagem gráfica do cartaz tornava o texto ainda mais capaz de alcançar um público potencialmente grande. Exposto em uma parede pública, de uma loja — como a de um livreiro ou de outros comerciantes da rua Nova — e mesmo em uma casa, o cartaz consegue alcançar uma versatilidade semelhante à dos pasquins manuscritos. Talvez até maior, posto que não seria, tão logo possível, retirado e entregue às instituições pertinentes⁶²⁶. Enfim, uma opção editorial que podia fazer do impresso um instrumento de intervenção pública aberta, menos dependente da mediação da compra.

A utilidade do cartaz de temas políticos (ou de temas de grande repercussão social, como os religiosos) de alcançar a mesma difusão dos pasquins demanda considerações que vão além das análises sobre Lopes. Elas ajudarão a dimensioná-lo enquanto produto gráfico e fruto da opinião política de um autor em um específico contexto de publicação. Embora os impressos fossem chancelados e autorizados pela censura por não contrariarem as instituições políticas e religiosas, isso não excluía a intervenção política não dependente destas chancelas — o que, não raro, incidia justamente com duras críticas ao governo ou pessoas que representavam suas instituições e, portanto, dificilmente impressas. Desta forma, a opção pelo cartaz trouxe para a cultura escrita impressa uma forma de intervenção pública através da escrita mais antiga e usual, como eram os grafites ou pasquins. Um modo de apresentar graficamente um texto oficialmente trazido à luz com a mesma capacidade de intervenção daquelas formas textuais que ignoravam os protocolos. Inclusive, como maneira legal de responder aos escritos difamatórios, por

transição entre diferentes gêneros tipográficos, de vida efêmera, mas que podiam atingir até aqueles que não os compravam. Menos imediatamente "populares", já que recorrem exclusivamente ao escrito, os cartazes podem, contudo, alimentar a cultura da maioria, uma vez que, afixados nos muros da cidade, podem ser lidos por aqueles que sabem para os que não sabem." cf. CHARTIER - *Leituras e leitores...* p.113.

⁶²⁶ Investigando o escrito como forma de delito, Antonio Castillo Gómez apresenta e analisa situações em que os escritos difamatórios seriam considerados crimes cuja gravidade só era superada pelo homicídio. Para o assunto, cf. GÓMEZ - «Amanecieron en todas las partes públicas...»... In: GÓMEZ, *Escribir y leer...*, p. 143-192. (sobre este assunto especificamente, atentar sobretudo às p. 148-154).

vezes, usando os mesmos muros e portas que eles, ou de tornar pública a condenação de pessoas que tenham agravado instituições ou agentes institucionais — por exemplo, com éditos, alvarás ou outras manifestações mais espontâneas e não institucionais, como o cartaz de Lopes e outros⁶²⁷.

Assim, os pareceres favoráveis dos censores dos quais Lopes e outros autores tanto dependiam, por mais que possam assumir hoje a forma de uma restrição à capacidade de se expressar publicamente, acabam por paradoxalmente afirmar a existência dessa capacidade. Afinal, a censura à imprensa era uma forma de intervir e tentar controlar uma já existente circulação de ideias escritas que fossem consideradas heterodoxas ou dissonantes ao discurso oficial. O fato dela não ser livremente admitida não impedia a sua verificação. A censura, então, não anula o espaço público, mas é o instrumento de uma das forças capazes de intervir nele a fim de preponderar sobre outras, o que ainda explica o potencial de dano e a reatividade das instituições aos escritos públicos difamatórios ou de denúncias políticas⁶²⁸.

⁶²⁷ "Pondo agora de lado este aspecto arquivístico, mas continuando a ter em mente a *élite* clerical que integrava o Santo Ofício e a manipulação da competência gráfica, importa concentrarmo-nos num segundo tipo de recurso à escrita para a conservação e reforço do poder. Refiro-me ao *édito*, texto que garantia a colaboração popular na aplicação da justiça inquisitorial, desencandeando movimentos de delação e de auto-incriminação. O édito é um produto gráfico concebido já não no âmbito da *gestão* administrativa e judicial, mas no da *informação*, uma informação entendida em sentido lato, incluindo os conceitos de *persuasão* e *prescrição*, já que se trata de uma iniciativa oficial. Na mão do Santo Ofício os éditos <<tornam público o [seu] campo de intervenção, impõem períodos de denúncia, ou concedem períodos de graça, pontuando a vida quotidiana da população com proibições e avisos>>, funcionam, afinal, como um gatilho para a interação entre a instituição e a sociedade. (...) Pensado como panegírico da instituição, como seu procurador na praça pública e como tutor dos inadvertidos, o édito tinha os efeitos totalmente dependentes de uma publicação poderosa" MARQUILHAS - *A faculdade das letras...* p. 24-25. Já Castillo Gómez informa de um caso em que, respondendo em desagravo a escritos que difamavam Maria, "«los jentiles hombres de las casas y lustres de Granada y de señoras otras nobles y oidores» y los cabildos de la ciudad" iniciaram uma campanha de desagravo com festas e com respostas de um texto autorizado e "pasearon la ciudad y en las partes públicas iban fijando carteles de madera fijadas en ellas el nombre de María con letras de oro" GÓMEZ - «Amanecieron en todas las partes públicas...»... In: GÓMEZ, *Escribir y leer...* p. 153. Além do cartaz de Lopes, merece menção o *Prodigios Miraculosos*, também de 1641 e impresso por António Alvarez, e cuja autoria, embora anônima, é atribuída pela Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) a Francisco Lopes. Esta atribuição deve-se, provavelmente, por se tratar de um cartaz que une os temas políticos da Restauração à prodigiosas ações divinas em defesa da causa portuguesa. Não há, entretanto, informação que confirme esta indicação.

⁶²⁸ Rita Marquilhas, sem a preocupação ou intenção de realizar demonstrações sobre um espaço público moderno, oferece uma interessante contribuição para o conhecimento de uma atividade tipográfica e comercial tanto do livro autorizado como do não autorizado, no Portugal do século XVII. Sobre a relação entre o dinamismo comercial da rede de agentes ligados ao livro e a

Ou seja, antes de o extinguir, a censura é um sintoma do espaço público sendo ele o seu ponto de intervenção. Do contrário, não faria sentido ter o que censurar. Não ter isso em conta é reproduzir uma definição idealizada do espaço público. Como se ele fosse um produto das liberdades, sem atentar ao fato de que também é nele que se criam instrumentos de limitação às liberdades — uma forma, inclusive, de apresentar suas tensões.

Portanto, mesmo o *Gloria de Portugal* sendo um cartaz de texto autorizado, a sua apresentação gráfica fez com que a sua lógica de divulgação lhe impusesse uma semelhança aos pasquins e seu modo de intervenção aberta. Pois, mesmo tendo que ser comprado, uma vez exposto, poderia cumprir seu objetivo político maior: difundir amplamente uma opinião. No caso de Lopes, isto significa difundir popularmente uma opinião, o que se mostrará ser com consciente intencionalidade. Assim, a popularidade de Lopes encontra sua síntese na confluência de muitos fatores que iam desde sua evidente elocução e que se somam a outras menos evidentes que vêm à tona quando se recria a soma de seu ambiente físico de ação às contingências históricas que o formavam.

Por exemplo, a presença e o convívio cotidiano neste *lugar* de atuação diária que era a (importante) rua. Nela, a afluição de grupos sociais heterogêneos os aproximava enquanto público potencial para algumas formas de divulgação escrita que fossem capazes de os atingir conjuntamente — ou seja, ficavam reunidos enquanto público para um gosto ou estilo em um ambiente privilegiado para a apresentação de opiniões sobre a crise política, mesmo que elas os atingissem de modos distintos. Mas, para além destes fatores que compõem a relação entre *lugar*, estilo e contexto, suas opções temáticas formam um outro aspecto que contribuiu para a sua popularidade autoral — característica já analisada anteriormente, mas que pode ser, mais uma vez, interrogada a fim de continuar a revelar informações sobre sua atividade autoral durante a Restauração.

presença da censura, a filóloga conclui: "Os autos e processos inquisitoriais de que foram alvo os impressores no Portugal de Seiscentos ilustram em termos imediatos a história da censura preventiva. Mas ilustram, por acréscimo, uma história dinâmica da tipografia, da sua dimensão artesanal, dos interesses comerciais que movimentava, da adversidade e da cumplicidade que vinculavam os agentes de cada edição. (...) A vantagem destas fontes judiciais é a de nos apresentarem os profissionais do livro como personagens dialogantes, mobilizando a sua identidade corporativa e a pragmática do ofício para a construção de uma defesa face a normas estranhas, inspiradas por uma perspectiva do livro enquanto *texto*, suporte de conceitos heréticos." MARQUILHAS - *A faculdade das letras...* p. 207.

Uma boa apresentação disso é o fato de que, mesmo diante de um momento altamente influenciado por acontecimentos políticos, Lopes não abandonou sua preferência por temas sacros ou religiosos. Uma opção que, por ser a história de Portugal tão perene em fatos supersticiosos aos quais alguns dos cristãos chamam milagres, fazia com que um tema não fosse estranho ao outro. Na verdade, eram bastante complementares: a relação de Portugal com a Igreja mantinha-se crítica pela negativa do Papa em reconhecer o novo rei dos portugueses. Sequer sua embaixada fora recebida. Manter uma relação coerente entre o catolicismo e a política portuguesa era fundamental para que esta independência fosse uma efetiva Restauração de Portugal, sem que representasse um rompimento com a sua história, tão intimamente ligada e explicada por elementos da tradição católica. Assim, para Lopes e para muitos panfletários e leitores portugueses, ser por Cristo e por Bragança era uma causa comum.

Esta confluência temática em um autor de textos curtos, simples e baratos como eram os de Lopes é importante. Se situada no ambiente cultural de expressão impressa da Restauração, ela mantém as características do viés panfletário e popular, unindo os dois temas mais amplamente consumidos no mercado popular de impressos: os religiosos e os que opinavam através de uma curta síntese sobre os contextos políticos⁶²⁹ — conjugação que apresenta uma característica essencial da identidade temática e estilística que, por exemplo, levou Lopes a não compor segundo outras tendências da época. Exemplo disso são as relações. Mesmo que abordando alguns assuntos a partir de acontecimentos dos campos de batalhas, Lopes não fez deles o assunto principal. Embora as notícias fossem

⁶²⁹ Segundo Chartier: "as leituras dos mercadores e artesãos se encontram limitadas por dois horizontes ...o da profissão e o da religião." CHARTIER - *Leituras e leitores...* p. 97. Para os temas e influências dos cartazes e outras literaturas breves e marcadas pelos contextos de suas publicações, como as de teor político ligadas a contextos de crise, cf. Idem, p. 107-116. Já ao falar da formação de uma atenção e de um público *callejero*, Maravall fez a seguinte afirmação sobre um contexto de grande presença de impressos de temas políticos: "El humanista trabaja y destina su obra al poderoso. En cambio, el tipo de intelectual independiente, se dirige a un público. Para ello, claro está, la primera condición es que un público exista. Pues bien, esto es lo que empieza a darse desde fines del XVI y en el XVII; esto es lo que se inicia con la cultura barroca. El mercado de obras de arte; el aumento del volumen de las ediciones que ha permitido la imprenta, la atención callejera a los escritos y a sus autores, etc., etc., lo revellan." MARAVALL, José António. *La oposición política bajo los austrias*. Barcelona: Editorial Ariel, 1974, 2ª ed., p. 40. Sobre a presença desta literatura *callejera* no imaginário cervantino, Castillo Gómez comenta a presença do "brillo y otros soportes de escritura efêmera" na leitura do *D. Quijote*. Cf. GÓMEZ, Antonio Castillo. «Aunque sean los papeles rotos de las calles» Cultura Escrita y sociedad en *El Quijote. Revista de Educación*, 2004, Número extraordinario " El Quijote y la educación", p. 67-76. ISSN: 0034-8082.

um dos gêneros mais procurados, não há indícios de que o poeta livreiro tenha aderido à redação destas formas mais convenientes de apresentar ao público as informações que os correios provenientes dos palcos da guerra enviavam para Lisboa (especialmente para o governo) informando sobre os acontecimentos.

Portanto, era a partir de outros "problemas" e de opiniões sobre outros assuntos que não as batalhas que Lopes contribuía para uma apresentação do conflito. Como se disse, suas opiniões eram coerentes com o seu cotidiano e com o cotidiano das pessoas com as quais interagia diariamente. Em textos como *Honra da patria* ou o *Milagroso svcesso do Conde de Castel Milhor*, percebe-se a descrição de feitos de militares portugueses sem abandono de uma caracterização religiosa e sem a intenção informativa das relações. No segundo, sobretudo, destaca-se a grandiosidade da missão: resgatar de uma torre, no Novo Mundo, o conde de Castelo Melhor. O resultado um *milagroso svcesso*.⁶³⁰

Se os milagres formavam um importante modo de apresentar a Restauração, outro era uma caracterização essencial das forças oponentes — o que, na imprensa do período, era recorrentemente feito a partir de seus respeitos a fé. Não raro, ambos os modos coexistiram em um mesmo texto. Considerando as dificuldades diplomáticas vividas por Lisboa em Roma, esta reunião temática soava ainda mais urgente. Para além de alcançar, de uma só vez, o mercado com os dois temas mais popularmente consumidos (os textos religiosos e os da conjuntura política), Lopes intervinha unindo ambos em uma única opinião apresentada a seu público — o qual poderia ter na recusa papal a receber as embaixadas portuguesas um motivo para hesitação ou perguntas indesejáveis. Por isso, formar na opinião pública uma opinião geral sobre o (mau) comportamento cristão do inimigo era ainda mais *proveitoso*.

Em um de seus textos, Lopes se dedica inteiramente a isso. Na *Valentia Cristã, e grande respeito, que tiveram os nossos Portugueses no culto Divino: & o descaro dos nossos inimigos*, o poeta emprega sua pena com o único fim de demonstrar a brecha que o inimigo via na guerra para praticar seu desrespeito a templos e a fiéis da Igreja Católica:

⁶³⁰ Por obra de uma tempestade, a armada onde se encontrava o conde foi destruída e espalhada em destroços e naufragos que chegaram a Cartagena, e teria sido lá onde tomou conhecimento da Restauração. Segundo conta Lopes, a fidelidade de Castelo Melhor o teria feito jurar, para si mesmo, D. João IV como seu rei, e dali, tentado sequestrar um navio carregado da "frota da prata" para levá-lo a Portugal, sendo frustrado em seu intento e encarcerado na torre da cidade. Cf. LOPES - *Milagroso svcesso do Conde de Castel Milhor...*

E com quantos desatinos
os sacos na guerra trazem,
nunca foram tão malignos,
o que os Castelhanos fazem,
que roubem templos divinos
Por este infernal intento,
quem tem contra Deus, & os Santos
pagam seu atrevimento,
& nós cada dia tantos.⁶³¹

Em contrapartida, o bom comportamento dos portugueses em sua relação com a fé, as tiranias sofridas e o "descaro" castelhano formariam reunidos a verdadeira causa para um triunfo da Restauração: a intervenção da Providência divina. O milagre, portanto, não era aleatório, mas um sintoma de merecimento tanto pela justiça da causa como pelo bom comportamento religioso dos portugueses. Encerrando, então, o panorama e as perguntas à sua autoria política, foi nos *Favores do ceo* em que Lopes uniu definitivamente a fé e os sucessos políticos a partir da constatação de milagres que incidiam favoravelmente aos portugueses. Isto, pelas definições temáticas daquele cotidiano, fez deste impresso um excelente exemplo da combinação dos assuntos populares: linguagem simples e de fácil entendimento apresentando à população cinco milagres (o mesmo número das chagas e das quinas) que provariam a concordância de Deus com o ato de separação das monarquias. Ainda no bojo das contingências, o poema é dedicado a D. Rodrigo da Cunha, arcebispo de Lisboa e anunciador do primeiro favor do céu aos portugueses.

A herança cultural na qual a história de Portugal se explica pela manifestação do sobrenatural — no caso, milagres que definiriam a identidade e a missão do povo português — atravessou séculos até chegar a Lopes. Desde a formação milagrosa do reino, com o milagre do Campo de Ourique, passando pela manutenção milagrosa de sua independência com o milagre da Batalha de Aljubarrota, a independência portuguesa frente às pretensões de dominação castelhana tem no milagre um importante aliado. Um aliado junto às opiniões, é claro. Ele também se mantém presente durante a militância da fé durante as expansões orientais e a ocidental.

Soa óbvio que na Restauração o primeiro milagre a favor dos portugueses não demorasse a "ocorrer". E ele "acontece" logo no 1º de dezembro. Durante a procissão encabeçada por D. Rodrigo da Cunha, por algum descuido (ou intenção), a cruz carregada pelos fiéis terá caído. Do chão levantado, o crucifixo apresentava um sinal que, antes de

⁶³¹ LOPES - *Valentia Christã...* (BNRio, 23, 2, 5. fl. 178v).

ser interpretado como resultado de sua queda, foi logo profetizado milagre pelo arcebispo — comprometido com a fé, mas também com a política.

"Andando eu no meio da angústia, tu me reviverás; estenderás a tua mão contra a ira dos meus inimigos, e a tua destra me salvará"⁶³². A passagem não é saída da boca do arcebispo, mas da Bíblia — a qual ele, certamente, conhecia com grande intimidade. Um conhecimento que poderá explicar como D. Rodrigo da Cunha reconheceu tão rapidamente o milagre em questão. Ao ver que o braço direito de Cristo estava solto da cruz que acabava de ser levantada após o choque com o chão, o padre enunciou a primeira e mais célebre intervenção da Providência na Restauração (segundo a versão portuguesa do conflito): Cristo despregou sua mão da cruz para coroar os portugueses com um novo rei e coroar D. João IV como rei dos portugueses.

O milagre, notoriamente, não depende de uma explicação racional. Seu apelo depende da comoção e da fé para que a narrativa sobre algum acontecimento seja a verdadeira operação da vontade divina. Ora, comoção e fé são dois elementos psicológicos muito presentes em procissões como a do 1º de dezembro. São igualmente efeitos pretendidos pelos autores dos panfletos, que desejam suscitar tais sentimentos em uma vasta gama de leitores de textos curtos sobre a fé ou de incitação política. Lopes é, por esse e por todos os outros motivos, um autor popular: de origem popular e popular entre os públicos.

Os outros quatro milagres narrados neste impresso, demonstram uma autoria não apenas comprometida com a política, mas também em encontrar para ela uma justificação divina, mesmo que de modo artificial. O segundo milagre teria sido a aparição de Cristo na Lua, em Braga, logo visto, testemunhado e jurado por uma multidão de pessoas — situação que, embora fosse um provável caso de rumor, facilmente encontraria a comoção das "testemunhas"⁶³³ —; a chegada de António Telles a Lisboa, vindo da Índia quando o novo rei, justamente, procurava um novo general para ela — coincidência celebrada milagre⁶³⁴ —; o quarto, que atesta toda a artificialidade e necessidade de que, além de haver milagres, era importante que fossem cinco os favores, chega a ser evidência do empenho autoral na construção de uma versão para o favor divino — "E mais tendo por braço / As cinco Chagas de Christo. / O fauor quarto me falta / E co quinto hei de

⁶³² Salmos 138:7.

⁶³³ LOPES - *Favores do ceo...* décadas 10 e 11.

⁶³⁴ Idem, décadas 12 a 16.

acabar"⁶³⁵. Por último, fecha a quina de milagres uma voz que teria, por três vezes, se feito ouvir em Madri dizendo: "Dom João quarto ha de reynar.". Assumindo a possibilidade de que, verdadeiramente, tal voz foi ouvida, antes de admitir a hipótese de que pudesse se tratar de um português partidário da causa, Lopes disse logo que uns atribuíam esta "vox alta" a Satanás, mas que "outra gente mais capaz" reconhecia a agência do santo lusitano (Santo António, provavelmente) "Que tantos milagres faz."⁶³⁶.

Apesar da forma como "verificou" os cinco milagres — inclusive, desconhecendo qual teria sido o quarto favor do céu aos portugueses — ser importante para abordar a relação entre política e religião para a cultura política popular deste contexto, outro elemento do poema convém maior consideração para questionar sua atividade autoral (também ela popular). A importância deste texto para a constatação e problematização de sua popularidade e do *proveito* que pretendia não se limita ao seu tema. O que resta, contudo, a dizer sobre este livro é como em uma única décima dos *Favores do ceu* é possível ler bem mais do que o seu assunto principal e retomar por outro ângulo o problema de sua elocução. Isto trará uma nova abordagem, também, sobre a sua relação com o espaço público e que, portanto, precisa de uma pergunta, como a que segue: em uma época dotada de diferentes urgências e para a qual lemos — seja em Cervantes, seja em Francisco Manuel de Melo — uma crítica ao excesso de pessoas que se proclamavam poetas⁶³⁷, como os diferentes gostos, estilos e elocuições conviviam e se interpretavam entre si?

6.3 - A polêmica dos cultos

Embora assim referida, esta polêmica melhor seria apresentada como uma polêmica com os cultos. Como se verá, é certo que havia cultos de ambos os lados, mas só de um deles também havia aqueles que não o eram. A polêmica, por fim, no campo literário (uma escolha semântica sem compromisso com o conceito *campo*) é uma das

⁶³⁵ Idem, década 23.

⁶³⁶ Idem, décadas 23 e 24.

⁶³⁷ Na novela do *Licenciado Vidriera*, Cervantes diz, através de seu personagem, questionado sobre a estima que tinha dos poetas: "Respondió que a la ciencia, en mucha; pero que a los poetas, en ninguna (...) Respondió que del infinito número de poetas que había, eran tan pocos los buenos que casi hacían número y, así, como si no hubiese poetas, no los estimaba; pero que admiraba y reverenciaba la ciencia de la poesía porque encerraba en sí todas las demás ciencias". CERVANTES - *Novelas ejemplares...* p. 326.

mais interessantes formas de manifestação do espaço público. Se não bastam os pasquins, as revoltas, as opiniões e suas diferentes elocuições, a polêmica é a expressão de como *maravilha e proveito* estiveram em um debate sobre o gosto de um público (composto por seus autores e leitores) e a crítica de outros. Uma troca de opiniões e juízos críticos contingenciados por um cotidiano em que a literatura — como não poderia deixar de ser — é sintoma do social.

No mesmo "caderno" em que descreve os favores do céu aos portugueses, Lopes inicia seu poema se dirigindo à mãe de Jesus e pedindo licença para seu engenho humilde. Mas, mesmo reconhecendo a simplicidade de seu estilo, o autor afirma à mesma senhora:

O sabeo mais docto, & graue,
Que dizendo de vós ande
Quanto ouue, & quanto sabe,
Com um volume muy grãde
He impossuiel que acabe
Pois eu que posso dizer
Sem engenho, & sem estudo,
Que vos possa engrandecer
Se aquelle que sabe tudo,
Tudo não sabe dizer.⁶³⁸

A passagem é definidora do problema de sua elocução, sobretudo num caso em que a matéria religiosa surge no centro de um texto que também fala sobre a vida política cotidiana. A religião deve ser simples, o falar deve ser suave e o entendimento deve ser claro — ideia que lembra mais uma vez as lições aristotélicas, tão revisitadas e atualizadas na época: "Que seja o seguinte o nosso pressuposto: uma aprendizagem fácil é, por natureza, agradável para todos", ensina sua *Retórica*⁶³⁹. Por outro lado, a décima é a síntese da crítica de Lopes sobre o fazer poesia naquele tempo e sua necessidade de falar claramente para um público que fosse capaz de entender o assunto e o sentido dos textos.

Afinal, embora a décima citada acima possa ser admitida como uma prática comum, uma espécie de humildade protocolar que cumpre seu papel na recomendada discrição dos poetas, ela não se limita a isso. Lopes parece mesmo responder a uma questão aberta de seu tempo. Suas palavras voltadas aos sábios e aos livros grandes são

⁶³⁸ LOPES - *Favores do ceo...* 3ª décima.

⁶³⁹ "Que seja o seguinte o nosso pressuposto: uma aprendizagem fácil é, por natureza, agradável para todos; por seu turno, as palavras têm determinado significado, de tal forma que as mais agradáveis são todas as palavras que nos proporcionam também conhecimento. É certo que há palavras que nos são desconhecidas, embora as conheçamos no seu sentido 'apropriado', mas é, sobretudo, a metáfora que provoca tal." ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005, p. 265.

bastante expressivas por sua presença em um poema popular composto por um poeta mecânico "sem engenho, & sem estudo", autor de textos breves, simples e repletos de palavras corriqueiras. Com esta décima, nota-se, ainda, que a intervenção política de Lopes não era isenta de uma crítica estética e, portanto, social.

Contudo, para perceber nessa passagem um assunto corrente, é preciso perceber nela mais do que uma episódica crítica autoral. A recorrência do assunto em mais autores e textos é o que revela e confirma se tratar de uma questão aberta e povoada por juízos críticos reflexivos ao próprio cotidiano. Neste sentido, perceber a presença de personagens populares no assunto ajuda a dimensionar a polêmica em uma troca de juízos sobre a relação entre a poesia e o seu fim de produzir uma comunicação útil — sobretudo em um momento de tão intensa urgência por palavras capazes de comunicarem a um vasto público.

Discretamente, em outro texto, o autor não negou que livros volumosos também pudessem ser válidos. Ao apresentar o "milagroso sucesso" que pôs em liberdade o conde de Castelo Melhor, afirmou em duas estrofes, na abertura e no fim do poema, sua qualidade frente à do "caso":

Isto canto até que saya
algum leuantado engenho,
que ponha mais alta a raya
que o que sinto que tenho,
tenho para mi que caya
[...]
Agora quem mais presume
mostre sua habilidade
que o caso he de calidade
que pede hü grãde volume
de engenho, & autoridade⁶⁴⁰

Estas palavras são sintomas de como Lopes compreendia sua ação. Sob proteção da condessa, o poeta tratou de divulgar a ação logo que pôde, não deixando um grande intervalo entre o feito e sua apresentação pública no mercado de impressos. À urgência atendeu com a brevidade necessária. O conde voltava habilitado a Portugal e pronto a ser mais um de seus heróis, mas isso não excluía a possibilidade de que outros autores se debruçassem sobre tão importante assunto com mais tempo para isso. Sua crítica, proporcional ao tom da polêmica, não era aos textos graves e cultos. As denúncias que deram forma à polêmica incidiam contra um gosto chamado "dos cultos". Isto pois tal

⁶⁴⁰ LOPES - *Milagroso sucesso do Conde...* fls. 3 e 16v.

gosto não era sinônimo de livros grandes ou de estilo grave, mas expressão de como um determinado grupo de leitores e autores (os "cultos") se diferenciava de outros, reclamando para si a boa qualidade estética da poesia.

De qualquer modo, a partir da estrofe em que criticou o "sabeo mais docto, & graue", é possível notar que Lopes era um autor que se distinguia criticamente dos demais pela forma como avaliava o seu próprio estilo diante de outros. Sem deixar de admitir bons engenhos e autores capazes de escrever livros maiores e em verso mais grave que o seu, o poeta livreiro também era capaz de identificar e criticar a pretensa "autoridade" dos sábios dos quais se diferenciava ativamente. Pelas palavras empregadas no *Favores do ceo*, nota-se que, além da distinção feita pela qualidade que atribui a si e pelo modo como ela o identifica diante de outros engenhos, Lopes demonstra saber que, para boa parte daqueles com quem dividia a função de poeta, ele era um poeta "ruim" da Restauração, percepção que traz consigo e apresenta em seus textos desde muito antes do *Favores do ceo*:

Bem sei Leitor auisado
Em que me aja de acolher
Aos santos como a sagrado
Que impossiuel serâ ser
O não ser caluniado.

E se entroduzido està
Que a ninguem ja se perdoa
Quem compoem tambem dirá
Não poder cousa tão má
Estrouar cousa taõ boa.

Que se o sabeo que mais monta
He murmurado de enueja
Não me fazeis logo afronta
Porque entró tambem na conta
De hum delles em que o não seja.

E como sò Deos reparte
Tudo o que quer, a quem quer
Por mais que a enueja se farte
Pera deixar de se escreuer.⁶⁴¹

Sua resposta a isso se deu com o mesmo pragmatismo com o qual fez circular seus impressos políticos, isto é, dizendo aquilo que os sábios não saberiam dizer; falando para aqueles com os quais os sábios não saberiam falar. Dirigindo-se aos autores que se diziam sábios e que murmuravam sobre outros, Lopes diz já em um texto do início de sua trajetória autoral:

⁶⁴¹ LOPES - *Sam Gonçalo...* "Ao Leitor".

Deixai fontes cabalinas
Deuses, ninfas, & parnasos
De todo o louuor indignas,
E não vos mostreis escaços
Pera louuar as diuinas.
Tratai sô de engrandecer
Quem vos pode socorrer:
Escreuei, & não roais,
Que roer he de animais,
E de sabios o escreuer.⁶⁴²

Tais versos não se descolam, como se disse, de uma prática aparentemente protocolar da discrição esperada dos poetas, aos quais convinha se autoapresentarem com alguma humildade. Mas a composição de seu perfil autoral, suas opiniões e críticas, como a que fez aos sábios, fazem com que esta apresentação de seu engenho seja mais do que discrição. Antes disso, revelam a defesa da opção pela simplicidade e uma clara mensagem aos murmuradores que qualificavam, sob as vestes de "sábios", os textos alheios. A refutação aos murmurios e a defesa dos versos compreensíveis por todos se conjuga ao longo de sua trajetória, criticando igualmente os que falam de modo difícil e os que acham que ser autor é roer. A origem "humilde" de Lopes em seu estilo não o privou da capacidade de dizer publicamente aos sábios: ser sábio não é murmurar o alheio, é escrever.

No caso da estrofe acima, em que critica os que se preocupam em ornar os textos quando deviam apenas tratar de "engrandecer", Lopes ainda ataca a pretensão dos sábios que assim se definiam por entenderem que seus estilos lhes conferiam alguma autoridade. Sobre isso, o poeta livreiro assume uma posição que se pode dizer ao mesmo tempo defensiva e hostil, se apresentando como aquele que primeiramente rompeu o desconhecimento sobre a matéria para que outros viessem mais tarde e aplicassem seus engenhos sobre ela. Ou seja, antes de verdadeiros escrutinadores da matéria, os sábios seriam meros ornamentadores, formadores de imagens raras e despreocupadas com a aferição da matéria — situação pela qual, em um de seus primeiros poemas hagiográficos, definiu a própria importância do *proveito*. Em suma, Lopes não apenas desprezava uma autoridade formada a partir de um estilo pouco proveitoso, ele ainda valorizava o seu esforço por, mesmo não sendo "sábio", ter sido ele quem empenhou esforços e estudos para "descobrir a caça" e revelá-la a todos⁶⁴³.

⁶⁴² Idem, décima 4.

⁶⁴³ "Serei quem descobre a caça / Pera outro fazer officio; / Ou quem faz rascunho ou traça / Pera que erga o edificio, / Quem tem mais arte, & mais graça / Que fazeis engenhos raros /

Por todas as razões, o engajamento de Lopes em sua defesa da Restauração e seus heróis — tal como no modo como apresenta a tirania e pessoas como Miguel de Vasconcelos — não é alheio à forma como escolheu conscientemente compor seus poemas políticos em "estilo humilde, & baixo verso". Sendo este um elemento importante para o direcionamento dos textos, tanto a crítica aos sábios quanto sua própria elocução fecham-se hermeticamente como aspectos interligados e em igual importância com os lugares social e geográfico que ocupava. A soma desses fatores, enfim, é o que forma o homem do cotidiano que Lukács e Heller bem definiram⁶⁴⁴.

Pelo mesmo motivo, sua intervenção na polêmica, falando dela para um amplo público, por mais que possa ser rotulada como uma crítica de viés literário ou estético, não foi menos política. Uma questão que, por também estar presente na avaliação que outros autores, bastante diferentes entre si, fizeram de seu tempo, acaba por informar sobre como a comunicação de ideias era passível de ser criticada (isto é, estava sob o crivo de possíveis críticas racionais) em um debate sobre o uso público da palavra. Tal condição fica ainda mais evidente quando a divulgação de uma opinião como a que está expressa na crítica de Lopes, que reivindica uma maior clareza e utilidade das palavras, é observada em um contexto de intenso uso da palavra para a apresentação de temas que repercutiam, nos textos, a própria (e problemática) vida política dos portugueses — dos *grandes* aos pícaros. Logo, o mais provável é que não tenha sido obra do acaso o fato de Pero Salgado, autor em muitos aspectos semelhante a Lopes, ser também um exemplo de poeta popular que aderiu ao teor da crítica presente nos *Favores do ceo*.

Em sua primeira comédia moral, o *Teatro do Mundo*, Salgado foi sintético ao dizer: "Vejo que inculcais por doutos / os que nos mais claros livros / achão enigmas escuros, / & difficultozos grifos."⁶⁴⁵. Contudo, na segunda (feita a modo de continuação da primeira), o *Hospital do Mundo*, o autor, além de retomar, dedicou maior atenção ao tema, que além de mais detalhado surge com maior empenho crítico e de palavras:

Há poeta que se acaso
Apolo lhe pica a vea
tal chorro de águas imundas

Porque vos vendeis tão caros / Auendo em Portugal tantos, / Que pera louvar aos sanctos / Deueis de não ser auaros." Idem, décima 3.

⁶⁴⁴ Cf. LUKÁCS - *Estética...* e HELLER - *História e cotidiano...* A discussão sobre ser o "homem do cotidiano" como chave para interpretação de problemas estéticos, primeiro argumento de Lukács em sua *Estética*, e a importância disso para esta tese encontram-se apresentadas na introdução.

⁶⁴⁵ SALGADO - *Teatro do Mundo...* p. 8.

o Cano Real não deita.
Tão corrente, tão facundo,
tão largo, que um seu poema
deixa um homem mais moído
que se andara muitas léguas.
Há outro pelo contrário
cuja musa é tão dureira
que lhe não pare um quarteto
três anos depois que emprenha.
Há poeta tão escuro
que é ler seus versos ou versas
meter os dedos nos olhos.
Cousa incrível não pareça
que haja poeta tão culto
que depois de grande arenga
não saiba o que quis dizer
nem o que tem dito entenda.
Contar as enfermidades
as aleijões, as manqueiras
com que estão deste hospital
as enfermarias cheas
fora processo infinito.⁶⁴⁶

O poema no qual a crítica é feita de modo mais detalhado tem no seu título um elemento interessante. Uma vez ambientado em um *Hospital do mundo*, cujas figuras são o Médico, o Enfermeiro (figura protagonista) e o Mundo enfermo, o próprio enredo fica adequado a um lugar de exame. Sendo esta uma comédia moral, segundo o próprio autor, o hospital é a metáfora que abre caminho para um exame moral e uma crítica social⁶⁴⁷. A construção deste ambiente, em tudo favorável à crítica, se recupera alguns anos mais tarde em outro diálogo que ficou consolidado como exemplo de crítica autoral do período.

Novamente, Francisco Manuel de Melo é o autor que, por sua importância e permanência, eclipsa outros que tiveram menor duração na lembrança sobre a literatura do Seiscentos. Seu *Hospital das letras*, muito antes que o *do Mundo*, é o que vem à lembrança quando se pensa em um poema crítico que toma este ambiente como lugar de

⁶⁴⁶ SALGADO - *Hospital do Mundo...* versos 575-600.

⁶⁴⁷ Outras metáforas favoráveis à crítica eram a loucura ou os sonhos, como afirma Palma-Ferreira: "O sonho (ou a visão) que figurará nas *Obras do diabinho da mão furada* e que é um dos processos típicos da alegoria, tantas vezes utilizado por Quevedo, prossegue com a descrição do caos e da realidade às avessas."; "É evidente a intenção satírico-alegórica deste sonho que se dirige abertamente ao caos económico, financeiro e moral do século, tomando-se, inclusivamente, como crítica ao próprio sistema, a partir da óptica pessimista habitual do pícaro." PALMA-FERREIRA - *Do pícaro na literatura portuguesa...* p. 56-58. Entretanto, se o espaço aberto pelo fantástico em sua "realidade às avessas", cuja entrada na literatura moderna pode ser referenciada a partir de Erasmo, serve como espaço de crítica alegórica, no caso dos *hospitais*, a intenção do exame e da cura nomeia mais abertamente os males e as "mesinhas" (remédios).

desempenho das ações versadas. E é pelo próprio *Hospital das letras* que se pode apresentar uma comparação das elocuições presentes na polêmica.

Após considerar a obra de D. Luís de Gôngora, poeta assumido como referência fundadora para este gosto "culto", também chamado "obscuro", os examinadores do *Hospital* trazem a obra de Lope de Vega à consideração. Sendo este o autor que negou a arte em nome do aplauso do vulgo e aquele o expoente maior de uma literatura restrita aos decifradores de metáforas difíceis, a figura de Bocalino adverte: "Tende mão! Em perigoso clima estamos. Não há, para a saúde, maior contraste que passar de um extremo a outro extremo: De Gôngora a Lope."⁶⁴⁸ Eis, então, os dois polos dos estilos praticados neste período e que marcam profundamente a literatura portuguesa, mas também ibérica. Duas elocuições e estilos em tudo distintos, "criadas" por homens eruditos, mas que se dirigiam a audiências muito diversas.

Mas tanto a crítica aos "doutos" ou aos poetas "escuros", que se lê em Salgado, quanto a de Lopes incidem sobre o muito que os cultos dizem "sem saber dizer" ou que, quando lidos, o leitor "não saiba o que quis dizer" — uma crítica também presente no *arte nuevo* e seu estilo preocupado com o entendimento e deleite do vulgo. No caso dos panfletários da Restauração, a crítica voltada ao uso da escrita poética através de palavras que não são capazes de promover um ensinamento por meio de um conceito útil e *proveitoso* não é alheia ao urgente contexto político. Na verdade, a crítica não é um ataque à erudição, mas àqueles que, ao se apresentarem como eruditos, definiam uma ideia de bom gosto como gosto "culto", porém incompreensível para muitos — e, portanto, inútil. Problema grave e que, pelos procedimentos e objetivos nele valorizados, o fazia soar impertinente e arrogante aos escritores populares da Restauração — e também a outros não tão populares, como se verá.

Nas palavras de Maria do Socorro Fernandes de Carvalho, a polêmica incide justamente na acusação contra o gosto por compor: "poemas com base apenas na matéria verbal do signo, despojado de conceito (...) rompendo a ligação do verossímil da poesia de agudeza, que só neste caso poderia ser denominada de "conceptista"⁶⁴⁹. A poesia conceptista consistia na elaboração de conceitos que derivavam da metáfora aguda. No

⁶⁴⁸ MELO - *Apólogos dialogais...* II, p. 60.

⁶⁴⁹ CARVALHO - *Poesia de agudeza em Portugal...* p. 214. Para o modo como a autora enuncia o conceito enquanto produto da metáfora e da metáfora como "lugar de elegância e adequação do estilo", cf. Idem, p. 43-91.

entanto, o que se acusava contra os "cultos" era o vazio conceitual de suas metáforas. Luís de Gôngora era a quem se atribuía a causa do obscurantismo: isto é, de um gosto por metáforas difíceis, que excitavam o gosto, mas diziam pouco e para poucos. Em uma dada ocasião, Gôngora, embora afeito às metáforas obscuras, teria enunciado com clareza uma reposta a comentários que recebeu: "escribo no para muchos"⁶⁵⁰.

Esta definição estabelece dois lados para a polêmica. De um lado, aqueles que se preocupam mais com o processo de criação; do outro, a crítica contra a falta de preocupação com o processo de entendimento. E, no que concerne aos dois poetas populares apresentados, notam-se elementos de que a construção de suas metáforas, além de condizentes com suas trajetórias pessoais exteriores aos círculos de grande erudição, objetivavam ampliar o público delas. Uma das *silvas* de Lopes, como dito, vinha dedicada a "TODOS" — uma pretensão de público que só se cumpriria se sua elocução favorecesse este direcionamento.

Contudo, embora expoente do gosto que ganha fama pela sua obscuridade e seus "conceitos quiméricos"⁶⁵¹, não era a Gôngora que se dirigia toda a crítica. Ainda que tenha sido comentado por suas analogias de difícil compreensão, seu lugar de autoridade era respeitado por muitos dos eruditos que, ainda que "sábios", denunciavam a pouca utilidade e inconveniência da repercussão deste gosto. No próprio *Hospital das letras*, não se lê uma condenação da obra deixada por Gôngora. Apesar do debate entre as figuras do diálogo não ter sido indiferente ao problema e também de uma aparente inimizade, Quevedo "diagnostica":

[Quevedo:] Torno a dizer que não fui amigo de esse zote, mas que do seu alto ingenho não vi outro mais afeiçoado. Todos os que, em seus dias e depois deles, versificámos, temos tomado o seu estilo como traslado do Palatino, Barata ou Morante, para ver se podíamos escrever, imitando aquela alteza que juntamente é majestade. Poucos o conseguiram, precipitados, como demónios, do resplendor às trevas. Donde disseram muitos mal intencionados que este ingenho viera para maior dano que proveito do mundo, pondo somente os olhos em os desbaratados e não em os instruídos.⁶⁵²

Após a fala acima, o diálogo se desenvolve através de opiniões sobre Gôngora e seu estilo. A figura do "Autor" diz que nem sempre é nas mais belas construções que

⁶⁵⁰ Idem, p. 222.

⁶⁵¹ PONTES, Maria de Lurdes Belchior. Gôngora e os cultos, segundo a retórica conceptista de Francisco Leitão Ferreira — Nova Arte de Conceitos. In: *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, 3, Coimbra, 1966. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1966. [separata]

⁶⁵² MELO - *Apólogos dialogais...* II, p. 58.

encontra o melhor proveito, ao que Quevedo intervém na troca de opiniões a esse respeito e encerra: "como se podia pagar o dano que se faz em ùa mulher a fealdade, senão com o entendimento? Ou com que se podia humilhar a soberba de ùa fermosura, senão com a needade?"⁶⁵³

O que isto significa é que, para a poesia conceptista, a matéria poética não se encerra na "matéria verbal", como disse Carvalho. Ou: a *maravilha* não se pode antepor ou mesmo prescindir do *proveito*. Isto pois, sem um conceito bem formado, não há sentido que torne uma agudeza engenhosa — como explica a leitura de ambas as opiniões enunciadas pelo autor do *Hospital das letras* como sendo de Quevedo. Ou seja, não era o conceptismo que atraía a maior parte das críticas, mas o estilo e o gosto que derivaram da repercussão do estilo de Gôngora em outros poetas, gerando uma grande quantidade de imagens que, por serem bem ornamentadas, mas "vazias", não produziam conceitos. Afinal, o próprio Francisco Manuel de Melo era um poeta conceptista.

Quanto aos representantes de um gosto popular — embora não se saiba se os juízos de Lopes ou Salgado eram bem recebidos pelos autores cultos que também criticavam aspectos da poesia de Gôngora e do gongorismo — certamente suas opiniões eram capazes de apresentar tal assunto e tais opiniões de um modo popular e pertinente aos leitores que não aderiam ao gosto por esta outra forma de compor. A tendência ou "moda literária", por assim dizer, do "gongorismo" (sinônimo para o chamado "obscurantismo", pela dificuldade de compreensão dos conceitos formados) era apresentada de modo crítico a leitores que podiam ter dificuldades para ler textos de metáforas obscuras e que podiam compartilhar desta reprovação. A partir do momento que esta crítica podia ser lida nos impressos populares, ela publicava (tornava pública) a própria polêmica, atingindo, assim, a mesma variedade de leitores que tem sido demonstrada para seus impressos — capazes, inclusive, de atingir diretamente os autores criticados. Afinal, tais ataques eram apresentados em textos que, mesmo sendo populares, não eram exclusivamente dirigidos a leitores "populares", como afirmou Chartier. E tais críticas eram bastante duras, embora de elocuições "simples" e didaticamente preparadas, como na *aguda* comparação da moda obscura às "águas imundas" do "Cano Real", como fez Salgado nos versos citados mais acima.

⁶⁵³ Idem, p. 59.

Além de revelar uma distinção de públicos e gostos, a "moda" e suas críticas populares e eruditas também ajudam a perceber como o recurso à poesia (cujo pressuposto basilar é a verossimilhança) não era isento à crítica. Aliás, a circulação de textos e suas recepções por públicos distintos não só em seus gostos, mas em suas origens sociais (que contingenciavam os próprios gostos) informam uma diversidade e uma reatividade totalmente opostas ao modo como o principal teórico do espaço público categorizou a literatura moderna da Península Ibérica e seu alcance social, o que fez justamente como forma de demonstrar sua incompatibilidade com um espaço público que não fosse meramente representativo⁶⁵⁴. Uma importante falha histórica que deve ser reconsiderada para uma nova avaliação dos princípios teóricos e para o repertório de condições históricas para o espaço público. Ainda mais, esta mesma falha serve para localizar histórica e socialmente a própria formação desta concepção de espaço público⁶⁵⁵.

Para além das demonstrações acima, que incidem sobre a crítica literária, há ainda uma outra que é de grande vantagem para uma mais explícita conciliação entre o gosto e sua repercussão social. Esta, que não está presente em textos de poetas populares, é, inclusive, exemplo de como o gosto e a crítica a ele eram capazes de ser associados a denúncias mais vastas sobre o comportamento social e alcançar uma ampla repercussão. No caso, o *Sermão da sexagésima*, do padre António Vieira, é o texto que deverá ser trazido à esta consideração do problema.

Erudito, pregador e jesuíta, Vieira é exemplo de um tipo de autor e leitor capaz de estabelecer contato físico, intelectual e literário com diferentes públicos — das missões no Brasil aos sermões pregados em São Roque ou na Capela Real, da crítica aos vícios mundanos ao espaço íntimo enquanto confessor do próprio rei ou, ainda, da atuação no Conselho de Guerra às suas atividades de diplomata designado para importantes missões. Vieira, enfim, era, talvez, um mundo encerrado na escala de um homem. Por isso e pela importância própria deste homem do passado como um tema em si para o presente, não é de todo conveniente, para o propósito aqui assumido, expor os muitos componentes de sua vida como importante homem para a história. Seja como for, suas opiniões são, do ponto de vista da sua intervenção, tidas como exemplo de fonte sobre os mais variados

⁶⁵⁴ HABERMAS - *Mudança estrutural da esfera pública...* p. 22-23 e p. 52-60.

⁶⁵⁵ Cf. FRASER - *Rethinking the public sphere...* In: CALHOUN - *Habermas and the public sphere...*

problemas da vida e da cultura portuguesa em seu tempo — e isso, sim, é pertinente de ser observado.

Aníbal Pinto de Castro, ao comentar o manual preceptivo de Manuel Pires de Almeida, o *Eloquência. Retórica e Poética*, afirmou: "o significativo *eloquência*, funciona como simples sinônimo de elocução, abrangendo o estilo próprio da oratória e o estilo peculiar da poesia"⁶⁵⁶. E era à extravagância deste estilo em lugares impróprios e de notório prejuízo público que Vieira se dirigia, criticando pregadores e as audiências que procuravam suas pregações com intenções incompatíveis com os efeitos que deviam buscar nos sermões. Sendo Vieira um incansável crítico de seu tempo, ele não seria indiferente a uma posição sobre a eloquência dos pregadores portugueses quando ela fosse capaz de suscitar comentários sobre a própria prática de pregar.

Pregado na Capela Real, em 1655, este sermão sobre excessos do gosto foi preparado justamente para marcar o início da quaresma daquele ano. Seu impacto em tal data é notável. A quaresma é um período de jejum, de contrição, arrependimento e desprendimento das coisas mundanas. Já o sermão é justamente o momento da missa em que, falando em vernáculo, os padres se dirigiam aos seus fiéis a fim de que o entendimento fosse explícito e com ensinamentos proveitosos para a correção dos vícios. Portanto, foi com espanto e condenação que disse:

Este desventurado estilo, que hoje se usa, os que o querem honrar chamam-lhe culto; os que o condenam chamam-lhe escuro; mas ainda lhe fazem muita honra. O estilo culto não é escuro, é negro, e negro boçal, e muito cerrado. É possível que somos Portugueses, e havemos de ouvir um pregador em Português, e não havemos de entender o que diz?⁶⁵⁷

Eis a contradição notada por Vieira nas pregações. Ao expor sua condenação à presença deste estilo nas pregações no dia que marcava o início da quaresma para os católicos, Vieira revelou, também, o fundo moral de sua crítica estética. Pregar, certamente, era um assunto importante para Vieira, que missionou e evangelizou em terras onde a civilização cristã chegava pela primeira vez através dele próprio. Para ele, era importante que não se deixasse de ter sempre atenção ao fato de que a pregação

⁶⁵⁶ CASTRO - *Retórica e teorização literária...* p. 78.

⁶⁵⁷ VIEIRA, António. Sermão da sexagésima In: *Obra completa do Padre Antonio Vieira: Sermões da Quaresma e da Sexagésima*. Lisboa: Círculo de Leitores: 2015. Tomo II, volume II, p. 42-73.

deveria ser clara e aberta⁶⁵⁸; principalmente o sermão, cujos efeitos não deveriam suscitar afetações que não fossem as capazes de comover e levar ao exame de consciência.

Sem desculpar os pregadores, o padre lembrava que as vaidades e os aplausos empregados e dirigidos aos sermões, em parte, também derivavam de ouvintes ruins⁶⁵⁹. O alvo da pregação, insistiu, não são os ouvidos, mas o ouvinte — algo que lembra a opinião de Carvalho ao falar de como o *gongorismo* radicava numa consideração da matéria verbal do signo e não na construção do conceito⁶⁶⁰. De certo modo, a denúncia de Vieira informa sobre uma interação entre pregadores e auditório na qual ambos são ativos na construção do gosto. É certo que sua crítica não era à poesia, logo sua denúncia não se pode admitir como detidamente contrária ao obscurantismo na poesia. Ele próprio afirmou: "O pregar não é recitar."⁶⁶¹

Entretanto, uma vez que é o extravasamento do estilo da poesia que contamina o sermão e que tal fenômeno possui uma ligação estética que não se limita à sua expressão meramente escrita, mas cotidiana, o *Sermão da Sexagésima* não se distancia essencialmente do juízo feito sobre os poetas obscuros e o prejuízo destes para uma poesia vazia e pouco *proveitosa*. Tal ligação estética que leva para o sermão o estilo obscuro em voga na poesia é uma das confirmações do estético enquanto fenômeno social mais vasto

⁶⁵⁸ "Já que falo contra os estilos modernos, quero alegar por mim o estilo do mais antigo pregador, que houve no mundo. E qual foi ele? (...) o Céu. (...) Não fez Deus o Céu em xadrez de estrelas, como os pregadores fazem o sermão em xadrez de palavras. (...) As estrelas são muito distintas, e muito claras. Assim há de ser o estilo da pregação, muito distinto, e muito claro. E nem por isso temias que pareça o estilo baixo: as estrelas são muito distintas, e muito claras, e altíssimas." Idem, p. 57-58.

⁶⁵⁹ "Se os pregadores semeiam vento, se o que se prega é vaidade, se não se prega a palavra de Deus; como não há a Igreja de Deus correr tormenta em vez de colher fruto?" Idem, p. 67. A vaidade em questão é apresentada logo no sermão, ao falar dos ouvintes, diz: "Os piores ouvintes que há na Igreja de Deus são as pedras e os espinhos. E porquê? Os espinhos por agudos, as pedras por duras. (...) Ouvintes de entendimentos agudos são maus ouvintes, porque vêm só a ouvir subtilezas, a esperar galantarias, a avaliar pensamentos, e às vezes também a picar a quem os não pica." Idem, p. 51.

⁶⁶⁰ "Sabem, Padres Pregadores, porque fazem pouco abalo os nossos sermões? Porque não pregamos aos olhos, pregamos só aos ouvidos. Porque convertia o Batista tantos pecadores? Porque assim como as suas palavras pregavam aos ouvidos, o seu exemplo pregava aos olhos". Idem, p. 55 "O que sai só da boca para nos ouvidos; o que nasce do juízo penetra, e convence o entendimento" Idem, p. 64.

⁶⁶¹ Idem, p. 63-64. Antes, comentando o problema do estilo, Vieira afirma: "Compara Cristo o pregar ao semear, porque o semear é uma arte, que tem mais de natureza, que de arte. Nas outras artes tudo é arte: na Música tudo se faz por compasso; na Arquitetura tudo se faz por regra; na Aritmética tudo se faz por conta; na Geometria tudo se faz por medida. O semear não é assim. É uma arte sem arte: caia onde cair." Idem, p. 56.

do que o meramente literário. Por isso, a crítica à presença deste gosto nos sermões não era alheia a um juízo sobre o estilo em si e quem o cultivava⁶⁶².

Através do *Sermão da sexagésima*, o que nos chega da polêmica é exatamente como a questão aberta em torno da presença do gosto e do estilo dos "cultos" é, também, um modo de perceber uma moda que podia ser percebida em mais lugares do cotidiano do que apenas na poesia. Este seu aspecto extrapola a crítica ao gosto para um problema maior do que apenas a sua expressão artística, inclusive, por servir como distintivo da erudição de quem o cultivava, alcançando outros comportamentos e formas de diferenciação social proporcionais aos descaminhos mundanos e extravagâncias dos sentidos que preocupavam Vieira. Isto, novamente, traz para o problema da elocução a observação de sua importância sociológica. Assim, todas as considerações sociológicas sobre a elocução de Lopes para definir sua autoria valem para qualquer elocução em geral.

Afinal, o que se tem tentado demonstrar com a investida à estas críticas ao gosto ou estilo dos obscuros poetas pretensamente eruditos é que, mais do que uma mera preferência literária, esvaziada de problemas históricos e sociológicos, ela revela um sintoma estético que opunha grupos sociais em polêmica pública a seu respeito. Ainda mais quando esta crítica se fez presente em um sermão. Quanto a isso, é preciso considerar que a crítica de Vieira a pregadores e fiéis que incentivavam este gosto é possível de ser alargada para uma crítica sobre como a boa ou má comunicação podia contribuir para uma boa ou má vida em comunidade. Se esta é virtuosa, simples e atenta aos ensinamentos da religião, assim será a comunidade; se for vazia, afetada pelo deslumbramento causado pelas palavras raras e atenta ao superficial, isso também será um problema da sua vida social.

Apesar de todas essas contribuições (as populares e as eruditas) de crítica ao gosto pelas metáforas difíceis e de proveito duvidoso, foi apenas no início do século XVIII que elas alcançam uma forma de crítica sistematicamente elaborada. Não cabe, aqui, uma apresentação detalhada da *A Nova arte de conceitos* de Francisco Leitão Ferreira. Para

⁶⁶² Ao se dirigir "Ao Leitor", na abertura dos *Sermões*, publicado em 1679, Vieira diz: "Se gostas da affectação, & pompa de palauras, & do estylo q chamaõ culto, naõ me leyas. Quãdo este estylo mays florescia, nacéraõ as primeiras verduras do meo (que perdoarás quando as encontrares) mas valeome tanto sempre a clareza, que sò porque me entendiaõ comecei a ser ouuido: & o começaraõ tembem a ser os que reconhecêrão o seu enganno, & mal se entendiaõ a si mesmos." VIEIRA, António. *Sermoens do Padre Antonio Vieira. Primeira parte*. Lisboa: Impresso por João da Costa, 1679. "Ao Leitor".

isso há, inclusive, bibliografia suficiente⁶⁶³. Mas, para concluir o que se pretende a respeito desta polêmica aqui apresentada a partir do objetivo inicial de situar a produção poética de Francisco Lopes e seu contexto de autoria popular, convém apresentá-la enquanto um marco para a sua resolução já totalmente fora de um lugar popular de circulação de ideias.

Quanto ao problema do gosto polemizado, a *Nova Arte* incide justamente na questão ao ter como propósito uma preceptiva conceptista orientada à construção de conceitos através de metáforas mais "fáceis" e verossímeis. Embora tenha alcançado a forma de *arte*, o livro de Leitão não foi capaz de alterar o lugar, para a história da literatura, de autores como Francisco Lopes ou Pero Salgado — nem era esse o seu objetivo. Inclusive porque o que ela produz, de fato, é a transposição da polêmica de um espaço mais livre, por assim dizer, para um acadêmico e, portanto, com maior força de resolução pela "autoridade" que reivindica para si — o mesmo tipo de autoridade que tanto respaldava uma alegada superioridade dos "cultos". Curiosamente, mas sem surpresas, os autores que denunciavam o caráter, hoje diríamos, elitista e excludente do gosto dos cultos foram excluídos da mais aceita e consolidada crítica a ele.

Por um lado, o próprio Gôngora segue bastante elogiado. Ainda que demonstrado como exemplo de autor cujo estilo podia ser dotado de conceitos pouco proveitosos e, geralmente, de difícil compreensão, era com a contraditória vulgarização do estilo "culto" que se devia romper para uma *nova arte*. Por outro, o próprio livro não é fruto da crítica de autores populares, mas de *lições* apresentadas na erudita Academia dos Anônimos⁶⁶⁴. Mais: alguns anos mais tarde, Leitão Ferreira foi nomeado por D. João V para a Academia de história. Assim, cabe a pergunta: até que ponto os juízos enunciados por Lopes e

⁶⁶³ Sobre todos, considerar a importante apresentação de Aníbal Pinto de Castro, que situa a *Nova arte* em seu contexto literário português e europeu. Cf. CASTRO - *Retórica e teorização literária...* p. 143-227. Ainda sobre o assunto, cf. PONTES - *Gôngora e os cultos...* e CARVALHO - *Poesia de agudeza em Portugal...*

⁶⁶⁴ As lições, com o objetivo de aproximar a criação de conceitos a uma maior e mais irrestrita inteligibilidade, foi apresentada "pelo discurso de seis annos successivos, em multiplicadas Academicas Licções, dictadas em publicas, & literarias conferencias, nas illustres, & eruditas sessoões dos Anonymos de Lisboa" FERREIRA, Francisco Leitão. *Nova Arte de Conceitos*. Lisboa: Impresso por Antônio Pedrozo Galram, 1718, I, p. 3. Na censura do Santo Ofício, o parecer louva a utilidade da nova arte pois, diante da diversidade de conceitos que nascem "naõ só da natureza humana, mas da Providencia Divina", "O Author nos tira toda a difficultade, & impossibilidade nesta materia com esta sua agudissima, & doutissima Arte, porque, com ella pôde todo o homem, que a entender, idear os mesmos, & ainda melhores conceitos". Idem, p. 4. A segunda parte, também tirada à luz por Galram, é de 1721.

Salgado somam a este repertório de críticas e, ainda, até onde participam de uma crítica interna do público de autores e leitores "cultos"?

Vale a lembrança de que as denúncias populares de Lopes e de Salgado são pelo menos uma década anteriores às de Vieira e de Francisco Manuel de Melo ao obscurantismo — e a que foi enunciada por Salgado curiosamente está presente em um *Hospital*, mote igualmente aproveitado por Francisco Manuel de Melo anos depois. Certamente, os poetas e leitores populares foram os primeiros a serem "afastados" por este estilo. Não eram cultos e nem falavam ao seu modo. Logo, não eram reconhecidos como tais e ficavam sujeitos ao desprestígio de suas letras, algo que se nota nas insistentes ressalvas de Lopes sobre seu próprio estilo. Talvez por isso, tenham sido os primeiros a ter o que denunciar a seu respeito. Mas tal antecipação significou uma garantia para que sejam considerados quando se alude a esta polêmica. Francisco Manuel de Melo e António Vieira, sim.

Mesmo que fosse a um estilo chamado "culto" que se dirigisse a crítica, foi a crítica de homens cultos sobre ele que perdurou na história. Isto pois as contingências dos contextos históricos e sociais da autoria dos dois poetas populares não lhes conferiu uma intervenção mais do que imediata no ambiente cultural de partilha e consumo da escrita através de impressos difundidos no mercado literário. Inclusive, pelo direcionamento a um público vasto e que se pode identificar como sendo a própria cidade, tais textos não eram livros como "aqueles livros bastante nobres para serem conservados uma vida inteira e estimados como um patrimônio"⁶⁶⁵. Por isso a importância de não individualizar a relevância das características sociais dos autores populares, suas opiniões e críticas, suas elocuições e soluções gráficas — fatores que incidem conjuntamente sobre a própria construção do público de seus textos e suas atividades e preferências autorais.

Ou seja: para considerar uma autoria, o lugar social dos autores, suas experiências de vida e suas problemáticas literárias (temas, elocuições, opiniões, críticas e até mesmo as diferentes recepções que suscitavam) não podem ser postos a margem um do outro⁶⁶⁶ — pelo contrário. E, no caso específico dos poetas considerados, isso se demonstra a

⁶⁶⁵ CHARTIER - *Leituras e leitores...* p. 107. Tal asserção se dá no momento em que Chartier aborda a importância de formas gráficas e textuais convenientes para a circulação urbana. Na sua relação com a cultura impressa, antes de profundamente marcada por tais tipos de livros, o "povo urbano conhece outros suportes, mais modestos e mais efêmeros." Idem.

⁶⁶⁶ Sobre a reflexividade autoral na autobiografia de Manuel de Faria e Sousa, também afetada pelos murmúrios dos seguidores de Gôngora, cf. CURTO - *Cultura escrita...* p. 145-188.

partir de como os seus contextos e características sociais e suas criações literárias se fundem em seus cotidianos. Há que se lembrar, ainda, que embora popular, o cotidiano de Lopes era marcado pela interação com diferentes grupos sociais, os quais possuíam suas próprias experimentações do cotidiano. Essa é uma das formas de demonstração da interação entre públicos distintos, os quais, mesmo que possuindo zonas de contato ou de interseção, delimitam-se em esferas diferentes — um ponto de contato que se verifica, na prática, pela interação entre públicos populares e eruditos.

Mesmo que reeditado ao longo dos anos mais próximos de seu tempo de vida, o sucesso editorial de seus impressos não corresponde a uma qualidade poética. Afinal, Francisco Lopes é integrado à *Bibliotheca Lusitana* — um "erudito" elenco de autores qualificados por seus estilos e por como contribuíram para a literatura de um povo — como exemplo de devoção pouco elegante. Tal presença no elenco de autores que formam a "biblioteca" dos portugueses ajuda a explicar o sentido de sua intervenção e seu significado para aqueles capazes de definir/construir uma mesma "biblioteca".

A literatura da Restauração (seus panfletos e poetas medianos) não era voltada a uma intervenção duradora, mas de ação pragmática junto aos seus públicos. Por mais intensa que tenha sido sua intervenção no cotidiano, a literatura política dos cartazes e dos pequenos cadernos é efêmera. Sua validade estava, portanto, limitada por sua orientação, seus objetivos e proveitos. Não apresentavam profundas reflexões históricas ou argumentos elaborados, mas, quando muito, avaliações de conjuntura. E, por isso, não são representativas de um período literário, mas de um contexto histórico bastante específico, adquirindo ou produzindo pouco sentido fora dele. Em suma, os problemas da estética em nada se separam das contingências da vida política ou social. São estas, na verdade, que influenciam as condições estéticas de pensamento ou criação. Logo, as qualificações de um autor, de um gênero e de um estilo continuam a depender de fatores que constroem uma localização social para os gostos e, nesta dinâmica, os espaços eruditos ou de pretensa distinção social continuam sendo definidores das qualidades. Não é por menos que uns se chamam "graves" por se distanciarem do corriqueiro e outros "baixos" por se aproximarem dele.

Isto, tanto quanto o caráter panfletário e de ação imediata dos impressos de Francisco Lopes ou Pero Salgado, contribuiu para o fato de suas opiniões sobre os cultos serem irrelevantes para os problemas da história que chegam à historiografia — uma situação que mantém, na historiografia, um processo de exclusão que tem em suas raízes

históricas as contingências sociais de cada período histórico. Ou seja, a pouca consideração de agências populares, antes de coisa verificada, é a não problematização das razões pelas quais as mesmas não eram consideradas como importantes em suas próprias épocas. Daí autores como Francisco Manuel de Melo e António Vieira serem lembrados pela bibliografia como fontes para a crítica social e literária da época e terem suas produções identificadas como exemplos representativos de suas épocas, eclipsando tantas outras. Isto é, daí se desconhecer tão amplamente a capacidade crítica e a presença dela em autores populares — de estilo e origem populares⁶⁶⁷.

Por fim, a repercussão disto, mais do que os excluir do patrimônio, contribui para um desconhecimento das agências e da importância das agências populares no cotidiano, na expressão de ambos na literatura e, por fim, na História. Isto porque, antes de verdadeira inexistência, o que se verificou com todas as demonstrações acima é o desconhecimento que existe sobre elas, inclusive, por razões que já não são apenas as do passado. Afinal, este é um problema que, embora criado pelas contingências de suas épocas, só permanece aberto se hoje continuar a ser ignorada a importância de participações e modos populares de captação da realidade por aqueles que definem não mais o que é "baixo", mas o que é historicamente relevante.

* * *

É possível que Francisco Lopes seja um autor bastante peculiar para ser considerado um exemplo recorrente de autoria. Sua multifacetada relação com o livro e a escrita não o exclui, contudo, de um universo povoado de autores e leitores populares.

⁶⁶⁷ Sobre os "impressos populares", como os de Lopes ou Salgado, e sua inserção em um variado mercado de impressos, Chartier afirma: "Em filigrana, desenha-se então uma oposição, que será duradoura, entre dois *corpus* de textos, os que alimentam os pensamentos mais ricos ou dos mais instruídos e os destinados a alimentar as curiosidades do povo." E, por mais que os textos populares pudessem circular entre os dois públicos, "é no aspecto material do livro que se inscrevem essas intenções contrastadas: objeto nobre, cuidado, encadernado, preservado, de um lado, e objeto efêmero e grosseiro, de outro. Pela forma e pelo texto, o livro torna-se signo de distinção e portador de uma identidade cultural.". Chartier ainda complementa: "O impresso "popular" tem, portanto, uma significação complexa: por um lado, ele é recuperação para o uso de um novo público e por uma nova forma de textos que pertenciam diretamente à cultura das elites antes de cair em desgraça, mas, por outro, ele contribui para "desclassificar" os livros que propõe, que se tornam assim, os olhos dos letrados, leitura indigna deles, já que são próprias do vulgo." Algo que influenciou a construção de "fronteiras culturais inéditas". CHARTIER - *Leituras e leitores...* p. 128-129.

Para usar um termo semanticamente próximo, sua própria popularidade dependia de uma interação sua com um tal universo. Assim, por mais que peculiar, sua trajetória autoral e profissional ligada ao livro permite a elaboração de um rico panorama sobre a circulação de impressos entre as classes populares. Da sociabilidade geral da rua Nova a uma mais circunscrita entre os agentes envolvidos na produção dos impressos — ou: de suas atividades de mecânico e comerciante aos fatos e escolhas que marcaram sua atividade autoral —, os aspectos acessados a partir da investigação de seu ambiente social informam das muitas possibilidades de partilha e consumo de uma literatura popular, um estilo que circulava entre diferentes públicos, ao contrário de outros de alcance mais limitado por suas características estéticas e pelas características sociais de seus públicos.

Sua atividade autoral ainda apresenta como a vida social era captada e elaborada poeticamente por um alguém que, embora poeta, era também um oficial mecânico. Da escolha dos temas à conformação de uma elocução popular, seus textos são a materialização de como a experiência de vida de classes médias da Lisboa entre Filipes e Braganças podia ser configurada poeticamente. A escolha das palavras, dos acontecimentos e das pessoas informam, ainda, a respeito de como a vida política se sedimentava no imaginário popular de um autor cuja vida estava na rua. Ou seja, informam o quê e quais acontecimentos da vida cotidiana repercutiam mais densamente no convívio social dessas classes e dos representantes de ofícios proporcionais a elas neste *lugar*.

Sua elaboração desse momento, por fim, não se afasta de uma crítica sobre as próprias formas de comunicação sobre ele. O juízo sobre os estilos explicita a opinião do poeta livreiro a respeito da importância da clareza do estilo. Sobretudo, em um momento em que a opinião política popular era disputada e requisitada pelas partes mais interessadas da política, o recurso à escrita vaidosa — para usar um termo insistido por Vieira — era de prejuízo público. Por todas as questões acima, Lopes é um importante exemplo da capacidade crítica e de agência das classes populares. Afinal, se por peculiaridades se trata de um caso um tanto raro, sua ação e seus juízos seriam em vão se não pudessem repercutir amplamente o seu próprio ambiente social. E tal ambiente era profundamente marcado pelas mais abertas situações e opiniões vividas e enunciadas pelas pessoas que definiam uma importante parte do dia a dia da vida pública da rua.

Conclusão

A diferença de escala na formação de uma imagem que relaciona a "praça" ao "reino" define, em grande medida, o intento que orientou o esforço empenhado nas páginas atrás. Tal contraste, tendo sempre em vista os agentes históricos dessas "paisagens", é algo que se procurou manter sempre em consideração em cada um dos problemas isoladamente demonstrados e analisados ao longo deste texto. Da praça ao reino, nota-se uma variação de lugares físicos e sociais que podem ser, consoante às perguntas e aos contextos considerados, reveladores de semelhanças ou diferenças entre seus habitantes. Mais: é também uma diferença de escala que anuncia a intenção e a necessidade de que mesmo os "eventos do reino" sejam postos na perspectiva "da praça". Não que sejam espaços totalmente distintos um do outro (evidentemente, não o são), mas a repercussão daquilo que é próprio ao reino na praça foi um dos meios escolhidos como mais interessantes para demonstrar as complexidades e os agentes ignorados do cotidiano português. E este foi um pressuposto importante em todos os momentos de preparação da presente tese. Desde a sua abstração até a sua materialização.

A diversidade das formas de *agir*, de compreender a realidade e de formular estratégias, — das mais prosaicas relações cotidianas da praça a outras bastante refletidas e que traziam o político para o literário — foi a constatação que orientou a formulação das hipóteses e objetivos deste trabalho. Mas foi do contraste entre essa constatação e os modos de explicar o período moderno, sobretudo pela historiografia de Língua Portuguesa, de onde se tirou a energia para empreendê-lo. A sobrevalorização e a descontextualização de determinados espaços para a verificação dos agentes da história têm contribuído para a redução do histórico a lugares fechados aos representantes de determinados grupos sociais.

A saber, as teorias sobre uma sociedade corporativa como modo mais seguro para abordar o período moderno tem sido uma das mais intensas forças que extrapolam as características de um problema particular para o geral. Em outras palavras, um dos modos como a história tem sido escrita pela operação de uma exclusão de uma importante parcela do que é histórico. Os avanços promovidos por esta historiografia para o conhecimento do cotidiano institucional, suas tensões políticas, jurisdicionais e as diferenças de suas culturas jurídicas em um momento de formalização do jurídico são inegáveis e inestimáveis, assim como também são fundamentais os seus ensinamentos sobre como as

peças adensavam certas aglutinações de caráter variado (como as próprias corporações) ao invés de serem portadoras de uma compreensão de si que remeta para a individualidade contemporânea. Entretanto, passadas algumas décadas destes avanços, convém ponderar se não há uma extrapolação sua para campos que podem ser explicados por outras perguntas, hipóteses e metodologias.

Da mesma forma, a teoria do *espaço público* é inegavelmente afetada pela formulação de uma mudança estrutural, como proposto por Habermas. Se esta teoria, entretanto, formula bem uma definição de *público*, seus pressupostos são igualmente, ou até mesmo mais, excludentes — uma constatação seguidamente criticada por uma revigorada teoria para o *espaço público*, inclusive no campo historiográfico. Historiadores como Filippo de Vivo, António Castillo Gómez, Massimo Rospocher ou Diogo Ramada Curto demonstram, direta e/ou indiretamente, a limitação de uma interpretação do espaço público moderno que se limita a um caráter representativo, tal como proposto por Habermas. E o fazem, principalmente, através de estudos sobre as formas de comunicação políticas que informam acerca de uma opinião pública largamente difundida e debatida sobre a vida cotidiana, inclusive de feições populares. Antes de enviar Habermas para o inferno, como bem avaliou Rospocher, o intuito é avançar com o trabalho e não destruir o progresso.

Para tanto, as relações entre lugares físicos e sociais foi uma das formas pelas quais se procurou reconstituir uma pequena parcela de um cotidiano ignorado, no qual a capacidade para adotar decisões práticas ou para formular juízos críticos pôde revelar parte dessas agências até agora pouco consideradas. Compreender um *lugar*, enquanto conceito socioespacial, é apenas possível se considerada a intervenção humana enquanto formadora do mesmo *lugar*. Questionar as relações sociais que caracterizam tais intervenções é revelar agências; e questionar a sedimentação de sentidos comuns sobre os grupos sociais é revelar alteridades entre os agentes de diferentes lugares sociais.

Nesse sentido, dissenso ou consenso são expressões de diferentes juízos formados pelas contingências que cada grupo em consideração poderia elaborar para se posicionar diante de uma situação. A multidão é uma expressão disso. Mais do que compreender sua formação pelas tensões e dinâmicas corporativas, o que esteve considerado aqui foi a capacidade de cada grupo se apresentar nos acontecimentos, segundo as suas próprias formas de experimentar os contextos. No antifiscalismo, por exemplo, ao invés de se perceber um modo de oposição marcado pela de atuação política de agentes institucionais

ou de pessoas oficialmente admitidas como políticas (ainda que exteriores às instituições), o que se considerou foi o inverso. Isto é, foi através dos diferentes sentidos deste "sentimento" antifiscal para cada grupo social que se definiu o próprio antifiscalismo enquanto um argumento político capaz de atravessar o tecido social e aproximar diferentes grupos na construção de uma opinião pública de comum reprovação ao governo.

O que está em causa nesta operação historiográfica é a atenção ao cotidiano através de sua polifonia, outro conceito importante ao longo de toda a tese. Das polêmicas sobre as comédias e os burburinhos que causavam em uma urbe atenta aos seus espaços de representação ou da contaminação do mercado pelos temas cotidianos (seja este mercado a praça ou o de impressos e notícias) aos juízos de Francisco Lopes sobre a Restauração e o gosto literário da época, nota-se uma vida social marcada não apenas pela diversidade, mas, sobretudo, pela alteridade. Tal condição, levada à consideração dos grupos sociais envolvidos nos contextos dessas situações, novamente nos apresenta agentes históricos protagonistas de um vigoroso espaço público. O período moderno, mais detidamente em sua vida urbana, tem nesta alteridade uma de suas mais fecundas características históricas.

Por tal razão, a noção de Antigo Regime não define exclusivamente a época e o lugar investigados. Suas relações políticas e sociais, sem dúvida, são bastante importantes para compreender a organização dessa sociedade. Entretanto, limitar-se às suas mais expressivas linhas definidoras, como o mercantilismo ou segmentação estamental, não favorece a identificação da sua polifonia e das diferentes formas de agir possíveis. Sobretudo, não explica de modo suficiente as sociabilidades formadas entre agentes socialmente diferentes entre si. E, mais que tudo, a tese de uma apropriação da economia, da política ou da sociedade por uma espécie de senhor doméstico, quando avaliada em função das situações até aqui analisadas, soa frágil.

Que relação a tese de uma "sociedade doméstica" guarda com uma vida cultural marcada pelos pasquins, pelos cartazes, pelas polêmicas estéticas e seus diferentes juízos — modos de fazer política e expressar opiniões tão avessos à ideia de uma casa? Não só a diversidade de agentes, mas as diferenças sociais que os caracterizam em grupos distintos capazes de interagir cotidianamente entre si, por meio da crítica ou da opinião, em rivalidades ou mesmo em conjunto numa opinião pública que os pusesse reunidos na partilha de uma opinião geral sobre a vida política, devem ser levadas em conta. Os casos

pelos quais foram demonstradas tais agências e diferenças não autorizam a continuação das explicações sobre o período atentando à preponderância de um espaço senhorial ou doméstico — em qualquer escala. Os modos de agir segundo um conhecimento e uma experiência próprios e que tornavam agentes, por exemplo, os representantes de um ofício ou comércio, como no caso dos trabalhadores do Terreiro que elegiam com grande autonomia uma estratégia para lidar com clientes e agentes envolvidos na regulação institucional daquela praça, não apresentam um espaço tão homogêneo assim.

A polifonia, a alteridade e os juízos sobre as alteridades, como se demonstrou a respeito da novela picaresca ou das relações que caracterizam o praça como um *lugar*, encerram a possibilidade de que o objeto aqui discutido possa ser semelhante a uma casa. Não há, em todos esses lugares o império de uma vontade paterna. A presença de algo do tipo numa teoria política feita naquele período não pode ser extrapolada para a sua verificação na vida prática. Isto porque a mesma teoria corresponde não ao universo social, mas a um dos seus lugares de atividade — um fragmento dele e, portanto, intensamente contingenciada por modos, protocolos, objetivos, metáforas e linguagens proporcionais ao lugar que o mesmo fragmento representa e no qual foi produzido. Ou seja, a atenção incidiu, mais do que sobre a congruência de um espaço, sobre as incongruências entre espaços.

Em suma, tais incongruências formaram parte do próprio objeto desta tese. Foi através delas que se pôde trazer à consideração aquelas parcelas do passado que, por não representarem a demonstração de outras hipóteses já consolidadas para o período, não são comumente admitidas como históricas, ou seja, como matéria para a historiografia sobre a época moderna. O espaço público considerado sequer é de um tipo "evanescente" como uma mais atenta historiografia sobre tais aspectos pouco considerados procurou demonstrar. Este espaço público não se inaugura e termina em momentos "favoráveis". Ele se estende para além da intensificação de uma atividade política como as dos pasquins e cartazes e se mantém existente mesmo nos períodos de "normalidade" política — também eles intensamente contingenciados por condições específicas e povoados pelos mesmos grupos sociais, mesmo quando tais condições remetem para uma dominação ou controle autoritário sobre a sociedade.

Em tais períodos, mesmo que uma pública atividade política nos seja mais difícil de rastrear, as alteridades permanecem e os juízos sobre elas também. Os públicos permanecem! E o cotidiano não passa a assumir uma forma homogênea ou perfeitamente

segmentada pela estratificação social. A vida cotidiana continua, enfim, sujeita a uma interação complexa, posto que urbana, e não raro marcada por uma conflituosa convivência entre as partes da sociedade. Novamente, algo em nada limitado ao império de um "pai", cuja ação nunca definiu por si própria as vontades das gentes e os juízos delas sobre a realidade que viviam.

Por fim, cumpre afirmar que esta tese é parte de uma trajetória. Por mais comum que seja aos doutorandos projetar seus trabalhos e pesquisas doutorais como ápice de suas formações, uma distorção provocada pela imersão profunda na pesquisa, a tese é produto de acertos e erros que não se encerram nela — e que continuam portadores de diferentes aspectos a serem retomados, reelaborados, corrigidos e afinados em função daquilo que, na melhor das hipóteses, ainda estará por vir. Seu sentido será o de compor mais um ponto no percurso de aprendizado e na elaboração conceitual sobre o passado. Assim, acertos e erros sobre o estudo do passado feito a modo de história, serão a mais básica matéria para o futuro.

Bibliografia e fontes:

Fontes manuscritas

- ADP. Cabido da Sé - Cartas e Ofícios vários, livro 1615, fl. 143.
- ADP. Cabido da Sé - Cartas e Ofícios vários, livro 1617, fl. 43.
- AML-AH, *Casa da Almotaçaria, Livro 2º da Casa da Almotaçaria*
- AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 1º de consultas e decretos
- AML-AH. Cópia do Livro 3º de Assentos do Senado (1609-1630)
- AML-AH. *Livro 1º de registo de posturas, regimentos, taxas, privilégios e ofícios.*
- AML-AH. *Livro 1º de registo de Provisões, Alvarás e Ofícios da Câmara*
- AML-AH. *Livro 2º da Casa da Almotaçaria*
- AML-AH. *Livro 2º de Autos de Devassas de Ofícios do Senado (1643 - 1644)*
- AML-AH. *Livro de Posturas da Cidade*
- AML-AH. *Livro de Registo da Chancelaria da Cidade (1636 - 1653)*
- AML-AH. *Livro de Registo da Chancelaria da Cidade (1654-1660)*
- AML-AH. *Livro de Registo do Terreiro*
- AMP. Vereações 1613-1614 (A-PUB 41)
- AMP. Vereações 1616-1617 (A-PUB 42)
- AMP. Vereações 1620-1621 (A-PUB 44)
- AMP. Vereações 1622-1623 (A-PUB 45)
- AMP. Vereações, 1618-1619 (A-PUB 43)
- ANNT - Manuscritos da Livraria, nº 1146 (mf. 1337 e 1337a), mf. 1337a p. 385.
- ANNT, Miscelânea de Manuscritos do Convento da Graça, tomo 4E, cx. 6. *Pasquins q se puserão em LXª em sembro e 8^{bro} de 667 p. 460-462.*
- ANNT. Cartório Jesuítico, mç. 56, nº 10 - *Que as escolas gerais são necessarias nos reynos principalm^{te} quando os mestres saõ quais a Comp^a tem nos seus colegios e pelas mesmas rezoës os colegios da Companhia deuem ser estimados dos Reys e dos mais que gouernaõ as Republicas.*
- ANNT. Cartório Jesuítico, mç. 56, nº 9 *Memorial sobre os estudos de Portugal*
- ANNT. HSJ, cx 273, mç 1, nº 14A - *Alvarás das comédias*
- ANNT. HSJ, Registo de Receitas, livros 586 a 656 (1594-1669)
- ANNT. HSJ, Tombo incompleto dos bens e prazos em Lisboa, livro 1186.
- ANNT. Manuscritos da Livraria, nº 2073, fls. 129-132v. *Carta de Francisco Rodrigues Lobo a Jozepha Vaca mulher de Morales grande representante de Comedias.*
- ANNT. Manuscritos da Livraria, nº 840 (mf. 466) fls. 119v-120

- BGUC. Ms. 348, fl. 139v - Avisos p^a todo o estado necess^{os}
- BGUC. Ms. 367, fls. 26-33 - *A COMEDIA que, Luis mendes de Elvas Fez representar, em o seu Jardim, a qual foy ver, disfarsado; ElRey D. Afonço? Romance?*
- BGUC. Ms. 367, fls. 150-153v - *Dessimas que se fizeraõ ao tribu to das dessimas que se lancaram no anno de 1640.*
- BGUC. Ms. 370, fls. 62v (113v) 63 (114) - *Decimas de Olivença*
- BGUC. Ms. 370, fls. 63 (114) - 67 (118) - *Resposta às decimas q os castelhanos deixaraõ na ponte de Oliuença*
- BGUC. Ms. 390, fls. 4-7 - [Decimas de Olivença]
- BGUC. Ms. 491, fls. 149-156 - *Colloquio, ou critica sobre a finta, que o Conselho de Portugal da Corte de Madrid mandou a este Reyno no anno de 1625. e carta ou satira da Camara da Villa de Alhos Vedros a El Rey D. Felipe IV. de Castella anno de 1625.*
- BGUC. Ms. 510, fl. 75 - *Motim do Povo em caza do Marques de Marialva em 25 de Mayo de 1663...*
- BGUC. Ms. 510, fls. 27-38v - [Notícia de vários sucessos acontecidos em Lisboa, de 24 de Julho a 29 de Agosto de 1641].
- BGUC. Ms. 535, fls. 234-237v - *Sobre o aggravo q fez o prouedor, cõ os mais Confrades da misericordia da Vila de Azambuja, ao iuiz dos feitos delRej, por se lhes euitar pello Ecclesiastico fazer Comedias e danças profanas nas Igr^{as} da d. Villa.*
- BGUC. Ms. 588, fls. 109-112 - *Prepostas de hum cidadão Antigo desta Cid^e de lx^a verdad^o portugues zeloso da conseruação do s^{or} Rey Dom Ioaõ q hora Restaurou e libertou aos portuguezes dos grandes tributos q elRey Cast^a lhe pos contra o q Jurou e naõ guardou os foros deste R^{no} em sessenta annos tirando a coroa deste R^{no} a serenissima Dona C^{na} neta do S^{or} Rey Dom M^{el} da gloriosa memoria cuya hera por Dr^{to}*
- BGUC. Ms. 588, fls. 129-129v - *Junta q fizeraõ os Traidores descontentes dos sosesos deste reino...*
- BNP. Cod. 1464, fls. 168v-179 - *Consulta que se hizo a Su Magd de Ph^e 2^o a instancia de Don Pedro de Castro Arcobispo de Granada y aora de seulla para prohibir las comedias por el año de 1598, papel eminentissimo.*
- BNP. F. 1441 - FARIA, Manuel Severim de. *História Portuguesa e de outras províncias do ocidente. Desde o ano de 1610 até o de 1640. da felice Aclamação d'ElRey Dom Joao 4^o.*
- BNP. F. 1441 - FARIA, Manuel Severim de. *História portugueza e de outras províncias do Ocidente. Desde o ano de 1610 até o de 1640. da Felice Aclamação d'El Rey Dom João 4^o.*
- BNP. F. 2348, fls. 173-174 - *Relaçãõ do Motim q houve na Cid^e do Porto em 4 e Mayo de 1661.*
- BNP. F. 2348, fls. 21-27 - *Treslado dum papel original do tempo da Aclamação do S^{or} Rei D. Joaõ 4^o. [contém a relação dos fidalgos que juraram Restaurar o reino]*
- BNP. F. 3096, fls. 57-65v - *Acto das regateyras.*

BNP. F. 3656 (Cod. 589), fl. 58 - *Pasquim q se pos na porta da Capella Real no anno de 1663.*

BNP. F. 3656 (Cod. 589), fls. 58v-62 - *Carta que se mandou á hum amigo acerca das festas delRey em Lx^a a 20. de Outub. de 619.*

BNP. F. 3656 (Cod. 589), fls. 76 - *Pasquim que amanheceo a 4 de outubro de 667, andando o Povo amotinado contra as treyções do Conde Castel-Melhor*

BNP. F. 3656 (Cod. 589), fls. 76v-78v - *Relação do q se paßou no Inferno com a chegada do esmoler mor.*

BPE. CIII/2-14, fls. 126-139 - *Na villa de Seloriquo bebado a primeira sesta f de Março do anno de 1623 estando em camara Bras ioaõ cabeludo iuiz João Galeguo pedreiro Vicente guomes tesselaõ vreadores e gregorio uaz artesaõ procurador do concelho o dito juiz propos aos demais em esta maneira seguinte.*

BPE. CIII/2-25 - *Memorial ofrecido al Rey nuestro Señor sobre el donativo que se trata de pedir a la Nobleza de Portugal, fls. 92 e segs. (também disponível na Biblioteca Digital da BNP: <http://purl.pt/23471>).*

BPE. Cód. CIII/2-14, fls. 152-152v - *falla q fizeraõ dous mesteres de L^{xa} aos estados em as cortes que se faziaõ na ditta çidade em mayo de 79. Martim frz sapateiro e Antonio prz oleiro.*

BPE. Cod. CIII/2-14, fls. 165-188 - *Assento, que se tomou na camara de Seloriquo o bebado aos 20 de outubro de 629 sobre a noua do pedido do real da agua.*

BPE. Cód. CIII/2-14, fls. 188-195v - *Parecer rezolução e reposta, que ao ofiço de teçelois desta çidade e seu termo com os elleitos delle e iuizes do dito ofiço deraõ à carta de Sua Mag^{de} Vaõ nestes apontamentos de mixtura as cauzas originais, que tem lançado a perder este Reino e a Jndia posta no estado em que se uee, q se deue chorar cõ lagrimas de sangue uisto estar tudo debaixo do amparo de taõ grande monarcha, de quem puderaõ com muita razaõ tremar e assombrarse os enemigos e uaõ iuntante os meynos, q pode auer pera se tirar dinheiro pera o socorro della.*

BPE. Cod. CIV 1-25 - *Textos, falas e memória de Gaspar Clemente Botelho.*

BPE. Cód. CXII/1-36, fl. 248v - *Memorial do pouo a elRey*

BPE. Cod. CXII/1-36, fls. 224v-227v - *Lamentação ao Reino de Portugal q amanheceo na Sacristia da S^{ta} Misericordia Sabbado pella menhaã o derradeiro de Ianeiro de 632.*

BPE. Cód. CXII/1-36, fls. 229-230 - *Decimas aos governadores.*

BPE. Cód. CXII/1-36, fls. 247v-248 - *Papagaio Real para Portugal.*

BPE. Cód. CXII/1-36, fls. 253-256v - [Relação satírica da procissão e desfile de máscara que a Universidade de Coimbra fez para aclamar D. João IV].

BPE. Cód. CXII/1-36. fl. 260v - *Decimas q deraõ a elRey per modo de memorial quando foy a Bethlem.*

BPE. Cód. CXII/1-36. fls. 228-229 - *Satyra feita em Coimbra.*

BPE. CV(d)/1-2 - *A Dom diogo de Castro servindo de Vise Rey, fl. 224*

BPE. CV(d)/1-2 fl. 269 - *Decimas de Olivença.*

BPE. CV(d)/1-2, p. 134 - *Decima que se deitou em Madrid a hũa resposta que daua o Conde duq quando lhe diziam algua couza do maogouerno.*

BPE. CV(d)/1-2, p. 219-257 - *Aforismos de letras.*

BPE. CV(d)/1-2, p. 258-263 - *Aforismos de falar.*

BPE. CV(d)/1-2, p. 65-68 - *Referese o q ganhou Portugal em tempo de seus Reys antigos; e o q perdeo em tempo dos Reys de Castela.*

BPE. CV/1-6, fls. 60-60v - *Notícia do motim de Évora.*

BPE. CXII/1-36, fls. 222-222v - *Triste de ty Portugal, que depois de tanta finta te poem a roca na cinta.*

BPE. CXII/1-36, fls. 262v-263v - *Copia da carta q o Conde Duque escreueo ao Bpº d'Euora D. Ioaõ coutinho acerca das inquietações q vaõ na dita Cidade de Euora por causa das vexações e tributos co a sua reposta, tudo fielm^{te}. tresladado e conforme seus originaes.*

BPE. CXII/1-36, fls. 263v-266 - *Reposta q a carta do Conde Duque fez hum estudante da oitaua, e se lhe deu.*

BPE. CXII/1-36, fls. 348v-349 - *Decimas q se fizeraõ pellos castelhanos q deixaraõ na ponte q quebraraõ em Olivença / Desagrauiase la puente de Oliuença.*

BPE. Res. 463, fls. 106-125 - *Decimas q o Enemigo castellano deixou fixadas na porta da Ermida de São Brás, q esta iunto a ponte de Olivença em 4 de 9bro. de 1645 [e respostas].*

FARIA, Manuel Severim de. *Apontamentos históricos sobre Portugal e a Europa durante a União Dinástica e outros.* Disponível em: <<http://purl.pt/27695>>, último acesso em 18 de julho de 2018.

Fontes impressas

ALEMÁN, Mateo. *Guzman de Alfarach.* Edição de José Maria Picó. Madri: Cátedra, 2016.

ALMEIDA, Eduardo. Sátiras políticas de Seiscentos. *Revista de Guimarães*, v. 59 [separata]

ÁLVAREZ, Fernando Marcos. *Teatros y vida teatral en Badajoz: 1601-1700. Estudio y documentos.* Madri: Editorial Támesis, 1997

anônimo. *Avto da padaeyras, chamado da fome, ou do centeo & milho.* Lisboa: Impresso por Antonio Alvares, 1636(?).

ARISTÓTELES. *Poética.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

ARISTÓTELES. *Retórica.* Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005.

BACELAR, António Barbosa. *Obras poéticas de António Barbosa Bacelar (1610-1663).* Ed. Mafalda Ferin CUNHA. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

BARRIONUEVO, Jerónimo. *Avisos (1654-1658).* Madri: Ymprenta y Fundición de M Tello, 1892.

BERNARDES, Manoel. *nova floresta ou sylva de varios apophthegemas*. Lisboa: Impresso por Valentim da Costa Deslandes, 1708-1726. 4 vols.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 10 volumes.

BNP. F.R. 305 (Res. 219 V.), fls. 25-32 - *Relaçam, em qve se trata e faz hũa breue descrição dos arredores mais chegados à cidade de Lisboa, & seus arrebaldes, das partes notauéis, Igrejas, Hermidas, & Conuentos que tem, começando logo da barra, vindo correndo por toda a praya até Enxobregas, e dahi pella parte de cima, até São Bento o novo*. Lisboa: Impresso por António Alvarez, 1625.

BNP. F.R. 305 (Res. 219V.), fls. 83-86 - *Pranto de Maria Parda*.

BNP. F.R. 305(Res. 219V.), fls. 71-74 - *Trovas novamente feitas do Moleiro. Por tres authores muito graves em que contaõ canseiras, e trabalhos, que passou com seu querido Pelota*.

BOTERO, João. *Da Razão de Estado*. Ed. Luis Reis TORGAL. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica; CHSC/UC, 1992.

BPE. Res. 463, fl. 237v - *CELEBRASE el felicissimo sucesso de las invictas armas Españolas*.

BPE. Res. 463, fl. 238 - *RELACION VERDADERA d'una famosa victoria que alcançaron las armas de Castilla en Portugal*.

BRANDÃO, João. *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

CAMARGO, Inácio Pe. *Discurso theologico, sobre los theatros y Comedias de este siglo*. Lisboa: Impresso por Miguel Menescal, 1690.

Capitulos gerais apresentados a elRey D. João nosso senhor IIII deste nome, XIII rey de Portugal, nas cortes celebradas em Lisboa com os tres estados em 28 de janeiro de 1641. Com suas repostas de 12. De sete[m]bro do anno de 1642. No 2. Do seu reynado, & 38. De sua idade. Com as replicas, repostas, & declarações dellas em 1645. Lisboa: Impresso por Paulo Craesbeck, 1645.

CARNEIRO, Diogo Gomes. *Oração Apodixica aos Sismaticos da Patria*. Lisboa: Impresa por Lourenço de Anveres, 1641.

VEGA, Lope de. *Arte nuevo de hacer comedias*. Ed. Enrique García SANTO-TOMÁS. Madri: Catedra, 2017.

VEGA, Lope de. *Doze comedias de Lope de Vega y Carpio com as loas ao principio. Dirigidas ao Senhor Gonçalo Pirez Carualho Prouedor das obras del Rey noço Senhor*. Lisboa: Impresa por Jorge Rodrigues, 1605.

VEGA, Lope de. *El lusitanismo de Lope de Vega y su comedia «El Brasil Restituido»*. Ed. José Maria Viqueira BARREIRO. Coimbra: Coimbra Editora Lda., 1950.

VEGA, Lope de. *Lavrel de Apolo con otras rimas*. Madrid: Impresso por Iuan Gonçalez, 1630.

VEGA, Lope de. *Seis comedias de Lope de Vega Carpio, y de otros autores*. Lisboa: Impresso por Pedro Craesbeck, 1603.

CASTRO, Gabriel Pereira de. *Ulysseia ou Lisboa Edificada: Poema Heroico*. Impresso por Lourenço Craesbeck. Lisboa, 1636.

CERVANTES, Miguel de. *Novelas ejemplares*. Edição de José Montero Reguera. Barcelona: Penguin Random House, 2015

CHIADO, António. *Obras do poeta Chiado, colligidas, annotadas e prefaciadas por Alberto Pimentel*. Ed. Alberto PIMENTEL. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1889.

Copia da Carta escrita por um Cavaleiro Espanhol, a hu senhor desta Corte, dandolhe conta de hum admirável cazo que succedeo na Cidade de Bourdeaux em Frãça, por razaõ de hum grande desacato, de que usou hum herege Calvinista com o santissimo Sacramento do altar, indo sua divina Magestade a visitar hum enfermo. Refere-se o exemplar castigo, que este soberano Senhor executou nelle. Soccedeo a 29 de Julho deste prezente anno de 1673. Lisboa: Impresso por João da Costa, 1673.

CORDEIRO, Jacinto. *Elogio de poetas lvsitanos al fenix de España Fr. Lope de Vega Carpio, en su laurel de Apolo*. Lisboa: Impresso por Jorge Rodrigues, 1631.

CORDEIRO, Jacinto. *Segvnda parte de las comedias del alferezz Iacinto Cordero*. Lisboa: Impresso por Lourenço Craesbeck, 1634.

COSTA, Agostinho Rebello da. *Descripção topografica, e historica da cidade do Porto*. Porto: Impresso por Antonio Alvarez Ribeiro, 1789. p. 305.

DELICADO, António. *Adagios portvgvezes redvzidos a lvgares commvns pello lecuciado Antonio Delicado, Prior da Parrochia Igreja de Nossa Senhora da Charidade, termo da Cidade de Euora. Natvral da villa de Aluito*. Lisboa: Impresso por Domingos Lopes Rosa, 1651.

DIAS, Eurico Gomes. *Olhares sobre o Mercvrio Portvguez (1663-1667) . transcrição e comentários*. Lisboa: INCM, 2010. 2 vols.

Discurso Heróico sobre a Jornada, que o inimigo fez à praça de Elvas. Votado e Humildimente sacrificado à sempre Augusta, & victoriosa Magestade delRey Dom Ioão o IV de Portugal. Impresso por Paulo Craesbeck. Lisboa, 1645.

FARIA, Manuel Severim de. Arbitrios pera abundancia de pam In: GODINHO, Vitorino Magalhães. Alguns problemas da economia portuguesa no século XVII de depressão internacional. *Revista de História Económica e Social*, 1980 (jan.-jun.), p. 105-123. ISSN: 0870-6077.

FARIA, Manuel Severim de. As alterações de Évora descritas por Manuel Severim de Faria In: MELO, Francisco Manuel de. *Alterações de de Évora*. Ed. e introd. Joel SERRÃO. Lisboa: Portugália, 1967. p. 137-148.

FARIA, Manuel Severim de. *Discvrsos varios políticos*. Évora: Impresso por Manuel Carvalho, 1624.

FARIA, Manuel Severim de. *Noticias de Portugal*. Lisboa: Impresso na Oficina Craesbeeckiana, 1655.

FARINHA, Bento José de Sousa. *Summario da Bibliotheca Lusitana*. Lisboa Impresso por António Gomes, 1786. Tomo II.

FERREIRA, Francisco Leitão. *Nova Arte de Conceitos*. Lisboa: Impresso por Antônio Pedrozo Galram, 1718.

FIGUEIROA, Diogo Ferreira. *Teatro da maior façanha e gloria de Portugal*. Lisboa: Impresso por Domingos Lopes Rosa, 1642.

GÓMEZ, Ángel García. *Vida teatral en Córdoba (1602-1694): autores de comedias, representantes y arrendadores*. Woodbridge: Tamesis, 2008.

GONZÁLEZ, Ramón García. *Sonetos a Lope de Vega. Siglos XVI a XX*. Disponível em <<http://www.cervantesvirtual.com/obra/sonetos-a-lope-de-vega-siglos-xvi-a-xx-0/>> Último acesso em 19 de julho de 2018.

La vida de Lazarillo de Tormes y de sus fortunas y adversidades. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2004. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmc542k8>>, último acesso em: 11 de agosto de 2019.

LACERDA, Fernando Correa de. *Catastrophe de Portugal na deposição d'elRei D. Affonso o Sexto e subrogação do Principe D. Pedro o Unico, justificada nas calamidades publicas: escrita para justificação dos portugueses*. Lisboa: Impresso por Miguel Menescal, 1669.

LOBO, Francisco Rodrigues. *Corte na aldeia e noites de inverno*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1945.

LOPES, Francisco. *Auto e colloquio do nascimento do menino Jesus*. S/l: s/n, [1646?].

LOPES, Francisco. *Favores do ceo a Portugal, na aclamação do Rei Dom João IV, e precedidos d'uma noticia bibliographica do auctor escripta pelo Professor Pereira-Caldas*. Porto; Braga: Livraria Internacional, 1871.

LOPES, Francisco. *Favores do ceo: do braço do Christo que se despregou da Cruz, & de outras maravilhas dignas de notar*. Lisboa: impresso por Antonio Alvarez, 1642.

LOPES, Francisco. *Gloria de Portugal*. Lisboa: Impresso por Manoel da Silva, 1641. [cartaz <http://purl.pt/30229>]

LOPES, Francisco. *Gloria de Portugal*. Lisboa: Impresso por Manoel da Silva, 1641. [BGUC. Misc. CCCLXXVII, nº 6010. / BN, 23, 2, 5. nºs. 14 e 15]

LOPES, Francisco. *Honra da patria offerecida a Dom Gastam Covtinho quando rendeo as fortalezas da barra de Lisboa com as virtudes delRey nosso Senhor Com João o Iv. & da Raynha N. Senhora*. Lisboa: Impresso por Manoel da Silva, 1641.

LOPES, Francisco. *Milagroso svcesso do Conde de Castel Milhor*. Lisboa: Impresso por Manoel da Silva, 1643.

LOPES, Francisco. *Sam Gonçalo de Amarante. Nascimento, criação, vida, morte, & milagres*. Lisboa: Impresso por Geraldo da Vinha, 1617.

LOPES, Francisco. *Santo Antonio de Lisboa: primeira e segunda parte: de seu nascimento, criação, vida, morte, & milagres: conforme as chronicas da sagrada religião da ordem dos menores: dedicado ao mesmo Santo. Composto em verso por Francisco Lopes livreiro, natural da mesma cidade, & impresso a sua custa, & vendese em sua casa*. Lisboa: Impresso por Pedro Craesbeck, 1610.

- LOPES, Francisco. *Silva Oriental na aclamação delRey N. Senhor D. João o IV: primeira parte: dedicada a todos, com hũa glossa[sic] no fim muito curiosa. Por Francisco Lopez, natural da cidade de Lisboa Author da Gloria de Portugal, & da Honra da Patria.* Lisboa: Impresso por Domingos Lopez Rosa, 1642.
- LOPES, Francisco. *Silva oriental: segunda parte.* Lisboa: Impresso por Manoel da Silva, 1642.
- LOPES, Francisco. *Valentia Christã, e grande respeito, que tiveram os nossos Portugueses no culto Divino: & o descaro dos nossos inimigos. Em verso por Francisco Lopes liureiro.* Impresso por Manoel da Silva. Lisboa, 1642.
- LOPES, Francisco. *Verdadeira historia dos cinco martyres de Marrocos.* Lisboa, 1619. [O exemplar da primeira edição que foi consultado apresenta danos que impossibilitam a leitura do nome do impressor]
- LUNA, Juan de. *Segunda parte del Lazarillo de Tormes.* Ed. Alfredo Rodriguez LÓPEZ-VÁZQUEZ Madrid: Catedra, 2014.
- MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana historica, critica e cronologica.* Lisboa: Impresso por Isidoro da Fonseca, 1741. Tomo I
- MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana historica, critica e cronologica.* Lisboa: Impresso por Inácio Rodrigues, 1747. Tomo II
- MACHADO, Diogo Barbosa. *Elogios oratorios, e poeticos dos serenissimos Reys, Rainhas, e Infantes de Portugal collegidos por Diogo Barbosa Machado, Tomo I (1539-1641).* [BN (Rio), 23, 2, 5]
- MACHADO, Diogo Barbosa. *Elogios oratorios, e poeticos dos serenissimos Reys, Rainhas, e Infantes de Portugal collegidos por Diogo Barbosa Machado, Tomo II (1642-1704).* [BN (Rio), 23, 2, 6]
- MACHADO, Simão. *Comédias portuguesas feitas pello excelente poeta Simão Machado. Agora novamente tiradas a luz por Francisco Lopes livreiro, & impressas a sua custa.* Lisboa: Impresso por Pedro Craesbeck, 1601.
- MATOS, Gastão de Melo. *Panfletos do século XVII.* Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1946.
- MELO, Francisco Manuel de. *Alterações de de Évora.* Ed. e introd. Joel SERRÃO. Lisboa: Portugália, 1967.
- MELO, Francisco Manuel de. *Apólogos dialogais, vol. II: O escriptório avarento; O Hospital das Letras.* Coimbra, 1999.
- MENESES, D. Luís de. *História do Portugal Restaurado.* Lisboa: Impresso por Miguel Deslandes, 1679. 2 vols.
- MIMOSO, Iuan Sardina. *Relacion de la Real Tragicomedia con qve los padres de la Compañia de Iesvs en su Colegio de S. Anton de Lisboa recibieron a la Magestad Catolica de Felipe II. de Portugal, y su entrada en este Reino, cõ lo que se hizo en las Villas, y ciudades en que entrò.* Lisboa: Impresso por Jorge Rodrigues, 1620.
- Monstruosidades do tempo e da fortuna. Diario de factos mais interessantes que succederam no Reino de 1662 a 1680, até hoje atribuido infundadamente ao beneditino Fr. Alexandre da Paixão.* Lisboa: Typographia da viuva Sousa Neves - Editora, 1888.

NOVAIS, Manuel Pereira. *Collecção de manuscritos inéditos agora dados à estampa, vol. IV: Anacrisis Historial, II parte, Episcopológico*. Porto: Tipografia Progresso, 1918.

OLIVEIRA, António Gomes de. *SONETOS HEROICOS CONCERNENTES À MAGESTADE. E ESTADO POLITICO, E MILITAR DO SEMPRE AVGVSTO REY Dom IOAM IV. N.S. E o principio do Poema Heroico DOM IOAM PRIMEYRO De boa Memoria. Que felicitas à Deo plātatur, durabilior esse solet*. Lisboa: Impresso por António Alvarez, 1641.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de. *Elementos para História do Município de Lisboa*. Lisboa: Tipografia Universal, 1882-1943. 17 volumes.

OLIVEIRA, Fr. Nicolau de. *Livro das grandezas de Lisboa*. Lisboa: Vega, 1991.

OROZCO, Sebastian Covarrubias. *Tesoro de la Lengva Castellana, o Española*. Madrid: Impresso por Luis Sanchez, 1611

PACHECO. Pantaleão Rodrigues. *Manifesto do Reyno de Portugal, prese[n]tado a Santidade de Urbano VIII. N. S. pelas tres nações, portuguesa, francesa, catalan em que se mostra o direito com que el Rey Dom João III. Nosso Senhor possui seus Reynos, & Senhorios de Portugal, e as rezões, que ha para se receber por seu Embayxador o Illustrissimo Bispo de Lamego : dividido em doze demonstraçe[n]s : traduzido de italiano em portuguez*. Impresso por Domingos Lopez Rosa. Lisboa, 1643.

PARADA, António Carvalho de. Carta primeira pera o Conde Dvque In: CRUZ, António. *Papeis da restauração*. Porto: FLUP, 1967. vol. 2, p. 239-246.

PARADA, António Carvalho de. *Justificação dos Portugueses sobre a acção de libertarem seu Reyno da coroa de Castella*. In: CRUZ, António. *Papéis da Restauração*. Coimbra: ed. da Universidade, 1940. vol. 2. p. 143 - 268.

PARADA. António Carvalho de. Terceira carta pera o Conde Dvque. In: CRUZ, António. *Papeis da restauração*. Porto: FLUP, 1967. vol. 2, p. 249-251.

Prodigios Miracvlosos. Lisboa: Impresso por Antonio Alvarez, 1641. [cartaz]

REBELLO, Manoel Coelho. *Mvsa entretenida de varios entremezes*. Coimbra: Impresso por Manoel Dias, 1658.

Relaçam da Aclamação qve se fez na Capitania do Rio de Janeiro do estado do Brasil, & nas mais do Sul, ao Senhor Rey Dom Ioão o IV. por verdadeiro Rey, & Senhor do seu Reyno de Portugal, com a felicissima restituição, q delle se fez a sua Magestade que Deos guarde, &c. Lisboa: Impresso por Jorge Rodrigues, 1641.

Relaçam da famosa resistencia, e sinalada vitoria, qve os Portugueses alcançarão dos Castelhanos em Ouguela, este Anno de 1644 a 9 de Abril governando esta Praça o Capitaõ Pascoal da Costa. Lisboa: Impresso por Paulo Craesbeck, 1644.

Relaçam de dvas vitorias qve os moradores da Aldeya de S. Aleyxo, & das Villas de Mourão, & Monsarãs alcançarão dos Castelhanos a 6. & 16. deste mes de Outubro, & socorros, que lhes mandou o General Martim Affonso de Mello, & de outro sucesso na Villa de Campo Mayor em o mesmo Outubro de 641. Lisboa: Impressa por Jorge Rodrigues, 1641

Relaçam do danos causados pelos terremotos, que houve no Reyno de Sicilia, no mez de Janeiro deste anno de 1693. Tirada das ultimas cartas de Mecina de 28. de Janeiro de

1693. *Impressa em Roma. E publicada nesta Corte de Lisboa em 22. de Abril.* Lisboa: Impresso por Manoel Lopes Ferreyra, 1693.

Relaçam do felices svcesso e milagrosa vitoria, que ouuve o Capitão Luis Mendes de Vasconcellos, contra o inimigo Castellano, no termo da cidade de Eluas em 30. de Julho de 1641 Lisboa: Impresso por Manoel da Silva, 1641.

Relaçam do felices svcesso e milagrosa vitoria, que ouuve o Capitão Luis Mendes de Vasconcellos, contra o inimigo Castellano, no termo da cidade de Eluas em 30. de Julho de 1641 Lisboa: Impresso por Manoel da Silva, 1641.

Relaçam dos terremotos sucedidos em a cidade de Traina, no Reyno de Sicilia, este anno de 1643. & dos efeitos, que causaram em circunvisindas (sic.) Mandoua o Doutor Silvestre Randeli, Procurador fiscal do tribunal da Grão Corte. Lisboa: Impresso por Domingos Lopes Rosa, 1644.

Relaçam, em qve se trata e faz hũa breue descrição dos arredores mais chegados à cidade de Lisboa, & seus arrebaldes, das partes notauéis, Igrejas, Hermidas, & Conuentos que tem, começando logo da barra, vindo correndo por toda a praya até Enxobregas, e dahi pella parte de cima, até São Bento o novo. In: *Anais das Bibliotecas, Arquivos e Museus Municipais*, 1934, ano IV, nº 11, p. 18-33.

Relação do novo incêndio do Monte Etna, chamado vulgarmente Mongibello, na Ilha de Sicilia, Com as ruinas de muitos lugares (...) aos 11. dias de Março deste anno de 1669 (...). Lisboa: Impresso por Antonio Craesbeck de Mello, 1669.

Relacion de la famosa, y memorable vitoria que el Exercito de ElRey de Portvgal, Governado por el Conde de Villa-Flor alcançó del exercito delRey de Castilla, governado por su hijo Don Juan de Áustria. Lisboa: Impresso por Enrique Valente de Oliveira, 1663.

Relacion de tres vitorias qve han alcançado las armas Portuguesas, contra las armas Castellanas, ara nueuamente sucedido a dos del mes de Febrero hasta quatro de Março 1643. Barcelona: Impresso por Gabriel Nogues, 1643.

RIBEIRO, João Pedro. *Reflexões históricas pelo Conselheiro João Pedro Ribeiro.* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1835. 1ª parte.

SÁ, António de. *Sermaõ qve pregov o P. Antonio de Saa da companhia de Iesv no dia que S. Magestade fas annos em 21. de Agosto de 663.* Coimbra: Impresso por Thome Carvalho, 1665.

SALGADO, Pero. *Dialogo gracioso dividido em tres actos qve contem a entrada qve o Marques de Terracyça General de Castella fez na campanha da Cidade de Eluas, tratando de a conquistar, & o forte chamado Santa Luzia junto á dita Cidade, & a retirada que fez á de Badajos com perda de muita gente sua, & de sua reputação. Composto por Pero Salgado, natural da villa de Peniche, soldado que se achou na occasião.* Lisboa: Impresso por Paulo Craesbeck, 1645.

SALGADO, Pero. *Hospital do Myndo. Segunda parte do theatro dele, diálogo moral e iocoço.* Lisboa: Impresso por Paulo Craesbeck, 1646.

SALGADO, Pero. *Mayor gloria de Portvgal, e afronta mayor de Castella. Comedia politica, que contem a verdade de tudo o que succedeo na Campanha do Alentejo este presente anno de 1663, & a gloriosa Restauração da Cidade de Evora, com muitas particularidades dignas de memoria.* s/l: s/e, s/d.

SALGADO, Pero. *Relaçam verdadeira da entrada qve fez em Castella Fernão Martins de Ayala Tenente da Companhia de Manoel da Gama Lobo, Capitão de caualos na villa de Campo mayor, acompanhãdoo sòmente noue soldados, & da preza que fizeraõ trazendo prezoneiros ao Conde de Senguem, que de Madrid vinha para Badajos com o posto de General da Caualaria, & dois criados seus, com tres pessoas mais, em hum Dialogo composto pelo Autor do gracioso do Terracuça, Pero Salgado*. Lisboa: Impresso por Paulo Craesbeck, 1645.

SALGADO, Pero. *Theatro do Mvndo comedia moral, e iocoza*. Lisboa: Impresso por Domingos Lopes Rosa, 1645.

SERRÃO. Joaquim Veríssimo. *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria: 1604, 1609, 1625*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1974. p. 106

SHERGOLD, N. D.; VAREY, J. E. (eds) *Genealogía, origen y noticia de los comediantes de España*. Madri: Editorial Tamesis, 1985.

SILVA, José Justino de Andrade e. *Collecção Chronologica da Legislação Portugueza (1613-1619)*. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1855.

SILVA, José Justino de Andrade e. *Collecção Chronologica da Legislação Portugueza (1620-1627)*. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1855.

SILVA. José Justino de Andrade e. *Collecção chronologica da legislação portugueza (1627-1633)*. Lisboa: Imprensa de F. X. de Souza, 1855.

SILVA. José Justino de Andrade e. *Collecção chronologica da legislação portugueza (1634-1640)*. Lisboa: Imprensa de F. X. de Souza, 1855.

SILVA. José Justino de Andrade e. *Collecção chronologica da legislação portugueza (1640-1647)*. Lisboa: Imprensa de F. X. de Souza, 1856.

SOARES, Pero Roiz. *Memorial*. Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1953.

SOARES, Vicente de Gusmão. *Lusitania restaurada dirigida a seu restaurador el rey dom João o quarto Nosso Senhor*. Lisboa: Impresso por Lourenço de Anveres, 1641.

TELES, Baltasar (S.J.). *Chronica da Companhia de Iesv da Provincia de Portugal, segvnda parte*. Lisboa: Impresso por Paulo Craesbeck, 1647.

TELES, Baltasar (S.J.). *Chronica da companhia de Iesv na Provincia de Portvgal e do qve fizeram, nas conquistas d'este Reyno, os Religiosos, que na mesma Provincia entraram, nos annos em que viveo S. Ignacio de Loyola, nosso fundador*. Lisboa: Impresso por Paulo Craesbeck, 1645.

VIEIRA, António. Carta a Dom Rodrigo de Meneses 26 de maio de 1664. In: *Obra completa do Padre António Vieira*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013. Tomo I, volume II, p. 377-378.

VIEIRA, António. Parecer do Padre António Vieira ao Secretário de Estado, Pedro Vieira da Silva, sobre ser mais conveniente ao reino fazer a Castela guerra defensiva, e como se devia fazer esta guerra. In: *Obra completa do Padre António Vieira*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2014. Tomo IV, volume I, p. 113-118

VIEIRA, António. Parecer que deu o Padre António Vieira sobre se entregar a campanha de Pernambuco aos holandeses, em 21 de outubro de 1648, para efeito de se ajustarem as

pazes: ao qual commumente chamam o "Papel Forte". In: *Obra completa do Padre António Vieira*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2014. Tomo IV, volume I, p. 68-112.

VIEIRA, António. Sermão da sexagésima In: *Obra completa do Padre Antonio Vieira: Sermões da Quaresma e da Sexagésima*. Lisboa: Círculo de Leitores: 2015. Tomo II, volume II, p. 42-73.

VIEIRA, António. *Sermoens do Padre Antonio Vieira. Primeira parte*. Lisboa: Impresso por João da Costa, 1679.

VIERIA, António. *Obra completa do Padre António Vieira*. Ed. Pedro CALAFATE; José Eduardo FRANCO. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015. 4 tomos, 30 volumes.

VIERIA, António. Sermão pelo bom sucesso de nossas armas. In: *Obra completa do Padre António Vieira*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015. Tomo II, volume XIII. p. 135-158.

QUEVEDO, Francisco de. *Historia de la vida del Byscon, llamado Don Pablos; exemplo de Vagamundos, y espejo de Tacaños*. Zaragoza: Impresso por Pedro Verges, 1626.

QUEVEDO, Francisco de. *La vida del Buscón*. Ed. Edmond CROS. Barcelona: Penguin Random House, 2002.

Referências Bibliográficas

ÁLVAREZ, Fenando Bouza. 'Clarins de Iericho': oratoria sagrada y publicística en la Restauração Portuguesa. *Cuadernos de Historia Moderna y Contemporánea*, 1986, nº VII. Madri: Editora da Universidad Complutense, p. 13-31.

ÁLVAREZ, Fenando Bouza. *Corre manuscrito: una historia social del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001.

ÁLVAREZ, Fernando Bouza. Escritura, propaganda y despacho de gobierno. In: GÓMEZ, Antonio Castillo. (org.) *Escribir y leer en el siglo de Cervantes*. Barcelona: Editorial Gedisa, 1999. p. 85-109.

ÁLVAREZ, Fernando Bouza. *Papeles y opinión — políticas de publicación en el Siglo de Oro*. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2008.

ÁLVAREZ, Fernando Bouza. *Portugal no tempo dos Filipes — política, cultura, representações*. Lisboa: Ed. Cosmos, 2000.

ALVES, José Lopes. A Guerra da Restauração (1640-1668) no teatro de operações trasmontano. *Revista Militar*, 2005 (novembro), nº 2446. disponível em: <<https://www.revistamilitar.pt/artigo/20>> último acesso em 13 de novembro de 2019.

ANACLETO, Maria Teixeira; AUGUSTO, Sara; SANTOS, Zulmira (orgs.). *D. Francisco Manuel de Melo e o Barroco Peninsular*. Imprensa da universidade de Coimbra/Ediciones Universidad Salamanca, 2010.

ARAGON, Jorge Manrique de. *Peligrosidad Social y picaresca*. Barcelona: Hijos de Jose Bosch, S.A., 1977.

AUERBACH, Erich. *Mimesis - a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2009.

- BAKHTIN, Mikahil. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Ed UnB, 1987.
- BAKHTIN, Mikahil. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins fontes, 1997.
- BAKHTIN, Mikahil. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- BAKHTIN, *Questões de literatura e estética — a Teoria do Romance*. São Paulo: Editora HUCITEC/Annablume, 2002.
- BEBIANO, Rui. *A pena de Marte. Escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI-XVIII)*. Coimbra: Edições Minerva, 2000.
- BEIRANTE, Maria Ângela. *O ar da cidade — ensaios de História Medieval e Moderna*. Lisboa: Edições Colibri, 2008.
- BORGES, Emília Salvado. *A Guerra de Restauração no Baixo Alentejo (1640-1668)*, Lisboa: Edições Colibri, 2016.
- BRAGA, Teófilo, *História do Theatro Portuguez — a comedia classica e as tragicomedias, séculos XVI e XVII*. Porto: Imprensa Portugueza Editora, 1870.
- BUESCU, Ana Isabel. Aspectos do bilinguismo português-castelhano na Época Moderna. *Hispania. Revista Española de Historia*. LXIV/1, num. 216, 2004, p. 13-38. ISSN: 1988-8368.
- CALHOUN, Craig. *Habermas and the public sphere*. Cambridge: The MIT Press, 1996.
- CAMENIETZKI, Carlos Ziller. O Astrônomo e a Restauração. Manuel Gomes Galhano Lourosa e sua intervenção na política de Portugal Restaurado. *Sociedade Portuguesa de Astronomia*, 2009. v. 1. p. 183-202.
- CAMENIETZKI, Carlos Ziller; PASTORE, Gianricardo Grassia. 1625, o fogo e a tinta: a Batalha de Salvador nos relatos de guerra. *Topoi*, 2005, v. 6, n. 11 (jul.-dez), p. 261-288. ISSN: 2237-101X.
- CAMENIETZKI, Carlos Ziller; SARAIVA, Daniel Magalhães Porto; SILVA, Pedro Paulo de Figueiredo. O papel da batalha: a disputa pela vitória de Montijo na publicística do século XVII. *Topoi*, 2012, v.13, nº 24 (jan-jun), p. 10-28. ISSN: 2237-101X.
- CANTIMORI, Delio La periodización de la época renascentista. In: *Los Historiadores y la Historia*. Barcelona: Península, 1985, p. 343-363.
- CARDIM, Pedro. *Cortes e cultura política no Antigo Regime*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcelo (orgs). *Guerra Literária —panfletos da Independência (1820-1823)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. 4v.
- CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcelo (orgs). *As armas, cidadãos! Panfletos manuscritos da Independência do Brasil (1820-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- CARVALHO, Maria do Socorro Fernandes de. *Poesia de agudeza em Portugal. Estudo retórico da poesia lírica e satírica escrita em Portugal no século XVII*. São Paulo: Humanitas Editorial, Edusp, Fapesp, 2007.

- CASTRO, Aníbal Pinto de. *Retórica e teorização literária em Portugal do Humanismo ao Neoclassicismo*. Lisboa: INCM, 2008.
- Catálogo da coleção de Miscelâneas da Biblioteca Geral da Universidade, volume VII*. Coimbra: Publicações da Biblioteca Geral da Universidade, 1974. (s/p).
- CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- CIDADE, Hernani. *Literatura autonomista sob os Filipes*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1950.
- Congresso do Mundo Português*. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, 1940. vols. 6 e 7.
- CONTATORI, Gabriel Furine. "Dispersa os soberbos e eleva os humildes": a justiça na obra teatral *El mejor alcalde, el Rey*, de Lope de Vega. *Dramaturgia em foco*, v. 4, n. 2, 2020, Petrolina-PE, p. 91-110. ISSN 2594-7796.
- CROSSLEY, Nick; ROBERTS, John Michael. (orgs.) *After Habermas: new perspectives on the public sphere*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.
- CRUZ, António. *Papeis da restauração*. Porto: FLUP, 1967. 2 vols.
- CUNHA, Mafalda Soares da. *A casa de Bragança (1580-1640). Práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.
- CUNHA, Mafalda Soares da. Os insatisfeitos das honras. Os aclamadores de 1640 In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda. (orgs.), *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 475-493.
- CUNHA, Mafalda Soares e FONSECA, Teresa. (org.) *Os municípios no Portugal Moderno: dos forais manuelinos às Reformas Liberais*.
- CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Escrita (séculos XV a XVIII)*. Lisboa: ICS - Imprensa de Ciências Sociais, 2007.
- CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Política no tempo dos Filipes (1680-1640)*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- CURTO, Diogo Ramada. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Universidade Aberta, 1988.
- DEPRETIS, Giancarlo. Un testo inedito di Jacinto Cordeiro: el Entremés Famoso de los Sordos. *Symbolae Pisanae — studi in onore di Guido Mancini*. Pisa: Giardini Editori e Stampatori, [s/d]. v. I, p. 155-162.
- DONOSO, Piedad Bolaños; PEÑA, Mercedes de los Reyes. Presencia de comediantes españoles en el Patio de las Arcas de Lisboa (1640-1697). *Diálogos Hispánicos de Amsterdam*. [s/d], 8, III, p. 863-901.
- DORÉ, Andréa. Relações de sucessos como elementos da cultura da vitória na Restauração Portuguesa. *Talia dixit - Revista Interdisciplinar de Retórica e Historiografia*. 2011, v. 6, p. 121-137. ISSN: 1886-9440.
- ELLIOT, John; PEÑA, José F. de la; NEGREDO, Fernando. (orgs.) *Memoriales y cartas del Conde Duque de Olivares: Política Interior (621-1645)*. Madri: Marcial Pons, 2013.
- ELLIOT, John. *El Conde-Duque de Olivares*. Barcelona: Crítica, 1990.

ENTRAMBASAGUAS, Joaquín de. *Una guerra literaria del siglo de oro: Lope de Vega y los preceptistas aristotélicos*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2008. Disponível em: < <http://www.cervantesvirtual.com/obra/una-guerra-literaria-del-siglo-de-oro---lope-de-vega-y-los-preceptistas-aristotlicos-0/>>, último acesso em 07 de dezembro de 2019.

ESPÍRITO SANTO, Gabriel do. *Guerras e campanhas militares - Restauração 1640-1668*. Matosinhos: Quidnovi, 2008.

FRAGO, Antonio Viñao. Alfabetización y primeras letras (siglos XVI-XVII) In: GÓMEZ, Antonio Castillo. (org.) *Escribir y leer en el siglo de Cervantes*. Barcelona: Editorial Gedisa, 1999. p. 39-84.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy In: CALHOUN, Craig. *Habermas and the public sphere*. Cambridge: The MIT Press, 1996. p. 109-142.

GARIN, Eugenio. *Ciência e vida civil no Renascimento italiano*. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

GARIN, Eugenio. *Idade Média e Renascimento*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

GLASER, Edward. El lusitanismo de Lope de Vega — Portugal y los portugueses como tema literario. *Boletín de la real Academia Española*, t. XXXIV, cuaderno CXLIII. Madri, 1955. [separata]

GÓMEZ, António Castillo; AMELANG, James S.; SÁNCHEZ, Carmen Serrano. (orgs.) *Opinión pública y espacio urbano en la Edad Moderna*. Gijón: Trea ediciones, 2010.

GÓMEZ, Antonio Castillo. «Amanecieron en todas las partes públicas...» Un viaje al país de las denuncias In: GÓMEZ, Antonio Castillo. *Escribir y leer en el siglo de Cervantes*. Barcelona: Gedisa Editorial, 1999. p. 143-192.

GÓMEZ, Antonio Castillo. «Aunque sean los papeles rotos de las calles» Cultura Escrita y sociedad en *El Quijote. Revista de Educación*, 2004, Número extraordinario " El Quijote y la educación", p. 67-76. ISSN: 0034-8082.

GÓMEZ, Antonio Castillo. *Entre la pluma y la pared —una Historia Social de la escritura en los Siglos de Oro*. Madrid: Akal Ediciones, 2006.

GÓMEZ, Antonio Castillo. *Escribir y leer en el siglo de Cervantes*. Barcelona: Gedisa Editorial, 1999.

GREER, Margaret. *La clase social y el trabajo sucio de la guerra en los tablados madrileños* In: GÓMEZ, António Castillo; AMELANG, James S.; SÁNCHEZ, Carmen Serrano. (orgs.) *Opinión pública y espacio urbano en la Edad Moderna*. Gijón: Trea ediciones, 2010. p. 25-42.

GRIGERA, Luisa López. *Anotações de Quevedo à Retórica de Aristóteles*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 107, vol. 2.

- HABERMAS, Jürgen. Further Reflections on the Public Sphere In CALHOUN, Craig. *Habermas and the public sphere*. Cambridge: The MIT Press, 1996. p. 421-461.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003
- HANSEN, João Adolfo. Retórica da Agudeza. *Letras clássicas*, nº 4. São Paulo: Humanitas Editorial, 2000, 317-342. e-ISSN: 2358-3150
- HATHERLY, Ana. Metamorfose barroca: diálogo oblíquo entre poesia e pintura. In: *I Congresso Internacional do Barroco - Actas*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 1991. p. 413-427, vol 1.
- HAZA, José Maria Ruano de la; ALLEN, John J. *Los teatros comerciales del siglo XVII y la escenificación de la comedia*. Barcelona: Castalia, 1994.
- HAZA, José Maria Ruano de la. *La puesta en escena en los teatros comerciales del siglo de Oro*. Barcelona: Editorial Castalia, 2000.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.
- HELLER, Agnes. *O homem do Renascimento*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.
- HELLER, Agnes. *Everyday life*. Londres, Boston, Melbourne: Routledge & Kegan Paul, 1984.
- HELLER, Agnes. *Sociología de la vida cotidiana*. Barcelona: Ediciones Península, 1987.
- HESPANHA, António Manuel (org.) *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime — coletânea de textos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan — instituições e poder político: Portugal - séc. XVIII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.
- HUE, Sheila Moura. *Diálogos em defesa e louvor da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007. p. 18.
- IBASETA, Francisco Javier Castro. Mentidero de Madrid: la corte como comedia. In: GÓMEZ, António Castillo; AMELANG, James S.; SÁNCHEZ, Carmen Serrano. (orgs.) *Opinión pública y espacio urbano en la Edad Moderna*. Gijón: Trea ediciones, 2010. p. 43-58.
- LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 2017.
- LOUREIRO, José Pinto. *O teatro em Coimbra: elementos para a sua História (1596-1910)*. Coimbra: Edição da Câmara Municipal, 1959.
- LUKÁCS, Georg. *A Teoria do Romance — um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. São Paulo: Livraria Duas Cidades/Editora 34, 2015.
- LUKÁCS, Georg. *Estética*. Barcelona; México, D. F.: Ediciones Grijalbo, S.A., 1966. 4 volumes.
- LUKÁCS, György. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. Dinheiro para a Guerra: as décimas da Restauração. *Hispania. Revista Española de Historia.*, 2004, LXIV/1, nº 216, p 157-182. ISSN: 1988-8368.

- MARAVALL, José Antonio. *A Cultura do Barroco: análise de uma estrutura histórica*. São Paulo: EdUSP, 1997.
- MARAVALL, José Antonio. *La literatura picaresca desde la Historia Social — siglos XVI y XVII*. Madrid: Taurus Ediciones, 1986.
- MARAVALL, José Antonio. *La oposición política bajo los austrias*. Barcelona: Editorial Ariel, 1974 2ª ed.
- MARQUES, João Francisco. *A parenética portuguesa e as Restauração (1640-1668). A revolta e a mentalidade*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989. 2 vols.
- MARQUILHAS, Rita. *A faculdade das letras — leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa: INCM, 2000.
- MARTINS, Heitor. Jacinto Cordeiro e *La estrella de Sevilla* — notas sobre a ideologia portuguesa durante a monarquia dual. In: *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, 4, Coimbra, 1966. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1966. [separata].
- MATIAS, Elze M. H. Vonk. A Academia dos Generosos. Uma Academia ou uma sequência de Academias. *Revista da Biblioteca Nacional*, 1982, v. 2, nº 2 (jul-dez), p. 223-241. ISSN: 0251-1711.
- MATIAS, Elze M. H. Vonk. *As Academias literárias portuguesas dos séculos XVII e XVIII*. Lisboa. Tese de doutoramento em Literatura Portuguesa, Universidade de Lisboa, 1988. 12 volumes.
- MCKENZIE, D. F. *Bibliography and the sociology of texts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil — Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.
- MELO, António Maria Martins. *Teatro jesuítico em Portugal no século XVI: a tragicomédia IOSEPHVS do P^e Luís da Cruz, S. J.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2004.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Elites e poder — entre o Antigo Regime e o liberalismo*. Lisboa: ICS - Imprensa de Ciências Sociais, 2003.
- MONTES, José Ares. Portugal en el teatro español del siglo XVII. *Revista de Filología Románica*, 1991, nº 8, p. 11-29. ISSN: 0212-999X.
- MONTES, José Ares. Turismo de Guerra en el Portugal de 1580. *Studi Ispanici*, 1978, p. 9-30. ISSN: 0585-492X.
- MUHANA, Adma. *Epopéia em prosa seiscentista: uma definição de gênero*. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1997.
- NORONHA, Tito de. *A Imprensa Portuguesa Durante o Século XVI*. Porto, 1874.
- OLIVEIRA, António de. *Movimentos sociais e poder em Portugal no século XVII*. Coimbra: IHES/FLUP, 2002.
- OLIVEIRA, António de. *Poder e oposição em Portugal no período filipino (1580-1640)*. Lisboa: Difel, 1990.

- OLIVEIRA, Aurélio de. "A Revolta do Porto de 1638". *História - Revista da Faculdade de Letras*. 2004, Série III, vol. 5, p. 15-30. ISSN: 0871-164X.
- PALMA-FERREIRA, João. *Do pícaro na literatura portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1981.
- PELLICER, Clara Bejarano. Medio de comunicación en la ciudad durante la Edad Moderna: la figura del pregonero. In: GÓMEZ, António Castillo; AMELANG, James S.; SÁNCHEZ, Carmen Serrano. (orgs.) *Opinión pública y espacio urbano en la Edad Moderna*. Gijón: Trea ediciones, 2010. p. 319-334.
- PEÑA, Mercedes de los Reyes; DONOSO, Piedad Bolaños; CAMÕES, José; NAVARRO, Juan Ruesga; PALACIOS, Vicente. Reconstrucción virtual del Patio de las Arcas de Lisboa. In: *El patrimonio del Teatro Clásico español: actualidad y perspectivas. Homenaje a Francisco Ruiz Ramón - Actas selectas del Congreso del TC/12*. Olmedo, 22 al 25 de julio de 2013. Olmedo: Ayuntamiento de Olmedo/TC12/Ediciones Universidad de Valladolid, 2015. p. 569-580.
- PEÑA, Mercedes de los Reyes; DONOSO, Piedad Bolaños. El Patio de las Arcas de Lisboa a finales del siglo XVII — comparación con el corral Castellano. *Diálogos Hispánicos de Amsterdam*. [s/d], 8, III, p. 811-841.
- PICCHIO, Luciana Stegagno. *História do teatro português*. Lisboa: Portugália Editora, 1969.
- PONTES, Maria de Lurdes Belchior. Gôngora e os cultos, segundo a retórica conceptista de Francisco Leitão Ferreira —Nova Arte de Conceitos. In: *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, 3, Coimbra, 1966. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1966. [separata]
- POU, Pablo Juralde. Enmiendas ideológicas al "Buscón". *La Perinola: revista de investigación quevediana*, 1998, nº 2, p. 87-103. ISSN: 1138-6363.
- RAMÍREZ, Santiago Restrepo. Las comedias picarescas de Lope de Vega: cronología y la cuestión de la moralidad y la risa. *Revista de Filología Española (RFE)*, 2019, XCIX, 1.º, enero-junio, pp. 163-189 ISSN 0210-9174, eISSN 1988-8538.
- REBELLO, Luís Francisco. *História do Teatro* Lisboa: INCM, 1991.
- ROSPOCHER, Massimo (ed), *Beyond the public sphere: opinions, publics, spaces in early modern Europe*. Bolonha: Il mulino; Berlim: Duncker & Humblot, 2012.
- ROSPOCHER, Massimo; SALZBERG, Rosa. A Evanescent Public Sphere: voices, spaces an publics in Venice during the Italian Wars. In: ROSPOCHER, Massimo (ed), *Beyond the public sphere: opinions, publics, spaces in early modern Europe*. Bolonha: Il mulino; Berlim: Duncker & Humblot, 2012. p. 93-114.
- ROSPOCHER, Massimo. Versos desde las plazas: la poesía como lenguaje de comunicación política en los espacios públicos de las ciudades italianas del Renacimiento In: GÓMEZ, António Castillo; AMELANG, James S.; SÁNCHEZ, Carmen Serrano. (orgs.) *Opinión pública y espacio urbano en la Edad Moderna*. Gijón: Trea ediciones, 2010. p. 185-210.
- SAMPAIO, Albino Forjaz de. Os cronistas de Lisboa. *Anais das Bibliotecas, Arquivos e Museus Municipais*, 1934, ano IV, nº 11, p. 6-15.

- SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos. *Teatro de outros tempos: elementos para a História do teatro Português*. Lisboa: [s.n.], 1933
- SILVA, Filipe Carreira da. *Espaço público em Habermas*. Lisboa: ICS - Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
- SOUSA, Jorge Pedro (org.) *A Gazeta “da Restauração” - Primeiro Periódico Português: Uma análise do discurso*. Covilhã: Labcom, 2011.
- SOUSA, Jorge Pedro (org.) *Estudos sobre o Mercúrio Português (1663 - 1667): discurso e contexto*. Covilhã: Labcom, 2012.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013
- THOMPSON, E. P. *A economia moral da multidão na Inglaterra do século XVIII*. Lisboa: Antígona - editores refratários, 2008.
- TORGAL, Luis Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981. 2 vols.
- USANDIZAGA, Guillem. El Brasil restituído y el régimen del Conde-Duque de Olivares. In: *Actas XVI Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas*. Paris, 9 a 13 de julho de 2007. [s/l], Pierre CIVIL; Françoise CRÉMOUX, 2007. p. I, p. 128-136. Disponível em: <https://cvc.cervantes.es/literatura/aih/pdf/16/aih_16_2_129.pdf>, último acesso em: 13 de novembro de 2019.
- VALLADARES, Rafael. *La conquista de Lisboa: violencia militar y comunidad politica en Portugal, 1578-1583*. Madri: Marcial Pons, 2008.
- VALLADARES, Rafael. «Por toda la tierra» *España y Portugal: globalización y ruptura (1580-1700)* CHAM/FCSH/UNL e Universidade dos Açores, 2016.
- VIVO, Filippo de. *Information and communication in Venice: rethinking early modern politics*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- VIVO, Fillippo de. El *Paternoster degli Spagnoli*. La comunicación política en la Venecia del Cinquecento In: GÓMEZ, António Castillo; AMELANG, James S.; SÁNCHEZ, Carmen Serrano. (orgs.) *Opinión pública y espacio urbano en la Edad Moderna*. Gijón: Trea ediciones, 2010. p. 357-371.
- VIVO, Fillippo de. Microhistories of long distance information: space, movement and agency in the early modern news. *Past and present*, 2019, suplemento 14, p. 179-214. ISSN: 1477-464X.
- VIVO, Filippo de. Public sphere or communication triangle? Information and politics in early modern Europe. In: ROSPOCHER, Massimo (ed), *Beyond the public sphere: opinions, publics, spaces in early modern Europe*. Bolonha: Il mulino; Berlim: Duncker & Humblot, 2012. p. 115-136.
- WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- WELLS, Stanley. *Shakespeare & Co*. Londres: Penguin Books, 2007.